

# Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 23  
2014



Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

# Revista de Estudos Anglo-Portugueses

---

## TÍTULO

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 23 2014

ISSN: 0871-682X

---

## DIRECTORA

Gabriela Gândara Terenas

---

## SECRETÁRIA

Mariana Gonçalves

---

## COMISSÃO REDACTORIAL

António Lopes, Universidade do Algarve, CETAPS (Prof. Auxiliar)

George Monteiro, Brown University (Professor Emeritus)

João Paulo Ascenso Pereira da Silva, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Prof. Auxiliar)

Mariana Gonçalves, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Investigadora)

Maria Leonor Machado da Sousa, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Prof. Emérita)

Maria Zulmira Castanheira, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Prof. Auxiliar)

Patricia Odber de Baubeta, University of Birmingham (Full Professor)

---

## DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 - C - 1069-061 Lisboa

<http://www.cetaps.com>

---

## EDIÇÃO

Tiragem: 300 exemplares

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

---

## CAPA

Arranjo gráfico de Mário Vaz, a partir do selo existente na Ratificação do Tratado de Ricardo II, Rei de Inglaterra com D. João I – 1386 – Arq. Nacional Torre do Tombo

---

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Estrasburgo, 26, R/c Drt.º – 2605-756 Casal de Cambra

Telef.: 21 981 79 60 – Fax: 21 981 79 55

e-mail: [caleidoscopio@caleidoscopio.pt](mailto:caleidoscopio@caleidoscopio.pt)

---

## DISTRIBUIÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

---

Depósito Legal n.º 93441/95

---

# Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 23

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

Lisboa  
2014

À Professora Maria Leonor Machado de Sousa

## S U M Á R I O

### EDITORIAL

Editorial .....	7
-----------------	---

### PROJECTOS

Patricia Odber de Baubeta, “The Sonnets of Camões in English Translation” .....	11
George Monteiro, “Eça de Queiroz in <i>Vogue</i> ” .....	91
George Monteiro, “Floribela Espanca’s Poems in the United States” .....	93

### ESTUDOS

1. Rogério Miguel Puga, “‘In Duty to a Father’: as Dimensões Anglo-Portuguesa e Carnavalesca da Tragédia <i>The Maid’s Revenge</i> (C. 1626), de James Shirley” .....	95
2. Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco, “The Stormy Passage to England of ‘a Queen coming from far!’ ” .....	129
3. Joshua Large e Juan Camilo Miranda, “British Slaves in Early Modern Portugal” .....	151
4. Matilde Sousa Franco, “William Elsdon – Importância dos seus ‘Riscos das Obras da Universidade de Coimbra.’ Elementos Inéditos sobre a sua Vida e Actividade” .....	181

5. J. Pedro Duarte Tavares, “William Elsdén, o Mosteiro e Alcobaça” .....	203
6. John Clarke e José Baptista de Sousa, “Extract of a Journal of a Journey to Portugal in 1804-1805 by Lord Holland” .....	251
7. António Lopes, “Comércio em Tempos de Guerra: a Correspondência de Samuel Farrer – Parte 4 (Junho de 1814-Janeiro de 1815)” .....	267
8. Maria Zulmira Castanheira, “Representations of Elizabeth in the Periodical Press of Portuguese Romanticism: Flattering and Derogatory Portrayals” .....	299
9. Leonor Sampaio da Silva, “Linguagens em Movimento: do Viajante como Tradutor e do Tradutor como Viajante” .....	319
10. Teresa Pereira, “ ‘Methods of Barbarism’: a Guerra Anglo-Bóere na Imprensa Periódica Portuguesa” .....	333
11. Ana Maria Freitas, “Fernando Pessoa e a Polémica Cadbury” .....	349
12. Ana Brígida Paiva, “A Influência da Tradução na Recepção e Imagem das Obras Infantis de Roald Dahl em Portugal” ....	359

### RECENSÕES CRÍTICAS

João Paulo Ascenso Pereira da Silva, “Isabel Machado, <i>Vitória de Inglaterra, a Rainha que Amou e Ameaçou Portugal</i> . Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014” .....	375
Gabriela Gândara Terenas, “Teresa Pinto Coelho, <i>Eça de Queirós and the Victorian Press</i> . Woodbridge: Tamesis, 2014” ...	387
<b>Abstracts</b> .....	393

## EDITORIAL

Tendo fundado, em 1990, a *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, então sedeadada no CEAP (Centro de Estudos Anglo-Portugueses), a Professora Maria Leonor Machado de Sousa, querida mestre e fundadora dos Estudos Anglo-Portugueses, pediu-me que, a partir deste número 23, passasse a coordenar a publicação. Aceitei a incumbência com a maior honra, esperando dar continuidade ao trabalho que tão meritoriamente tem sido desenvolvido nos últimos vinte e três anos. Neste contexto, pude também continuar a contar com a preciosa colaboração dos nossos *peer reviewers*, a Professora Patricia Odber de Baubeta, da Universidade de Birmingham, e o Professor George Monteiro, da Universidade de Brown, que, para além do mais, enriquecem este número com três trabalhos: “The Sonnets of Camões in English Translation”, “Eça de Queiroz in *Vogue*” e “Floribela Espanca’s Poems in the United States”.

O presente volume segue a estrutura dos mais recentes, encontrando-se organizado em três partes: I) Projectos, II) Estudos e III) Recensões Críticas. Os textos aqui publicados revelam, desde logo, o cariz multidisciplinar e comparatista que define os Estudos Anglo-Portugueses enquanto área cuja autonomia há muito se afirmou nos meios académicos nacionais e estrangeiros. Resultantes de uma articulação entre várias disciplinas – história, sociologia, filosofia, ciência, economia, política, literatura, jornalismo, tradução e artes plásticas, entre outras – num pluralismo que Paul K. Feyerabend denominou “proliferação” (*Realism, Rationalism and Scientific Method. Philosophical Papers*) – os Estudos Anglo-Portugueses assentam numa perspectiva comparatista inequívoca, podendo, contudo, exigir desenvolvimentos distintos consoante o tipo de textos escolhidos como objecto de análise. Assim, o ecletismo verificável entre os diferentes métodos e aparelhos teóricos que sustentam os diversos artigos da *Revista* – Imagologia, Estudos de Tradução, Literatura de Viagens, Historiografia, Estudos de Recepção ou *Media Studies* – deve ser entendido como uma vantagem, um elemento enriquecedor e, sobretudo, como uma vasta



potencialidade de realização de múltiplos trabalhos. Não se defende para a *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* um carácter disciplinarmente indefinido, mas reconhece-se antes a dimensão plural das metodologias aplicáveis na investigação e na análise da área de estudos em causa, bem como a necessidade de encontrar uma abordagem teórica capaz de abarcar essa diversidade e, ao mesmo tempo, não permitir aplicações práticas totalmente arbitrárias. Os artigos seleccionados para o presente número são demonstrativos destas afirmações, nomeadamente ao realçarem a interacção entre disciplinas diversas e ao promoverem pesquisas orientadas por novos materiais – poemas, textos dramáticos, cartas, relatos de viagem, documentos oficiais, diários, artigos jornalísticos, panfletos, obras infantis –, a par de reflexões teóricas que adoptam os métodos ao objecto de análise e não o inverso.

A importância de se estudarem as relações anglo-lusas reside, em grande medida, na (hetero- e auto-) informação susceptível de ser obtida sempre que um Eu escreve sobre um Outro. O debate entre o Eu e o Outro, o uno e o diverso, a unidade e a multiplicidade, constituem premissas indissociáveis dos Estudos Anglo-Portugueses e do próprio acto cultural, pois a comparação de culturas amplia decididamente a percepção da identidade, na constatação de uma dimensão simultaneamente humana e supranacional, vectores claramente visíveis nos estudos que constituem o presente volume. De facto, a representação do Outro veicula sempre uma determinada imagem daquele que vê, pelo que o binómio “cultura que olha” e “cultura que é olhada” adquire, neste contexto, um significado de extrema acuidade, tornando-se transversal aos artigos publicados. Orientando-se para o estudo do conhecimento do estrangeiro (luso ou britânico/norte-americano) e reflectindo sobre as relações culturais existentes entre Portugal e a Grã-Bretanha (ou os Estados Unidos) desde o século XVII – “In duty to a Father: as Dimensões Anglo-Portuguesa e Carnavalesca da Tragédia *The Maid's Revenge* (c. 1626) de James Shirley” – até aos inícios do século XXI – “A Influência da Tradução na Recepção e Imagem das Obras Infantis de Roald Dahl em Portugal” –, os trabalhos apresentados neste número mostram também que, do ponto de vista diacrónico, a *Revista* abarca quaisquer períodos ou épocas em que, de algum modo, houve contacto entre duas culturas: a portuguesa e a anglo-saxónica. Neste diálogo intercultural que atravessa os artigos aqui publicados, a “estética da diferença” traduz-se no interesse pelo Outro, pelo diferente, pela alteridade, e a “estética da identidade” pela definição do Eu, com toda a carga intelectual que a sua própria cultura nele imprimiu.

O perfil dos autores destes trabalhos denuncia o desejo de inovar, mantendo-se embora uma certa continuidade. Assim, por um lado, encontram-se nomes que pela primeira vez publicam na *Revista* – Matilde Sousa Franco, José Pedro Duarte Tavares, Leonor Sampaio da Silva e Ana Maria Freitas – a par de especialistas estrangeiros – Joshua Large, Juan Camilo Miranda e John Clarke – denotativos do intuito de alargar o leque de colaboradores e simultaneamente de, cada vez mais, internacionalizar este periódico. Por outro lado, encontram-se nomes que têm vindo a colaborar de forma mais ou menos regular na *Revista*, como Rogério Miguel Puga, José Baptista de Sousa e António Lopes. Verifica-se também que, em vários casos, os autores são identificáveis com uma primeira geração de entusiastas dos Estudos Anglo-Portugueses, que teve o privilégio de trabalhar de perto com a Professora Maria Leonor Machado de Sousa: Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco, Maria Zulmira Castanheira e João Paulo Ascenso Pereira da Silva. Outros, todavia, foram (ou são ainda) alunos (de mestrado ou de doutoramento) dos membros dessa primeira geração moldada pela fundadora – Teresa Pereira e Ana Brígida Paiva –, o que confirma o interesse e o entusiasmo que os Estudos Anglo-Portugueses continuam a suscitar no seio das gerações mais novas que neles vão integrando (ou com eles vão articulando) outras áreas do saber.

Dedico este número da *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* à mentora com quem continuamos a aprender, a Professora Maria Leonor Machado de Sousa, que sempre soube motivar e congregar um vasto e dedicado grupo de investigadores que continuará, assim o espero, a divulgar o resultado das suas pesquisas e reflexões neste espaço.

*Lisboa, 30 de Setembro de 2014*

*Gabriela Gândara Terenas*



# PROJECTOS

## THE SONNETS OF CAMÕES IN ENGLISH TRANSLATION

Patricia Anne Odber de Baubeta  
Cátedra Gil Vicente, University of Birmingham

The work that follows has been produced under the aegis of the *Sir Henry Thomas Project: The History of Portuguese Literature in English Translation*, in association with colleagues involved in Anglo-Portuguese Studies at the Universidade Nova de Lisboa and further afield. Over the last decade, the Project has given rise to a series of publications, the most recent being studies of the English reception of Sá de Miranda (2013) and Camões (2003, forthcoming). Now, some two decades after the publication of the seminal *Camões em Inglaterra* (1992) and equally important *The Presence of Camões* (1996), is perhaps an opportune moment to revisit the sonnets and their English projection, not least because of the recent publication of new translations.

This updated catalogue of English translations of Camões's sonnets owes a considerable debt to previous scholarship,<sup>1</sup> a

---

<sup>1</sup> See, for example, Félix Walter, *La Littérature Portugaise en Angleterre à l'Époque Romantique* (Paris: Honoré Champion, 1927); Fran Paxeco, *The Intellectual Relations between Portugal and Great Britain* (Lisbon: Editorial Império, 1937); Luiz Cardim, *Projecção de Camões nas Letras Inglesas* (Lisbon: Editorial 'Inquérito', 1940); Carlos Estorninho, "O Culto de Camões em Inglaterra", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 6 (1961), 152-169; Monica Letzring, "The Influence of Camoens in English Literature", *Revista Camoniana*, 1 (1964), 158-80; 2 (1965), 27-54; 3, (1971), 57-134; George C. Hart, "Camões em Inglês", *Ocidente. Revista Portuguesa de Cultura*, Nova Série, 83, Número especial (1972), 183-213; S. George West, "Camoens in the periodical literature of the British Isles, 1771-1790", *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas* (Lisbon: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, 1973), 473-478; Norwood Andrews, Jr., "A Projecção de Camões e d'Os Lusíadas nos Estados Unidos da América", *Os Lusíadas*. Vol.3. *Estudos Sobre a Projecção de Camões em Culturas e*

corpus that has facilitated my own work appreciably and which continues to astonish, given the volume and breadth of source materials consulted in an era pre-dating the technological advances that now facilitate the consultation of series of journals or whole, digitalised books. By building on these foundations and adding hitherto unknown references, it has been possible to draw up a list of more than 1270 Camonean sonnet translations (many the same version), reproduced in the periodical press or in book length compilations, translated by at least 4 anonymous and 61 named individuals who have rendered, 'imitated' or adapted one or more poems.<sup>2</sup> The translators (English, Scottish, Irish, Welsh, American, Canadian, Australian, South African, Indian and Portuguese) range from independent scholars and professional academics, philologists, literary historians and comparatists, to literary translators, poets and, travel writers, either working alone or in collaboration with others. The catalogue is essentially a set of unprocessed data, however, once subjected to interpretation or interrogation, it becomes a valuable source from which useful facts can be extrapolated, and which open up various research questions.

First and foremost, the data tell us when and where Camões's sonnets become known and available to English-speaking readers. Historically, sonnets have appeared in around 30 periodicals (many more if we take into account the United States), single-author compilations (for example, Strangford 1803), sonnet collections (Lofft 1813-1814; Woodford 1841; Waddington 1886) or Songbooks such as the *Lyric Repository* (1787) and the *Vocal*

---

*Literaturas Estrangeiras* (Lisbon: Academia das Ciências de Lisboa, 1984), 331-449; Maria Eugénia Igreja, "A lírica de Camões em língua inglesa" in Maria Leonor Machado de Sousa (ed.), *Camões em Inglaterra*, 96-121; João Paulo Ascenso Pereira da Silva, "John Adamson e o mito romântico de Camões" in Maria Leonor Machado de Sousa (ed.), *Camões em Inglaterra*, 152-180; Miguel Nuno Mercês de Mello de Alarcão e Silva, *Edward Quillinan e Portugal*. MA thesis (Lisbon: Universidade Nova de Lisboa, 1986), 116-124; Fernando de Mello Moser, "Luís de Camões em Inglaterra", *Discurso Inacabado. Ensaios de Cultura Portuguesa* (Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994), 193-230; Robert Edward Myers, *The Language of Camões: Modern Readers of The Lusads and the Exclusion of Portuguese from the Western Canon*. PhD thesis, Yale University, 1995; George Monteiro, "Notes on Camões", *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 8 (1999), 7-15; João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto. The Lusitanian (1844-1845)*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas (Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001).

<sup>2</sup> I am extremely grateful to Professor Emeritus George Monteiro of Brown University, Providence, Rhode Island, and Margaret D. Beasley of University Archives and Special Collections, University of the South, Sewanee, Tennessee, who kindly supplied reproductions of translations unavailable in the United Kingdom.

*Library* (1818). The twentieth century was punctuated by a steady output of translations made for a variety of reasons and readerships. Purely aesthetic considerations were not always the primary consideration; Camonean sonnets were frequently deployed to illustrate a point or reinforce an argument involving questions of philology or historiography, coloniality and, not infrequently, biographical fallacy. The twenty-first century, on the other hand, has seen the publication of three new selections of Camões's verse in English translation, by Baer (2005), White (2008) and Zenith (2009) respectively.

Because the catalogue indicates who have engaged with the translation process and how often their translations appear in print, it allows us to map the trajectory of a poem through the Anglophone cultural system, thus identifying the most translated sonnets and the most popular translations. In addition, the catalogue exposes the principal means by which certain translations achieve canonical status, namely through repeated appearances in the print media and in poetry anthologies, the most published by Vincent Barletta *et al* in 2013. These occurrences are reinforced by the informed comments of the reviewing fraternity.

Elsewhere I have commented on the shaping of tastes and preferences over the course of time,<sup>3</sup> and there is ample scope for case studies exploring the reasons why one sonnet should prompt so many different translations, or why some translations have outlived others. The latter phenomenon might be due to a translator's reputation, but this alone does not explain why anthologists such as Washburn and Major (1998) should choose Roy Campbell and David Weevil over, say, Keith Bosley or Alex Derwent Hope, equally prestigious poets in their own right. The weight of subjectivity in making editorial decisions should not be underestimated.

As with much bibliographical research of this nature, no claims can be made for exhaustiveness. Inevitably there will be omissions, for example sonnets that appeared in long-forgotten books by minor poets like the Scot James Hyslop, or in periodicals that used a sonnet in translation to fill out a column or lend a touch of continental exoticism. The catalogue does not register the occurrence of sonnet translations in reprints of works such as Thomas Walsh's *Hispanic Anthology* (1920),

---

<sup>3</sup> P. A. Odber de Baubeta, "Revisioning Camões's sonnets: anthologies, translations and canonicity" in press. This article includes bibliography of research in the field of Anglo-Portuguese Studies.

or anthologies reissued under different titles, as happens with Mark Van Doren's volumes.

Ideally, the catalogue should be consulted in conjunction with the bibliography, which expands the shorter entries in the table. The table has been set out for maximum clarity, presenting the *incipits* of the sonnets, both the original Portuguese and the many English versions, the names of the translators, the works in which the translations appeared, and the date of publication. As a result, we see at once how often sonnets have been reworked, published and reprinted, providing us with irrefutable evidence of the continuing and vigorous presence of Camões's sonnets in the Anglophone cultural system.

## WORKS CITED

- Baubeta, P. A. Odber de. "Camões in translation: further discoveries." *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 12 (2003). 27-34.
- "The English Reception of Sá de Miranda: Francisco Sá de Miranda: 'O sol é grande'". *Reading Literature in Portuguese. Commentaries in Honour of Tom Earle*. Eds. Cláudia Pazos-Alonso and Stephen Parkinson Oxford: Legenda, 2013. 51-9.
- "Revisioning Camões's sonnets: anthologies, sonnets, translations and canonicity." *Bulletin of Spanish Studies*. Special number dedicated to William C. Atkinson. Forthcoming.
- Monteiro, George. *The Presence of Camões. Influences on the Literature of English, America & Southern Africa*. Studies in Romance Languages. Lexington, Kentucky: The University Press of Kentucky, 1996.
- Sousa, Maria Leonor, ed. *Camões em Inglaterra*. Lisbon: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

## Catalogue of Camões's Sonnets in English Translation

A chaga que, Senhora, me fizestes	The wound. Senhora! you have doomed me dree	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
A fermosura desta fresca serra	These hills that lift their verdant heads so high	Russell, <i>Annual Register</i> , 2, Poetry, 167	1789
A fermosura desta fresca serra	These hills that lift their verdant heads so high	Russell, <i>Sonnets...</i> , 25	1789
A fermosura desta fresca serra	Silent and cool, now fresh'ning breezes blow	Strangford	1803
A fermosura desta fresca serra	Silent and slow, now fresh'ning breezes blow	Strangford, <i>The Port Folio</i> , 4:7, 56	1804
A fermosura desta fresca serra	Silent and slow, now freshning breezes blow	Strangford, <i>The Port Folio</i> , 4:44, 352	1804
A fermosura desta fresca serra	This mountain-scene, with sylvan grandeur crowned	Hemans	1818
A fermosura desta fresca serra	The mountain cool, the chestnut's verdant shade	Adamson	1820
A fermosura desta fresca serra	This mountain-scene, with sylvan grandeur crowned	Hemans, Heber and Pollok, 254	1831
A fermosura desta fresca serra	Silent and cool, now fresh'ning breezes blow	Strangford in Woodford, 262	1841
A fermosura desta fresca serra	The mountain cool, the chestnut's verdant shade	Adamson	1842
A fermosura desta fresca serra	The quiet beauty of this verdant hill	Roscoe, <i>Ainsworth's Magazine</i> , 438	1844
A fermosura desta fresca serra	Silent and cool, now fresh'ning breezes blow	Strangford in Longfellow, 747	1845
A fermosura desta fresca serra	The beauty of these mountains, fresh as day	Aubertin	1881
A fermosura desta fresca serra	These Mountain-beauties of the freshest green	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
A fermosura desta fresca serra	The beauty of this free aerial height	Garnett	1896
A fermosura desta fresca serra	The beauty of this free aerial height	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 179	1899



A fermosura desta fresca serra	These cool hills' beauty and the pleasant shade	Bell	1913
A fermosura desta fresca serra	All beauties that on earth abound	Hart	1962
A fermosura desta fresca serra	The mountain cool, the chestnut's verdant shade	Adamson in Malcolm Jack	1993
A fermosura desta fresca serra	The beauty of the sweet fresh, mountains here	Baer	2005
A Morte, que da vida o nó desata	Death, who our life-knot loveth to unknit	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
A Morte, que da vida o nó desata	Death that unravels the knot of life	White	2008
A Peregrinação de hum pensamento	The Pilgrimaging of a Thought intent	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
A perfeição, a graça, o doce jeito	Perfection, sweet demeanour, grace divine	Aubertin	1881
A perfeição, a graça, o doce jeito	That Grace most perfect shown by soft sweet Geste	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
A perfeição, a graça, o doce jeito	All fair perfections that consenting dwell	Garnett	1896
A Roma população proguntava	Happed of the Roman populace to spear	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
A ti, Senhor, a quem as sacras Musas	To thee, Senhor! whose Sould the sacred Muses	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
A violeta mais bela que amanhece	The daintiest Violet which a-morning blown	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
A violeta mais bela que amanhece	The sweetest violet in the vale	Hart	1962
Achome da Fortuna salteada	I find me waylaid by that bandit Fate	Burton, <i>Lyricks</i>	1803
Agora toma a espada, agora a penna	Eustace! or when you wield the ponderous spear	Strangford	1803
Agora toma a espada, agora a penna	Eustace! or when you wield the ponderous spear	Strangford in Woodford, 258	1841
Agora toma a espada, agora a penna	Now in his hand the sword, and now the pen	Aubertin	1881
Agora toma a espada, agora a penna	Now hends in hand the Brand, now hends the Pen	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

Ah! Fortuna cruel! Ah! Duros Fados!	Ah cruel Fortune! Ah Fate loath to spare!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ah! Fortuna cruel! Ah! Duros Fados!	Ah, implacable Fates! Ah cruel stars,	White	2008
Ah! Imiga cruel, que apartamento	Unkind you are, and cruel!	Hart	1962
Ah! Imiga cruel, que apartamento	Ah, my cruel enemy, what scission	White	2008
Ah! Minha Dinamene! Assi deixaste	Then couldst thou leave, ah Dinamène mine!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ah! Minha Dinamene! Assi deixaste	Ah, Dinamene, // Thou hast forsaken him	Hart, p.327	1962
Ah! Minha Dinamene! Assi deixaste	Ah, my Dinamene, so you abandoned	White	2008
Alegres campos, verdes arvoredos	Delightful fields, and thickets gay and green	Southey, <i>Annual Review</i> , 2, 571-2	1803
Alegres campos, verdes arvoredos	Delightful fields, and thickets gay and green	Southey, <i>Poetical Register</i> , 4, 374	1806
Alegres campos, verdes arvoredos	Delightful fields, and thickets gay and green	Southey in Lofft, 5, 871	1814
Alegres campos, verdes arvoredos	Delightful fields, and thickets gay and green	Southey in Adamson	1820
Alegres campos, verdes arvoredos	Ye cheerful meadows and ye woodlands green	Aubertin	1881
Alegres campos, verdes arvoredos	Glad smiling Pastures, gay and greeny Glade	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Alegres campos, verdes arvoredos	Apparel of green woods and meadows gay	Garnett	1896
Alegres campos, verdes arvoredos	Ye joyful fields, green woods that near them grow	Bell	1913
Alegres campos, verdes arvoredos	Apparel of green woods and meadows gay	Garnett in Walsh, 183-4	1920
Alegres campos, verdes arvoredos	Apparel of green woods and meadows gay	Garnett in Van Doren <i>Anthology</i> , 589	1929
Alegres campos, verdes arvoredos	Apparel of green woods and meadows gay	Garnett in Priest	1962
Alegres campos, verdes arvoredos	O smiling fields and forest green	Hart	1962

Alegres campos, verdes arvoredos	Cheerful meadows, leafy groves	White	2005
Alegres campos, verdes arvoredos	O happy fields and green woods	Zenith	2009
Alegres campos, verdes, deleitosos	Glad meadows! gaily deckt with greeny dyes	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Alma gentil, que á firma Eternidade	Gent Soul! that unto firm Eternity	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Alma minha gentil, que te partiste	Go, gentle spirit! now supremely blest	anon in Hayley, 275	1782
Alma minha gentil, que te partiste	Go, gentle spirit! now supremely blest	anon in <i>Lytic Repository</i> , 47-8	1787
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey, <i>Monthly Visitor</i> , 5, 292	1798
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey, <i>Annual Review</i> , 2, 571	1803
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey, <i>Poetical Register</i> , 4, 375	1806
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey, Lofft, 5, 869	1814
Alma minha gentil, que te partiste	Thou lovely spirit that so soon hast fled	<b>A.</b> , <i>Monthly Repository</i> , 11: 124, 242	1816
Alma minha gentil, que te partiste	Spirit beloved! whose wing so soon hath flown	Hemans	1818
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey, in <i>Gentleman's Magazine</i> , 527	1820
Alma minha gentil, que te partiste	Go, gentle spirit! now supremely blest	anon, <i>Eclectic Review</i> , 14, 562	1820
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey, in <i>Eclectic Review</i> , 14, 563	1820
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey, in Adamson, 94	1820
Alma minha gentil, que te partiste	Go, gentle spirit! now supremely blest	anon, Hayley in Adamson, 261	1820
Alma minha gentil, que te partiste	Spirit beloved! whose wing so soon hath flown	Hemans, Heber and Pollok, 254-5	1831
Alma minha gentil, que te partiste	Spirit beloved! whose wing so soon hath flown	Hemans in Longfellow, 747	1845
Alma minha gentil, que te partiste	Rest gentle soul, belov'd, who took'st thy leave	anon, <i>The Lusitanian</i> , 5, 241	1845

Alma minha gentil, que te partiste	Sweet sainted one! Who mortal weeds so young	Roscoe, <i>New Monthly</i> , 75, 33	1845
Alma minha gentil, que te partiste	My gentle spirit! thou who hast departed	Aubertin	1881
Alma minha gentil, que te partiste	Ah, gentle soul of me, that didst depart	1 Burton, <i>The Athenæum</i> , 2783, 299	1881
Alma minha gentil, que te partiste	My gentle spirit! thou who didst depart	2 Burton, <i>Lyrics</i> , 37	1884
Alma minha gentil, que te partiste	Go, gentle spirit! now supremely blest	anon, Hayley, <i>Florilegio de Bibliophilos</i>	1886
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey, <i>Florilegio de Bibliophilos</i>	1886
Alma minha gentil, que te partiste	Spirit beloved! whose wing so soon hath flown	Hemans, <i>Florilegio de Bibliophilos</i>	1886
Alma minha gentil, que te partiste	My gentle spirit! thou who hast departed	Aubertin, <i>Florilegio de Bibliophilos</i>	1886
Alma minha gentil, que te partiste	My gentle spirit! thou who didst depart	Burton, <i>Florilegio de Bibliophilos</i>	1886
Alma minha gentil, que te partiste	Rest gentle soul, belov'd, who took'st thy leave	anon, <i>Florilegio Camoniano</i> , I	1887
Alma minha gentil, que te partiste	My gentle spirit! thou who hast departed	Aubertin in Waddington, 211	1888
Alma minha gentil, que te partiste	Soul of my soul, that didst so early wing	Garnett	1896
Alma minha gentil, que te partiste	Spirit beloved! whose wing so soon hath flown	Hemans in Peck, V, 2244	1901
Alma minha gentil, que te partiste	Meek spirit, who so early didst depart	Southey in Moore, <i>Poet Lore</i> , 365	1907
Alma minha gentil, que te partiste	Fair spirit in untimely banishment	Bell	1913
Alma minha gentil, que te partiste	Soul of all gentleness, dear Soul, that spurning	Young, <i>Portugal An Anthology</i> , 85	1916
Alma minha gentil, que te partiste	Gentle Spirit, who so early didst depart from this vale	Justino de Sousa	1922
Alma minha gentil, que te partiste	My gentle spirit! thou who didst depart	Burton, Goldberg, 28	1924
Alma minha gentil, que te partiste	Fair spirit in untimely banishment	Bell in Fidelino de Figueiredo, 300-1	1925
Alma minha gentil, que te partiste	Oh gentle spirit mine that didst depart	Pessoa	1947

Alma minha gentil, que te partiste	My gentle heart, who didst so soon resign	Downes	1947
Alma minha gentil, que te partiste	O lovely, gentle soul, who didst depart	Glen Levin Swiggett, 93	1957
Alma minha gentil, que te partiste	Dear gentle soul, who went so soon away	Campbell, <i>Portugal</i> , 145	1958
Alma minha gentil, que te partiste	Gentle spirit mine / Thou who did depart this earth	Hart	1962
Alma minha gentil, que te partiste	Gentle soul of mine, how swiftly thou has flown	Barter	1972
Alma minha gentil, que te partiste	Gentle spirit, my own, who went and parted	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
Alma minha gentil, que te partiste	Gentle spirit, my own, who went and parted	Griffin, 'Gentle Spirit'	1980
Alma minha gentil, que te partiste	My gentle soul hast thou so soon, offended	Tait in West, 623	1985
Alma minha gentil, que te partiste	My gentle spirit, who so soon took your leave	Hope & Moutinho, 680	1989
Alma minha gentil, que te partiste	O noble soul I love, who bade farewell	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 75	1990
Alma minha gentil, que te partiste	Oh gentle spirit too soon lost	Monteiro 1994 in <i>The Presence...</i> , 152	1996
Alma minha gentil, que te partiste	Dear gentle soul, who went so soon away	Campbell in Washburn, 568	1998
Alma minha gentil, que te partiste	Dear gentle soul, who has, too soon, departed	Baer, <i>First Things</i> , May	2002
Alma minha gentil, que te partiste	Dear gentle soul, who has, too soon, departed	Baer	2005
Alma minha gentil, que te partiste	Gentle soul of mine, who hath departed	Williams	2007
Alma minha gentil, que te partiste	Dear gentle soul, you that departed	White	2008
Alma minha gentil, que te partiste	O most gentle soul who left	Zenith	2009
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a living Lowe that lurking burneth	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire whose flame doth burn unseen	Stock	1891
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire that burns yet burns unseen	Figueiredo, 298	1925
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire that burns invisible	Segel	1974

Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire that burns but is not seen	Bosley in <i>Luis de Camões</i> , 58	1990
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire that burns unseen (1 stanza)	Myer, <i>The Language of Camões</i> , 208	1995
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire that burns, but is never seen	Baer	2005
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love's a fire that burns though undetected	Williams	2007
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire that burns invisibly	White	2008
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire that burns unseen	Zenith	2009
Amor é um fogo que arde sem se ver	Love is a fire that burns without being seen	Barletta <i>et al</i>	2013
Amor, co a esperança perdida	With all hope already forfeit, Love	White	2008
Amor, co a esperança perdida	Love, with hope already lost (partial)	Blackmore	2012
Amor, co a esperança perdida	Love, with hope already lost	Cohen	2013
Amor, com a esperança já perdida	Amor ! with Esperance now for aye forlore	Burton's <i>Lyricks</i>	1884
Amor, que em sonhos vão do pensamento	Love who in vainest dreams of phantasy	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Amor, que o gesto humano n'alma escreve	Amor, who human geste on Soul doth write	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Amor, que o gesto humano n'alma escreve	Love, that stamps on the soul a human brow	White	2008
Aos homees hum só Homem pos espanto	One Man man's nature with high marvel prankt	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Apartava-se Nise de Montano	Nise departed from Montano's side	Aubertin	1881
Apartava-se Nise de Montano	Departed Nisé parted from Montane	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Apartava-se Nise de Montano	Nise was parted from Montano	White	2008
Apolo e as nove Musas, discantando	What time the liberal Muses deign'd to show'r	Strangford	1803

Apolo e as nove Musas, discantando	The God of song, and sister Muses nine (1783)	Old Nick, <i>The Pic Nic</i> , 1, 25	1803
Apolo e as nove Musas, discantando	God of song and sister muses nine	anon in Adamson	1820
Apolo e as nove Musas, discantando	'Mid the nine Muses' choir Apollo singing	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Apolo e as nove Musas, discantando	I heard Apollo and the Muses sing	Garnett	1896
Apolo e as nove Musas, discantando	Apollo plucked his golden lyre	Hart	1962
Apolo e as nove Musas, discantando	Apollo and the nine Muses, singing	White	2008
Aponta e bella Aurora, Luz primeira	Breatheth the fair Aurora, primal Sheen	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Aquela fera humana, que enriquece	That feral Human who her wealth doth owe	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Aquela fera humana, que enriquece	That cruel vixen who reinforces	White	2008
Aquela que, de pura castidade	She, who by purest Chastity's decree,	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Aquela que, de pura castidade	To defend her innocence	Hart	1962
Aquela que, de pura castidade	Lucretia, inspired by her sense	Baer	2005
Aquela que, de pura castidade	She who was driven by extreme chastity	White	2008
Aquela triste e leda madrugada	Till the Lovers' tears at parting cease to flow	Strangford	1803
Aquela triste e leda madrugada	Till the Lovers' tears at parting cease to flow	Strangford in Shelley <i>Lives</i> , 3, 307	1837
Aquela triste e leda madrugada	Till the Lovers' tears at parting cease to flow	Strangford in Woodford, 259	1841
Aquela triste e leda madrugada	That shining morning's dawn so sad for me	Aubertin	1881
Aquela triste e leda madrugada	That dawn of dewy Day, so black, so bright,	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Aquela triste e leda madrugada	Most foul and fair of all thy company.	Garnett	1896
Aquela triste e leda madrugada	That dawn which sadly rose yet joyfully	Bell	1913

Aquela triste e leda madrugada	That dawn at once so happy and so sad	Hart	1962
Aquela triste e leda madrugada	That sad and joyful dawn	Wevill, <i>Delos</i> , 4	1970
Aquela triste e leda madrugada	That sorrowful and cheerful break of day	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
Aquela triste e leda madrugada	That daybreak full of gloom and gaiety	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 68	1990
Aquela triste e leda madrugada	That sad and joyful dawn	Wevill in Washburn, 569	1998
Aquela triste e leda madrugada	The dawn rises lovely but ill-fated	Baer, <i>First Things</i> , October	2002
Aquela triste e leda madrugada	The dawn rises lovely but ill-fated	Baer	2005
Aquela triste e leda madrugada	That fretful and lovely dawn	White	2008
Aquela triste e leda madrugada	O let that sad and joyful dawn	Zenith	2009
Aquela triste e leda madrugada	I which that sad and joyous dawn	Barletta <i>et al</i>	2013
Aqueles claros olhos que chorando	Those brightly beaming Eyne with tearful stain	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Aqueles claros olhos que chorando	What are they doing, those beautiful eyes?	Hart	1962
Aqueles claros olhos que chorando	Those pale eyes that kept on crying	Zenith	2009
Aqui de longos danos breve historia	Here of my long-lost Weal short history	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ar, que de meus suspiros vejo cheio	Air! I see chargèd with my heavy sighs	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Árvore, cujo pomo, belo e brando	Tree ! on whose gracious Pome we see the trace	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Árvore, cujo pomo, belo e brando	The goodly apple of this goodly tree	Garnett	1896
Árvore, cujo pomo, belo e brando	The goodly apple of this goodly tree	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 181	1899
Árvore, cujo pomo, belo e brando	Thou tree, whose smooth and noble fruit	Hart	1962
Árvore, cujo pomo, belo e brando	Lovely tree, whose beautiful and lush	Baer	2005
Ausente dessa vista pura e bela	While from that pure belle Vision driven afar	Burton, <i>Lyricks</i>	1884



Ay, Amiga cruel ! que apartamento	Ay, fair and cruel friend! What sad amiss	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Bem sei, Amor, que é certo o que receio	Well weet I, Love! the truth I dread and grieve	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Bem sei, Amor, que é certo o que receio	I'm well aware, Love, what I fear is true	White	2008
Brandas aguas do Tejo que passando	Waters of Tejo, gentle stream, that flow	Southey, <i>Annual Review</i> , 2, 572-3	1803
Brandas aguas do Tejo que passando	Waters of Tejo, gentle stream, that flow	Southey, <i>Poetical Register</i> , 4, 371	1806
Brandas aguas do Tejo que passando	Fair Tejo! Thou, whose calmly-flowing tide	Hemans	1818
Brandas aguas do Tejo que passando	Waters of Tejo, gentle stream, that flow	Southey in Adamson, 105	1820
Brandas aguas do Tejo que passando	Fair Tajo! Thou, whose calmly-flowing tide	Hemans, Heber and Pollok, 254	1833
Brandas aguas do Tejo que passando	Fair Tajo! Thou, whose calmly-flowing tide	Hemans in Longfellow, 747	1845
Brandas aguas do Tejo que passando	Fair Tajo! Thou, whose calmly-flowing tide	Hemans in Longfellow, 117	1877
Brandas aguas do Tejo que passando	Waters of gentle Tagus, calmly flowing	Aubertin	1881
Brandas aguas do Tejo que passando	Soft Tejo waters! passing through this Plain	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Brandas aguas do Tejo que passando	Waters of gentle Tagus, calmly flowing	Aubertin in Waddington, 201	1888
Brandas aguas do Tejo que passando	Tagus, whose streams on Lusitania's plain	Garnett	1896
Brandas aguas do Tejo que passando	Tagus, whose streams on Lusitania's plain	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 179-80	1899
Brandas aguas do Tejo que passando	Oh sweet and clear waters of the Tagus,	Justino de Sousa	1922
Brandas aguas do Tejo que passando	Flow in silver stream to the Ocean!	Wilde in Tucker, 138	1966
Brandas aguas do Tejo que passando	Gentle waters of the Tagus, you flow	Baer	2005
Busque Amor novas artes	Devise Love novel arts, a new design	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Busque Amor novas artes	Let Love seek new arts, new devices plot	Hope & Moutinho, 680	1989
Busque Amor novas artes	Let love seek out new arts, new artfulness	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 63	1990

Busque Amor novas artes	May Love seek out new arts, devise a plot	Alexis Levitin	1998
Busque Amor novas artes	Let love seek for new arts, ingenious, mad	Williams	2007
Busque Amor novas artes	Invent fresh arts and cunning, Love	White	2008
Busque Amor novas artes	Let Love devise new ways, new wiles	Zenith	2009
Busque Amor novas artes	Let Cupid seek new wiles, new trickery	Philip Krummrich, <i>Saltana</i> , 2	2011
Busque Amor novas artes	Seek then, Love, new and inventive ways (partial)	Blackmore, <i>Modern Philology</i> , 109, 312- 25	2012
Cá nesta Babilónia, a donde mana	Here in this Babylon-realm, where rails amain	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here, where fecundity of Babel frames	Garnett	1896
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here, where fecundity of Babel frames	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 181	1899
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here, where fecundity of Babel frames	Garnett in Walsh, 184-5	1920
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon, whence ever drains	Young, <i>Portugal An Anthology</i> , 81	1916
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon, whence ever drains	Young, <i>Portugal Old and Young</i> , 131-2	1917
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here, where fecundity of Babel frames	Garnett in Goldberg, 26	1924
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here, where fecundity of Babel frames	Garnett in Van Doren <i>Anthology</i> , 589-60	1929
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon/ Sink of the world's iniquity	Hart	1962
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon, from which there flows	Griffin, <i>Camões Some Poems</i>	1976
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon where enough raw ill	Bosley, <i>Comparative Criticism</i> , 6,160	1986
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon where enough raw ill	Bosley in <i>Luis de Camões</i> , 69	1990
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon-realm, where rails amain	Burton in Myers, 227	1995
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Bablyon where enough of raw ill	Bosley in Myers, 228	1995

Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Bablyon where enough of raw ill	Baer, <i>Modern Poetry...</i> , NS, 18, 25	2001
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon, that's festering	Baer	2005
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon, source of the pus	White	2008
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon flowing with gold	Zenith	2009
Cá nesta Babilónia, donde mana	Here in this Babylon, from which flows	Barletta <i>et al</i>	2013
Campo! nas syrtes deste mar da vida	Country ! when quicksands in this life's sea loom	Aubertin	1881
Campo! nas syrtes deste mar da vida	Country in shoaling Syrt of Being-sea	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Campo! nas syrtes deste mar da vida	When summer blooms, when Autumn fruitage reaps	Burton, <i>The Athenaeum</i> , 3000, 533(sectet)	1885
Campo! nas syrtes deste mar da vida	Country, Life's raft whereby her sea bestows	Garnett	1896
Campo! nas syrtes deste mar da vida	Country, Life's raft whereby her sea bestows	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 180-1	1899
Campo! nas syrtes deste mar da vida	To thee sunny isle in this ocean of life	Wilde in Tucker, 139	1966
Cantando estava um dia bem seguro	One day befell me I sang my song secure	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Cantando estava um dia bem seguro	I was singing one day wih lightest heart	Hart	1962
Cantando estava um dia bem seguro	I was singing, happy as the day was long	White	2008
Cara minha inimiga, em cuja mão	Thou, to whose power my hopes, my joys, I give	Hemans	1818
Cara minha inimiga, em cuja mão	Thou, to whose power my hopes, my joys, I give	Hemans, Heber and Pollok, 254	1833
Cara minha inimiga, em cuja mão	Thou, to whose power my hopes, my joys, I give	Hemans in <i>The Athenaeum</i> , 354, 594	1834
Cara minha inimiga, em cuja mão	Thou, in whose gentle hand, my dear unkind	Aubertin	1881

Cara minha inimiga, em cuja mão	My fondest-hateful Foe ! within whose hand	Burton, <i>Lyrics</i> , 40	1884
Cara minha inimiga, em cuja mão	Ah, dear beloved enemy	Hart	1962
Cara minha inimiga, em cuja mão	Dearest enemy, so often unkind	Baer, <i>First Things</i> , October	2002
Cara minha inimiga, em cuja mão	Dearest enemy, so often unkind	Baer	2005
Cara minha inimiga, em cuja mão	My dearest enemy, in whose hand	White	2008
Cara minha inimiga, em cuja mão	Dear enemy, in whose hands	Pazos-Alonso & Parkinson, 73	2013
Chorai, Ninfas, os fados poderosos	Nymphs o Tagus, weep the hapless doom	Thomas Russell, <i>Sonnets ...</i> , 27	1789
Chorai, Ninfas, os fados poderosos	Bewail, ye Nymphs! the fiat of fatal might	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Chorai, Ninfas, os fados poderosos	Weep, ye nymphs / For inexorable fate	Hart	1962
Chorai, Ninfas, os fados poderosos	I wept, nymphs, over Fate's severe	White	2008
Claras agoas e frias do Mondego	Mondego! Thou, whose waters cold and clear	Strangford	1803
Claras agoas e frias do Mondego	Mondego! Thou, whose waters cold and clear	Strangford in <i>Critical Review</i> , 2, 334	1804
Claras agoas e frias do Mondego	Waves of Mondego! brilliant and serene	Hemans	1818
Claras agoas e frias do Mondego	Mondego! Thou, whose waters cold and clear	Strangford in Shelley <i>Lives</i> , 301	1837
Claras agoas e frias do Mondego	Mondego, thou whose waters cold and clear	Strangford in Woodford, 261	1841
Claras agoas e frias do Mondego	Waves of Mondego! brilliant and serene	Hemans in Longfellow, 747	1845
Claras agoas e frias do Mondego	Waves of Mondego! brilliant and serene	Hemans in <i>Hood's Magazine</i>	1846
Claras agoas e frias do Mondego	Mondego! Thou, whose waters cold and clear	Strangford in <i>Poems of Place</i> , 109	1877
Claras agoas e frias do Mondego	Sweet and clear waters of Mondego's flood.	Garnett	1896

Coitado! Que em um tempo choro e rio	Poor I! who laugh and cry at single tide	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Com grandes esperanças já cantei	Whilere I sang my song with hope so high	Burton, <i>Lyricks</i> , 26-7	1884
Com grandes esperanças já cantei	With vast ambition I once sang, and kept	White	2008
Com grandes esperanças já cantei	Once I sang with hopes so strong	Zenith	2009
Com o generoso rosto alanceado	His generous visage gashed with heathen blade	Aubertin	1881
Com o generoso rosto alanceado	With signs of lance-thrust on his generous face	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Com o generoso rosto alanceado	His generous visage gashed with heathen blade	Aubertin in Waddington, 202	1888
Com o generoso rosto alanceado	Smeared with flowing blood, with dust upon	Baer	2005
Com o tempo o prado seco reverdece	Wi' Time the wilted meadow waxeth green	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Com o tempo o prado seco reverdece	Time with new green hath clad the meadow dry	Garnett	1896
Como fizeste, Pórcia, tal ferida?	How couldst, O Portia! deal thee wound so dread?	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Com o tempo o prado seco reverdece	Time with new green hath clad the meadow dry	Garnett, Goldberg, 42	1924
Como fizeste, Pórcia, tal ferida?	How come you, Pórcia, to be so wounded	White	2008
Como fizeste, Pórcia, tal ferida?	"How did you suffer such injury, Portia?"	Zenith	2009
Como louvarey eu, Serafim Santo	How shall I, holy Seraph! hymn the praise?	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Como podes (ó cego pecador!)	How canst O Sinner blindly gone astray!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Como podes, ó cego pecador	How, blind sinner, can you, so thoughtlessly	Baer	2005
Como quando do mar tempestuoso	Saved from the perils of the stormy wave	Hemans	1818

Como quando do mar tempestuoso	Saved from the perils of the stormy wave	Hemans, Heber and Pollok, 255	1831
Como quando do mar tempestuoso	Saved from the perils of the stormy wave	Hemans in Longfellow, 747	1845
Como quando do mar tempestuoso	As tir'd and weary, from the rough swoln main	Adamson, <i>Sonnets</i>	1845
Como quando do mar tempestuoso	As when a savèd Waif fro' stormy Main	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Como quando do mar tempestuoso	As the weak and weary mariner	Hart	1962
Como quando do mar tempestuoso	Like the weary sailor, the refugee	Baer, <i>First Things</i> , June	2002
Como quando do mar tempestuoso	Like the weary sailor, the refugee	Baer	2005
Como quando do mar tempestuoso	As when an adroit, exhausted mariner	White	2008
Como quando do mar tempestuoso	As when of the stormy sea	Blackmore	2012
Contas, que traz Amor com meus cuidados	Accounts that Cupid keeps with my unhele	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Contente vivi já, vendo-me isento	Content I livèd erse, when seeing me free	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Conversação doméstica afeiçoa	Domestick Converse oft shall Love effect	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Conversação doméstica afeiçoa	Converse with those dear to us	Hart	1962
Conversação doméstica afeiçoa	Domestic talk captivates,	White	2008
Correm turbas as águas deste rio	The waters of this river turbid flow	Aubertin	1881
Correm turbas as águas deste rio	Turbid the waters of our River glide	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Correm turvas as águas deste rio	Troubled and sullied by the flood is rolled	Garnett	1896
Correm turvas as águas deste rio	The waters of this stream are running clouded	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
Correm turvas as águas deste rio	Muddy they flow, the waters of this river	Bosley in <i>Luis de Camões</i> , 82	1990
Correm turvas as águas deste rio	When the turgid waters of the river flow by	Baer	2005
Correm turvas as águas deste rio	The waters of this river run turbid	White	2008

Correm turvas as águas deste rio	Muddy waters flow in this river	Zenith	2009
Crecei, desejo meu, pois que a Ventura	Grow ye my Longings! sithence Aventure	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Crecei, desejo meu, pois que a Ventura	Grow ever stronger, O thou love of mine	Hart	1962
Crecei, desejo meu, pois que a Ventura	Rise up, my aspirations, and ascend	Baer	2005
Criou a Natureza damas belas	Nature bare lovely Dames, and Poet's lay	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Criou a Natureza damas belas	Nature has created women fair	Hart	1962
Dai-me uma lei, Senhor, de querer- vos	Deal me a Law to love you, Dame! I pray you	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Dai-me uma lei, Senhor, de querer- vos	Lay down some law, Lady, for wooing you	White	2008
Dai-me uma lei, Senhor, de querer- vos	Grant me a law of having to love you	Zenith	2009
D'Amores de huma inclita donzella	Smitten with love of inclyt Damosel	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
De Amor escrevo, de Amor trato, e vivo	Of Love I write, of Love I treat and live	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
De Babel sobre os rios nos sentamos	On Babylon-waters sunk in woe sat we	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
De cá, donde somente o imaginar-vos	Hence (where to image you and only you	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
De frescas belvederes rodeadas	By bents encircled, blooming green and gay	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
De frescas belvederes rodeadas	By landscape-scenes surrounded, fresh and gay	Aubertin	1881
De mil suspeitas vans se me levantaõ	Fro' vain suspicions in a thousand ways	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
De quantas graças tinha, a Natureza	Nature of all her graces infinite	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
De quantas graças tinha, a Natureza	What graces from her treasury	Hart	1962

De quantas graças tinha, a Natureza	Of all the many graces she possessed	Segel	1974
De quantas graças tinha, a Natureza	Nature from her varieties of grace	Bosley, <i>Comparative Criticism</i> , 6, 159	1986
De quantas graças tinha, a Natureza	Nature from her varieties of grace	Bosley in <i>Luis de Camões</i> , 57	1990
De tantas perfeicoens a natureza	With such perfections Nature gave her care	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
De tão divino acento em voz humana	Of accents human yet in heavenly strains	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
De tão divino acento em voz humana	So divine a dialect in so human a voice	White	2008
De um tão felice engenho produzido	That happy genius thine, begot and grown	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
De um tão felice engenho produzido	That from one such marvelous talent flowed	White	2008
De vós me aparto, ó vida!	I leave you (dear my life!) and as I leave	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
De vos me aparto, ó vida	I leave you (dear my life!) and as I leave	Burton, <i>The Athenaeum</i> , 3000, 533	1885
De vos me aparto, ó vida	I leave you, Life, and in departing	Hart	1962
De vos me aparto, ó vida!	Life, I abandon you! In such a demise	White	2008
De vós me aparto, ó vida!	After Love made me suffer, alone	Zenith	2009
Debaixo desta pedra está metido	Lieth ensepulchrèd beneath this stone	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Debaixo desta pedra está metido	Beneath this stone, far from all the harms	Baer	2005
Debaixo desta pedra sepultada	Beneath this monumental stone enshrined	Aubertin	1881
Debaixo desta pedra sepultada	Beneath this monumental stone enshrined	Aubertin in Peck, V, 2245	1901
Debaixo desta pedra sepultada	She lies beneath this stone entombed	Hart	1962



Debaixo desta pedra sepultada	Beneath this gravestone lies the most sublime	Baer	2005
Debaixo desta pedra sepultada	She lies ensepulchred below this stone	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Dece do Céu imenso, Deus benino	Descends from Heaven's immense the God benign	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Dece do Céu imenso, Deus benino	Descending from heaven, our most benign	Baer	2005
Deixa Apolo o correr tão apressado	Forego, Apollo, thy so hasty course	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Depois de aver chorado os meus tomentos	When I had wept, bewailing my despair	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Despois de tantos dias mal gastados	After so many days spent evilly	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Despois de tantos dias mal gastados	After so many, many days ill spent	Garnett	1896
Despois que quis Amor	When Love so willed on me alone be vented	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Despois que quis Amor	When that I was condemned by Love's decree	Garnett	1896
Despois que quis Amor	After Love sought that I alone should be	White	2008
Despois que quis Amor	After Love made me suffer, alone	Zenith	2009
Despois que viu Cibele o corpo humano	When viewèd Cybelè what erst had been	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Despois que viu Cibele o corpo humano	Once Sibeles had seen the handsome body	White	2008
Diana prateada esclarecida	Dian enlightenèd with silvern light	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Diana prateada esclarecida	Silver Diana, illuminated	White	2008
Ditosa pena, com a mão que a guia	Pen! ever happy as its guiding hand	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ditosa pena, com a mão que a guia	Pen, happy as the hand that guides	Hart	1962

Ditosas almas, que ambas juntamente	Ye happy Spirits! who at once in twain	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ditosas almas, que ambas juntamente	Blest souls, who hand in hand from here below	Aubertin	1881
Ditosas almas, que ambas juntamente	O happy pair / Whose souls together did ascend	Hart	1962
Ditosas almas, que ambas juntamente	Happy young lovers, who've ascended together	Baer, <i>First Things</i> , June	2002
Ditosas almas, que ambas juntamente	Happy young lovers, who've ascended together	Baer	2005
Ditoso seja aquele que somente	Happy the man, who but of love complains	Adamson	1820
Ditoso seja aquele que somente	Happy the man, who but of love complains	Adamson	1842
Ditoso seja aquele que somente	Happy be mortal man if he lament	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ditoso seja aquele que somente	Happy is he whose only grief	Hart	1962
Ditoso seja aquele que somente	Happy is he whose only problem worth	Baer, <i>First Things</i> , June	2002
Ditoso seja aquele que somente	Happy is he whose only problem worth	Baer	2005
Ditoso seja aquele que somente	Happy that man whose one complaint	White	2008
Ditoso seja aquele que somente	Happy is the man who only complains	Zenith	2009
Diversos casos, varios pensamentos	Differing cases, Thought of varied sents	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Diversos does reparte o Céu benino	Distribute sundry boons the Heavens benign,	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Diversos does reparte o Céu benino	Various gifts does kindly Heaven grant	Hart	1962
Diversos does reparte o Céu benino	The kindly heavens bestowed different	White	2008
Divina Companhia que nos prados	Ye god-like Bevy who upon the plain	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Dizei, Senhora, da Beleza idea	Come, tell me, fairest, from what orient mine	Strangford	1803

Dizei, Senhora, da Beleza ideia	Come, tell me, fairest, from what orient mine	Strangford cited in <i>Critical Review</i> , 2, 334-5	1804
Dizei, Senhora, da Beleza ideia	Come, tell me, fairest, from what orient mine	Strangford in Woodford, 261	1841
Dizei, Senhora, da Beleza ideia	Beauty's ideal, Ladye! deign me say	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Dizei, Senhora, da Beleza ideia	I sing of you, my lady	Hart	1962
Dizei, Senhora, da Beleza ideia	You're the perfect beauty. So please explain	Baer	2005
Dizei, Senhora, da Beleza ideia	I spoke, Lady, of beauty's ideal form	White	2008
Dizei, Senhora, da Beleza ideia	Give me, Lady, an idea of Beauty	Zenith	2009
Do corpo estava ja quasi forçada	Enforced by greater force well-nigh had fled	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Do corpo estava ja quasi forçada*	Half plucked already from the body's head	Aubertin	1881
Doce contentamento já passado	Sweet buried bliss!	Adamson, <i>Monthly Magazine</i> , 35, 116-7	1813
Doce contentamento já passado	Sweet bliss now lost (variant)	Adamson	1820
Doce contentamento já passado	Sweet Bliss now lost!	Adamson	1842
Doce contentamento já passado	Sweetest Content that was with joys that were	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Doce contentamento já passado	Oh sweet content wherein I found all happiness	Hart (excerpt)	1962
Doce contentamento já passado	Sweet ease of mind, already gone	White	2008
Doce sonho, suave e soberano	Sweet Dream of joyaunce suavest, sovereign	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Doce sonho, suave e soberano	Sweet dream, so soothing, and so passing sweet	Aubertin	1881
Doce sonho, suave e soberano	Sweet sleep, gentle and paramount	White	2008

Doces e claras aguas do Mondego	version	Southey, MS Bodleian, unpublished	1799
Doces e claras aguas do Mondego	Mondego, thou, whose Waters, cold and clear	Strangford	1803
Doces e claras aguas do Mondego	Mondego, thou, whose Waters, cold and clear	Strangford in Lofft 3, 274; 4, 571	1813
Doces e claras aguas do Mondego	Wave of Mondego! brilliant and serene	Hemans	1818
Doces e claras aguas do Mondego	Wave of Mondego! brilliant and serene	Hemans, Heber and Pollok, 256	1833
Doces e claras aguas do Mondego	Mondego, thou, whose Waters, cold and clear	Strangford in Woodford, 261	1841
Doces e claras aguas do Mondego	Mondego, thou, whose Waters, cold and clear	Strangford in Longfellow, 109	1877
Doces e claras aguas do Mondego	Sweet waters of Mondego's stream refined	Aubertin	1881
Doces e claras aguas do Mondego	Sweet lucent waters of Mondego-stream	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Doces e claras aguas do Mondego	Sweet lucent waters of Mondego-stream	Burton in Warner, <i>Library</i> , VIII, 3158	1896
Doces e claras aguas do Mondego	Sweet and clear waters of Mondego's flood,	Garnett	1896
Doces e claras aguas do Mondego	Sweet lucent waters of Mondego-stream	Burton in Peck, V, 2251-2	1901
Doces e claras aguas do Mondego	Sweet lucent waters of Mondego-stream	Burton in Walsh, 177-8	1920
Doces e claras aguas do Mondego	Clear sweet waters of Mondego	Hart	1962
Doces águas e claras do Mondego	Sweet, clear waters of the Mondego, sweet, kind	Baer	2005
Doces aguas e claras do Mondego	Sweet pure waters of the Mondego	White	2008
Doces lembranças da passada glória	Sweet memories of a glory past in vain	Aubertin	1881
Doces lembranças da passada glória	Delicious Memories of a Past so glorious	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Doces lembranças da passada glória	Sweet memories of years gone by	Hart	1962
Doces lembranças da passada glória	Sweet memories of former glory	White	2008
Doces lembranças da passada glória	O sweet memories of my past glory	Zenith	2009

Dos Céus à terra dece a môr beleza	Fro' Heaven the highest Beauty earthward flies	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Dos Céus à terra dece a môr beleza	The greatest beauty descends from heaven to earth	Baer	2005
Dos ilustres antigos que deixaram	Of olden Worthies who, by deeds of daring	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Em Babilônia, sobre os rios, quando	Besides the streams of Babylon, in tears	Hemans	1818
Em Babilônia, sobre os rios, quando	Besides the streams of Babylon, in tears	Hemans, Heber and Pollok, 255-6	1813
Em Babilônia, sobre os rios, quando	When by the Rivers Babylon doth rail	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Em fermosa Leteia se confia	So did Lethaea for-that fair confide	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Em fermosa Leteia se confia	Leteia put her faith in beauty	White	2008
Em flôr vos arrancou, de então crecida	Dear lost Antonio! Whilst I yet deplore	Strangford	1803
Em flôr vos arrancou, de então crecida	Dear lost Antonio! Whilst I yet deplore	Strangford, cited in <i>Critical Review</i> , 2, 335	1804
Em flor vos arrancou, de então crecida	In blossom thou wast snatched, but newly grown	Aubertin	1820
Em flôr vos arrancou, de então crecida	Dear lost Antonio! — whilst I yet deplore	Strangford in Woodford, 262	1841
Em flor vos arrancou, de então crecida	In flower uprooted you. Bloom yet unblown,	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Em flôr vos arrancou, de então crecida	Alas, beloved Dom Antonio / in the flower	Hart	1962
Em flor vos arrancou, de então crecida	In your earliest bloom, cruel fortune	White	2008
Em hum batel que com doce meneio	In a light barque, that gliding sweetly on	Aubertin	1881
Em hum batel que com doce meneio	In a slight Barque that softly, gently swaying	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Em huma lapa toda tenebrosa	Within an ocean grotto, dark and bare	Aubertin	1881

Em huma lapa toda tenebrosa	Deep in a cavern gloomed with gathered night	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Em huma lapa toda tenebrosa	Secluse in sullen grot beside the sea	Garnett	1896
Em prisões baixas fui um tempo atado	I lay in Durance vile long while detained	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Em prisões baixas fui um tempo atado	In lowly cell bereaved of liberty	Garnett	1896
Em prisões baixas fui um tempo atado	In lowly cell bereaved of liberty	Garnett in Goldberg, 40	1924
Em prisões baixas fui um tempo atado	Once I lay in a dungeon vile	Hart	1962
Em prisões baixas fui um tempo atado	I have done time in more than one vile prison	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
Em prisões baixas fui um tempo atado	In mean jails for a time I had to languish	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 83	1990
Em prisões baixas fui um tempo atado	Restrained in many prisons, I've had to pay	Baer	2005
Em prisões baixas fui um tempo atado	In vile prisons I was once fettered	White	2008
Em prisões baixas fui um tempo atado	Bound for a time in deep prisons	Zenith	2009
Enquanto Febo os montes acendia	While Phoebus o'er the mountains lustre shed	Aubertin	1881
Enquanto Phebo os montes acendia	While Phoebus flamed the fells with rosy ray	Burton, <i>Lyricks</i> , 25	1884
Enquanto Febo os montes acendia	When Phoebus flamed the mountains with his	Baer	2005
Enquanto Febo os montes acendia	While Phoebus was lighting up the mountains	White	2008
Enquanto quis Fortuna que tivesse	While on my head kind Fortune deign'd to pour	anon in Hayley, 275	1782
Enquanto quis Fortuna que tivesse	While on my head kind Fortune deign'd to pour	anon, Hayley in <i>The Lyric Repository</i> , 47	1787
Enquanto quis Fortuna que tivesse	While on my head kind Fortune deign'd to pour	anon, Hayley in Adamson	1820
Enquanto quis Fortuna que tivesse	While Fortune was disposed to cheer my sight	Aubertin	1881
Enquanto quis Fortuna que tivesse	While Fortune willèd that for me remain	Burton, <i>The Athenaeum</i> , Feb 26, 2783, 299	1881
Enquanto quis Fortuna que tivesse	While Fortune willèd that for me be dight	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

Enquanto quis Fortuna que tivesse	Ere yet my Fortune had prevailed quite	Garnett	1896
Enquanto quis Fortuna que tivesse	Errors, mine were; mere ill- fortune; love that fired me	Trend	1954
Enquanto quis Fortuna que tivesse	Since Fortune has so willed	Hart	1962
Enquanto quis Fortuna que tivesse	As long as Fortune wishes that I may	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
Enquanto quis Fortuna que tivesse	While it was Fortune's will that I should have	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 56	1990
Enquanto quis Fortuna que tivesse	As long as Fortune dangled in my sight	Baer	2005
Enquanto quis Fortuna que tivesse	When Fortune was disposed to give some	White	2008
Enquanto quis Fortuna que tivesse	As long as Fortune wanted me	Zenith	2009
Erros meus, má fortuna, amor ardente	Mine Errors, evil Fortune, Amor's lowe	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Erros meus, má fortuna, amor ardente	Errors, mine were; mere ill- fortune; love that fired me	Trend	1954
Erros meus, má fortuna, amor ardente	My errors my loves my unlucky star	Wevill, <i>Delos</i> , 4	1970
Erros meus, má fortuna, amor ardente	My errors, bad fortune, fiery love	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
Erros meus, má fortuna, amor ardente	Errors of mine, misfortune, fires of love	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 82	1990
Erros meus, má fortuna, amor ardente	My errors my loves my unlucky star\	Wevill in Washburn, 569	1998
Erros meus, má fortuna, amor ardente	My error, my misfortune, ardent love	Hope & Moutinho, 681	1998
Erros meus, má fortuna, amor ardente	My errors my loves my unlucky star	Wevill in Duffy, <i>Hand in Hand</i> , 35	2001
Erros meus, má fortuna, amor ardente	My sins, my wild loves, and Fate herself	Baer	2005

Erros meus, má fortuna, amor ardente	My errors, evil fortune, ardent love	Williams	2007
Erros meus, má fortuna, amor ardente	My errors, ill fortune, and ardent love	White	2008
Erros meus, má fortuna, amor ardente	My errors, cruel fortune and ardent love	Zenith	2009
Esforço grande, igual ao pensamento	Strong Force embodying Thought's ideal strain	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Esforço grande, igual ao pensamento	Strong will wed to keenst mind	Hart	1962
Esforço grande, igual ao pensamento	His formidable strength of will conforms	Baer, <i>First Things</i> , August	2002
Esforço grande, igual ao pensamento	His formidable strength of will conforms	Baer	2005
Espanta crescer tanto o Crocodilo	We note with marvel growth of Crocodile	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Esse terrestre Caos com seus vapores	This earthly Chaos, with its vaporous layer	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Esses cabelos louros, e escolhidos	These fair-faxt Tresses of the choicest shade	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Está o lascivo e doce passarinho	Behold yon little songster, sportive, gay	Adamson, <i>Monthly Magazine</i> , 35, 115-6	1813
Está o lascivo e doce passarinho	Behold yon little songster, sportive, gay	Adamson	1820
Está o lascivo e doce passarinho	Behold yon little songster, sportive, gay	Adamson	1842
Está o lascivo e doce passarinho	The pretty, sweet, and wanton little bird	Aubertin	1881
Está o lascivo e doce passarinho	Sits the sweet Birdie, ever gladsome-gay	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Está o lascivo e doce passarinho	The happy little bird swung on a bough	Hart	1962
Está o lascivo e doce passarinho	There, ordering his feathers with his beak	Griffin, 'Gentle Spirit'	1976
Está o lascivo e doce passarinho	This gentle bird which frolics in the brake	Kitchin, <i>Love Sonnets of the Renaissance</i> , 49	1990



Está o lascivo e doce passarinho	The carefree little bird, preoccupied	Baer	2005
Está o lascivo e doce passarinho	The sweet, irrepressible sparrow is tugging	White	2008
Está-se a Primavera trasladando	Spring, in gay and frolic hour	Strangford	1803
Está-se a Primavera trasladando	Spring, in gay and frolic hour	Strangford in <i>The Vocal Library</i> , 196	1818
Está-se a Primavera trasladando	The Spring is copying all that it doth wear	Aubertin	1881
Está-se a Primavera trasladando	Prime all her beauties loveth to transmew	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Está-se a Primavera trasladando	A copy of the Spring is in thy face	Figueiredo, 299-300	1925
Está-se a Primavera trasladando	Spring looks upon thy features fair	Hart	1962
Está-se a Primavera trasladando	Spring's very essence is depicted	White	2008
Este amor que vos tenho, limpo e puro	This earthly chaos, with its vaporous air	Aubertin	1881
Este amor que vos tenho, limpo e puro	This Love for you I keep so chaste and pure	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Este amor que vos tenho, limpo e puro	This Love for you I keep so chaste and pure	Burton, <i>The Athenaeum</i> , 3000, 2533	1885
Este amor que vos tenho, limpo e puro	This love of mine, so pure, so chaste	Hart	1962
Este amor que vos tenho, limpo e puro	This chaste, unsullied love I bear you	White	2008
Este terrestre caos com seus vapores*	This earthly chaos, with its vaporous air	Aubertin	1881
Este terrestre caos com seus vapores	This earthly Chaos, with its vaporous layer	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Eu cantarei de amor tão docemente	I sang of love—and in so sweet a strain	Strangford	1803
Eu cantarei de amor tão docemente	I sang of love—and in so sweet a strain	Strangford in <i>Critical Review</i> , 2, 335	1804
Eu cantarei de amor tão docemente	I sang of love—and in so sweet a strain	Strangford in <i>The Edinburgh Review</i> , 45-6	1805

Eu cantarei de amor tão docemente	I will sing of love so sweetly (literal version)	Bartholomew Frere, <i>The Edinburgh Review</i> , 6:11, 46	1805
Eu cantarei de amor tão docemente	My song of Love I will so sweetly sing	Burton, <i>The Academy</i> , 541, 203	1882
Eu cantarei de amor tão docemente	My song of Love I will so sweetly sing	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Eu cantarei de amor tão docemente	So sweet the lyre, so musical the strain	Garnett in Waddington, 214	1888
Eu cantarei de amor tão docemente	So sweet the lyre, so musical the strain	Garnett	1896
Eu cantarei de amor tão docemente	My song of love I shall so sweetly sing	Hart	1962
Eu cantarei do amor tão docemente	I'll sing a song of love so sweet, so blessed	Baer	2005
Eu cantarei do amor tão docemente	I'll sing of love in a manner so svelte	White	2008
Eu cantarei de amor tão docemente	So sweetly will I sing of love	Zenith	2009
Eu cantarei de amor tão docemente	I would sing of love so sweetly	Barletta <i>et al</i>	2013
Eu cantei já, e agora vou chorando	How sprightly were the roundelays	Strangford (classed as canzonet)	1803
Eu cantei já, e agora vou chorando	How sprightly were the roundelays	Strangford in <i>The Vocal Library</i> , 130	1818
Eu cantei já, e agora vou chorando	How sprightly were the roundelays	Strangford in Longfellow, 745	1845
Eu cantei já, e agora vou chorando	I sang in Bygones; now I weep to see	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Eu cantei já, e agora vou chorando	I weep to think that once	Hart	1902
Eu cantei já, e agora vou chorando	I once sang, and now hear me lamenting	White	2008
Eu cantei já, e agora vou chorando	I used to sing and now I weep	Zenith	2009
Eu me aparto de vós, ninfas do Tejo	version	Southey, MS Bodleian 1799, unpublished	1799
Eu me aparto de vós, Nymphas do Tejo	My Nymphs of Tagus, I depart, adieu!	Aubertin	1881
Eu me aparto de vós, Nymphas do Tejo	Nymphs of the Tagus ! I fro' you take flight,	Burton, <i>Lyrics</i>	1884

Eu vivia de lagrimas isento	From sorrow free, and tears, and dull despair	Strangford	1803
Eu vivia de lagrimas isento	Exempt from every grief, 'twas mine to live	Hemans	1818
Eu vivia de lagrimas isento	Exempt from every grief, 'twas mine to live	Hemans, Heber, Pollok, 257	1833
Eu vivia de lagrimas isento	Exempt fro' tears I wended life-tide's way	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Eu vivia de lagrimas isento	I lived once untaxed by tears	White	2008
Ferido sem ter cura perecia	A desperate wound was dealt sans hope of heal	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ferido sem ter cura perecia	Wounded, and with no apparent remedy	White	2008
Fermosa Beatriz, tendes taes geitos	Beautiful Beatrice! such 'luring geste	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Fermosa mão que o coração me aperta	That fair-formed Hand my heart in holding takes	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Fermoso Tejo meu quam diferente	My lovely Tagus! with what different Sent	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Fermoso Tejo meu quam diferente	Tagus, with countenance how different	Garnett, 103	1896
Fermoso Tejo meu quam diferente	Tagus, with countenance how different	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 180	1899
Fermoso Tejo meu quam diferente	Tagus, with countenance how different	Garnett, Goldberg, 42	1924
Fermosos olhos, que cuidado dais	Beautiful eyes which deal an envious care	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Fermosos olhos, que cuidado dais	Beautiful eyes, whereof the sunny sphere	Garnett	1896
Fermosos olhos, que na idade nossa	Beautiful Eyên, to our days displaying	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Fermosos olhos, que na idade nossa	Beautiful eyes, whereof the sunny sphere	Garnett, Goldberg, 43	1924
Fermosos olhos, que na idade nossa	Ah, lovely eyes, / Wherein all Nature's grace	Hart	1962
Fermosos olhos, que na idade nossa	Beautiful eyes that for our present epoch	White	2008
Formosura do Céu a nós descida	Thy lovely charms, celestial maid	Old Nick, <i>The Lady's Monthly Museum</i> 12	1804

Formosura do Céu a nós descida	Thy lovely charms, celestial maid	Old Nick, 'Beauty', <i>Spirit of the Public Journals</i> , VIII, 114	1805
Fermosura do ceo a nós decida	Beauty from heavenly heights to Earth descended!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Fiou-se o coração, de muito isento	The hear entrusted self erst Fancy-free	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Fiou-se o coração, de muito isento	My over-confident heart grew more and more	Baer	2005
Fiou-se o coração, de muito isento	My heart had always set such store	White	2008
Foi já num tempo doce cousa amar	To love in passèd Time was passing sweet	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Foi já num tempo doce cousa amar	Love was passing sweet in days gone by	Hart	1962
Foi já num tempo doce cousa amar	Being in love was once a tender	White	2008
Fortuna em mim guardando seu direito	Fortune o'er me reserving rightful Hest	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Fortuna em mim guardando seu direito	Fortune, exacting from me its tribute	White	2008
Gentil Senhora, se a Fortuna imiga	If, Ladye fair! my Fortune, ferest foe,	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Gentil Senhora, se a Fortuna imiga	Gentle lady / If cruel Fate	Hart	1962
Gostos falsos de amor, gostos fingidos	False Gusts of Love	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Grão tempo há já que soube da Ventura	Long Syne now 'tis sin' taught me Aventure	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Grão tempo há já que soube da Ventura	'Twas long ago I learned what Fortune held for me	Hart	1962
Grão tempo há já que soube da Ventura	For a long time I've known a fatal stare	White	2008
Guardando em mi a sorte o seu direyto	Fortune, preserving right of sovranty	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
He o gozado bem em agua escrito	Weal, once enjoyèd, is on water writ	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

Horas breves de meu contentamento	Short hours of joy ! onward ye fleeting past!	Adamson, <i>Monthly Magazine</i> , 35, 116	1813
Horas breves de meu contentamento	Short hours of joy ! onward ye fleeting past!	Adamson	1820
Horas breves de meu contentamento	Short hours of joy ! onward ye fleeting past!	Adamson	1842
Horas breves de meu contentamento	Short hours, with whom contentment I could find	Aubertin	1881
Horas breves de meu contentamento	Short Hours ! whose glad Content my fortune gracèd	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Horas breves de meu contentamento	Hours of my happiness, a scanty train !	Garnett	1886
Ilustre, e digno ramo dos Meneses	Illustrious Scion of the tree Meneses!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ilustre o dino ramo dos Meneses	Illustrious scion of Menezes' line	Hart	1962
Ilustre o dino ramo dos Meneses	Illustrious and worthy scion, flower	Baer	2005
Ilustre o dino ramo dos Meneses	Deservedly famous branch of the Meneses	White	2008
Imagens vâas me imprime a Fantasia	In me vain fancies Fancy would inlay	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Indo o triste pastor todo embebido	All sorrowful as strayed the shepherd swain	Aubertin	1881
Indo o triste Pastor todo embebido	The tristeful Shepherd dolour-drowned would hie	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Indo o triste pastor todo embebido	The sad shepherd wandered, caught	White	2008
Já a rôxa e branca Aurora destoucava	Now pearly, rosy morn spread forth above	Aubertin	1881
Já a rôxa e branca Aurora destoucava	Now red and white Aurore had loosed the snood	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Já a saudosa Aurora destoucava	Ardent Aurora had shaken free	White	2008
Já cantei, já chorei a dura guerra	Oft have I sung and mourned the bitter woes	Hemans	1818
Já cantei, já chorei a dura guerra	Oft have I sung and mourned the bitter woes	Hemans, Heber, Pollok, 255	1831
Já cantei, já chorei a dura guerra	Erst sang I, erst I wept Love's tyranny	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Já claro vejo bem, já bem conheço	Now ken I clearly, clearly I believe	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

Já do Mondego as águas aparecem	Now of Mondego-stream the waters show	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Ja do Mondego as águas aparecem	Lo the fair prospect of Mondego, clear	Garnett	1896
Já é tempo, já, que minha confiança	Tis time, time 'tis that this my confidence	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Já é tempo, já, que minha confiança	T'is time, t'is time, my cherished dreams	Hart	1962
Já é tempo, já, que minha confiança	It's high time my confidence	White	2008
Já me fundey em vãos contentamentos	Erst upon vain Contents I based my mind	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Já não fere o Amor com arco forte	No more with force-full bow fares Love to smite	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Já não sinto, Senhora, os desenganos	No more, Madâme! feel I false hopes and fears	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Já não sinto, Senhora, os desenganos	I no longer feel disillusioned, Lady	White	2008
Já tempo foi, que meus olhos traziam	Time was mine Eyes delighted to unfold	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Julga-me a gente toda por perdido	My senses lost, misjudging men declare	Strangford	1803
Julga-me a gente toda por perdido	My senses lost, misjudging men declare	Strangford in Woodford, 260	1841
Julga-me a gente toda por perdido	The world misjudgeth I have lost my lot,	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Julga-me a gente toda por perdido	This poor world misjudges me as lost	Hart	1962
Julga-me a gente toda por perdido	The whole world judges me as lost. My days	Baer	2005
Julga-me a gente toda por perdido	Everyone considers me a lost cause	White	2008
Leda serenidade deleitosa	A glad delicious air serene that shows	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Leda serenidade deleitosa	A happy, charming composure	White	2008
Lembranças de meu bem, doces	Memories of happiness mine! douce Memories	Burton, <i>Lyrics</i>	1884

Lembranças que lembrays o bem passado	Memories remembering Good of by-gone date	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Lembranças que lembrais meu bem	Memories of past happiness	Hart	1962
Lembranças que lembrais meu bem	Memories, you recall my happy times	White	2008
Lembranças que lembrais meu bem	O memories that deepen the sorrow I feel	Zenith	2009
Lembranças saudosas, se cuidas	Sad yearning Memories! an ye still be straining	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Lembranças saudosas, se cuidas	Heartfelt memories, if it's your pleasure	White	2008
Lembranças tristes, para que gastais tanto	Ye tristeful Souvenirs! why this vain intent	Burton	1884
Levantai, minhas Tagides, a frente	Exalt on high your brow, my Tagides	Aubertin	1881
Levantai, minhas Tagides, a frente	High raise your glorious brows, my Tagidès	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Lindo e sutil trançado, que ficaste	Dear band, which once adorn'd my worship'd	Strangford	1803
Lindo e sutil trançado, que ficaste	Sweet, delicate fillet, who art left behind	Aubertin	1881
Lindo e sutil trançado, que ficaste	Fair-woven Fillet ! in whose pledge I find	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Lindo e sutil trançado, que ficaste	Sweet, delicate fillet, who art left behind	Aubertin in Waddington, 203	1888
Lindo e sutil trançado, que ficaste	Oh ribbon fair, that dost with me remain	Thomas Wentworth Higginson, 105	1889
Lindo e sutil trançado, que ficaste	Oh ribbon fair, that dost with me remain	Thomas Wentworth Higginson, 398	1900
Lindo e sutil trançado, que ficaste	Fair woven fillet that I hold	Hart	1962
Lindo e sutil trançado, que ficaste	Beautiful, so subtle ribbon, you	Baer	2005

Lindo e sutil trançado, que ficaste	Prettily woven head-dress arrayed	White	2008
Mal, que de tempo em tempo vós crescendo	Ills! that fro' time to time so crescive grow	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Males, que contra mim vos conjurastes	Ills ! that against my faring well conspire	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Males, que contra mim vos conjurastes	Misfortunes, seeing that you plot against	White	2008
Males, que contra mim vos conjurastes	Afflictions that conspired against me	Zenith	2009
Memória do meu bem, cortado em flores	Memories of Joyaunce! nipt in budding flow'r	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Memória do meu bem, cortado em flores	Memories of happy days slain in their primes	Hart	1962
Memória do meu bem, cortado em flores	Memorial to the good times, carved in flowers	White	2008
Memorias offendidas que hum só dia	Offended Memories! that no single day	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Mil vezes determino não vos ver	I swear a thousand times to unsee your sight	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Mil vezes se move meu pensamento	For times a thousand mine Intent was bent	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Moradoras gentis e delicadas	Dwellers, all grace and loveliness, where flows	Aubertin	1881
Moradoras gentis e delicadas	Delicate gentle Mays! who wone where flows	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Mudam-se os tempos	The circling year doth change, and all the train	1 Adamson, <i>Monthly Mirror</i> , NS 2, 428-9	1807
Mudam-se os tempos	The year is changeful, and the joyous train	2 Adamson, <i>Sonnets</i> (minor differences)	1845
Mudam-se os tempos	The year is changeful, and the joyous train	Adamson, <i>Sonnets</i>	1845
Mudam-se os tempos	The times change on, the dreams we loved	Drury in <i>Argosy</i> , 52, 329	1881



Mudam-se os tempos	Times change, change mortal loves and volunities	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Mudam-se os tempos	Time and the mortal will stand never fast	Garnett	1896
Mudam-se os tempos	Time and the mortal will stand never fast	Garnett in Walsh, 186-7	1920
Mudam-se os tempos	The seasons change and change continually	Figueiredo, 298	1925
Mudam-se os tempos	Time and the mortal will stand never fast	Garnett in Van Doren <i>Anthology</i> , 590-1	1929
Mudam-se os tempos	There are changes in the season	Trend	1954
Mudam-se os tempos	Time changes for us all	Hart	1962
Mudam-se os tempos	Times ever change and with them change our wills	Segel	1974
Mudam-se os tempos	Times change with seasons	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 66	1990
Mudam-se os tempos	Times will change, intentions will change too	Williams	2007
Mudam-se os tempos	Time changes, and our desires change. What we	Baer	2008
Mudam-se os tempos	The times change, along with fashions	White	2009
Mudam-se os tempos	Times change, desires change	Zenith	2009
Mudam-se os tempos	Times change and desires change	Barletta <i>et al</i>	2013
Na desesperação já repousava	In Desperation 'gan repose espy	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Na desesperação já repousava	Out of desperation I laid to rest	White	2008
Na margem de hum ribeiro, que fendia	Upon the margin of a stream, whose bed	Aubertin	1881
Na margem de hum ribeiro, que fendia	On bank of brooklet, cleaving with its tide	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Na metade do Céu subido ardia	High in the glowing heavens, with cloudless beam	Hemans	1818
Na metade do Céu subido ardia	High in the glowing heavens, with cloudless beam	Hemans in Longfellow, 747	1845
Na metade do Céu subido ardia	High in the glowing heavens, with cloudless beam	Hemans, Heber and Pollok, 253	1833

Na metade do Céu subido ardia	In heaven's high midst the brilliant Shepherd Guide	Aubertin	1881
Na metade do Céu subido ardia	Flamed on the midway firmamental hill	Burton, <i>The Academy</i> , 541, 203	1882
Na metade do Céu subido ardia	Flamed on the midway firmamental hill	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Na metade do Céu subido ardia	The sun stood blazing in mid-sky	Hart	1962
Na metade do Céu subido ardia	The flaming sun rises high, to the peak	Baer, <i>First Things</i> , August	2002
Na metade do Céu subido ardia	The flaming sun rises high, to the peak	Baer	2005
Na metade do Céu subido ardia	The sun, that gentle shepherd, had climbed	White	2008
Na ribeira do Eufrates assentado	Wrapt in sad musing, by Euphrates' stream	Hemans	1818
Na ribeira do Eufrates assentado	Wrapt in sad musing, by Euphrates' stream	Hemans, Heber and Pollok, 253	1831
Na ribeira do Eufrates assentado	I sat me lonesome on Euphrates-shore	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Na ribeira do Eufrates assentado	By water-brooks of Babylon I seat me	Young, <i>Portugal An Anthology</i> , 83	1916
Na ribeira do Eufrates assentado	By broad Euphrates' stream I sat	Hart	1962
Na ribeira do Eufrates assentado	By the waters of the Euphrates on and on	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
Na ribeira do Eufrates assentado	Sitting where the rapid waters flow	Baer	2005
Na ribeira do Eufrates assentado	Seated on the bank of the Euphrates	White	2008
Na ribeira do Eufrates assentado	Sitting beside the Euphrates River	Zenith	2009
Náiades, vos, que os rios habitais	Naiads! ye ladyes who in rivers wone	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Náiades, vos, que os rios habitais	Naiades, ye who in the streams abide	Aubertin	1881
Náiades, vos, que os rios habitais	Gentle and dainty Naiades, who dwell	Garnett	1896
Náiades, vós, que os rios habitais	Naiads, you who dwell in the rivers	White	2008
Nas Cidades, nos bosques, nas florestas	In bosque and forest, in the mart and meet	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

Naõ ha louvor que arribe a menor parte	There be no praises reach the minim part	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Não passes, caminhante!	Stop, passer by-Who calls me? 'Tis the claim	Aubertin	1881
Não passes, caminhante!	Pass me not, Passer-by! —"Who names my name?"	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Não passes, caminhante!	Pass me not, Passer-by!—"Who names my name?"	Burton, <i>The Athenaeum</i> , 3000, 534	1885
Não passes, caminhante!	"Stop, passer by!" "Who is calling me?"	White	2008
Não vás ao monte, Nise, com teu gado	Don't venture, Nise, to the mount today	Aubertin	1881
Não vás ao monte, Nise, com teu gado	Lead not thy lambkins, Nisé, to yon crest	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Não vás ao monte, Nise, com teu gado	Nise, / Go not upon the mountain with thy flock	Hart	1962
Nem o tremendo estrepito da guerra	Not the tremendous clash and clang of fight	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Nem o tremendo estrepito da guerra	Not the tremendous clash of war	Parmalee, 478 (prose)	1916
No mundo poucos anos, e cansados	Slowly and heavily the time has run	Strangford	1803
No mundo poucos anos, e cansados	Slowly and heavily the time has run	Strangford in <i>The Edinburgh Review</i> , 44-5	1805
No mundo poucos anos, e cansados	Few years I number; years of anxious care	Roscoe in Sismondi, 2, 532	1823
No mundo poucos anos, e cansados	Slowly and heavily the time has run	Strangford in Sismondi, 2, 532	1823
No mundo poucos anos, e cansados	Slowly and heavily the time has run	Strangford in Woodford, 259	1841
No mundo poucos anos, e cansados	Few years I number, years of anxious care	Roscoe in Longfellow, 746	1845
No mundo poucos anos, e cansados	As tir'd and weary, from the rough swoln main	Adamson, <i>Sonnets</i>	1845
No mundo poucos anos, e cansados	Few weary winters pight in worldly Pale	Burton, <i>The Athenaeum</i> , February 26, 2783, 299	1881
No mundo poucos anos, e cansados	On earth few years and weary did I live	Aubertin	1881

No mundo poucos anos, e cansados	Few weary Winters in this worldly Pale	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
No mundo poucos anos, e cansados	Few years and evil to my life were lent	Garnett	1896
No mundo poucos anos, e cansados	Few years and evil to my life were lent	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 181-2	1899
No mundo poucos anos, e cansados	My years on earth were short, but long for me	Campbell, <i>Portugal</i> , 144	1957
No mundo poucos anos, e cansados	My years were short and troubled on earth	Wilde in Tucker, 139	1966
No mundo poucos anos, e cansados	My years on earth were short, but long for me	Campbell in Washburn, 568	1998
No mundo poucos anos, e cansados	But few years were granted me	Hart	1962
No mundo poucos anos, e cansados	On earth I lived few years, and weary ones	Paul Hyland, <i>Underground</i> , 296	2001
No mundo poucos anos, e cansados	In this world I managed to survive	Baer, <i>First Things</i> , August	2002
No mundo poucos anos, e cansados	In this world I managed to survive	Baer	2005
No mundo poucos anos, e cansados	I passed on earth a few weary years	White	2008
No mundo poucos anos, e cansados	Few and wearisome years I lived	Zenith	2009
No mundo quis o Tempo que se achasse	Time in the world at one time was intent	Aubertin	1881
No mundo quis o Tempo que se achasse	Time hath so willèd in the World we find	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
No mundo quis o Tempo que se achasse	Time decrees that each accept	Hart	1962
No mundo quis o Tempo que se achasse	Who could live so calmly on this planet	White	2008
No mundo quis o Tempo que se achasse	Time's project in life was to study	White	2008
No regaço da Mãe Amor estava	Lapt by his Mother little Love was lying	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
No tempo que de Amor viver soía	Where love, love only, was my daily diet	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

No tempo que de Amor viver soia	In days of youth, when living but for Love	Garnett	1896
No tempo que de Amor viver soia	In those days when Love was a fine game	White	2008
No tempo que de Amor viver soia	Back in the days when I lived for Love	Zenith	2009
No tempo que de Amor viver soia	In the time when I lived for Love	Cohen	2012
Nos braços de hum Silvano	Bound to a Sylvan's breast a-slumbering lay	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Nos seus olhos belos	In her challenging	White	2008
Novos casos de Amor, novos enganos	New change and chance of Love, new snare and sleight	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Num bosque, que das Ninfas se habitava	Within a grove the haunt of Nymph and Fay	anon, <i>Monthly Mirror</i> , 13, 51	1802
Num bosque, que das Ninfas se habitava	Within a grove the haunt of Nymph and Fay	anon, Adamson	1820
Num bosque, que das Ninfas se habitava	Twás in a grove, the wood nymphs calm retreat	Adamson, <i>Sonnets</i>	1845
Num bosque, que das Ninfas se habitava	Within a wood nymphs were inhabiting	Aubertin	1881
Num bosque, que das Ninfas se habitava	Deep in a woody, Nymph-inhabited dell	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Num bosque, que das Ninfas se habitava	Within a wood nymphs were inhabiting	Aubertin in Waddington, 20	1888
Num bosque, que das Ninfas se habitava	Deep in a wood where dwell the nymphs	Hart	1962
Num bosque, que das Ninfas se habitava	In the woods, where the nymphs pass their hours	Baer	2005
Num bosque, que das Ninfas se habitava	To a wood where the nymphs had tenure	White	2008
Num jardim adornado de verdura	Into a garden all adorned with green	Aubertin	1881

Num jardim adornado de verdura	Into a garden adorned with green (version 2)	Aubertin	1882
Num jardim adornado de verdura	Into a garden verdure-deckt and dight	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Num jardim adornado de verdura	In a garden, verdure-clad	Hart	1962
Num jardim adornado de verdura	To a garden luxuriously verdant	White	2008
Num tão alto lugar, de tanto preço	Upon so noble height, man's highest prize	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Num tão alto lugar, de tanto preço	On a place so exalted, of such credit,	White	2008
Nunca em amor damnou o atreuimento	Never did love his boldness hurtful find	Aubertin	1881
Nunca em Amor damnou o atreuimento	Love ne'er condemned hearts that boldly dare	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Nunca em amor damnou o atreuimento	Never did love his boldness hurtful find	Aubertin in Waddington, 209	1888
Nunca em amor damnou o atreuimento	Never in Love were the brave condemned	Hart	1962
O capitão Romano esclarecido	The Roman Capitayne so famed of yore	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
O cisne, quando sente ser chegada	While on the margin of his native shores	Strangford	1803
O ceo, a terra, o vento sossegado	All hushed the heaven and earth, and wind the same	Aubertin	1881
O ceo, a terra, o vento sossegado	The Heavens and Earth all husht; no gusts to moan	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
O ceo, a terra, o vento sossegado	All hushed the heaven and earth, and wind the same	Aubertin in Waddington, 207	1888
O ceo, a terra, o vento sossegado	Sky, earth, and air are sleeping silently	Garnett	1896
O ceo, a terra, o vento sossegado	The sky, the earth, the wind are hushed	Hart	1962
O ceo, a terra, o vento sossegado	The sky, the land, the wind soothed down	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976

O ceo, a terra, o vento sossegado	The sky, the earth, the wind subdued and quiet	Bosley in <i>Luis de Camões</i> , 75	1990
O ceo, a terra, o vento sossegado	The sky, the earth, the silent wind...	Myers, 193	1995
O ceo, a terra, o vento sossegado	The sky, the earth, and the wind are blessed	Baer	2005
O ceo, a terra, o vento sossegado	The heavens, the earth, the tranquil breeze . . .	White	2008
O ceo, a terra, o vento sossegado	The sky, the earth, the wind blowing softly	Zenith	2009
O cisne, quando sente ser chegada	They say the swan, though mute his whole life long	Wilde, <i>Augusta Chronicle</i> , 12 November	1821
O cisne, quando sente ser chegada	They say the swan, though mute his whole life long	Wilde, <i>SLM</i> , 1, 4 December, 186	1834
O cisne, quando sente ser chegada	While on the margin of his native shores	Strangford in Woodford, 258	1841
O cisne, quando sente ser chegada	When now at length, Time's cycles at the full	Roscoe, <i>New Monthly</i> , 75, 417	1845
O cisne, quando sente ser chegada	The swan, when feeling that its hour is o'er	Aubertin	1881
O cisne, quando sente ser chegada	The swan, when feeling that its hour is o'er	Aubertin <i>Saturday Review</i>	1881
O cisne, quando sente ser chegada	The Swan, who feeleth that enfated hour	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
O cisne, quando sente ser chegada	When the dying swan feels his hour nigh	Hart	1962
O cisne, quando sente ser chegada	They say the swan, though mute his whole life long	Wilde in Tucker, 151	1966
O cisne, quando sente ser chegada	When the Swan feels he has arrived before	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
O cisne, quando sente ser chegada	The swan, when it senses that little more	Baer	2005
O cisne, quando sente ser chegada	The swan, when he senses fast approaching	White	2008
O cisne, quando sente ser chegada	The swan, sensing the arrival	Willis	2013
O culto divinal se celebrava	Sweetly was heard the anthem's choral strain	Strangford	1803
O culto divinal se celebrava	Sweetly was heard the anthem's choral strain	Strangford in Shelley 3, 303	1837
O culto divinal se celebrava	Sweetly was heard the anthem's choral strain	Strangford in Longfellow, 746	1845

O culto divinal se celebrava	The souls of all were sad in solemn prayer,	Aubertin	1881
O culto divinal se celebrava	With holy Worship came they to adore	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
O culto divinal se celebrava	The souls of all were sad in solemn prayer,	Aubertin in Waddington, 210	1888
O culto divinal se celebrava	Sweetly was heard the anthem's choral strain	Strangford in Moore, <i>Poet Lore</i> , 366	1907
O culto divinal se celebrava	Divine worship was being consecrated	White	2008
O dia em que nasci moura e pereça	Now may the day that saw my birth	Hart	1962
O dia em que nasci moura e pereça	May the day I was born die and be done	Griffin, <i>Camões: Some Poems</i>	1976
O dia em que nasci moura e pereça	Die, day that I was born in, be undone!	Hope & Moutinho, 681	1989
O dia em que nasci moura e pereça	Let the day perish wherein I was born	Bosley in <i>Luis de Camões</i> , 83	1990
O dia em que nasci moura e pereça	Wipe away, with death, the day of my birth	Baer	2005
O dia em que nasci moura e pereça	That black, terminal day I was born	White	2008
O dia, hora em que naci moura e pereça	Die an eternal Death my natal Day	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
O dia, hora ou o último momento	The day, the hour, the mormont of that hour	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
O filho de Latona esclarecido	Latona's son, by clearest light belit	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
O filho de Latona esclarecido	Apollo, Latona's enlightened son	White	2008
O fogo que na branda cera ardia	The Fire, who burning made soft wax a prey	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
O fogo que na branda cera ardia	The flame on the soft candle burning	White	2008
O gesto puro, enfim e transparente	Her every movement	Hart (excerpt)	1962
Ó gloriosa cruz, ó vitorioso	O glorious Cross! O Cross for aye victorious!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ó gloriosa cruz, ó vitorioso	O glorious cross, O victorious	Baer	2005



O quanto melhor he o supremo dia	O how far better man's supremest Day	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
O raio cristalino se estendia	Aurora with her new-born crystal ray	Aubertin	1881
O raio cristalino se estendia	Dispread its sheeny rays in chrystalline weft	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
O raio cristalino se estendia	Aurora with her new-born crystal ray	Aubertin in Waddington, 208	1888
O raio cristalino se estendia	Mottled dawn was spreading her crystal	White	2008
O raio cristalino se estendia	The crystalline ray of dappled Dawn	Zenith	2009
O tempo acaba o ano, o mês e a hora	Time marks an end of years, of months, of hours	Segel	1974
O tempo acaba o ano, o mês e a hora	Time endeth every time, year, month, and hour	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
O tempo acaba o ano, o mês e a hora	Time ends year, month, and hour	White	2008
O tempo acaba o ano, o mês e a hora	Time swallows the year, the month, the hour	Zenith	2009
O tempo está vingado à custa mia	Time is avengèd (costing me so dear)	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Oh! Arma, unicamente só triunfante	Oh one and only Arm, victorious Vaunt	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Oh! como me se alonga de ano em ano	Ah me ! how longsome lengthens year by year	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Oh! como se me alonga de ano em ano	How far accumulating years extend	Garnett	1896
Oh! como se me alonga de ano em ano	How far accumulating years extend	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 182	1899
Oh! como se me alonga de ano em ano	Oh! How from year to year / This weary pilgrimage	Hart	1962
Oh! como se me alonga de ano em ano	Oh! how it ever longer seems to grow	Barter	1974
Oh! como se me alonga de ano em ano	O how from year to year they reach and stretch	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 71	1990

Oh! como se me alonga de ano em ano	Oh how long, year after year	Zenith	2006
Oh! como se me alonga de ano em ano	O, how it drags me along year by year	White	2008
Oh fortuna cruel! oh dura sorte!	Ay, cruel Fortune! Ay, dure lot of woe!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Óh! quão caro me custa o entender-te	Ah me! how dearly costeth it to trow thee	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Óh! quão caro me custa o entender-te	Importunate Love, how much it costs	White	2008
Oh rigurosa ausencia desejada	O rigorous Absence I so longed to see	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Olhos, aonde o ceo coin luz inaes pura,	Eyes! wherein heavenly radiance purest pure	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Olhos fermosos, em quem quis Natura	Beautiful Eyes! which portent Nature bade	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Olhos fermosos, em quem quis Natura	Ah, lovely eyes / Wherein all Nature's grace does lie	Hart	1962
Olhos fermosos, em quem quis Natura	Beautiful eyes, by which Nature looks	White	2008
Ondados fios de ouro, onde enlazado	Ye rippling golden Threads! whose tangled skein	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ondados fios d'ouro reluzente	Ye waving, flowing threads of golden sheen	Aubertin	1881
Ondados fios d'ouro reluzente	Ye wavy wirelets shining golden sheen,	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ondados fios d'ouro reluzente	Delicate weaves of gleaming gold	White	2008
Onde acharei lugar tão apartado?	Where shall I find a spot so set a part	anon, <i>Monthly Mirror</i> , 12, 419-20	1801
Onde acharei lugar tão apartado?	Where shall I find some desert-scene so rude	Hemans	1818
Onde acharei lugar tão apartado?	Where shall I find aplace so set apart	anon, in Adamson (cf 1801)	1820
Onde acharei lugar tão apartado?	Where shall I find a place so set apart	anon, <i>Eclectic Review</i> , 14, 566	1820
Onde acharei lugar tão apartado?	Where shall I find some desert-scene so rude	Hemans, Heber and Pollok, 256-7	1833
Onde acharei lugar tão apartado?	Where shall I ever find so far a spot	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

Onde acharei lugar tão apartado?	Where shall I find some lonely wilderness?	Hyslop, <i>Poems</i> , 205	1887
Onde acharei lugar tão apartado?	O for a solitude so absolute	Garnett, 121	1896
Onde acharei lugar tão apartado?	O for a solitude so absolute	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 180	1899
Onde acharei lugar tão apartado?	O for a solitude so absolute	Garnett in Moore, <i>Poetic Lore</i> , 366	1907
Onde acharei lugar tão apartado?	Where shall I find a place so far removed	Hart	1962
Onde mereci eu tal pensamento?	Whence did I merit by such Thought be shent	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Onde porei meus olhos que não veja	Where shall I bend these eyne that be unseen	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Ornou sublime esforço ao grande Atlante	Bedeckt great Atlas meed of Might sublime	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Os meus alegres venturosos dias	My tale of happy, fortune- favoured Days	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Os olhos onde o casto Amor ardia	Those charming eyes, within whose starry sphere	Strangford	1803
Os olhos onde o casto Amor ardia	In those eyes, whence Love diffused his purest light	Hemans	1818
Os olhos onde o casto Amor ardia	In those eyes, whence Love diffused his purest light	Hemans, Heber and Pollok, 254	1833
Os olhos onde o casto Amor ardia	Those charming eyes, within whose starry sphere	Strangford in Woodford, 263	1841
Os olhos onde o casto Amor ardia	Those charming eyes, within whose starry sphere	Strangford in Longfellow, 747	1845
Os olhos onde o casto Amor ardia	The eyes where love in chastest fire would glow	Aubertin	1881
Os olhos onde o casto Amor ardia	Those eyne where showed chaste Love his ardent glow	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Os olhos onde o casto Amor ardia	Those eyes, within whose meek and modest glance	Hyslop, <i>Poems</i> , 205	1887
Os olhos onde o casto Amor ardia	The eyes where love in chastest fire would glow	Aubertin in Waddington, 212	1888
Os olhos onde o casto Amor ardia	The eyes where love in chastest fire would glow	Thomas Wentworth Higginson, 106	1889
Os olhos onde o casto Amor ardia	Beautiful eyes, whereof the sunny sphere	Garnett	1896
Os olhos onde o casto Amor ardia	The eyes where love in chastest fire would glow	Thomas Wentworth Higginson, 399	1900

Os olhos onde o casto Amor ardia	Those charming eyes, within whose starry sphere	Strangford in Moore, <i>Poet Lore</i> , 365	1907
Os olhos onde o casto Amor ardia	Those charming eyes, within whose starry sphere	Strangford in Walsh, 182-3	1920
Os olhos onde o casto Amor ardia	Those charming eyes, within whose starry sphere	Strangford in Van Doren <i>Anthology</i> , 588	1928
Os reinos e os impérios poderosos	Royaumes and Empires highest in might and main	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Os reinos e os impérios poderosos	Every kingdom and powerful empire that's been	White	2008
Os reinos e os impérios poderosos	The kingdoms and empires that most matter	Baer	2005
Os vestidos Elisa revolvía	Oft-times Elisa the dear weed survey'd	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Os vestidos Elisa revolvía	Dido looks at her lovely dresses, the proud	Baer	2005
Os vestidos Elisa revolvía	Dido rummaged among the garments	White	2008
Para se namorar do que criou	To love the Made, with loving infinite	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Para se namorar do que criou	To fall in love with his whole world, his own	White	2008
Passo por meus trabalhos tão isento	I through my travails pass so fancy-free	Burton, <i>Lyricks</i>	1803
Passo por meus trabalhos tão isento	I go about my business so exempt	White	2008
Pede o desejo, Dama, que vos veja	Desire, my Ladye! all to see requireth	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Pede o desejo, Dama, que vos veja	Desire drives me, Lady to possess you	White	2008
Pede o desejo, Dama, que vos veja	Desire, my Lady, asks that I see you	Cohen	2012
Por os raros extremos que mostrou	For the rare excellencies they embodied,	Adamson	1813
Pelos extremos raros que mostrou	For rare extremes displayed in days of yore	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Pelos extremos raros que mostrou	For the rare excellencies they embodied	White	2008
Pensamentos, que agora novamente	Tell me, my thoughts ! which now before me raise	Adamson, <i>Monthly Magazine</i> , 35, 116	1813
Pensamentos, que agora novamente	Tell me, my thoughts ! which now before me raise	Adamson	1820

Pensamentos, que agora novamente	Tell me, my thoughts ! which now before me raise	Adamson	1842
Pensamentos, que agora novamente	Fanciful Thoughts ! that now with new intent	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Pensamentos, que agora novamente	Thoughts that now awake in me	Hart	1962
Pensamentos, que agora novamente	Old thoughts that now, newly minted	White	2008
Perder-me assi em vosso esquecimento	Thus from your Thought to lose me nills consent	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Pois meus olhos não cansam de chorar	Since never tire mine eyes to weep alway	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Pois meus olhos não cansam de chorar	Amidst the bitter tears that fell	Hemans	1818
Pois meus olhos não cansam de chorar	If pity doth sojourn (excerpt)	Hart	1962
Pois meus olhos não cansam de chorar	Since my eyes never tire of bewailing	White	2008
Pois meus olhos não cansam de chorar	Since my eyes don't tire of weeping	Zenith	2009
Pois torna por seu Rey, e juntamente	Then for his Roy to rule, and service do	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Por cima destas águas, forte e firme	Over these waters firm and strong I'll go	Aubertin	1881
Por cima destas águas, forte e firme	Wi' firm and forceful heart ferforth I'll hie	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Por cima destas águas, forte e firme	Heart made firm / Despite your tear-dimmed eyes	Hart	1962
Por cima destas águas, forte e firme	Over these waters I sail to whatever lies	Baer	2005
Por cima destas águas, forte e firme	Resolute and strong, buoyed by these breakers	White	2088
Por sua Ninfa, Céfaló deixava	Cephalus for his nymph had cast aside	Aubertin	1881
Por sua Ninfa Céfaló deixava	Cephalus, love-smit by his Nymph withdrew	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Por sua Ninfa, Céfaló deixava	On account of his nymph, Cephalus broke up	White	2008
Por sua nympha Cephalo deixava	Although she ushers in the day	Zenith	2009

Porque a tamanhas penas se oferece	Why Self thus offereth to such penalty	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Porque a tamanhas penas se oferece	So why has the triune God, in agony	Baer	2005
Porque a Terra no ceo agasalhasse	That Earth in Heaven mote Asylum find	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Porque quereis, Senhora, que ofereça	Why, Ladye ! would you see my life resign'd	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Porque quereis, Senhora, que ofereça	Why intend, Lady, of one who serves you	White	2008
Posto me tem Fortuna em tal estado	Fortune hath placed me in so parlous state	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Posto me tem Fortuna em tal estado	Fortune has brought me to such a shift	White	2008
Presença bela, angélica figura	Fair presence, figure as an angel's fair	Aubertin	1881
Presença bela, angélica figura	Beautiful presence, form of Angel-grace	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Presença bela, angélica figura	Beautiful presence, angelic figure, you've	Baer	2005
Presença bela, angélica figura	Lovely presence, modeled on angels	White	2008
Qual tem a borboleta por costume	Even as Nature's ure the Night-moth doomes	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Qual tõe a borboleta por costume	E'en as Nature's law compels the moth	Hart	1962
Qual tõe a borboleta por costume	E'en as the butterfly that courts its doom	Aubertin	1881
Quando a suprema dor muito me aperta	When I (by sùpreme miseries opprest)	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quando a suprema dor muito me aperta	When my suffering's so great it causes	White	2008
Quando cuido no tempo que, contente	When I reflect on how I was content	White	2008

Quando cuido no tempo, que contente	As I o'ermuse times passèd, when content	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quando da bela vista e doce riso	When I behold you lady! when my eyes	Southey, <i>Annual Review</i> , 2, 573	1803
Quando da bela vista e doce riso	When I behold you lady! when my eyes	Southey, <i>Poetical Register</i> , 4, 373	1806
Quando da bela vista e doce riso	When I behold you lady! when my eyes	Southey in Adamson	1820
Quando da bela vista e doce riso	When I behold you lady! when my eyes	Southey, <i>Eclectic Review</i> , 14, 565	1820
Quando da bela vista e doce riso	When I behold you lady! when my eyes	Southey, <i>The Port Folio</i> , 13, 262-3	1822
Quando da bela vista e doce riso	When I behold you lady! when my eyes	Southey in Shelley <i>Lives</i> 3, 306	1837
Quando da bela vista e doce riso	When of the lovely sight my feeding eyes	Aubertin	1881
Quando da bela vista e doce riso	While of your laughter sweet and lovely eyes	Burton, <i>Lyricks</i> , 36	1884
Quando da bela vista e doce riso	When I behold you Lady! when my eyes	Southey in Waddington, 213	1889
Quando da bela vista e doce riso	When for a little I have leave to gaze	Garnett	1896
Quando da bela vista e doce riso	When with hungry eyes I look upon	Hart	1962
Quando da bela vista e doce riso	Whenever your beautiful face and laughter entice	Baer	2005
Quando da bela vista e doce riso	When my eyes are drawing sustenance	White	2008
Quando de minhas mágoas a comprida	While prest with Woes from which it cannot flee	Hayley, 277	1782
Quando de minhas mágoas a comprida	While prest with Woes from which it cannot flee	Hayley, in <i>Lyric Repository</i> , 48	1787
Quando de minhas mágoas a comprida	While prest with Woes from which it cannot flee	Hayley in <i>The Port Folio</i> , 2:37, 296	1802
Quando de minhas mágoas a comprida	While prest with Woes from which it cannot flee	Hayley in Adamson	1820
de minhas mágoas a comprida	While prest with Woes from which it cannot flee	Hayley in Shelley <i>Lives</i> , 3, 322	1837
Quando de minhas mágoas a comprida	While prest with Woes from which it cannot flee	Hayley in Longfellow, 739	1845
Quando de minhas mágoas a comprida	When, wearied out with sorrows still my theme	Quillinan, <i>Poems</i> , 62	1853

Quando de minhas mágoas a comprida	When of my yearning grief the long offending	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quando de minhas mágoas a comprida	When long imaginings on griefs supreme	Aubertin	1881
Quando de minhas mágoas a comprida	While prest with Woes from which it cannot flee	Hayley in Peck, V, 2244-5	1901
Quando de minhas mágoas a comprida	When my sorrows, and thinking of them all	Trend	1954
Quando de minhas mágoas a comprida	When fancy lulls my lids to sleep	Hart	1962
Quando de minhas mágoas a comprida	When of my sufferings the long drawn out	Griffin, 'Gentle Spirit'	1980
Quando de minhas mágoas a comprida	When the long brooding on my misery	Bosley, <i>Comparative Criticism</i> , 6, 159-60	1986
Quando de minhas mágoas a comprida	When the long brooding on my misery	Bosley, <i>Luís de Camões</i> , 75	1990
Quando de minhas mágoas a comprida	When my fantasies, and these extreme	Baer, <i>First Things</i> , August	2002
Quando de minhas mágoas a comprida	When my fantasies, and these extreme	Baer	2005
Quando de minhas mágoas a comprida	When prolonged reflection on my grief	White	2008
Quando de minhas mágoas a comprida	When endless dwelling on my sorrows	Zenith	2009
Quando descançareis, olhos cansados	When shall ye rest you, Eyne that look for rest!	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quando do raro esforço que mostravas	While by thy prowess, shown in rare degree	Aubertin	1881
Quando do raro esforço que mostravas	When thy rare Valiency in battle shown	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When day has smil'd a soft farewell	Strangford, <i>Annual Review</i> 2, 573	1803
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When the clouded sun (literal version)	Southey, <i>Annual Review</i> , 2, 573	1803
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When day has smil'd a soft farewell	Strangford, <i>The Literary Magazine</i> , 51-52	1803
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When day has smil'd a soft farewell	Strangford, in <i>Edinburgh Review</i> , 6:11, 47	1805



Quando o Sol encoberto vai mostrando	When the sun overcast, is showing to the world	Frere, <i>Edinburgh Review</i> , 6:11, 47	1805
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When day has smil'd a soft farewell	Strangford, <i>The Gentleman's Magazine</i> , 62	1805
Quando o Sol encoberto vai mostrando?	At the close of the day, in sacred aisle	anon, <i>Scots Magazine and Edinburgh</i> , 536	1815
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When day has smil'd a long farewell [sic]	Strangford, in <i>The Vocal Library</i> , 144	1818
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When day has smil'd a soft farewell	Strangford, in <i>The Gleaner's Port-Folio</i> 50	1819
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When the glad sun sinking (with additional material)	Kenealy, <i>DUM</i> , 21, 427-8	1843
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When day has smil'd a soft farewell	Strangford in Longfellow, 745	1845
Quando o Sol encoberto vai mostrando	As Sol with veiled brow his beams abasing	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When going down of sun tints evening air	Garnett	1896
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When day has smil'd a soft farewell	Strangford in Moore, <i>Poet Lore</i> , 369	1907
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When the sun sinks slowly in the west	Hart	1962
Quando o Sol encoberto vai mostrando	As the hazy sun, caught in the clouds below	Baer	2005
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When the sun, half-hidden, displays	White	2008
Quando o Sol encoberto vai mostrando	When the fading sun begins to show	Cohen	2012

Quando os olhos emprego no passado	When I employ mine eyes on times gone by	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quando os olhos emprego no passado	Bending upon the Past reverted eyes	Garnett	1896
Quando os olhos emprego no passado	Bending upon the Past reverted eyes	Garnett, <i>The Athenaeum</i> , 3592, August 29	1896
Quando se vir com agua o fogo arder	When man sees water burn with blazing lowe	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quando se vir com agua o fogo arder	When flaming fire with water is allied	Aubertin	1881
Quando se vir com agua o fogo arder	When water burns with lambent flame	Hart	1862
Quando se vir com agua o fogo arder	When flames are fuelled by cold water	White	2008
Quando, Senhora, quis Amor que amasse	When Love, my Ladye! willèd that I love	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quando, Senhora, quis Amor que amasse	When, Lady, Love gave orders I should dote	White	2008
Quando vejo que meu destino ordena	Whenas I see my Destiny ordain	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quando vejo que meu destino ordena	When I see my destiny applied	White	2008
Quando vos eu via	It was to my advantage	White	2008
Quanta incerta esperança, quanto engano	How much of doubtful Hope, how sly a snare!	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quantas penas, amor, quantos cuidados	How many miseries, Love! what banes inbred	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quantas vezes do fuso s'esquecia	Oft as forgot her spindle woe- forlore	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Quantas vezes do fuso s'esquecia	As oft as Daliana's spindle fell	Aubertin	1881
Quantas vezes do fuso s'esquecia	As often as Daliana at the spinning wheel	White	2008
Quanto tempo, olhos meus, com tal	How long, mine Eyes! how long with such lament	Burton, <i>Lyrics</i>	1884

Quão bem aventurado me achara	With what high blessing me had Fortune blest	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quão cedo te roubou a morte dura	How soon hath stole thy life Death sore and dure	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Que doudo pensamento he o que sigo?	What be this madding Thought I nill forego?	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Que esperais, esperança? Desespero	Hope ! what of hoping own you?—"I despair."	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Que esperais, esperança? Desespero	Ah, Hope, what canst thou hope? For naught	Hart	1962
Que esperais, esperança? Desespero	—What do you hope for, hope? —"I hope for naught."	Segel	1974
Que estila a Arvore sacra?	What drips the Holy Tree?	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Que fiz Amor, que tu tão mal me tratas	What did I, Love, thou shouldst me so maltreat?	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Que levas, cruel Morte? Um claro dia	What takest thou, cruel Death?—"A day all-splendid"	Burton, <i>The Academy</i> , 541, 203	1882
Que levas, cruel Morte? Um claro dia	What takest thou, cruel Death?—"A day all-splendid"	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Que levas, cruel Morte? Um claro dia	What takest thou, cruel Death —"A day all-splendid"	Burton, <i>The Athenaeum</i> , 3000, 533	1885
Que levas, cruel Morte? Um claro dia	What did'st thou carry off, O Death? A perfect day	Hart	1962
Que levas, cruel Morte? Um claro dia	—What bear you, cruel Death? —"A splendid day."	Segel	1974
Que levas, cruel Morte? Um claro dia	Cruel Death, what's that you carry? 'A bright day. '	Bosely in <i>Luís de Camões</i> , 65	1990
Que levas, cruel Morte? Um claro dia	"Death, what have you stolen?" "This lovely day."	Baer	2005

Que levas, cruel Morte? Um claro dia	"Death, what are you taking?" "The daylight."	White	2008
Que me quereis, perpétuas saudades	Ah! vain desires, weak wishes, hopes that fade!	Roscoe, Sismondi, 2, 533	1823
Que me quereis, perpétuas saudades	Ah! vain desires, weak wishes, hopes that fade!	Roscoe, Longfellow, 746	1845
Que me quereis, perpétuas saudades	O, vain desires! why still this bosom burn?	Mangan, <i>DUM</i> , 6, 295	1835
Que me quereis, perpétuas saudades	Why haunt you me, fond wishes ever yearning	Quillinan, <i>The Lusitanian</i> , 6, 38-9	1845
Que me quereis, perpétuas saudades	Why haunt you me, fond wishes ever yearning	Quillinan, <i>Poems</i> , 61	1853
Que me quereis, perpétuas saudades	Of me what seek you, Thoughts that always yearn	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Que me quereis, perpétuas saudades	Why haunt you me, fond wishes ever yearning	Quillinan, <i>Florilégio Camoniano</i> , I	1887
Que me quereis, perpétuas saudades	What would you, O endless longing	Hart	1962
Que me quereis, perpétuas saudades	What do you want of me, endless regret?	White	2008
Que modo tão sutil da natureza	What novel show of Nature's subtleties	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Que modo tão sutil da natureza	How strange and how portentous life	Hart	1962
Que modo tão sutil da natureza	How strange is life that she should choose to shun	Baer	2005
Que modo tão sutil da natureza	How subtle of nature to inhibit	White	2008
Que pode já fazer minha ventura	What can now Fortune to my lot secure	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Que pode já fazer minha ventura	How strange is life that she should choose to shun	Baer	2005
Que pode já fazer minha ventura	What today could make my fortune	White	2008
Que poderei do mundo já querer	What is there left in this vain world to crave	Rosco in Sismondi, 2, 533	1823
Que poderei do mundo já querer	What is there left in this vain world to crave	Roscoe in Longfellow, 746	1845
Que poderei do mundo já querer	What expectations from the World have I	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Que poderei do mundo já querer	What hath the wide world left me to adore?	Garnett	1896

Que poderei do mundo já querer	What can I in the world now wish for more	Parmalee, 485	1916
Que poderei do mundo já querer	What can I hope for in this world	Hart	1962
Que poderei do mundo já querer	What can I now ask from the world for me	Griffin, <i>Camões Some Poems</i>	1976
Que poderei do mundo já querer	What have I still to ask from the world's store?	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 74	1990
Que poderei do mundo já querer	What now in this world could I long for	White	2008
Que poderei do mundo já querer	What can I want from the world now?	Zenith	2009
Que vençais no Oriente tantos Reis	Than having conquered many an Eastern Roy	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Que vençais no Oriente tantos Reis	More than crushing countless kings, those lords	Baer	2005
Que vençais no Oriente tantos Reis	You overcame in the East so many rulers	White	2008
Queimado sejas tu e teus enganoso	Burn thou and burn wi' thee thy snaring Bane	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem busca no amor contentamento	Whose Contentment seeks in Love to find	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem diz que amor é falso e enganoso	version 1	Southey, MS Bodleian, unpublished	1799
Quem diz que amor é falso e enganoso	Lives there a wretch, who would profanely dare	Strangford, <i>Monthly Mirror</i>	1802
Quem diz que amor é falso e enganoso	Lives there a wretch, who would profanely dare	Strangford cited in <i>Annual Review</i> , 2, 574	1803
Quem diz que amor é falso e enganoso	Is there who says that Love is like the wind	Southey, <i>Annual Review</i> , 2, 574	1803
Quem diz que amor é falso e enganoso	Lives there a wretch who would profanely dare	Strangford, <i>Port Folio</i> , 4:25, 200	1804
Quem diz que amor é falso e enganoso	Is there who says that Love is like the wind	Southey, <i>Poetical Registry</i> , 4, 372	1806
Quem diz que amor é falso e enganoso	He who proclaims that Love is light and vain	Hemans	1818
Quem diz que amor é falso e enganoso	Is there who says that Love is like the wind	Southey, in Adamson	1820
Quem diz que amor é falso e enganoso	Is there who says that Love is like the wind	Southey, <i>Eclectic Review</i> , 14, 565	1820

Quem diz que amor é falso e enganoso	Is there who says that Love is like the wind	Southey, <i>The Port Folio</i> , 13, 262-3	1822
Quem diz que amor é falso e enganoso	He who proclaims that Love is light and vain	Hemans, Heber and Pollock, 256	1833
Quem diz que amor é falso e enganoso	Who calls Love felon, lief of tricks and lies	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem diz que amor é falso e enganoso	Who taxes Love immortal with deceit	Garnett	1896
Quem diz que amor é falso e enganoso	Who calls love false or frivolous	Hart	1962
Quem fosse acompanhando juntamente	Oh! but the little bird to accompany	Aubertin	1881
Quem fosse acompanhando juntamente	Ah ! could I only fare accompanied	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem fosse acompanhando juntamente	Would that with thee I were upon the wing	Garnett	1896
Quem fosse acompanhando juntamente	Would that with thee I were upon the wing	Garnett, in Goldberg, 29	1924
Quem fosse acompanhando juntamente	Whoever had by way of companion	White	2008
Quem jaz no grão sepulcro	Who sleeps in this grand sepulchre, o'er wrought	Quillinan, <i>The Lusitanian</i> , 6, 38-9	1845
Quem jaz no grão sepulcro	Who lies in this great sepulchre that shows	Aubertin, <i>Saturday Review</i>	1881
Quem jaz no grão sepulcro	Who lies in this great sepulchre that shows	Aubertin	1881
Quem jaz no grão sepulcro	Who lies i' the lordly Tomb that doth indite	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem jaz no grão sepulcro	Who sleeps in this grand sepulchre, o'er wrought	Quillinan, <i>Florilégio Camoniano</i> , I	1887
Quem jaz no grão sepulcro	Who lies within this lordly tomb	Hart	1962
Quem jaz no grão sepulcro	Who lies in this great sepulcher? Who	Baer, <i>Modern Poetry...</i> , NS 18, 25-6	2001
Quem jaz no grão sepulcro	Who lies in this great sepulcher? Who	Baer	2005
Quem jaz no grão sepulcro	Who lies in this grand tomb, such distinguished	White	2008

Quem pode livre ser, gentil Senhora	Gentle lady, / Who that once has looked upon thy	Hart, 237	1962
Quem pode livre ser, gentil Senhora	Who mote enjoy his freedom, Ladye fair!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem pode livre ser, gentil Senhora	Who, gentle lady, is not in thrall	White	2008
Quem presumir, Senhora, de louvarvos	Whoso, presumeth, Ladye mine! to praise you	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem presumir, Senhora, de louvarvos	Whoever presumes to praise you, Lady	White	2008
Quem, Senhora, presume de louvarvos	Whoso, my Ladye! shall presume to praise you	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem pudera julgar de vós, Senhora	Whose judgment, Ladye! could of you discoure	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem pudera julgar de vós, Senhora	Who could believe, my lady	Hart	1962
Quem quiser ver d'Amor ua excelência	Whoever wants to witness Love at his best	Strangford	1820
Quem quiser ver d'Amor ua excelência	Whoso would see of Love an excellence	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem quiser ver d'Amor ua excelência	If you would know love's excellence	Hart	1962
Quem vê, Senhora, claro e manifesto	Should I but live a little more	Strangford	1803
Quem vê, Senhora, claro e manifesto	He, Lady ! who, with clear transparent eyes	Adamson	1820
Quem vê, Senhora, claro e manifesto	He, Lady ! who, with clear transparent eyes	Adamson	1842
Quem vê, Senhora, claro e manifesto	Who seeth, Ladye ! clear and manifest	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Quem vê, Senhora, claro e manifesto	Who beholds, my lady, a its best	Hart	1962
Quem vê, Senhora, claro e manifesto	Whoever, Lady, sees plainly on view	White	2008
Quem vê, Senhora, claro e manifesto	Whoever, Lady, sees plain and clear	Zenith	2009
Quem vos levou de mim, saudoso estado	Who fro' me robbèd you, O wistful State!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

Quem vos levou de mim, saudoso estado	Who robbed me of my state of trust	White	2008
Saudades me atormentão tão cruelmente	Repining pains me with so fierce intent	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se a Fortuna inquieta e mal olhada	If aye-unjust Fortune evil-eyed	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se a Fortuna inquieta e mal olhada	If Fortune, fickle and of evil eye	Hart	1962
Se a Fortuna inquieta e mal olhada	If fickle Fortune, with her evil eye	Baer	2005
Se a Fortuna inquieta e mal olhada	If giddy, squinting Fortune that mocks	White	2008
Se a ninguém tratais com desamor	If thou indifference wilt display to none	Aubertin	1881
Se a ninguém tratais com desamor	If thou indifference wilt display to none	Aubertin in Waddington, 205	1888
Se a ninguém tratais com desamor	An with Unlove you deign no man to treat	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se a ninguém tratais com desamor	If thou meetest no man with aversion	Hart	1962
Se a ninguém tratais com desamor	If just once compassion for my chronic	Hemans	1818
Se alguma hora em vós a piedade	Should Love, the tyrant of my suffering heart	White	2008
Se alguma hora em vós a piedade	If just once compassion for my chronic	Strangford	1803
Se alguma hora em vós a piedade	If haply rue you, in some happy hour	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se alguma hora essa vista maes suave	If your douce Vision at some hour you deign	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se ao te quero desses tanta fé	If in "I love thee" thous as much confide	Burton, <i>Lyricks</i>	1884



Se as penas com que Amor tão mal me	Should I but live a little more	Strangford	1803
Se as penas com que Amor tão mal me	Should I but live a little more	Strangford in <i>The Vocal Library</i> , 142	1818
Se as penas com que Amor tão mal me	Should Love, the tyrant of my suffering heart	Hemans	1818
Se as penas com que Amor tão mal me	Should Love, the tyrant of my suffering heart	Hemans, Heber and Pollok, 255	1831
Se as penas com que Amor tão mal me	If pains whereby Love wreaks me such despight	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se as penas com que Amor tão mal me	If the pangs that Love prescribes wish me	White	2008
Se com desprezo, Ninfa, te parece	An thy despisal, Nymph ! thou haply trow	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se como em tudo o mães fostes perfeyta	If, as in all things else you be perfected	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se da celebre Laura a fermosura	Of those fam'd charms which grac'd the Tuscan fair	Strangford	1803
Se da celebre Laura a fermosura	An far-famed Laura, beauty's cynosure	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se da celebre Laura a fermosura	If from the sheer beauty of your face	White	2008
Se de vosso fermoso e lindo gesto	If from your fairy form and graceful geste	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se de vosso fermoso e lindo gesto	If from the sheer beauty of your face	White	2008
Se, depois de esperança tao perdida	After so many hopes foundered, if	White	2008
Se depois de esperança tao perdida	If after Hope so lost—so spent in vain	Adamson	1820
Se depois de esperança tao perdida	If after Hope so lost—so spent in vain	Adamson	1842

Se depois de esperança tão perdida	An after losing Hope so long- lamented	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se em mim (ó Alma )	If in me other memory live, O Sprite!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se grande glória me vem só de olhar-te	If be my greatest glory but to view thee	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se lágrimas choradas de verdade	If tears in torrents and in truth beshed	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se me vem tanta glória só de olhar-te	If I so triumph but because I view thee	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se me vem tanta glória só de olhar-te	If sight of thee doth give me greatest joy	Hart	1962
Se no que tenho dito vos offendo	If aught I haply said your heart offend	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se os capitães antigos colocados	Allowing the ancient captains to surpass	Baer	2005
Se para mim tivera, que algum dia	Could I for self expect that some one day	Burton	1884
Se pena por amar- vos se merece	If loving you deserves a heavy sentence	Strangford <i>Annual Review</i>	1803
Se pena por amar- vos se merece	If Pain the loving-price of you must pay	Burton, <i>Lyricks</i> ,	1884
Se pena por amar- vos se merece	If to love you / Condemns to punishment	Hart	1962
Se pena por amar- vos se merece	If loving you brings pain and disgrace	Baer	2006
Se pena por amar- vos se merece	If loving you deserves a heavy sentence	White	2008
Se quando vos perdi, minha esperança	When from my heart the hand of Fortune tore	Strangford, in <i>Annual Review</i> , 2, Jan, 571	1803
Se quando vos perdi, minha esperança	When from my heart the hand of Fortune tore	Strangford in <i>The Port Folio</i> , 4:42, 336	1804
Se quando vos perdi, minha esperança	When from my heart the hand of Fortune tore	Strangford in Woodford, 260	1841
Se quando vos perdi, minha esperança	O Hope, long lost ! if when thou took'st thy flight	Mrs Cockle in Adamson, 68	1820

Se quando vos perdi, minha esperança	O Hope, long lost ! if when thou took'st thy flight	Mrs Cockle in <i>Eclectic Review</i> , 14, 564	1820
Se quando vos perdi, minha esperança	O Hope, long lost ! if when thou took'st thy flight	Mrs Cockle in Adamson	1842
Se quando vos perdi, minha esperança	If, when I lost you, you mine Esperance!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se somente hora alguma em vós piedade	If I some hour some ruth in you could see	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se somente hora alguma em vós piedade	If just once compassion for my chronic	White	2008
Se, Senhora Lurina, algum começo	If any fain begin, my Dame Lurine!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se tanta pena tenho merecida	If I have merited such painful plight	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se tanta pena tenho merecida	If I have merited such an ordeal	White	2008
Se tomo a minha pena em penitência	If by my paining I do penitence	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Se tomar minha pena em penitência	If I accept my sentence penitently	White	2008
Se, depois d'esperança tão perdida	If after Hope so lost—so spent in vain	Adamson	1920
Se, depois d'esperança tão perdida	After so many hopes foundered, if	White	2008
Seguia aquele fogo, que o guiava	Followed the beckoning of the beacon-fire	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Seguia aquele fogo, que o guiava	Leander followed the fire that steered	White	2008
Sempre a Razão vencida foi de Amor	By Amor routed Reason aye hath been	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Sempre a Razão vencida foi de Amor	Perennially, Love has conquered Reason	White	2008
Sempre, cruel Senhora, receei	Ever, my cruel Faire! with fear I strave	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Sempre, cruel Senhora, receei	Watching your mistrust with eye perplexed	Hart	1962

Sempre, cruel Senhora, receei	Cruel Senhora, I've always been wary. I knew	Baer	2008
Sempre, cruel Senhora, receei	Fearing your inability to trust	White	2009
Senhor João Lopes, o meu baixo estado	O Lopez! Yesterday the stars were kind	Strangford	1803
Senhor João Lopes, o meu baixo estado	O Lopez!—yesterday the stars were kind	Strangford in Woodford, 263	1841
Senhor João Lopes, o meu baixo estado	Sir John Lopèz ! yestreen my low estate	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Senhor João Lopes, o meu baixo estado	Senhor João Lopes: yesterday my poor	Baer	2005
Senhor João Lopes, o meu baixo estado	My Lord João Lopes, my low degree	White	2008
Senhora, já dest'alma, perdoai	Ladye, my Spirit's now liege lord! condone	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Senhora, já dest'alma, perdoai	My lady, sovereign of my soul	Hart	1962
Senhora, já dest'alma, perdoai	Lady, mistress of my heart, console	Baer	2005
Senhora, já dest'alma, perdoai	Pardon now, Lady, and from your heart all	White	2008
Senhora minha, se a Fortuna imiga	My best belov'd!—although unpitying skies	Strangford	1803
Senhora minha, se a Fortuna imiga (?)	Adieu, sweet Vision, that at last must be	Tait in West, 622	1985
Senhora minha, se a Fortuna imiga	My lady, if it is Fortune's will	White	2008
Senhora minha, se de pura inveja	My Dame! if Love of purest jealousy	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Senhora minha, se de pura inveja	My lady, // If some jealous god should snatch you	Hart (excerpt)	1962
Senhora minha, se de pura inveja	Lady, if I could contrive	White	2008
Senhora minha, se eu de vós ausente	Senhora mine! driven self fro' you to absent	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Senhora, quem a tanto se atreve	Dame. whoso dareth hie to such a height	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Sentindose alcançada a bella Esposa	Now when the lovely spouse of Cephalus knows	Aubertin	1881
Sentindo-se tomada a bela esposa	Feeling herself entrapt the lovely Spouse	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

Sentindo-se tomada a bela esposa	Perceiving she was taken, the lovely Procris	White	2008
Sete anos de pastor Jacob servia	Seven years a Shepherd, Jacob did obey	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Sete anos de pastor Jacob servia	As shepherd Jacob served seven weary years	Stock	1891
Sete anos de pastor Jacob servia	Seven long years was Jacob herding sheep	Campbell, <i>Portugal</i> , 145	1958
Sete anos de pastor Jacob servia	Seven long years as shepherd Jacob slaved	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 61	1990
Sete anos de pastor Jacob servia	For seven years, the shepherd Jacob slaved	Baer, <i>Modern Poetry</i> ..., NS, 18, 26	2001
Sete anos de pastor Jacob servia	For seven years, the shepherd Jacob slaved	Baer	2005
Sete anos de pastor Jacob servia	Seven years Jacob served as a shepherd	White	2008
Sete anos de pastor Jacob servia	For seven years as a shepherd Jacob	Zenith	2009
Sete anos de pastor Jacob servia	Jacob served as shepherd seven years	Cohen	2012
Sobre os rios do reino escuro, quando	When, on the Rivers where the black Reign lies	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Suspiros inflamados, que cantais	Ye sighs, which breathe the sadness of my soul	Adamson, <i>Monthly Magazine</i> , 35, 116	1813
Suspiros inflamados, que cantais	Ye sighs, which breathe the sadness of my soul	Adamson	1820
Suspiros inflamados, que cantais	Ye sighs, which breathe the sadness of my soul	Adamson	1842
Suspiros inflamados, que cantais	The fervent sighs that through these numbers pour	anon, <i>The Lusitanian</i> , 4, 119	1845
Suspiros inflamados, que cantais	The fervent sighs that through these numbers pour	anon, <i>Florilégio Camoniano</i> , I	1887
Suspiros inflamados, que cantais	Hot Sighs and Singulfs! that have voice to sing	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Suspiros inflamados, que cantais	Sighs, on whose flaming breath has flown so wide	Garnett	1896

Suspiros inflamados, que cantais	Ardent sighs, you rhyme the burden	White	2008
Sustenta meu viver huma esperança	Only one single Hope my life sustaineth	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Sustenta meu viver ua esperança	One hope sustains my whole existence	White	2008
Tal mostra dá de si vossa figura	So doth your semblance show to 'raptured viewer	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Tal mostra dá de si vossa figura	The light of this rounded world	Hart	1962
Tal mostra dá de si vossa figura	Such an impact, Sibela, your lovely figure	White	2008
Tanto de meu estado me acho incerto	I find so many doubts my State enfold	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Tanto de meu estado me acho incerto	So shifting and inconstant is my state	Figueiredo	1925
Tanto de meu estado me acho incerto	The state I'm in is so unsteady	Zenith	2009
Tanto de meu estado me acho incerto	So much of my life is equivocal	White	2008
Tanto se foraõ, Ninfa, costumando	So farèd, Nymph! self-customing these Eyne	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Tem feito os olhos neste apartamento	Have shed these eyelids, in this banishment	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Tempo é já que minha confiança	It's high time my confidence	White	2008
Todas as almas tristes, se mostravam	The souls of all were sad in solemn prayer	Aubertin	1881
Todas as almas tristes, se mostravam	Showed all men's spirits, by their woe down-weigh'd	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Todas as almas, tristes, se mostravam	The souls of all were sad in solemn prayer	Aubertin in Goldberg, 19	1924
Todas as almas, tristes, se mostravam	All heads were bowed in reverence	Hart	1962

Todas as almas, tristes, se mostravam	All souls, at Mass, knelt in supplication	Baer, <i>First Things</i> , May	2002
Todas as almas, tristes, se mostravam	All souls, at Mass, knelt in supplication	Baer	2005
Todo animal da calma repousava	Twàs noontide sweet, and from Sol's vivid rays	Adamson, <i>Sonnets</i>	1845
Todo animal da calma repousava	All living things are resting from the heat	Aubertin	1881
Todo animal da calma repousava	All animals rested in the Noontide still	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Todo animal da calma repousava	All living things were resting / in the noonday calm	Hart	1962
Todo animal da calma repousava	All animals were resting from the noon's heat	White	2008
Tomava Daliana por vingança	Daliana, vengeful of her swain	Aubertin	1881
Tomava Daliana por vingança	Willèd Daliana wed, to avenge the slight	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Tomava Daliana por vingança	Daliana's revenge against the scorn	White	2008
Tomou-me vossa vista soberana	Conquered and captured me your sovran Sight	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Tomou-me vossa vista soberana	The magnificent sight of you compelled	White	2008
Tornai essa brancura á alva açucena	Give back that whiteness to the lily white	Aubertin	1881
Tornai essa brancura á alva açucena	Give back this blanchness to the Lily's skin,	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Tornai essa brancura á alva açucena	Give back your whiteness to the Easter flowers	Baer	2005
Transforma-se o amador na cousa	Becomes the Lover to the Loved transmewèd	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Transforma-se o amador na cousa	A part of that he loves becomes the lover	Figueiredo, 299	1925
Transforma-se o amador na cousa	The lover changes into what he loves	Hart	1962
Transforma-se o amador na cousa	The lover to belovèd is transformed	Segel	1974

Transforma-se o amador na cousa	The lover in the beloved object's transformed	Bosley in <i>Luis de Camões</i> , 74	1990
Transforma-se o amador na cousa	The lover's self-transformed to the thing loved	Griffin	1990
Transforma-se o amador na cousa	The lover into the beloved object is transformed	Williams (1)	1991
Transforma-se o amador na cousa	The lover in the beloved object's transformed	Williams (2)	1991
Transforma-se o amador na cousa	The lover in the beloved object's transformed	Williams	2007
Transforma-se o amador na cousa	Lovers change themselves into the thing	White	2008
Transforma-se o amador na cousa	The lover becomes the thing he loves	Zenith	2009
Transforma-se o amador na cousa	The lover becomes the beloved	Newcomb	2011
Transforma-se o amador na cousa	The lover is transformed into what he loves	Cohen	2012
Transforma-se o amador na cousa	The lover becomes the thing he loves	Pazos-Alonso & Parkinson, 82	2013
Transumpto sou, Senhora, neste engano	I am translated, Ladye! by your snare	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Tristezas! Com passar tristes gemidos	Tristesse! wi' tristest moans and groans I wone	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Tristezas! Com passar tristes gemidos	Brooding in sadness o'er my evil case	Garnett	1886
Tristezas! Com passar tristes gemidos	Brooding in sadness o'er my evil case	Garnett, <i>Universal Anthology</i> , 12, 182	1899
Tristezas! Com passar tristes gemidos	Brooding in sadness o'er my evil case	Garnett, Goldberg, 41	1924
Tu que descanso buscas com cuidado	Thou who some calm art craving to provide	Aubertin	1881
Tu que descanso buscas com cuidado	Thou, who with restless Hope to rest thee tried	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Tu que descanso buscas com cuidado	You who seek serenity in the wide	Baer, <i>First Things, May</i>	2002



Tu que descanso buscas com cuidado	You who seek serenity in the wide	Baer	2005
Um firme coração posto em ventura	A constant heart by hazard made unsure	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Um mover d'olhos, brando e piadoso	Her Eye's soft movement, radiant and benign	Mrs Cockle in Adamson, <i>Memoirs</i> , 68	1820
Um mover d'olhos, brando e piadoso	Her Eye's soft movement, radiant and benign	Mrs Cockle in Shelley <i>Lives</i> 3, 305	1837
Um mover d'olhos, brando e piadoso	A movement of the soft eyes, slow and eloquent	Speranza, Lady Wilde, <i>The Nation</i> , Aug 15	1848
Um mover d'olhos, brando e piadoso	A movement of the soft eyes, slow and eloquent	Speranza, Lady Wilde, <i>Poems</i>	1864
Um mover d'olhos, brando e piadoso	A soft and pity-full glancing of those eyes	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Um mover d'olhos, brando e piadoso	Eyes that so softly and so gently glance	Figueiredo, 300	1925
Um mover d'olhos, brando e piadoso	A flutter of the eyes, gentle and understanding	Trend	1954
Um mover d'olhos, brando e piadoso	A certain movement of thine eyes	Hart	1962
Um mover d'olhos, brando e piadoso	A darting of the eyes, gentle and pious	Barter	1974
Um mover d'olhos, brando e piadoso	This was the heavenly enchantment (tercet)	Segel	1974
Um mover d'olhos, brando e piadoso	A gentle, gracious movement of the eyes	Bosley in <i>Luís de Camões</i> , 74	1990
Um mover d'olhos, brando e piadoso	The movement of her eyes, the subtle tenderness	Baer	2005
Um mover d'olhos, brando e piadoso	A shift of the eyes, gentle and piteous	White	2008
Um mover d'olhos, brando e piadoso	Eyes that flash with gentle pity	Zenith	2009
Uma admiravel erva se conhece	There blooms a plant, whose gaze, from hour to hour	Hemans	1818
Uma admiravel erva se conhece	There blooms a plant, whose gaze, from hour to hour	Hemans, Heber and Pollok, 256	1833
Uma admiravel erva se conhece	In Hind an admirable herb is known	Burton, <i>Lyrics</i>	1884
Uma admiravel erva se conhece	There grows a plant, a wondrous plant	Hart	1962

Vencido está de Amor Meu pensamento	<i>Fielding to Love I see High Thoughts low li'en</i>	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Vencido está de amor meu pensamento	Myself have I yielded to your love	Hart	1962
Vencido está de amor meu pensamento	I'm vanquished by your love	Baer	2005
Ventana venturosa, do amanece	Thou winsome Window! whence the Morns dispread	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Verdade, Amor, Razão, Merecimento	The Vanity of Unwarrantable Notions	Ayres	1687
Verdade, Amor, Razão, Merecimento	Verity, Amor, Reason, Meritment	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Verdade, Amor, Razão, Merecimento	Truth, Love, Reason, and Merit	Baer	2005
Verdade, Amor, Razão, Merecimento	Truth, Love, Merit, and Reason	White	2008
Verdade, Amor, Razão, Merecimento	Truth, Love, Reason and Virtue	Zenith	2009
Vi queixosos de Amor mil namorados	I saw a thousand lovers Love betwyte	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Vós, Ninfas da Gangética espessura	You Nymphs who grace Gangetick coverture!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Vós, Ninfas da Gangética espessura	Nymphs of the Ganges jungle sing sweet and light	Baer	2005
Vós, Ninfas da Gangética espessura	Nymphs of the forests of the Ganges valley	White	2008
Vós outros, que buscais repouso certo	Ye other Wanderers seeking certain rest	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Vós outros, que buscais repouso certo	You others who search for peace of mind	White	2008
Vós que, d'olhos suaves e serenos	You that with suavest orbs of ray serene	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Vós que, d'olhos suaves e serenos	Ye in whose bonds man walks a willing thrall	Garnett	1896

Vós que, d'olhos suaves e serenos	You, who hold my heart imprisoned	Hart	1962
Vós que, d'olhos suaves e serenos	You whose eyes, so gentle and serene	White	2008
Vós só podeis, Sagrado Evangelista	You only, consecrate Evangelist!	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Vossos olhos, Senhora, que competem	Those eyes, whence Love diffused his purest light	Heman	1818
Vossos olhos, Senhora, que competem	Your eyes, my Ladye! that with Sol compete	Burton, <i>Lyricks</i>	1884
Vossos olhos, Senhora, que competem	Your eyes, Lady, that in their searing	White	2008
Vos que escuitays em Rimas derramado	All ye who listen, while my Rhymes proclaim	Burton, <i>Lyricks</i>	1884

## NOTES

Although the authorship of a number of sonnets has been disputed, this does not alter the fact that they have been attributed to Camões, translated into English and therefore entered the English cultural system.

Incipits have been standardised for consistency.

Mistaken attributions have been corrected.

## WORKS CITED

- Anon. "The fervent sighs that through these numbers pour." *The Lusitanian*, 4 (1845). 119.
- Anon. "The fervent sighs that through these numbers pour"; "Rest gentle soul, belov'd, who took'st thy leave!" *Florilegia Camoniana*, (1897). 1.
- Anon. *Fragmentos dos Lusíadas e sonetos vertidos em inglez*. Oporto: Livraria Camões [de Fernandes Possas], 1887. 4 pages. (Reproduces translations from *The Lusitanian*).
- Anon. "Go, gentle spirit! now supremely blest." Adamson, *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*. Volume 1. London: Longmans Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown & Co., 1820. 261.

- Anon. 'Go, gentle spirit! now supremely blest'; 'Where shall I find a place so set a part.' "Art. IV. Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens." *The Eclectic Review*, 14 (December 1820). 559-71.
- Anon. "Go gentle spirit! now supremely blest"; "While on my head kind Fortune deign'd to pour in Hayley, 1782. 275.
- Anon. "Go gentle spirit! now supremely blest"; "While on my head kind Fortune deign'd to pour". *The Lyric Repository, A Selection Of Original, Ancient, And Modern, Songs, Duets, Catches, Glees, And Cantatas, Distinguished For Poetical and Literary Merit*. London: printed by L. Wayland, for J. French, 1787. 47-8.
- Anon. "Where shall I find a spot so set a part." *Monthly Mirror Reflecting Men and Manners*, 12 (December 1801). 419-20.
- Anon. "Within a grove the haunt of Nymph and Fay." *Monthly Mirror Reflecting Men and Manners*, 13 (January 1802). 51.
- Anon. "Rest gentle soul, belov'd, who took'st thy leave." *The Lusitanian*, 5 (1845). 241.
- A. "Thou lovely spirit that so soon hast fled." *Monthly Repository of Theology and General Literature*, 11:124 (April 1816). 242.
- Adamson, John. "The circling year doth change, and all the train"; *Monthly Mirror; reflecting men and manners*, NS 2 (December 1807). 428.
- *Lusitania Illustrata: Notices on the History, Antiquities, Literature, etc., of Portugal. Literary Department, Part I. Selection of Sonnets, With Biographical Sketches of the Authors*. Newcastle upon Tyne: Printed by T. and J. Hodgson, 1842.
- *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*. Volume 1. London: Longmans, Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown & Co., 1820.
- "Memoranda Lusitanica." *Monthly Magazine or, British Register*, 35:238 (March 1813). 115-7. ("Mr Adamson's Specimens of Portuguese Poetry").
- *Sonnets*. Newcastle: M.A. Richardson, 1845.
- *Sonnets from the Portuguese of Luis de Camoens, &c*. Newcastle: Akenheads, 1810.
- Aubertin, J. J.. "On the Death of a Lady in her Youth. 'Beneath this monumental stone enshrined'". Peck, V, 1901. 2245.
- *Seventy sonnets of Camoens: Portuguese text and translation. With original poems*. London: C. Kegan Paul & Co., 1881.
- Ayres, Philip. "The Vanity of Unwarrantable Notions. Done out of Portuguese, from Lewis de Camoës." *Lyric poems, made in imitation of the Italians of which, many are translations from other languages*. London: Printed by J.M. for Jos. Knight and F. Saunders, 1687.
- Baer, William, *Luís de Camões. Selected Sonnets. A Bilingual Edition*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- various. *Modern Poetry in Translation*, New Series No. 18 (2001). 25-6.
- *First Things* (May-October 2002).
- Barletta, Vincent, Mark L. Bajus, Cici Malik, eds. and trans. *An Anthology of Iberian Lyric Poetry, 1400-1700*. Chicago and London: University of

- Chicago Press, 2013.
- Barter, Arthur Reginald. *Portugal through her literature: an anthology of prose and verse with introduction, notes on authors, and parallel translations*. Foreword by the late Duke of Palmella. Glastonbury (Benedict St, Glastonbury, Somerset): Walton Press, 1972.
- Bell, Aubrey Fitz Gerald. *Poems from the Portuguese* (with the Portuguese Texts). Oxford: Blackwell, 1913.
- Blackmore, Josiah. "The Shipwrecked Swimmer: Camões's Maritime Subject." *Modern Philology*, 109:3 (February 2012). 312-25.
- Bosley, Keith. *Luís de Camões. Epic and Lyric. (Aspects of Portugal)*. Manchester: Carcanet & Calouste Gulbenkian Foundation, 1990.
- "Luís de Camões. 'That fair prisoner' and other poems." *Comparative Criticism*, 6 (1986). 157-63.
- Burton, Richard F.. "Adieu to Coimbra. 'Sweet lucent waters of Mondego-Stream'". Peck, V, 1901. 2251-2.
- *Camões. The Lyricks*. London: Bernard Quaritch, 1884.
- "Three Sonnets of Camoens." *The Academy*, 541 (September 16, 1882). 203.
- "Three Sonnets From Camoens." *The Athenaeum*, 2783 (February 26, 1881). 299.
- "Review of 'The Lyrick of Camoens'. Englished by R. F. Burton. 2 vols. (Quaritch)." *The Athenaeum*, 3000 (April 25, 1885). 533-4.
- Campbell, Roy. "Dear Gentle Soul"; "My years on earth were short, but long for me." *World Poetry: An Anthology of Verse from Antiquity to Our Time*. Eds. Katharine Washburn and John S. Major. New York: Quality Paperback Book Club, 1998. 568.
- *Portugal*. London: Max Reinhardt, 1957. 144-5.
- Cockle, Mrs. "Her Eye's soft movement, radiant and benign." Adamson (1820). 68.
- "O Hope, long lost ! if when thou took'st thy flight." *The Eclectic Review*, 14 (1820). 564.
- Cohen, Rip. *Transformations of Desire: An Essay on Portuguese Erotic Poetics*. Lisbon, 2012, at: <https://jscholarship.library.jhu.edu/bitstream/handle/1774.2/33843/Transformations%20of%20Desire%207%5B4%5D.pdf>
- Downes, Leonard Stephen. *Portuguese Poems and Translations*. Lisbon, 1947.
- Drury, Anna Harriet. "Sonnet. From the Portuguese of Camoens. 'The times change on, the dreams we loved'". *Argosy: a magazine of tales, travels, essays, and poems*, 52 (October 1891). 329.
- Estorninho, Carlos. "O Culto de Camões em Inglaterra." *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 6 (1961). 152-69.
- Figueiredo, Fidelino de. "Camões as a Lyric Poet." *Romanic Review*, 16:4 (1925). 287-305.
- Florilégio Camoniano*, Tomo 1. Oporto, 1887.

- Florilegio de Bibliophilos*. "Alma minha gentil" (soneto de Luiz de Camões, contraducções em diversas linguas, prefaciadas por Xavier da Cunha). Typographia Elzeviriana, 886. (Hayley, Southey, Hemans, Aubertin and Burton).
- Frere, Bartholomew. "ART. III. Poems from the Portuguese of Luis de Camoens, with Remarks on his Life and writings. Notes, &c. &c." *The Edinburgh Review*, 6:11 (April 1805. 43-50. (Wellesley attribution).
- Garnett, Richard. "Apparel of green woods and meadows gay." *Hispanic Anthology*, Ed. Thomas Walsh 1920. 183-4.
- *Dante, Petrarch, Camoens: CXXIV Sonnets Translated*. London: J. Lane; Boston, Copeland & Day, 1896.
- Garnett, Richard *et al*, ed. "Sonnets of Camoens." *The Universal Anthology*. London: The Clarke Company, Volume 12, 1899. 179-82.
- Goldberg, Isaac. *Camões: Central Figure of Portuguese Literature (1524-1580)*. Little Blue Book No. 530. Ed. E. Haldeman-Julius. Girard, Kansas: Haldeman-Julius Co., 1924.
- Griffin, Jonathan. *Camões: Some Poems*. London: The Menard Press, 1976.
- 'Gentle spirit...': *verse and prose by Luis de Camoes, Jorge de Sena, Eugénio Lisboa, Jonathan Griffin, Keith Bosley, Luís de Camões*. Ed. Anthony Rudolf. London: Menard Press, 1980.
- Hart, Henry Hersch. *Luis de Camoëns and the Epic of the Lusiads*. Norman: University of Oklahoma Press, 1962.
- Hayley, William. "While on my head kind Fortune deign'd to pour" (anon.); "O, gentle spirit! now supremely blest" (anon); "While prest with woes from which it cannot flee." *An Essay on Epic Poetry: in Five Epistles to the Rev'd Mr. Mason, with Notes. Epistle Three Sketch of the Northern and the Provençal Poetry.*—*The most distinguished Epic Poets of Italy, Spain, Portugal, France, and England*. Notes to the Third Epistle. London: Printed for J. Dodsley, 1782. 275-7.
- "While prest with woes from which it cannot flee." *The Lyric Repository, A Selection Of Original, Ancient, And Modern, Songs, Duets, Catches, Glees, And Cantatas, Distinguished For Poetical and Literary Merit*. London: printed by L. Wayland, for J. French, 1787. 48.
- "While prest with woes from which it cannot flee." Peck, V, 1901. 2244-5.
- "While prest with woes from which it cannot flee", *The Port Folio*, 2:37 (1802), 296.
- Hemans, Felicia. 'On the Death of Catherina de Attayda. "Spirit beloved! whose wing so soon hath flown"'. Peck, V, 1901. 2244.
- *The Poetical Works of Hemans, Heber and Pollok*. Philadelphia: John Grigg, 1883.
- "Spirit beloved! whose wing so soon hath flown." *The Athenaeum*, 354 (1834). 594.
- "Spirit beloved! whose wing so soon hath flown." Longfellow, 1845. 747.
- *Translations from Camoens, and Other Poets. With Original Poetry, by the Author of Modern Greece, and the Restoration of the Works of Art to*

- Italy*. Oxford: Printed by S. and J. Collingwood for J. Murray, London; and J. Parker, 1818.
- "Waves of Mondego! brilliant and serene." *Hood's magazine*, 6:84 (October 1846). 367.
- Higginson, Thomas Wentworth. *Afternoon landscape: poems and translations*. London: Longmans, Green, and Co., 1889.
- "Sonnets from Camões." *The writings of Thomas Wentworth Higginson*. Volume 6. *Outdoor studies. Poems*. Cambridge: Riverside Press, 1900.
- Hope, Alec Derwent and Isabel Moutinho. "Luís de Camões." *Meanjin*, 48:4 (Summer 1989). 680-1.
- Hyland, Paul. "For Pero Moniz, who died at sea. 'On earth I lived few years, and weary ones'". *Poems on the Underground*. Eds. Gerard Benson, Judith Chernaik and Cicely Herbert Tenth revised edition. London: Orion, 2001. 296. (First published 1991).
- Hyslop, James. *Poems*. Glasgow: C.L. Wright, 1887, 205 (LVI. Sonnet from Camoens, LVI. Sonnet from Camoens).
- Jack, Malcolm, ed. "The Travel Diaries of William Beckford" *Vathek and Other Stories. A William Beckford Reader*. London: William Pickering, 1993. 258-9.
- Kenealy, Edward Vaughan Hyde. "Barney Brallaghan. A Polyglot Paper. 'When the glad sun sinking'". *Dublin University Magazine*, 21 (1843). 427-8.
- Kitchin, Laurence. *Love sonnets of the Renaissance / translated from Italian, French, Spanish and Portuguese*. London: Forest, 1990.
- Krummrich, Philip. "Let Cupid seek new wiles, new trickery." *Saltana* (2011). 2.
- Levitin, Alexis. "May Love seek out new arts, devise a plot." *Metamorphoses*, 7:1 (1998). 129.
- Lofft, Capel. *Laura: or, an Anthology of Sonnets (on the Petrarchan model) and Elegiac Quatuorzains. English, Italian, Spanish, Portuguese, French, and German, original and translated; great part never before publisht*. With a preface, critical and biographic, notes and index. 5 volumes. London: printed by R. Taylor for B. and R. Crosby, 1813-14.
- Longfellow, Henry Wadsworth, ed. *The Poets and Poetry of Europe*. Philadelphia: Carey and Hart, 1845.
- *Poems of Places. Spain, Portugal, Belgium, Holland*. Volume II. Boston: James R. Osgood and Company, 1877.
- Mangan, James Clarence. "O, vain desires! why still this bosom burn?" *Dublin University Magazine*, 6 (1835). 295.
- Moore, Isabel. "The Literature of Portugal." *Poet Lore*, 18:3 (Autumn 1907). 342-76.
- Myers, Robert Edward. *The Language of Camões: Modern Readers of The Lusíads and the Exclusion of Portuguese from the Western Canon*. PhD thesis, Yale University, 1995.
- Newcomb, Robert Patrick. "'Transforma-se o amador na coisa amada':



- Hegelian Recognition in a Sonnet by Camões." *Romance Notes*, 51:2 (2011). 227-35 (p.227).
- Old Nick. "Beauty. From the Portuguese of Camoens." *Spirit of the Public Journals, for 1804. Being an Impartial Selection of the Most Ingenious Essays and Jeux d'Esprits, that appear in the Newspapers and Other Publications ...*, VIII (London: Printed for James Ridgway, VIII (1805). 114.
- "Sonnet from Camoens. 'The God of song, and sister Muses nine'". *The Pic nic*, 1 (January 8, 1803). 25.
- "From Camoens. 'Thy Lovely Charms Celestial Maid'". *The Lady's Monthly Museum, or, Polite repository of amusement and instruction*, 12 (January 1804). 64.
- Parmalee, Katherine Ward. "Review. *Camoens e a Infanta D. Maria*. By Jose Maria Rodrigues." *Romantic Review*, 7 (January 1, 1916). 475-85.
- Pazos-Alonso, Cláudia and Stephen Parkinson, eds. *Reading Literature in Portuguese. Commentaries in Honour of Tom Earle*. Oxford: Legenda, 2013. 73, 82.
- Peck, Harry Thurston et al, ed. "Louis de Camoens." *The World's Great Masterpieces. History, Biography, Science, Philosophy, Poetry, The Drama, Travel, Adventure, Fiction, Etc. A Record of the Great Things that have been Said and Thought and Done from the Beginning of History*. Volume V. New York: The International Society, 1901. 2238-52.
- Pessoa, Fernando. "Oh gentle spirit mine that didst depart." *Translation, Second Series*. Eds. Neville Braybrook and Elizabeth Neville. London: Phoenix Press, 1947. 34.
- Priest, Harold Martin, ed. *Renaissance and Baroque Lyrics: An Anthology of Translations from the Italian, French and Spanish*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1962.
- Quillinan, Edward. *Poems*. London: Edward Moxton, 1853. 61-2.
- "Why haunt you me, fond wishes ever yearning"; "Quem jaz no grão sepulcro." *The Lusitanian*, 6 (1845). 338-9.
- Roscoe, Thomas. "Few years I number, years of anxious care"; "Ah! vain desires, weak wishes, hopes that fade"; "What is there left in this world to crave." *Sismondi*. 532-3.
- "Few years I number, years of anxious care"; Ah! vain desires, weak wishes, hopes that fade!"; "What is there left in this world to crave." *Longfellow*, 1845. 746.
- "The quiet beauty of this verdant hill." *Ainsworth's Magazine*, 6 (October 1844). 438.
- "Sweet sainted one! Who mortal weeds so young." *New Monthly Magazine and Humorist*, 75:297 (September 1845). 33.
- "When now at length, Time's cycles at the full." *New Monthly Magazine and Humorist*, 75:300 (December 1845). 417.
- Russell, Thomas. *Sonnets And Miscellaneous Poems By The Late Thomas Russell, Fellow Of New College*. Oxford: printed for D. Prince and J.



- Cooke. J.F. and C. Rivington, T. Cadell, and T. and J. Egerton, London, 1789.
- "These hills that lift their verdant heads so high." *The Annual Register, or a View of the History, Politics and Literature for the Year 1789*, Poetry. 167.
- Segel, Harold B.. *The baroque poem: a comparative survey, together with 150 illustrative texts from English, American, Dutch, German, French, Italian, Spanish, Mexican, Portuguese, Polish, Modern Latin, Czech, Croatian, and Russian poetry, in the original languages and accompanying English translations*. New York: Dutton, 1974.
- Shelley, Mary. *Lives of the Most Eminent Literary and Scientific Men of Italy, Spain, and Portugal*. Volume 3. London: Printed for Longman, Orme, Brown, Green, & John Taylor, 1837.
- Sismondi, J.-C.-L. Simonde de. *Historical View of the Literature of the South of Europe*. Translated from the original, with notes, and a life of the author, by Thomas Roscoe. London: Printed for Henry Colburn and Co., 1823. (Citations taken from 5th edition, Volume II, London, George Bell and Sons, 1903. 532-3).
- Sousa, Justino de. *Luís de Camões and The Lusads*. Bombay: Guardian Press, 1922.
- Southey, Robert. "Art. XXXII. Review of *Poems from the Portuguese of Luis de Camoens; with Remarks on his Writings, Notes, &c..*" *The Annual review and history of literature*, 2 (January 1803). 569-77.
- "Eu me parto de vós, ninfas do Tejo", 11 January 1799; "Doces e clara águas do Mondego", 11 February 1799; "Quem diz que Amor é falso ou enganoso", 28 December 1799. Unpublished translations in MS Bodleian 1799.
- "'Is there who says that Love is like the wind'; 'Meek spirit, who so early didst depart.'" Review of Adamson's *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*." *The Eclectic Review*, 14 (December 1820). 563, 565.
- "'Meek spirit, who so early didst depart.'" Review of Adamson's *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*." *The Gentleman's Magazine and historical chronicle* (December 1820). 527.
- "Sonnet, from Camoens. 'Alma minha gentil'". *The Monthly visitor, and pocket companion*, 5 (November 1798). 292.
- "Sonnets from the Poetry of Camoens" *The Poetical Register and repository of fugitive poetry*, 4 (January 1806). 371-5.
- "When I behold you lady! when my eyes." *The Port Folio*, 13 (1822). 262-3.
- "'When I behold you lady! when my eyes.'" Review of Adamson's *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*." *The Eclectic Review*, 14 (1820). 565.
- Speranza (Lady Wilde). "Catarina. From the Portuguese of Camoens." *The Nation* (15 August, 1848).
- "Catarina. From the Portuguese of Camoens." *Poems*. Dublin: James Duffy, 1864. 142.

- Stock, Collard J.. *Translations in Verse from the French, Spanish, Portuguese, Italian, Swedish, German and Dutch*. London: Elliot Stock, 1891.
- Strangford, Lord Viscount. "Art. XI Review of Poems, from the Portuguese of Luis de Camoens, with Remarks on his Life and Writing, Notes, &c. &c. By Lord Strangford. 1803." *Critical Review or Annals of Literature*, Series 3, 2 (1804). 330-5.
- *Poems, from the Portuguese of Luis de Camoens, with Remarks on his Life and Writings, Notes, &c. &c.* London: J. P. Carpenter, 1803.
- "Silent and slow, now fresh'ning breezes blow." *The Port Folio*, 4:7 (1804). 56.
- "Silent and slow, now fresh'ning breezes blow." *The Port Folio*, 4:44 (1804). 352.
- "Slowly and heavily the time has run." Sismondi. 532-3.
- *The Vocal Library: Being the Largest Collection of English, Scottish, and Irish Songs Ever Printed in a Single Volume. Selected from the Best Authors Between the Age of Shakspeare Jonson, and Cowley, and that of Dibdin, Wolcot, and Moore*. London: John Souter, 1818.
- "When day has smil'd a soft farewell." *The Literary Magazine and American Register*, 1:1 (Saturday 1 October, 1803). 51-2.
- Swiggett, Glen Levin. *Sonnets from Foreign Lands*. Sewanee, Tennessee: The University of the South, 1957.
- Taylor, L. C., ed. *Luís de Camões Epic and Lyric*. Manchester: Carcanet & Calouste Gulbenkian Foundation, 1990.
- Trend, J. B. *Portuguese Poems with Translations*. Cambridge: R. I. Severs, 1954.
- Tucker, Edward L.. *Richard Henry Wilde His Life and Selected Poems*. Athens: University of Georgia Press, 1966.
- Van Doren, Mark, ed. *An Anthology of World Poetry*. English Translation by Chaucer, Swinburne, Dowson, Symons, Rossetti, Waley, Herrick. Pople, Francis Thompson and Others. London: Cassell and Company Ltd., 1929. (First published New York: A. and C. Boni, 1928).
- Van Doren, Mark and Garibaldi M. Lapolla. *Junior Anthology of World Poetry*. New York: A. and C. Boni, 1929.
- *The World's Best Poems*. New York: Albert and Charles Boni, 1929.
- Waddington, Samuel. *The Sonnets of Europe. A Volume of Translations*. London: Walter Scott, 1886.
- Walsh, Thomas, ed. *Hispanic Anthology: Poems Translated from the Spanish by English and North American Poets*. Hispanic Notes and Monographs. Peninsular Series IV. New York, London: G. P. Putnam's Sons, 1920.
- Warner, Charles Dudley, ed. *Library of World Literature. Ancient and Modern*. Volume VIII. New York: R.S. Peale and J.A. Hill, 1896, 3158.
- Watts, A. A.. "Sonnets V. From the Portuguese of Camoens. 'Vain was the frown of pride to disunite'". *Poetical sketches: the Profession, the Broken heart, etc.*: with stanzas for music, and other poems. 3<sup>rd</sup> edition with additional poems. London: Printed for Hurst, Robinson, 1824,

134. (Unidentified)

- West, S. George. "Mortimer C. Tait (1856-1937): An unknown translator from the Portuguese." *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXI (1985). 615-25.
- Wevill, David. "My errors my loves my unlucky star." *Hand in Hand. An Anthology of Love Poetry*. Ed. Carol Ann Duffy. London: Picador (Pan Macmillan), 2001. 35.
- "That sad and sorrowful dawn"; "My errors my loves my unlucky star." *Delos: A Journal on and of Translation* (National Translation Center, University of Texas at Austin), (1970). 4.
- "That sad and sorrowful dawn"; "My errors my loves my unlucky star." *World Poetry. An Anthology of Verse from Antiquity to Our Time*. Eds. Katherine Washburn, John S. Major and Clifton Fadiman New York: Quality Paperback Book Club, 1998. 569.
- White, Landeg. *The Collected Lyric Poems of Luís de Camões*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.
- Wilde, Richard Henry. *The Port Folio*, 19 (1825). 249.
- *Southern Literary Messenger*, 1 (4 December, 1834). 186.
- "They say the swan, though mute his whole life long." *Augusta Chronicle* (12 November, 1821).
- Williams, Frederick G.. "Camões: 'The lover into the beloved object is transformed'; A concise overview of the principal systems influencing the concept of love in the 1500s and a study of the sonnet itself." *Arquivos do Centro Cultural Português*, 29, (1991). 127-249.
- ed. *Poets of Portugal: A Bilingual Selection of Poems from the Thirteenth through Twentieth Centuries*. Introduction, and notes by Frederick G. Williams; with a foreword by Maria de Lourdes Belchior / *Poetas de Portugal: uma selecção bilingue de poemas do século XIII ao século XX*. Traduções, introdução, e notas de Frederick G. Williams; com um préambulo de Maria de Lourdes Belchior. New York: Luso-Brazilian Books, 2007.
- Willis, R. C.. " 'Swansong'. Luís de Camões: 'O cisne, quando sente ser chegada' ". *Reading Literature in Portuguese. Commentaries in Honour of Tom Earle*. Eds. Cláudia Pazo-Alonso and Stephen Parkinson. Oxford: Legenda, 2013. 61-70 (p.62).
- Woodford, J. Montague. *The Book of Sonnets*. London: Saunders and Otley, 1841. 258-63.
- Young, Sir George. *Portugal: An Anthology*. London: Oxford University Press, 1916.
- *Portugal Old and Young*. London: Oxford University Press, 1917.
- Zenith, Richard. *Sonnets and Other Poems by Luís de Camões*. Adamastor Book Series. Dartmouth: Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts Dartmouth, 2009.

## EÇA DE QUEIROZ IN VOGUE

George Monteiro  
Brown University

First published in New York City in December 1892, *Vogue* is now published by Conde Nash. This world-famous and enormously successful fashion magazine is as unlikely a place to find references to Eça de Queiroz or his work as one might imagine. Nevertheless, a search-engine inquiry turns up three of them, two in 1906 and a third in 1961.

1. Mr. [Thomas B.] Mosher has written one of his characteristic prefaces for each book [including *The Sweet Miracle*]. Eça de Queiroz, by the way (born 1846, died 1900) is described as Portugal's greatest prose writer of the last half of the nineteenth century, and known to us mainly by the splendid romance, *Cousin Basil* [*O Primo Basilio*]. "What They Read: Literary Chat" 28 (Sept. 27, 1906). 377.

2. Edgar Prestage's translation of *The Sweet Miracle*, by Eça de Queiroz, is published by T. B. Mosher this season in a pretty half-dollar edition. De Queiroz, dead now six years, was one of the greatest of modern Portuguese prose-writers. This little bit, an exquisite sketch, is not in his most familiar style of realism. It is indeed, one of those pleasant Christ-legends which Catholic writers so often revive, or invent, a lovely thing, full of the Christian spirit, and apt to the Christmastide. "What They Read" 28 (Dec. 6, 1906). 817.

3. Try, if you are in Lisbon, to get someone to invite you to the Circulo de Queiroz. This is the writers' club named after the Portuguese Flaubert, a pleasingly original late-19th century novelist and quondam consul in Newcastle-on-Tyne, whose work was translated by Roy Campbell a few

years ago. Not only do they cook *bacalhau* better than anywhere else in Portugal, but all round the walls in glass cases are beautifully made silent puppets enacting scenes from the master's novels. (102) Maurice Richardson. "Portugal" 137 (May 1961). 88, 90, 102.

## FLORBELA ESPANCA'S POEMS IN THE UNITED STATES

George Monteiro  
Brown University

An investigation carried on through examination of several English-language newspaper and journal search-engines turned up no references to the Portuguese poet Florbela Espanca (1894-1930). As might be expected, however, a similar search into Portuguese-language newspapers in the United States, however, proved fruitful. It turned up printings of thirteen different poems by the Portuguese poet, with a pair of them published twice. All subsequent printings of Florbela's poems refer to the *Diario de Noticias*, published in New Bedford, Massachusetts, until 1973.<sup>1</sup>

1. "Castelã da Tristeza." *O Lavrador Portugues* (Hanford, CA), (Feb. 16, 1923). 8.
2. "Saudades." *A Colonia Portuguesa* (Oakland, CA [successor to *O Lavrador Portugues*]), Dec. 16, 1924). 9.
3. "Saudades." *Diario de Noticias* (Jan. 20, 1930). 4.
4. "O Nosso Mundo." *Diario de Noticias* (Dec. 24, 1931). 9.
5. "Conto de Fadas." *Diario de Noticias* (Jan. 30, 1939). 4.
6. ["In Memoriam"] *Diario de Noticias* (Dec. 10, 1949). 4.
7. "Nocturno." *Diario de Noticias* (Dec. 16, 1955). 17.
8. "Ser Poeta." *Diario de Noticias* (Jan. 9, 1959). 3.

---

<sup>1</sup> There are fifteen minor or passing references to Florbela Espanca in the *Diario de Noticias*: Aug. 8, 1936 (p. 3); May 8, 1942 (p. 1); July 16, 1945 (p. 4.); June 24, 1949 (p. 6); Aug. 13, 1949 (p. 4); Dec. 5, 1949 (p. 2); Dec. 12, 1949 (p. 2); Dec. 4, 1958 (p. 5); Feb. 24, 1959 (p. 4); Aug. 2, 1964 (p. 8); Aug. 3, 1965 (p. 1); Apr. 19, 1968 (p. 2); Aug. 26, 1970 (p. 4); May 3, 1971 (p. 1); and May 25, 1972 (p. 6).

9. "Amiga." *Diario de Noticias* (Feb. 12, 1965). 6.
10. "Noite de Chuva." *Diario de Noticias* (Aug. 2, 1965). 2.
11. ["Esfinge."] *Diario de Noticias* (May 12, 1969). 27.
12. ["Tarde de Mais..."] *Diario de Noticias* (May 12, 1969). 27.
13. "Soneto [Meu amor, meu amado.]" *Diario de Noticias* (Dec. 17, 1969). 5.
14. "O Nosso Mundo." *Diario de Noticias* (Sept. 17, 1970). 4.
15. "Conto de fadas." *Diario de Noticias* (Apr. 9, 1971). 5.
16. "Ao Vento." *Diario de Noticias* (Dec. 17, 1971). 6.

### “IN DUTY TO A FATHER”: AS DIMENSÕES ANGLO-PORTUGUESA E CARNAVALESCA DA TRAGÉDIA *THE MAID’S REVENGE* (C.1626), DE JAMES SHIRLEY<sup>1</sup>

Rogério Miguel Puga  
CETAPS/FCSH-Universidade Nova Lisboa

A primeira tragédia do poeta e dramaturgo James Shirley (1596-1666), *The Maid’s Revenge* (TMR), é redigida entre 1625 e 1626, registada no *Office book*, de Sir Henry Herbert, em Fevereiro de 1626, encenada nesse ano, no Cockpit Theatre, pelos Queen Henrietta’s Men, e publicada em 1639-1640 (Forsythe iii, xxiv-xxv). Ao adaptar livremente o enredo ‘português’ da sétima história (“A Portugal History: History VII. Antonio and Berinthia”, 73-88) do segundo livro de *The Triumphs of God’s Revenge against the Crying and Execrable Sin of Murder* (1621-1635), do mercador de Exeter John Reynolds (c.1558-c.1655), Shirley resume micro-enredos, esbate a moral (religiosa) da história original, introduz mais personagens lusas, como Count de Monte Nigro, Castabella, Scarabeo e a “nurse” que aparece apenas na lista de personagens, fazendo ainda outras alterações que Forsythe (136-148) e Carter (xxvii-xxxv) analisam e comparam tematicamente a outras peças da altura. Em 1833, o *editor* William Gifford altera o texto e insere didascálias e informação como a lista dos três locais da acção: “Scene, Portugal: — the first at Lisbon, the rest partly at Elvas, and partly at Avero”

---

<sup>1</sup> Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



(Gifford 102), localidades que são referidas logo no início do texto de John Reynolds (73-77). As ficções breves deste último autor inspiram várias peças nos séculos XVII-XVIII, como *TMR*, *The Changeling* (1622), de Thomas Middleton e William Rowley e *The Rival Sisters* (1695), de Robert Gould, cujas acções têm lugar na Península Ibérica, e ainda *Examples of the Interposition of Providence in the Detection and Punishment of Murder* (1752).

Antes de analisarmos a dimensão anglo-portuguesa de *TMR*, comecemos por um resumo do enredo: o espaço principal da acção é a (então) vila de Aveiro, nomeadamente as esferas domésticas e do poder de uma nobre família portuguesa. Gasper de Vilarezo é pai de Sebastiano, Catalina e Berinthia, sendo esta última amada por Velasco e pelo amigo da família Antonio de Ribeiro, irmão de Castabella, cuja família (igualmente nobre) é oriunda de Elvas, uma das mais importantes cidades-fronteira portuguesas. Gaspar ordena que a sua filha mais velha Catalina case antes da mais jovem, e Antonio finge visitar Catalina para poder ver Berinthia. Catalina apaixona-se por Antonio e, ao descobrir que fora traída, enclausura a irmã e planeia o seu rapto e envenenamento. Antonio descobre o plano e boicota-o ao raptar Berinthia e levá-la para o seu castelo de Elvas. A pedido do seu pai, Sebastiano vai a Elvas enfrentar Antonio e acaba por se enamorar da irmã deste, Castabella. Catalina convence o pai a vingar-se e ele acaba por ordenar a Sebastiano que assassine Antonio. Embora os jovens sejam grandes amigos, Sebastiano respeita a vontade paterna, luta com Antonio e mata-o. Berinthia chora a morte do seu amado e após decidir vingar-se, esfaqueia o irmão (Sebastiano), envenena a irmã e suicida-se. No final da peça, Castabella, ao ver-se sozinha, refugia-se num convento.

Como veremos, *TMR* vai sugerindo um imaginário geocultural que o público informado associaria intertextualmente ao sul da Europa católica, e, se esta peça representa lares nobres portugueses, a *masque* de Shirley *Cupid and Death* é encenada, em Março de 1653, para João Rodrigues de Sá e Meneses (1619-1658), 3º conde de Peneguião, embaixador extraordinário de Portugal na Inglaterra entre 1652 e 1655. Ao longo da tragédia de que nos ocupamos, não há quase página em que os termos “valour”, “merit”, “noble”, “lordship”. “nobility”, “virtue/virtuous”, “(dis)honour”, “justice”, “treachery”, “blood”, “[family] name” “virginity”, “blood”, “obedience”, “friend”, “passions” e “vengeance/revenge” não marquem presença, e a repetição desses vocábulos intensifica o imaginário luso, a caracterização do *ethos* das personagens e o espaço social da acção. Aliás, o adjectivo “noble” e os substantivos “nobility” e “honour” saturam o

tecido do texto dramático, tal como o termo “poison” a partir do momento em que Catalina decide envenenar a irmã, tornando-se rapidamente óbvio que todas as personagens são movidas por uma sentimento de (des)honra e de (in)justiça, cada uma a seu modo. Alguns dos temas estabelecem um diálogo inter-textual entre *TMR* e várias obras de Shirley, nomeadamente no que diz respeito ao envenenamento, que é associado à religião (*The Politician*, *The Cardinal*, *St. Patrick for Ireland*), ao homicídio (*The Traitor*, *Love’s Cruelty*, *The Cardinal*), a duelos (*The Cardinal*, *The Court Secret*), à vingança (*The Traitor*, *The Duke’s Mistress*, *St. Patrick for Ireland*, *Love’s Cruelty*, *The Politician*, *The Cardinal*) e ao pretendente fanfarrão (*Love Tricks*, *The Traitor*, *The Politician*), que, como é sabido, é uma figura comum nas peças da altura.

Numa Inglaterra em permanente tensão religiosa e política, a literatura veicula conflitos e preocupações<sup>2</sup> através de temáticas como a traição, o descontrolo emocional, a impetuosidade, a autoridade ‘cega’, a imutável sociedade patriarcal (tirana) e a desordem que advém do desrespeito pela ordem, nem que injusta, imposta por governantes e familiares. Em *TMR* e noutras peças, como *The Bird in a Cage* (1633), Shirley veicula a ideia da mulher que necessita de ser protegida/controlada e que ao fingir e ao seguir os seus instintos poderá tornar-se um perigo para o *status quo* (Nesler 220); daí que tenha que ser enclausurada, e em *TMR* é-o até por outros vingativos membros da comunidade feminina. Esses temas e o ambiente caótico são mais facilmente abordados se exotizados (também) como exemplo da ruína e da desgraça alheia, a evitar na Inglaterra. A *commonwealth* mantida de forma equilibrada e saudável pelas autoridades civis e religiosas é um dos subtemas da peça do autor católico, e, como demonstra a determinação de Berinthia, nem os fortes laços de sangue são mais fortes que a necessidade de vingança e de fazer justiça; aliás, como recorda Clare (3), “in feuds — real or fictional — vengeance breeds vengeance; violence escalates and all parties are consumed in a domino effect of hatred and retaliation.” Como veremos, a excessiva vingança (final) e o castigo dos malfetores por Berinthia reforçam a

---

<sup>2</sup> Ingram (74) refere que, em meados da década de 20 do século XVII, “the miseries of adverse harvest conditions, industrial contraction and trade slump were capped by a visitation of the plague in 1625”. Consequentemente, o crime e a violência aumentaram, e com eles o sentimento de desordem social, o medo e a necessidade de controlo; o que explica, em parte, a preocupação com a temática da justiça (tema-base da *revenge play*), e que é, no fundo, intemporal.

ideia da necessidade de justiça e até de ordem familiar, e vão de encontro ao horizonte de expectativas do espectador, uma vez que a vingança, enquanto reacção do ser humano, é uma forma poética de restabelecer a ordem no seio da família e da sociedade, tendo, como é sabido, a mensagem da *revenge play* um efeito ‘didáctico’ ao veicular e reforçar normas e valores sociais vigentes. Catalina decide vingar-se por se sentir traída e porque a irmã e Antonio desobedeceram à vontade paterna, gerando a ‘cegueira’ de Gasper e da sua filha mais velha a desordem no lar, concluindo Catalina: “Is this the dutie bindes her to obey/A fathers precepts, tis dishonour to me” (17), ideia que desenvolve mais tarde quer ao referir o “duty to a father” (20), expressão que usamos no título deste estudo, quer ao exclamar “Oh cunning treachery! Worthy our justice” (23). O próprio pai teme, face à desobediência de Berinthia, que a boa imagem e honra familiar esteja perdida e o seu sangue (linhagem) manchado (45), exacerbando Catalina estrategicamente emoções como o ódio, a dúvida e o desejo de vingança sangrenta (31) nos homens que a rodeiam, manipulando-os. O pai acaba por ser enganado pelas duas filhas, e a que despoleta toda a tragédia é aliás (hetero- e auto-)caracterizada como egocêntrica, por vezes de forma hiperbólica (“I shall prove a wandering starre, I have a course which I must for my selfe”), cruel (“Sister, Ile breake a Serpents egge betimes,/And teare Antonio from thy very bosome; Love is above all law of nature, blood”, 24) e dada a fúrias e a invejas (“mad with rage, and envy”, 33). A preocupação constante com o estatuto da linhagem, ou seja, com o apelido, é também utilizada como desculpa ou fachada para justificar justos desejos de vingança.

O ideal da mulher virtuosa é um constructo masculino, e na *revenge play* jacobina essa figura não se auto-anula, mas levanta a voz (Erickson 24; Allman 17-19), como aliás Berinthia faz ao revoltar-se contra os tiranos que a prejudicaram. Também os filhos do sexo masculino são manipulados por essas narrativas da honra, e o constructo da identidade (nobre) da família é utilizado pelo pai Vilarezo para controlar Sebastiano. A figura-tipo do pai, tio ou tutor avaro que proíbe a filha, sobrinha ou protegida de casar por amor e lhe impinge um pretendente marca presença em várias peças de Shirley (*Love Tricks*, *The Brothers*, *The Witty Fair One*, *Love in a Maze*, *The Gamester*, *The Constant Maid*),<sup>3</sup> bem como na comédia neo-latina universitária

---

<sup>3</sup> Para uma lista de obras inglesas em que esse tema marca presença, veja-se Forsythe (105).

*Ignoramus* (1614-1615), de George Ruggle, e em *Englishmen for my Money Or A Woman Will Have Her Will* (c.1598), de William Haughton, ambas as peças com enredos de cariz anglo-português (Puga “The Strangers May Goe” 249-277), e em que vence o partido justo, ou seja, os protagonistas jovens que se movem por amor. A personagem masculina portuguesa dá, assim, em vários textos dramáticos, forma ao estereótipo do ‘tutor’ católico materialista, usurpador e injusto. Ao contrário do tutor/pai luso em *Ignoramus* e *Englishmen for my Money*, Vilarezo não é materialista e preocupa-se com o bem-estar das filhas, mas apenas enquanto a vida dos descendentes não danificar a ficcional imagem pública da família. O patriarca não se opõe ao casamento de Berinthia com Antonio por desigualdade de estatuto ou por falta de dinheiro do pretendente, motivos normalmente utilizados nas peças que referimos, mas porque deseja casar primeiro a sua filha mais velha e manter a ordem ‘cronológica’ nos casamentos das jovens. Na Inglaterra de então, a ideia do respeito absoluto pela vontade paterna nunca foi absolutamente aceite pelos mais novos ao escolher o futuro cônjuge e ao reclamar liberdade para o fazer (Sinfield 70; Houlbrooke 71), e esse dilema é veiculado por Antonio ao comentar a vontade de Gasper: “it is but tyranny, /Plaine usurpation to command the Minde/Against its owne election” (18-19). Os amores paterno e conjugal é saudável se não tiranizar e se despertar emoções que possam ser controladas, pois a desordem dos Vilarezo destrói o lar da família e o de Antonio, acarretando morte e solidão (Castabella). A proibição e a injustiça paternas, bem como a crueldade e o ódio fraternos geram uma energia destrutiva que leva ao caos fatal que Castabella anula ao optar pela vida religiosa.

Utilizamos o conceito ‘patriarcal’ cientes de que este não está apenas directamente associado ao conceito de masculinidade, sendo “gender-complicated” (Claridge e Langland 3) e “multivalente” (Erickson 23, Allem 22), pois nem sempre os poderosos são (apenas os) homens, nem as vítimas apenas mulheres, e toda a comunidade ajuda a elaborar esse constructo. Em *TMR*, Catalina esconde os seus desígnios e manipula o pai para atingir os seus objectivos, recorrendo assim ao silencioso poder informal<sup>4</sup> da mulher para influenciar o destino da sua

---

<sup>4</sup> Poder que a mulher tem e exerce a partir do espaço doméstico, nos bastidores da vida social e da política, enquanto mãe/educadora, irmã, filha, dona de casa, conselheira, mecenas cultural e religiosa (Alston 25; Orr 9-15). Sobre a representação da ideologia patriarcal na obra de Shirley, Clark (126) afirma que “more than the tenet of absolute

família e levar o progenitor a pensar que é a vontade dele que está sempre em causa. Se a instituição da família é debatida pelos autores ingleses puritanos como ‘célula’ da sociedade na qual os cidadãos são educados, a (des)ordem familiar é uma metáfora para a do Estado, bastando recordar a comparação da família à *commonwealth*, nas obras *A Godly Form of Household Government* (1), de Robert Cleaver (1598), *Christian Oeconomie* (669), de William Perkins (1609) e *Of Domesticall Duties* (2v), de William Gouge (1622). Aliás, em *TMR*, o próprio Gasper de Vilarezo refere-se à sua família como uma célula do reino, a grande família do rei, a quem ele deve obediência; daí que os seus filhos lhe devam também obedecer, pois a ordem é mantida pelo respeito a essa hierarquia: “come I am thy Father,/ Value my blessing, and for other peace/Ile to the King” (60). Com a tirania e a desordem, a família deixa de ser um universo de afectos construtivos e de sonhos (futuros casamentos) e passa a ser um micro-cosmos de traições, ódios e vinganças fatais. Após a morte de Antonio, Berinthia assemelha-se cada vez mais a Catalina, despertando em si a raiva que caracterizara até esse momento apenas a sua irmã, e no final já não se ouvem fórmulas respeitosas de tratamento, mas uma intensa e pouco ‘nobre’ troca de insultos, acompanhada de violência física para com a empregada: “queene of hell...witches...fooles...divell sister” (65). Um crime violento cometido por um familiar torna-se mais horrendo e acentua os efeitos devastadores da ‘cegueira’ e do descontrolo emocional. No entanto, Sebastiano arrepende-se de ter assassinado o amigo porque a sua consciência sobrepõe-se ao dever filial, ou seja, não conseguimos fugir à nossa natureza mais profunda, e o final da peça transmite uma mensagem da redenção e a possibilidade da saída religiosa (Castabella), um gesto positivo e equilibrado no seio do caos familiar e sentimental.

Como já referimos, o enredo de *TMR* é plasmado por Shirley de *The Triumphs of God’s Revenge*, sendo a relação antagónica

---

monarchy, Shirley’s tenet of patriarchy appears to form a fundamental assumption. The moderation suggested by a chastened and thus concerned father in his earliest known comedy, *Love Tricks*, and by a disastrously rigid father in his earliest tragedy *The Maid’s Revenge*, disappears with *The Wedding* (1626-29). This comedy first presents his pattern in which patriarchs rightly employ their powers in seemingly obstructive but truly provident ways...More typically, when Shirley’s father impede their children, the children, as in *The Witty Fair One* (1628), seek paternal blessings...Shirley’s portrayal of fathers virtually prohibits anything more than nonessential variations of his culture’s patriarchal hierarchies. Beyond that, Shirley’s presentation of male superiority consistently reinforces and interlocks with his other hierarchical views”.

entre irmãos também tema da peça *The Cruel Brother* (1627), de William Davenant, entre muitas outras. Aliás, como recorda Warnock (53), as relações entre irmãos possibilitam aos dramaturgos do século XVII apresentar conflitos psicológicos, sociais e de gênero: “in insisting that siblings turn their desire for revenge upon themselves, rather than upon the figures who caused their dishonour..., both Shirley and Davenant defuse the potential subversiveness of the sibling revenger and use sibling strife as a metaphor for the subject’s willingness to destroy himself (herself) rather than challenge the rule of father or king”. Relativamente a *TMR*, essas palavras apenas se aplicam a uma das personagens, Sebastiano, que respeita cegamente as ordens tiranas do pai, existindo duas posições para com o poder patriarcal, a referida atitude de Sebastiano e o desafio feminino do desejo paterno em nome do amor e da justiça (Berinthia), enquanto Catilina manipula todos os que a rodeiam, sobretudo o pai, que no final reconhece ser o culpado de toda a tragédia, e não Berinthia: “Vil... [the] author of their deaths, ’twas Villarezo” (68). Esse *mea culpa* epifânico funciona assim como reconhecimento (*anagnorisis*) e crítica à sociedade patriarcal tirana,<sup>5</sup> que se mantém inalterável, pois na última cena Gasper continua a ignorar as necessidades de terceiros. Já Antonio resguarda-se no seu harmonioso espaço de poder, o castelo de Elvas, onde também Berinthia se esconde da ameaça e que é invadido pelos homens de armas de Villarezo. O *Self* assume e revê a sua identidade no âmbito familiar e sobretudo por comparação com os seus irmãos; daí o orgulho ferido e a inveja que Catalina sente face à preferência de Antonio por Berinthia. Como informa Warnock (12, 18),

the self-destructive hostility between the brother and sister who savagely fight with each other then becomes a powerful symbol of disorder and chaos within the family...As Renaissance drama recognized, siblings are a part of one’s self and contain crucial aspects of one’s identity, a notion particularly unsettling to the period’s rigid hierarchy based on gender and its emphatic differentiation between male and female.

---

<sup>5</sup> Num estudo feminista sobre o teatro renascentista inglês, Findlay (83) afirma que a sociedade patriarcal é a causa da tragédia em *TMR*, “but at the same time, as in so many plays..., male authority proves very brittle in the face of revenge. Drawn from the primitive energy of the Furies, revenge has the power to consume and dissolve gendered identities, to elevate women to new heights of self-determination in its pyrotechnic and destructive splendour.”



A peça aborda temas como a identidade e a honra pessoais e familiares, remetendo o caos no ambiente 'caseiro' das duas famílias para a ideologia da vida privada e familiar (Rose 25-214), enquanto o facto de a ordem doméstica poder ser facilmente desequilibrada enfatiza a ansiedade em torno da instabilidade da família moderna (Comensoli 16-65). A mulher é representada como agente e ferramenta central da luta pelo poder familiar, e, claro, a sua caracterização, tal como a da família, não é estável, mas sim dinâmica (Rose 1, Comensoli 16). A tragédia surge inúmeras vezes da transgressão feminina e da rebelião contra a autoridade patriarcal (Callaghan 9, 59), concluindo Callaghan (67) que as mulheres-personagens são "a shifting subject... sometimes idealised and sometimes denigrated...the progression from transgressive sinner to beatified saint is the result of the constant tension in dramatic representation of women between the polarities through which they are constructed". Em *TMR*, Catalina e Berinthia são caracterizadas por contraste a Castabella, que se resigna ao amor por Sebastiano e se enclausura voluntariamente.

A religião católica não é visada de forma negativa na peça, sendo inclusive um refúgio pacífico e positivo para Castabella, possibilitando-lhe a crença na vida após a morte o reencontro com o seu amado. Quando nada mais resta à mulher solitária, a fé e a vida religiosa são a única saída, contrariando o convento como espaço de protecção e evasão (para vítimas indefesas femininas) que encerra a peça a imagem carnavalizada desse espaço em panfletos protestantes como *The Anatomy of the English Nunnery at Lisbon in Portugal* (1622), de Thomas Robinson (Puga "Subverter o Outro" 77-103), ou seja, se considerarmos os circuitos católicos e hispanófilos da corte onde Shirley se move, o seu texto poderá ser interpretado como ferramenta do discurso inglês que desconstrói subtilmente quer o convento estereotipado como 'bordel', quer a chamada *Black Legend of Spain*, ou hispanofobia.

O espaço português da acção (sobretudo doméstico)<sup>6</sup> é caracterizado pelos comportamentos humanos presentes também noutros espaços europeus, e alguns deles são acentuados para

---

<sup>6</sup> Sobre a relação entre vida e espaço domésticos e políticos, bem como a transformação do espaço doméstico (real) numa 'arena' política na Inglaterra setecentista, veja-se Knoppers (1-41, 94-113), que (5) informa: "the language of family encodes political power in the early modern period. Most broadly, the king's power was seen as patriarchal."

rentabilizar estereótipos associados pelos ingleses aos lusos, intensificando o efeito psicológico da caracterização das personagens, nomeadamente o imagotipo generalizado do ibérico que controla demasiado as mulheres, imagem que se encontra presente quer na fonte de *TMR*, quer nas peças de Haughton e de Ruggle que já referimos. A partir do século XVI, a representação dos portugueses na literatura inglesa é ambivalente. Podemos falar de lusofilia quando se trata de caracterizar os velhos aliados continentais e parceiros comerciais e diplomáticos, e de lusofobia no que diz respeito, por exemplo, aos rivais coloniais e à ameaça católica. Quando *TMR* é redigida, encenada e publicada pela primeira vez, Portugal está sob domínio espanhol, a aliança anglo-portuguesa encontra-se relativamente ‘adormecida’ e as relações anglo-espanholas eram, sobretudo desde a derrota da Armada Invencível, menos tensas que no período isabelino. Como conclui García (“A Caroline View” 40, 51), a obra de Shirley,

without being blatantly positive, [it] redirected the views of the Spanish characters towards a feeling of harmless humour and even complaisance... [Shirley] responds to a less anxious, more benevolent and sympathetic perspective of Spain and Spanish characters. Of course, political factors were all-important: once the danger of invasion, i.e., of the real physical presence of Spain in England has faded away, and once the Iberian Peninsula was a harmless land, too much involved in its own problems, a possible ally and a manipulable country, it can be seen in a different, neutral, and more sympathetic light. The personal stance of Shirley as a Catholic and as hispanophile must count as well.

O dramaturgo movimenta-se nos círculos hispanófilos da corte, e a Península Ibérica marca uma presença recorrente na sua obra, sendo os espanhóis e portugueses representados de forma (subtilmente) neutral ou positiva (García “A Caroline View” 40-41). O estudo que acabámos de referir (41) defende que a personagem-tipo das peças de tema ibérico de Shirley [*The Maid’s Revenge*, *The Doubtful Heir* (1640), *The Court Secret* (1642), *The Brothers* (1626/1641?), *The Cardinal* (1641)] será melhor caracterizada como ibérica, e não com base na sua origem regional ou nacional, pois o dramaturgo desconheceria a realidade espanhola. Se a acção de *TMR* tem lugar em Portugal, e a das demais peças ‘ibéricas’ em antigos reinos (reais e imaginários) de Espanha, como Múrcia, Navarra e Aragão, pensamos, no entanto, que a vontade (política) de distinguir portugueses e espanhóis é clara, pois Shirley coloca a acção em diferentes



espaços espanhóis e portugueses. Aliás, as cortes ibéricas — associadas ao poder e à fama (imagem pública) que conferem estatuto — são referidas uma vez como entidades separadas (“Spain and Portugal”, 8) e outra em traços gerais (“Court”, 62), bastando recordar que a Inglaterra apoia, desde 1580, os desígnios independentistas do seu velho aliado e, após 1640, seria um dos primeiros países a reconhecer a independência de Portugal, e que a tragicomédia *The Court Secret*, publicada por Shirley dois anos após a Restauração de Portugal, ficcionaliza casamentos ibéricos e relações diplomáticas entre Portugal e Espanha como países independentes. Como veremos, o dramaturgo sugere uma geografia cultural e religiosa através de falas, comportamentos, adereços e didascálias para rentabilizar traços estereotipados (ou imagotipos) associados aos portugueses e para veicular uma mensagem final que poderá ser pro-católica, pois afasta-se da típica carnavalização da figura da freira que encontramos na literatura protestante, acabando por criticar o desrespeito pela ordem estabelecida, o impulsivo/irracional ‘amor português’ e também a ‘cegueira’ cruel da sociedade patriarcal (autoridades que não são inclusivas e desrespeitam os ‘súbditos’).

Shirley ter-se-á convertido ao catolicismo por volta de 1625, antes de se tornar dramaturgo (Wood 260-261), e a (suposta) religião do autor tem influenciado o estudo da sua obra (Burner 168, 194, 210).<sup>7</sup> Por exemplo, Bailey (2009), Griffith (2010), Searle (199) e Knoppers (170) defendem que o estatuto do escritor na corte da rainha Henrietta prova que ele é católico, afirmando ele, na dedicatória de *TMR*, que não cedera ao “pecado da corte”, o da “bajulação” (3, tradução nossa).<sup>8</sup> Se Bailey (2009) caracteriza o reinado de Charles I como um ‘espaço’ em que os interesses e preocupações da comunidade católica inglesa — que é um ‘definitional other’ (Parker, Russo, Sommer, Yalger 5) para a maioria protestante — são encenados através do apoio às artes da rainha e de textos políticos de autores como Shirley, Montague e Davenant,<sup>9</sup> o autor de *TMR* é protegido por Henrietta, defensora da causa católica inglesa (Chalmers, Sanders e Tomlinson 1-60; Clark 1992; Sanders

---

<sup>7</sup> Entre 1636 e 1640, Shirley reside em Dublin e aí redige algumas peças, entre as quais *St. Patrick for Ireland* e *The Royal Master* (Williams 2010).

<sup>8</sup> Citaremos a edição crítica da peça editada por Albet Howard Carter (1980), indicando apenas a página, sem indicação de acto, cena e linha.

<sup>9</sup> Para uma leitura política do teatro carolino, consultem-se Butler (1984), Clark (1992), Hopkins (1994), Sander (1999), Steggle (2004), Zucker e Farmer (2006), Rochester (2010) e Dyson (2013).

“Caroline Salon” 449-464; Mattia 2007), pelo que o teatro carolino se assume como um universo de discussão de temáticas, tensões e problemáticas religiosas e de género (Britland 2006, Griffey 2009, Smuts 36). Torna-se, portanto, óbvio que as agendas religiosa e política do autor, bem como a protecção da rainha, influenciam a sua obra.

Os principais temas de *TMR* texto são a vingança, o amor, o homicídio-suicídio, a natureza humana, a desobediência à hierarquia familiar e a crítica à sociedade patriarcal tirana, e, tal como em muitas outras peças do autor,<sup>10</sup> a acção localiza-se no estrangeiro longínquo e tem como referentes geográficos espaços portugueses com os quais os ingleses mantêm relações comerciais e diplomáticas (Aveiro e Lisboa). Essa geografia é textualizada e recuperada intertextualmente, e, como recorda Matei-Chesnoui (8-9), “early modern notions of space, geography, and nationhood were shaped by the variety of texts existing at the time, which integrated truthfully and honestly – the facts and fantasy about other nations that circulated in the period and occupied the English as well as the european imagination”, pelo que estereótipos, imagens efabuladas e traços distintivos dos europeus faziam parte das *performances* da identidade, auxiliando a construir ficções culturais em torno do saber geográfico. Várias tragédias com temática familiar representam o enfraquecimento da autoridade patriarcal e da ordem (Smith 76), e colocar a acção na Europa continental católica permite ao dramaturgo criticar a sociedade e os vícios de uma forma mais livre e de forma mais incisiva (Neill 373, Shell 28), estratégia possibilitada pelo chamado *depaysement*. O discurso da geografia encontra-se assim ao serviço da desfamiliarização do Outro, nomeadamente das jovens protagonistas que são reprimidas pelos seus familiares masculinos. O texto é marcado por uma “geographic consciousness and sense of selfhood in contrast to other nations/peoples” (Matei-Chesnoui 7), ou seja, o *Self* inglês auto-define-se por comparação ao Outro; daí a teatralização da portugalidade através da figura-tipo do pai tirano e da filha controlada que se revolta em nome do amor. A geografia continental presente na obra de Reynolds é transportada para a obra de Shirley, nomeadamente Aveiro, uma cidade de comércio onde pescadores e comerciantes portugueses, ingleses

---

<sup>10</sup> As intrigas, vinganças amorosas e mortes de *The Grateful Servant* (1630), *The Young Admiral* (1637), *The Duke's Mistress* (1640) e *Love's Cruelty* (1640) têm lugar em Itália, e as traições políticas de intriguistas na corte em *The Politician* (1655) acontecem na Escandinávia.

e irlandeses interagiam na época. No final do século XVI, mercadores ingleses instalaram-se nas zonas do Porto, “atraídos pelos lucros proporcionados pelo sal de Aveiro<sup>11</sup> e pelos produtos coloniais (açúcar do Brasil) e também pelo sumagre e pelos azeites do Douro” (Cardoso 125).

De seguida detemo-nos no processo de carnavalização de atitudes, estereótipos e espaços lusos de forma a criticar a natureza humana.

### **Comic relieves: a caracterização e a crítica hiperbólicas através de subenredos carnavalescos**

Como é sabido, sem subversão das normas e crítica social é difícil ‘fazer’ humor, permitindo a carnavalização literária hiperbolizar estereótipos associados pelos ingleses ao universo ibérico, como a auto-bajulação, a superstição e a fachada social (ficcional) da nobreza, características reveladas em *TMR* através quer do confronto dos diálogos e atitudes dos empregados (em torno do amor e da sua vida sexual) com os dos nobres, quer através do engano de supersticiosos por parte de fanfarrões exímios na arte de envenenar, como o Dr. Sharkino. O tema da depravação dos ibéricos católicos é comum na literatura inglesa dos séculos XVI e XVII; daí que os imaginários escatológico e do corpo marquem presença nas peças cuja acção tem lugar nesse território cultural, até como estratégia de demonização do Outro. Já a localização da acção no estrangeiro, técnica que John Reynolds também utilizara no seu ‘conduct book’, evita problemas aos autores, pois impede que alguém se sinta retratado, ou seja, criticam-se hábitos e costumes domésticos estrategicamente exoticizados através do habitual exercício do *comic relief* no seio da tragédia.

---

<sup>11</sup> Os países do Norte da Europa não dispõem de condições climatéricas para produzir sal, enquanto a zona do mar Mediterrâneo o produzia em abundância; no entanto, o trajecto para os países do Norte não era fácil, pelo que Aveiro foi um local privilegiado para a aquisição de sal desde o século XII (Rau, 1984). Por outro lado, no século XIV surgem acordos que enquadram legalmente a pesca portuguesa no Norte da Europa, nomeadamente o Tratado de Comércio, estabelecido em 1353 entre os moradores de Lisboa e do Porto e o rei Edward III de Inglaterra, que os autoriza a pescar nas costas inglesas e da Bretanha (Lobo 1812). Em 1497, armadores de Aveiro já tinham estabelecido pescarias na Terra Nova e abasteciam Portugal, as ilhas britânicas e a Espanha, iniciando-se, poucos anos mais tarde, a concorrência inglesa à indústria do bacalhau curado português, que se acentua no início do século XVII (Sellers 17; Cardoso 134-135).

Na peça, encontramos três grandes momentos cômicos que, como seria de esperar, se assemelham a universos carnavaalizados, onde a ordem, a nobreza e a justiça são esbatidas, e tudo parece estar ‘às avessas’, de acordo com os valores sociais vigentes. Referimo-nos ao imaginário ficcional da cavalaria retratado nos diálogos de conde Monte Nigro e Catalina, no qual um pigmeu assassina cavaleiros, ao espaço doméstico de manobra dos empregados de Vilarezo e de Antonio (Ansilva e Diego) e ao ‘consultório’ de Sharkino, episódios carnavalescos que se baseiam no simulacro em torno das ideias de nobreza, magia e virgindade. Os enredos amorosos dos empregados e dos seus mestres, a auto-representação exagerada de nobres fanfarrões e as crenças supersticiosas dos clientes enganados por Sharkino exigem uma análise do processo de carnavalização<sup>12</sup> que se encontra ao serviço da caracterização de figuras-tipo como a mulher altamente ‘sexualizada’ e o fanfarrão. De acordo com Eco (6) e Hutcheon (72-74), o Carnaval é uma transgressão com regras, e o leitor/espectador terá de reconhecer a ordem do mundo que é invertida para apreciar a transgressão. À utilização dessa mesma consciência ou espírito carnavalescos nos mundos possíveis da literatura chamamos carnavalização, ou ‘carnavalesco’, isto é “the transposition of carnival into the language of literature” (Bakhtin *Problems* 122). O carnavalesco é simultaneamente um modo de representação, um termo operativo, um fenómeno textual e um artifício utilizado para subverter, desconstruir e parodiar que subsiste sobretudo como conceito da teoria literária e não tanto na história social (Lindley 22, 70; Clark e Holquist 304-312; Stallybrass e White 6-8; Glazener 113; Stam 96; Vice 149-156; Danow 4; Krier e Swart 135-168; Rollins 2012). De acordo com Lindley (22), o carnavalesco:

describes an element, a process of demystification, manifestly present in a great range of Western literature, whatever the social sources or political consequences, if any, of that element may have been outside the texts. Bakhtin is not writing...about social behaviour but about the ways in which social practice (“carnival”) is refracted and remained in literary texts (“carnavalesque”).

---

<sup>12</sup> Relativamente às teorias de Bakhtin sobre o ‘carnaval’, vejam-se: Castle 1987 (“lirical theory”); Gardiner (180: “fulsome and naive”). Sobre as críticas à visão essencialista de Bakhtin da transgressão carnavalesca, vejam-se: Ladurie (229); Eagleton (148); Bristol (1985); Hutcheon (71-75); Young (71-92); Bernstein (1986); Berrong (1986); Tennenhouse (79); Stallybrass e White (1986); Morson e Emerson (433-472); Booker (1991); Strohman (33-56); Evenson (1993); Shepherd (1993); Bristol (1998); Eisenbichler e Hüsken (1999); Emerson (2000); Coronato (2003); Vicks (1-8) e Rollins (2012).

A carnavalização interessa-nos como forma de pensamento, como Carnaval reflectido pelo prisma caleidoscópico da literatura (Danow 4-22; Gurevitch 176-210; Hirschkop 3,34; Lindley 17-27; Platter 55), e enquanto modo (literário) de compreender e representar o mundo, um artifício analítico<sup>13</sup> usado neste estudo para analisar episódios humorísticos no lar dos Vilarezo e no ‘consultório’ de Sharkino. Em *TMR*, o caos do mundo às avessas estende-se, à força, ao lar-fortaleza de Antonio em Elvas, que é invadido por Sebastiano sob a ‘capa’ de amigo do senhor da casa, para cumprir as ordens paternas e matar o ‘raptor’-salvador de Berinthia. O carnavalesco é o uso de uma visão paródica, festiva, subversiva e até indecorosa, estratégia literária através da qual a vida e os valores ficcionais no lar dos Vilarezo são parodiados, nomeadamente através do diálogo do par amoroso Ansilva-Diego em torno da virgindade feminina, das falas do conde Monte Nigro que se auto-representa de forma hiperbólica e das falas dos clientes (que carregam ‘urinals’, 38) e empregados de Sharkino. A modéstia (9), a obediência, a honra, a virtude e a virgindade são características apresentadas como femininas, detendo-se um dos subenredos humorísticos na virgindade e na tentação da empregada Ansilva (17-18, 21-22), ou seja, na liberdade do amor carnal (por oposição ao amor mais espiritual dos nobres). Também a carnavalesca ‘paciente’ de Sharkino que transporta um “urinall” (38) deseja saber se perdera a virgindade. Há, portanto, duas dimensões amorosas na peça: a espiritual, que leva à morte e à vingança devido à vaidade e ao orgulho feridos, e a carnal (indefesa), e, no diálogo entre Ansilva e Diego, o dramaturgo substitui o amor espiritual pelas realidades da vida-natureza humana, focando-se também no prazer carnal, na perda da virgindade feminina, ou seja, na realidade material do corpo (18-19), o “bodily lower stratum” (Bakhtin *Problems* 368), estratégia que acentua a mentira e a vingança no universo dos nobres senhores. De acordo com Bakhtin (*Rabelais* 24), a degradação espiritual também é experienciada ao nível do corpo humano, uma vez que degradar-nos significa preocuparmo-nos com “the lower stratum of the body, the life of the belly and the

---

<sup>13</sup> Stallybrass e White (7-8) definem o carnavalesco como uma categoria epistemológica e inversão potencialmente crítica dos mundos e das hierarquias oficiais, um universo onde tudo é degradado e esvaziado, enquanto Emerson (2000: 203-204) resume as três principais formas de abordar o carnavalesco na crítica contemporânea: o carnavalesco enquanto a) um ritual sacralizado, b) alegoria demonizada ou estalinizada, e c) abordagem mais neutral do carnavalesco como um artifício analítico na história da literatura, concluindo: “we cultivate laughter as a route to knowledge. This was Bakhtin’s point”.

reproductive organs; it therefore relates to acts of...copulation, conception, pregnancy, and birth. Degradation digs a bodily grave for a new birth” (realismo grotesco). No que diz respeito ao controlo do corpo e da vontade feminina na peça, recordemos as palavras de Gowing (7), de acordo com quem o controlo do corpo feminino através do seu aprisionamento (Berinthia é trancada pela irmã e pelo pai) se baseia no aspecto grotesco (um constructo em parte religioso) do corpo feminino e na sua resistência ao controlo. Já os diálogos dos empregados funcionam como o contra-exemplo ou anti-discurso do dos patrões, e, como recorda Stam (137), “the carnivalesque is designed to transfer all that is spiritual to the material level, to the sphere of the earth and the body”. As diversas facetas do amor e o desfecho da peça recordam-nos que os seres humanos se relacionam intimamente com base em afinidades sentimentais, mas também sexuais, económicas e legais, entre outras, fazendo a hierarquia amorosa parte do discurso político da Inglaterra renascentista, ou seja, o amor representado na literatura desse período “não é [apenas] amor”, mas também um discurso ideológico em torno de poder, ambição e ansiedades (Sanchez 3; Marotti 396-428, tradução nossa), e, em *TMR*, o amor, enquanto sentimento contrariado pelo patriarca, dá origem sobretudo a gestos violentos em cadeia. As lições da peça parecem ser: a) as autoridades devem respeitar os ‘governados’, e b) se os sentimentos (como o amor) não são controláveis, as acções poderão sê-lo (por parte do ser racional).

O carnavalesco pretende subverter e denunciar o *status quo* dominante hipócrita, que Gaspar Vilarezo defende a todo o custo, mesmo após perder todos os seus filhos. A carnavalização literária é uma “vision rather than a programme” (Hirschkop 35), próxima do festivo espírito carnavalesco que celebra “temporary liberation from the prevailing truth and from the established order [and marks...] the suspension of all hierarchical rank, privileges, norms and prohibitions” (Bakhtin *Rabelais* 10), enquanto o código de honra, a vida e a coragem de Monte Nigro, o lar dos Vilarezo e o ‘consultório’ de Sharkino se tornam “space[s] of and for fantasy” (Chedgzoy 56, 62). O texto de Shirley apresenta uma moral e valores rígidos, bem como o caos causado por patriarcas egocêntricos e por sentimentos desmesurados e desejos de vingança, e se o ‘carnaval’ pode ser interpretado como uma metáfora crítica (Stewart 143-145), a desordem institucionalizada, o imaginário corporal grotesco (o “urinal” no gabinete de Sharkino), a cultura não oficial e as inversões são rituais e elementos do “carnival sense of the world” (Bakhtin *Problems* 107-108, 123, 158). Um outro recurso estilístico insinua o



carnavalesco na peça, o aptrônimo, pois os nomes próprios de algumas personagens revelam qualidades físicas ou morais das mesmas. A dupla composta pelo médico Sharkino (trocadilho em torno dos seus materialismo e malvadez) e pelo seu criado Scarabeo, que é foneticamente aproximado de um escaravelho, é animalizada, sendo importante recordar que Castabella exhibe a sua beleza e castidade, e o soldado Sforza a sua força: “my name is Sforza” (47-49, 51).

Na segunda cena de *TMR*, o espaço público de Lisboa dá lugar ao universo doméstico dos Vilarezo, em Aveiro, onde já se encontram pretendentes com quem as filhas de Gaspar trocam humorísticos *innuendos* sexuais. O conde Monte Nigro auto-caracteriza-se indirectamente como um viril nobre ao referir “[his] fathers sword/And gauntlet” e os seus sonhos que envolvem batalhas, emboscadas e lutas (8), bem como heróis de romances de cavalaria (Donzel del Phebo), concluindo: “My dreames deserve to be ith Chronicles” (8), ou seja, a personagem é um cavaleiro apenas nos seus sonhos e a sua coragem é satirizada através da hipérbole e do seu ficcional assassinato por um pigmeu referido no diálogo entre ele e Catalina, que alude à cavalaria de forma parodística (17-18). Estabelece-se assim um paralelismo intertextual entre a peça e as aventuras de D. Quixote através da crítica e da carnavalização do imaginário e da conduta do cavaleiro, uma vez que o conde é um homem de armas apenas nos seus hiperbólicos e oníricos auto-elogios (13-14), e comunica sobretudo através do *double entendre* do trocadilho (10, 14), acabando por ser enganado por um outro fanfarrão, Sharkino. O espaço relativamente carnavalizado do ‘consultório’ desse charlatão é o repositório de todos os venenos e exóticas poções da Arábia (36), podendo a profissão e o uso do veneno pelo ‘médico’ (34-41) convocar o conhecido judeu português Dr. Rodrigo Lopes (c.1525-1594), médico de Isabel I que foi acusado de tentar envenenar a rainha e executado publicamente em Londres. O exótico mundo às avessas que é encenado no ‘consultório’ de Sharkino — espaço do simulacro, do objecto (38-39) e da animalização de Scarabeo (40) — carnavaliza a honra e a honestidade, permitindo a Monte Nigro — uma bom exemplo do estereótipo do “clownish Spanish braggart” (Matei-Chesniou 155) — deixar cair, até certo ponto, a sua máscara, enquanto é enganado pelo médico. Sharkino bajula os ‘honrosos’ clientes para lhes agradar e para os explorar e partilha características com o conde, podendo ambos ser considerados reis do Carnaval num mundo de fachada e de ilusões em que apenas parece importar o bom nome da família, pelo que nunca se dá o “mock decrowning of the carnival king” (Bakhtin *Problems* 124), uma

vez que essa encenação nunca é desconstruída e auto-extermi-na-se. Encontramos assim na peça a crítica ao desrespeito pela vontade paterna, mas é também a sociedade patriarcal e repressora que gera o caos que aniquila todos os filhos de Gasper, apresentando Sharkino o *motto* dos charlatões que critica quem não sabe viver de forma equilibrada: “we knaves will thrive,/ when honest plainnesse knows not how to live” (41). A didascália inicial da cena segunda do terceiro acto enumera os adereços que decoram o gabinete de Sharkino e que o caracterizam como ‘mago’ (“wands, conjuring habit, Powders paintings” (34), ambiente reforçado pela didascália inserida na edição da peça de 1833: “*shewing a phial*” (142).<sup>14</sup> Essas situações e o desfecho da peça recordam-nos que a teoria, os constructos culturais e literários e os auto-estereótipos idealizados não reflectem, nem têm de reflectir, a realidade, estando, muitas vezes, a moral e os códigos de conduta religiosos supostamente vigentes em todas as sociedades (enquanto guiões idealizados) distantes da prática quotidiana. O riso do Carnaval é dirigido a ‘objectos’ dignos, a códigos de conduta como o da nobreza (virtude, honra, bom nome) e a sentimentos como o amor, forçando-os a renovar-se, e muito é “permitido [dizer] ao autor em forma de riso que não seria num formato sério”, porque tudo tem o seu aspecto paródico e jocoso, “for everything is reborn and renewed through death” (Bakhtin *Problems* 126-127, tradução nossa). No caso dos Vilarezo nada há a renovar, os filhos falecem e o pai fica só, sem mudar, no entanto é feita a crítica simultânea e ambivalente à autoridade tirana e à desobediência à autoridade, bem como à bajulação, assumindo-se a vida religiosa como uma solução face ao caos. A carnavalização, quando usada como arma política ou religiosa, é uma força social (Young 71-92); daí que Shirley a utilize para criticar os sentimentos exacerbados e para poder representar, no final, de forma positiva a entrada para a vida religiosa de Castabella. De acordo com Kristeva (78), o Carnaval é um espectáculo sem palco e poder ser “the subject or the means of representation in a text, or both. The carnivalesque may be detected in textual images, plot, or language itself. In carnival, the participant is both actor and spectator”, e *TMR* glorifica a decisão de freiras prestes a fecharem-se em conventos católicos (um acto que é parodiado e até carnavalizado na literatura protestante) e assenta assim num subtexto pro-católico. Com

---

<sup>14</sup> Sobre as alterações (cenas, didascálias, reescrita) que Gifford faz no texto da peça ao editá-la em 1833, veja-se Carter (xi-xiv); relativamente à ‘dramatização’ da peça e o *stage-place*, consulte-se Fitzpatrick (2011: 12, 154).



a entrada de Castabella no convento, há um “passing through the phase of death on the way to birth” (Bakhtin *Rabelais* 403), apenas possibilitado pela religião e pela evasão do mundo material carnavalizado.

### **“My old bloud boyles”: estereotipar o *hot-blooded* e vingativo nobre português**

O católico do Sul da Europa é estereotipado como *hot-blooded*, e logo emotivo, arrogante, orgulhoso e bajulador, como refere, entre outros, o texto satírico *Pierce Peniless* (1592), de Thomas Nashe: “Pride is the disease of the Spaniard, who is born a bragart in his mothers wombe” (Nashe 27).<sup>15</sup> Em *TMR*, três nobres lusos confessam-se impulsivos cujo sangue lhes arde nas veias (5, 12, 56), e essa característica facilita os excessos cometidos pelas jovens e as reacções masculinas em nome da honra e da vingança. Antes de se vingar, Berinthia masculiniza-se e pede às Fúrias que auxiliem homens desesperados que a façam renascer também “element of fire...a monster”, com força para se vingar (62-63, 67). A temática da vingança das duas jovens, expressa logo no título da obra, acentua-se até ao clímax final, e, como é sabido, é um tema predominante no teatro renascentista inglês. Woodbridge (6) analisa de que forma uma comunidade — que, na teoria, deveria perdoar — comete tanto acto cruel em peças tão vingativas, e conclui que tal se poderá dever à busca de um sentido de justiça face ao descontentamento com a injustiça social, legal, económica e política: “many revengers are disempowered people, unjustly treated, who set up and take control”. Já Keyishian, num estudo sobre a dinâmica da vingança (encarada como reacção à vitimização), detém-se nos aspectos psicológicos desse fenómeno ‘redentor’ e afirma que os ‘vingadores’ o são porque sofreram e se alienam ao sentirem-se impotentes:

malice, injustice, treachery, grief, unstable values, and deprivations of power and status. Through revenge they attempt... to restore their integrity – their sense of psychic wholeness – and stabilize their identities, often by restructuring them around their new roles as revengers (retaliating for wrongs done to themselves)

---

<sup>15</sup> Matei-Chesniou (168) conclui que as personagens do teatro renascentista “express commonplace English views related to Spanish pride and vainglorious military and courtly actions”.

or avengers (retaliating for the wrongs and sufferings of others). One of the most poignant aspects of the dramatic revengers' situation is their feeling of alienation from the world and its processes, as they have known them.... These characters have in common a sense of impotence that makes their lives unbearable; they feel disempowered, and, in effect, erased. Their situation calls for some redemptive declaration of selfhood, and they choose an act of retaliation that punishes the injurer, matching – and thereby in some psychological sense undoing – the original harm (Keyishian 2003: 2-3).

Como o excerto revela, a figura do vingador, inicialmente impotente, procura restabelecer o (seu) equilíbrio, a sua identidade pessoal e dignidade, bem como erradicar o mal, e Catalina confessa, ao sentir-se traída: “Oh cunning treachery! /Worth our justice” (23), veiculando, tal como Berinthia no final, a sua crença de que repôs a ordem e castigou os cruéis malfetores que a humilharam. Berinthia é simultaneamente uma suicida *revenger* e *avenger* que se sente humilhada, e, como recorda Minnema (212, 214), “though vengeance composes the plot of the revenge play, grief composes its essential emotional content” (*vide* também Keyishian 6-7, 59). Os crimes e a culpa dos familiares não poderiam ficar por expiar, e são-no de forma sangrenta. O texto aborda o conflito entre amor e dever, a defesa da honra familiar, o castigo vingativo de malfetores e a vida religiosa, desenvolvendo esses temas através de conhecidos artifícios como conversas ouvidas de esconderijos, envenenamentos, identidades escondidas e disfarces (32, 38, 42, 60), entre outros. *TMR* é uma *revenge tragedy* herdeira de estereótipos disseminados por *The Spanish Tragedy*,<sup>16</sup> como a vingança dupla e cruel num espaço estrangeiro do Sul da Europa, a religião católica, os sentidos (desmesurados) de nobreza, cortesia, virtude e honra do homem ‘latino’, que é amável, hospitaleiro (7, 13), respeitável (7), astuto, avarento, materialista e arrogante, que se ofende facilmente e oprime o sexo feminino, que, por sua vez, se apaixona e deixa arrebatado com facilidade, em detrimento do dever e do respeito filial. A caracterização das personagens

---

<sup>16</sup> Na sua edição de James Shirley, *The Cardinal*, Foker (lxx) conclui: “However brightly it was made to flower in the Caroline period, revenge tragedy was dying at the root, and its reappearance, even in the hands of the decade’s greatest dramatist, reveals hothouse nurture. Paradoxically, nothing illustrates the decadence so well as one of the play’s major strengths — the revival of the straightforward Kydian ethic of blood revenge carried out not solely by a Machiavellian monster, but by a character of whom we can fundamentally approve”.

é, portanto, sobretudo psicológica, demonstrando esses nobres frequentemente quer os seus valores, quer o facto de estarem conscientes do código de honra que pauta a conduta da nobreza. Como já referimos, os protagonistas possuem traços característicos que o público inglês associaria ao Sul da Europa e a Portugal: a impetuosidade, a paixão, o catolicismo, a falta de liberdade da mulher por comparação à Inglaterra, estereótipos exacerbados que são constructos culturais e visam definir o próprio *Self* e exotizar o Outro supersticioso que envenena, maldiz e se vinga. Se bem que personagens inglesas e de diferentes nacionalidades também cometam esses crimes ou excessos noutras peças, estudos recentes (Johnson 10-11) revelam que um mesmo estereótipo ou característica negativa é mais visível na comunidade Outra do que na do *Self*; daí que identifiquemos e enfatizemos mais facilmente essas características no Outro, embora as partilhemos com ele.

A arquitectura da peça assenta também nas viagens das personagens, sendo elaborado um mapa geográfico balizado por Aveiro, Elvas e Lisboa, bem como por toda a Península Ibérica referida pelas personagens, uma geografia cultural e ideológica onde valores como a honra, a nobreza e a imagem pública da família parecem estar acima de quaisquer outros, quando no fundo o que move as personagens são interesses, inveja e a sede de vingança (de egos traídos e devastados). Tal como Webster (*The White Devil*, 1611) utiliza o cenário de Itália e as alusões a Espanha como geografia que permite explorar o *suspense* e as temáticas da paixão e da impulsividade, também Shirley utiliza esses espaços e Portugal para o fazer, e, como refere Matei-Chesniou (154-155):

English drama creates diversified international contexts to provide contrastive visualizations of national characteristics that recall ethnographic generalizations in geography treatises, but that are also significantly different from them. The alleged Spanish propensity for aggressiveness, insults, ambition, jealousy, and revenge is dramatized in plays based on Spanish history, real or imaginary, such as Kyd's *Spanish Tragedy*, Greene's *Alphonsus King of Arragon*, or Peele's *Battle of Alcazar*.

São várias as expedições de Antonio e Sebastiano, que desaparecem de cena para viajar. A peça rentabiliza o *suspense* e o dinamismo que advêm da simultaneidade de acções em diferentes locais, nomeadamente os “plot[s]” (26) de Catalina e de Antonio, e o movimento constante entre Aveiro e Elvas intensifica a distância e a exotização de personagens nómadas e

figuras-tipo da tragicomédia e da *revenge play*, encontrando-se esta última então a cair em desuso. A localização longínqua permitiria representar a decadência e a corrupção dos países católicos, não havendo, no entanto, qualquer ataque ao Catolicismo na tragédia de Shirley.

O imaginário espacial e cultural de *TMR* é ténue e ganha forma a partir da cor local que os valores, as expressões e os vocábulos estrangeiros (franceses, portugueses e espanhóis), os comportamentos estereotipados, os topónimos e os espaços específicos como o castelo de Elvas, entre outros elementos, vão intensificando. As pomposas fórmulas de tratamento (“my lord”, “count”, “sir”, “signior”, “don”, “dona”, “madona”, “master”) veiculam respeito e formalidade no trato social, bem como a relação *master-servant* e o tratamento de igual para igual. O próprio Vilarezo reflecte sobre a nobreza, a fortuna material, a grandeza de conduta e do nome (familiar) que distinguem aristocratas (“nobles”) de “common men” (53), e, mesmo antes de renegar Berinthia, o patriarca conclui que é necessário restaurar a honra através da vingança: “I will be knowkne a father, Portugall/Shall not report this infamy unreveng’d, /It will be a barre in Vilarezoes armes/Past all posteriry” (53-54). A formalidade no *incipit* da peça estabelece o ambiente das casas nobres portuguesas, onde abundam pomposas fórmulas de tratamento, a reverência e um exacerbado conceito de nobreza e de honra, bem como a necessidade quase suprema de defender o património e o bom nome (antigo) da família. No início de *TMR*, a auto- e hetero-caracterização das personagens dá forma a um imaginário/campo semântico em torno da (conduta da) nobreza, nomeadamente através dos diálogos entre aristocratas portugueses e de valores e comportamentos como a galanteria (5-8), a virtude (5, 8, 11-12, 16-17, 23, 26, 34, 44), a honra (8, 11-12, 15-16, 21, 27, 30-31, 45-46, 49, 51, 53-54, 57-58, 67), a glória (45-46), a defesa da imagem pública e do ‘nome’ da família (27, 45-46), a cortesia (5-7, 16-18), a nobreza (5-6, 8, 11, 14-16, 24, 30, 33-34, 49-50, 52-54, 56, 60, 63-64) e a justiça (23, 31-32). Antonio e Monte Nigro usam ainda uma linguagem feudal, típica do amor cortês literário, para se referirem à sua vassalagem perante Berinthia e Catalina, respectivamente [“Yet I should be proud to be your servant” (12), “you, to whom/I render the possession of my selfe” (19), “I am a servant of that Lady” (15)], recorrendo o fanfarrão a humorísticas metáforas culinárias e sexuais para veicular a ‘posse’ de Catalina por Antonio: “she is no dish for Don Antonio” (15). A peça encontra-se, aliás, saturada quer de metáforas e comparações, que lhe conferem um cariz lírico, quer de hipérboles e

trocadilhos que concorrem para a dimensão humorística da peça.<sup>17</sup> A nobreza ibérica é caracterizada através de estereótipos que lhe são associados também noutras obras, por exemplo, o uso de nomes longos, ou de dois ou mais apelidos (18), de termos franceses [“Qui vala [sic.]” (57)] e de outros de origem latina [“bastinados” (39), “Renegado” (47), “ambuscados” (8)], sendo frequentes os vocábulos espanhóis (15), como se fossem portugueses. A expressão espanhola “Bezelez [Beso las] manes Signiora” (18) é utilizada pelos empregados para se dirigirem às suas amadas, como metáfora amorosa (8, 12, 18-19, 20-23, 30, 68), enquanto uma outra referência cultural, a expressão “I care not a Spanish fig” (14), ecoa a expressão espanhola “hacer/dar la hija”, enquanto o referido fruto espanhol é também utilizado para envenenar inimigos (19). Os vocábulos estrangeiros de origem latina e outras referências culturais adensam a sensação de exotismo ao representar, nem que de forma tênue, a já referida cor local do espaço da acção. Aliás, nas suas peças de temática lusa e espanhola, Shirley utiliza cerca de 70 termos ibéricos (García “Presencia” 448-450).

O “Eluas castle” é uma das poucas referências a locais históricos portugueses específicos na peça e é recuperada várias vezes. O castelo é defendido por muralhas e pela porta (“castle-gate”, 48; “iron barres” 48; “Castle walls...Castle of Eluas”, 53), sendo apenas acessível por vontade de Antonio, “Lord of the Castle” (47), pois esse é o seu espaço de poder (57). O espaço interior e o estatuto social do dono do castelo são ainda caracterizados através do campo semântico do luxo e da referência ao banquete nas didascálias da cena terceira do acto quarto, que referem a música que diverte os convivas e a *masque-within-the-play* de soldados dançantes (57).<sup>18</sup> A harmonia da referida fortaleza é simbolizada pela música e contraposta ao caos do lar em Aveiro, mas os “invincible dub-a-dub knights of the castle” (57) são quase ridicularizados num momento carnavalesco. Ainda relativamente à caracterização de Portugal, Sebastiano refere as riquezas provenientes do império asiático português através da expressão “For wealth of Indies” (62), enquanto um dos três empregados de Sharkino remete também para as viagens

<sup>17</sup> A título de exemplo das inúmeras metáforas hiperbólicas, veja-se: “Val. Words are too poore to thanke you, I looke on you/As my safe guiding stare...Cat. But I shall prove a wandering starre, I have/ A course which I must finish for my selfe” (24).

<sup>18</sup> Sobre as *masques* na Inglaterra Stuart enquanto espectáculos de Estado e rituais artísticos de inclusão/exclusão, bem como sobre a sua recuperação do ideal de cavalaria, veja-se Butler (2009).

marítimas lusas (37), marcando, portanto, o projecto colonial presença na peça. Podemos assim concluir que mesmo que os países da Europa do Sul representados nas *revenge plays* do século XVII sejam ‘indistintos’ para o leitor/espectador (Salgado 17), os autores incluíam, nas suas obras, elementos culturais e históricos dos espaços da acção, em prol quer da exotização da acção e dos agentes da mesma, quer do chamado efeito do real.

A primeira cena de *TMR* tem lugar numa rua da capital portuguesa, espaço exterior que também Susanna Centlivre utilizaria nas suas peças [*Marplot in Lisbon* (1710), *The Wonder: A Woman Keeps a Secret* (1714) e *A Wife Well Managed* (1715); vide Puga “A Lisboa Católica” 113-126; Puga “Entre o Terreiro do Paço” 311-332], e Sebastiano caracteriza o meio social em que as personagens se movem ao agradecer as “noble courtesies” (5) do amigo Antonio, ao comparar a amizade de ambos a um “diamond set in gold” (6) e ao veicular um estereótipo que ainda hoje os norte-europeus atribuem aos europeus ‘latinos’, a impulsividade (“My tongue and heart are relatives”, 5). Esse hetero-estereótipo é assim apresentado por uma personagem lusa, como se de um auto-estereótipo se tratasse.

Tal como acontece nas já referidas peças de Haughton e de Ruggle, a figura maternal encontra-se ausente da tragédia de Shirley, e as personagens femininas são filhas, irmãs e namoradas. A relação entre irmãos assume-se como uma temática e convenção literária preponderante no teatro da Inglaterra Stuart (Warnock 6, 22-45), sendo também enfatizada a forma como o irmão substitui o poder paternal até ao casamento da irmã. As mulheres não são meras vítimas e tentam controlar os seus destinos e castigar os malfeitores, sofrendo devido aos (seus) sentimentos exacerbados de honra e justiça que apre(e)ndem e adaptam do discurso masculino. O irmão está também subordinado ao poder paternal e é o braço direito do chefe da família, e enquanto voz e herdeiro dessa autoridade, subordina as irmãs e os homens que com elas se relacionam. Já as jovens desejam fazer a sua escolha livremente para começar uma nova família, baseada em laços emotivos, não o conseguindo fazer fora das leis e vontade da hierarquia familiar; daí o caos fatal. Vários autores protestantes sugerem que o Protestantismo trouxera mais progresso e maior liberdade a Inglaterra face ao peso da sociedade patriarcal católica medieval. De facto, são diversos os historiadores que afirmam que o Protestantismo introduziu, na Inglaterra, uma visão mais positiva do casamento por comparação à tradição medieval (Maclean 1980; Keeble 115-117), teoria refutada por autores como Stone (1977), que defende uma



certa continuidade com o passado. No século XVII, a tradição popular inglesa descrevia o país como um “paraíso para mulheres” por comparação à Europa católica, afirmando que se uma ponte fosse construída entre a ilha e o continente europeu, as mulheres continentais correriam para Inglaterra. Já o pastor Zachary Crofton (1626-1672) defende que as mulheres inglesas são mais rebeldes que as francesas (Capp 6-7). Tratando-se de estereótipos construídos pelo discurso protestante que origina uma identidade nacional com base no confronto com o Outro, Shirley ecoa parcialmente essa tradição literária estereotipada da alteridade e religiosidade católica que o espectador já conhecia. Quando Berinthia é presa, o imaginário da fala de Vilarezo é demarcadamente católico: “Ile cloyster her, and starve this spirit.../...Catalina...take/Her custody on thee, keepe her from the eye of all that come to Averro, let her discourse/With pictures on the wall, I feare she hath/Forgot to say her prayers, is she growne sensuall?” (27), palavras que preparam a resolução final de Castabella, e se Berinthia é presa à força pelo pai e pela irmã, Castabella enclausura-se por opção própria. Essa mesma opção livre e de cariz positivo responderá eventualmente a acusações e paródias de obras protestantes como o já referido panfleto de Robinson.

A ordem patriarcal é caracterizada desde cedo, quando Berinthia confessa a Velasco que não tem qualquer liberdade e obedece cegamente ao pai: “I move,/Not by a motion I can call my owne, /But by a higher rapture, in obedience/To a father, and I have yet no freedome/To place affection” (9), dever que Sebastiano reforça, não tendo os filhos escolha ou alternativa senão revoltarem-se, tal como acontece nas peças *Englishmen for my Money* e *Ignoramus*. Berinthia reconhece a autoridade paterna (“a father’s hests are sacred”), mas acaba por a desafiar ao amar Antonio (“I should be thus a disobedient daughter”), pois, como recorda o jovem, o amor tudo arrasta e destrói, e, no final, a jovem terá a palavra-vingança final, concluindo: “Justice is/Above all tie of blood” (65). Gasper fala dos filhos em termos contabilísticos, como lucros e despesas [“But daughters are held losses to a family,/Sonnes onely to maintaine honour and stemme/Alive in their posterity” (7)], e tenta controlar a rebeldia de Berinthia, que se pode tornar destrutiva e que é, portanto, metaforizada como “fire within/will turn all into flames” (27), enquanto Catalina a aprisiona e dirige-se-lhe de forma cruel: “Berinthia, y’are my prisoner, at my leisure/Ile study on your fate” (28). Enraivecido, Vilarezo discursa sobre a relação pai-filhos, o seu legado, a defesa da honra da família e, no fundo, sobre a vaidade e a natureza humana: “Of what we are: part

of our nature,/Our selves but cast into a younger mold;/And can we promise, but so weak assurance/Of so neere treasures. .../I will be knowne a father, Portugall/Shall not report this infamy unreveng'd,/It will be a barre in Vilarezo's armes/Past all posterity" (53-54). Tal como Rei Lear em relação a Cordelia, Gasper renega Berinthia e descreve-a como um ramo desordeiro de uma árvore que deve ser cortado, à medida que os sinónimos "revenge" e "vengeance" se tornam recorrentes nas falas de várias personagens (54, 60-65), tal como o envenenamento. A própria Catalina sugere, através da enumeração gradativa, o ambiente que se sente em Aveiro antes de falecer e do 'cair do pano': "Confusion, torment, death, hell" (67). O amor, a vaidade, a preocupação com a imagem pública, o respeito (cego) à vontade do patriarca e a sede de vingança levam à destruição dos Vilarezo, e até a empregada Ansilva começa a mentir a Catalina quando se apaixona por Diego, ou seja, por amor todos mentem e enganam, tornando-se a paixão não disciplinada uma força destrutiva que leva a desrespeitar as autoridades.

Vilarezo perde os filhos, mas fica com o seu sentimento (ego-cêntrico) de honra intacto, sendo cruel para com Castabella. A peça termina com as imagens da morte provocada pela tirania de um pai e pelas paixões desmesuradas das suas filhas, personagens (pouco realistas) hiperbolicamente temperamentais que envenenam por capricho e vingança. A mensagem da peça é ambígua, e o seu final reforça a dependência feminina da figura masculina e consequentemente a autoridade patriarcal, que deve ser respeitada para evitar o caos, mas apenas quando não é cruel e 'cega', lição que Vilarezo aprende antes de sepultar os filhos, simbolizando a última cena de *TMR* uma 'renovação' pessoal, pois Castabella jura amor eterno a Sebastiano e, indefesa, decide retirar-se para um convento. As mulheres como Catalina cantam as suas virtude e nobreza num ambiente saturado dessa retórica por parte de ambos os géneros, mas a acção das personagens, pautada pela mesquinhez, inveja e crueldade, contradiz essa narrativa de aparências, ou seja, a peça de Shirley, como muitas outras, põe a descoberto as fraquezas e ambivalências humanas através do uso dos auto-/hetero-estereótipos e da carnavalesação. *TMR* parece defender que a mulher (católica) depende do homem (pai, irmão, marido) e que, na ausência deste, deve entregar-se passivamente à vida religiosa, sendo-lhe, no entanto, legítimo revoltar-se contra as injustiças cruéis da sociedade patriarcal, como Berinthia faz de forma consciente, pois ao falar das suas acções utiliza a expressão que dá título à obra (65-67). Aliás, esse elemento paratextual remete apenas para essa vingança, esquecendo a atitude de Catalina,



que não é considerada (uma vingança) ‘digna’ de ser contemplada. A decisão de Castabella que encerra a peça surpreenderia a audiência inglesa, e é, portanto, um dos seus episódios mais curiosos. Sem pai, irmão e futuro marido, Castabella renuncia à vida mundana e refugia-se, como freira, num convento — instituição há muito desaparecida de Inglaterra —, gesto e solução que, tal como a determinação das protagonistas,<sup>19</sup> agradariam à mecenas Henrietta Maria e à comunidade católica inglesa. A representação da freira foge assim ao estereótipo carnavalizado da religiosa pecadora que povoa a literatura protestante da altura, que parodia também o convento, espaço que, em *TMR*, permite restabelecer a ordem (pessoal) através do retiro espiritual. A sociedade patriarcal tirana, a vingança sangrenta, as emoções desmesuradas estereotipadas como mais frequentes no Sul da Europa e o egoísmo são criticados e hiperbolizados para que o convento e a vida religiosa católica, altamente parodiados na Inglaterra, possam ser apresentados como uma solução e/ou opção positiva após o desrespeito pela hierarquia. Se, ao longo da tragédia, Shirley rentabiliza tradicionais estereótipos comumente associados aos ibéricos e com os quais o público já estaria familiarizado, no final da acção dá-se a ‘salvação’ católica para Castabella.

## Obras Citadas

- Allman, Eileen. *Jacobean Revenge Tragedy and the Politics of Virtue*. Londres: Associated UP, 1999.
- Alston, Margaret. *Women on the Land: The Hidden Heart of Rural Austrália*. Sidney: U of New South Wales P, 1995.
- Bailey, Rebecca A. *Staging the Old Faith: Queen Henrietta Maria and the Theatre of Caroline England, 1625-1642*. Manchester: Manchester UP, 2009.
- Bakhtin, Mikhail. *Rabelais and his World*. Bloomington: Indiana U P, 1984.
- . *Problems of Dostoevsky's Poetics*. Minneapolis: U of Minnesota P, 1984.
- Bas, George. *James Shirley, 1596-1666: Dramaturge Caroléen*. Tese de Doutoramento. Paris: Universidade de Paris V, 1973.
- Bernstein, Michael Andre. “When the Carnival Turns Bitter: Preliminary Reflections upon the Abject Hero.” Ed. Gary Saul Monson. *Bakhtin: Essays and Dialogues on his Work*. Chicago: U of Chicago P, 1986. 99-121.

---

<sup>19</sup> Sobre as heróinas no teatro da época, veja-se Collins (217-236)

- Berrong, Richard M. *Rabelais and Bakhtin*. Londres: U of Nebraska P, 1986.
- Booker, Marvin K. *Techniques of Subversion in Modern Literature: Transgression, Abjection, and the Carnavalesque*. Gainesville: U of Florida P, 1991.
- Bristol, Michael. *Carnival and Theater: Plebian Culture and the Structure of Authority in Renaissance England*. Nova Iorque: Methuen, 1985.
- Britland, Karen. *Drama at the Courts of Henrietta Maria*. Cambridge: Cambridge UP, 2006.
- Burner, Sandra. *James Shirley: A Study of Literary Coteries and Patronage on Seventeenth-Century England*. Lanham: UP of America, 1998.
- Butler, Martin. *Theatre and Crisis 1632-1642*. Cambridge: Cambridge UP, 1984.
- . *The Stuart Court Masque and Political Culture*. Cambridge: Cambridge UP, 2008.
- Callaghan, Dympha. *Woman and Gender in Renaissance Tragedy*. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- Capp, B. S. *When Gossips Meet: Women, Family, and Neighbourhood in Early Modern England*. Oxford: Oxford UP, 2003.
- Cardoso, António M. de Barros. "Os Fundos do Public Record Office e da British Library enquanto Complemento dos Arquivos Nacionais para a História do Vinho do Porto." *Lugares da Memória da Vinha e do Vinho – Os Arquivos do Vinho no Douro*, Vila Real: Centro de Estudos da População e Família, 2003. 125-137.
- Carter, Albert H., ed. "Introduction." James Shirley. *The Maid's Revenge: A Critical Edition*. Nova Iorque: Garland, 1980. iii-xxxviii.
- Castle, Terry. *Masquerade and Civilization: The Carnavalesque in Eighteenth-Century English Culture and Fiction*. Stanford: Stanford UP, 1987.
- Chalmers, Hero, Julie Sanders e Sophie Tomlinson. "Introduction." Ed. H. Chalmers, J. Sanders e S. Tomlinson. *Three Seventeenth-Century Plays on Women and Performance*. Manchester: Manchester UP, 2006. 1-60.
- Chedzoy, Kate. "'For Virgins Buildings Oft Brought Forth': Fantasies of Convent Sexuality." Ed. Rebecca D'Monté e N. Pohl. *Female Communities, 1600-1800: Literary Visions and Cultural Realities*. Houndsmills: St. Martin's P., 2000. 53-75.
- Clare, Janet. *Revenge Tragedies of the Renaissance*. Tavistock: Northcote, 2006.
- Claridge, Laura e Elizabeth Langland, eds. *Out of Bounds: Male Writers and Gender(ed) Criticism*. Amherst: U of Massachusetts P, 1990.
- Clark, Ira. *Professional Playwrights: Massinger, Ford, Shirley & Brome*. Lexington: The UP of Kentucky, 1992.
- Clark, Katherina e Michael Holquist. *Mikhail Bakhtin*. Cambridge: Harvard UP, 1984.

- Cleaver, Robert. *A Godly Form of Household Government*. Londres: Thomas Creede, 1598.
- Collins, Eleanor. "Changing Fashions: Tragicomedy, Romance and Heroic Women in the 1630s Hall-Playhouses." Ed. Andrew Gurr e Farah Karim-Cooper. *Moving Shakespeare Indoors: performance and Reportoire in the Jacobean Playhouse*. Cambridge: Cambridge University Press. 217-236.
- Comensoli, Viviana. *'Household Business': Domestic Plays of Early Modern England*. Toronto: U of Toronto P, 1996.
- Coronato, Rocco. *Jonson versus Bakhtin: Carnival and the Grotesque*. Nova Iorque: Rodopi, 2003.
- Danow, David K. *The Spirit of Carnival: Magic Realism and the Grotesque*. Lexington: The UP of Kentucky, 1995.
- Dyson, Jessica. *Staging Authority in Caroline England*. Aldershot: Ashgate, 2013.
- Eagleton, Terry. *Walter Benjamin or Towards a Revolutionary Criticism*. Londres: Verso, 1981.
- Eco, Umberto. "The Frames of 'Comic Freedom'." Ed. Thomas A. Sebeok. *Carnival!*. Berlim: Mouton. 1984. 1-9.
- Eisenbichler, Konrad. "Introduction." Ed. Lonrad Eisenbichler e Wim Hüskén. *Carnival and the Carnavalesque: The Fool, the Reformer, the Wildmen, and others in Early Modern Theatre*. Amesterdão: Rodopi, 1999. 7-18.
- Emerson, Caryl. *The First Hundred Years of Mikhail Bakhtin*. Princeton: Princeton UP, 2000.
- Erickson, Peter. *Rewriting Shakespeare, Rewriting Ourselves*. Berkeley: U of California P, 1991.
- Evenson, Brian. *The Carnival of Negativity*. Tese de Doutoramento. Washington: University of Washington, 1993.
- Findlay, Alison. *A Femnist Perspective on Renaissance Drama*. Oxford: Blackwell, 1999.
- Fitzpatrick, Tim. *Playwritght, Space and Place in Early Modern Performance: Shakespeare and Company*. Farnham: Ashgate, 2011.
- Forsythe, Robert Stanley. *The Relations of Shirley's Plays to the Elizabethan Drama*. Nova Iorque: Columbia UP, 1914.
- García, Luciano. *Presencia Textual de España y de la Literatura Española en la Obra Dramática de James Shirley (1596-1666)*. Tese de Doutoramento. Microficha. Jaén: Universidade de Jaén, 1999.
- . "A Caroline View of Spaniards and Portuguese on the Stage: The Dramatic Representation of Iberia in James Shirley (1596-1666)". *Revista Canaria de Estudios Ingleses* 54 (2007): 37-53.
- Gardiner, Michael. *The Dialogics of Critique: M. Bakhtin and the Theory of Ideology*. Londres: Routledge, 1992.
- Glazener, Nancy. "Dialogic Subversion: Bakhtin. The Novel and Gertrude Stein." Ed. Ken Hirschkop e David Shepherd. *Bakhtin and Cultural*

- Theory*. Manchester: Manchester UP, 1989. 109-129.
- Gouge, William. *Of Domestical Duties*. Londres: John Haviland, 1622.
- Gowing, Laura. *Common Bodies: Women, Touch, and Power in Seventeenth-Century England*. New Haven: Yale UP, 2003.
- Griffey, Erin, ed. *Henrietta Maria: Piety, Politics and Patronage*. Aldershot: Ashgate, 2008.
- Griffith, Eva. "Till the State Fangs Catch You, James Shirley the Catholic: Why it Does not Matter (and Why it Really Does)." *The Times Literary Supplement*, 5583 (2 April 2010): 14-15.
- Gurevitch, Aron. *Medieval Popular Culture: Problems of Belief and Perception*. Cambridge: Cambridge UP, 1988.
- Havran, Martin J. *The Catholics in Caroline England*. Stanford: Stanford UP, 1962.
- Helton, Tinsley. *The Concept of Woman's Honour in Jacobean Drama*. Minneapolis: University of Minnesota, 1952.
- Hirschkop, Ken. "Introduction." Ed. Ken Hirschkop e David Shepherd. *Bakhtin and Cultural Theory*. Manchester: Manchester UP, 1989. 1-38.
- Hopkins, Lisa. *John Ford's Political Theatre*. Manchester: Manchester UP, 1994.
- Houlbrooke, Ralph A. *The English Family 1450-1700*. Nova Iorque: Longman, 1984.
- Hutcheon, Linda. *A Theory of Parody: The Teachings of Twentieth-Century Art Forms*. Urbana: U of Illinois P, 1985.
- Ingram, Martin. *Church Courts, Sex and Marriage in England, 1570-1640*. Cambridge: Cambridge UP, 1987.
- Johnson, A. W. "Imagology, Literature, and the Writing of History: Shakespeare's *Tempest* and the Iconospheres of *Prospero's Books*." Ed. K. Alenius, O. K. Fält e M. Mertaniemi. *Imagology and Cross-Cultural Encounters in History*. Rovaniemi: Societas Historica Finlandiae Septentrionalia, 2008. 9-24.
- Keeble, N. H., ed. *The Cultural Identity of Seventeenth-Century Woman: A Reader*. Londres: Routledge, 1994.
- Keyishian, Harry. *The Shapes of Revenge: Victimization, Vengeance, and Vindictiveness*. Nova Iorque: Humanity Books, 2003.
- Knopers, Laura Lungar. *Politicizing Domesticity from Henrietta Maria to Milton's Eve*. Cambridge: Cambridge UP, 2014.
- Krier, Dan e William J. Swart. "The Dialectics of Carnival: From Bakhtin to Baudrillard." Ed. Jerome Braun e Lauren Langman. *Alienation and the Carnivalization of Society*. Nova Iorque: Routledge, 2012. 133-167.
- Kristeva, Julia. *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- Ladurie, Emmanuel LeRoy. *Carnival in Romans*. Nova Iorque: George Brazillier, 1979.
- Lindley, Arthur. *Hyperion and the Hobbyhorse: Studies in Carnavalesque Subversion*. Londres: Associated UP, 1996.

- Lobo, C. B. L. *Memória sobre a Decadência das Pescarias de Portugal. Memórias Económicas IV*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1812.
- Maclean, I. *The Renaissance Notion of Woman: A Study in the Fortunes of Scholasticism and Medical Science in European Intellectual Life*. Cambridge: Cambridge UP, 1980.
- Marotti, Arthur F. "Love is Not Love": Elizabethan Sonnet Sequences and the Social Order." *ELH* 49:2 (1982): 396-428.
- Matei-Chesnoiu, Monica. *Re-Imagining Western European Geography in English Renaissance Drama*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- Mattia, Kasey Marie. *Crossing the Channel: Cultural Identity in the Court Entertainments of Queen Henrietta Maria, 1625-1640*. Tese de Doutorado. Durham: Duke University, 2007.
- Minnema, Lourens. "Coping with Human Evil: Shakespeare's Sense of Tragic Revenge." Ed. Nelly van Doorn-Harder e Lourens Minnema. *Coping with Evil in Religion and Culture: Case Studies*. Amesterdão: Rodopi, 2008. 201-218.
- Morson, Gary Saul e Caryl Emerson. *Mikhail Bakhtin: The Creation of a Prosaics*. Stanford: Stanford UP, 1989.
- Nashe, Thomas. *Pierce Penilesse. His Supplication to the Divell*. Londres: John Busbie, 1592.
- Nason, Arthur Huntington. *James Shirley, Dramatist: A Biographical and Critical Study*. Nova Iorque: Benjamin Blom, 1967.
- Neill, Michael. *Putting History to the Question: Power, Politics, and Society in English Renaissance Drama*. Nova Iorque: Columbia UP, 2000.
- Nesler, Miranda Garino. *Performing Silence, Performing Speech: Genre and Gender in Stuart Drama*. Tese de Doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 2009.
- Noling, Kim H. "Recent Studies in James Shirley." *English Literary Renaissance* 37:3 (2007): 450-465.
- Orr, Clarissa Campbell. "Introduction." Ed. Clarissa Campbell Orr. *Queenship in Europe 1660-1815: The Role of the Consort*. Cambridge: Anglia Polytechnic University, 2004. 1-15.
- Pannen, Imke. *When the Bad Bleeds: Mantic Elements in English Renaissance Revenge Tragedy*. Bona: Bonn UP, 2010.
- Parker, Andrew, M. Russo, D. Sommer e P. Yalger. *Nationalism and Sexualities*. Nova Iorque: Routledge, 1982.
- Perkins, William. *Christian Oeconomie: or, A Short Survey of the Right Manner of Erecting and Ordering a Familie according to the Scriptures*. Londres: Felix Kyngston, 1609.
- Platter, Charles. "Novelistic Discourse in Aristophanes." Ed. Peter Barta et al. *Carnivalizing Difference: Bakhtin and the Other*. Londres. Routledge, 2001. 51-78.
- Princic, Walter Francis. *The Tragedies of James Shirley: A Study of Themes and Images*. Tese de Doutorado. Champaign: University of Illinois at Urbana-Champaign, 1974.

- Puga, Rogério Miguel. "The Strangers may goe seeke them Wiues': A Dimensão Anglo-Portuguesa de *Englishmen for my Money Or A Woman Will Have Her Will* (c. 1598), de William Haughton." Ed. Carla Ferreira de Castro e Luís Guerra. *(Ex)changing Voices, Expanding Boundaries*. Évora: Universidade de Évora, 2009. 249-277.
- . "A Lisboa Católica, a Mulher Lusa e a Dimensão Anglo-Portuguesa de *Marplot in Lisbon* (1710) e *A Wife Well Managed* (1715), de Susanna Centlivre." *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 20 (2011): 113-126.
- . "Entre o Terreiro do Paço e Londres: O Jogo de Espelhos Anglo-Português em *The Wonder: A Woman Keeps a Secret* (1714), de Susanna Centlivre." *Anglo-Saxónica* 2 (2011): 311-332.
- . "Subverter o Outro Católico: Estratégias de Representação e o 'Efeito do Real' no Panfleto Anti-Católico *The Anatomy of the English Nunnery at Lisbon in Portugal* (1622), de Thomas Robinson." *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 22 (2013): 77-103.
- Radtke, Rev. Stephen J. *James Shirley: His Catholic Philosophy of Life*. Washington D.C.: The Catholic University of America, 1929.
- Rau, Virgínia. *Estudos sobre a História do Sal Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- Reynolds, John. *The Triumphs of God's Revenge Against the Crying and Execrable Sin of Wilful and Premeditated Murder*. Londres: Q. Griffin, 1704.
- Rochester, Joanne. *Staging Spectatorship in the Plays of Philip Massinger*. Aldershot: Ashgate, 2010.
- Rollins, Benjamin. *Carnival's Dance of Death: Festivity in the Revenge Plays of Kyd, Shakespeare, and Middleton*. Tese de Doutoramento. Georgia State University, 2012.
- Rose, Mary Beth. *The Expense of Spirit: Love and Sexuality in English Renaissance Drama*. Ithaca: Cornell UP, 1988.
- Salgado, Gâmini, ed. *Three Jacobean Tragedies*. Harmondsworth: Penguin, 1965.
- Sanchez, Melissa E. *Erotic Subjects: The Sexuality of Politics in Early Modern English Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Sanders, Julie. *Caroline Drama: The Plays of Massinger, Ford, Shirley and Brome*. Plymouth: Northcote House-British Council, 1999.
- . "Caroline Salon Culture and Female Agency: The Countess of Carlisle, Henrietta Maria, and Public Theatre." *Theatre Journal* 52:4 (2000): 449-464.
- Schelling, Felix Emmanuel. *Elizabethan Drama 1558-1642* 2. Boston: Houghton Mifflin, 1908.
- Searle, Alison. "Conversion in James Shirley's *St Patrick for Ireland* (1640)." Ed. L. Stelling, H. Hendrix e T. M. Richardson. *The Turn of the Soul: Representations of Religious Conversions in Early Modern Art and Literature*. Leida: Brill, 2012. 199-221.
- Sellers, Charles. *Oporto, Old and New*. Londres: Herbert E. Harper, 1899.



- Shell, Alison. *Catholicism, Controversy, and the English Literary Imagination, 1558-1660*. Cambridge: Cambridge UP, 1999.
- Shepherd, David. *Bakhtin, Carnival and other Subjects*. Amesterdão: Rodopi, 1993.
- Shirley, James. "The Maid's Revenge." Ed. William Gilford e Alexander Dyce. *The Dramatic Works and Poems of James Shirley* 1. Londres: John Murray, 1833. 99-185.
- . *The Cardinal*. Ed. Charles R. Foker. Bloomington: Indiana UP, 1964.
- . *The Maid's Revenge: A Critical Edition*. Ed. Albert Howard Carter. Nova Iorque: Garland Publishing, 1980.
- Sinfield, Alan. *Literature in Protestant England 1560-1660*. Londres: Croom Helm, 1983.
- Smith, Molly. *The Darker World Within. Evil in the Tragedies of Shakespeare and his Successors*. Newark: U of Delaware P, 1991.
- Smuts, Malcom. "Religion, European Politics and Henrietta Maria's Circle, 1625-41." Ed. Erin Griffey. *Henrietta Maria: Piety, Politics and Patronage*. Aldershot: Ashgate, 2008. 13-38.
- Stallybrass, Peter e Allon White. *The Politics and Poetics of Transgression*. Londres: Methuen, 1986.
- Stam, R. *Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1989.
- Steggle, Matthew. *Richard Brome: Place and Politics on the Caroline Stage*. Manchester: Manchester UP, 2004.
- Stewart, Marilyn. "Carnival and Don Quixote: The Folk Tradition of Comedy." Ed. Louis Cowan. *The Terrain of Comedy*. Dallas: Dallas Institute of Humanities, 1984. 143-162.
- Stone, L. *Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*. Londres: Weidenfeld & Nicholson, 1977.
- Strohm, Paul. *Hochon's Arrow: The Social Imagination of Fourteenth-Century Texts*. Princeton: Princeton UP, 1992.
- Tennenhouse, Leonard. *Power on Display: The Politics of Shakespeare's Genres*. Nova Iorque: Methuen, 1986.
- Ungerer, Gustav. *Anglo-Spanish Relations in Tudor Literature*. Berna: Francke, 1956.
- Vice, Sue. *Introducing Bakhtin*. Manchester: Manchester UP, 1997.
- Vicks, Meghan Christine. *The Postmodern Oranus: Carnival and Abjection in Victor Pelevin's Homo Zapiens*. Tese de Doutorado. Boulder: University of Colorado, 2007.
- Warnock, Jeanie E. *Kind Tyranny: Brother-Sister Relationships in Renaissance Drama*. Tese de Doutorado. Ottawa: University of Ottawa, 2000.
- Watson, Robert N. "Tragedies of Revenge and Ambition." Ed. Claire McEachern. *The Cambridge Companion to Shakespearean Tragedy*. Cambridge: Cambridge UP, 2002. 160-181.
- Williams, J. *The Irish Plays of James Shirley, 1636-1640*. Tese de

- Doutoramento. Warwick: Universidade de Warwick, 2010.
- Wood, Anthony. *Athenae Oxonienses* 2. Londres: Thomas Bennet, 1692.
- Woodbridge, Linda. *English Revenge Drama*. Cambridge: Cambridge UP, 2010.
- Young, Anthony Davenport. *The Political Aspects of James Shirley's Dramatic Works*. Tese de Doutoramento. Columbia: University of South Carolina, 2003.
- Young, Robert. "Back to Bakhtin." *Cultural Critique* 2 (1985-1986): 71-92.
- Zucker, Adam e Alan B. Farmer. "Introduction." Ed. Adam Zuker e Aln B. Farmer. *Localizing Caroline Drama: Politics and Economies of the Early Modern English Stage, 1625-1642*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006. 1-16.





## THE STORMY PASSAGE TO ENGLAND OF “A QUEEN COMING FROM FAR!”<sup>1</sup>

*Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco*  
FCSH/UNL/CETAPS

*Loe! A Queen Coming from far! jam'd Beauties Magazin*  
Henry Bold, 1661

### 1. “A Queen coming from far.”

Caught between two cultures, Catherine of Braganza, the Catholic Portuguese wife of King Charles II, had to adjust to her new circumstances and to undertake many difficult situations during her thirty years in England. Her life as Queen of England was not exempt from adversities, and the peaceful course of the life she had led unto then became inverted not long after her arrival. As Henry Bold, a seventeenth century English poet, pointed out a lot was expected from this “Queen coming from far”.

A great number of authors have studied the biography of Queen Catherine of Braganza, the historical and diplomatic problems of the political alliance, the treaties and the marriage,

---

<sup>1</sup> This essay is the version of a paper presented at the International Conference ‘*Dashed all to pieces*’: tempests and other natural disasters in the literary imagination, organized by CETAPS, at Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 1-3 December 2011, and was carried out in the framework of project PEst-OE/ELT/UI4097/2011, hosted by CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) and funded by FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal. It is also part of my ongoing research which has led to the production of a series of studies on the representations of Queen Catherine of Braganza in English literature and culture. This study deals with one of several specific moments in the life of Catherine as Queen of England.

the iconography, her image as a woman in a foreign country, her life after her return to Portugal, the palaces she lived in. But the presence of Queen Catherine of Braganza in England, her representations on the English literature of her time as well as other literary works up to the present date, and even the repercussions of her presence in England have often been minimized and underestimated by historians and writers. In fact, there was a tendency to generalize the idea that her years as consort in England in no way contributed to arouse the attention of writers or poets.

Nowadays, through intensive and personal research during the last years, it is feasible to speak of a literary tradition connected with the Anglo-Portuguese life of Queen Catherine of Braganza, which includes collective and individual works from the seventeenth century till today, texts by major or minor writers, works varying from laudatory poetry to historical novels, from satirical poetry to biography, from references in diaries and memoirs to allusions in drama.<sup>2</sup> Furthermore, Queen Catherine of Braganza played a fundamental part in the diplomatic affairs of the seventeenth century and was an important instrument in the renewal of an alliance between the two royal courts. Moreover, she was a woman who abdicated, personally and conscientiously, of her own will and dreams during a large part of her life, thus voluntarily serving the cause of Portugal with all the advantages and disadvantages therein involved.<sup>3</sup> It is equally important to underline the role of Princess Catherine to achieve the goals of Portugal's agenda. With her life and marriage she contributed to the maintenance of the Portuguese Restoration and she has been ascribed the title of "construtora da independência", as Eduardo Brazão expressed. (129)

Her life in England was described by Lancelot Reynolds, another seventeenth century English poet, as a "Royal adventure". In the first lines of his poem *A Panegyrick On her most Excellent Majestie, Katharine, Queen of England, Scotland, France, and Ireland: or Her Highness Cordiall welcome into England. Her Royal Majesty landed at Portsmouth, on Wednesday night, the 14 this instant May; to the great joy of all those that truly fear God, and honour the King*,<sup>4</sup> after having wished happiness to the

---

<sup>2</sup> For an appraisal of this subject see my PhD Dissertation *A Melhor Jóia da Coroa: Representações de D. Catarina de Bragança na Literatura Inglesa* (2005), and also the essay "The theme of song in England: Queen Catherine of Braganza in English literature" (2007).

<sup>3</sup> On this issue see Theresa Castello Branco (1971) e (1973).

<sup>4</sup> This poem was unpublished and unknown in Portugal since its publication in

court of Portugal and to all those people who in Lisbon merrily expressed their farewell wishes to the Infanta who was leaving them, the poet highlights the embarking of Queen Catherine on the English ship *Royal Charles*.<sup>5</sup> It was a moment of great expectation for the English, as referred by the following lines: “At last into the Ship, you did enter: / Resolving on a Royal adventure” (ll. 14-5). These lines not only keep a literary record of the embarking of Queen Catherine on the English ship *Royal Charles* anchored on the Tagus but also emphasize the first time the Portuguese Queen of England stood diplomatically on English territory, which was a very important and symbolic moment for all. Right after the Treaties of 1661 were signed in Whitehall, on the 23rd of June, – *Treaty of Peace and Alliance between King Afonso VI and King Charles II* and *Treaty of Marriage between the King Charles II and the Princess of Portugal, Catherine of Braganza* – the Portuguese *Infanta* was immediately addressed in England as in Portugal as Queen of England. But the moment above described was the first one in which she and her entourage were under the protection of a British fleet commanded by Lord Sandwich. L. Reynolds’ metaphor of a “Royal adventure” (l. 15), summarizes what was to be the Anglo-Portuguese uneasy life of Queen Catherine of Braganza, also described by Reynolds as a “Jewel”: “A Jewel so Rich, so Rare is hard to find” (l. 20).

In fact, the “royal adventure” of this Portuguese princess, was not limited to her departure from Portugal, the embarking and voyage, but also included the arrival in England and the many years that she lived there; in other words, it was the Royal adventure of her whole life. Initially, she was a stranger in a strange land. This essay looks at the first of her many “adventures”: her departure from Portugal, her embarking and, especially, **her voyage to England presented by contemporary eyewitnesses** in some literary and historical records of her time, written in English as well as in Portuguese.<sup>6</sup>

---

London. Today, its entire version can be read in *Antologia de Poemas Ingleses sobre D. Catarina de Bragança*, the annexed volume that accompanied my PhD Diss. *A Melhor Jôia da Coroa: Representações de D. Catarina de Bragança na Literatura Inglesa* (FCSH, UNL, Lisbon, 2005).

<sup>5</sup>The ship *Royal Charles*, previously known as the *Naseby* during the Commonwealth, was renamed with the Restoration. Under the command of Sir Edward Montagu it brought King Charles II and his entourage to England in his homeward journey from exile. In 1662, just as in 1660, the *Royal Charles*, also under the command of Admiral Edward Montagu, first Earl of Sandwich, was chosen to carry King Charles II’s bride, Catherine of Braganza, from Lisbon to England, leading a large Anglo-Portuguese fleet.

<sup>6</sup> Words and expressions highlighted in bold are the author’s responsibility.

## 2. A stranger in a strange land: Princess of Portugal, Queen of England.

The reasons of Catherine of Braganza going to England can be summarized in King Charles II's own words in his speech to the members of Parliament, in May 8<sup>th</sup>, 1661:

I will not conclude without telling you some News; News that I think will be very acceptable to you; and therefore I should think myself unkind and ill-natur'd, if I should not impart it to you. I have been often put in mind by my Friends, That it was now high Time to marry; and I have thought so myself ever since I came into England: But there appeared Difficulties enough in the Choice, tho' many Overtures have been made to me: (...) I can now tell you, not only that I am resolv'd to marry, but **to whom I resolve to marry**, if God please: And towards my Resolution; I have us'd that Deliberation, and taken that Advice as I ought to do in an Affair of that Importance; and, trust me, **with a full Consideration of the Good of my Subjects in general, as of myself: It is with the Daughter of Portugal.** (...) and so took up my own Resolution, and concluded all with the Ambassador of Portugal, who is departing with the whole Treaty sign'd, which you will find to contain many great Advantages to the Kingdom: And I make all the haste I can to fetch you a Queen hither, who, I doubt not, will bring great Blessings with her, to me and you.<sup>7</sup>

Queen Catherine, as Princess of Portugal, was one of the pawns of an international and political game. The marriage of the English King to the Portuguese Infanta, was the result of many diplomatic conversations followed attentively by the rest of Europe. After the Restoration, the future of the English monarchy depended on Charles II's marriage, as Richard Lodge pointed out: "The absorbing interest of domestic affairs during the first two years of Charles II had not wholly distracted attention from foreign policy. (...) He was still unmarried, and the future relations of England depended very largely upon the choice of a bride"

---

<sup>7</sup> See Charles II's "Speech to Both Houses at the First Session of the Second Parliament, May 8, 1661" (Bryant, 111-12). The Speech uttered in this session of Parliament had a Portuguese version written by D. Francisco de Mello Torres, the Portuguese Ambassador, with the title "As particularidades que succedêrão no Parlamento, quando nelle se tomou este assento, (...)" (Melo, 1661). This document can also be examined in the genealogical work by D. António Caetano de Sousa, described as "Prova Num.37" (1950, 493-502). On this subject see also Clarendon (1761, 181-82), and Rau (1941, 50-51).

(19). On this matter Edgar Prestage also remarked: “Quando Carlos II foi restituído ao trono, tornou-se o seu casamento uma questão de importância internacional, esforçando-se tanto as grandes como as pequenas potências, por intermédio dos seus representantes em Londres por encaminhar a escolha do Rei em harmonia com os seus interesses políticos” (157). It was a diplomatic issue as Sir George Clark, another historian, declared: “Any choice implied friendship with one power and enmity with others” (60). Apart from the Portuguese Infanta, Charles II had had several hypothetical brides, “a whole litany of marriages”, as he personally declared.<sup>8</sup> And on this subject, according to other writers, such as Keith Feiling, he also stated, “I hate Germans, or princesses of cold countries” (38) designating the German princesses recommended to him as “dull and foggy”.<sup>9</sup>

In fact, there were choices to be made, as Lingard mentioned in his: “to marry a Catholic princess from the south was likely to shock the religious prepossessions of the majority of his subjects” (1849, 69). In this situation of apparent deadlock, the monarch was approached by the Portuguese Ambassador with a most tempting proposal for both countries, which was also supported by the French court and positioned against Spain. After mastering many obstacles and after prolonged talks, in which intervened kings and ambassadors, ministers and cardinals, politicians and military officials, laymen and members of the clergy, Catholics, Jews and Protestants, some to favor yet others to oppose, the marriage of Catherine of Braganza, with Charles II became a fact.

It was, indeed, an episode of extraordinary importance for both countries and a renewal of the Anglo-Portuguese alliance in a time when, as C. Hermenegildo de Sousa emphasized, “o sistema de casamentos era a forma mais completa e segura das alianças dos estados” (69). With the Treaties of 1661, England would receive a large dowry which included riches in money, merchandise, trading facilities in Brasil and the East Indies, and some Portuguese important cities in North Africa and in India; King Charles was obliged to help and support Portugal and its territories, in land as in sea, against Spaniards and pirates, and would also try to achieve and maintain peace between Portugal and the Netherlands. He also determined to let her bride and queen, keep her religion, rituals and devotions. The marriage of Catherine of Braganza, with Charles II was fundamental to the

---

<sup>8</sup> On this subject see Bryant (104), and Feiling (38).

<sup>9</sup> On this matter see Strickland (1883, 357).

good outcome of the consolidating process of the Restoration and Independence of Portugal. In article XV of the Treaty, the English King promised the following: “trazer no coração as coisas e conveniências de Portugal e de todos os seus domínios”. As José de Almada observed, by this Treaty a new period begun between the two nations (vol. I, 55).

A new queen for England, coming from a faraway country, naturally caught the attention not only of the King and his Privy Council but also the curiosity of the English subjects. Henry Bold was one of the first to announce in verse, in 1661, the expectations over the consort chosen by Charles II, by proclaiming enthusiastically in one of his poems the new and unexpected Queen who was coming from far:

(...) Loe! **A Queen**

**Coming from far!** fam'd Beauties Magazin

The Wealth oth' World! the Glory of the Earth!

Fair as the Star that Blaz'd at Charles His Birth!

A Queen of Beauty, Love, and Innocence!

Sweet as the Smoak perfum'd with Frankincence! (ll. 9-14).

In the following year, in 1662, the year of the Anglo-Portuguese marriage, James Howell, in *A Brief Account of the Royal Matches or Matrimonial Alliances*, also made some considerations on the strengthening of ties between the kingdom of England and the kingdom of Portugal<sup>10</sup> and, in a brief statement, he declared: “By the former Alliance, it may be said that Portugal married with England, by this England hath married with Portugal.” (6) Within the scope of this study the expression “coming from far” becomes especially relevant.

On the 23rd of April, 1662, not having yet completed twenty four years of age, Catherine of Braganza embarked on a journey to England, leaving her country of birth towards a faraway country only to return thirty years later. We must take into

---

<sup>10</sup> Howell's *Account* concludes with a reference to the earlier Anglo-Portuguese marriage in the fourteenth century: “King Charles the Second, married the Lady Catherine, sole Daughter to Don John the fourth King of Portugal, and Sister to Don Alonso the sixth now regnant, there was a matrimonial Alliance once before 'twixt the Blood Royal of England and Portugal, which was about Ann. 1376, between John the first King of Portugal, and the Lady Philippa Daughter to John of Gaunt Duke of Lancaster. As that former was the fortunatest Alliance that Portugal ever made, by their own Confession, to this Day; so may this prove to England! May all the Blessings of Heaven be poured down on it, according to the due and daily Devotions of all true-hearted Subjects, and particularly of J.H.”.



account that in previous generations, and for a long time, a lot of marriages and alliances had been planned between the reigning courts of Portugal and Spain, which meant that the Portuguese *Infantas* only crossed the frontier, but did not really leave their usual environment. The courts were very similar to the ones they had left and, generally, they shared the same manners, the same climate, the same religion and, as far as the language was concerned, there were no great differences. By becoming united to the English monarch, Queen Catherine not only crossed the frontier, but also crossed the seas, leaving for a faraway country on a journey which was not exempt of difficulties. Besides, there was not the slightest parentage or affinity between the royal pair; they did not know each other personally, except by portraits, and the wedding ceremony required the celebration of two religious ceremonies to content both Catholics and Anglicans. The religious ceremony of the marriage took place in Portsmouth, on the 31<sup>st</sup> of May, 1662 (according to the Gregorian calendar), firstly in a private ceremony, in accordance with the Catholic rite, and secondly in public, in accordance with the Anglican rite. These ceremonies were to bring up comments and discussions many years later. At first, there was a combination of joy, veneration and curiosity on the part of the English at her arrival. These ways of looking at the new queen along with others clearly antithetical which were quickly developed, were to accompany her throughout her stay in England.

Queen Catherine had to endure a difficult period of adaptation to a new court, a new lifestyle and new manners; the language of the country of destiny was unknown to her, and she had to rely on precious help of Father Russell,<sup>11</sup> who initiated her in her first contact with the foreign language. She left a court of a traditional and clerical nature, to go to live and reign in a foreign, recently restored and licentious court avid of entertainment, music, balls, masquerades; in other words, a very different world from the quiet one which she was leaving behind. She had to face difficult problems such as the imposition of the mistresses of the king as her ladies of the bedchamber, the constant infidelities of the king, the misfortune of not being able

---

<sup>11</sup> Father Richard Russell played a leading role in the negotiation of the marriage treaty of Charles II and Catherine of Braganza and the consequent alliance between England and Portugal. This included, as stated in his papers, "the provision of English troops and supplies for Portugal's war against Spain, as well as England's acquisition of Tangier and Bombay with the use of money provided from Catherine's dowry". (< <http://reed.dur.ac.uk/xtf/view?docId=ead/ush/lcprussell.xml>> accessed in 28.06.14).



to lead any of her pregnancies to the end and thus assure the succession, the fact that she was a Catholic queen living in an Anglican country, a generalized feeling of lack of religious tolerance, especially during the period of the Popish Plot, and an exaggerated fundamentalism against Catholics who were called "papists" and the consequent attempts to put her away from the throne.

The idea of Catherine as a silent and discreet queen of England cannot and should not be mistaken by the image of an unintelligent and practically inactive queen. It is true that on the subject of politics she abstained voluntarily and never interfered as did some of the mistresses of Charles II. The Queen found, however, other ways, cultural and religious ways, of strengthening her position as Consort at the court. Her discreetness did not mean lack of intelligence. Above all, she did not leave a trail of indifference and positively or negatively, she left strong impressions on those who surrounded her or simply observing her. As was already emphasised the Queen "coming from far" was the object throughout the years of very different opinions and sentiments: she was admired and praised by some, criticized and satirized by others, she attracted sympathies and enmities. This is a fundamental aspect which is to be observed, both in historical documents, as well as in literary texts of her time and of later periods.

With the passing of time, she learned how to move about in the licentious court of Charles II. She had to endure difficulties of controversial nature. Even as Queen Dowager she had to stay seven more years in England in spite of her wish to return to Portugal. When she finally returned to her country of birth she had to face again a natural and inevitable adaptation and a new acculturation.

### **3. The stormy passage to England of Queen Catherine of Braganza.**

The young Portuguese princess who became the bride of the profligate Charles II was initially, as already mentioned, a stranger in a strange land, where she could barely speak the language of the country and where her religion was outlawed. Among the many controversial occasions and trials she had to face as Queen of England, perhaps the first one was her voyage to England. Psychologically it was undoubtedly a difficult experience: homesickness, fear of the unknown, the expectation of a king and husband never seen before as well as a foreign

language, foreign places and foreign manners. All these circumstances were to make gigantic changes in her way of life. Having in mind “tempests and other natural disasters in the literary imagination”, the central issue of this essay will be the impact of people and nature in her passage to England as presented by eyewitnesses in literary and historical records of her time.

After the signature of the Treaties of 1661 many public manifestations of joy and enthusiasm took place all throughout the kingdom of Portugal and the festivities celebrated in Lisbon were poetically depicted with great detail in *Festas Reays na Corte de Lisboa, Ao feliz Cazamento dos Reys da graõ Bretanha Carlos, & Catherina. Em os, Touros que se correram no Terreiro do Passo em Outubro de 1661. Dedicadas a Europa Princeza de Phenicia. E Escritas Por Izandro, Aonio, e Luzindo, Toureiros de forcado*, published in Lisbon in 1661,<sup>12</sup> and *Relacion de las Fiestas que se hizieron en Lisboa, Con la nueua del casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña,) con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña Carlos Segundo deste nombre, Y todo lo que sucedió hasta embarcarse para Inglatierra*, published in Lisbon in 1662. The latter is a text in Spanish which was published anonymously at the time and is attributed to D. António de Sousa de Macedo, who described with interesting detail, observations and metaphors all the joy felt in Lisbon:

Los cañamientos de los Principes son tan vtils al comum, por el fin de la suceffion y por la amistad que concilian entre las naciones, q no es lifonja fino deuda el celebrarlos com fiestas publicas; y por la misma razon es cõueniente hazer relacion dellas, para comunicarlasy a los amigos absentes,y para mostrar a todos, que no se há faltado a lo que se deuia.

Llegado, pues, a Portugal auiso de estar concluido el cañamiento de su serenissima Infanta Doña Catalina, con el serenissimo Rey de la Gran Bretaña Carlos II. Hizieron todas las Ciudades, y Villas principales, demonstraciones publicas del content general con que lo recebian; mas, porque seria muy largo el referir todas, diremos solamente lo que passó en Lisboa a cabeça del Reyno. (ll. 1-15)

About the commemorations of April 1662, after the English Ambassador arrived in Lisbon to take the new Queen to England, Macedo observed that “toda la naturaleza mostraua su contento”

---

<sup>12</sup> This collection of poems is attributed to António Lopes Cabral in the National Library of Portugal's digital catalogue.

(ll. 375-6) and that a kind of micro world or, as he expressed, “vn Mundo abreuado” was reunited to enjoy the festivities:

las dõs Magestades de el Rey de Portugal y de la Reyna de la Gran Bretaña a su mano derecha, y en otro balcon el serenissimo Infante D. Pedro su hermano, en otros los Oficiales de la Casa Real, en otros la belezas de las Damas de Palacio, y otras señoras de la Corte, en outro balcõ el Embaxador de Inglaterra, y en outro el Comissario de los Estados de Holanda; y viendose los tablados, y Plaza todo poblado de Ministros, Señores, y Caualleros cõ sus galas, y de innumerable Pueblo, que hasta los terrados cobria pareciendo un Mundo abreuado. (ll. 91-100)

For the embarking and farewell to Infanta Catarina, Queen of England, a regulation had been prepared in advance with the convenient formalities, ceremonies and festivities, in particular the day of departure of the Princess. It was prepared with great detail and thoughtfulness and in the 14<sup>th</sup> April 1662 the Secretary of State made a public announcement of the ceremonies to commemorate this event.<sup>13</sup>

In the first days of March, 1662, a large fleet arrived in Lisbon under the command of Lord Sandwich, aboard the Royal Charles, to conduct the Queen to England. The festivities related to the embarking of the Portuguese Infanta, now Queen of England, took place with magnificent illuminations in the city, bullfights in the arena, plays in theatres and masquerade parties; a religious procession also took place and the *Te Deum* prayer of thanksgiving was recited, as depicted by D. António de Sousa de Macedo. After the ceremonies of the Holy Week and those of Easter had ended, some of the problems related with the dowry having been resolved, the holds of the ships filled with merchandise, and the festivities which went on for days having come to an end, everything was ready for the English fleet to leave. The young Queen embarked with her retinue on the 23rd

---

<sup>13</sup> See “Aviso do secretario de estado Pedro Vieira da Silva – 14 d’abril de 1662” (Oliveira, 336-38) and “Programma das formalidades que se haviam de seguir no dia da despedida e embarque da Senhora Infanta D. Catharina, Rainha de Inglaterra” (Santarém, 236-56). In *Relacion de las Fiestas* the author refutes that the arrangements for the ceremonies were fortunately successful but belatedly fixed: “Ques esto se ordenasse tan tarde, que no hauia tiempo para hazerse pareciõ descuydo, y fue prouidencia, porque se conociesse el amor de los Portugueses a sus Principes, y la fuerça del amor que acaba impossibles; no se sabe el como, hallõse dentro de dõs dias, que fue un Domingo, todo tan perfeto, como si en ello se tauajãra d’s meses por lo menos” (ll.541-47).

of April, 1662, Feast of Saint George. Leaving the mouth of the river Tagus, the *Royal Charles* left Lisbon sailing towards the Atlantic Ocean, passed the difficult Bay of Biscay, went around the Isle of Wight to the port of the city of Portsmouth, where the first meeting with Charles II was to take place and the religious wedding was to occur.

The fleet, as described by Silva Tullio, included “quatorze naus, cinco sumacas com mil caixas de assucar (parte do dote), e uma barca de Cezimbra, que, por sua velocidade, quis o almirante inglez levar para amostra ao rei da Gran-Bretanha” (213). The retinue of Dona Catarina of about thirty persons included the Marquis of Sande, the Portuguese ambassador in England, and his secretary Francisco de Sá de Menezes, Richard Russel, the Queen’s chaplain and almoner, the Counts of Penalva and Pontevel, Francisco Corrêa da Silva, ladies of honour, countesses of Penalva and Pontevel, maids of honour, maidservants, musicians and others.

There are some fundamental texts which describe the embarking of the Queen of England and her voyage, written by eyewitnesses of the events, some of them travelling on board, thus leaving us historical and literary records of the departure and the voyage specifically: *Relaçam dedicada A Sereniffima Senhora Rainha da Gram Bretanha da jornada que fez de Lixboa the Port-tyMouth*, a collection of Portuguese stanzas published in London, written by Father Sebastião da Fonseca, Master, Chaplain and President of *Hospital Real de Todos os Santos* in Lisbon at the time, *Relaçam diaria da jornada, que a Sereniffima Rainha da Gram Bretanha D. Catherina fez de Lijboa a Londres, indo já desposada com Carlos II Rey daquelle Reyno : e das festas, que nelle se fizeraõ até entrar em feu Palacio*, an anonymous narrative account printed in Lisbon and *Iter Lusitanicum; or The Portugal Voyage. With what memorable Passages interven’d at the shipping, and in the transportation of her most Sacred Majesty Katherine, Queen of Great Britain, from Lisbon, to England, Exactly observed By him that was Eye-witnesse of the same, who though he publish this, conceals his name*, a long English poem by Samuel Hynde, published in London in 1662.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> There are other books or reports which mention the voyage but they are not exclusively about that issue, such as diaries, memoirs and other poems, the reason why they were not included in this brief study. The same could be said of a report sent to the Portuguese Queen D. Luísa de Gusmão by D. Francico de Melo, the Portuguese Ambassador who negotiated the royal marriage and who travelled in the fleet which took Catherine to her new country, as well as a passage in Lord Sandwich’s *Diary*. Both these two texts are not easily handy.

In addition to these works in Portuguese and English, there are also some beautiful memorials of the magnificent spectacle on the Tagus River of the parting of Dona Catarina, her embarking, and her arrival at Portsmouth in a set of engravings by Dirk Stoop, a Dutch painter who had already painted a portrait of the Infanta, and which are important due to the detail of the historical representation and to their quality and esthetical value, since they allow us to visualize the moments referred to. According to Theresa Castello Branco, Catherine of Braganza and her retinue looked like a small Portuguese world or, in her words, “um pequeno mundo português lançado em terras inglesas” (Branco, 1971, 424).

The Fleet did not leave on the 23<sup>rd</sup> April as there were contrary winds and Queen Catherine and her retinue had to stay aboard during the night. Thus the festivals and the fireworks continued without interruption. Music could be heard onshore and on the river Tagus celebrating Queen Catherine's voyage to England. D. António de Sousa de Macedo, in his *Relacion de las Fiestas que se hizieron en Lisboa*, described the feasting at night:

La noche no quifo, en fu tanto, quedar inferior. Alumbrôse con tales fuegos en todos los nauios, que parecia que ardian las aguas; y el artilleria representaua vna batalla de los elementos; feñalandose màs los Holandezes, por auerse offerecido a este género de fiesta. Y acabado aquel estruendo, el horror que dexara fe boluiò apacible con los suaues cantos de los músicos de Camera del Rey, que desde la mar en bateles entretuuieron la Reyna grande parte de la noche. (ll.717-24)

As on the 24<sup>th</sup> April the contrary winds did not calm down, Queen Catherine's brothers, D. Afonso VI and Prince D. Pedro, asked after her, wrote the anonymous author of *Relaçam Diaria, da jornada*, “a saber como Sua Magestade hauia passado a noite, & com ella foi até junto a Belém, aonde a Armada deu fundo” (ll.19-20). At night the King visited her sister again, bringing his musicians to give their last farewell to Her Majesty who got up to hear the songs they were singing to her: “os seus Musicos da camera a dar as vltimas despedidas do mar a Sua Magestade, que se levantou a ouir os tonos que lhe cantarão” (Macedo, ll.21-23). The Fleet left Lisbon on the 25th of April. Until that time Catherine was repeatedly visited by her brothers, the King and the prince of Portugal.

It was in fact **a stormy passage to England** due to the violence of the sea, the strong and contrary winds and the climate, in addition to the potential or eventual threat of attack by

the neighbouring country or even by corsairs, after passing by the North of the Iberian Peninsula.

The narrative *Relaçam Diaria da jornada* was written by someone who travelled in Queen Catherine's fleet and who reveals profound nautical knowledge, describing difficult moments of navigation as can be seen by the following significant excerpt:

Na manhã de quarta feira amanhecemos com hum Sudueſte rijo, cõ que fomos nauegando atê as dez do dia. Deſpois ſe mudou a Nordêſte, & logo a Nornordêſte, creſcendo de maneira, que nos foi força força pôr à capa, por não perdermos a altura em que nos achauamos, que ſeria de quarenta graos. Do meſmo modo eſtiue-mos o dia ſeguinte, creſcendo cada vez mais o vento, & os mares, com que a Almiranta perdeo pella menhã a vella de gauia, & à tarde a vella grande, & ſobreceuadaira, hã fumaça o maſto, & a noſſa barca a vella maior, & ao moutro dia nos deſappareceo, não ſe ſabendo atê agora ſe perdida, ſe arribada. (...) Porém de ſenganados, & achãdonos mais emmarados do neceſſário, voltamos na volta da terra o dia ſeguinte, & aſſi indo os dias na volta do mar, & as noites na da terra, andamos aos bordos todo o tempo que nos durou a tormenta, que foi atê a quinta feira pella menhã, em que com a Lua abrandou mais o vento, & o dia ſeguinte ficou em calmaria. **Foi notauel a conſtância, & valor com que Sua Mageſtade ſe houue na tempeſtade**, não ſentindo mais que os primeiros dias aquelles ordinários mouimentos do mar, que ſentem ainda os mais experimentados nelle, & de q **nem o proprio General ſe liurou**, o qual por não faltar em couſa alga à aſſiſtência, & diuertimento de S. Mageſtade, vinha as mais das noites à porta da ſua camera com a ſua muſica de instrumentos, tocando peſſoalmente muitos delles com toda a deſtreza, eſpecialmente a Tiorba, & com vários diſcantes **entretinha a S. Mageſtade, para que ſentiſſe menos os diſcomodos com q ſe paſſauão as noites**.

These last lines demonstrate a very complimentary note to the Queen of England (ll.83-86) and the author also enhances the visits of Lord Sandwich to the Queen paying special attention to her comfort and entertainment (ll.86-91). The author of *Relaçam Diaria da jornada* also mentions other difficulties caused not by the storm but by an encounter with adversaries who could not be seen in the darkness of the night, but who in daylight revealed themselves to be pirates:

(...) atê que com a claridade do dia ſoubefſſemos adonde eſtauamos. Aſſi ſe executou, & pouco deſpois paſſou por nòs hum



nauijo pequeno, de quem, querendoo ſaber não respondeo outra couſa, ſenão que nos não entendia, & ſe foi deſuiando de nòs quanto pode. Por eſte, & por outros ſinaes ſe aueriguou ſer **nauijo de Turcos**, que tambem infeſtão eſtes mares, & o meſmo deu occaſião a que o noſſo lhe atiraſſe aquella peça, que nòs tiuemos por ſinal de terra.

Samuel Pepys in his diary also refers to these threats. On the 7<sup>th</sup> April, he mentions what was said or heard-said in London about a hypothetic threat to Lisbon by foreign powers: “The great talk is, that the Spaniard and the Hollander do intend to set upon the Portugais by sea at Lisbon so soon as our fleet is come away; and that means our fleet is not likely to come yet these two months or three – which I hope is not true.” (Latham & Matthews, vol III, 61).

Near Portsmouth, after the storm had gone, the first member of the English Royal Family Queen Catherine met was James Duke of York, the King’s brother, who visited her aboard the Royal Charles. Catherine was very kind and dressed in the English fashion, showing a lot of interest in the conversation and cordially and spontaneously talked with her brother in law:

S. Mag. o eſperaua na ſua Camera ſentada, & veſtida à Ingleza de tela cor de cana, guarneçada de rendas de prata, & quando entrou S.A. o ſahio a receber tres paſſos fóra do docel; quiz o Duque beijarlhe a mão, & ella o leuantou nos braços, & tornando ao ſeu lugar, eſtiuerão em pè falando hum pouco, ſendo interprete o Biſpo Ruxel. Deſpois, inſtando S. Mag. cõ o Duque para que ſetaſſe em hua cadeira de eſpaldas, que para elle eſtaua, o não quiz fazer, & finalmente ſe ſentou em hua cadeira raza, à ſua mão eſquerda fóra do docel, (...).” (*Relaçam Diaria, da jornada*, ll.256-63).

*Iter Lusitanicum: or, The Portugal Voyage*, is the only English poem to describe with great detail Queen Catherine’s passage to England. On the first page the author presents himself as an eyewitness as he writes: “Exactly observed/ By him that was Eye-witnesse of the same,/ Who though he publish this, conceals his name”. He signs as “S.H., a Cosmopolite”, and after an epigraph in Latin the poet wrote a second epigraph in English: “Verses ask time, and leisure, but I’m tost/ With windes, and waves, and with cold winters blast”, which suggests in some way that the conditions at sea were not the most suitable to the writing of the poem. The details depicted indicate that Samuel Hynde went to England in the fleet of England’s new queen.

The author of the *Relaçam diaria da jornada* also mentions the English people onboard: “outras peffoas particulares, que el Rey de Inglaterra mandou para acompanhar a Rainha sua mulher.” (ll. 1-2).

The English poem begins with a dedication to the King (“To the King, His most Sacred, and most Excellens Majesty”), a dedication to the Queen (“To the most Serene and Powerfull Queen, the Queen of *Great Britain, France, and Ireland, &c.*”) and an apology to the reader (“The apology, to the reader”). The poem ends praising again the King and Queen (“To the King and Queen”), and addressing the Nation in general (“To the Nation in General”), presenting a very brief narrative on the history of Portugal, the Queen’s native country.

The poem is constituted by sections or small poems with subtitles which can be read as a sequence or separately. Some deal with the history of Portugal. Others, such as the following ones, describe the voyage in particular: “Her Majesty Ship’d on St. George his day” (ll. 217-52), “The Queen comes aboard” (ll. 273-98), “St. Georges Night” (ll. 313-58), “That morning we put to Sea” (ll. 389-428), “Good Wind and Weather” (ll. 429-36), “Across and contrary Wind” (ll. 437-64), “The Passengers in this Storm” (ll. 465-84), “A Whale neer the Ship” (ll. 485-500), “The Mariner’s Prayer” (ll. 501-534), “The Queens Courage” (ll. 535-62), “The reward of Patience” (ll. 563-82), and “On the Royal Charles” (ll. 623-720).

The stanzas designated as “St. Georges Night” describe in English and in verse the night Catherine of Braganza spent on the river Tagus aboard the *Royal Charles*, as *Relacion de las Fiestas* and *Relaçam Diaria da jornada* also referred to. During the night, the festival takes place ashore as well as on the river filled with many different kinds of ships and boats coordinated with nature, here impersonated as “Dame Nature”:

And yet no noise nor harm; what did appear,  
Was fitted to the *Eye*, and not the *Ear*,  
To please the Queen, the *Elements* conspire,  
That of the Earth, the Waters, and the Fires. (ll. 353-56)

The show of lights and fire was fulfilled with the music her brother brought her in a Royal boat next to the Royal Charles. Chorus, instrumentals, sonnets, epithalamia, madrigals could be heard over the Tagus river, everything to honour the new Queen of England:

Down comes the King in’s Royal Barge, amain



*Incognito!* with his harmonious train:  
 To sing his Sisters Farewell, which was done,  
 To Extasie, and Admiration.  
 Under our gilded Galleries he floats,  
 And there they advance their most melodious throats  
 In severall Sonnets, which the Artist calls  
 Epithalamions, Carols, Madrigals.  
*Thalia* to the Queen did here impart  
 What skill in Musick lay, and what in Art.  
 What comes from Instruments, what from the throats,  
 Well warbl'd out in sweet-dividing Notes.  
 The vocall Musick that we heard this Night,  
 Had in't the Quintessence of all delight.  
 Here was the true *Arion*, who, they say,  
 Made *Dolphins* dance, and caper in the Sea.  
 Hers was the *Orpheus*, and *Amphion* too. (ll. 363-79)

The third part of the poem starts with "That morning we put to Sea" and the fleet leaving Lisbon. The storm and the winds are terrifying in contrast with the music of the Spheres that has delighted the passengers before:

The very day was darknesse, and the Night  
 Presented nought but horreur to the sight. [...] (ll. 455-56)  
 The Face of Heaven was dreadfull; and the noise  
 Of wind, and water drown'd the Saylor's cries.  
 'Larums of vengeance sounding in our ears,  
 So lately fill'd with Musick of the Spheres." (ll.459-62).

And if nature brought the storm, and disturbed the sea and the winds, it also disturbed the passengers as the poet expresses in "The Passengers in this Storm". The relief that overcomes everyone after the storm is introduced in the section "A Whale neer the Ship". In "The reward of Patience" Hynde delights in the quietness and peace of nature, praising the ship, *Royal Charles*, which was the light and guide for all the fleet, as a character more in the passage to England:

Ships are Hermaphrodites; we call them Men:  
*Charles*, *James*, and *Henry*; At next breath agen,  
 She's a brave Man of War, here's one for all,  
 Both the Worlds wonder, and her Admiral.  
 The Royall *Charles*; the name o'th Faith Defender  
 Admits Expressions in a double Gender. (ll. 623-28).

This poem expresses some of the issues usually present in the English panegyric poetry about Queen Catherine of Braganza during her first years in England, such as the royal marriage, the symbolical and material wealth of the alliance, the bonds uniting two recently restored nations, an understandable curiosity towards the Queen chosen by the monarch and expected mother of the heir of England, and an initial interest for the history, language and culture of her country. What makes it different from other poems in the English language and other works of Portuguese writers is its comprehensiveness: besides its encomiastic characteristics it is simultaneously a heroic poem, an epithalamium, a narrative epic and a piece of travel literature. Unlike the already mentioned *Relaçam Diaria da jornada*, which contains a lot of technical detail about tides, wind, sails, ships, etc., Samuel Hynde praises the King and Queen and underlines the character of the new Queen and her retinue, the magnificence of her chamber aboard the Royal Charles, the ship itself, the beauty of the sea and landscape, the whale and the dolphins, and, the impressiveness of the storm and the beauty and quiet of fairy winds.

#### 4. Final remarks

*Here sits in Majesty Great Britains Queen.*  
Samuel Hynde, 1.707

“The reward of Patience” is the title of one of *Iter Lusitanicum*’s sections and can be seen as a summary of Catherine’s voyage. It was a voyage by sea that led Catherine of Braganza not only to Portsmouth but to a whole life as Queen of England. The stormy passage to England of Queen Catherine of Braganza may also be paraphrased by the words of Charles Boxer, a British lusophile, referring to the anglo-portuguese marriage: “With all its ups and downs, [it] symbolises both the vicissitudes and the enduring nature of the Anglo-Portuguese connection.”(30)

Catherine of Braganza’s life as Queen of England had, undoubtedly, political, economical, social, religious, cultural and literary consequences which go much further than the theme of this essay. Concerning politics she was much more influential in Portugal than in England, particularly as Queen Regent of Portugal on her return. In 1662, when she arrived in England, most of the spheres of influence were already taken, and she was young and inexperienced in statehood. As Queen Regent

of Portugal she exercised her power by supporting an anti-French feeling in what concerns foreign policy and contributed substantially to the Anglo-Portuguese negotiations which led to the signature of the the famous Methuen Treaty of 1703.<sup>15</sup>

## BIBLIOGRAPHY

### Primary Sources

Anónimo. *Relaçam diaria da jornada, que a Sereniffima Rainha da Gram Bretanha D. Catherina fez de Lijboa a Londres, indo já desposada com Carlos II Rey daquelle Reyno: e das festas, que nelle se fizeraõ até entrar em feu Palacio, Anno de 1662*. Lisboa: Na officina de Henrique Valente de Oliveira, Impreffor del Rey, Anno de 1662.

[Macedo, D. António de Sousa de]. *Relacion de las Fiestas que se hizieron en Lisboa, Con la nueua del casamiento de la Serenifsima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña,) con el Serenifsimo Rey de la Gran Bretaña Carlos Segvndo deste nombre, Y todo lo que fucedió hasta embarcarfe para Inglatierra*. Lisboa: en la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N.S., 1662.

Fonseca, P. Sebastião da. *Relaçam dedicada A Serenifsima Senhora Rainha da Gram Bretanha da jornada que fes de Lixboa the Por-ty Mouth*. Londres : na Officina de F. Martin, [Fa. Allestry & Tho. Dicas], 1662.

H[ynde], S[amuel]. *Iter Lusitanicum; or The Portugal Voyage. With what memorable Passages interven'd at the shipping, and in the transportation of her most Sacred Majesty Katherine, Queen of Great Britain, from Lisbon, to England, Exactly observed By him that was Eye-witnesse of the same, who though he publish this, conceals his name*. London: S. Griffin, 1662.

### Secondary Sources

Almada, José de. *A Aliança Inglesa Subsídios para o seu Estudo*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946.

Beirão, Caetano de Abreu. "As Negociações para o Casamento da Infanta D.Catarina com Carlos II de Inglaterra, 1644-1661". *Anais*, vol. VII. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1942. 459-90.

Bold, Henry. *Anniversary, To the Kings Most Excellent Majesty Charles the II. On His Birth and Restauration Day, May 29. Having resolv'd to Marry with the Infanta of Portugall*. London, 1661.

---

<sup>15</sup> See Corp (67), Davidson (482) and Lousada (335-50).

- Boxer, Charles. "Vicissitudes of Anglo-Portuguese Relations in the 17th Century". *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa. 600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*. London: Foreign Office, [1973].
- Branco, Theresa M. Schedel de Castello. "Dona Catarina de Bragança, Rainha e Mulher". *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. n°46/47, IV série, Lisboa: Setembro de 1973. 56-66.
- . *Vida de Francisco de Mello Torres 1º Conde da Ponte – Marquês de Sande Soldado e Diplomata da Restauração 1620-1667*. Lisboa: Livraria Ferin, Lda., 1971.
- Brazão, Eduardo. *A Diplomacia Portuguesa dos séculos XVII e XVIII*. vol. 1. Lisboa: Editorial Resistência SARL, 1980.
- . "O Protocolo da Partida de Catarina de Bragança para Inglaterra". *Ocidente*. n° 16. Lisboa: Julho 1939. 269-286.
- Bryant, Sir Arthur (Ed.). *The Letters, Speeches and Declarations of king Charles II*. London: Cassell & Company Ltd., 1968.
- Cabral, Antônio Lopes. *Festas Reays na Corte de Lisboa Ao feliz Cazamento dos Reys da graõ Bretanha Carlos, & Catherina. Em os Tovros que se correram no Terreiro do Paço em Outubro de 1661. Dedicadas a Evropa Princeza de Phenicia. E Escritas Por Izandro, Aonio, e Lvzindo, Toureiros de forcado*, Lisboa: Domingos Carneiro, 1661.
- Castel-Branco, Maria da Conceição Emiliano. *A Melhor Jóia da Coroa: Representações de D. Catarina de Bragança na Literatura Inglesa*. PhD Diss. Lisboa: FCSH, UNL, 2005.
- . *Antologia de Poemas Ingleses sobre D. Catarina de Bragança*. Volume annexed to PhD Diss. *A Melhor Jóia da Coroa: Representações de D. Catarina de Bragança na Literatura Inglesa*. Lisboa: FCSH, UNL, 2005.
- . "O Percurso Anglo-Português da Rainha D. Catarina De Bragança". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n° 15. Lisboa: FCT, CEAP, FCSH, 2006. 155-203.
- . "The theme of song in England: Queen Catherine of Braganza in English literature". *Novos Caminhos da História e da Cultura. Actas do XXVII Encontro da APEAA*, Org. de Carlos Ceia e Isabel Lousada. Lisboa: APEAA, FCSH, CEAP, 2007. 471-85.
- Charles II. "Speech to Both Houses at the First Session of the Second Parliament, May 8, 1661". *The Letters, Speeches and Declarations of King Charles II*. Ed. by Sir Arthur Bryant. London: Cassell & Company Ltd., 1968. 111-12.
- Clarendon, Edward Hyde Earl of. *The Life of Edward Earl of Clarendon, Lord High Chancellor of England, and Chancellor of the University of Oxford. Containing I. An Account of the Chancellor's Life from his Birth to the Restoration in 1660. II. A Continuation of the same, and of his History of the Grand Rebellion, from the Restoration to his Banishment in 1667, Written by Himself, Printed from his Original Manuscripts, given to the University of Oxford by the Heirs of the late Earl of Clarendon*. 3 volumes, 3<sup>rd</sup> ed. Oxford: At the Clarendon Printing House, 1761 (1759).

- Clark, Sir George. *The Later Stuarts 1660-1714*. 2nd. ed. The Oxford History of England. Oxford: Clarendon Press, 1955 (1st publ.1934).
- Corp, Edward. "Catherine of Braganza and cultural politics". *Queenship in Britain, 1660-1837. Royal patronage, court culture and dynastic politics*. Ed. by Clarissa Campbell Orr. Manchester University Press, 2002. 53-73.
- Costa, Mário. *Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra*. Separata de *Olisipo*. Ano XIX, nº 73. Lisboa: [s.n.], Janeiro 1956.
- Davidson, Lillias Campbell. *Catherine of Bragança, Infanta of Portugal and Queen-Consort of England*. With portraits and illustrations. London: John Murray, 1908.
- Feiling, Keith. *British Foreign Policy 1660-1672*. London: Macmillan and Co. Ltd., 1930.
- Howell, James. *A Brief Account of the Royal Matches or Matrimonial Alliances, which the Kings of England have made from to time to time since the year 800 to this present 1662. Collected by a careful collation of History with Records*. London: for Hen. Brome, 1662.
- Latham & Matthews (eds). *The Diary of Samuel Pepys*. vol III. London: Bell & Hyman, Ltd., 1995.
- Lingard, John. *The History of England, from the first invasion by the Romans to the Accession of William and Mary in 1688*. 5th ed. vol. IX. London: Charles Dolman, 1849 (1st. ed. 8 vols, 1819-30).
- Lodge, Richard. *The History of England from the Restoration to the death of William III (1660-1702)*. London, New York, Bombay, and Calcutta: Longmans, Green and co., 1969.
- Lousada, Isabel. "'You shall know a word by the company it keeps': Rereading 1703". *Novos Caminhos da História e da Cultura*. Proceedings of the XXVII Encontro da APEAA (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos). Org. by Carlos Ceia and Isabel Lousada. Lisboa: APEAA, FCSH, CEAP. 335-50.
- Melo, D. Francisco de. "As particularidades que succedêrão no Parlamento, quando nelle se tomou este assento, [...]". *Relaçam da forma com que a Magestade del Rey da Grão Bretanha, manifestou a seus Reynos, tinha ajustado seu casamento com a Serenissima Infanta de Portugal, a Senhora Dona Catherina. Como se collige das cartas originaes de Francisco de Mello Conde da Ponte do Conselho de Guerra del Rey Nosso Senhor, & Seu Embaixador extraordinario a S.Majestade Britanica que estão na Secretaria de Estado*. Lisboa: na Officina de Antonio Craesbeeck, 1661.
- Oliveira, Eduardo Freire de Oliveira. *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª parte, tomo VI, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1891.
- Prestage, Edgar. *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da

- Universidade, 1928.
- Rau, Virgínia. "Catherine of Bragança Queen of England". *The Anglo-Portuguese News*. Ano 4, n.º78. Lisbon, 7th December 1940. 1-2.
- . *D. Catarina de Bragança Rainha de Inglaterra*, Separata de *O Instituto*, vol. 98, Coimbra: 1941.
- Reynolds, Lancelot. *A Panegyrick On her most Excellent Majestie, Katharine, Queen of England, Scotland, France, and Ireland: or Her Highness Cordiall welcome into England. Her Royal Majesty landed at Portsmouth, on Wednesday night, the 14. this instant May; to the great joy of all those that truly fear God, and honour the King*. London: R. Vaughan, [1662].
- Richard Russell Papers. <<http://reed.dur.ac.uk/xtf/view?docId=ead/ush/lcprussell.xml>> Accessed in 28.06.14.
- Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, 2.º visconde de. "Programma das formalidades que se haviam de seguir no dia da despedida e embarque da Senhora Infanta D. Catharina, Rainha de Inglaterra". *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*. Tomo XVII. Paris: J.P. Aillaud, 1842. 236-56.
- Sousa, Carlos Hermenegildo. *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: s.d.
- Sousa, D. António Caetano. "Da Infanta D. Catharina, Rainha da Grã Bretanha". *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. tomo VII, cap. III, nova edição revista e aumentada por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, Lda., 1948. 163-169.
- . *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. tomo IV, II parte, Prova Num.37. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1950. 493-502.
- Strickland, Agnes. *Lives of the Queens of England from the Norman Conquest*. 6 vols. London: G. Bell, 1880-83 (1<sup>st</sup> ed. 1841).
- Tullio, A. da Silva. "D. Catharina de Bragança". *Archivo Pittoresco: Semanário Ilustrado*. XI, 60. Lisboa: Castro Irmão, 1868. 25-27, 59-60, 118-20, 166-67, 190-92, 211-13, 252-55, 314-16, 369-71.



## BRITISH SLAVES IN EARLY MODERN PORTUGAL

*Joshua Large and Juan Camilo Miranda*  
*Universidad EAFIT<sup>1</sup>*

In September of 1671, the Lisbon Inquisition “seized a Negro boy called John Adué of about the age of seventeen years, belonging to Richard Borthwick of London... upon the pretence that if he remained with his master he would make him a Heretick” (Maynard, “Consul Maynard’s Certificate”). Thus did Adué, a servant on a ship docked at Lisbon, become the first English black in Portugal to enter the historical record by name. He was not, however, the first to be so expropriated by the Inquisition. A year-and-a-half earlier the Inquisition had warned the English consul, Thomas Maynard, “not to suffer any Blacks, or Negros, to go out of this port, in English ships notwithstanding they belong to his Majesty’s subjects,” whereupon they had seized an unnamed shipboard black and refused to give him up. An irate Maynard complained to the Inquisition that “these Blacks were Merchandize and a Current Commodity in moste places of the world; and by the Treaty betwixt England and Portugall; it was lawful for any of the King’s subjects, to buy and Transport, any goods or merchandize whatsoever out of this Kingdom”. What was more, he claimed, “the negros which usually come in English ships, are born in his Majesty’s plantations, and initiated to the Church of England and consequently they are the King’s subjects” (“Maynard to Arlington” [1670]). As the subsequent case of Adué attests—along with later cases until

---

<sup>1</sup> Medellín, Colombia. The authors would like to thank Matthew Dixon for his generous assistance in researching this article.



1683—the Inquisition was unmoved by his protest.<sup>2</sup>

It is easy, of course, to doubt the purity of the Inquisition's motives for such seizures. The commercial treaty mentioned by Maynard, drafted in 1654 and ratified under duress by Dom João IV in 1656, was a thorn in the side of the Portuguese, having granted Englishmen considerable privileges in Portugal while offering little to the Portuguese in return (Shillington and Chapman 198-204; Shaw 8-9). The Inquisition, moreover, was particularly put out by the treaty's allowance for Protestant religious services aboard English ships and houses, and by the ensuing presence of an English chaplain in Lisbon (Shaw 49; Maynard, "Maynard to Arlington" [1670]).<sup>3</sup> Black servants and sailors on English ships were, in short, undoubtedly pawns in the broader scheme of Anglo-Portuguese passive aggression.

Even so, Maynard's argument that blacks were both protected under the terms of the commercial treaty as "merchandize" and by virtue of being English subjects rings at least as perverse on contemporary ears as do the Inquisition's motives. If blacks were merchandize, how could they be afforded full protection as English subjects? Indeed, such protection and privilege afforded to all male English subjects in Portugal (again, by treaty) included the right to wear silk and swords, privileges only enjoyed by *fidalgos* among the Portuguese themselves. Maynard's logic, in any case, probably reflects the unsettled nature of English thinking in legal, commercial and spiritual terms about slavery. Although slavery did exist in early modern England, it was never

---

<sup>2</sup> See also Cornish, "Grievances of our English Nation"; Maynard, "Consul Maynard to Sir Leoline Jenkins". Notwithstanding Maynard's earlier claim that shipboard blacks were English subjects, he observed in this latter case that the black boy seized by the Inquisition had been "taken by Capt. Booth in his Majesty's ship the Adventure and of the Golden Lyon of Argier [Algiers] and that the Black was born in Barbary, not far from that place: and there is greate probability that it is so; being the Black is circumcised, and speaks Lingua franca... which the moors of Barbary usually speak". Unfortunately, we have not been able to locate either of these cases in the records of the Inquisition.

<sup>3</sup> Article XVII of the 1642 Anglo-Portuguese treaty had merely stipulated that the King of Portugal "shall take care, and provide that [English subjects] shall not be molested or disturbed for the said case of conscience, so as they give not scandal unto others." The Corresponding article (XIV) of the 1654 Treaty (reaffirmed after the English Restoration in 1661) was more explicit, affirming the English right "to observe and profess their own religion in private houses, together with their families, within any of the Dominions of the said King of Portugal whatsoever; and the same to exercise on board their ships and vessels, as they shall think fit, without any trouble or hindrance; and finally, that a place be allotted them fit for the burial of their dead." See *The Privileges of an Englishman*.

legalized by either formal statute or settled precedent.<sup>4</sup> George van Cleve argues that at least until the 1770s, the legal question of African slavery in Britain was treated with pragmatic distance, one designed to both preserve cherished notions of English liberty and do no structural harm to the profitable and politically powerful colonial plantation system. Hence, English law upheld a “cultural understanding of the disparity between English and non-English status, particularly for Africans, because it recognized ‘slavish servitude’ for slaves, usually blacks, who came to England, an intermediate ‘near slavery’ legal status between ‘classical chattel slavery’, on the one hand, and full ‘emancipation’ on the other” (603-604). The Portuguese, by contrast, had a longer experience with the institution of slavery than the English, having initiated the Atlantic slave trade in 1441 and, long before that, maintained Moorish slaves via the general process of the *Reconquista* and subsequent incursions into North Africa (Philips 35-36; Russell-Wood 16). Perhaps because of this tradition of slavery in Portugal (as well as the convenient ambiguity enabled by Britain’s common law system) the legality of slaveholding in Portugal was less fraught than in Britain. Notwithstanding such legal contrasts, however, England’s initial forays into both the African slave trade and domestic slaveholding were mediated partly through Portugal and the Portuguese.

The purpose of this article is, first, to explore the phenomenon of slavery among the British in Portugal in order to illuminate this dark aspect of the Anglo-Portuguese relationship. Second, the article seeks to analyze the phenomenon of British slaveholding in Portugal in the context of the British communities in Lisbon and Oporto themselves. Among the English in Portugal, slaveholding soon moved (at some point, that is, in the late seventeenth century) from the English ships docked at Lisbon and Oporto to the houses of English merchants those cities where blacks were employed as domestic servants. In a

---

<sup>4</sup> Imtiaz Habib maintains that the text of “*Butts v. Penny*” (1577) does indeed represent a “formal legalization of English possession of Africans”. In that case the court found “by special Verdict” that while “no Property could be in Villans but by Compact or conquest... that Negroes being usually bought and sold among Merchants, and so Merchandise, and also being Infidels, there might be a Property in them sufficient to maintain Trover” (quoted in Habib 184). However, this case, applying the traditional Catholic doctrine sanctioning the enslavement of “Infidels”, was superseded by several cases around the turn of the eighteenth century where it was decided that that *trover* (an action to recover the value of stolen property) did not apply to black slaves, “because the common law did not recognize blacks as different to other people, and although blacks could be bought and sold as chattels in Barbados, that was not the case in England” (Kaufmann, “Common Law”).

sense, this should not be a surprising phenomenon, given that blacks are now well-understood to have occupied a multitude of occupations beyond the plantation complex on both sides of the early-modern Atlantic (Byrd; Cañizares-Esguerra et al; Gilroy; Kolchin; Philip Morgan). There are, however, distinct and interesting problems that emerge from the practice of British household slaveholding in Portugal. The fact that mainland Portugal was geographically distant from the nodal points of the “triangular” British slave circuit begs the fundamental question of why British merchants in Portugal chose to employ black slaves instead of Portuguese or British servants. Furthermore, the interstitial situation of the British merchant in Portugal, who enjoyed considerable *de jure* and *de facto* privilege without the full colonial prerogative of, say, the West Indian sugar baron or the East Indian nabob, complicated the practice of British slaveholding (as well as that of being a British slave), as the Inquisition’s interventions attest.

It must be noted that in considering such questions, we frequently find recourse in speculative and/or circumstantial arguments. Such methods follow necessarily from the nature of the documentary evidence at hand. In addition to the sort of diplomatic correspondence cited above, baptism and death records from both the Oporto and Lisbon Anglican chaplaincies attest to the presence of black slaves among the British communities of those cities, as do a limited number of *processos* from the Portuguese Inquisition at Lisbon and Coimbra. A few blacks were also remembered in the wills of British merchants. Finally, black slaves are mentioned in the letters of at least one British traveler in Portugal. Such evidence, while illuminating in many ways, does leave many questions unanswered. It is impossible to know, for instance, how many black slaves there were in British households in Portugal at any given time, nor precisely when the practice began or ended. In most cases, it is also impossible to know exactly where most of these slaves came from or the specific circumstances under which they came. Most troublingly, we do not know much about the lives led by the British slaves in Portugal. Did they form a coherent community? To what extent were they integrated into Afro-Portuguese society? Were these slaves typically manumitted after a period of service? If so, did they tend to remain in Portugal after gaining their freedom? Little more than tantalizing clues exist to such questions. That said, the case of slavery among the British in Portugal offers a fascinating window into the peculiarities of the African diaspora, the complex nature of Anglo-Portuguese relations, and into British society in Portugal.

## 1. Portugal and the Emergence of Atlantic Slavery

The Atlantic slave trade is generally accepted to have begun when a 1441 Portuguese voyage to the Rio de Oro on the west coast of Africa just south of Cape Bojador brought back several Idzagen Berbers as captives. On the face of it, there was nothing new in this. Iberian Christians had been taking Moorish captives as slaves or for ransom for centuries (just as Muslims had long been taking Christian captives). In this respect, the early stages of the Atlantic slave trade must indeed be placed in the broader context of the medieval *Reconquista*: a context reinforced by a 1452 Papal Bull, *Dum Diversas*, which granted the Portuguese crown the right to reduce to “perpetual slavery” all “Saracens and pagans and other infidels and enemies of Christ” (Sweet “Spanish and Portuguese Influences” 6). Nonetheless, the voyage of 1441 was novel for the fact that the Portuguese took back with them not only the Idzagens, but a black woman who was the Idzagen’s slave; she in turn became the first sub-Saharan African trafficked into European slavery. Three years later, a much larger expedition mounted against the Idzagens returned 235 captives (including more sub-Saharan blacks) all of whom were auctioned as slaves at Lagos (Saunders 5). Wise to the potential profits of such trade, the Portuguese founded their first *feitoria* in 1449 on the island of Arguim in what is now Mauritania to serve as a trading post for black African slaves, gold dust, and the goods of the Trans-Saharan caravan trade (Disney 45). Such blending of traditional enslavement of Muslims with that of sub-Saharan slaves is furthermore reflected in the Papal Bulls that succeeded *Dum Diversas*: *Romanus Pontifex* (1455) and *Inter Caetera* (1456), which “represented, in effect, divine approval for the conquest and enslavement of sub-Saharan Africans as a mission for Christ” (Sweet, “Iberian Roots” 157). The creation in 1486 of the *Casa dos Escravos de Lisboa* to oversee the Guinea slave trade demonstrates the extent to which African slavery was entrenched in Portugal even before the discovery of the New World (Vogt 1). Indeed, the Portuguese deployed African slaves in the production of sugar at Madeira and São Tomé well before the discovery of Brazil and more than a century before that colony would become both the largest production site of sugar—and the largest recipient of African slaves—in the world.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> On the emergence of sugar and slavery in fifteenth century Madeira, see Greenfield; Moore; Vieira. On São Tomé see Seibert.

In Portugal itself, blacks became a fairly sizable component of sixteenth-century Portuguese society, comprising perhaps seven percent of the total population and at least ten percent of Lisbon's (Philips 10). By the eighteenth century, when the English in Portugal were themselves involved in the practice of slavery, Lisbon contained, out of a population approaching 200,000, around 10,000 black slaves and another 20,000 free-men. Between 1725 and 1735, close to two thousand people were brought expressly to Lisbon from Africa to serve as slaves. These slaves conducted a range of jobs in urban Portugal: men serving as haulers of wood to shipyards, in the carrying sedan chairs and the cleaning of sewers; women carrying fresh water and emptying waste buckets, laundering clothes and cooking. The neighborhood of Motombo (in the present-day parish of Santa Catarina) was home to the largest concentration of free-men and runaways, many of whom labored along the riverfront. Motombo was also the center of a rich spiritual syncretism mixing Catholic, West African, and Afro-Brazilian traditions (Sweet, "Hidden Histories" 236-238). One French traveler to Lisbon in 1730 claimed that "the majority of servants are composed of negro slaves, particularly in the houses of those Portuguese wealthy enough to buy them. They prefer them to white servants because they are more docile, cowed by the fear of being sold to work in the mines" (*Ibid* 238). African slaves thus served as both a status symbol among wealthy households and as a source of the most menial and undesirable labor (Green 233).

## **2. The Iberian Influence on Slavery in Britain**

The English slave trade and slaveholding developed in close conjunction with the Iberian slave trade, which had begun more than a century before Thomas Wyndham's exploratory English voyage—undertaken at the urging of a Portuguese captain, Anthony Anes Pinteado—in 1553. John Hawkins's subsequent voyages of 1562-3 are regarded as the first systematic attempts of a British trader to profit from the slave trade (Dixon 173). Hawkins undertook his first slaving ventures with advice from his Spanish partners who told him "that Negros were very good merchandise in Hispaniola, and that store of Negros might easily be had upon the coast of Guinea" (Sweet, "Spanish and Portuguese Influences" 16). After hiring a Spanish pilot he acquired 300 slaves from the Guinea coast and sold them to the Spanish for "£10,000 worth of pearls, hides, sugar, and ginger" (Dixon 173). Some time after his second voyage he attacked "the

town of Bymba on the advice of some 'Portugals' who informed him 'hee might gette an hundreth slaves'" (Sweet, "Spanish and Portuguese Influences" 16).<sup>6</sup> Even before Hawkins's commercial interest in the slave trade, however, there was a black presence in England.

Among the first of such blacks (as many as 150) came among the retinue of Catherine of Aragon when she arrived in Britain as the bride of Arthur, Prince of Wales, in 1501. Other Iberian residents in London would bring their African slaves with them in subsequent years. One late sixteenth-century burial record, for instance, denotes the demise of "Katharin the negar, dwelling with the Prince of Portingall", the "prince" in question being one Dom Antonio, a Portuguese pretender to the throne (Habib 83-84). A small percentage of the slaves in the nascent English trade (which, before the advent of English plantation colonies, trafficked to the Spanish Caribbean) began to enter England as curiosities or "surplus goods" to be redeployed as domestic servants (*Ibid* 67). Other Africans were introduced to England to learn the language and be reshipped to Africa as translators for slave traders (Dixon 173). During the second half of the seventeenth century when Britain's own colonial system was well-established, Britain entered the forefront of the Atlantic slave trade, sending close to 400,000 black Africans to its expanding Caribbean and North American plantations (Estimates). Occasionally, slaves were expressly ordered to be brought to London from Africa instead of being sold in America. One 1651 order from the directors of the Guinea Company to its ship captains commanded, for instance, that "you buy 15 or 20 lusty Negers of about 15 yeares of age [and] bring them home with you for London" (Habib 125).

Certainly there was a sizable enough population of blacks in England by the turn of the seventeenth century to inspire the bizarre commercial venture of one Caspar Van Senden, a

---

<sup>6</sup> Hawkins' newly-won expertise in the slave trade was a cause of some concern to the Spanish envoy in London, who wrote to King Philip in February of 1566 that "the trade of capturing negroes in Guinea and taking them to the Indies is considered very profitable, and may be undertaken by any man who understands the voyage. It seems advisable to get this man [Hawkins] out of the country, so that he may not teach others, for they have good ships and are greedy folk with more freedom than is good for them. This Hawkins has now eight (ships). When he arrived I wrote that I was informed that he had taken a Spaniard with him. This was not the case, but he took one on his first voyage who piloted him so well that Hawkins became well acquainted with the navigation himself. The foundation for the statement that he had a Spaniard with him was that he captured a negro in Guinea who had been brought up in Portugal and used him as an interpreter, bringing him to England with him" (Guzman de Silva 522-3).



German merchant who in exchange for gaining the release of English prisoners in Spain and Portugal and bringing them back to England was granted a royal patent in 1601 to round up an equal number of “negars and blackamoors” in England and sell them as slaves in Lisbon. If there was an impressive symmetry to Van Senden’s projected circuit—inbound for freedom and outbound with chattel—the scheme ultimately foundered on a key detail. For though Van Senden had apparently requested authority to “carry away into Spain and Portugal all and any the Blackamoors that he shall finde in any place or places within this your Majestie’s Realme of England, without the lett or interruption of their masters or any other persons”, his official charter stipulated that blacks were only to be transported “with the consent of their masters”. Rather unsurprisingly, said masters declined the invitation to be quitted of their property, patriotic inducements notwithstanding (Kaufmann, “Caspar Van Senden” 367-369). While the granting of a royal patent for Van Senden’s project is often interpreted as a social cleansing project on the part of the queen to “expel” all blacks from England, Kaufmann’s work suggests that it was rather “just one of the many scandalous proposals made by merchants and courtiers in the later part of her reign with an eye (if a somewhat short-sighted one) for profit” (*Ibid* 371).

That such a venture would be both conceivable and obviously bound to fail may well be indicative, furthermore, of what Imtiaz Habib calls the “shadowy terrain” of English early modern slavery, “denied in contemporary accounts, contradictorily treated in legal rulings of the time, and, in consequence, uncertainly regarded in current historical scholarship” (54). Although late sixteenth-century England was home to a small number of African slaves, the practice of slaveholding was, as previously mentioned, fundamentally at odds with incipient notions of English “liberty” as some unique and glorious component of the national identity. A 1569 legal case against a man who claimed the right to beat his slave decided that “the air of England is too pure an air for slaves to breathe in” (Kaufmann, “Common Law”)<sup>7</sup> while in 1577 William Harrison had declared,

---

<sup>7</sup> Or so it was claimed by the defense of the Somerset case of 1772: “one Cartwright brought a slave from Russia and would scourge him; for which he was questioned; and it was resolved, that England was too pure an air for a slave to breathe in”. However, the original transcripts of the 1569 case are lost, the only reportage of it being in the summary of a 1649 case in which it is cited; this citation, however, contains no such language (Vallance 18).

“As for slaves and bondmen we have none, naie such is the privilege of our contrie by the especiall grace of God, and bountie of our princes, that if anie come hither from other realms, so soone as they set foot on land they become so free of condition as their masters, whereby all note of servile bondage is utterlie remooved from them” (quoted in Sweet, “Spanish and Portuguese Influence” 11). While such notions conflicted with the practical reality of English slavery—or of “near slavery”, or whatever contemporaries may have wished to call it—there was, again, scant legal justification for this reality. Such would later be the reasoning of Lord Mansfield in his famous judgment in the Somerset Case of 1772. Mansfield held that the question of slavery’s legality in England had “never been solemnly determined”, and accordingly ruled that the defendant, a black slave named James Somerset, could not be forcibly removed from England by his erstwhile master and transported for resale in a Jamaican slave mart, for “so high an act of dominion and power must derive its Authority from the Law of the Country” (Rabin 14, 19).

The questionable legal status of slavery in England was, moreover, compounded by the question of religion. In Portugal, though Muslims had historically been enslavable as “infidels”, Non-Muslim African blacks were, paradoxically, considered “gentiles” and therefore convertible to Christianity. Being, however, also considered barbaric and “bestial”, they were thought eminently enslavable (Sweet, “Spanish and Portuguese Influence” 4). The question of enslavement and Christianity was less clear in England and its empire, where it was popularly held that baptism conferred automatic freedom to the slave (Paley *et al* 259). Hence, Consul Maynard’s argument to the Inquisition that John Adué was a baptized Christian and therefore a subject of the King would have made more intuitive sense in Portugal than in England. Indeed, there must be some question as to whether Adué really was a baptized Anglican, given that many late-seventeenth century slaves remained unconverted. Between 1664 and 1706, six British American colonies passed legislation stipulating the baptism did not confer manumission, while the Bishop of London proclaimed in 1727 that baptism did not confer “the least Alteration in Civil Property”. At the same time, colonial governors were frequently instructed by the crown to encourage the baptism of African slaves. Nonetheless, many slave-owners resisted such pressures, fearing that Christianity would promote a sense of religious equality and incite rebellion, and perhaps situate the negro within the continuum (however near its beginning) of vaunted English liberty. As late as 1761, a missionary in North Carolina claimed that most of the slaves



in his parish were heathens (Jernegan 506-520). This notion is also corroborated by the more than thirty baptisms of blacks—at least some of whom, as we shall see in the following section, came from the American colonies—that were recorded at Lisbon and Oporto between 1737 and 1768 (Lisbon Factory Register; Lisbon Factory Marriages, Baptisms & Burials; Oporto Factory Chaplain's Memoranda).

### **3. Slaves of the British in Portugal**

By the turn of the eighteenth century, the British communities in both Lisbon and Oporto were well established. Much of the gold extracted from Minas Gerais and transported to Lisbon was already finding its way onto British packet boats and naval vessels, where it terminated in British coffers or was redeployed to the Eastern trade (Boxer, "Brazilian Gold" 467). Such transfers of bullion and specie, though technically illegal, were a necessary consequence of Britain's burgeoning trade surplus with Portugal, itself partly caused by the influx of English textiles into the country following the signing of the third Methuen Treaty of 1703. It was the merchants of the British Factory at Lisbon who oversaw the bulk of this immensely valuable exchange between the Portuguese and English Atlantic economies. Indeed the British, with their superior capital and access to credit, were essential to the operation of Brazil trade as a whole (Fisher 36-38; Maxwell 47). The Oporto British Factory, meanwhile, dominated the export trade in port wine—which amounted to almost the same thing as dominating the industry as a whole, given that the vast majority of port wine was exported to Britain (Large 75-91). Both communities prospered, and by the 1740s the British envoy estimated the population of his compatriots in Lisbon at one thousand, at Oporto, around half that number ("Tyrawly to Newcastle" [1743]). The Portugal trade was the source of many a sizable family fortune, and though it is impossible to know if the above estimate of the British population included blacks, certainly the upper echelons of British society in both Lisbon and Oporto were sufficiently rich to employ large household staffs.

The first concrete reference to blacks serving as household servants of the English is in the 1703 letter of a young English merchant newly-arrived in Oporto named Thomas Woodmass. Having recounted a harrowing overland journey from Viana do Castelo to Oporto, Woodmass concludes his letter with the incongruous observation that "of the langwidge I know but little, the servants being mostly blacks from America who speak English"

(quoted in Sellers 22).<sup>8</sup> Woodmass's remark is interesting for at least four reasons. First, it suggests that household slaveholding by the British in Portugal began at some point in the late seventeenth century, as his claim that such servants were "mostly" blacks implies a well-established practice (the fact that the diplomatic records from the 1670s and early 1680s only describe slaves being taken from ships by the Inquisition also suggests that the practice began at some point thereafter). Second, Woodmass describes these slaves as being from America, in accordance with Maynard's claim thirty-three years before that "the negros which usually come in English ships, are born in his Majesty's plantations". Third, Woodmass's phrasing would suggest that these black servants spoke English as a result of being from America, implying in turn that they were born in or at least spent substantial time in the colonies before coming to Portugal. Finally, it is worth noting that Woodmass does not refer to these blacks as slaves but as servants. This is in keeping with the usage usually deployed by Englishmen outside the plantation colonies. Even so, the possibility that these blacks from America were not slaves must at least be entertained.

First, however, it is worth considering the second and third observations pertaining to Woodmass's letter in somewhat greater detail. The notion that that blacks came to Portugal from the American colonies is corroborated by three entries in the Oporto chaplaincy register from 1752, when "Eleanor," "Henry," and "Katherine Philis" were all baptized. Each of these is described as "a black from Carolina" (Oporto Factory Chaplain's Memoranda 15).<sup>9</sup> Carolina was certainly a logical point of origin for these slaves, given that a substantial market existed in Portugal for indigo and (especially) rice from that colony. A direct trade was well-established by the late seventeenth century. In 1704, however, rice was made an enumerated commodity

---

<sup>8</sup> Woodmass's letters were reproduced in a book about the port wine trade and the British in Oporto, *Oporto Old and New*, by Charles Sellers, himself an Anglo-Portuguese wine merchant, in 1899. Despite being quoted in several other books—one of which lists them among "published sources"—there is no indication that these letters were ever independently published, and the originals have almost certainly disappeared. They must accordingly be treated with a note of caution. Certainly if Woodmass's were the only evidence of English slaveholding in Portugal, it would be far from sufficient.

<sup>9</sup> There are only five baptisms of blacks recorded at Oporto, three of which indicate the Carolinian provenance of the inductees. The Lisbon records are more extensive, documenting 22 such baptisms. Only one of these entries, however, indicates the origin of the slave in question, that being the September 1737 baptism of "George Coffee, an English black" (Lisbon Factory Register).

within the British Navigation Acts, meaning that it could only legally travel between colonial sites of production and Britain, whence (after being taxed) it might then be re-exported (Lydon 6). Even so, a substantial illegal direct trade between South Carolina and Portugal continued, as the British state papers attest (Lloyd; “Oporto Merchants”). This illegal trade was particularly well-developed between Charleston and Oporto, with shipments of rice from the former returning port wine from the latter.<sup>10</sup> In 1731, however, the direct rice trade between South Carolina and Southern Europe was re-legalized and flourished from then until the Revolutionary War (Lydon 139; Fisher 70-71; Shepherd 14-21). If it is reasonable to surmise that slaves may have been ancillary to this commerce, what remains unclear is the manner in which slaves from South Carolina (or other American colonies) would have been sold to British merchants in Portugal. Most British merchants in Portugal acted as commission agents in the American grain trade (selling, that is, grain shipments financed by American merchants on consignment). Occasionally, however, they formed partnerships or “triangular” arrangements with American merchants, and accordingly developed strong relationships. The published papers of Henry Laurens, a prominent South Carolina merchant attest, for instance, to his long-standing relationship with the Newman partnerships at Oporto.<sup>11</sup> Yet nowhere in the

---

<sup>10</sup> In January of 1709, for instance, a Mr. Lloyd of the Council of Trade and Plantations reported to the Earl of Sunderland (Sir Charles Spencer, the Secretary of State for the Southern Department) “on the illegal trade between Carolina and Portugal. This trade being contrary to the Act of Parliament *for granting a further subsidy on wines, etc.*, by which rice is declared one of the enumerated commodities, and therefore not to be exported from the Plantations to any place in Europe but to Great Britain or Ireland”, Lloyd affirmed that offenders must be prosecuted; finding them would, however, require the Consul being granted powers to search all incoming ships for offending articles, “for the merchants at Oporto being themselves concerned, are unwilling to give the necessary information therein” (Lloyd 193). Lloyd was apparently unaware that the British Consul himself, by long-established tradition, was an interested member of the Oporto Factory and thus highly unlikely to carry out spot searches implicating his fellows. On March 9, 1715, “Mr. Bradley, Mr. Brailsford and another gentleman concern’d in the British trade at Oporto” attended the session of the Board of Trade. When asked about the volume of the trade in rice carried directly into Portugal, they “answer’d that they believ’d about 6,000 barrils, which would be worth about four pounds a barril there, and they were of opinion that trade might be a considerable benefit to Great Britain, and his Majesty no loser in his duties by their being paid in Carolina” (“Oporto Merchants”). See also Lydon, 157-175.

<sup>11</sup> This extensive correspondence is recorded in the letter books of the Newman partnerships (or Hunt Roope, as they are there identified) at the Arquivo Histórico Casa Ferreirinha, Vila Nova de Gaia, Portugal. Many are also published in the multi-volume *Letters of Henry Laurens* published by the South Carolina Historical Society. See

correspondence between these two parties is there any mention of African slaves sent to Portugal. For his part, Charles Sellers, a late-nineteenth-century Oporto merchant, suggested (on what authority, he does not say) that such transactions, at least in the earliest period, were informal affairs:

before these [English] factors established themselves in the North of Portugal vessels trading between England and her possessions in North America used to call at Vianna on the way home, and the supercargoes, who were the travelling clerks of important firms holding very often ships and large estates in America, would barter a nigger for a pipe or two of wine, and it is on record that these slaves were held by the English merchants in Oporto and Vianna (20).

By whatever means these slaves arrived in Portugal, the fact that we have been able to find no record of the purchase of black slaves among the papers of Oporto merchants suggests that such transactions were likely both informal and conducted on an individual basis, well clear, that is, of the formal commercial ventures of merchant partnerships.<sup>12</sup>

While it is probable, as Woodmass seems to suggest, that slaves were purchased by the English from the Americas because they spoke English, and that the majority of the slaves in English households were consequently of American provenance, at least some of these slaves hailed from other locations. Among the several references to English slaves in the *processos* of the Inquisition, two give the origins of the slave in question. Carlos, a slave of Charles Compton, the British Consul at Lisbon, hailed from Guinea, while Tomas, a slave of one Henrique Sinson (Henry Simpson?) came from Cape Verde (Processo de Carlos; Processo de Tomas).<sup>13</sup> As has already been discussed, slaves came to

---

especially volumes 3-6, covering the years 1759-1769.

<sup>12</sup> This search has admittedly not been exhaustive, but the papers of the Offley and Newman firms have been consulted in detail. It is, we think, unlikely that a search though the extant books of the other port shippers (of which there are in fact very few from before the late eighteenth century) would yield any evidence of purchasing blacks, as slaves were not employed in trade but in household work and manual labor.

<sup>13</sup> The British were also periodically accused of operating illegal slave trades from Portuguese territories, including Cape Verde. In 1724 the governor of Antigua reported that "two negroe men swam a quarter of a mile, tho' chain'd by the leggs to each other, from on board the sloop *Two Brothers*, Peter Rouse master, to the *Hector* then at anchor in the harbour of St. Johns, and inform'd Capt. Orme they were subjects to the King of Portugal, and inhabitants of the Cape de Verde Islands, and were clandestinely taken away by the said Rouze, with intention to sell them as slaves in the West Indies; and

Portugal directly from Africa during the eighteenth century. Furthermore, there was substantial movement of slaves between Portugal and Brazil. In another *processo* from Oporto, for instance, one Luis de Lima, himself a native African who had formerly resided in Brazil, was charged with witchcraft for manufacturing and distributing amulets known as *bolsas de mandinga*. He divulged to the Inquisition 26 other slaves active as *mandingueiros* in and around Oporto, including 18 who had formerly lived in Brazil and two who were slaves of British merchants (Sweet, "Slaves, Convicts and Exiles" 194-5). British merchants, in short, would have had little trouble acquiring slaves from within the Portuguese empire as well as from the British colonies, and some clearly did own Portuguese slaves. Thus, while English-speaking slaves may have been preferred to those who did not speak English, prior knowledge of the language in itself is clearly not a sufficient explanation as to why English merchants owned slaves in the first place.

Why then did British merchants in Portugal own black slaves? Here we can only speculate. In Britain itself, by the early eighteenth-century slaveholding was "an elite practice that had little real economic basis and was often tied to high fashion." The figure of the liveried black slave became "a 'hallmark' of eighteenth-century English urban life, a sought-after possession and a motif in contemporary paintings, textiles, prints, porcelain, and poetry," even as, conversely, some free blacks were "touted as examples of the civilizing capacity of English culture" (Molineux 497-498). Thus, while there existed a certain aversion the abasement of British "liberty" via overt use of the word, "slave", there was no strong social aversion to the actual practice of slavery. Indeed, for most of the eighteenth century there was little public recognition of the connection between the burgeoning consumer culture centered around products such as sugar and tobacco and the slave labor that produced these commodities (Blackburn 16-17). Only in the 1780s, especially after the public hue and cry surrounding the case of the slave ship *Zong*—when at least 131 slaves were thrown overboard in order to collect insurance money—did the incipient

---

that there were 25 more free negroes under the same circumstances" ("Governor Hart to the Council of Trade and Plantations"). Three years later, the governor of Cape Verde was brought to Lisbon to answer the charge of allowing 50 blacks to be sold as slaves at Barbadoes, but was considered "likely to be acquitted as he was told they were being sent to the Azores" (Burnett). In 1752, George Crowle, Consul at Lisbon, informed the Secretary of state of a possible "clandestine British slave-trade" on the island of Principe (Crowle).

abolitionist movement gain traction and the public perception of black servitude accordingly suffer (Webster; Kenneth Morgan 156-157). Thereafter, the West Indian sugar baron became a gauche figure of provincial excess and moral debauchery in the public eye. While the practice of slaveholding itself was naturally the main target of abolitionists' attacks, also condemned were the West Indian planter's "irreligion, concubinage, drunkenness, gluttony, and conspicuous displays of wealth as common ingredients in a colonial cocktail of vice and sin" (Petley 98). Although the effects of the Somerset case in 1772, which many contemporaries interpreted (incorrectly) as legally abolishing slavery in Britain<sup>14</sup> clearly had a substantial effect on slaveholding there, it was only in the 1780s that the practice became publicly reviled (Burnard 187).

Such trends may provide clues regarding the practice of slaveholding among the British merchants of Lisbon and Oporto. While the British in Portugal did not as a rule live as ostentatiously as the West Indian sugar barons, the lifestyles of the wealthiest among them were clearly grand enough. Such wealth, combined with their special privileges and quasi-colonial comportment, incurred no small degree of resentment on the part of the Portuguese.<sup>15</sup> Indeed, the very fact that the British merchants had chosen to call their commercial associations "factories"—a term derived from the Portuguese *feitorias* of Africa and Asia—irritated none other than the Marquis of Pombal (whose feeling toward the English was notoriously ambivalent): "factory" was, he declared, "a very indecorous name in Europe and [should be] used properly only along the coasts of the Orient" (quoted in Schneider 176). More surprisingly, the manners and lifestyle of the British merchants at Lisbon also drew the ire of Lord Tyrawly, British envoy to the court at Lisbon from 1728 to 1741 (and later a special diplomatic representative at Lisbon in 1752 and Ambassador to Portugal in 1762). "A great body of his Majesty's subjects reside at Lisbon," wrote Tyrawly in 1752,

---

<sup>14</sup> Mansfield's ruling in the Somerset case determined that there was no legal principle enabling a master to forcibly remove his slave from England and carry him back to the colonies, in other words, that no "positive law" or parliamentary statute expressly denied black slaves access to *habeas corpus*. It was, as such—for both political reasons and those of Mansfield's own temperament—a much narrower ruling than its historical legacy would suggest (Kaufmann, "Common Law"; Kenneth Morgan 156; Paley 662-3).

<sup>15</sup> For scathing examples of such resentment, albeit from the following century, see José Duarte Ramalho Ortigão's, *John Bull*, or Camillo Castello Branco's *O Vinho do Porto: Processo d'uma Bestialidade Inglesa*. For a summary of Portuguese literary depictions of the British in Oporto, see Gonçalves, 157-171.



“rich, opulent, and every day increasing their fortunes and enlarging their dealings” (“Tyrawly to Newcastle” [1752], quoted in Lodge 225). The opulence of lifestyle in Lisbon had indeed been a source of concern to the indebted Tyrawly from the outset, he having observed in 1728 that “Nobody of any rank or quality appears in the Lisbon streets with less than six horses, if it is to go but to the next door; six footmen behind and a gentleman servant on horseback is the least anybody goes abroad with” (quoted in Boxer, “Tyrawly” 792). Such fashion may well have been partly inherited from the baroque pomp of the Portuguese court and high society. But as time passed in Lisbon Trawly became increasingly sympathetic to the Portuguese and increasingly scathing toward the British merchants of the Factory. In 1739 he declared the factory a collection of “Fops, Beaux, drunkards, gamesters.... Our merchants here make estates and live in much greater expense than becomes them” (*Ibid* 793). For our purposes, Tyrawly’s comments serve to demonstrate that the British merchants in Portugal were hardly averse to conspicuous consumption, and that, particularly in Lisbon, keeping up appearances demanded a sizable contingent of domestic servants. While the British practice of using black slaves as servants was not at odds with fashion in Britain itself, in truth the merchants need not have taken their cue from so far, given the much higher volume of blacks in Portugal than in Britain (where blacks comprised only a fraction of one percent of society [Paley 663]) as well as Portugal’s longer-established tradition of elite household slaveholding.

The same might be said for the end of British slaveholding in Portugal. While such practice waned in England partly as a result of the Somerset and Zong cases, Portuguese slavery also declined during this period via a series of legislations enacted by Pombal. In 1761, the first of these decrees banned the importation of slaves into Portugal but did not affect the status of those already in the country. The second law, passed in 1773, decreed that all fourth-generation slaves (that is, those whose great-grandmothers were slaves) were free, as were all subsequent children born of slaves. Neither of these cases ended metropolitan slavery altogether, but they did allow for its gradual withering away, while ensuring that the entire energy of the slave-trading enterprise was directed toward the New World (Nogueira da Silva and Grinberg 433-434). Unlike in Britain, however, neither of these statutes gave rise to or resulted from a popular abolitionist movement. Rather, these were top-down initiatives responding to the perceived social problems ensuing from domestic slavery (*Ibid* 434). While the Somerset and Zong

cases in Britain may have had an indirect effect on the practice of British slaveholding in Britain, the effects of Pombal's statutes would have obviously been direct. Notwithstanding their special privileges (including access to a special *juiz conservador* who oversaw most legal cases pertaining to the British community) the British would certainly have been subject to the legislations of 1761 and 1773. Six baptisms of blacks were recorded in Lisbon after 1761; although some of these could conceivably have been administered to blacks who entered the country before that date, it would seem likely that at least some of them were new arrivals and hence either freemen or illegal slaves (Lisbon Factory Register). Even so, British slaveholding in Portugal was clearly in decline by the following decade (in fact, there are no recorded baptisms of blacks after 1768). By the 1780s, Lisbon merchants were importing East Indian servants in place of Africans and Afro-Americans (Lisbon Factory Register; Lisbon Factory Marriages, Baptisms & Burials).<sup>16</sup> The last reference to a black slave (or emancipated servant) of a British subject that we have located is that of one Maria Antonia, "a faithful black" who Sarah Warden left a residual from her estate in gratitude for "having served me many years" (Warden).

It is impossible to know, furthermore, what percentage of eighteenth-century British household servants were Black. Certainly it would not appear true, at least by the late eighteenth century, that "most" were "Blacks from America," as Thomas Woodmass indicated of the servants in Oporto households in 1703. Among the 57 wills of British merchants of Lisbon and Oporto we surveyed, Portuguese names appear much more frequently than English names among those identified as servants. In only three cases (William Leyborne, John Page, Sarah Warden) were "black servants" (or, in the case of Page's will, a "black slave") specifically identified. Even so, some of the Portuguese servants named could have been black without being identified as such, as, naturally, could those with English names. One "Catherine Jones," for instance, was identified simply as "our housekeeper" and left two milreis in the will of Thomas Sturton in 1777. Could this be the same person as the

---

<sup>16</sup> There are no records of Indian servants among the Oporto merchants, but among the Lisbon factory registers are three baptisms of Indian children: that of "Edward Pembroke, an Indian servant of the Reverend Westmore Hulse, aged seventeen years," March 6, 1786; of "Juliana, an Indian aged about twelve years," February 21, 1789; and of "Francis John, an Indian servant of Mr Thomas Brown, about nine years of age," October 15, 1790.



“Catharine Jones” (see below) who was baptized in 1757 and died in 1779 in the employ of “Mister Maigs”?

Again, it must be noted that even when the records provide some indication of ownership, they almost never use the word slave. In the baptism and burial records from Lisbon and Oporto, blacks are referred to as “belonging to” a particular owner on seventeen occasions (e.g. the May 10, 1740 baptism of “Cleopatra, a black belonging to Thomas Brooks”). On three other occasions, the preposition “of” is used, as in, “Mark, a negro of Mr Edward Taylor”; “Black Jack, servant of Mr G Allen”; “Catharine Jones, a black servant of Mister Maigs”. These are all among the latest of the Lisbon records, dated between 1765 and 1779. Two of these later records, those of Black Jack (1766) and Catharine Jones (1779) are death records. Another one of these later records (September 1768, the last baptism of a black in the Lisbon register) describes “Elizabeth” as “a black *consigned* to Mister Thomas Mayne”. Finally, four of the records do not provide any indication of ownership or service: the aforementioned “George Coffee, an English black”, baptized in 1737; the 1756 baptism of “Catharine Jones, a black”, whose death is also recorded in 1779; the burial of “John Hall, a negroe” in 1784; and the burial of “John Faithful, a black”, in 1785. Hence, most of the records where some description other than “belonging to” is used come at the end of the period in which blacks are recorded. Of the four burials on record, all were between 1766 and 1785. It is possible that these later cases were not (or were no longer) slaves.

In any case, it is worth noting that on only two occasions in the British historical records is the term “slave” directly used in reference to a black person in the service of an Englishman in Portugal. The first is in the will of John Page (noted above) who upon dying in 1771 left “to my black slave Francisca (if at any time my executor shall dismiss her of his service, and she should not remain with any of my children), 24 mil reis per annum during her natural life, to be pay’d in half-yearly payt’s in regard to the tender care she took of most of ‘em during the time of their infancy” (Page). The other is in a 1773 missive from the British consul at Lisbon to the Secretary of State enclosing a letter (which very unfortunately has not been preserved) “from a black man addressed to his former master at Lisbon. This man claims he was kidnapped aboard an American whaler in the Azores and sold as a slave at Boston” (Hutchinson). While it is very likely that most of the blacks appearing in the baptism and burial records were slaves, the aversion to the use of the word “slave” makes it difficult to make any sort of clear estimate as to

what percentage of blacks may have been freemen, or even what percentage of servants were black.

Beyond this fundamental problem of status, there is, furthermore, very little known about the lives led by the blacks—be they slaves or freemen—in the employ of British households in Portugal. The records of the Inquisition do, however, contain some interesting details about a pair of slaves who fell foul of the Inquisition via the charge of *angicanismo*. Although no longer claiming jurisdiction over all blacks as they had done in the 1670s, during the eighteenth century the Inquisition continued to work against the heresy of Anglicanism partly through hearing the complaints of English slaves. James Sweet has provided a detailed account taken from the Inquisitional records of the aforementioned slave Carlos who served Charles Compton, the British Consul at Lisbon. Carlos was a sixteen-year-old boy when he came to the attention of the Inquisition in 1734. He told his interrogators that he had been kidnapped and sold into slavery from his home in Cacheu, Guinea as a child and passed through Cape Verde and the Azores before ending up in Lisbon. There he was purchased by Compton and worked for him for a year and a half before being baptized an Anglican.<sup>17</sup> Though Carlos harbored Catholic sympathies, he had seen the consul beating other slaves for adhering to Catholic dietary practices. Still, Carlos followed the Catholic faith in secret until he was denounced by an Anglican page who had seen him wearing rosary beads. He was then beaten, whipped, and locked up for four days in an attempt to make him divulge the names of other crypto-Catholics in the consul's employ. Finally, Carlos escaped through an open window and made his way to the Convento do Corpo Santo, where he declared his desire to become a Catholic. The Portuguese Holy Office granted his request and the consul was forced to relinquish him without compensation, whereupon Carlos was left the consul's house a free man (Sweet, *Recreating Africa* 97-98). Another slave, eighteen-year-old Cesário, was taken to London from Angola as a young child, then sold to a Portuguese in Oporto and baptized a Catholic, before returning to London with his master. There, as Cesário recounted to the

---

<sup>17</sup> No record exists for a plausible baptism of a "Carlos" or a "Charles" in Lisbon for this period, though a Charles, son of Charles Compton himself, was baptized on December 29, 1732 (Lisbon Marriages, Baptisms & Deaths). In fact, in both Lisbon and Oporto, the earliest baptisms on record—or indeed any documentation in the chaplaincy registers expressly pertaining to blacks—are from the year 1737. Carlos's case suggests that, for whatever reason, baptisms of blacks were simply not recorded until that year.

Inquisition in 1737, a man convinced him to undergo Anglican baptism with the promise that it would immediately free him from slavery. The following day, upon discovering what he had done, Cesário's master put him on the next boat for Oporto, where he was found guilty of heresy by the inquisition. On account of his age and ignorance of the ways of the world, however, the Holy office let him off with only an order to "undergo instruction in Catholic doctrine and the mysteries of the faith" (*Ibid* 99).

#### 4. Britons Never shall be Slaves?

Charles Compton was, like the British envoy Lord Tyrawly, a vehement anti-Catholic, and the loss of his slave probably did not improve his mood on that score. Not long thereafter he wrote of his "self-satisfaction at being Protestant in a bigotedly Catholic country, [a sentiment] shared by the whole Factory" ("Compton to Newcastle").<sup>18</sup> The religious question was indeed never far from the subject of British slaveholding in Portugal, insofar as slavery formed part of the larger fabric of Anglo-Portuguese relations and their attendant tensions. So too, as we have seen, religion had been central to the logic of enslavement in Portugal since the Middle Ages. In fact, a longer and thematically-broader essay than this one may have systematically placed the subject of British slaveholding within a larger canvass concerning not only religion, but questions of race, identity, and sovereignty. In 1671, for instance, while Consul Maynard was dealing with the seizure of John Adué, the Portuguese crown expelled the New Christians from Portugal ("Maynard to Arlington" [1671]). Though that particular order was soon rescinded, the subject of crypto-Jews and New Christians would become another subplot within the Anglo-Portuguese relationship, British ships incurring the wrath of Portuguese authorities for harboring Jews and taking them to Britain (Parry; Boxer, "Second Thoughts" 26). Such sanctuary, Lord Trawly observed with typical bluntness, was offered by British captains "whenever a purse of gold

---

<sup>18</sup> Compton was probably not incorrect in speaking for the "whole Factory", for unlike the Oporto Factory, the Lisbon Factory strictly prohibited the membership of British and Irish Catholics, an exclusion that was a long-running source of bitter dispute within the British community at Lisbon, being only resolved in 1792 when the Foreign Office ruled that the Factory could produce no charter identifying itself as an exclusive and private institution and therefore must allow the admission of Catholics (Walpole).

shall be offered them, which has always been and will continue to be the motive for these practices" ("Tyrawly to Newcastle" [1732]). On the other side of that coin, António Saraiva argues that although it was framed in terms of caste or "race", the Inquisition's long-running persecution of Marranos was really a latent class dispute, wherein "Jews" represented the parvenue merchant bourgeoisie. Their expulsion thus had less to do with the mooted "purification" of Catholicism than with a desire to cleanse Portuguese society of an unwanted mercantile class (19-30).<sup>19</sup>

There is, in any case, a certain overlap between the habitual practice of British captains regarding Jews and New Christians and the more anomalous (and apparently more noble) behavior of one Captain Stepney, commander of the H.M.S. *Litchfield*, who was arrested in 1749 for giving sanctuary to Portuguese runaway slaves. The incident provoked outrage on the part of the Factory and the British government, though not (unsurprisingly) for humanitarian reasons. Rather, at issue was the fact that British warships and packet boats were legally immune from the type of summary search—hence their usefulness in illicitly-transporting gold—that had occasioned Stepney's arrest. So too, British subjects were immune from arrest by Portuguese authorities except in extremely serious cases or when caught "red handed" in the commission of a crime (which, naturally, the Portuguese maintained was the case here). The failure of the British community's judge conservator to intervene on Stepney's behalf produced demands from the Factory and for his immediate dismissal, as well as to his being branded an "unscrupulous and ambitious man of low birth" by the British envoy (Castres). Whitehall's position, meanwhile, was that such an affront to British sovereignty was not to be endured; naturally, however, any and all "atrocious malefactors" who sought sanctuary in British ships would be surrendered to the Portuguese "upon proper and decent application" (Bedford).

So too, the regional politics of slavery were a complicated affair. While the Portuguese practice of enslaving North African Muslims had declined (though not ended) with the ascendance of the Sub-Saharan Atlantic slave trade, North African Muslims continued to take Christians from captured European ships whom, depending on the captive's means, they ransomed

---

<sup>19</sup> On the English relationship with New Christians and crypto-Jews in their Atlantic commercial system (which was generally more tolerant, but hardly benevolent) see Snyder.

or kept as slaves in houses or on galleys (Galenson; Colley). The British State Papers for Portugal are full of correspondence regarding negotiations for the release of British captives and slaves from the North African "Sally Corsairs", as well as discussions with the Portuguese regarding the repatriation of recovered slaves from one nation or the other. In the context of such "white slavery", the question of racial politics and identity vis-à-vis African slaveholding emerges as another fascinating potential line of inquiry. This essay has not expressly attempted to tackle the extremely complex and controversial question of race in the era of the early-modern slave trade. Sweet, for his part, argues that the Portuguese, in pioneering the European Atlantic slave trade, absorbed and redeployed racist ideas of black Africans from the Islamic world (Iberian Roots). In turn, he argues, the Portuguese and Spanish exchanged "ideas about race and slavery with their English counterparts in the Atlantic world, ultimately creating broadly conceived 'European' or even 'white' identities" (Spanish and Portuguese Influences 1-2). William Philips, on the other hand, takes a more cautious line, noting that simply posing apparently straightforward questions about racism in medieval and early modern Iberia "gives rise to many others, and we risk falling into the abysses of anachronism if we apply contemporary definitions of racism to the distant past" (150). For our part, it seems evident that, pitfalls of anachronism notwithstanding, an implicit hierarchy based on a loose matrix of skin color, origin, and religion existed among the British in early modern Portugal. One need only read British diplomats complaining of being made to suffer "all the consequences of arbitrary government that the King of Portugal's own subjects do, who are greater slaves than the Moors" ("Tyrawly to Newcastle" [1730]) or of the Portuguese religious authorities treating British subjects "as if they were Negro slaves" (Worsley) to suspect that a deeper and more static concept of hierarchy existed among Britons abroad than, say, the mere internationalization of the British class system as proposed by David Cannadine (3-10).

Even so, and by way of conclusion, we should acknowledge the other chief implication of Tyrawly's comment above: that within the British continuum of liberty and natural rights, the Portuguese resided well below the British themselves (though we will assume a characteristic hyperbole on Tyrawly's part in placing them below the Moors). Samuel Johnson once asked, "how is it that we hear the loudest yelps for liberty from the drivers of Negroes?" (quoted in Kolchin 553). The comment was directed at the North American revolutionaries, but it certainly

applies to the British in Portugal. Their correspondence with the British state from the mid-seventeenth to the early-nineteenth centuries comprises an almost uninterrupted litany of complaint against perceived insults to their cherished “privileges” and liberties. Yet such liberties, when backed by the leverage of the British state, in fact placed them comfortably atop a quasi-imperial mound, a situation Charles Boxer has aptly compared to “that enjoyed by the Western powers in the Treaty Ports of China between 1840 and 1900” (Second Thoughts 24). Within Britain’s broader commercial system, the merchants of the Portugal trade were, furthermore, proud of being among the first to break free of the once-ubiquitous chartered monopolies by pushing legislation through parliament in 1605 that effectively destroyed the Spanish Company and opened Iberia up to a “free trade” (Croft). Such traditions of liberty, and the jealousy with which they were guarded, were no doubt what Benjamin Keene, envoy at Lisbon in the 1740s, had in mind when he called the British commercial establishment at Lisbon a “jolly free Factory” (quoted in Lodge 211). The rarified airs emitted by the early modern Anglo-Portuguese factories were, to be sure, altogether too lofty to countenance the word slavery; they were not, however, at all above its practice.

## WORKS CITED

- Bedford, Duke of (John Russell). “Duke of Bedford to A. Castres,” June 13, 1749. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/47/14,” ff. 31-32.
- Blackburn, Robin. *The Making of New World Slavery: From the Baroque to the Modern, 1492-1800*. London: Verso, 1998.
- Boxer, C. R. “Brazilian Gold and British Traders in the First Half of the Eighteenth Century.” *The Hispanic American Historical Review* 49, no. 3 (August 1, 1969): 454-742.
- . “Lord Tyrawly in Lisbon, 1728-41.” *History Today* 20, no. 11 (November 1, 1970): 791-798.
- . “Second Thoughts on the Anglo-Portuguese Alliance, 1661-1808.” *History Today* 36, no. 6 (June 1, 1986): 22-26.
- Branco, Camillo Castello. *O Vinho do Porto: Processo d’uma Bestialidade Ingleza*. Porto: Libreria Chardron, 1903.
- Burnard, Trevor. “Powerless Masters: The Curious Decline of Jamaican Sugar Planters in the Foundational Period of British Abolitionism.” *Slavery & Abolition* 32, no. 2 (June 2011): 185-198.
- Burnett, Thomas. “Thomas Burnett to the Duke of Newcastle,” September 16, 1727. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/34/137, f. 258.
- Byrd, Alexander X. *Captives and Voyagers: Black Migrants Across the*



- Eighteenth-Century British Atlantic World*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.
- Cannadine, David. *Ornamentalism: How the British Saw Their Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Cañizares-Esguerra, Jorge, Matt Childs, and James Sidbury, eds. *The Black Urban Atlantic in the Age of the Slave Trade*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- Castres, Abraham. "A. Castres to R. N. Aldworth" May 23, 1749. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/47, ff. 7-8.
- Colley, Linda. *Captives: Britain, Empire and the World, 1600-1850*. New York: Anchor Books, 2004.
- Compton, Charles. "Charles Compton to the Duke of Newcastle," June 9, 1736. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/39, ff. 65-66.
- Cornish, Thomas. "Grievances of our English Nation in this port of Belem," Sept. 7, 1676. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/13, ff. 200-201.
- Croft, Pauline. "Free Trade and the House of Commons, 1605-6," *The Economic History Review* 28/1 (Feb., 1975): 21-2.
- Crowle, George. "G. Crowle to C. Amyand," November 5, 1752. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/49/42, f. 85.
- Disney, A.R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Dixon, Lorraine. "The Nature of Black Presence in England Before the Abolition of Slavery." *Black Theology: An International Journal* 5, no. 2 (July 2007): 171-83.
- Galenson, David W. *White Servitude and the Growth of Black Slavery in Colonial America*. Center for Mathematical Studies in Business and Economics, Report 8023. Dept. of Economics and Graduate School of Business, University of Chicago, 1980.
- Gilroy, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- Gonçalves, Maria Guilhermina Bessa. *A Comunidade Britânica no Porto: Inter-Relações Históricas, Económicas, Culturais e Educativas*. Porto: Afrontamento, 2002.
- Green, Toby. "Building Slavery in the Atlantic World: Atlantic Connections and the Changing Institution of Slavery in Cabo Verde, Fifteenth-Sixteenth Centuries." *Slavery & Abolition* 32, no. 2 (June 2011): 227-45.
- Greenfield, Sydney M. "Plantations, Sugar Cane and Slavery." *Historical Reflections / Réflexions Historiques* 6, no. 1 (July 1, 1979): 85-119.
- Guzman de Silva, Diego. "Guzman de Silva to the King [Philip II]," Feb. 4, 1566 (no. 366). *Calendar of State Papers, Relating to English Affairs Preserved Principally in the Archives of Simancas. Volume 1, Elizabeth, 1558-1567*. Ed. Martin A.S. Hume. London: Her Majesty's Stationery Office, 1892. Pp. 517-523.

- "Estimates". *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Accessed on August 25, 2014. <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>>.
- Fisher, H.E.S. *The Portugal Trade: A Study of Anglo-Portuguese Commerce 1700-1770*. London: Methuen & Co, 1971.
- Habib, Imtiaz H. *Black Lives in the English Archives, 1500-1677: Imprints of the Invisible*. Aldershot: Ashgate, 2008.
- Hart, John. "Governor Hart to the Council of Trade and Plantations," Antigua, Dec. 24, 1724. *Calendar of State Papers, Colonial Series, America and the West Indies, Vol. 34: America and the West Indies*. Ed. Cecil Headlam. London: His Majesty's Stationery Office, 1936. Pp. 284-286.
- Hutchinson, Thomas. "Thomas Hutchinson to the Earl of Dartmouth," April 23, 1773. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/75/13, ff. 41-2.
- Jernegan, Marcus W. "Slavery and Conversion in the American Colonies." *The American Historical Review* 21, no. 3 (April 1, 1916): 504-27.
- Kaufmann, Miranda. "Caspar Van Senden, Sir Thomas Sherley and the 'Blackamoor' Project." *Historical Research* 81, no. 212 (May 2008): 366-371.
- . "English Common Law, Slavery and". *Encyclopaedia of Blacks in European History and Culture Vol. I*. Ed. Eric Martone. Westport, CT: Greenwood Press, 2009. Pp. 200-203. Available online at <[www.mirandakaufmann.com/common-law.html](http://www.mirandakaufmann.com/common-law.html)>. Accessed on September 12, 2013.
- Kolchin, Peter. "Introduction: Variations of Slavery in the Atlantic World." *The William and Mary Quarterly* 59, no. 3 (July 1, 2002): 551-554.
- Laurens, Henry. *The Papers of Henry Laurens, Vol. III: Jan. 1, 1759-Aug. 31, 1763*. Columbia: University of South Carolina Press, 1972.
- . *The Papers of Henry Laurens, Vol. IV: Sept. 1, 1763-Aug. 31, 1765*. Columbia: University of South Carolina Press, 1974.
- . *The Papers of Henry Laurens, Vol. V: Sept. 1, 1765-July 31, 1768*. Columbia: University of South Carolina Press, 1976.
- . *The Papers of Henry Laurens, Vol. VI: Aug. 1, 1768-July 31, 1769*. Columbia: University of South Carolina Press, 1978.
- Leyborne, William. "Will of William Leyborne, Merchant of London," March 1, 1751. *The National Archive of the UK*, Kew. PROB 11/786/175, ff. 260-264.
- Lisbon Factory Marriages, Baptisms & Burials, 1721-1807. *London Metropolitan Archives*. Ms 31787.
- Lisbon Factory Register, 1721-1793. *London Metropolitan Archives*. GL Ms 10446/1.
- Lloyd, Mr. "Council of Trade and Plantations to the Earl of Sunderland." Jan. 5, 1709. *Calendar of State Papers Colonial, America and West Indies Vol. 24: 1708-1709*. Ed. Cecil Headlam. Longman, Green, Longman &



- Roberts, 1922. P. 193. Available online at: <<http://www.british-history.ac.uk/source.aspx?pubid=783>>. Accessed on September 7, 2013.
- Lodge, Sir Richard. "The English Factory at Lisbon: Some Chapters in Its History." *Transactions of the Royal Historical Society* 16 (December 1933): 211-247.
- Lydon, James G. *Fish and Flour for Gold, 1600-1800: Southern Europe in the Colonial Balance of Payments*. Philadelphia: Library Company of Philadelphia, 2008.
- Maxwell, Kenneth. *Pombal: Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Maynard, Thomas. "Consul Maynard to Lord Arlington," April 13, 1670. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/10, ff. 204-205.
- . "Consul Maynard to Lord Arlington," October 15, 1671. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/11, ff. 227-228.
- . "Consul Maynard to Sir Leoline Jenkins," August 1, 1683. *The National Archive of the UK*, Kew, SP 89/15, ff. 211-212.
- . "Consul Maynard's certificate 'to whom it may concern' on the Inquisition's seizure of an English-owned Negro lad, John Aduel..." October 5, 1671. *The National Archive of the UK*, Kew, SP 89/11, ff. 220-221.
- Molineux, Catherine. "Hogarth's Fashionable Slaves: Moral Corruption in Eighteenth-Century London." *ELH* 72, no. 2 (July 1, 2005): 495-520.
- Moore, Jason. "Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the 'First' Sixteenth Century," *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center* 32, No. 4 (2009): 345-390.
- Morgan, Kenneth. *Slavery and the British Empire : From Africa to America*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- Morgan, Philip D. "Maritime Slavery." *Slavery & Abolition* 31, no. 3 (September 2010): 311-326.
- Nogueira Da Silva, Cristina, and Keila Grinberg. "Soil Free from Slaves: Slave Law in Late Eighteenth- and Early Nineteenth-Century Portugal." *Slavery & Abolition* 32, no. 3 (September 2011): 431-46.
- Oporto Factory Chaplain's Memoranda, 1716-1789. *London Metropolitan Archives*, GL Ms 10446A.
- "Oporto Merchants, Grievances," March 9, 1715. Journal Book Q, *Journals of the Board of Trade and Plantations, Volume 2: February 1709 – March 1715*. Ed. E. G. Atkinson. London: His Majesty's Stationery Office, 1925. P. 618. Available online at: <<http://www.british-history.ac.uk/source.aspx?pubid=870>> Accessed on August 25, 2014.
- Ortigão, José Duarte Ramalho. *John Bull: depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização inglesa*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1887.
- Page, John. "Will of John Page, Merchant, City of Porto, Kingdom of Portugal," November 8, 1771. *The National Archive of the UK*, Kew. PROB 11/972, ff. 276-8.

- Paley, Ruth. "Imperial Politics and English Law: The Many Contexts of Somerset." *Law and History Review* 24 (October 1, 2006): 659-664.
- Paley, Ruth, Cristina Malcolmson, and Michael Hunter. "Parliament and Slavery, 1660-c.1710." *Slavery & Abolition* 31, no. 2 (June 2010): 257-281.
- Parry, Francis. "Francis Parry to Joseph Williamson," October 17, 1671. "The National Archive of the UK, Kew. SP 89/11," ff. 229-230.
- Petley, Christer. "Gluttony, Excess, and the Fall of the Planter Class in the British Caribbean." *Atlantic Studies* 9, no. 1 (2012): 85-106.
- Phillips Jr., William D. *Slavery in Medieval and Early Modern Iberia*. University of Pennsylvania Press, 2013.
- The Priviledges of an Englishman, in the Kingdoms and Dominions of Portugal Contained in the Peace Treaty Concluded by Oliver Cromwell*. London, 1759.
- "Processo de Carlos," March 18, 1734. Inquisição de Lisboa, *Arquivo Nacional Torre Do Tombo*. PT/TT/TSO-IL/028/06600. Available online at: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2306657>>. Accessed on April 1, 2014.
- "Processo de Cesário," June 14, 1736. Inquisição de Coimbra, *Arquivo Nacional Torre Do Tombo*, PT/TT/TSO-IC/025/05393.
- "Processo de Luís de Lima," September 13, 1729. Inquisição de Coimbra, *Arquivo Nacional Torre Do Tombo*. PT/TT/TSO-IC/025/01630.
- "Processo de Tomás," December 5, 1732. Inquisição de Lisboa, *Arquivo Nacional Torre Do Tombo*. PT/TT/TSO-IL/028/11970. Available online at: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2312170>>. Accessed on April 1, 2014.
- Rabin, Dana. "'In a Country of Liberty?': Slavery, Villeinage and the Making of Whiteness in the Somerset Case (1772)." *History Workshop Journal* 72, no. 1 (October 2011): 5-29.
- Russell-Wood, A.J.R. "Iberian Expansion and the Issue of Black Slavery: Changing Portuguese Attitudes, 1440-1770." *American Historical Review* 83, no. 1 (February 1978): 16-42.
- Saraiva, António José. *The Marrano Factory: The Portuguese Inquisition and Its New Christians 1536-1765*. Leiden: Brill, 2001.
- Saunders, A.C. de C.M. *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- Schneider, Susan. "The General Company of the Cultivation of the Vine of the Upper Douro, 1756-1777: A Case Study of the Marquis of Pombal's Economic Reform Program." Unpublished PhD Dissertation, University of Texas, 1970.
- Seibert, Gerhardt. "Creolization and Creole Communities in the Portuguese Atlantic. São Tomé, Cape Verde and the Rivers of Guinea in Comparison." In *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-Colonial Western Africa*. Ed. Toby Green. Oxford: Oxford University Press for The British Academy: 29-51.

- Sellers, Charles. *Oporto Old and New*. London: Howard & Jones, 1899.
- Shaw, L. M. E. *The Anglo-Portuguese Alliance and the English Merchants in Portugal, 1654-1810*. Aldershot: Ashgate, 1998.
- Shepherd, James F. "Commodity Exports from the British North American Colonies to Overseas Areas, 1768-1772: Magnitudes and Patterns of Trade." *Explorations in Economic History* 8, no. 1 (1970): 5-76.
- Shillington, Violet Mary, and Annie Beatrice Wallis Chapman. *The Commercial Relations of England and Portugal*. New York: Burt Franklin, 1970 [1907].
- Snyder, Holly. "English Markets, Jewish Merchants, and Atlantic Endeavors: Jews and the Making of British Trans-Atlantic Commercial Culture, 1650-1800. In *Atlantic Diasporas: Jews, Conversos, and Crypto-Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800*. Ed. Richard L. Kagan and Philip D. Moran. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009. Pp. 50-74.
- Soyer, François. "Muslim Slaves and Freedmen in Medieval Portugal." *Al-Qantara: Revista de Estudios Arabes* 28, no. 2 (2007): 489-516.
- Sturton, Thomas. "Will of Thomas Sturton, Merchant of Lisbon," August 13, 1777. *The National Archive of the UK*, Kew. PROB 11/1034/69," ff. 192-193.
- Sweet, James Hoke. "The Iberian Roots of American Racist Thought." *The William and Mary Quarterly* 54, no. 1 (January 1, 1997): 143-66.
- . "The Hidden Histories of African Lisbon." In *The Black Urban Atlantic in the Age of the Slave Trade*. Ed. Jorge Cañizares-Esguerra, Matt Childs, and James Sidbury. *The Black Urban Atlantic in the Age of the Slave Trade*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013. Pp. 233-247.
- . *Recreating Africa: Culture, Kinship, and Religion in the African-Portuguese World, 1441-1770*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.
- . "Slaves, Convicts, and Exiles: African Travellers in the Portuguese Atlantic World, 1720-1750." In *Bridging the Early Modern Atlantic World : People, Products, and Practices on the Move*. Ed. Caroline A. Williams. Farnham: Ashgate, 2009. Pp. 193-202.
- . "Spanish and Portuguese Influences on Racial Slavery in British North America, 1492-1619." Conference Paper: "Collective Degradation: Slavery and Race," November 7-8, 2003. *Proceedings of the Fifth Annual Gilder Lehrman Center International Conference at Yale University*. New Haven, Connecticut, Accessed on Sept. 5, 2013. <<http://www.yale.edu/glc/events/race/Sweet.pdf>>.
- Sweet, James H., and Tejumola Olaniyan, eds. *The African Diaspora and the Disciplines*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.
- Tyrawly, Lord (James O'Hara, Baron Kilmaine). "Lord Tyrawly to Duke of Newcastle," June 15, 1730. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/37, ff. 36-37.

- \_\_\_ . "Lord Tyrawly to Duke of Newcastle," September 26, 1732. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/37, ff. 207-208.
- \_\_\_ . "Lord Tyrawly to Duke of Newcastle," June 6, 1743. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/37, ff. 181-182.
- \_\_\_ . "Lord Tyrawly to Duke of Newcastle," April 16, 1752. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/48, ff. 51-52.
- Vallance, Edward. "Reborn John?: The Eighteenth-Century Afterlife of John Lilburne". *History Workshop Journal* 74 (Autumn, 2012): 1-26.
- Van Cleve, George. "Somerset's Case and Its Antecedents in Imperial Perspective". *Law and History Review* 24 (2006): 601.
- Vieira, Alberto. "The Sugar Economy of Madeira and the Canaries, 1450-1650," in Stuart B. Schwartz ed., *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011: 42-83.
- Vogt, James L. "The Lisbon Slave House and African Trade, 1486-1521." *Proceedings of the American Philosophical Society* 117, no. 1 (January 1973): 1-16.
- Walpole, Robert. Letters and Papers from Robert Walpole, January 4-December 9, 1792. *The National Archive of the UK*, Kew. FO 63/15.
- Warden, Sarah. "Will of Sarah Warden, Spinster of Lisbon," June 21, 1804. *The National Archive of the UK*, Kew. PROB 11/1411/19, ff. 2-3.
- Webster, Jane. "The Zong in the Context of the Eighteenth-Century Slave Trade." *Journal of Legal History* 28, no. 3 (December 2007): 285-98.
- Worsley, Henry. "Henry Worsley to Diogo de Mendonça Corte-Real," Madeira, June 7, 1721. *The National Archive of the UK*, Kew. SP 89/29, ff. 99-100.



## WILLIAM ELSDEN – IMPORTÂNCIA DOS SEUS “RISCOS DAS OBRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA”. ELEMENTOS INÉDITOS SOBRE A SUA VIDA E ACTIVIDADE

*Matilde Sousa Franco*  
*Sócia da Academia Portuguesa da História*  
*e da Academia Nacional de Belas-Artes*

### **1. Elsdén e Coimbra Património Mundial da Humanidade**

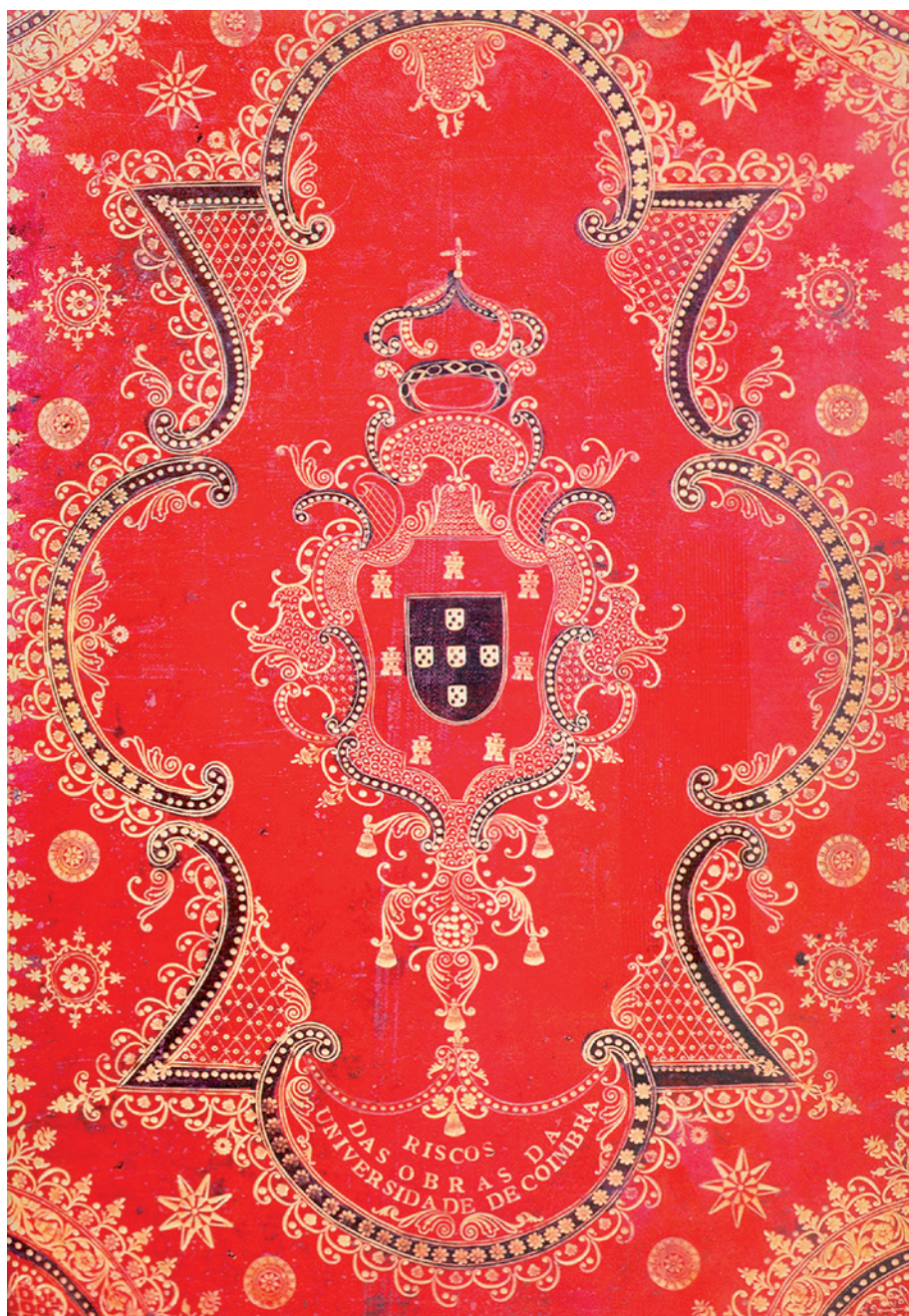
Foram fundamentais na valorização da Universidade de Coimbra, aquando da Reforma Pombalina, as intervenções arquitectónicas e artísticas de William Elsdén, assim com o foram na sua defesa, aquando do reinado de D. Maria I, desenhos que fez para essas obras. Estes desenhos foram então compilados no “mais opulento” (Pimentel 279) e “sumptuoso álbum” (286), intitulado “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra”, com manuscrito de D. Francisco de Lemos, que integralmente revelei em 1982<sup>1</sup> e publiquei em 1983, em fac-simile, com memória servindo de introdução (Franco, “Riscos das Obras”).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Matilde Sousa Franco, “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra – o valioso álbum da Reforma Pombalina”. Estudo servindo de introdução à edição fac-similada “Estabelecimentos fundados na Universidade de Coimbra por Ordem de S. Mag.<sup>e</sup> que Deos tem, para as Observações, Experiencias, e Demonstrações das Sciencias Naturaes e Para a Tipographia Academica; Restabelecimento do Collegio das Artes; e concertos, reparos, e comunicação interior dos Paços Reaes das Escolas”, manuscrito datado “Lisboa, o 1.º de Setembro de 1777”, assinado por Francisco Bispo Reformador Reitor (D. Francisco de Lemos), e acompanhado por trinta desenhos dessas obras, quase todos assinados por Elsdén. Edição do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra, 1983. Na página 4, nota 6, registei que revelei este volume em 1981, e em 1982 mostrei-o integralmente ao público, com a apresentação das fotografias das plantas que publiquei em 1983.

<sup>2</sup> V. Figura em anexo com reprodução de parte da bela encadernação da capa em





Parte da Capa Original de “Riscos da Obras da Universidade de Coimbra”

A qualidade da direcção de Elsdén nessas obras (de 1772 a 1779), apesar de hoje naturalmente haver diferentes conceitos de reutilização de património cultural, foi importante na classificação da Universidade de Coimbra como Património Mundial da Humanidade, feita pela UNESCO em 2013 e com imediatos e esperados benefícios para a “Lusa Atenas”. Permita-se-me que anote que esta classificação foi o culminar de um processo de pedido de classificação, o primeiro em Portugal, que fiz em 17 de Março de 1982, integrado no Programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos”, promovido pelo Museu Nacional de Machado de Castro em 1981/1983 (Franco, “O Programa” 10-11; *Quatro Anos na Direcção* 63), instituição de que então eu era directora.

## **2. Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra. O Bispo Reformador Reitor D. Francisco de Lemos**

A Reforma Pombalina da Universidade iniciou-se, de facto, no Verão de 1772, mas teve antes, e durante décadas, contributos de, por exemplo, Luís António Verney, António Ribeiro Sanches, Jacob de Castro Sarmento, D. Luís da Cunha.

Em 1771, a apresentação a D. José I, pela Junta da Providência Literária, do “Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra” abria o caminho para a sua “Nova Fundação”, com profundas alterações. No dizer de António Filipe Pimentel: “A drástica intervenção tinha por finalidade construir, sobre a antiga malha corporativa de imunidades e privilégios imemoriais, uma instituição de ensino moderna e esclarecida, desde logo mas, principalmente, submissa administrativa e pedagogicamente à estratégia de Estado superiormente determinada. Uma Universidade Real, na hábil designação oportunamente formulada” (265).

Em 28 de Agosto de 1772, o rei assina a “Carta de Roboração” dos novos Estatutos e ordena a deslocação do Marquês de Pombal a Coimbra, com a finalidade de os fazer publicar. Em 11 de Setembro, o rei concede a D. Francisco de Lemos o “cargo de Reformador da Universidade, para servir igualmente com o de Reitor por tempo de três anos, cargo em que o marquês o viria a empossar aquando da sua estada na cidade mondegua”,

---

chagrin vermelho, integralmente trabalhada a ferros dourados em estilo *rocaille*, com brasão de armas reais ao centro.



como escreve Regina Anacleto (“Universidade de Coimbra” 1).<sup>3</sup>

Para ajudar o leitor menos conhecedor da Reforma Pombalina universitária, já em 1983 tive a preocupação de dar alguns elementos (Franco, “Riscos das Obras”), agora acrescidos.

D. Francisco de Lemos, de seu nome completo Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, nasceu no Brasil em 5 de Abril de 1735 e doutorou-se em Cânones na Universidade de Coimbra, em 1754. Homem culto e aderente ao espírito do Iluminismo, foi dos principais elementos da Junta da Providência Literária que reformou a Universidade e o melhor colaborador do Marquês de Pombal nessa reforma. Teve, entre outros cargos, o de deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e seu distrito, deputado ordinário do Tribunal da Real Mesa Censória para o exame e censura dos livros, desembargador da Casa Suplicação, vigário capitular da diocese de Coimbra (depois da saída do Bispo D. Miguel da Anunciação para a prisão, em 1768), Reitor da Universidade, pela primeira vez em 1770 e até 1779 e desde 1772 também Reformador-Visitador da Universidade; foi Reitor pela segunda vez em 1799 e até 1821, quando se demitiu.

Por carta régia de 28-IX-1773 foi apresentado como co-adjutor e futuro sucessor do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação, tendo sido confirmado por Clemente XIV, em 13-IV-1774, com o título de Bispo de Zenópolis. Com a morte de D. Miguel da Anunciação, ascendeu, em Outubro de 1779, a Bispo titular de Coimbra, tendo então deixado o cargo de reitor. É natural que residisse no Paço Episcopal (no edifício onde, desde 1911, se instalou o Museu Nacional de Machado de Castro) desde 1773, exceptuando o período em que esteve suspenso, de Agosto de 1777 a Outubro de 1779, e aí faleceu, em 16 de Abril de 1822.

O Marquês de Pombal deslocou-se a Coimbra na situação de “Lugar-Tenente del-Rei com jurisdição exclusiva e ilimitada”, tendo permanecido mais de um mês (de 22 de Setembro a 24 de Outubro de 1772), alojado no Paço Episcopal, e esta visita “pelo brilho de que se revestiu bem pôde considerar-se de régia” (Serrão 74). Nas palavras de Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida: “Ficava, pois, não só autorizada a nova reforma da Universidade mas também revestida de suma dignidade” (97).

---

<sup>3</sup> Reconhecidamente, agradeço à Prof.<sup>a</sup> Doutora Regina Anacleto os elementos que agora me deu.

### 3. Os Novos Estabelecimentos Universitários

Os novos estabelecimentos universitários estão descritos no texto do referido álbum que revelei em 1981, publiquei em 1983 e cujo título é “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra”. D. Francisco de Lemos intitulou o seu texto aí contido “Estabelecimentos fundados na Universidade de Coimbra por Ordem de S. Mag.<sup>e</sup> que Deos tem, para as Observações, Experiencias, e Demonstrações das Sciencias Naturaes e para a Tipographia Academica; Restabelecimento do Collegio das Artes; e concertos, reparos e comunicação interior dos Paços Reaes das Escolas” (Franco, “Riscos das Obras”)<sup>4</sup>, o qual é datado do 1.º de Setembro de 1777, ilustrado com desenhos de Elsdén, e penso ter sido um importante manuscrito persuasor junto da rainha D. Maria I na defesa da reforma da Universidade de Coimbra, conforme adiante explicarei.

Um outro manuscrito (Braga), maior e sem ilustrações, sendo ambos datados de Setembro de 1777, foi revelado cerca de noventa anos antes, em 1894, por Teófilo Braga, na Academia das Ciências de Lisboa. Trata-se do texto de D. Francisco de Lemos “Relação Geral do estado da Universidade de Coimbra, desde o princípio da Nova Reformação até ao Mez de Setembro de 1777, para ser presente à Rainha Nossa Senhora pelo seu Ministro e Secretario de Estado da Repartição dos Negocios do Reyno, o Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Visconde de Villa Nova da Cerveira, dado pelo Bispo de Zenopole Coadjutor e futuro Successor do Bispado de Coimbra, e actual Reformador e Reytor da mesma Universidade”.

Em 1772, procurava-se reformar (Trindade 52-57; Berkeley e Lowndes; Craveiro, “Guilherme Elsdén” 503-519; Anacleto, “O Architecto José do Couto em Terras” 651-661), principalmente, as faculdades de Matemática, de Filosofia e de Medicina, com edifícios em cinco locais da Alta de Coimbra: a) Antigos Colégios da Companhia de Jesus, incorporados na Coroa após a expulsão dos Jesuítas em 1759, para aí se instalarem o Hospital, o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico, ligados à Faculdade Médica; o Laboratório Químico, os Gabinetes de Física Experimental e de História Natural, ligados à Faculdade Filosófica. No final de 1775, estas obras estariam quase concluídas; b) No centro nevrálgico da Universidade: abertura de uma segunda livraria e remodelação dos Gerais; c) Na área

---

<sup>4</sup> Vide nota 1.

do castelo, sensivelmente ao cimo da Couraça de Lisboa, implantação do Observatório Astronómico (novo estabelecimento da Faculdade de Matemática), o qual em 1777 só tinha construído o 1.º piso, e a obra não teve continuidade; d) Imprensa Académica, no claustro da Sé Velha; e) Jardim Botânico, em parte da cerca do Colégio de S. Bento. O ensino da Botânica e a própria Medicina necessitavam dum espaço experimental, que conjuntamente com o Observatório, o Museu de História Natural, o Gabinete de Física e o Laboratório Químico constituíssem o “Theatro da Natureza” a que se referia D. Francisco de Lemos em carta dirigida ao Marquês de Pombal em 1772. Projectou-se um Jardim Botânico delineado com grandeza, a qual foi criticada por Pombal, por ofício de 5 de Outubro de 1773, mandando refazer o plano e especificando que pretende um “Jardim de Estudo de rapazes, e não de ostentação de Príncipes, ou de particulares” (Franco, “Riscos das Obras” 6).

#### **4. Sé Nova. Paço Episcopal (Edifício do Museu Nacional de Machado de Castro) com Azulejos Inspirados em Desenhos de Elsdén**

A Igreja do Colégio dos Jesuítas, e parte do edifício anexo, foi entregue ao Cabido da Sé. Em 1772, a sede catedralícia foi transferida do templo românico, que então se passou a chamar Sé Velha, para a igreja jesuítica, desde então designada por Sé Nova.

É interessante referir que, dos 30 desenhos contidos no álbum “Riscos da Obras ...”, o Marquês de Pombal apenas assinou o da “Elevação Geométrica do Cabido da Sé”, o qual está datado de 1773 e assinado por William Elsdén, que fez questão de aí se identificar como Tenente-coronel e Director das Obras da Universidade de Coimbra.

É também interessante mencionar que este é um dos seis desenhos desse álbum que vão inspirar os seis notáveis painéis maiores de azulejos únicos feitos para o Paço Episcopal e de fabrico conimbricense.

Dentro do surto industrial pombalino, D. Francisco de Lemos criou em Coimbra uma fábrica (Franco, “Riscos das Obras” 6) que produziu telhas, tijolos e azulejos, mas que é conhecida apenas por “Nova Fábrica de Telha Vidrada”, Fábrica da Rua João Cabreira, Fábrica de Telhas ou das Telhas. Em 15 de Julho de 1773, o Marquês de Pombal escreveu ao Bispo Reformador Reitor elogiando-o pela nova fábrica, útil para as obras reais e as dos particulares.

A fábrica terá encerrado em 1789, e são do seu fabrico

designadamente os mencionados azulejos que reproduzem desenhos de Elsdén.

Em 1981, na conferência que intitulei “Da Cerâmica Coimbra – uns Notáveis Azulejos do Museu Nacional de Machado de Castro” (Franco 53-60) chamei a atenção para a sala<sup>5</sup> onde estavam colocados nas paredes “nove painéis de azulejos, seis dos quais directamente inspirados nos desenhos de William Elsdén para os edifícios da Reforma Pombalina, contidos no álbum “Riscos das Obras da Universidade Coimbra ...”.

Estes seis painéis maiores de azulejos são inspirados nos seguintes desenhos de William Elsdén (Franco, “Da Cerâmica Coimbra” 60), de que se indica a numeração contida no álbum “Riscos das Obras da Universidade Coimbra ...”.

Assim, a designada planta n.º IV do álbum representa a “Elevação Geométrica do Edifício destinado para as Sciencias Naturaes – lado principal”. Este desenho é assinado por William Elsdén e Manuel de Sousa Ramos, Ajudante.

A planta n.º V representa o “Prospecto da obra nova do Museu, e edificio velho do Hospital na frente do lado septentrional” e é assinado, além de, evidentemente, pelo director das obras, pelo ajudante engenheiro Teodoro Marques Pereira da Silva.

A planta n.º VII intitula-se “Spaccato cortado pelo meio de todo o edificio, e olhando para a frente principal”, no desenho do qual Elsdén teve como ajudante Manuel de Sousa Ramos.

A planta n.º XI designa-se “Elevação Geométrica do Laboratório Chymico. Lado principal”, e nesta, Elsdén teve como ajudante Ricardo Franco de Almeida Serra.

---

<sup>5</sup> A sala, no andar nobre, era há anos uma arrecadação quando, em 1980, tomei posse do lugar de directora do Museu Nacional de Machado de Castro. Em 1981 abri a sala ao público e várias vezes chamei a atenção para o valor desses azulejos, apesar de não estarem colocados na sala original, concordando com o defendido pelo Eng.º Santos Simões: “Seria muito de louvar que essa sala fosse reintegrada, dignificada e aberta ao público, com o elementar cuidado de não ofender ou ocultar os azulejos” (Simões 138). Defendi isto mesmo designadamente na mencionada conferência de 1981 (“Da Cerâmica Coimbra”) e em 1983 no texto “Riscos das Obras da Universidade...”, páginas 4 e 6. No entanto, entre Junho de 1984, quando consegui a transferência para directora do Palácio Nacional de Sintra, e 1986, quando Maria José Sampaio me sucedeu como directora do museu conimbricense, os painéis de azulejos foram todos arrancados das paredes, alguns deles montados autonomamente e a sala destinada a biblioteca. Alexandre Nobre Pais, António Pacheco, João Coroadó (*Cerâmica de Coimbra. Do Século XVI-XX*) apenas referem a existência de quatro destes painéis de azulejos representando os edifícios pombalinos, inspirados nos desenhos de William Elsdén. Em Junho de 2014, contactei Ana Alcoforado, actual directora do Museu Nacional de Machado de Castro, a qual amavelmente me encaminhou para o conservador António Pacheco, que me informou faltarem os painéis de azulejos correspondentes às plantas/desenhos n.º V e n.º VII do álbum “Riscos das Obras”.

Na planta n.º XIX, feita com a ajuda de Teodoro Marques Pereira da Silva, representa-se a “Elevação Geométrica da frente principal do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra”.

Finalmente, a planta n.º XXVIII, com a data de 1773, representa a Elevação Geométrica do Cabido da Sé.

Já no final do séc. XIX (Franco, “Da Cerâmica Coimbrã” 56-58) se reconhece grande valor a estes azulejos e, conforme escreve o articulista que julgo ser Teixeira de Carvalho: “Estes azulejos deviam ser conservados, em sítio bem evidente, em lugar de honra, mandava-o o interesse da historia, exigia-o o respeito que em toda a parte se tem pelos que em vida honraram o seu nome trabalhando em bem da pátria, em bem da sciencia”.

Penso que estes azulejos, baseados em “riscos” de Elsdén, foram mandados fazer por D. Francisco de Lemos para o seu Paço Episcopal (talvez em 1779, quando voltou a residir no Paço Episcopal) e evocam o inestimável contributo do Bispo Reformador Reitor, não só para a Reforma Pombalina da Universidade (de 1772 a 1777), mas também para a sua defesa e salvação após a morte do rei D. José e logo em 1777, como vamos agora analisar melhor.

## **5. Os Dois Volumes de Manuscritos de D. Francisco de Lemos que Salvaram a Universidade de Coimbra em 1777: “Relação Geral...” e “Riscos das Obras”, Ilustrado com 30 Desenhos de Elsdén ou Feitos sob a sua Direcção**

O Rei D. José I morreu em 24 de Fevereiro de 1777. Três dias antes mandara que o Bispo D. Miguel da Anunciação fosse libertado do Forte da Junqueira, tendo a ordem sido executada logo no dia 25. A Rainha D. Maria I enviou, em 7 de Julho, ao ex-prisioneiro prelado de Coimbra uma carta congratulatória, e este Bispo entrou em Coimbra em 22 de Agosto, “no meio de grandes demonstrações de regozijo” (Rodrigues 159), tendo governado a sua diocese até 29 de Agosto de 1779, quando faleceu.

Com a demissão do Marquês de Pombal e a vontade manifestada na “Viradeira” de apagar a sua obra, D. Francisco de Lemos viu-se naturalmente contestado.

O aviso régio de 2 de Outubro de 1775 reconduzira o Reitor Reformador neste cargo por mais três anos, de maneira que, após a morte do rei, lhe competia defender a Reforma da Universidade de Coimbra, e logo em Março de 1777 já se encontrava em Lisboa.

A aclamação de D. Maria I ocorre em 13 de Maio de 1777 e como entretanto D. Francisco de Lemos escutara na Corte

rumores contra a Reforma Pombalina da Universidade, resolve proceder à sua defesa, enquanto a Rainha não ordenasse o contrário.

Assim, em Lisboa durante cerca de seis meses, de Março a Setembro de 1777, D. Francisco de Lemos elaborou dois textos e organizou dois volumes de manuscritos complementares, que agora defendo poderem ser considerados um só livro, “esse livro famoso” nas palavras do dominicano Frei António José da Rocha.

Teófilo Braga (IV) escreve que, no sermão recitado em 22 de Maio de 1822, nas exéquias de D. Francisco de Lemos, Frei António José da Rocha referiu o precioso relatório escrito pelo Bispo Reformador Reitor “narrando a seguinte anedota: Que o Marquez de Ponte de Lima ao entregar ao Reitor Reformador o Principal Castro o valioso relatório lhe dissera: “Leve Vossa Excellencia para a Universidade este livro, que foi quem o salvou da sua ruína”.

Note-se que o aqui mencionado Marquês de Ponte de Lima é o mesmo Visconde de Vila Nova da Cerveira (que em 1790 obteve aquele título e morreu em 1800), a quem, em Setembro de 1777, D. Francisco de Lemos terá entregado os dois volumes para serem presentes à Rainha, como referi atrás no ponto 3 e como aliás, já em 1983, na memória introdutória da publicação do álbum eu sublinhei.

Os inimigos da Reforma Pombalina da Universidade não conseguiram a sua “ruína”, mas conseguiram a destituição de D. Francisco de Lemos do cargo de Reformador Reitor em Outubro de 1779 e a sua substituição pelo Principal Mendonça, a quem em Dezembro de 1785 sucedeu D. Francisco Rafael de Castro, o Principal Castro acima nomeado, que morreu em 1799, quando D. Francisco de Lemos foi Reitor pela segunda vez.

O “livro famoso” de D. Francisco de Lemos, em que se destacam os desenhos de Elsdén, terá sido entregue ao Principal Castro entre 1785 e 1799, e talvez então esta obra tenha ainda contribuído para o regresso de D. Francisco de Lemos às suas funções reitorais. Note-se que em 1785 circulou manuscrito em Coimbra o poema herói-cómico “Reyno da Estupidez”, sátira ao reitor e a alguns lentes da Universidade de Coimbra, atribuído a Francisco de Melo Franco, com colaboração de José Bonifácio de Andrade e Silva, o qual obteve grande êxito.

À procura de mais elementos sobre o acima referido “livro famoso”, li a *Oração Fúnebre* proferida em 1822 pelo Dr. Frei António José da Rocha, lente da Faculdade de Teologia, que evoca que, para defender a Reforma Pombalina, D. Francisco de Lemos usou “esgrimir com denodo armas de todo o genero em defesa e guarda ... Dura ainda hoje esse livro famoso,



superiormente escripto, donde sairão, como de um foco de luz, verdades tão radiantes, argumentos tão victoriosos, que bastarão para confundir, pulverizar n'um momento esses sandeus, que pugnavão por trevas” (Rocha 10). Na Nota 4 da publicação da *Oração Fúnebre*, o autor escreve: “Depois da morte de D. José o novo Ministério pretendeu destruir a Reforma, o que obrigou o Prelado ... a compor e offerecer à Rainha uma extensa Memoria, de que existe cópia entre os seus manuscritos” (Rocha 18). Apenas na Nota 5 se encontra a anedota mencionada por Teófilo Braga, mas o que agora me interessa é que o culto e conhecedor Frei António José da Rocha considera D. Francisco de Lemos ter esgrimido “armas de todo o género” nesse “livro famoso”. Penso que uma “arma” muito eficaz foi a apresentação de desenhos de Elsdén no álbum “Riscos da Obras...”, pois é bem verdade que uma imagem vale mais do que mil palavras e é flagrante a qualidade dos “riscos” do “faustoso volume”.

Em 1822, o Dr. Frei António José da Rocha revela que “dura ainda hoje esse livro famoso”, como vimos.

No entanto, estranhamente, os dois volumes em apreço apareceram mais tarde à venda. Ainda no século XIX, a “Relação Geral...”, tendo o comprador, o português Francisco Ramos Paz, residente no Rio de Janeiro e Governador do Banco do Brasil, dado o manuscrito a conhecer a Teófilo Braga, que o prefaciou, publicou em 1894 e nesse mesmo ano foi intermediário do comprador na oferta do volume ao Arquivo da Universidade de Coimbra. Como pormenorizadamente expliquei na memória introdutória quando em 1983 publiquei o faustoso volume “Riscos das Obras...”, este apareceu à venda em 1916, em Lisboa, com o n.º 4920, num catálogo de Manuel dos Santos, onde é considerado “importante, valiosíssimo e único”, e apesar de estar entretanto referenciado nalgumas publicações e inventariado pelo *Diário do Governo*, II série, n.º 25, de 30 de Janeiro de 1957, manteve-se inédito e por estudar. Quando, em 1980, analisei os azulejos do Museu Nacional de Machado de Castro relativos à Reforma Pombalina que atrás mencionei no ponto 4, consultei o indispensável livro editado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1979 *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, de J. M. dos Santos Simões, onde o autor refere o manuscrito (138, em nota) e que este se encontrava há décadas na sua posse. A partir desta indicação, pus-me em contacto com as herdeiras e pedi para estudar e publicar esse precioso documento, o que prontamente me foi concedido. Assim, em edição do Museu Nacional de Machado de Castro, em 1983, publiquei esse volume na íntegra, com uma memória introdutória, que intitulei “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra – o Valioso

Álbum da Reforma Pombalina”.<sup>6</sup>

Abreviadamente, seja-me permitido lembrar umas passagens dessa minha primeira investigação de 1983, pela importância que então já atribuí aos desenhos de William Elsdén:

Qual a complementaridade dos dois volumes de *Relação Geral...* e *Riscos das Obras da Universidade de Coimbra* (ou, segundo o título do texto, em vez do da capa, *Estabelecimentos fundados...*)?

A *Relação geral...* abarca os diversos problemas da reforma pombalina da Universidade ao longo de 310 páginas e, ao descrever as obras dos estabelecimentos, remete para uns desenhos (cujos números indica), mas não se sabia até agora a quais correspondiam, nem os desenhos eram conhecidos. O volume *Riscos das Obras...* no texto (de 14 páginas) descreve apenas os estabelecimentos e aponta as despesas feitas, e insere (aqui é que reside o enorme interesse) os trinta desenhos referentes a esses estabelecimentos, cuja numeração é exactamente a indicada no manuscrito *Relação geral...* e no manuscrito *Estabelecimentos...* ...

O confronto dos dois manuscritos em análise parece deixar claro que o álbum [*Riscos das Obras...*] – com o texto muito mais reduzido, apenas dedicado aos estabelecimentos (aos edifícios, que mais dificilmente do que os planos de estudos poderiam ser destruídos na «viradeira») e belamente ilustrado – era o volume de mais apetecida e mais leve consulta sobre a importante reforma da Universidade. Sagazmente, disso teve com certeza noção o próprio D. Francisco de Lemos, ao introduzir no texto do álbum as alterações referidas, que lhe dariam maior aceitação junto da Rainha. Este álbum teria tido, assim, grande importância na salvação da Universidade de Coimbra. (Franco, “Riscos das Obras” 7)

Se dúvidas ainda houvesse quanto à simultânea complementaridade dos manuscritos dos dois volumes e a eles constituírem um só livro, bastava o facto acima apontado de, em ambos os volumes, D. Francisco de Lemos, ao referir as obras dos estabelecimentos, remeter para uns desenhos/plantas com a indicação dos respectivos números e esses serem os desenhos na quase totalidade assinados por Elsdén. Estes desenhos inserem-se no volume significativamente identificado na luxuosa capa como “Riscos das Obras...”, enfatizando a importância dos “riscos” de William Elsdén.

---

<sup>6</sup> Vide nota 1.



## 6. Elementos Inéditos sobre a Vida e Actividade de William Elsdén

Descobri agora importantes elementos inéditos sobre William Elsdén, mas para o seu estudo aprofundado muito há a pesquisar, no Reino Unido e sobretudo em Portugal, onde trabalhou cerca de vinte anos em numerosos locais e em diferentes actividades.

Os mapas, mapas cartográficos, plantas, desenhos avulsos ou em álbuns com trabalhos de Elsdén estão muito dispersos por diferentes instituições e localidades, conforme agora ainda melhor descobri.

Mesmo quanto à actividade de Elsdén na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, a partir de 1772, há numerosos desenhos avulsos e em álbuns, em diferentes locais.

William Elsdén, com funções de engenheiro, arquitecto, lente de Matemática na Academia Militar da Corte em Portugal, parece ser conhecido no Reino Unido como ensamblador, ou marceneiro, em Londres (António Joaquim de Mello in Viterbo 298).

Aliás, na época, a formação dos arquitectos e engenheiros passou por várias vias, começando alguns por ser mestres carpinteiros, como Custódio Vieira ou Manuel Alves Macomboia (Craveiro, *Manuel Alves Macomboia*), o qual em 1773 era mestre carpinteiro das obras públicas em Lisboa, quando vai para Coimbra para as obras da Universidade, e em 1782 assume, com funções de arquitecto, a responsabilidade do gabinete de riscos da Universidade de Coimbra (Anacleto, “O Arquitecto José do Couto e as Igrejas” 200). Alguns outros arquitectos e engenheiros iniciavam a aprendizagem como pedreiros ou directamente através da carreira militar (como aconteceu, por exemplo, com Manuel da Maia), mas estes dois últimos não devem ser os casos do arquitecto que agora mais nos interessa.

Como muitos outros estrangeiros na época atraídos pela capital, Elsdén terá vindo para Portugal (em 1760, ou antes<sup>7</sup>) para trabalhar na reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755, ou talvez no contexto da Guerra dos Sete Anos. Note-se que Manuel da Maia, que interveio na reconstrução de Lisboa logo depois do terramoto, lamentava não conhecer melhor o plano de reconstrução de Londres após o incêndio de 1666.

---

<sup>7</sup> Penso que será útil pesquisar a sua actividade, por exemplo, nas obras de Lisboa, designadamente as da Igreja Católica, a cuja fé pertenceria. A sua mulher, Theresa Francisca Maria Elsdén, era “de nação ingleza e catholica romana” (Viterbo, vol.I, 261).

O primeiro documento conhecido que menciona Elsdén (datado de 16 de Janeiro de 1762) (Santos 78), quando é nomeado “Ajudante de infantaria na categoria de Engenheiro”, refere que servia então há quinze meses no exército português. Na agora encontrada Listagem do Corpo de Engenheiros, refere-se que começou a servir, sem ter patente, em 1 de Novembro de 1760.<sup>8</sup>

Revelo também agora a “Relação dos Officiaes Engenheiros distribuídos que se mandaram repartir pelas Províncias”,<sup>9</sup> sem data, mas talvez de 1762, em que surge, por exemplo, “Carlos Mardel, Coronel em Lisboa, ... Guilherme Elsdén, Ajudante empregado no Arsenal – Lisboa”. Daqui se extrai, por um lado, que Elsdén trabalhava então no Arsenal Real do Exército (actual edifício do Museu Militar, a Santa Apolónia), que em 1760 o rei D. José mandou reconstruir, tendo-se feito Salas de Armas (no andar nobre) e oficinas (nos baixos do edifício), e, por outro lado, constata-se a proximidade de Elsdén a Carlos Mardel, um dos principais arquitectos da reconstrução de Lisboa e particularmente apreciado pelo Marquês de Pombal.

No Arquivo Histórico Militar, no processo individual deste militar, encontrei apenas um documento (de 9 de Abril de 1763<sup>10</sup>): “Attendendo aos Serviços que me tem feito Guilherme Elsdén Capitão de Infantaria em exercicio de Engenheiro: Hey por bem fazer lhe merce do Posto de Sargento Mor com o mesmo Exercício de Engin.º, e com soldo dobrado”.

Assim, em 1763, tem posto já de chefia, equivalente a major. No Arquivo Histórico Militar, o documento, de 5 de Julho de 1766, “Resumo dos Mapas das Promoções e Faltas ocorridas na Academia Militar da Corte durante o 1.º semestre de 1766” é assinado pelo “Major Guilherme Elsdén do Corpo dos Engenheiros da Corte”,<sup>11</sup> o que o situa já próximo do poder.

Em 23 de Dezembro de 1767, Elsdén é promovido a “tenente-coronel de infantaria com o posto de engenheiro” (Santos 495).

---

<sup>8</sup> Arquivo Histórico Militar (A.H.M.), 3-46-1-04, “Listagem do Corpo de Engenheiros” (c. de 1764): “Guilherme Elsdén sentou praça de Ajud.º Enginh.º em 16 de Janr.º de 1762 e S. Mag.º lhe mandou fazer bom o tempo e soldo de pr.º de Nov.º de 1760 em q principiou a Servir sem ter Patente.”

<sup>9</sup> A.H.M – PT/AHM/Div/3/46/1/02, s.d. [1762?]

<sup>10</sup> A.H.M, Processos individuais dos militares, Caixa 688. Trata-se da cópia, possivelmente contemporânea, do documento original. Este documento está transcrito por Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico*, vol. I, 297. Encontrei no A.H.M. (AHM/Div/1/06/34/16) a “Relação dos Officiaes Engenheiros q há registados no serv.º até 11 de Junho de 1767” em que William Elsdén surge entre os Sargentos-mores colocados na Corte, indicando-se que “Tem pat.º de 1.º de Março de 1764” (note-se a data da patente).

<sup>11</sup> A.H.M, Documentos relativos a Guilherme Elsdén, 5 Julho, 1766 (Doc. 3.ª Divisão).

Ainda antes de ser Tenente-Coronel (posto que mantém até ao fim da vida), Elsdén assina como Quartel Mestre General do Exército em mapas e desenhos,<sup>12</sup> alguns dos quais executa por ordens do Conde de Lippe, o qual foi em 1762 enviado pelo Governo inglês para Portugal.

Elsden fez muitos e diversificados trabalhos: elaboração de mapas cartográficos militares, que incluem roteiros de estradas, “Observações Trigonómicas “nos lugares de Buenos Aires, Ajuda e Belém (1767), levantamentos das lezírias do Ribatejo (1768-1771), do Pinhal de Leiria (1769), está muito ligado a Alcobaça (o que agora não menciono devido ao estudo com essa temática que agora se publica), dirigiu a planta e levantamento geométrico do aqueduto das Águas Livres de Lisboa (Carvalho, desenho n.º 628) (cujo desenho dedicou a um tal “Mr. Allen of Lisbon from his obed.<sup>t</sup> Ser.<sup>t</sup> W.<sup>m</sup> Elsdén), etc. A dedicatória a “Mr. Allen of Lisbon”, assim como a familiaridade adiante referida com William Stephens mostram a natural inserção de Elsdén na comunidade britânica radicada em Portugal.

O documento essencial, também agora encontrado, sobre a morte de Elsdén ser anterior a 25 de Março de 1779,<sup>13</sup> ajuda à atribuição de várias obras.

Assim, não me parece, sobretudo pelas datas, mas também pela falta de qualidade do primitivo palácio de Monserrate, que sejam de sua autoria os palácios sintrenses de Seteais e de Monserrate, apesar de concordar com as afinidades estilísticas, respectivamente neoclássicas e neogóticas, estilos que Elsdén tão bem cultivou.

De facto, tem sido considerada a autoria de Elsdén em dois palácios em Sintra, mandados erguer por dois grandes

---

<sup>12</sup> Existem plantas, desenhos e mapas assinados por Elsdén no Museu Nacional de Machado de Castro, no Arquivo da Universidade de Coimbra, no Ministério da Marinha, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca da Ajuda, no Instituto Geográfico do Exército, na posse da herdeira do Eng.º Santos Simões (o álbum “Riscos das Obras”, que revelei), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (conforme Regina Anacleto descobriu), etc.

<sup>13</sup> A.H.M, Div-4-1-16-31- “Provizões”, folha 12 “Copia da Segunda Provizam para os mesmos Campos de Alfeizerão...”, datada de 25 de Março de 1779: “Os Capitaens Engenheiros Izidoro Paulo Pereira, e Joaquim de Oliveira, que estavam encarregados debaixo do comando do Tenente Coronel do mesmo Corpo Guilherme Elsdén, de darem as direcções necessarias para a abertura do Campo de Alfeizerão, de que tracta o Corregedor de Alcobaça Agostinho José Salazar, pelas ordens, que se expedirão do Erario Regio, por ter falecido o mesmo Tenente Coronel antes de se effectuar o Mappa divisorio do terreno...”

Agradeço à Eng.ª Maria Helena Dias elementos sobre o Arquivo Histórico Militar e o Instituto Geográfico do Exército.

comerciantes lisboetas: Seteais, pelo cônsul holandês Daniel Gildemeester, em 1783 e inaugurado em 1787, em estilo neo-clássico (Luckhurst e Silva; Silva), e o vizinho Monserrate pelo huguenote inglês Gerard De Visme, que alugou a propriedade em 1790 e terá aí feito, talvez ainda antes, um palácio neogótico de fraca qualidade (França, *A Arte em Portugal* 174, “Devisme, Monserrate” 37-41; Azevedo 83, 86; Pires 43-55),<sup>14</sup> o qual é pouco depois demolido por William Beckford (Anacleto, *Arquitectura Neomedieval*). É interessante mencionar que o palácio que De Visme, cerca de 1770, mandou erguer em São Domingos de Benfica (Lisboa) (Franco, “Alto dos Moinhos” 54-55),<sup>15</sup> em precursor estilo neoclássico talvez por imposição do proprietário, é da autoria do português Inácio de Oliveira Bernardes.

William Elsdén dirigiu as obras da Universidade de Coimbra entre 1772 e de facto talvez até 1777, quando se terá afastado, naturalmente devido às difíceis condições atrás sumariadas e surgidas após a morte de D. José I.

Como ajudantes mais próximos, Elsdén trouxe para Coimbra os oficiais engenheiros militares Isidoro Paulo Pereira, Teodoro Marques Pereira da Silva, Manuel de Sousa Ramos e Ricardo Franco de Almeida Serra. Curiosamente, D. Francisco de Lemos regista no álbum “Riscos das Obras” apenas os três últimos, tecendo rasgados elogios ao trabalho da equipa. Saliente-se que por quatro Provisões, datadas Coimbra, 15 e 16 de Outubro de 1772, o Marquês de Pombal mandou as obras da Universidade terem “assistência do Tenente Coronel Guilherme Elsdén e do Capitão Izidoro Paulo Pereira, oficiais de Infantaria com exercício de Engenheiros.”

Regina Anacleto indica que Elsdén trouxe para Coimbra como auxiliares subalternos: numa primeira leva, Eusébio Vicente e Manuel Alves Macomboa e, mais tarde, José Carlos Magne e José do Couto Santos Leal (“O Arquitecto José do Couto e as Igrejas” 200).

É interessante os sucessores de Elsdén na direcção do gabinete de riscos da Universidade de Coimbra terem sido, em 1779

---

<sup>14</sup> José-Augusto França apresenta em *A Arte em Portugal no Século XIX* imagens do possível “castelo antigo” de Monserrate, erguido em 1791 “por arquitecto ignorado (‘foi construído por um carpinteiro de Falmouth’, dirá Beckford, depreciativamente) ”.

<sup>15</sup> Gerard de Visme tinha preocupações culturais e recebeu o pintor francês Antoine Noël que pintou boas perspectivas das suas propriedades. É interessante analisar agora que Inácio de Oliveira Bernardes, que já tinha cerca de 75 anos aquando da construção deste seu palácio, era filho de António de Oliveira Bernardes, o qual trabalhou no vizinho convento de S. Domingos de Benfica. Penso poder-se colocar a hipótese de a artística família Oliveira Bernardes fazer parte das relações culturais de Gerard de Visme.

José Carlos Magne e depois Macombo e estes (assim como os outros dois referidos auxiliares) não serem militares, conforme agora pesquisei no Arquivo Histórico Militar.

Este facto parece reforçar a minha ideia de que a escolha de Elsdén para a direcção das obras da Universidade de Coimbra não teve a ver sobretudo com a sua ligação militar, mas com a sua competência, e pressentida e confirmada capacidade de adesão a inovadoras estéticas, neoclássica e neogótica. Com sabedoria, Elsdén aplicou nos novos edifícios da Universidade e do Cabido o estilo neoclássico. Em Coimbra, este arquitecto também evidenciou os seus conhecimentos neomedievais no “Prospecto da Frente do Palácio da Universidade” (planta XXIV do álbum “Riscos das Obras...”), adaptando o velho palácio real e demonstrando notável versatilidade.

Apesar de o trabalho de Elsdén nas obras da Universidade ter sido ingente e certamente muito absorvente, entretanto ele teve outras incumbências, além das de Alcobaça: levantamento da planta topográfica do Promontório do Cabo Mondego,<sup>16</sup> obras em Leiria,<sup>17</sup> trabalhos, pelo menos a partir de 1773, nos campos de Alfeizerão,<sup>18</sup> conclusão das obras do Convento de Santa Clara de Coimbra (Vasconcelos, “Provisão de el-rei D. José” 382-385), examinador dos alunos da Academia Militar.<sup>19</sup>

Depois da morte de D. José I, em Fevereiro de 1777, com D. Francisco de Lemos em prolongada ausência na capital, Elsdén terá deixado, na prática, a direcção das obras da Universidade e ter-se-á dedicado naturalmente mais, em princípio, a outros afazeres em curso, parecendo que ao de Alfeizerão, onde terá trabalhado até morrer.

---

<sup>16</sup> A.H.M. Documentos relativos a Guilherme Elsdén, “Carta que vai anexa ao Mapa do Promontório do Cabo do Mondego em 31 de Agosto de 1773, ass. por Guilherme Elsdén, 30 Setembro 1773, Coimbra” (Doc. 4.<sup>a</sup> Divisão). (Contém estudo do levantamento topográfico e geológico feito por Elsdén à mina de carvão na costa do monte Mondego).

<sup>17</sup> A.H.M., idem, “Cópia das Ordens que deixo ao Mestre Carpinteiro Joaquim José dos Santos... na obra da foz dos campos da Cidade de Leiria..., 13 de Março 1773 (Doc. da 1.<sup>a</sup> Divisão); “Ofício (Minuta) de D. Luís da Cunha Manuel Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para Guilherme Elsdén sobre o pessoal e materiais necessários para uma obra em execução em Leiria”, 17 Fevereiro 1773 (Doc. 1.<sup>a</sup> Divisão).

<sup>18</sup> A.H.M., Div-4-1-16-31, “Primeira e segunda Provisões para os campos da Villa de Alfeizerão, de 12 de Janeiro de 1775 e 25 de Abril de 1778”.

<sup>19</sup> A.H.M. Documentos relativos a Guilherme Elsdén, “Ofício dirigido a D. Luís da Cunha referente à justificação apresentada pelos examinadores dos alunos da Academia Militar, Tenente-Coronel Guilherme Elsdén e Sargento-Mor José Monteiro, pelas faltas aos exames, 12 Julho 1773” (Doc. da Divisão 3.<sup>a</sup>).

Por outro lado, encontrei<sup>20</sup> um manuscrito de Elsdén, datado de 7 de Abril de 1777, em que ele declara que “tendo ordem da Secretaria de Estado para tirar a planta, configuração, e demarcada (sic) as Terras Moinhola, Landeira, Marateca, seus territórios...”

Já em 1899 Sousa Viterbo (298) divulgara que, por aviso de 27 de Novembro de 1777, Elsdén fora encarregado da melhoria da barra de Aveiro.

Tratava-se de um trabalho muito complexo. Note-se que a Ria de Aveiro estava tão assoreada que chegou mesmo a fechar no século XVII e só reabriu no século XIX. A barra de Aveiro tinha migrado muitos quilómetros para Sul, o que ocasionava numerosos problemas, e o levantamento desta zona por Elsdén foi talvez dos trabalhos mais destacados em que participou directamente ou que coordenou de forma mais longínqua (Dias). No entanto, a comissão a que presidiu não teve resultados, até por Elsdén ter morrido pouco depois.

À procura de mais notícias sobre Elsdén e familiares fui também ao Cemitério Inglês, mas depois de prolongada pesquisa verificou-se que nada lá se encontra, o que talvez se deva ao facto de possivelmente todos eles terem sido católicos, e o cemitério então ser apenas para protestantes.

Coligi mais alguns dados pessoais sobre este engenheiro e arquitecto, alguns obtidos de fontes manuscritas agora encontradas.

William Elsdén era casado com D. Theresa Francisca Maria Elsdén, “de nação inglesa, e catholica romana” (Viterbo, vol.I, 561), a qual em 1766 foi conduzida ao Recolhimento de S. Cristóvão por William Stephens, o fundador da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

Em 1773, Elsdén levou a mulher e a filha (será a filha Francisca Theresa da Conceição?) para Coimbra, enquanto as obras o ocupassem lá. Uma filha (a mesma?) terá tido “escritos de amores” com um amigo do poeta Correia Garção.

Descobri agora que Guilherme Francisco Elsdén<sup>21</sup> era também seu filho. Este, em 1768, obteve o posto de ajudante de infantaria com exercício de engenheiro e soldo dobrado, e cola-

---

<sup>20</sup> [www.ateneulivros.com](http://www.ateneulivros.com): “Guilherme Elsdén, Ten.<sup>te</sup> Cor.<sup>el</sup> de Infantaria com exercício de Engenheiro e Quartel Mestre General dos Exércitos” (7 Abril 1777). Na internet surge o documento integral.

<sup>21</sup> A.H.M., 3-46-3-03, “Rellação dos Officiaes do Real Corpo de Engenheiros falecidos entre 1768 athe 1827”, assinada por Maximiano José da Serra, comandante do Real Corpo de Engenheiros (entre os tenentes-coronéis está Guilherme Elsdén, aparecendo um “Guilherme Elsdén (filho)”.



borava com o pai. É de sublinhar que William Elsdén (pai) tinha obtido igual posto apenas em 1762 (com efeitos retroactivos a 1760), portanto então com uma idade muito superior à do filho, o que implicará uma anterior vida profissional do pai que é ainda quase desconhecida.

Desvenda-se agora melhor a vida e a obra em Portugal deste quase desconhecido, mas notabilíssimo engenheiro e arquitecto inglês, que se destacou nas áreas técnica e artística e trabalhou entre nós cerca de duas décadas. Conclui-se também melhor que a parte do famoso livro relativa às obras da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, em que sobressaem os desenhos de William Elsdén, teve importante papel na salvação dessa secular instituição, agora classificada Património Mundial da Humanidade.

## OBRAS CITADAS

### 1. Fontes Manuscritas

“Copia da segunda Provizam para os mesmos Campos de Alfeizerão...”, 25 de Março de 1779. “Provizões.” *Arquivo Histórico Militar*. Folha 12. Div-4-1-16-31..

“Guilherme Elsdén, Ten.<sup>te</sup> Cor.<sup>cl</sup> de Infantaria com exercício de Engenheiro e Quartel Mestre General dos Exércitos” (7 Abril 1777). [www.ateneulivros.com](http://www.ateneulivros.com)

“Listagem de Engenheiros” (c. de 1764). *Arquivo Histórico Militar*. 3-46-1-04.

“Primeira e segunda Provizões para os campos da Villa de Alfeizerão, de 12 de Janeiro de 1775 e 25 de Abril de 1778”. *Arquivo Histórico Militar*. Div-4-1-16-31.

“Ofício dirigido a D. Luís da Cunha referente à justificação apresentada pelos examinadores dos alunos da Academia Militar, Tenente-Coronel Guilherme Elsdén e Sargento-Mor José Monteiro, pelas faltas aos exames, 12 Julho 1773.” *Arquivo Histórico Militar*. Documentos Relativos a Guilherme Elsdén. (Doc. da Divisão 3.<sup>a</sup>).

Processos Individuais dos Militares. *Arquivo Histórico Militar*. Caixa 688.

“Relação dos Officiaes Engenheiros distribuídos que se mandaram repartir pelas Províncias.” *Arquivo Histórico Militar*. PT/AHM/Div/3/46/1/02. [s.d.] [1762?].

“Relação dos Officiaes Engenheiros que há registados no serv.<sup>o</sup> até 11 de Junho de 1767.” *Arquivo Histórico Militar*. AHM/Div/1/06/34/16.

Elsdén, Guilherme. “Carta que vai anexa ao Mapa do Promontório do Cabo do Mondego em 31 de Agosto de 1773, ass. por Guilherme Elsdén, 30 Setembro 1773, Coimbra.” *Arquivo Histórico Militar*. Documentos

- Relativos a Guilherme Elsdén. (Doc. da 4.<sup>a</sup> Divisão).
- “Cópia das Ordens que deixo ao Mestre Carpinteiro Joaquim José dos Santos... na obra da foz dos campos da Cidade de Leiria..., 13 de Março 1773 (Doc. da 1.<sup>a</sup> Divisão). *Arquivo Histórico Militar*. Documentos Relativos a Guilherme Elsdén.
- “Ofício (Minuta) de D. Luís da Cunha Manuel Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para Guilherme Elsdén sobre o pessoal e materiais necessários para uma obra em execução em Leiria”, 17 Fevereiro 1773 (Doc. da 1.<sup>a</sup> Divisão). *Arquivo Histórico Militar*. Documentos Relativos a Guilherme Elsdén.
- “Resumo dos Mapas das Promoções e Faltas ocorridas na Academia Militar da Corte durante o 1.<sup>o</sup> semestre de 1766.” *Arquivo Histórico Militar*. Documentos Relativos a Guilherme Elsdén. 5 Julho, 1766 (Doc. da 3.<sup>a</sup> Divisão).
- Serra, Maximiano José. “Relação dos Officiaes do Real Corpo de Engenheiros Falecidos entre 1768 até 1827.” *Arquivo Histórico Militar*. 3-46-3-03.

## 2. Fontes Impressas

- Almeida, Manuel Lopes de, e Mário Brandão. *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua História*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1937.
- Anacleto, Regina. *Arquitectura Neomedieval Portuguesa 1780-1924*. Tese de Doutoramento. Coimbra, 1992, 2 volumes.
- “O Arquitecto José do Couto e as Igrejas Paroquiais de Midões e de Nogueira do Cravo.” *Beira Alta*. Viseu, volume LXI, fascículos 1 e 2, 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> trimestres de 2002. 185-219.
- “O Arquitecto José do Couto em Terras da Beira”. *Barroco. Actas. II Congresso Internacional*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. 651-661.
- “Universidade de Coimbra: Primeiras Propostas Arquitectónicas da Reforma Pombalina.” *IV Congresso Histórico de Guimarães: Do Absolutismo ao Liberalismo*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2009, vol.V. 11-36.
- Azevedo, José Alfredo da Costa. *Velharias de Sintra*. IV. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 1982.
- Berkeley, Alice, e Susan Lowndes. *English Art in Portugal*. [s.l.] Edições Inapa, 1994.
- Braga, Teófilo. “Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra.” Apres. D. Francisco de Lemos. *Relação do Estado da Universidade de Coimbra de 1772 a 1777*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1894.
- Carvalho, Ayres de. *Catálogo de Colecções de Desenhos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1977, desenho n.º 628.



- Coroado, João, António Pacheco, e Alexandre Nobre Pais. *Cerâmica de Coimbra. Do Século XVI-XX*. [s.l.] Edições Inapa, 2007.
- Craveiro, Maria de Lurdes. “Guilherme Elsdén e a Introdução do Neo-Classicismo em Portugal”. *IV Simpósio Luso-Espanhol de História de Arte. Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*. Coimbra: Instituto de História de Arte/Universidade de Coimbra, 1988. 503-519.
- *Manuel Alves Macomboa. Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de História de Arte/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.
- Dias, Maria Helena. *Portugalliae Civitates. Perspectivas Cartográficas Militares*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, 2008.
- França, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XIX*. Vol. I. Lisboa: Livraria Bertrand, 1966.
- “Devismo, Monserrate e o Romantismo.” *Contributos para a História de Monserrate. Ciclo de Conferências*. Sintra: Associação Amigos de Monserrate, 2009. 37-41.
- Franco, Matilde Pessoa Figueiredo de Sousa. “Alto dos Moinhos.” *Dicionário da História de Lisboa*. Dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena. Lisboa: [s.ed.]1994. 54-55.
- “Da Cerâmica Coimbrã – uns Notáveis Azulejos do Museu Nacional Machado de Castro”. *A Cerâmica em Coimbra*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1982. 53-60.
- *O Programa Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos Promovido pelo Museu Nacional de Machado de Castro em 1981-1983*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.
- *Quatro Anos na Direcção do Museu Nacional de Machado de Castro*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1984.
- “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra – o Valioso Álbum da Reforma Pombalina.” *Estabelecimentos Fundados na Universidade de Coimbra por Ordem de S. Majestade que Deos Tem, para as Observações, Experiencias, e Demonstrações das Sciencias Naturaes e para a Tipographia Academica; Restabelecimento do Collegio das Artes; e Concertos, Reparos, e Comunicação Interior dos Paços Reaes das Escolas*. Edição fac-similada. Coimbra: Edição do Museu Nacional de Machado de Castro, 1983. 3-8.
- Luckhurst, Gerald, e José Cornélio da Silva. *Sintra. A Paisagem e suas Quintas*. [s.l.] Edições Inapa, 1989.
- Pimentel, António Filipe. “Cidade do Saber/Cidade do Poder. A Arquitectura da Reforma.” *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coord. Ana Cristina Araújo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.
- Pires, Maria Laura Bettencourt. “William Beckford e Portugal.” *Contributos para a História de Monserrate. Ciclo de Conferências*. Sintra: Associação Amigos de Monserrate, 2009. 43-55.
- Rocha, António José da. *Oração Fúnebre que nas Exequias do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de*

- Faria Pereira Coutinho... *Recitou o Dr. Fr. António José da Rocha, Lente da Faculdade de Theologia, a 24 de Maio de 1822 na Igreja Cathedral de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.
- Rodrigues, Manuel Augusto. *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma História da Instituição*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.
- Santos, C.H. Madureira dos. "Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho de Guerra na Parte não Publicada pelo General Cláudio Chaby." *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. III Volume, Ano 1762, Maço 121, Janeiro, N.º 3, Dia 16. Lisboa, 1961. Separata.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1982, vol.VI.
- Silva, José Cornélio da. *Palácio de Seteais*. Lisboa: Edições Elo, 1991.
- Simões, J. M.. dos Santos. *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- Trindade, Luísa. "A Reforma Pombalina." *Dossier da Universidade de Coimbra. Monumentos*. Coimbra: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998. 52-57.
- Vasconcelos, A. de. "Provisão de El-Rei D. José a D. Francisco de Lemos (23 de Dezembro de 1773)." *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*. Reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. 382-385.
- Viterbo, Sousa. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Edição Fac-similada. Lisboa: INCM, 1988 (1ª edição: 1899). 3 volumes.



## WILLIAM ELSDEN, O MOSTEIRO E ALCobaça

*J. Pedro Duarte Tavares*<sup>1</sup>

### 1. Introdução<sup>2</sup>

William Elsdén assina a sua célebre *Planta da Villa de Alcobaça* em 29 de Dezembro de 1775, no Convento de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Desterro em Lisboa, Quartel-General Cisterciense junto do poder centralizador do Governo do Marquês de Pombal. E assina como Guilherme Elsdén Tenente Coronel, mostrando a sua boa adaptação e integração em Portugal.<sup>3</sup> (AHM, cota 479-1-3-5) Este precioso documento cartográfico contém e revela mais do que possa aparentar numa primeira observação. Aliás, não se conhecem Plantas de Alcobaça anteriores

---

<sup>1</sup> Engenheiro Civil, Consultor (Gestão de Projectos), Docente (Planeamento Regional e Urbano) e Investigador (Reformado), Membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros, Membro Honorário da Academia Portuguesa da História.

<sup>2</sup> As descrições e observações que se possam apresentar no tocante à passagem de William Elsdén pelo Mosteiro de Alcobaça terão que conjugar conhecimento do Físico e Edificado em Alcobaça, seu comportamento e evolução temporal, bem como compreensão dos Sistemas Hidráulico e Climatológico e do padrão de cheias que ocasiona. O Autor apresentou anteriormente diversos trabalhos sobre Hidráulica Cisterciense, Catástrofes Naturais, Descrições e Quantificações dos Espaços do Conjunto Monumental e Patologias relacionadas com o Edificado, nomeadamente no tocante a Assentamentos Diferenciais nesse Edificado. Deste modo, sempre que as explanações sobre Elsdén impliquem a prévia descrição ou compreensão destes aspectos, o Autor, para este efeito, recorre à adaptação de partes desses trabalhos que anteriormente realizou.

<sup>3</sup> Guilherme Elsdén – *Planta da Villa de Alcobaça* in Arquivo Histórico Militar, Espólio do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, cota 479-1-3-5. Marca de água C.& J. Honig. Planta colorida 69x142 cm constituída por 7 folhas de dimensão variada. Existe uma cópia da *Planta da Villa de Alcobaça* com a indicação de “Copiada por Antonio Cazemiro Terreira, Tenente do Exercito, em anno de 1826”, com “Nº 16”.







ao século XVIII (ou mesmo à segunda metade do século XVIII), nem tão pouco do próprio Mosteiro de Alcobaça nas suas zonas nobres coevas da época Cisterciense.<sup>4</sup> O que é uma surpresa extraordinária, pois certamente que existiram como apoio necessário ao génio cisterciense, criador, técnico e de planeamento. Como desapareceram essas Plantas? Onde estão? Estas perguntas tornam o Mosteiro de Alcobaça ainda mais misterioso, atendendo à sua monumentalidade, à sua vastidão, ao rigor e amplitude de Planeamento que revela e à percepção da sua continuada evolução edificada ao longo dos 680 anos de vida Cisterciense e 180 pós-cisterciense. O “Corpo Vivo...” nas palavras vivas de Fr. Manoel dos Santos!<sup>5</sup> (Santos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, 1979).

Os Monges Cistercienses fundaram três Mosteiros em Alcobaça, Santa Maria de Alcobaça, Cós e Colégio da Conceição e fomentaram o Mosteiro Arrábido de Santa Maria Madalena nos Capuchos, Évora de Alcobaça, pelo que chegaram a abranger vastas áreas edificadas ou “Conjuntos Monumentais”, áreas de “Cerca” próprias, em construção de qualidade, sob Programas rígidos e Planeamento rigoroso e preciso. Espaços estratificados, como sempre era a Estrutura Cisterciense (Nascimento).<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> A Planta mais antiga que o autor conhece das Naves, Claustro e outras dependências nobres do Mosteiro de Alcobaça, é de 1904 (!) de autoria do Director de Monumentos Augusto Fuschini. (Fuschini). Há duas Plantas de conjunto, do terceiro quartel do século XVIII, mas já de avaliação patrimonial no desmembramento do Edificado, mas que não detalham, como a de Fuschini, o interior nobre do Mosteiro: Planta do Cap. Engº Marcos Caetano da Cruz e Costa, de 26.Mar.1863 e outra de cerca de 1860, onde o Pelourinho aparece ainda representado. Quanto ao desenho figurativo mais antigo conhecido do Mosteiro de Alcobaça, contido no Códice com a Regra de São Bento escrita em Português, proveniente de Alcobaça, provavelmente de meados do século XV, está hoje a Fólio 12r do Códice em Lisboa, BN, ALC. 44, mas pode ser vista na obra “A Iluminura em Portugal nos séculos XIV e XV” de Horácio Peixeiro. O desenho representa S. Bento com as insígnias abaciais, de pé, abençoando um monge ajoelhado a seus pés. O lugar da cena parece ser o claustro, de um só andar, mas o ângulo de observação é o do nível do sobreclaustro (que ainda não existia), podendo-se teorizar estar-se na zona do “scriptorium”, que necessitava estar perto de calefactório por razões de temperatura das tintas e dos monges copistas, que permaneciam muitas horas quietos.

<sup>5</sup> “Falando por analogia ao composto humano, podemos dizer que as grandezas ... do Real Mosteiro de Alcobaça são ... Quase no meio deste fecundo e aprazível território está situado o Real Mosteiro em hum vale dilatado como coração e alma que dá vida ao corpo das suas terras e he alimentado exercicio das suas partes; ... Ajuntam-se no Valle para mayor agrado dous rios; hum corre do Sul para o Norte, e corta pello meio a povoação da Villa, o outro vem do nascente, e entrando pela Cerca do Mosteiro o lava todo; depois sahindo fora se une com o primeiro e correm ambos para o mar por entre norte e poente.” (Santos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, 1979)

<sup>6</sup> Mercê dos seus conhecimentos, organização e determinação, os Monges de Alcobaça foram Senhores de 3 Coutos (Alcobaça, Ota e Beringel) e de inúmeras possessões exteriores, de 4 Portos de mar (Paredes, Pederneira, S. Martinho e Alfeizerão), de



O Conjunto Monumental do Mosteiro de Alcobaça, foi edificado em planície aluvionar resultante do encontro dos Rios Alcoa e Baça, evoluiu, cresceu e modificou-se no confronto constante entre a determinação da vontade humana em criar e realizar e as respostas e castigos da Natureza quando desafiada.<sup>7</sup> A sua localização no fundo da bacia hidrográfica com recolha de água aumentada pelo sistema Cárstico da Serra d'Aires e Candeeiros, bem junto à apertada garganta de saída da Fervença, torna-o de uma sensibilidade marcante às Cheias, imprevisíveis e de curta duração, mas fortes e devastadoras. Uma das Cheias de maior perturbação teve lugar em 1774, anos depois do Terramoto de 1755, com efeitos de depósito de sedimentos e assentamentos e ruína no edificado.

É nesta altura que o Marquês envia William Elsdén a Alcobaça ca.1773, Engenheiro militar de origem inglesa, provavelmente vindo para Portugal com o Conde de Lippe ca.1760,<sup>8</sup> já com *curriculum* feito noutros locais, tem a incumbência para ali "... determinar algumas Couzas das Obras da Livraria, e Collegio...." <sup>9 10</sup>

---

Estaleiros e Açudes, de inúmeros Celeiros, Adeegas, Fornos, Moinhos, Pizões, Curtumes, Lagares de Vinho e de Azeite, Olarias, Estalagens, .... (Marques) (Gonçalves)

<sup>7</sup> Estimam-se as "Áreas de Implantação Brutas" do Conjunto Monumental do Mosteiro de Alcobaça, isto é, correspondentes às áreas contidas pela periferia da Projecção Horizontal das construções, incluindo a área interior não edificada dos Claustros, considerando-se todas as Edificações Cistercienses e não se considerando outras construções não Cistercienses, como as de origem na ocupação militar e do Lar Residencial compreendidas a Sul do Edifício da Biblioteca, no Jardim do Obelisco: Área Bruta de Implantação do Conjunto Monumental conhecido: 27.000 m<sup>2</sup>; Área Bruta de Implantação do Conjunto Monumental Total (inclui o Claustro a Sul, correspondente ao Colégio de N<sup>a</sup>S<sup>a</sup> da Conceição): 33.500 m<sup>2</sup>; Ao valor da Área Bruta de Implantação do Conjunto Monumental conhecido de 27.000 m<sup>2</sup>, corresponde uma Área Bruta Coberta (isto é, somatório das áreas brutas construídas em cada piso) da ordem de 40.000 m<sup>2</sup>. Considerando ainda estimativas relativas à "Quadra Sexta", na terminologia de Fr. Manoel dos Santos, no lugar aproximado onde hoje se situa a Praça D. Afonso Henriques, e de eventuais outras construções a Norte, é possível que, na altura de maior expansão construtiva no século XVIII, a área de implantação edificada fosse da ordem de grandeza de 42.000 m<sup>2</sup> e que a Área Bruta Coberta Total, fosse da ordem de cerca de 70.000 m<sup>2</sup>.

<sup>8</sup> Conde Schaumbourg Lippe. O historial de William Elsdén e o seu vasto e marcante *curriculum* no domínio da Engenharia criativa fazem parte de outro artigo. Encontra-se o seu percurso em Portugal entre 1760 e 1777. Casou com D. Teresa Francisca Maria Elsdén e teve uma filha, D. Francisca Teresa da Conceição Elsdén (Arquivo Nacional Torre do Tombo)

<sup>9</sup> Colégio de N<sup>a</sup> Senhora de Conceição, paredes meias com o Mosteiro de Alcobaça, fundado em 1648 por Frei Luís de Sousa e refundado em 1759 por Frei Manuel Barbosa, após um interregno de três anos devido à ruína causada pelo Terramoto de 1755 (Sousa).

<sup>10</sup> Referindo S. Viterbo (Carvalho).

A Livraria, jóia recente na coroa cisterciense, tinha-se afundado em pleno leito de cheia. O Colégio da Conceição, arruinado no terramoto, já renascera mas requeria génio de planeamento.

Na confiança de Pombal e no seu entendimento fácil com o Abade Geral Frei Manuel de Mendonça, Primo do Marquês, dando largas ao seu espírito criador na sua relação com Alcobaça, Elsdén reformulou também o Altar-Mor e edificou o novo Panteão Real. Trata-se de obras marcantes, a do Altar-Mor já desmantelada, mas ainda visível ao olho informado e a da “Sala dos Túmulos”, ambas como cunho para a posteridade da sua obra em Alcobaça.

Porém, a sua *Planta da Villa de Alcobaça*, noutra prisma, consegue competir na riqueza da informação que contém com as arcas tumulares dos amores impossíveis de Pedro e Inês, que não repousaram mais de 180 anos no Panteão Régio de Elsdén. Inquietos na vida, inquietos na morte, já vão na sua terceira posição de localização. Inquieta Alcobaça, o foi no passado, o é no presente, o será no futuro, dada a sua localização sensível e de excepção. A *Planta da Villa de Alcobaça*, ao olho investigador e inquiridor, revela mais do que se possa notar à primeira vista. Mostra a tentativa de trazer ordem ao caos urbano exterior, enquanto dignifica e aumenta a Fachada Principal Ponte do Mosteiro, sugerindo ainda a extensão do Colégio. Aponta diversas intervenções, umas mais óbvias do que outras, tendo algumas vindo a ser realizadas e outras não, enquanto outra renasceu quase duzentos anos mais tarde, no Plano do Rossio para a visita de um Monarca Britânico (HRH Elizabeth II, 1957).

Elsden revela uma preocupação sempre presente na História Cisterciense, em particular em Alcobaça, de não revelar os assuntos internos para o exterior, muito menos as catástrofes sofridas. Mas uma surpreendente falta de dados de levantamento mesmo na parte central da sua *Planta*, precisamente onde ele apõe a sua assinatura, mostra ao olho observador que, com as suas anotações, Elsdén fez ali registo da magnitude da Catástrofe Cheia no Mosteiro de Alcobaça. Porém, por tudo o apontado, para contar a sua história, a da *Planta da Villa de Alcobaça*, há que primeiro contar a história de Alcobaça, para se perceber, tal como Elsdén o fez em 1775, porque são, Mosteiro e Villa – hoje Cidade, um caso de singularidade nacional a requerer a maior das atenções.

## 2. Alcobaça e a sua Génese. O Planeamento e o Génio. A Água, a Construção e as Fundações

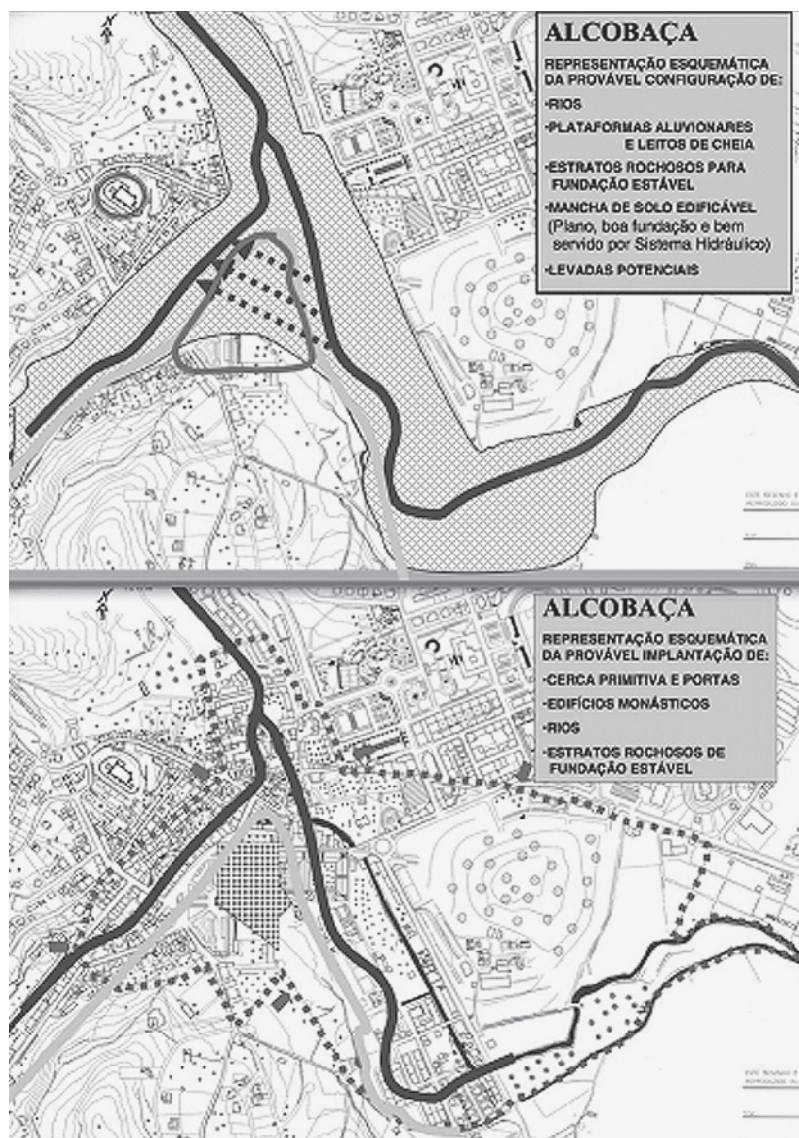


Fig. 2

A Água foi sempre determinante e condicionante do comportamento do homem e da Humanidade. Na Idade Média, foi a água e o domínio do seu controlo que permitiu às Comunidades Monásticas em conjuntos edificados, alcançarem o mais elevado grau de condições de Higiene e Salubridade, não igualável por nenhuma outra Instituição de então.

A ligação à Água e a proximidade desta foram uma constante nos Mosteiros Cistercienses, e não poucas vezes, essa associação fundamental aparece traduzida na própria denominação da Abadia.<sup>11</sup> O toponímico da Alcobaça, para cuja origem se têm avançado as mais variadas teorias, também ficou ligado à água e cindiu-se para dar o nome aos dois Rios que se unem na sua plataforma aluvionar.

A estratificação da Sociedade Cisterciense e a hierarquização dos seus espaços encontravam paralelo na gestão da Água e na sua separação entre Rios, Levadas e Conduatas, cada um com as suas características físicas, os seus caudais, cotas, controlos e riscos próprios e as suas finalidades distintas. Foi também como “Força Motriz” que a água teve um papel fundamental, causando na Idade Média talvez a Primeira “Revolução Industrial”, na qual os Cistercienses tiveram um papel importante, Revolução Industrial essa só comparável à do carvão no século XIX, à do petróleo no século XX e à informática do século XXI.<sup>12</sup>

Quanto a Construção propriamente dita, é interessante notar que na época de maior expansão Cisterciense, em plena Idade Média, séculos XII e XIII, onde a intenção de edificação era construir em definitivo e para as gerações vindouras, para os séculos senão para os milénios, mas onde as técnicas e meios eram limitados, compensavam os Cistercienses através da utilização de materiais resistentes e perduráveis e em condições de estabilidade de fundação. Era um desafio ainda maior, quando os Mosteiros Cistercienses, mercê do seu Programa fechado e dependente da Água, buscando a sua proximidade e possibilidades da sua gestão e utilização, se situavam por excelência em Plataformas Aluvionares e leitos de cheia.

O Mosteiro de Alcobaça foi fundado, segundo uma lenda adaptada às conveniências da História, numa pequena plataforma aluvio-sedimentar criada na confluência de duas linhas

---

<sup>11</sup> Aiguebelle (Aquabella), Auberive, Belaigue (Bella aqua), Bonaigue (Bona Aqua), Bonnefontaine, Fontenay, Fontfroide (Fonsfrigida), Fontmorigny, Fossanova, Fountains, Haute-Fontaine, Loc Dieu, Mellifont, Noirlac, Sénanque (Sana aqua), Trois-Fontaines

<sup>12</sup> Como o Prof. António Quintela nos tem feito notar (Quintela). Também (Gimpel, Lopez, Rodrigues e Amado).

de água, os Rios Alcoa e Baça. O Alcoa nasce de várias fontes, com ramos meandrizantes e encaixados em vales estreitos e profundos de rara beleza, buscando origens insondáveis no Maciço Calcáreo Estremenho (Serra d'Aire e Candeeiros). O Baça, mais pequeno e convencional, corre para o rio irmão em direcção diametralmente oposta.<sup>13</sup> Ambos rodam de cerca de 90 graus e se abraçam a juzante do Mosteiro, atravessam a garganta da Fervença, irrigam os vastos Campos do Valado e do Vale Tifónico (anteriormente braço de mar, depois pântanos, depois férteis campos de cultivo) e, juntando-se aos Rio da Areia e ao Rio do Meio, atravessam a terceira barreira natural paralela ao mar na Ponte das Barcas e desaguam no areal moderno entre a Nazaré e S. Gião, templo visigótico do mais antigo cristão de que há registo em Portugal.

Os Rios criam a pequena plataforma aluvionar, resultado da acção conjunta dos seus caudais de transporte que, encontrando-se, se neutralizam parcialmente, fenómeno esse aumentado pela dificuldade de escoamento a jusante, plataforma aluvionar bem enquadrada pela Mãe-Natureza, rodeada de montes aprazíveis, dotada de fundação rochosa intermédia (entre leitos de rios) e bem servida por duas linhas hidráulicas convenientemente proporcionadas e localizadas, permitindo naturalmente e entre elas todo um sistema de Levadas e Levadinhas para as mais diversas finalidades tão caras e necessárias à Regra e à Ordem. Foi essa plataforma privilegiada que tentou as esclarecidas mentes Cistercienses e as levou a escolher este sítio de excepção, dificilmente igualado em potencialidades por qualquer outro anterior nos quarenta anos da Epopeia de expansão Cisterciense, para aí edificarem a que viria a ser uma das maiores e mais poderosas casas monásticas do Mundo Medieval e Moderno.

Ora, sendo exígua a planície aluvionar, resultado de orografia peculiar e da conjugação dos dois Rios de ataque oposto e de mudanças direccionais marcantes, os estratos de fundação rochosa apresentam-se com uma forma triangular em planta, encaixada entre os leitos dos rios. É aquilo que aqui se denomina o “Triângulo Bom Cisterciense”, como forma geométrica fundacional.

A fotografia do estrato rochoso de grés (vulgo “piçarra”) de possança e visibilidade apreciáveis, junto à margem esquerda do Rio Baça, no talude fronteiro à Estrada Nacional que vem das Caldas da Rainha, na última curva antes de se entrar em Alcobaça, dá uma ideia do que também se passa no subsolo,

---

<sup>13</sup> Sobre Plataformas Aluvionares e o seu complexo comportamento, consultar Brown.



onde vales profundos e abruptos a nível rochoso criados por movimentos tectónicos e pela acção da erosão (glaciação, acção das águas, do vento, da vegetação e de outros seres vivos), estão “escondidos” por milénios de anos de depósitos aluvionares, resultado da acção persistente de cheias, que lavam, retiram, transportam e depositam.

A orientação tradicional de um Mosteiro Cisterciense coloca a Nave Abacial a eixo Nascente-Poente e o Claustro a Sul. São inegáveis as vantagens de insolação, consequentemente de radiação e de iluminação. Os Cistercienses, como Criadores, Projectistas e Construtores, procuraram seguir os seus Programas rígidos, mas dentro de coerência técnica e construtiva. O Claustro a Sul foi invertido não poucas vezes, sendo contudo menos frequente não encontrar o eixo na citada orientação.

Em Alcobaça, o Claustro a Norte traduz a única possibilidade de implantação da Nave mais comprida da Península Ibérica (106 ml<sup>14</sup>), com um dos seus maiores Claustros, um quase quadrado do lado interno periférico de cerca de 50 ml, rodeado pelos Edifícios do Programa Cisterciense.<sup>15</sup> Foi a implantação da Pedra construtiva, sobre a Pedra de fundação, única maneira de à altura garantir construção para os séculos, quiçá para o milénio, traduzindo a grandeza do Edificado e reflectindo a pujança e as necessidades de tão poderosa Ordem!

É assim que, em Alcobaça, se nota que toda a parte mais nobre que nos chega da Idade Média (Naves da Igreja e Transeptos, Claustro do Silêncio e corpo das Salas do Capítulo, Sala dos Monges e Dormitório Medieval), se fundava directamente em estratos da rocha de grés subjacentes (“piçarra”), pelo que resistiu a cheias e a alguns terramotos.

Quanto aos amplos e soberbos Claustros edificadas na Idade Moderna, Cardeal e Rachadouro, aparentemente dominando outras técnicas construtivas e recorrendo quer a “Arquitectos” eventualmente externos e contratados, quer a uma “mão de obra” mais dispendiosa, foram arrojadas mas descuidaram a coerência e estabilidade de fundação, facto de que se vieram a ressentir e bem. Era afinal um modelo bem compreendido e investigado pelos Cistercienses fundadores, que nesses tempos do século de S. Bernardo souberam cingir-se ao “triângulo bom” e tirar partido desta localização de excepção, onde a plataforma aluvionar tinha fundação estável e os dois rios

---

<sup>14</sup> ml: metro linear.

<sup>15</sup> A Área Bruta Total das Naves, Transeptos e Capelas é de 3.360 m<sup>2</sup> – Medições do Autor recorrendo aos Levantamentos realizados pela ARTOP para o IPPAR, 2001/02.

proporcionavam potencialidades hidráulicas infinitas, permitindo inúmeras levadas e canais do Alcoa a Nascente (mais caudaloso em média e a cotas mais elevadas), para o Baça a Poente.

O aqui denominado “triângulo bom” corresponde assim, cumulativamente, a área:

- dotada de bom estrato de fundação,
- bem servida por rios permitindo o desenvolvimento de engenharia hidráulica, e
- zona relativamente plana para melhor implementação do ambicioso Plano Cisterciense.

Os 25 anos que medeiam entre a implantação em Santa Maria a Velha e o início da construção do Mosteiro em 1178, não foram só fruto da instabilidade dos tempos de conquista e de afirmação. Algo nos diz, em sensibilidade Técnica, que foram também o resultado da observação e estudo deste modelo oro-geo-hidrológico, que proporcionaria a localização, a edificação e o funcionamento do Conjunto integrado, talvez um dos mais completos, coerentes e sistematizados de todo o universo Cisterciense.

Localizando o seu Mosteiro no referido “Triângulo Bom” e, ao mesmo tempo, no “fundo do alguidar” daquele conjunto hidrológico de excepção, mesmo antes da garganta apertada de saída a serpentear para a Fervença, deram-lhe os Cistercienses boa fundação e boa gestão das Águas, mas também sensibilidade às cheias. Desafio digno de ser compreendido e assumido por uma comunidade cisterciense! Desafio que levou essa comunidade a reimplantar os rios, a modificar-lhes os traçados e a adaptá-los às suas conveniências. Nos séculos XII e XIII criou-lhes leitos próprios, álveos que mais tarde deslocou na busca de mais espaços, para novas construções, dignas ampliações, para glória de Deus, da Ordem e do Mosteiro.

Assim terão vivido e crescido no esplendor e poder da Ordem, consolidado os seus Coutos e desenvolvido a sua “Máquina Económica” e Estrutura Social, ao longo de algumas centenas de anos. Apesar da notoriedade das instalações conseguidas, a matriz abacial encontrava-se contida no triângulo compreendido entre os dois rios e a colina intermédia a Sul (Cabeço de Deus). Esta contenção refere-se às áreas claustrais essenciais na filosofia de vida cisterciense, sem prejuízo de outras ocupações menores poderem utilizar zonas mais precárias. Tal situação levou-os a diversas tentativas de expansão construtiva dentro das áreas fisicamente exequíveis, nomeadamente através da adição de pisos suplementares a algumas partes dos Edifícios Abaciais, até que se resolveram os Cistercienses a alargar as possibilidades de edificação da matriz principal através do deslocamento das barreiras naturais e condicionantes,



leia-se deslocamento do leito dos Rios e desmonte de parte das bancadas rochosas da colina fronteira, operações não necessariamente concorrentes no tempo, mas comungando da mesma grandeza do génio e do engenho Cisterciense.

Ao implantar o Alcoa e o Baça nos séculos XII e XIII, a comunidade Cisterciense localizou o Mosteiro. Com a provável reimplantação do Baça, permitiu a criação do Rossio! Ao reimplantar o Alcoa no século XVI, proporcionou o lançamento de novos claustros e da futura Livraria.

Assim, no século XVI e sob o impulso dos Cardeais, Príncipes e Comendatários e nos séculos seguintes, incluindo a era Filipina (que, na Architectura, também deixou o seu legado em Alcobaça) a expansão claustral empurrou os Rios para mais além, de modo a, em fases distintas, permitir a edificação de mais dois Claustros equivalentes ou maiores ainda, mas saindo do “Triângulo Bom” de suporte e da sapiência prudente e cuidada da época medieval. Tal ousadia, por efeito das cheias sempre recorrentes, veio a provocar assentamentos diferenciais importantes no Edificado, ocasionados pela cedência dos terrenos de fundação, sobretudo em bandas orientadas pela direcção preferencial das Linhas Hidráulicas originais, elas próprias paralelas às bancadas rochosas erodidas.

Esses assentamentos provocaram tensões elevadas no conjunto edificado dos dois Claustros do Cardeal e do Rachadouro, que, devido à sua grande inércia de conjunto, quebraram e assentaram segundo padrões bem definidos.<sup>16</sup> Não admira, pois, que o Marquês tenha enviado um dos seus Técnicos de confiança, William Elsdén, em socorro de seu Primo e Abade Geral, Frei Manuel de Mendonça.

Do outro lado do conjunto edificado, o Palácio Abacial apresenta, na Fachada Poente sobre o Rossio e a pender para o Baça, desnível de friso da ordem de 42 cm. Foi na plataforma aluvionar do Baça que nasceu o Rossio. E Alcobaça-urbe nasceu no Rossio. Foi nesse espaço que se juntou uma comunidade palpável extra-monástica. Mas o seu parto foi singular, já que os Cistercienses não desejavam a vizinhança secular. Parto, pela analogia com a relação biológica Mãe-Filho na Natureza. A Mãe, Mosteiro, gere e dá nascença ao Filho, que expele do seu ventre: é a recolha dos homiziados que fugiam à justiça Real ao longo do século XV, sua protecção dentro da “Cerca” (o “ventre” materno) e esmolas da “micha” e da botica (foi a fase da “gestação”).

---

<sup>16</sup> Sobre Assentamentos no Edificado, ver os Trabalhos do Autor (Tavares, *Mosteiro de Alcobaça – As Cheias e os Assentamentos no Edificado Cisterciense*).

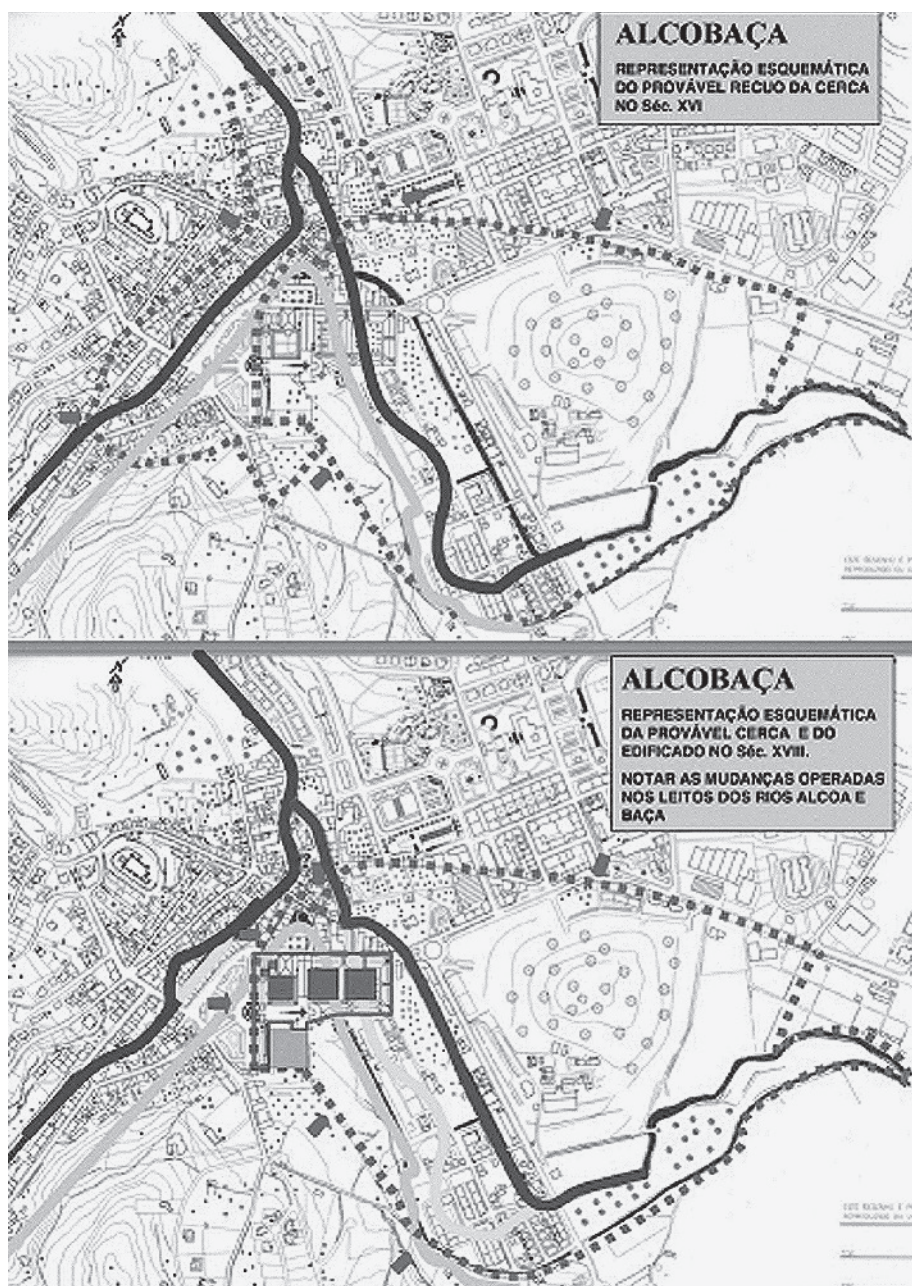


Fig. 3

Segue-se o Decreto infrutífero de 1506 de D. Manuel para a Vila de S. Bernardo (Vestiaria), para retirar essa concentração populacional da vizinhança do Mosteiro. Gorada essa intenção, recorre o Cardeal Afonso ao recuo da “Cerca” no séc. XVI, ficando os homiziados de fora e formando o núcleo secular (foi autenticamente o “dar à luz” de Alcobaça). O Filho cresce e aprende à sombra protectora e tutelar maternal; ao atingir grau de maturidade e desejo de independência, face à rigidez paternal, antagoniza, diverge no idealismo, segue outras bandeiras (foi a fase do crescimento). Na Natureza, muitas vezes a mãe repele o próprio filho, para que ele siga a sua vida e aprenda a ser independente e autónomo.<sup>17</sup>

Quando finalmente o poder abacial desaparece em 1833, fugido primeiro, despojado depois (fuga dos monges, decreto de extinção), é o Povo de Alcobaça que ocupa o Mosteiro, compra espaços, profana, altera, modifica. Goza o Espaço, torna-o útil à sua maneira, desde Teatro a Igreja, de Câmara a Prisão, de Escolas a Bancos, de Correios a Ginásio e Banda, de Repartição Pública a Quartel, de Habitações a Asilo e Lar. Porém, neste acto secular e blasfemo, salva da destruição o corpo materno. Na maioria dos outros mosteiros, à extinção seguiu-se a demolição, para utilização de materiais de construção, como se de pedreira se tratasse (foi a sorte do Castelo de Alcobaça), ou a ruína, por abandono.

Tem-se hoje um raro, belo e extenso Conjunto Monumental Cisterciense. Alcobaça secular foi Filha do Mosteiro, gerada em “ventre” cisterciense e nascida em “berço” chamado “Rocio”. Rossio que passa a ser a nova zona nobre de chegada no século XVI, com Palácio Abacial e obrigando à abertura do Coro Manuelino. Rossio que se torna charneira de tudo e de todos, local fronteiro à Abadia, zona de chegada, de acolhimento e de transição e também espaço de perspetivação. De local fechado e recatado em origens cistercienses, passa a terra aberta há quinhentos anos e o eixo viário principal Norte-Sul do País há pouco mais de século e meio. No pós-cisterciense, o Rossio tornou-se prancheta de ensaio de planos e de desenho urbano, materializados ou não: Rossio com árvores e sem árvores, com e sem Igreja Nova ou Jardim Escola, com Alas Norte e Sul monásticas ou seculares, em arquitectura abacial ou humanizada à escala da ocupação humana, com maior ou menor cota, com cerca ou sem cerca, com carros ou sem eles, com alcatrão, terra, jardim, saibro, lageado ou calçada, com vai e vem de pelourinho, coreto,

---

<sup>17</sup> História evolutiva bem descrita por Fr. Manoel dos Santos (Santos, *Alcobaça Ilustrada*).

escadarias, monumentos temáticos, com terraplenos e escavações de monta, com avanços e recuos, com simetrias de “mestria”, sugestões, concursos e planos em profusão: Elsdén, Jacobetty, Korrodi, Tertuliano Marques, Faria da Costa, Vaz Martins, Manuel Tainha, Júlio Moreira, GITAP, Gonçalo Byrne/Falcão de Campos. Nomes ligados ao Rossio não faltam, até na sua denominação: Rocio, Praça Serpa Pinto, Conselheiro João Franco, do Município, Oliveira Salazar, 25 de Abril. Para os Alcobacenses, porém, será sempre o seu Rossio. (Tavares, *Alcobaça, o Mosteiro, o Rio e o Rossio: o Fio do Desafio!*)

Notáveis são também os trabalhos observados de movimentações e depósitos de terras. Constata-se ter havido alterações da topografia e configuração locais, bem como a ocorrência de depósitos aluvionares de monta, também causados por cheias e inundações de excepção. Neste cenário de grandes variações de cotas do edificado, seja por Assentamentos Diferenciais nesse edificado, seja pela realização de amplas movimentações de terras, é interessante notar a diferenciação que, em determinada altura, se passou a fazer na origem litológica do material de construção abacial e que pode revelar dados preciosos dos níveis de utilização aquando a concepção de determinados espaços. Em Alcobaça, as variações das cotas e dos aterros tem sido de tal ordem (o “sobe-e-desce” de Alcobaça!), que a observação das pedras utilizadas dá, por vezes, indicadores relevantes para níveis anteriores, posteriormente alterados.

As Rochas utilizadas na construção abacial são essencialmente de dois tipos, calcárias e grés ou arenitos, concretamente “Grés superiores com vegetais e dinossáurios”, na terminologia do saudoso Zbyszewski. Ambas em abundância local e de origem sedimentar e ambas do Jurássico e numa panóplia de variação de tipo, compactação e dureza (Zbyszewski e França).

Constata-se assim que as rochas de arenito do tipo grés (vulgo “piçarra”, constituídas por grãos de quartzo e algum feldspato, aglutinados por um cimento) se comportam bem em material de fundação e enterradas. Sendo porosas, são absorventes da água, que podem manter em largos volumes (no que constituem um dos vulgarizados sistemas de captação de água na região, através da abertura de túneis, denominados “minas”). Húmidas, enterradas e contidas mantêm-se quase que indefinidamente. Porém, se expostas no exterior, a alternância seco-húmido em continuidade e a exposição à acção do vento desgastam-nas sobremaneira.

Quanto ao calcário, mesmo duro e compacto, é sensível à humidade persistente, comportando-se melhor no exterior do que enterrado. A água da chuva é ligeiramente acidulada, e o



seu  $\text{pH} < 7$  leva-a a reagir lentamente com o Carbonato de Cálcio, criando sais solúveis que vão formando pequenos alvéolos nas faces das pedras, alvéolos que se vão juntando em cavidades de maior dimensão e, se na Natureza criam rendilhados, formas e cavernas de rara beleza, no edificado concorrem para a sua destruição.

Deste modo e em determinadas épocas, nos mesmos elementos verticais, encontra-se a utilização das rochas de arenito (grés) para material de fundação e do calcário para as super estruturas. O plano de fronteira (linha nos alçados) revela a separação entre o “quase que permanentemente húmido” e o “quase que permanentemente seco”, mostrando curiosos dados de níveis idos e de utilizações modificadas.

Na vida Cisterciense, além das Cheias com Inundações, Depósitos Sedimentares e Assentamentos, houve outras catástrofes diversas de ordem física e patrimonial, nomeadamente, Deslizamento e Instabilidade de vertentes, Terramotos, Incêndios, Raios e Faíscas, Ventos, Pestes e Epidemias, Secas e Fomes, Poluição e também Guerras, Revoluções, desordens ou ocupações (Tavares, *Riscos Naturais na Alcobaca Cisterciense*) (Rebello).

Em Alcobaca, há registo e/ou marcas palpáveis ou subtis de quase todas as catástrofes referidas.<sup>18</sup> Mas as Cheias, acompanhadas de inundações, assoreamentos e depósitos, entupimentos, assentamentos, destruições e ruína, foram talvez a causa natural que mais perturbações criou na vida Monástica de quase sete séculos em Alcobaca, fruto de uma hidrografia/orografia peculiares, dos efeitos dos Climas Mediterrâneos e da necessidade Cisterciense de edificação em solo manuseável de forma útil, de modo a pôr a água ao serviço da comunidade abacial. Foi desafio digno de ser compreendido e assumido por uma comunidade cisterciense, o da Fundação da maior casa Monástica de Portugal em leito aluvionar!

“Alcobaca é Única”, pelo seu Património Cisterciense, pela sua génese e história e pela sua sensibilidade nas plataformas hidro-aluvionares em que se desenvolveu, como William Elsden claramente veio a constatar! E a propor acção!

---

<sup>18</sup> É interessante referir que foi só no século XVIII que Rousseau e Voltaire romperam radicalmente com o conceito de que a Natureza, emanção divina, era a única responsável por todas as calamidades. Afinal, “o Homem e a Sociedade têm a capacidade de interferir sobre o seu destino”. A “onda de choque” emocional na Europa, provocada pelo Terramoto de 1755, que em 2005 fez 250 anos, muito contribuiu para o efeito.

### 3. A Hidráulica



Fig. 4

O Ciclo da Água está bem marcado em Alcobaça. Foi a riqueza da água que tentou a localização dos Cistercienses no século XII e foi a sensibilidade local à água que os levou a desenvolver Sistemas Hidráulicos de protecção e de segurança, de utilização industrial e agrícola, de drenagem e saneamento e de lazer e utilização urbana, em cenário porém de inesperado risco, mas de aliciente desafio. Desafio esse assumido pelos Cistercienses de então e assimilado pela Alcobaça nascida à sua sombra, mas progressivamente esquecido pela sucessão das gerações pós-cistercienses.

O Sistema Hidráulico Cisterciense por um lado, e a matriz abacial por outro, ambos convivendo sobre plataformas aluvio-sedimentares em evolução, formavam um sistema de causa-efeito, condicionando-se reciprocamente na implantação, na concepção e na Arquitectura Abacial. O Sistema Hidráulico formava uma complexa Rede de linhas-canal, registos e controlos, sistemas de retenção e de armazenagem, engenhos e sistemas de elevação, como meios de captação, adução, distribuição, evacuação e drenagem e com finalidades de rega, consumos gerais, limpeza, força motriz, lazer, meio piscícola, drenagens pluviais,

esgotos e de salubridade das construções.

Esta Rede estava organizada de um modo hierarquizado e disciplinado, com expressões notáveis de concepção, materialização e exploração, revelando conhecimentos notáveis de Hidráulica, de Engenharia e de Arquitectura, em cenários de criação harmoniosa, artística, eficiente e pragmática.<sup>19</sup>

A Captação processa-se no Vale da Ribeira do Mogo e origens do Rio Alcoa, sistema complexo com particularidades únicas e com áreas de influência muito para além da simples localização da sua comprida e tortuosa bacia, fruto de intrincados sistemas cársticos peculiares dos grandes maciços calcários, de que o “Poço ão” é apenas o exemplo sifónico visível. Aqui se situam os vestígios da localização do homem do Neolítico.

O Sistema de Adução faculta a Água para Consumo potável numa caleira em pedra geralmente perto da superfície e coberta, ou subterrânea em galeria visitável, com diversos pontos de inspecção/ventilação, admirável obra do génio cisterciense e que proporcionava a água para consumo na sua versão mais pura. Trata-se da “Conduta de Água Potável”, linha adutora, de abastecimento de água para finalidades de consumo e litúrgicas, de pequeno caudal e de grande pureza, protecção e controlo. Tem origem na Chiqueda, nos “olhos d’água” protegidos pela “Mãe d’Água”, no final do Vale da Ribeira do Mogo e nascentes do Alcoa. Serpenteia por montes e vales em cerca de 3,2 km, até chegar ao Mosteiro, buscando sempre aproximar-se da curva de nível natural do relevo do terreno, de modo a permitir um percurso suave com inclinação média reduzida (ordem de 0,25%) e geralmente à superfície. Desenvolve-se em caleira talhada em pedra calcária, com secção circular interior com cerca de 16 cm de diâmetro, sempre coberta por espesso lajeado de protecção e em troços contínuos com comprimentos variáveis, da ordem de cerca de um metro ou mais, assentes com precisão e sobre fundação estável.

O precioso líquido da Conduta de Água Potável, em menor quantidade, mas a cota mais elevada, servirá para o consumo alimentar, para a tonsura e para as abluções. A Água sempre teve um significado místico especial, uma noção de purificação e de limpeza, além de também fazer parte dos actos litúrgicos. Daí que não surpreenda que apareça a atravessar a própria Igreja e que tenha pormenores associados a aspectos da vida religiosa. Paralelamente desenvolvem-se a “Levada” e a “levadinha”, com

---

<sup>19</sup> Sobre a Hidráulica Cisterciense em Alcobaça, consultar Tavares, *Sistema Hidráulico Cisterciense, Roteiro Cultural de Alcobaça – A Oeste da Serra dos Candeeiros*.



origem no Rio Alcoa, com maior caudal e finalidade de rega, limpeza e de força motriz.

A razão de ser da Levada prende-se com a necessidade de trazer a água em caudal controlado (mais controlado do que o dos rios, este sujeito aos caudais da Natureza) e a cotas mais elevadas, de modo a permitir a distribuição de fluxos em engenhosas redes com diques, comportas, registos, controlos, comandos, fugas e avisos (“trop plein”) e a alimentação de todos os dispositivos de moinhos, lagares de azeite, martelos e foles de forjas, serrações de madeira, fornos, mós, moinhos de papel, pisões, engenhos de linho, de açúcar e de esmagamento de sementes oleaginosas, espetos e outros requisitos de força motriz hidráulica, tarefas que também partilha com os Rios. Levada bem visível e central na Planta de Elsdén ...

Tal como na descrição “A Água em Clairvaux” na *Patrologia Latina*<sup>20</sup>, depois de se preocupar com a alimentação e o vestuário dos monges, bem como em proporcionar a força motriz indispensável a inúmeras outras tarefas, a água da levada vai ainda permitir a limpeza das latrinas, cozinhas e zonas potencialmente sujas, bem como a evacuação de todo esse sistema e também da drenagem pluvial (a área “urbana” do Mosteiro

---

<sup>20</sup> “A Água em Clairvaux”, tradução adaptada pelo autor (a partir da tradução para a edição inglesa de Clegg, Higgitt e Ryan da obra de Leroux-Dhuys e Gaud, 1998)

“Abençoada seja a levada do rio que passa pelas numerosas oficinas da Abadia, por todos os serviços que presta... Primeiro, o rio, com ímpeto, toma o moinho de assalto, ocupando-se aqui e ali, moendo o grão sob o peso das mós de pedra e vibrando as peneiras finas que separam a farinha do farelo.

Depois, precipita-se para o edifício seguinte, enchendo as caldeiras e entregando-se ao fogo que o aquece para preparar a cerveja dos frades, quando a vindima é fraca. Não termina aqui, passando em seguida aos pisões. Tendo-se primeiro preocupado com a alimentação dos frades, trata agora do seu vestuário, nunca recusando executar o que lhe é pedido. Eleva e baixa os pesados mecanismos e martelos ou, dito de outra maneira, as estruturas hidráulicas de madeira, desta feita poupando muita labuta pesada aos monges ...

Quanto cavalos ficariam exaustos, quantos homens cansariam os seus braços nestes trabalhos, que são executados para nós pelo nosso rio gracioso, a quem ficamos a dever o nosso vestuário e a nossa alimentação?

Quando finalmente emerge, depois de fazer girar tantas rodas e tão rapidamente, vem a espumar como se tivesse sido chicoteado. A seguir, prepara os cabedais e solas necessários ao calçado dos monges. É, ao mesmo tempo, trabalhador duro e energético.

Depois, dividindo-se numa multitude de canais menores, encaminha-se para as mais variadas zonas do Mosteiro, procurando diligentemente onde pode ser prestável, seja para cozinhar ou ensopar, seja para moer ou lavar, nunca recusando a sua colaboração.

Por fim, para completar o seu trabalho, arrasta os detritos e leva as sujidades, deixando tudo limpo.” (“Descriptio monasterii claravallensis, *Patrologia latina*” – vol. 185, cols. 570A-571B)

de Alcobaça a drenar das águas das chuvas é substancial e da ordem de 33.500 m<sup>2</sup> – telhados e claustros). De caminho, movimentou azenhas, noras e rodas de água para elevação da água para rega, lazer e usos gerais e, por fim, desagua nos Rios Alcoa e Baça, com preferência no Baça.<sup>21</sup> Em paralelo, desenvolve-se, além do Sistema de Drenagem das Águas Pluviais, uma intrincada rede de Águas Subterrâneas, elas próprias causadoras, num processo de longa acção temporal, de eventuais anomalias a nível das Fundações. Refere-se ainda, pela sua singularidade, a gárgula do Rinoceronte pétreo no canto NW do sobreclaustro manuelino do Claustro do Silêncio.<sup>22</sup>

Na Cozinha passa um braço da Levada. Trata-se de um fluxo subtraído à Levada na zona perto da Capela do Desterro, depois de esta emergir da bonita Escadaria em cantaria de pedra que lhe está adjacente e antes de desaparecer por baixo da Sacristia em direcção ao Claustro do Cardeal. Cerca de 160 metros depois, surge com ímpeto na bacia no pavimento da Cozinha, bacia essa com três saídas aparentes, duas com controlo de adufa e a do meio a cota ligeiramente mais elevada.

Diz a tradição que os monges pescavam nesta bacia! Não é provável que assim fosse, antes a alimentação de tanques de lavagem e de salga. Além disso, o braço referido da levada teria certamente uma grelha inicial, como ainda hoje tem, para evitar que detritos viessem a entupir ou a danificar tão longo e inacessível trajecto. Os Cistercienses privilegiavam o peixe na sua dieta, mas, para isso, dispunham de tanques de criação de carpas no exterior.

---

<sup>21</sup> Os Sistemas de Distribuição da caleira de água potável e da levada, revelam redes engenhosas, a maioria das quais desaparecidas, mas que se adivinham ou se depreendem, com inúmeros dispositivos integrados na Arquitectura do sítio, de que são exemplos o armário de distribuição de caudais a meio da Nave Colateral Sul, a expressiva Placa “Aque: ductus” na Nave Colateral Norte, a Carranca com a boquinha “trop plein” no Nicho de Nossa Senhora do Claustro, o Lavabo Renascentista na Edícula frente à porta do Refeitório, as Carrancas d’água nas bacias de lioz da Cozinha, Cozinha onde Fr. Manoel dos Santos nos refere o Moinho Hidráulico da Pimenta (pimenta, cinamomo, açafrão e gengibre) e facilmente imaginamos dispositivo equivalente para o espeto rotativo, o bonito Lavabo da Sacristia servido por dois golfinhos pétreos que ainda escondem os locais das válvulas de borboleta, a pequena carranca exterior para servir o depósito deste lavabo, um sem número de pequenas técnicas e pormenores apresentados como expressões artísticas. (Tavares, *Sistema Hidráulico Cisterciense, Roteiro Cultural de Alcobaça – A Oeste da Serra dos Candeeiros*)

<sup>22</sup> Rinoceronte pétreo representando o primeiro exemplar trazido da Índia para a Europa há quase quinhentos anos, mandado ao Papa e também imortalizado em míssula na Torre de Belém e em Desenho pela pena de Albrecht Dürer (Tavares, *Sistema Hidráulico Cisterciense, Roteiro Cultural de Alcobaça – A Oeste da Serra dos Candeeiros*).

Na “Cerca”, os jogos hidráulicos atingem um expoente apreciável. A parte mais próxima dos Edifícios Conventuais, do lado mais nobre, amplo, soalheiro, plano e servido pelas linhas de água, transforma-se em zona de beleza, lazer, arte, repouso e meditação, atirando com as tarefas do trabalho agrícola para mais longe. No centro deste espaço tornado nobre, toma lugar um amplo espelho de água, tanque de formato elíptico em cantaria, com uma capacidade de armazenamento que ronda os seiscentos e vinte mil litros de água e com um majestoso obelisco central, dotado de quatro carrancas de água esculpidas em rico relevo em pedra calcária, orientadas segundo os eixos principais da elipse e também linhas preferenciais do Sistema Hidráulico na “Cerca”. Complementam estes jogos hidráulicos um conjunto de belos Fontanários, autênticas obras de arte Barrocas, simbiose de intrigante Engenharia Hidráulica, escultura em cantaria e forro a azulejaria verde esmeralda (Bernarda).



Fig. 5

Frei Manoel dos Santos refere quatro Fontanários (Santos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, 1979). Três destes Fontanários situam-se rectilíneamente intervalados de 110 metros, de costas para a Levada e dando a frente ao Jardim do Obelisco. O melhor exemplar, relativamente bem conservado, está a eixo do obelisco e era servido somente pela adução vinda da Conduta de Água Potável, através de uma caixa de controlo localizada cerca de 60 ml a montante. A caleira de abastecimento cruzava a Levada através de um arco em pedra ainda hoje existente, embora com enxertos.

Os dois outros Fontanários, rigorosamente simétricos deste a montante e a jusante, tinham a particularidade de serem de “duas águas”. Isto é, por um lado serviam a água potável, vinda da Conduta de Água Potável, tal como no primeiro Fontanário referido e, por outro lado, também serviam, para gastos gerais de maior caudal, a água vinda da própria Levada e içada às cotas necessárias com recolha em bacia de pedra pelo tardo do Fontanário, através de Rodas de Água de Propulsão Inferior em tudo semelhantes (roda e bacia) à ilustrada por James Holland em 1837 em Alcobaça.<sup>23</sup>

Aos Rios está reservado o papel unificador e de transporte de e a maiores distâncias, recolhendo as águas das Bacias Hidrográficas, permitindo o escoamento de caudais em excesso, dispondo também de dispositivos de regularização e de controlo e de engenhos de elevação e de força motriz e recebendo um sem número de canais de retorno, de entregas, de escoamentos de esgotos, de drenagens pluviais, de regas, de laboração e outras. O Alcoa e as fontes do Alcoa são a origem por excelência dos

---

<sup>23</sup> A Roda de Água de Propulsão Inferior chega-nos através de um Desenho a Grafite e a Aguarela de James Holland, datado de 31 de Julho 1837 e existente nas Reservas do Fitzwilliam Museum em Cambridge, no Reino Unido. Holland foi enviado a Portugal para fazer ilustrações de vários Monumentos a integrar num Almanaque o “The Tourist in Portugal”. Das dezoito Peças Artísticas conhecidas produzidas na visita, só a de Alcobaça está nas Reservas do Fitzwilliam Museum, estando a maioria das restantes em Londres no Victoria and Albert Museum. A Aguarela representa a Capela do Desterro, vista de uma das janelas junto ao Relicário da Sacristia. Em primeiro plano vê-se uma enorme Roda de Água no leito da Levada, já em início de estado de decadência, com um tabuleiro em pedra na parte superior para recolha de água e que ainda hoje lá se encontra. O plano seguinte mostra a Capela do Desterro, com o seu belo Alçado e de cuja geometria é possível deduzir, através dos alinhamentos dos diversos pináculos e cunhais, a localização exacta do Pintor/Observador. Este aspecto é interessante para melhor se entender o terceiro plano, que mostra o estado da altura do que se veio a identificar como a Ala Nascente do “Claustro Sul”, o Claustro da Fundação do Colégio da Conceição, com a sua Água Furtada pelo lado exterior. À esquerda, ao fundo, é reconhecível a cobertura de quatro águas do edifício do “Celeiro”.



Fig. 6

inúmeros fluxos e caudais. O Rio Baça é o veículo por excelência para receber as evacuações e retornos de todo o complexo sistema hidráulico.

Salienta-se ainda que, tal como as edificações abaciais, todo este sistema foi evolutivo e sendo constantemente actualizado, reformulado e conservado. As grandes cheias de 1772 e 1774 danificaram irreparavelmente partes do sistema de então, obrigando a modificações e reconversões do mesmo, embora dentro dos mesmos princípios genéricos. Há diversos e fortes indícios arquitectónicos que revelam que, em tempos tão distantes para muito já estar suficientemente “mascarado”, quando as linhas hidráulicas oblíquas inflectiam para se adaptar à matriz abacial, em vez de se direccionarem para Norte, rumavam antes para Poente, cruzando o terreiro fronteiro ao Monumento (Rossio ou Praça 25 de Abril) e buscando o Rio Baça como destino.

É interessante notar que há vários pontos onde as duas das linhas de água com origens diferentes, a Levada e a Conduta de Água Potável, se encontram no mesmo local. Tal acontece nos Fontanários da Cerca e debaixo do mesmo tecto, na Cozinha, com o braço da Levada. Na Cozinha, bela sala resultante da



remodelação do “Calefactório” e da ocupação do espaço entre a Sala dos Monges e o Refeitório no século XVI e posteriormente diversas vezes intervencionada e melhorada, forrada a azulejo em 1752, “Templo de Glotonaria” nas palavras de William Beckford referentes a 1794, exemplo do primeiro aço usado para fins estruturais (colunas de suporte da ampla e alta chaminé), a diferença de cota entre as duas linhas hidráulicas, conduta de água potável e braço da levada, é de cerca de 1,73 m.<sup>24</sup>

Em relação ao Rio Alcoa, a diferença de cota da Conduta de Água Potável é de 11,79 m (Bica do Chafariz na Praça D. Afonso Henriques) e de 14,20 m (Lavabo Claustro do Silêncio). Entre a Levada e o Rio, essa diferença é de cerca de 10,65 m (braço da Levada na Cozinha) e de 7,00 m (Levada à saída do Claustro do Cardeal). Esta última cota, associada ao caudal da Levada, dá uma ideia da energia potencial disponível para os muitos moinhos e outros engenhos que do sistema se serviam, embora em percursos, fluxos, caudais e horários engenhosamente concebidos e ordenadamente controlados, quer em vida cisterciense, quer em usufruto posterior, enquanto a água foi um bem precioso e o meio energético por excelência! ... Tudo numa sensibilidade criativa e funcionamento de precisão, que certamente terá impressionado Elsdén.

É curioso notar a influência do Sistema Hidráulico Cisterciense no tecido urbano da Cidade de Alcobaça. As linhas do desenvolvimento e crescimento urbano estão mais marcadas pela matriz Hidráulica e pelos limites da Cerca, do que pela matriz Abacial. Esta, embora grandiosa e impressionante, prévia e propositadamente direccionada e orientada, fecha-se ao Mundo exterior, tal como a Ordem, deixando à matriz Hidráulica, também ela com o cunho Cisterciense marcado, a tarefa de moldar o crescimento urbano exterior.

---

<sup>24</sup> Beckford deixou-nos expressivas descrições da sua passagem de três dias em Alcobaça, dadas à estampa mais de quarenta anos depois (Beckford).

#### 4. Elsdén e o Altar-Mor e o Panteão Real

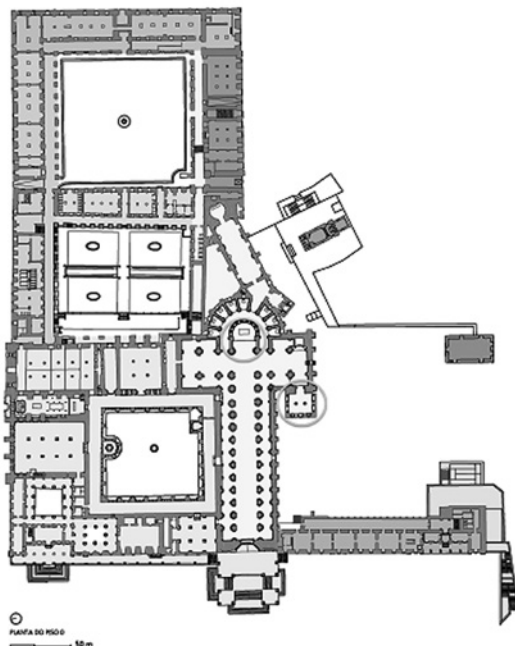


Fig.7

Conforme referido, o Marquês envia William Elsdén a Alcobaça ca.1773, com a incumbência para ali “... determinar algumas Couzas das Obras da Livraria, e Collegio ...” (Carvalho, 1977). A situação da zona da Livraria e as propostas para o Colégio, estão “escondidas” na Planta da Villa de Alcobaça de 1775, como se tentará mostrar.

De caminho e com o seu entendimento fácil com Frei Manuel de Mendonça, Elsdén reformulou o Altar-Mor e edificou o novo Panteão Real (Silva, 2003). A análise detalhada destas duas obras não cabe aqui, merecendo contudo a presente referência.

No Altar-Mor, Elsdén fez construir em 1777 uma estrutura com colunas clássicas, escondendo a arquitectura gótica medieval e revestindo a estrutura de colunas original, proporcionando vários níveis para a então profusa escultura barrista (Korrodi,



1929).<sup>25</sup> Este arranjo foi desmantelado em 1930/31, nos trabalhos de reintegração da Igreja promovidos pela Direcção Geral de Monumentos, no seguimento do “retorno às origens” e despojamento de todos os acrescentos espúrios (!), bem como da teoria da simetria de Alcobaça em relação a Claraval avançada por Ernesto Korrodi em 1928.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Datado cerca de 1777 (Murphy).

<sup>26</sup> Ernesto Korrodi, *Alcobaça-Estudo Historicó-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*, Monumentos de Portugal, Colecção de Vulgarização Artístico-Monumental sob o alto patrocínio da Associação dos Archeologos Portuguezes, N°4, Porto 1929.

A organização espacial de um Mosteiro Cisterciense era quase que determinística, desde a distribuição das suas funções e controlo de fluxos e contactos, até à firme separação entre grupos, classes e actividades. Compreender a filosofia cisterciense é uma ajuda preciosa no desbravar da epopeia do que foi a mais coerente ocupação espacial e de território havida entre os séculos XII e XVIII. Em Arquitectura Moderna, dir-se-ia que o “Programa” era rígido e inflexível, marcante e imposto. Por essa razão, quando ainda não havia estudos suficientes para a compreensão do fenómeno Cisterciense, Ernesto Korrodi (Korrodi) foi brilhante ao avançar em 1928 com a sua conhecida teoria da simetria de Alcobaça em relação a Claraval. Se o Programa era o mesmo e tão omnipresente, certamente os espaços teriam semelhança, ainda mais por as naves principais serem equivalentes em comprimento.

Mas os Monges Cistercienses, além de Monges, também eram, na verdadeira acepção da palavra, Arquitectos, Engenheiros, Técnicos de Hidráulica, Agrónomos e Gestores. Por muito rígido que o Programa seja, requer engenho para o adaptar ao local, para o “rentabilizar” num novo habitat. A aplicação a cada caso não foi cega, foram antes actos de astuta ponderação e eficiência. Um Criador, e eles certamente que o eram, não copia, não se limita a transpor. Um criador inova, investiga, raciocina, imagina como pode melhorar, progredir, sem contudo renegar o seu programa e a sua intenção. Um Mosteiro Cisterciense (e foram cerca de 800 masculinos) é um acto de amor, de criação, de afirmação. Não se trata da repetitiva e falha de inspiração transposição de planos e de edifícios.



Fig. 8

Nos três níveis criados, o do piso do Altar recebia as estátuas principais, de S. Bento e de S. Bernardo, hoje no Refeitório. O piso seguinte e intermédio tinha os Papas, Santos e Doutores da Igreja e o de cima os Anjos e Músicos, a maioria dos quais está actualmente na Sala do Capítulo. No centro, um Resplendor em prata, Globo cercado com as imagens do Menino Jesus e de

N<sup>a</sup> Senhora olhando do alto e ornado com nuvens e anjos, pairando sobre o Altar-Mor.<sup>27</sup> A Estátua da Senhora e do Menino (Santa Maria de Alcobaça), em madeira policromada, apeada do “céu” para o piso térreo, está hoje geralmente bem visível à esquerda e frente do Altar-Mor, embora também noutras localizações. Tendo já sido alvo de duas campanhas de recuperação, a mudança de cota obrigou ao “endireitar do pescoço” da Virgem Maria, que por isso agora se apresenta “elegantemente longo”.

O Prof. Virgílio Correia, de Coimbra, opôs-se ao citado desmantelamento do Altar-Mor de Elsdén. Quando, porém, entrou no Mosteiro após a conclusão da obra, declara-se surpreendido com o resultado alcançado (Correia) (Fotos Domingos Alvão).

As esculturas apeadas estão hoje distribuídas por espaços do Mosteiro, conforme referido. Quanto às colunas, elas reparam-se entre o Depósito Municipal (até há pouco tempo) e o embelezamento dos anos noventa da Rotunda na chegada a Alcobaça, junto à Ponte de D. Elias, para quem vem da Nazaré pela apertada e serpenteante garganta da Fervença. Para os incrédulos, notar o fuste estriado característico das partes visíveis a comparar com as fotografias no Altar, bem como as áreas lisas nas zonas que “encostavam” às grossas colunas originais!

Quanto ao Panteão Real ou Sala dos Túmulos, foi erigido a Poente do Transepto Sul, com portal de acesso frente ao Altar do Trânsito do Santo Melífluo, em estilo neogótico, em gosto comum no revivalismo decorrente em Inglaterra. Está descrito em pormenor na Bibliografia citada (Silva). Alberga diversas arcas tumulares da Família Real da 1<sup>a</sup> Dinastia, merecendo honras de terem contido durante quase 180 anos os Túmulos do Amor impossível de Pedro e Inês, o mais marcante exemplo da Estatuária Gótica Medieval em Portugal, túmulos que dão forma ao Amor como Arte e à supremacia da Paixão sobre a Razão e que os projectam em imagem física, sensorial e histórica, com uma grandeza que nem a demanda de D. Sebastião para os abrir (Santos, *Alcobaça Ilustrada e Descrição do Real Mosteiro*, 1716) ou as violações das tropas do Comte d'Erlon conseguiram beliscar.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Conforme anotação <sup>9</sup> a pág.26 na *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça* (Santos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, 1716 e 179). Em estimativas do autor, as dimensões do conjunto, Resplendor, Imagens, nuvens e anjos, deveriam rondar 4 x 6 ml (largura x altura).

<sup>28</sup> Durante a retirada de Masséna, as tropas de Jean-Baptiste Drouet, Comte d'Erlon, profanaram e vandalizaram os Túmulos de Pedro e Inês. Anos mais tarde, em 16 e 18 de Junho 1815, as manobras militares da responsabilidade d'Erlon, segundo Napoleão, contribuíram para a sua derrota em Waterloo (Roberts).

Com as demolições levadas a cabo pela DGEM no segundo quartel do século XX de partes restantes do Claustro a Sul do Colégio da Conceição, ficou mais exposta a grandiosidade do Alçado Sul do Conjunto Monumental, uma das mais belas vistas das Naves em extensão, Transepto e Arcos Botantes, Sacristia, Livraria. Ficou o Panteão de Elsdén, originalmente embebido no edificado posteriormente apeado, aparecendo agora, quando visto do exterior, como nota construtiva dissonante na base do Alçado, algo que se tolera quando se pensa no seu significado, valia e beleza interior.

Curiosamente, no cunhal externo a Sul-Poente do Panteão, ficou o testemunho da passagem tangencial da Conduta de Água Potável no seu caminho para a travessia das naves (entrada a meio da Colateral Sul), a extraordinária Placa “AQUE DUCTUS” na Colateral Norte, com as duas expressivas mãozinhas assinando a passagem e a existência de duas condutas<sup>29</sup>, a carranca com a boquinha em orifício “trop plein” na base do Nicho de Nossa Senhora do Claustro e, enfim, as entregas em glória no Lavabo na Edícula frente à porta do Refeitório e na Cozinha e, por fim, no Fontanário da Quadra Sexta, actual Praça D. Afonso Henriques.

## **5. Elsdén e a Planta da Villa de Alcobaça**

A Planta da Villa de Alcobaça de William Elsdén de 1775, com 69x142 cm e constituída por 7 folhas de dimensão variada, é colorida não só na representação gráfica desenhada que revela, como também na dimensão da informação que encerra. Na realidade, essa informação é directa ou “escondida”, visível ou dedutível, num jogo que surpreende e admira. É certamente a melhor carta de Alcobaça do século XVIII e também do século XIX para o efeito! Mas não é carta que se observe detalhadamente por uma só vez. É necessário vê-la, estudá-la, deixá-la e digerir, voltar a compulsar e a pensar.

Porque assina Elsdén a meio da Planta, numa situação não habitual? Bem, a resposta fácil será porque assinou numa das 7 folhas e, na composição, calhou ali! Mas então porquê aquela folha, que até é a que aparenta ter menos informação? Mas não o é, pois contém a informação geral do registo da catástrofe de

---

<sup>29</sup> Duas condutas hidráulicas, uma para o Lavabo em ligeira sobre-pressão e outra para a Cozinha em escoamento em superfície livre (Tavares, *Sistema Hidráulico Cisterciense, Roteiro Cultural de Alcobaça – A Oeste da Serra dos Candeeiros*, 2001).

1774, bem dentro do Mosteiro. Não informação detalhada do interior, pois esta era uma Planta para ser usada no exterior! No fundo, a catástrofe que levou o Marquês a mandá-lo lá!

O rigor da presente Representação Planimétrica de Alcobaça é habitual nos trabalhos resultantes da Cartografia Militar, e Elsdén fez jus a esta fama.<sup>30</sup> O levantamento segue as representações pictóricas comuns à época, com traços leve e grosso representando separações e muros e traço com grisé representando edificado. Cinzento azulado identifica a água, Rios e Levada. Outras cores podem ajudar à boa compreensão de terrenos e edificados. Pontos Notáveis, como nascentes de água, poços, marcos, etc. aparecem devidamente assinalados. A noção de relevo, ainda longe das curvas de nível do século XX, é transmitida pelo desenho de linhas de maior declive em *clusters* nas zonas de maior inclinação. Denominações de ruas, vias, edifícios e terrenos completam a preciosa informação.

O miolo, isto é, o interior do Conjunto Monumental não está representado, sendo clara a zona de fronteira sagrado-profano, isto é, a projecção horizontal das fachadas (alçados) e apêndices inerentes adjacentes, tais como escadarias, patamares, rampas, caminhos especiais, acessos, etc. Alcobaça, essa aparece primorosamente representada e detalhada, a Norte, a Poente e a Sul.

Seria que Elsdén trabalhava então para Alcobaça, já com Autoridade Municipal e vida autónoma? Não, o seu “Amo” era o Marquês, o seu “Interlocutor” o Abade Geral! Eles, Ordem, é que pretendiam dispor de um bom registo do que à volta se passava, tirando partido da onda do poder vigente, disciplinar Alcobaça, melhorá-la, racionalizá-la. De caminho, beneficiar também o Mosteiro, o Rossio, agora espaço nobre, os acessos, as águas, as drenagens.

Quanto à hipótese de o Interior (do Mosteiro) ser revelado quantificadamente para fora, não era certamente do interesse da Ordem! Tão ciosos eram dessa informação que, conforme já referido, não se conhecem Plantas Cistercienses do Mosteiro de Alcobaça! Mas que as havia, havia!

---

<sup>30</sup> Sempre que o Autor duvidou da veracidade de algum registo destas Plantas emanadas da Engenharia Militar, acabou por se retratar e constatar o rigor do representado. Por exemplo, a Levada parece atravessar obliquamente a zona dos Claustros do Mosteiro, quando hoje se observa a Levada adaptada e integrada na matriz rígida claustral, a meio do actual Jardim à Francesa existente no Claustro do Cardeal. Sem se alongar aqui o assunto, apesar de deveras interessante pelo engenho que implica, veio-se a constatar ter sido este um desenvolvimento tardio, pós levantamento de Elsdén e que, originalmente, o traçado da Levada era efectivamente oblíquo no Claustro do Cardeal, como se pode observar e deduzir.

Forçosamente haveria Plantas e Levantamentos do interior, Elsdén, pré-Elsden e pós-Elsden! Os Claustros do Cardeal (século XVI) e Rachadouro (em conclusão da Livraria, a última Ala a Sul) a tal teriam obrigado e Elsdén, para acudir ao que encontrou e cujo registo genérico plasmou na nossa Planta da Villa de Alcobaça, tinha que dispor de elementos de planeamento. Como teria também necessitado de Levantamento e Desenhos de Projecto para a sua Remodelação do Altar-Mor e execução do Panteão Real.

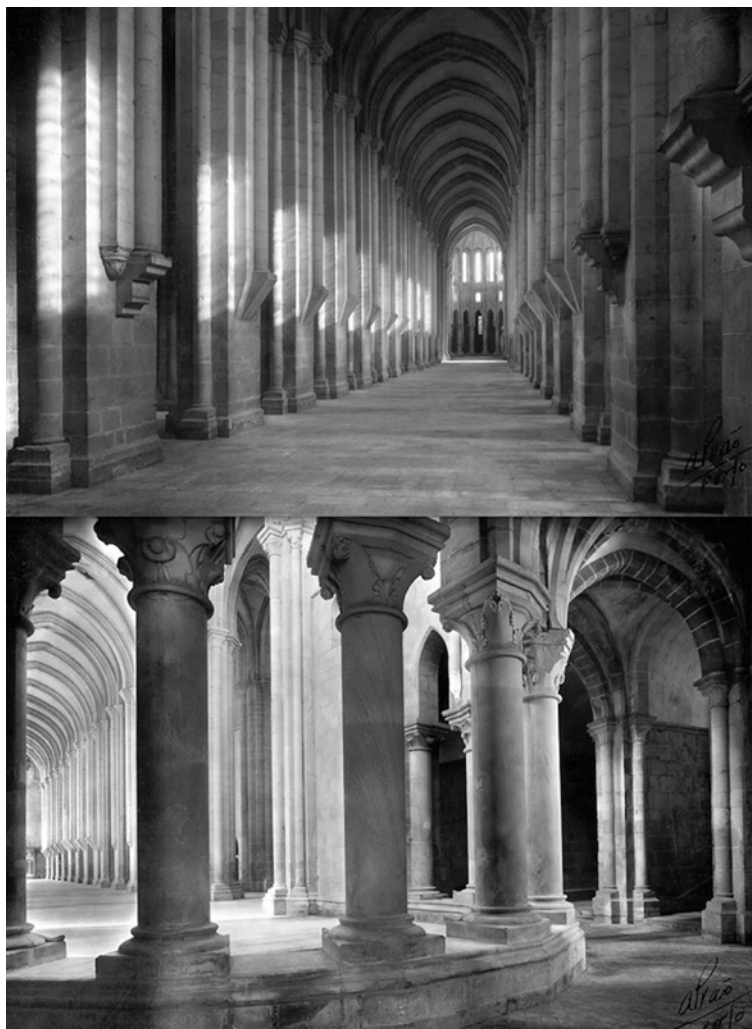


Fig. 9



Conforme narrado, o Rossio foi o local de nascimento da Alcobaça-urbe, passando em seguida a zona nobre de recepção, tabuleiro de confronto de quase tudo, espaço amplo mas contido de perspectivação, “terra de todos e terra de ninguém” como sugestivamente lhe chamou o Arq. Gil Moreira (Moreira, 2002). Campo de confronto monástico-secular, conjunto monumental tutelar versus urbe asfixiante, onde cada um sobe os degraus da escada da relação de paixão, com o amor e o ódio que umbilicalmente os liga.

O espaço correspondente à Ala Norte foi sempre amplamente intervencionado ao longo da Idade Média. Já na Idade Moderna, apresentava-se com três Edifícios, a Igreja do Povo, depois Sala dos Reis, a anterior Sala dos Reis, depois Sala das Conclusões ou dos Actos Literários e finalmente o Palácio Abacial, depois Hospedaria.

A Ala Norte virá mais tarde a ser unificada, o que se nota bem nas linhas de sutura das cimalthas e frisos de cantaria, Ala Norte simetrizada na sua geometria na novel Ala Sul, recriada à sua semelhança e imagem para dar lugar ao Colégio de Alcobaça, ou seja, a segunda fundação do Colégio da Conceição, havida em 1759 por proposta de Fr. Manuel Barbosa (Sousa, 2013).

Com o Frontispício central de João Torriano, datado de 1720, ficavam lançados os 197 metros da actual Fachada sobre o Rossio. Lançados, mas que nos mais de 250 anos até hoje, também pulsaram como corpo vivo e em utilizações e reconversões de difícil imaginação, mas de fácil demonstração.

Se Alcobaça nasceu do caos dos Homiziados e se as imponentes paredes Abaciais criavam algumas imposições e as linhas Hidráulicas imposições ainda maiores, havia agora que orientar e dar mais ordem e planeamento ao tecido urbano emergente. Aproveitando o poder do momento e a força do Marquês!

Resumindo e porque os Objectivos são diferentes consoante os Pontos Cardeais:

- A Norte e a Poente, Alcobaça existe e Alcobaça há que ordenar, disciplinar, melhorar, racionalizar,

- A Sul há o Colégio de N<sup>a</sup> Senhora da Conceição, centro do saber e da sua divulgação, local de formação cisterciense, que também padecceu da catástrofe terramoto, fundado em 1648 e refundado em 1758! Para o qual o Rei e o Marquês têm desejos de notáveis trajectórias,

- E a Sul há também as Cercas, a do Mosteiro e a do Colégio, pois de diferentes entidades se trata! E os acessos a Alcobaça dos lados de Évora, a Estrada do Povo, tudo em negociações, escambos, permutas e acertos, pelo que dispor de levantamentos



rigorosos seria de grande utilidade.<sup>31</sup>

Assim, para o Colégio da Conceição, a sua afirmação, expansão e novas construções iriam crescer exactamente para Sul, com o desmonte das terras do morro existente, onde se desenvolve actualmente a casa, o jardim e a piscina da Quinta da Cerca do Colégio e também do lado da Cabeço de Deus, o que permitiria também prolongar a Fachada Principal Poente do Mosteiro, em linha continuada, aumentando em um terço os actuais cerca de 200 ml, passando o Alçado Poente nobre e contínuo para cerca de 270 ml.<sup>32</sup>

Conforme já referido, Alcobaça cresceu mais condicionadas pelas linhas hidráulicas oblíquas em relação à matriz Abacial, esta orientada segundo os Pontos Cardeais. Tanto mais que os traçados dos Rios Alcoa e Baça eram por vezes ortogonais entre si, dando ainda mais força às vias e ruas, que procuravam seguir ou paralelas aos rios ou perpendiculares para os atravessar nas pontes. Alcobaça era agora “metida na Ordem” a Sul, onde até as oblíquas Estrada do Povo e a Calçada da Algaraminha dariam lugar a nova e lançada álea correndo entre Norte e Sul, em mega-operação de Engenharia, que alargava o Rossio, rasgava um pouco da Rua das Portas de Fora, em alinhamento visual com a Fachada da Igreja da Freguesia (Igreja Nova, frente ao Mosteiro e do outro lado do Rossio) e prolongava o Alçado Abacial Nobre.

Perguntará o Leitor, como se pode afirmar o que antecede? A resposta é ... “Porque está lá”! Com efeito, na Planta bem Desenhada e com tintas indeléveis, Elsdén deu largas à sua imaginação criativa e capacidade conceptual de Projecto, para desenhar, a lápis, não só a expansão do Edifício Monacal (O Colégio) como o lançamento das novas Vias e alargamento do Rossio! Intenções de Programa Base e de Estudo Prévio, na terminologia Projectual moderna!

Ore repare o Leitor! Pouco desta intervenção de programa de projecto, Colégio e Rossio, passou na altura a realidade, fosse porque o Marquês saiu de cena, fosse pelo arrojo que representava, revelando contudo o alcance profundo das intenções à época. Contudo, na década de 50 do século XX, nos trabalhos conduzidos pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais no

---

<sup>31</sup> A Propriedade anteriormente conhecida como Darios Leclercq e actualmente pertença do Dr Karsten Koppers, sobranceira ao Rossio pelo Sul e confrontante com a actual Cerca do Mosteiro, tem a designação sugestiva de “Quinta da Cerca do Colégio”.

<sup>32</sup> O Alçado Poente tem 197,0 ml resultantes da Ala Norte com 86,2 ml, Ala Sul com 85,5 ml e Frontispício Central com 25,4 ml, acrescendo mais 10 ml da ‘Cisterna’ a Sul – Medições do Autor recorrendo aos Levantamentos realizados pela ARTOP para o IPPAR, 2001/02.

Mosteiro de Alcobaça e dando cumprimento ao Plano do Arq. Vaz Martins introduzindo simetria no Espaço, foi recuada a linha Sul e adjacente Poente do Rossio, com o reposicionamento da Rua Francisco Zagallo, ex Calçada da Ascensão / Algaraminha, antecedendo a visita da Rainha Elizabeth II do Reino Unido a Alcobaça em Fevereiro de 1957.

A visita de uma Rainha Britânica proporciona, 180 anos depois, a recuperação de uma intenção parcial de Projecto de um súbdito britânico. Outra intenção de Elsdén, não no Rossio mas com ele relacionada e deveras pertinente, viu felizmente a luz do dia! Trata-se da abertura da Travessa da Cadeia, hoje Père Maur de Cocheril.

Com efeito, a Noroeste, o Rossio apresentava-se com uma linha contínua de construção. O Rio Baça, abstraindo de todo o casario envolvente e que mascara a situação, está “encostado” ao intradorso da curva na sua mudança direccional de cerca de 90°, apesar de coberto em túnel, quando a situação lógica, tal como no caso do Alcoa, seria estar periférico com o extradorso da curva,<sup>33</sup> extradorso da curva que não é mais nem menos do que o próprio Rossio, o Largo Fronteiro ao Mosteiro. Largo cuja fisionomia variou marcadamente ao longo dos tempos.

Na realidade, a linha quase que perfeita da frente do casario no lado Noroeste do Rossio poderá ser mais o resultado do aproveitamento da fundação do paredão do Rio que lhe passaria a Sudeste (isto é, do lado do largo, onde se situam presentemente as Esplanadas), do que o alinhamento imposto por regras urbanísticas precisas. Rio esse que os Cistercienses hão-de, desde muito cedo, ter tentado conter na estabilidade do seu leito, não só devido à imprevisibilidade e efeito das cheias, como ao funcionamento do sistema de chegada de levadas anteriores.

Fosse como fosse, a barreira contínua de construção a Noroeste no Rossio representava sempre um impedimento potencial à desejável linha de contacto visual directo entre o portal principal do Mosteiro no seu Frontispício Central e a Porta do Castelo na Barbacã à altura ainda existente. Quicá linha de contacto físico directo e recto! O Castelo de Alcobaça, de longo historial e ligação ao Mosteiro, constituía um elemento marcante na paisagem urbana e circundante, sendo prudente assegurar a relação entre Portas. Em boa hora esta preciosa indicação de Elsdén, patente também a lápis na sua Planta, foi seguida e implementada, em data não precisa. Quem hoje

---

<sup>33</sup> Rio Baça coberto em túnel em 1938, pela iniciativa do dinâmico Ministro das Obras Públicas do Estado Novo, Eng.º Duarte Pacheco.

desce da Rua Miguel Bombarda para o Rossio, depara-se com uma bonita perspectiva do Frontispício Central do Mosteiro, enquadrada entre as fachadas dos prédios da Travessa Maur de Cocheril e durante todo o seu desenrolar.

Outra acção perto, na mesma encosta para o Castelo, também em boa hora seguida e implementada, foi a do lançamento da *Rua Nova*, hoje Rua Almirante Cândido dos Reis. O traçado rectilíneo proposto por Elsdén, partindo a Poente da actual confluência das Ruas Miguel Bombarda, dantes *Rua da Rainha* (na Planta assinalada como *Rua da Fundação d'Orada*) e Frei Estêvão Martins e Av. Maria e Oliveira, desenvolve-se ao longo da meia encosta entre o Rio e o Castelo, entroncando na sempre presente Rua do Castelo. A proposta de Elsdén ainda ia mais além, continuando no mesmo traço, até chegar à *Rua de Baixo*, hoje Frei Fortunato. Este troço entre a Rua do Castelo e o Jardim fronteiro ao malogrado Palacete Costa Veiga, na Rua Frei Fortunato, não chegou a ser aberto.

Quanto ao soberbo troço da Rua Almirante Cândido dos Reis, está hoje ladeado por moradias e prédios de pequeno porte num dos melhores locais da Cidade, pela sua centralidade, pela cota superior, pelas boas vistas que proporciona e com a boa exposição de que desfruta.

Outra acção proposta, mas não concretizada, curta mas cirúrgica, era a ligação entre a Rua de Santo António, hoje Alexandre Herculano, vulgo Rua das Lojas, cortando até frente à Ponte da Conceição. De caminho passaria o Beco do Grilo, bem como o braço da Levada com moinhos, que desagua no Rio Baça. Este traçado directo evitaria a actual triangulação com as Ruas Araújo Guimarães e 16 de Outubro (dantes Rua da Levada / Rua da Ponte da Praça).

## **6. Elsdén e o Mosteiro, na Planta da Villa de Alcobaça**

Se fora do Mosteiro, em Alcobaça, tudo se acaba por compreender, que se passou afinal dentro do Mosteiro? Comece-se por descrever sucintamente o Salão da Livraria Cisterciense do Mosteiro de Alcobaça, na Ala Sul do Claustro do Rachadouro.

O Salão da Livraria Cisterciense do século XVIII é o espaço mais amplo de todo o Conjunto Monumental sem qualquer apoio intermédio. Com forma rectangular, eixo maior orientado Nascente-Poente, tem medidas internas livres de 48,30 x 12,15 ml, paredes circundantes de 2,15 ml de espessura (o que faz com que a área útil interna seja 79% da área bruta) e pé direito

interno de 8,40 ml <sup>34</sup>. Está encimado por uma cobertura do tipo de “quatro águas”, assente em elaborada estrutura de madeira tridimensional. A deliciosa prosa de Frei Manoel dos Santos refere que “... A segunda quadra (Claustro do Rachadouro) ainda não está acabada; ha-de ser da mesma grandeza da primeira (Claustro do Cardeal) e tambem com cellas de ambas as partes tirando no lanço da parte sul porque nelle está ideada huma livraria nova” (Santos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, 1979).

Explica ainda como os Cistercienses contavam os Pisos do céu para a terra, ao contrário do que é hoje habitual. A Biblioteca situava-se no Primeiro Piso, o piso nobre e o mais elevado. Os outros pisos eram os “inferiores”, o Segundo (intermédio) e o Terceiro térreo. Prudente sabedoria a dos Cistercienses, que, pelo menos desde o século XVI, nunca tiveram a Biblioteca ao alcance directo das cheias que os acossavam.



Fig. 10

---

<sup>34</sup> Medições directas do Autor.

O tecto falso deste soberbo salão foi refeito já em meados da segunda metade do século XX. O original, de que restam vestígios nos quatro cantos de geometria esférica, era dotado de soberbo trabalho em relevo, visível ainda nas fotografias de Francesco Rocchini de há cerca de cento e cinquenta anos e várias de há cerca de cem anos, por altura da ocupação militar. Em todo o perímetro interno, à semelhança do que é habitual noutras Bibliotecas, corre uma Galeria a meia altura do folgado pé direito, separando os dois níveis de onze vãos cada, de formato rectangular, no Alçado Principal (Sul). O número de vãos é geralmente impar, de modo a poder haver um elemento singular a marcar o eixo central, que neste caso se transforma em varanda, enquanto todos os outros são janela. Já a nível da transição para o tecto falso, existe um terceiro nível de mais onze janelas elípticas do lado Sul, em correspondência com os outros vãos desse Alçado e outras onze do lado Norte, em disposição simétrica, já que o Corpo da Biblioteca sobressai em altura acima de todas as outras Alas dos dois Claustros do Cardeal e da Rachadouro.

As portas são sete no total, todas nos eixos principais do salão. Uma, a meio do Alçado Sul, é um dos vãos já referidos que dá acesso à pequena varanda nobre, com vista da “Cerca” e a eixo do Obelisco e do seu Espelho de Água. As restantes seis dispõem-se em pares na vertical, ao nível principal e ao nível da Galeria. Um par situa-se em cada Alçado colateral (Nascente e Poente) e o outro par está a meio do lado Norte, com uma porta nobre dando ligação ao generoso corredor que corre ao longo de todo aquele Alçado e outra porta na Galeria comunicando com a Água Furtada que, à semelhança de todas as outras Alas do Conjunto Edificado, marca o meio do lado respectivo, neste caso a Ala Sul do Claustro do Rachadouro, da Biblioteca ou das Amoreiras.<sup>35</sup>

O pavimento deste mega-salão, com cerca de 600 m<sup>2</sup>, é todo em lajeado de pedra calcária, mármore e liós, com policromias contrastantes e formando elaborados e variados padrões geométricos e axadrezados de efeito notável. Os vãos das janelas, lateral e superiormente, estão dotados de frescos de inegável qualidade, ao gosto da época e com alguns motivos de inspiração oriental.

---

<sup>35</sup> Como nota curiosa relativa às amoreiras plantadas no Claustro do Rachadouro, certamente que pós-cistercienses, refira-se contudo que foram monges quem primeiro introduziu no Ocidente a produção do bicho-da-seda, trazendo casulos da China às escondidas.

Das inúmeras ocupações pós-cistercienses e secularizantes havidas no Mosteiro de Alcobaça<sup>36</sup>, o grande destino do Salão da Biblioteca foi o de camarata militar (também dormitório durante a estada de refugiados Boers em Alcobaça em 1901/02), entregue à Cavalaria 9, Cavalaria 4 e Artilharia 1. Seguiu-se a ocupação do Asilo de Mendicidade de Lisboa, depois Lar Residencial de Alcobaça, com as actividades do Serviço “TO”, Terapia Ocupacional. Reconhece-se que, dadas as circunstâncias, foi uma ocupação digna e respeitadora de tal espaço. Aliás, ambas estas Instituições Inquilinas, a Militar e a da Segurança Social, embora adaptando os espaços às suas necessidades e conveniências, os respeitaram e mantiveram em qualidade compatível. Qualquer outra solução de ocupação (ou desocupação) de tão vastos espaços durante perto de século e meio, não os teria possivelmente tratado da mesma maneira.

Mas como Biblioteca de excepção, em tempo Cisterciense, teve neste novo local, uma vida curta e atribulada. Impressionante para a época, continha cerca de 25.000 volumes, com obras raras, algumas impressas pelo próprio Guttenberg. No Catálogo de 1775, passavam de 400 os Códices manuscritos *in-folio*.

Já em utilização, ou ainda em fase de conclusão de obra ou de instalação, sofreu o cataclismo de monta referido, as cheias de 11 de Novembro de 1772 e sobretudo a de 11 de Dezembro de 1774. Este foi o segundo prenúncio da catástrofe final, a 60 anos de distância, da fuga e abandono da Abadia e extinção da Ordem, da pilhagem e do desmantelamento deste antro de cultura e de saber, período final este repleto de desastres de monta que se sucederam a ritmo alucinante, o primeiro dos quais foi o terramoto de 1755.

Como já descrito, o efeito das cheias da década de setenta foi devastador para o Claustro do Rachadouro e também para o Claustro do Cardeal, provocando assentamentos diferenciais importantes no Edificado, ocasionados pela cedência dos terrenos de fundação, sobretudo em bandas orientadas pela direcção preferencial das Linhas Hidráulicas originais, elas próprias paralelas às bancadas rochosas erodidas.

Extraordinariamente, a Livraria terá resistido a esta prova de força e à ruína total por duas razões: primeiro, porque foi ajudada pela contenção proporcionada pela complexa e notável estrutura tridimensional de madeira da cobertura (que lhe

---

<sup>36</sup> Uma relação quase que exaustiva é apresentada em Tavares, “Sistema Hidráulico Cisterciense”, capítulo do *Roteiro Cultural de Alcobaça – A Oeste da Serra dos Candeeiros*, p.102.



conferiu a necessária rigidez de conjunto, ao mesmo tempo aliada a uma certa flexibilidade contida de deformação) e, segundo, porque “assentou em bloco”.<sup>37</sup> Isto é, o Edifício da Livraria teve a “sorte” de estar localizado por inteiro na referida “banda de assentamento”, pelo que, apesar das suas grandes dimensões, pôde “afundar-se” só com quebras laterais (razão porque, hoje, para se entrar naquela bela sala, há que descer uma pequena rampa que vence esse desnível ocasionado pela quebra por assentamento).

Pode-se adiantar que, em termos de Engenharia Civil, este assentamento foi de proporções quase que inimagináveis, atingindo valores em excesso de dois metros. O pavimento do Salão da Biblioteca foi reperfilado através do carregamento das abóbadas inferiores, apresentando-se em bela pedra calcária rija de origens diversas e desenhos geométricos variados, constituindo um plano quase que perfeito, embora inclinado.

Entre extremos do Salão da Biblioteca, regista-se um desnível superior a meio metro. Já o corredor que lhe é paralelo, a Norte e onde se localiza a bonita porta central de acesso principal à Biblioteca, apresenta desníveis actuais bem superiores.<sup>38</sup>

Não será por acaso que de todas as visitas importantes havidas ao Mosteiro de Alcobaça no final do séc. XVIII, já depois do levantamento de Elsdon e amplamente descritas e registadas, nenhuma se refere à rica Livraria, certamente a mais recente “Jóia da Coroa” do esplendor Cisterciense em Alcobaça. É o caso da Visita da Rainha D. Maria I em 1786, do Arquitecto Inglês James Murphy em 1789 e de William Beckford em 1794 (Correia; Murphy; Beckford). A leitura que a Princesa Real fez do “Juramento de D. Afonso Henriques”, a pedido da Rainha D. Maria I, teve lugar noutro local, provavelmente ainda na antiga Livraria em parte do antigo Dormitório Medieval.

Murphy, que de todos foi quem lá passou mais tempo e faz referências a outros aspectos interessantes da vida monástica (como a “Coelheira”, onde estimava estarem cerca de cinco a seis mil coelhos), cai em erro de apreciação grosseiro. Dada a dificuldade de comunicação linguística e ao sigilo cisterciense nesta matéria, assume que a Biblioteca Cisterciense se resumia

---

<sup>37</sup> A estrutura tridimensional de madeira da cobertura da Livraria foi estudada em Projecto no início do século presente pelos Engenheiros João e Vasco Appleton, sob encomenda do IPPAR e no enquadramento de Contrato de Projecto com os Arquitectos Gonçalo Byrne e Falcão de Campos.

<sup>38</sup> Conforme já referido, sobre Assentamentos no Edificado, ver o Trabalho do Autor (Tavares, *Mosteiro de Alcobaça – As Cheias e os Assentamentos no Edificado Cisterciense*).



aos restos ainda existentes na antiga Livraria, pelo que conclui pela "... fraca capacidade cultural dos monges que têm menos livros na Biblioteca, se tal se pode chamar Biblioteca, do que pipas de vinho têm na Adega" (à altura, a Adega era na actual Sala dos Monges Medieval, que se situava imediatamente por baixo da anterior Livraria)!

Por outro lado, Beckford mostrou-se agastado por encontrar D. Francisca, que conhecera na vida mundana da Capital, recolhida agora em casinha na "Cerca", sob a protecção de determinado monge de Alcobaça. Destes dois acontecimentos, um de interpretação errada e o outro de declaração inesperada, resulta que, geralmente, os visitantes Ingleses pensam que Beckford se mostrou decepcionado com a falta de cultura dos Monges de Alcobaça! Nada de mais errado! O lapso foi de Murphy, não de Beckford.

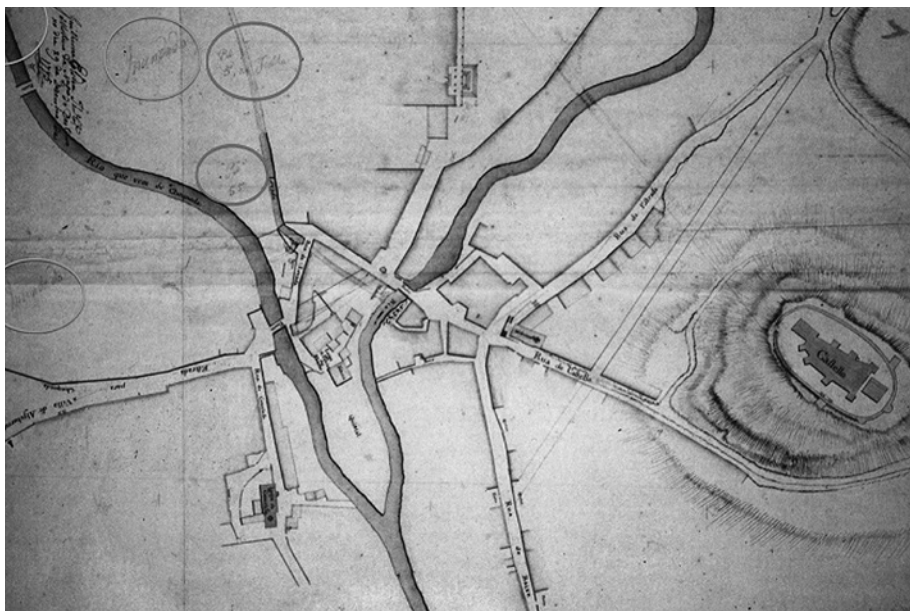


Fig. 11

O que é certo é que a nenhum daqueles visitantes ilustres, nem à Rainha, foi mostrado aquele Templo maravilhoso de Cultura, logo algumas interpretações menos realistas. Porquê? Possivelmente devido ao estado involuntário de ruína por assentamento e quebra e de reparação emergente. A “Jóia da Coroa” só se mostra em estado de perfeição.

Da mesma forma, na sua Planta da Villa de Alcobaça, feita para ser mostrada no exterior e, de caminho, “disciplinar” Alcobaça e adaptar as “fronteiras”, Elsden não revela muito do interior, nem tão pouco da Livraria abatida, mas circunscreve a área de catástrofe e quantifica as alturas de água. Se não, vejamos: atente-se na zona da Planta adjacente à assinatura de Elsden, ampliada no Desenho apresentado, precisamente a zona que Elsden ainda menos levantou e registou. O contorno do Mosteiro desapareceu, e até a Levada passou a tímida representação de intenção. Porquê este vazio contrastante com a riqueza do resto do levantamento? Ou, por ser no interior do Mosteiro, porquê contudo a omissão do seu contorno e do traçado firme da Levada? A razão é surpreendente, mas está lá! Porque estava Inundado, com Água, água essa que impedia os trabalhos, forçosamente zona abatida. Terrenos e Construções abatidos (conforme referido, chegam a atingir 2,20 m na Livraria, do lado Nascente e também no canto Nordeste do Conjunto, dois autênticos “Poços Negros” de assentamento)! A Zona Inundada aparece delimitada na Planta por um traçado de linhas tremulantes que corre de Sul-Nascente para Norte-Poente, tangencial ao “C” de Cerca e atravessando a Levada no ponto em que muda a sua representação em desenho.

Procurando agora representações mais ténues, nota-se que há anotações escritas, quase imperceptíveis nessa zona inundada. Para uma melhor leitura, roda-se o Desenho de 90°, sentido dos ponteiros do relógio e amplia-se novamente. Torna-se então visível a palavra “Inundado” escrita três vezes e que, para melhor localização, se assinala em moldura oval cor roxa.

Impressionantemente, a Zona Inundada abrange desde a linha de demarcação a Sul referida até ao Muro da Cerca confrontante com a “Estrada para a Villa de Aljubarrota e Chequeda”, actual Rua Dr. Brilhante. Engloba os Claustros do Cardeal e do Rachadouro, também as zonas menos nobres a Norte, até parte da Quadra Sexta, actual Praça D. Afonso Henriques, bem como o Rio Alcoa (embora esse, como Linha de Água essencial e da Rede principal, apareça completamente representado). Engloba ainda zonas do outro lado do Rio, actuais Praça dos Combatentes (dantes Ponte da Olaria), Palacete Rino e outras construções.

Nova apresentação desenhada permite ainda perceber outras duas anotações, também assinaladas em moldura oval cor roxa. Trata-se de dois registos da altura da água. Assim, aparece uma leitura de ... “Pés 5 na Tulha”, anotada na zona do Claustro do Rachadouro. “Tulha” trata-se da Tulha do Pão, que se situava no Piso Térreo da Ala Norte do Claustro do Rachadouro. E aparece outra leitura de “Pés 5,5” mais a Norte, na zona de maior proximidade entre o Rio Alcoa e a Levada, ou seja, mais de metro e meio de altura de água em zona tão central e construída! Imagine-se a amplitude da calamidade! Bacia de água, lago, em pleno Mosteiro! Edificado abatido, deslocado, assente ou em ruína! Abençoada sabedoria Medieval, que soube conter a construção nobre no “Triângulo Bom”!

E, silêncio total para o exterior das calamidades interiores! Nem Murphy o topou, ele que era Arquitecto e lá passou vários dias, nem Beckford tão erudito, astuto e observador, nem sequer à Rainha chamaram a atenção! No entanto, as marcas ficaram, estão lá, vêem-se, medem-se, permitem quantificações. Conforme referido, para uma análise, por sucinta que seja, consultar o trabalho citado do Autor. Deste Trabalho, apresenta-se uma Planta do Conjunto Monumental com a Carta Interpretativa de Assentamentos Diferenciais no Edificado, ou seja, a representação das linhas de iso-abatimento (linhas de nível de igual abatimento de 20 em 20 cm), dando uma ideia em representação gráfica quantificada, do que terá sido o sofrimento escondido da Congregação Cisterciense Autónoma de S. Bernardo de Alcobaca, bem como do Conjunto Monumental do Mosteiro de Alcobaca, sobretudo na sua expressão pós-medieval.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Congregação Cisterciense Autónoma de S. Bernardo de Alcobaca, oficializada em 1567 ao tempo de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique, Príncipe e Comendatário. Na realidade, o século XVI também foi de mil acontecimentos em Alcobaca, dos Cardeais Príncipes Comendatários, do recuo da Cerca, da mudança do leito do Alcoa, do Palácio Abacial, do Príncipe D. Sebastião, da criação da Congregação Autónoma de S. Bernardo e da separação inédita entre o ‘Temporal’ e o ‘Espiritual’ numa Ordem Cisterciense, da catástrofe de Alcácer Quibir e do início da Dinastia Filipina.



já após a fuga em 1833.<sup>40 41</sup>

As cheias criaram fortes acções e reacções, isto é, estragos de monta e reparações, planeamento e reconstruções amplas e imaginativas, num poder criativo notável aliado a forte domínio técnico. Curiosa é a situação de profundo sigilo da Ordem em relação ao exterior sobre as calamidades que a assolam. Como segredos a ter só com Deus, já que de Suas Penitências se tratam. Para os tirar de eventual letargia, para os empurrar, obrigar a refazer, a criar e a renovar. Em suma, Renascer!

No exterior, em Alcobaça, Elsdén detalha, planeia, aponta, sugere e projecta. Até para o Colégio o faz, mas esse é outro Mosteiro! No interior do Mosteiro de Alcobaça, pouco ou nada. Só apontamentos ligeiros, tornados grandes pela magnitude da catástrofe! Nem Murphy, nem Beckford, nem a Rainha os alcançaram! Mas as marcas ainda hoje estão lá, os efeitos ficaram, embora adaptados, mitigados, condicionados, revelando

---

<sup>40</sup> O Decreto de Extinção das Ordens Religiosas em Portugal de 30 de Maio 1834 do “Mata-Frades” (Joaquim António d’Aguiar), promulgado pelo Duque de Bragança enquanto Regente em nome da Filha, a Rainha D. Maria II, ele que já fora Regente em nome de seu Pai D. João VI, Imperador D. Pedro I do Brasil, Rei D. Pedro IV de Portugal e que vem a falecer pouco depois, a 24 de Setembro, perto de atingir 36 anos, em Queluz, no mesmo quarto onde nascera em 1798. Decreto que, de forma radical, extingue “conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra” e incorpora os seus bens nos da Fazenda Nacional. A Extinção das Ordens Religiosas em Portugal põe termo de forma violenta ao culminar de um processo em fim de guerra civil e vem confirmar esboços anteriores de Mouzinho da Silveira e de Silva Carvalho. O preâmbulo do Decreto é elucidativo do “estado de espírito” de então. Reza o citado e curto documento que a medida foi tornada inevitável pela crise persistente das Ordens Religiosas, pelo contributo que prestaram ao Rei Miguelista, pela convicção generalizada da sua inutilidade, pela convergência dos interesses particulares e públicos e pelas tendências secularizantes do tempo! O Decreto Régio veio suprimir 448 casas religiosas, que incluíam 356 conventos de frades, abarcando cerca de 5061 religiosos professores, 591 irmãos leigos e 637 criados. Os bens patrimoniais, salvo algumas excepções respeitantes a prédios considerados de interesse público, histórico ou cultural (como se Alcobaça e a Batalha o não fossem ?!) foram, na maioria, vendidos em hasta pública entre 1835 e 1843, num total de ... 7267 lotes e 1867 compradores. 58% do valor de arrematação foram liquidados com papeis de crédito, os “títulos azuis” distribuídos como compensação aos que tinham defendido a Carta e a Rainha. Os resultados ficaram muito aquém dos objectivos que justificaram tal mudança no tecido nacional (dados recolhidos de António Martins da Silva no *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000).

<sup>41</sup> Em Alcobaça, o Decreto Régio já encontrou o Mosteiro vazio dos seus ocupantes de quase sete séculos. Os Monges Cistercienses, expoentes idos de cultura, sapiência, poder, arte, engenho, organização e de astúcia política, já tinham fugido, retirada efectuada aos solavancos culminando em Outubro de 1833 e precedendo a ocupação popular de 16 de Outubro.

um poder criativo notável aliado a forte domínio técnico. No que foram os Cistercienses bem servidos e ajudados pelo gênio e sapiência de William Elsdon, Tenente-Coronel de Engenharia, que em boa hora o Marquês mandou a Alcobaça com a incumbência para ali "... determinar algumas Couzas das Obras da Livraria, e Collegio ...".

## OBRAS CITADAS

- Beckford, William. *Excursion a Alcobaça et Batalha*. Tradução e notas de Andre Parreaux. Paris/Lisboa: Societé d'Editions Les Belles Lettres/Livraria Bertrand, 1956.
- , *Italy, Spain and Portugal, with an excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha, by the Author of "Vathek"*. London: Richard Bentley, Publisher in Ordinary to Her Majesty, 1839, 2 vols.
- Bernarda, João. "Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça". *Catálogo da Exposição organizada no Mosteiro de Alcobaça*. IPPAR, 1995.
- Brown, A.G.. *Alluvial Geoarchaeology – Floodplain Archaeology and environmental change*. Cambrifge: Cambridge University Press, 2000 (1997).
- Carvalho, A. Ayres de. *Catálogo da Colecção de Desenhos da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 1977.
- Correia, Vergílio. *OBRAS – Volume V – Estudos Monográficos – Primeira Parte ALCobaça – I – A Rainha D. Maria I em Alcobaça; II – Mudança dos túmulos reais de Alcobaça; III – Uma descrição quinhentista do mosteiro de Alcobaça; IV – Inscrições do Claustro do Silêncio, em Alcobaça; V – O retábulo da capela-mor de Alcobaça*. Acta Universitatis Conimbrigensis, 1978.
- Fuschini, Augusto. *A Architectura Religiosa na Edade-Média*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.
- Gimpel, Jean. *La Révolution Industrielle du Moyen Age*. Paris: Éditions du Seuil, 1975. Tradução portuguesa: *A Revolução Industrial da Idade Média*. Publicações Europa-América, 2001.
- Gonçalves, Iria. *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.
- "Hidráulica Monástica Medieval e Moderna". *Actas do Simpósio Internacional que decorreu no Convento da Arrábida Nov.1993*. Comissão Científica: A.C. Quintela, E.R. Arantes e Oliveira, J.M. Mascarenhas e V.F. Jorge. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.
- Korrodi, Ernesto. "Alcobaça – Estudo Historicó-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça". *Monumentos de Portugal*. Colecção de Vulgarisação Artístico-Monumental sob o alto patrocínio da Associação dos Archeologos Portuguezes, Nº4, Porto 1929.
- Leroux-Dhuys, Jean-François and Henri Gaud. *Cistercian Abbeys-History*



- and Architecture, Tradução para a edição inglesa de E. Clegg, C. Higgitt, M.N. Ryan, Könemann. Paris, 1998.
- Lopez, Robert S.. *The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. Tradução Portuguesa: *A Revolução Comercial da Idade Média 950-1350*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- Marques, M<sup>a</sup> Alegria F.. *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Edições Colibri, 1998.
- Moreira, Carlos Gil. "Rossio de Alcobaça – Praça ou terra de ninguém". *Oeste Cultural*, nº 1, 2002.
- Murphy, James. *Travels in Portugal*. UK 1795. *Viagens em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- Nascimento, Aires A.. *Cister – Os Documentos Primitivos*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras, 1999.
- Natividade, Manuel Vieira. *Mosteiro e Coutos de Alcobaça – Alguns Capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do Autor e publicados no Centenário do seu Nascimento*. Alcobaça, 1960.
- Quintela, António. "Breve Caracterização das Obras Hidráulicas e da Utilização da Água em Portugal anteriormente ao século XVIII – Hidráulica Monástica Medieval e Moderna". *Actas do Simpósio Nov.1993 no Convento da Arrábida*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.
- Rebelo, Fernando. *Riscos Naturais e Acção Antrópica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001.
- Roberts, Andrew. *Napoleon & Wellington*. London: Phoenix Press, 2002 (2001).
- Rodrigues, Manuel F. e J.M. Amado Mendes. *História da Indústria Portuguesa – Da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Associação Industrial Portuense – Publicações Europa-América, 1999.
- Santos, Fr. Manoel dos. *Alcobaça Illustrada – Noticias, e Historia dos Mosteyros, & Monges insignes Cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes Reynos de Portugal, & Algarves – Prymeira Parte*. Coimbra: Officina de Bento Seco Ferreyra Impressor do Santo Officio, 1710.
- , *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. 1716 B.N.L. ALC. 307, FOLS. 1-35 / Leitura, Introdução e Notas de Aires Augusto Nascimento. Alcobaça: Edição da ADEPA – Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, Alcobaciana 3, 1979.
- Silva, José Custódio Vieira. *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003.
- Sousa, Antonieta V. "O Colégio de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça 1648-1833." *Mosteiros Cistercienses*. Alcobaça: Jorlis Editora, 2013, tomo III.
- Tavares, J. Pedro D.. "Alcobaça, o Mosteiro, o Rio e o Rossio: o Fio do Desafio!". *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste*.



- Cadaval: C. M. Cadaval, Fórum do Património da Região Oeste, Carrefour Oeste, 2006.
- “Mosteiro de Alcobaça – As Cheias e os Assentamentos no Edificado Cisterciense”. *Estudos/Património*, Nº 6. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, 2004.
- “Riscos Naturais na Alcobaça Cisterciense”. *TERRITORIUM. Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais*, nº 10. Coimbra: Minerva, 2003 / *ESPAÇOS ADEPA. Revista de Património*, nº2. Alcobaça: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 2006.
- “Sistema Hidráulico Cisterciense”. *Roteiro Cultural de Alcobaça – A Oeste da Serra dos Candeeiros*. Coord. Carlos Mendonça da Silva. Alcobaça: C. M. Alcobaça e ADEPA, 2001.
- Zbyszewski, G. e J. Camarate França. *Carta Geológica de Portugal – Notícia Explicativa da Folha 26-B Alcobaça*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1963.

## **LISTA E LEGENDAS DE FOTOGRAFIAS E PEÇAS DESENHADAS**

- Fig.1 – *Planta da Villa de Alcobaça* assinada por William Elsdon em 29 de Dezembro de 1775, no Convento de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Desterro em Lisboa. Marca de água C.& J. Honig. Planta colorida 69x142 cm constituída por 7 folhas de dimensão variada. Arquivo Histórico Militar, Espólio do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, cota 479-1-3-5.
- Fig.2 – Representação esquemática (em cima) Provável configuração das Plataformas Aluvionares e leitos de cheia, estratos rochosos para fundação estável, mancha de solo edificável (o “Triângulo Bom”) e Levadas potenciais, (em baixo) Provável implantação da Cerca Primitiva e Portas, Mancha dos Edifícios Monásticos fundamentais medievos, Rios e Estratos rochosas de Fundação estável (Esquemas do Autor).
- Fig.3 – Representação esquemática (em cima) Provável recuo da Cerca no século XVI, (em baixo) Provável Cerca e Edificado no séc. XVI, assinalando-se as mudanças operadas nos leitos dos Rios Alcoa e Baça (Esquemas do Autor).
- Fig.4 – Sistema Hidráulico Cisterciense em Alcobaça em perspectiva esquemática. Rios, adução, distribuição e evacuação de águas, ou sejam Rios, Levadas, Conduta de Água Potável, Obelisco, Fontanários, Rodas de Água, Pormenores Construtivos (Desenho Arq. Jorge Delmar, dados e orientação do Autor).
- Fig.5 – Representação esquemática da antiga Cerca com a ocupação actual (Esquema do Autor).
- Fig.6 – Os três soberbos Fontanários na “Cerca de Dentro” do Mosteiro de Alcobaça (Fotos de Autor).

Fig.7 – Planta do Piso 0 do Conjunto Monumental do Mosteiro de Alcobaça em toda a sua glória, com a demarcação das zonas de intervenção de Elsdén no Altar-Mor e no Panteão Real. Levantamento realizados pela ARTOP para o IPPAR, 2001/02.

Fig.8 – O Altar-Mor com a intervenção de 1777 de W. Elsdén. Visíveis a dupla colunata clássica, os três níveis com S. Bento e S. Bernardo, os Santos e Doutores da Igreja e os Anjos e Músicos no cimo e o Resplendor central em prata, Globo encimado pelas imagens do Menino Jesus e de N<sup>a</sup> Senhora olhando do alto e ornado com nuvens e anjos (Foto de Domingos Alvão, ano 1929 ou 30, Arquivo C. M. Alcobaça e Arquivo DGEMN).

Fig.9 – A Nave Central vista dos dois lados e o Deambulatório, na Câmara Mágica do Alvão ao Sol de Inverno do meio-dia. Despojado do Barroco, reperfilados os pavimentos, recompostas as pedras, tenta-se a ilusão da criação original e mostra-se o esplendor da Nave mais comprida da Península Ibérica (Foto de Domingos Alvão, anos trinta, Arquivo C. M. Alcobaça e Arquivo DGEMN).

Fig.10 – A última Livraria Cisterciense em Alcobaça, que teve vida breve. A “Sala Mágica” despojada, registada pela Câmara Mágica de Francesco Rocchini. O Tecto já lá não está e o belo pavimento apresenta desenhos pétreos em policromias variadas (data provável entre 1856 e 1886).

Fig.11 – Anotações escritas na *Planta da Villa de Alcobaça* ampliada na zona adjacente à assinatura de Elsdén. Palavra “Inundado” escrita três vezes e dois registos com “Pés 5 na Tulha” (Tulha do Pão na Ala Norte do Claustro do Rachadouro) e “Pés 5,5” mais a Norte. Bacia de água em pleno Mosteiro com mais de metro e meio de altura, em zona central e construída, implicando edificado abatido, assente ou em ruína.

Fig.12 – Carta Interpretativa de assentamentos diferenciais no edificado (linhas de iso-abatimento) no Mosteiro de Alcobaça, mostrando os “Poços negros” de abatimento superiores a dois metros na Livraria. Trabalho do Autor (Tavares, *Mosteiro de Alcobaça – As Cheias e os Assentamentos no Edificado Cisterciense*, 2004).

EXTRACT OF A JOURNAL OF A JOURNEY TO PORTUGAL  
IN 1804-1805  
BY LORD HOLLAND

*John Clarke (The University of Buckingham)*  
*José Baptista de Sousa (CETAPS)*

The following text is the earliest known – and perhaps the only surviving record (apart from correspondence) – of Lord Holland's first journey to Portugal in 1804-1805.<sup>1</sup> It is a transcription of an incomplete manuscript preserved in the Holland House Papers (British Library), in a volume containing miscellaneous documents relating to Portugal (Add. 51633). It consists of six loose manuscript folios dated 8 January 1805, in which Holland identifies the terrible dilemma facing Portugal: whether to stay true to her alliance with Britain, thus risking war with France, or to achieve some kind of accommodation with France, thus exposing her colonies to seizure by the British. Although incomplete, the text is extremely intense and reveals that Holland was capable of a high level of political analysis, combining remarkable intuition and impressive clarity of reasoning.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Henry Richard Vassall-Fox (1773-1840), 3rd Baron of Holland and Holland of Foxley, English Whig politician, statesman and hispanophile. He was the grandson of Henry Fox, 1st Lord Holland, and his wife Lady Caroline Lennox, the eldest daughter of Charles Lennox, 2nd Duke of Richmond, a grandson of Charles II. Holland was the nephew of Charles James Fox, the famous Whig politician, who was responsible for his education. In 1797, Holland married Elizabeth Vassall (1771-1845), whose marriage to Sir Godfrey Webster had just been dissolved; Elizabeth was the daughter of Richard Vassall (1732-1795), who had extensive estates in Jamaica.

<sup>2</sup> The calligraphy, slightly oriented to the right, is occasionally difficult to read and with several words crossed out. The paper is of good quality and folded in half. Margins are about 5 cm in the right side and 0.5 cm in left and vice versa for the verse. The watermark 'I. PARSONS' proves that the paper was made in England, though the date

Holland's analysis seems to take the form of a political memorandum but it is possible that the pages were once part of a travel journal from which other entries have been removed. Like his wife, Elizabeth Vassall, Holland kept a travel journal, although some manuscripts have probably been lost. A volume survives for the period 19 September to 2 November 1802 and contains a detailed description of the Hollands' journey southwards from Paris to Spain (Add. 51860). The next known two volumes cover their journey to the Peninsula in 1808-1809. The first volume of this series starts on 20 December 1808, when the party arrived at Oporto, and ends on 26 January 1809, when they crossed the river Caia on their way to Seville (Add. 51862). The fact this book is entitled 'Continuation of Journal – 1808', suggests an earlier volume whose whereabouts are not known. The continuing volume ends on 11 July 1809, on the road to Lisbon near Vendas Novas, when the text ceases and the remaining pages are left blank (Add. 51861).<sup>3</sup> A Portuguese translation of the Hollands' journals for 1808-1809, including that of Dr John Allen, was published in 2011 as *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809*.<sup>4</sup>

The Hollands' first visit to Portugal began on 30 November 1804, when Holland and his party crossed the eastern border at Elvas on their way back from Madrid (Clarke and Sousa 73). Over two years earlier, Dr Vaughan had recommended that they should take their eldest son, Charles Richard,<sup>5</sup> to a warmer climate – advice the Hollands readily accepted (Holland, *Journal* 2: 149). The party included the Hollands' two children, Charles and the newborn Henry Edward, later fourth Lord Holland,<sup>6</sup> Dr John Allen,<sup>7</sup> a young Scottish physician recommended by

---

1803 suggests it was acquired abroad (possibly in Spain) or sent from Britain.

<sup>3</sup> There is no obvious explanation for this interruption and Lady Holland's diary provides no clue. The fact that the first manuscript book of this set is entitled 'Continuation of Journal – 1808' (BL, HHP, MS Add. 51862), suggests an earlier volume whose whereabouts are not known.

<sup>4</sup> *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809* / Lord e Lady Holland e Dr. John Allen; transcr., trans., notes by José Baptista de Sousa; pref. John Clarke (Lisboa: Caleidoscópio / CETAPS, 2011).

<sup>5</sup> Charles Richard Fox (1796-1873), army officer and archaeologist, natural son of Lord Holland with Elisabeth Vassall, born before their marriage.

<sup>6</sup> Henry Edward Fox (1802-1859), afterwards 4th Lord Holland, the son of Henry Richard Vassall Fox and his wife Elizabeth Vassall. He was born at Holland House on 7 March 1802 and died at Naples on 8 December 1859. Henry Edward married Mary Augusta Coventry (1812-1889), the daughter of George William Coventry, 8th Earl of Coventry, and Lady Mary Beauclerk, on 9 May 1833. The couple had no issue and the barony became extinct.

<sup>7</sup> John Allen (1771-1843), Scottish physician and historian.

Sydney Smith and Lord Lauderdale (Smith 1: 30), William Howard<sup>8</sup> and the Rev. Matthew Marsh.<sup>9</sup> They left Kensington on 8 July 1802,<sup>10</sup> spending the summer in Paris where they were introduced to Napoleon himself (Holland, *Foreign Reminiscences* 191).<sup>11</sup> The party entered Spain on 7 November, remaining there for two years. On 14 November 1804, the Hollands left Madrid for Portugal, which they reached on 30 November, before embarking for England on 14 March 1805.

The visit began badly. On arriving at Estremoz on 2 December, Charlotte, Elizabeth's *femme de chambre*, fell ill. After a few days delay, the party resumed their journey to Lisbon leaving Allen behind to care for Charlotte.<sup>12</sup> By the time they reached Aldeia Galega (Montijo) on the south bank of the Tagus, on 7 December, almost everyone was ill, including Lady Holland, who '...had no courage to keep her notes of anything that occurred...' for a month and an half (Holland, *Spanish Journal* 183). On 11 December, after twenty-four hours quarantine in an open boat, the party finally arrived in Lisbon and settled in the Parish of Santa Isabel, in a house arranged for them by Henry Chamberlain, British Consul at Lisbon.<sup>13</sup> The Hollands remained in Lisbon until the end of January 1805, when they went to the famous baths at Caldas da Rainha. On 4 March, they went back to Lisbon to collect their children and then returned to Caldas da Rainha where they arrived ten days later. On 14 March, they embarked for England on the *Walsingham* packet (Holland, *Spanish Journal* 186).<sup>14</sup>

Holland's memorandum or journal was probably written during Lady Holland's illness when he was effectively confined

---

<sup>8</sup> William Howard (1781-1843), the son of Frederick Howard (1748-1825), 5th Earl of Carlisle, and his wife, Lady Caroline Leveson-Gower (1753-1824).

<sup>9</sup> Matthew Marsh (†1840), chancellor and canon residentiary of Salisbury, son of Rev. Philemon Marsh and his wife, Mary Hornsey. He married on 8 September 1808 Margaret, daughter of Rev. Peter Billinger Brodie (see Burke 2: n. pag.).

<sup>10</sup> British Library, Holland House Papers (henceforward abbreviated to BL, HHP), MSS Dinner Books Add. 51950: 1799-1806, f. 97<sup>r</sup> (Thursday 8 July 1802).

<sup>11</sup> Following the signature of the Treaty of Amiens on 25 March 1802 there were many British visitors in France but the peace was short-lived and hostilities resumed in May 1803.

<sup>12</sup> BL, HHP, MS Lord Holland to Caroline Fox Add. 51737, f. 133<sup>r</sup> (2 Dec. 1804); the same to the same, f. 137<sup>r</sup> (10 Dec. 1804).

<sup>13</sup> Sir Henry Chamberlain (1773-1829), Consul General and Chargé d'Affaires at Lisbon and Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> According to Lady Holland's journal, they reached Caldas da Rainha on 14 March, embarking thirteen hours later, at midnight, on the *Walsingham*. As a journey from Caldas to Lisbon would take not less than two days, it is likely that they had embarked at the nearest available harbour, which was the bay of São Martinho do Porto.

to his house in Lisbon. A particularly wet winter made travel of any sort unappealing and Holland's letters to his sister, Lady Caroline Fox, suggest anxiety and depression. As he admitted on 16 January 1805, Holland found it difficult to keep himself amused and passed most of his time reading, thinking and writing about Portugal.<sup>15</sup> Portugal was then facing one of most critical periods in her history, threatened by a formidable enemy, France, while her old Ally, Britain, seemed unable or unwilling to assist her, if not actually looking for an opportunity to seize her colonies.

Lord Holland's first political involvement with Portuguese issues had been in 1801, during the brief conflict later known as *Guerra das Laranjas* (the 'War of the Oranges').<sup>16</sup> A Franco-Spanish invasion of Portugal had already been envisaged under the terms of the Treaty of San Ildefonso of 1796. In 1800, France presented Portugal with a series of demands, including repudiation of the alliance with Britain. The Portuguese refused and, on 29 January 1801, France and Spain agreed to invade if Portugal still refused to close her ports to British ships. Following a formal declaration of war in March (*Gazeta de Madrid* 3 Mar. 1801: 228-230), on 20 May, a Spanish force under Manuel Godoy, the Prince of Peace, occupied Olivença and proceeded to over-run the Province of Alto Alentejo. On 6 June 1801 Portugal was forced to conclude a truce at Badajoz, agreeing to close her ports to British ships and to pay 20 million francs to the French Republic (Soriano 2: 388-490; id. 3: 468-470).<sup>17</sup> Although Napoleon wished to impose even harsher terms, Spain – guarantor of the Franco-Portuguese Treaty – was satisfied with the annexation of Olivença and there matters rested for the time being (Soriano 2: 396-397). A new Franco-Portuguese Treaty was signed at Madrid on 29 September 1801 whereby Portugal agreed to close her ports to Britain (*Collecção dos tratados* 4: [144]-151), although she was rescued from having to take this dangerous step by the conclusion of what was supposed to be a definitive peace between Britain and France – the Treaty of Amiens of 25 March 1802.

These events had major implications for Britain. Responses

---

<sup>15</sup> BL, HHP, MS, Lord Holland to Caroline Fox, Add. 51737, f. 165<sup>v</sup> (16 Jan. 1805).

<sup>16</sup> The name 'War of Oranges' was coined after Godoy presented Queen Maria Luisa de Borbón a branch of orange tree taken from Elvas (see Montenegro 77; Vadillo 295).

<sup>17</sup> The treaty was signed by Lucien Bonapart, then French Minister to Madrid, and José Luís de Vasconcelos e Sousa (1740-1812), 6th Conde and 1st Marquês de Pombeiro. Although dated 6 June, it was actually signed on 8 June.

to Portuguese requests for assistance were disappointing. Lord Grenville, and later Lord Hawkesbury, merely promised not to oppose a bilateral Franco-Portuguese treaty ‘...except on the condition of excluding from the ports of Portugal the ships of war of his majesty, and even merchant vessels of his subjects.’<sup>18</sup> The issue was discussed in Parliament on 18 May 1801 when approval was given to Hawkesbury’s proposal for a subsidy of £300,000 to enable Portugal to maintain an army of twenty thousand men. Holland opposed the subsidy; while professing himself ready to assist ‘...our most ancient and faithful Ally...’, he considered the subsidy too small to have any military impact.<sup>19</sup> It would only encourage the French to invade and then take the money as reparations. In reality Hawkesbury’s proposal would simply vote subsidies ‘...into the pockets of General Bonaparte....’ (*id.*).

French pressure on Portugal, above all the demand that she close her ports to British shipping, intensified after Britain and France resumed their war in May 1803. The French Minister in Lisbon, Marshal Jean Lannes,<sup>20</sup> wanted to force Portugal to take the French side in the renewed war with Britain, displaying a harsh, even contemptuous attitude to the Regent, afterwards Dom João VI. The Regent tried to be conciliatory and managed to secure an agreement that Portugal could remain neutral in return for a payment of 16 million francs to the French, with a further reward of 1 million to Lannes for ‘his zeal and good services.’<sup>21</sup> The Regent’s policies had to reflect the fact that Britain was no more supportive than in 1801 and 1802 (Soriano 2: 546). Replying to a memorandum of 1 June 1803, addressed to the British Government by Domingos de Sousa Coutinho, Minister Plenipotentiary to London and the future Conde de

---

<sup>18</sup> Hawkesbury, Dispatch to João de Almeida (June 1801), in Soriano, 3: 432; see also Grenville, Dispatch to the Portuguese Minister Plenipotentiary to London, José Luís de Vasconcelos e Sousa (18 Jan. 1801), qtd. in Soriano 2: 322-323.

<sup>19</sup> Holland, ‘[Answer to Lord Hobart’s address at the House of Lords upon his Majesty’s Message respecting the defence of Portugal (20 May 1801)]’. *The European Magazine and London Review* 39, (June 1801): 451.

<sup>20</sup> Jean Lannes (1769-1809), 1st duc de Montebello, French Marshal and diplomat, son of Jean Lannes, a merchant, and Cécile Fouraignan. One of Napoleon’s true friends, he was appointed Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to Lisbon on 14 November 1801, where he arrived from Madrid in March 1802. He remained in Portugal until July 1804, when he left for Paris to attend Napoleon’s coronation, never to return (see Soriano 2: 475, 584-585).

<sup>21</sup> ‘Projecto para o Tratado de neutralidade, de que trata a nota que se dirigiu ao General Lannes’. *Supplemento á collecção dos tratados* 14: 80.



Funchal,<sup>22</sup> Hawkesbury promised to respect Portuguese neutrality in the renewed war with France, but offered no guarantee of military assistance if the French invaded, at least not until Britain could secure her own dominions. Lack of British support forced Portugal to make further concessions to France. A pro-French party appeared at Court and Lannes persuaded the Regent to dismiss supposedly pro-British ministers and replace them with men more sympathetic to France.<sup>23</sup> The Regent and his wife, Dona Carlota Joaquina, agreed to be godparents to Lannes's child,<sup>24</sup> whose baptism was celebrated at the Royal Palace of Bemposta on 29 September 1803.<sup>25</sup> Lannes left for Paris in July 1804 to attend Napoleon's coronation as Emperor (Soriano 2: 584-591).

There was thus no French Ambassador in Portugal during the Hollands' visit. Lannes was expected to return and Holland predicted that he would then demand the exclusion of British ships from Portuguese ports and could even go so far as to require a '...declaration of war against England and the seizure of all British property.'<sup>26</sup> Holland's predictions proved accurate, although the demands did not come from Lannes, who, in the event, was never to return to Portugal. The new French Minister, Jean-Andoche Junot, arrived in April 1805, shortly after the Hollands left for England (Soriano 2: 584-591). Junot duly delivered Napoleon's proposal for a Franco-Portuguese alliance against Britain, which João rejected on the grounds that war with Britain would jeopardise Portugal's overseas possessions.

Holland wonders, whether in the face of French pressure, Portugal will find '...the means of resisting these demands? Or will she avail herself of them?'<sup>27</sup> Holland thinks Portugal will do

---

<sup>22</sup> Domingos de Sousa Coutinho had been appointed Minister Plenipotentiary to London on 13 May 1803 (Santarém 18: 430).

<sup>23</sup> In August 1803, the Prince Regent accepted Lannes's demands for the removal of several ministers thought to be pro-British, including João de Almeida de Melo e Castro (1756-1814), 5th Conde das Galveias and Linhares, Foreign Minister and President of the Royal Treasury. They were replaced by Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), 1st Visconde de Balsemão, and Luís de Vasconcelos e Sousa (1742-1809), 4th Conde de Figueiró, considered more compliant to France (Soriano 2: 543-544, 550-551, 567 et. seq.; Foy 2: 115-116).

<sup>24</sup> Jean-Ernest Lannes (1803-1882), baron de Montebello.

<sup>25</sup> João's 'kindness' to the French Envoy also involved a gift worth an estimated four thousand pounds (Soriano 2: 560-561).

<sup>26</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. MSS. 51633, f. 9<sup>v</sup>.

<sup>27</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. MSS. 51633, f. 9<sup>r</sup>.

neither. The choice between Britain and France is so difficult that, in reality, Portugal has no choice but to resort to evasion and equivocation: '...which in these unjust times necessarily form so great a part of a weak countries politics & which this court in particular has so often practised with success even on perilous occasions.'<sup>28</sup> Much depends on the abilities of Portugal's rulers. Holland's estimate of the Portuguese ruling class was never entirely favourable and, over the years, ranged from qualified approval to something approaching contempt. Perhaps the best summary is to be found in Holland's *Foreign Reminiscences*: '...the leading men in Portugal are not deficient in character or knowledge... but they are full of little jealousies and artifices, and more cunning in their negotiations with powerful states than wise in the management of their own.' (162).

But Holland's assessment has some positive features. However Portugal responds to Napoleon's demands, he thinks an immediate invasion is unlikely:

...the apprehensions of contagion the length of the march & the famine which extends along the frontier of Portugal at this moment would deter the French from undertaking such an enterprize till next years harvest is over & which might afford some hope of furnishing their soldiers with provisions without the expense & trouble of bringing every loaf they eat some hundreds of miles on the backs of mules.<sup>29</sup>

While Holland is unimpressed with '...the present disorganised and dispirited [Portuguese] army...'<sup>30</sup> he believes that, if the French do invade, they will not make an easy conquest. Provided the government does not fall into '...sudden and incurable panics...'<sup>31</sup> – sadly a serious possibility – Lisbon should remain fairly safe, largely because the invaders would have to contend with '...the natural defences of a barren frontier, a burning sun and a savage peasantry....'<sup>32</sup> But Holland never suggests that the Portuguese can defeat the French on their own; some foreign military assistance will be needed, although not very much. At the end of 1804/beginning of 1805, Holland thinks in terms of

---

<sup>28</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. MSS. 51633, f. 14<sup>v</sup>.

<sup>29</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, f. 11<sup>r</sup>.

<sup>30</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, f. 9<sup>r</sup>.

<sup>31</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, f. 9<sup>r</sup>.

<sup>32</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, f. 9<sup>r</sup>.

‘...a very trifling additional force of English or Russian troops...’,<sup>33</sup> noting that ‘...Russia & England were cordially united....’<sup>34</sup>

One of the features of Holland’s analysis, now and later, is his readiness, perhaps natural in an essentially ‘opposition’ politician, to blame the British government for some of the problems facing Portugal. It must be said that Holland is not entirely consistent; sometimes he criticises the British government for too much involvement in Portuguese affairs and sometimes for too little. In January 1805, the charge is one of lack of commitment:

They complain that we have never made any specifick offer of money or troops in case of a rupture with France; they add that we do not explicitly tell them whether we consider the preservation of Portugal as an object secondary [to] none but that of our European possessions.<sup>35</sup>

Holland had predicted that some time would elapse before France applied serious pressure on Portugal. In this he was proved right, although for rather different reasons than those advanced in Holland’s memorandum. Time and again, Portugal’s fate was affected by developments on the other side of Europe. Prussian preparations for war forced Napoleon to postpone his plans for Spain and Portugal and to recall troops on their way to Bayonne. But Portugal’s respite was short lived. Prussia was rapidly defeated and, since any hopes of defeating Britain at sea had ended at Trafalgar, Napoleon determined on economic warfare. On 21 November 1806, the Emperor issued the Berlin Decrees, intended to bring Britain to its knees by closing all of Europe to its exports. Russia agreed to join what became known as the Continental System under the terms of the Treaty of Tilsit of 7 July 1807, thus removing the possibility of Anglo-Russian collaboration in defence of Portugal envisaged in Holland’s memorandum. Only three European states, Denmark, Sweden and Portugal, now remained outside the System. If Napoleon’s plans were to have any chance of success these powers had to be persuaded, or if necessary, forced to join. Of course, the construction of the Continental System meant that Britain would seek to find other outlets for its exports – and Brazil was perhaps the

---

<sup>33</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, f. 9r.

<sup>34</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, f. 14v.

<sup>35</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, f. 12v; see also Soriano 2: 550.

most attractive target. In other words Portugal faced one of the most acute crises in her history, a crisis remarkably similar to the one predicted in Holland's memorandum.

Subsequent events also followed Holland's predictions. On 12 August 1807, the French Chargé d'Affaires, Maximilien de Rayneval,<sup>36</sup> demanded that Portugal close its ports to British ships by 1 September, detain all British residents and seize their property and agree to the transfer of the Portuguese Navy to Spain and France. As Holland had foreseen in 1805, Portugal attempted to follow an evasive policy. Thus when Portugal accepted the French ultimatum and declared war on Britain on 20 October 1807, this was followed by a secret treaty with Britain agreeing to transfer the Portuguese Capital to Brazil and to British occupation of Madeira.<sup>37</sup> But Napoleon had already decided on an invasion of Portugal and on 27 October the Franco-Spanish Treaty of Fontainebleau was concluded to that end.

Even before the treaty was signed, a French force in Spain, commanded by Junot, was making its way to the frontier, crossing into Portugal on 19 November. Thereafter events moved with remarkable speed and Junot was able to take Lisbon – with a force of only 1,500 men – on 30 November 1807 (Oman 1:26). The rapid advance seems to invalidate Holland's prediction that invasion would prove difficult, but things were not what they seemed and, in reality, the French position was precarious. As Holland had insisted, events were to show that, with some foreign support, the invaders could be defeated after all. Junot had made such haste in his advance on Lisbon – so much so that his men were exhausted and almost starving – because he wished

---

<sup>36</sup> Maximilien Gérard (1778-1836), comte de Rayneval, French diplomat, was entrusted with the mission of communicating to the Portuguese Government the French ultimatum demanding that Portugal join the Continental System. Rayneval died at San Ildefonso, Spain, on 17 de August 1836.

<sup>37</sup> On 22 October, a secret Anglo-Portuguese convention was signed in London between Canning and the Portuguese Minister, Domingos de Sousa Coutinho. The Convention stipulated that Britain would occupy the Isle of Madeira temporarily and send a fleet to the Tagus under the Admiral Sidney Smith in order to stop the Russian fleet entering the port of Lisbon, to prevent the capture of any Portuguese ship by the French Navy and, above all, to rescue the royal family if and when necessary. But Canning rejected with disdain the plan proposed by Sousa Coutinho of a 'nominal war' against Britain, on the grounds that this would bring all neutral powers on the side of France ('Convenção secreta entre o Principe Regente o Senhor Dom João e Jorge III Rei da Gran-Bretanha, sobre a transferencia para o Brazil da sede da Monarchia Portugueza, e occupação temporária da Ilha da Madeira pelas tropas britannicas, assignada em Londres a 22 de Outubro de 1807, e ratificada por parte de Portugal em 8 de Novembro e pela da Gran-Bretanha em 19 de Dezembro do dito anno (22 Oct. 1807)'. *Collecção dos tratados* 4, pp. [236]-253; see also Temperley 80; Martinez 219-220).

to prevent the escape of the Prince Regent and his Court. In this he failed, though by a slender margin. On 29 November, the day before Junot's arrival, the Regent, accompanied by as many as 15,000 followers, had completed his departure – with British assistance – and was now on his way to Brazil.

Unfortunately Holland's analysis breaks off at this point, while assessing British attitudes to Portugal and the possibility of a joint Anglo-Russian response to a French invasion.<sup>38</sup> Sadly, the whereabouts of the later folios are not known.

### **Lord Holland's Portuguese Journal (1805): Extract**

January 8<sup>th</sup> Lisbon 1805

Lasnes [*sic*]<sup>39</sup> is expected here every day & if his presence at all times disconcerts the court & alarms the inhabitants it may easily be imagined that his arrival at this critical conjuncture produces the greatest consternation – This is not diminished by the report of his bringing with him Sebastiani<sup>40</sup> – so well known for his correspondence from Egypt & his talents as an engineer – His first demand will be the exclusion of British ships from this & all other Portuguese ports – it may possibly extend to the declaration of war against England & the seizure of all British property – His means of enforcing these demands or any other the French government may make are menaces of an immediate invasion & the completion of a treaty often sketched out but never actually signed of putting Spain in possession of Portugal in return for Catalonia & the Provinces north of the Ebro the ancient boundary according to French Historians of the Empire of Charlemagne – I need not waste time in pointing out the consequences of war between Portugal & England to both countries – to the former it is every thing but annihilation & to the latter as far as I am able to judge infinitely more prejudicial in a political view & less perhaps in a commercial one than it has been generally supposed – Has Portugal the means of resisting these demands? – or will she avail herself of them? – The question of

---

<sup>38</sup> BL, HHP, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, f. 14<sup>v</sup>.

<sup>39</sup> Lannes, occasionally referred to as *Lasnes* in English texts (cf. Busk 261).

<sup>40</sup> Horace François Bastien Sébastiani de La Porta (1771-1851), French officer, diplomat and politician. Born at La Porta, Corsica, son of a tailor and nephew of Louis Sébastini de La Porta, a Roman Catholic priest and later bishop of Ajaccio.

the defence of Portugal has been so often discussed that one can neither say or hear any thing new about it. Reasonable people here, who have the means of judging & much interest in the question seem to think that even with the present disorganized and dispirited army a very trifling additional force of English or Russian troops joined to the natural defences of a barren frontier a burning sun & a savage peasantry would enable them at all times to protect Lisbon if the Government were not liable to sudden & incurable panics – But whether this speculation is well or ill founded I know that persons whose opinions ought to have weight think there is no necessity for taking so hasty a decision as the French are expected to demand of them – Exclusive of their notions upon the general practicability of resistance to an enemy they think that were they to defy the French (which is however a line of policy they are very far from recommending for their country) the apprehensions of contagion the length of the march & the famine which extends along the frontier of Portugal at this moment would deter the French from undertaking such an enterprize till next years harvest is over & which might [afford some]<sup>41</sup> hope of furnishing their soldiers with provisions without the expense & trouble of bringing every loaf they eat some hundreds of miles on the backs of mules – They seem to think that if the French were actually on the frontier & no army whatsoever between them & Lisbon nothing could or would be demanded more disastrous than a war with England & that by waiting till they are there before they comply with such a demand they can lose nothing while by gaining time they take the chance of accidents at a moment that any change of affairs in England France or Spain or even a war in the North would at any rate facilitate their negotiations with France & might even possibly extricate them entirely from their present embarrassments – At the same time the views of our government alarm them, they seem or they affect to distrust our will to assist them & they do not disguise their ill humour at the little compunction we have felt in exposing them to their present dreadful alternative: – they complain that we have never made any specifick offer of money or troops in case of a rupture with France; they add that we do not explicitly tell them whether we consider the preservation of Portugal as an object secondary to none but that of our European possessions. Our conduct of last war is deeply engraved on their memories when after having

---

<sup>41</sup> The words 'afford some' are crossed out in the original MS.



defeated their endeavours of making peace with France we kept our troops & fitted out our expeditions here while Portugal was in a state of security, we withdrew all our forces & sent them on distant schemes of conquest & acquisitions which we were pleased to call diversions in their favour when Gen.<sup>1</sup> Le Clerc<sup>42</sup> was at Valladolid & the P of the Peace at Badajoz

They [*sic*] apprehension that Pitt is dazzled with the splendour and [?] allure of the plunder of South American conquests – makes a deep impression – The consequences of such projects to Portugal must be dreadful for obvious reasons. But their wishes rarely seem to mislead their judgement and their hopes more than their judgement when they imagine that an implied promise of forbearance on our part in that quarter of the world would purchase an equal forbearance with regard to them from Spain even during the continuance of wars heard not Their arguments on their head are very ingenious & would perhaps be conclusive did not the instability of the Prince of the peace's character render all engagements implied or exprest with Spain precarious & the timidity of it enable the French at any time to insist in the violation of them –

Perhaps they would more willingly have recourse to Russia with the politics of whose court they ought to be intimately acquainted as the Sec.<sup>ry</sup> of State for foreign affairs here is but lately returned from his legation at Petersburg<sup>43</sup> – There does exist a treaty between the two countries & the preservation of Portugal, by negotiation if the disputes between Russia & France are amicably adjusted or the defence of it by auxiliary forces if they are followed by an open rupture seem to be within the line of policy which Alexander has chalked out for himself – From the prevalence of these opinions among those with whom I have conversed & who I really believe speak what they think I imagine their advice (if asked) would be to fight off the demands of the French by occasionally pleading commercial inconveniences at

---

<sup>42</sup> Charles Victoire Emmanuel Leclerc (1772-1802), French general, husband of Pauline Bonaparte, Napoleon's sister. He was sent to Spain in 1801 at the head of an auxiliary army.

<sup>43</sup> D. António de Araújo e Azevedo (1754-1817), 1st and only Conde da Barca, Portuguese diplomat and statesman, the son of António Pereira Pinto de Araújo e Azevedo and Maria Francisca de Araújo e Azevedo. Araújo was Minister Extraordinary to The Hague, Minister Plenipotentiary to the French Republic and Russia (St Petersburg), from whence he was recalled in 1804 to take the Foreign Ministry. Lord Holland notes that Araújo '(...) was all along suspected of promoting the designs of the French, and was certainly in secret correspondence with them, though possibly, and indeed probably, with the somewhat less criminal design of deceiving them (...)' (Holland, *Further Memoirs* 9).



the moment & occasionally assuming the appearance of firmness – In short by all those subterfuges which in these unjust times necessarily form so great a part of a weak countries politics & which this court in particular has so often practised with success even on perilous occasions – In the meanwhile they would ascertain the views of our Cabinet & the extent as well as nature of the assistance we were disposed to afford them, if Russia & England were cordially united they might perhaps join the confederacy & trust to their assistance for protection – If Russia reject [remain]<sup>44</sup> aloof from our connexion [*sic*] they would labour hard to get their neutrality included in the list of items which...

## WORKS CITED

### 1. Manuscripts

- British Library, Holland House Papers, MS Lord Holland Portuguese Journal (1805): Extract, Add. 51633, ff. f. 9<sup>r</sup>-14<sup>v</sup> (8 Jan. 1805).  
BL, HHP, MSS, Dinner Books Add. 51950: 1799-1806, f. 97<sup>r</sup> (Thursday 8 July 1802).  
BL, HHP, MS Lord Holland to Caroline Fox, Add. 51737, f. 133<sup>r</sup> (2 Dec. 1804).  
BL, HHP, MS Lord Holland to Caroline Fox, Add. 51737, f. 137<sup>v</sup> (10 Dec. 1804).  
BL, HHP, MS, Lord Holland to Caroline Fox, Add. 51737, f. 165<sup>r</sup> (16 Jan. 1805).

### 2. Printed Sources

- Burke, Bernard. *A Genealogical and Heraldic Dictionary of the Landed Gentry of Great Britain and Ireland*. 4th ed. 2 vols. London: Harrison, 1863.  
Busk, M. M. (Mrs William). *The History of Spain and Portugal: from B.C. 1000 to A.D. 1814*. London: Baldwin and Cradock, 1833.  
Clarke, John and José Baptista de Sousa. "Critics to Enthusiasts: the Hollands Discover Portugal". *Portuguese Studies* 21: 1 (Oct. 2005). 70-89.  
Foy, Sébastien Maximilien. *Histoire de la guerre de la Péninsule sous Napoléon, précédée d'un tableau politique et militaire des puissances belligérantes*. 2<sup>e</sup> ed. 4 vols. Paris: Baudouin frères, 1827.

---

<sup>44</sup> The word 'remained' is crossed out in the original manuscript.

*Gazeta de Madrid* 18 (3 Mar. 1801). 228-230.

Grenville. "[Dispatch to the Portuguese Minister Plenipotentiary to London, José Luís de Vasconcelos e Sousa (18 Jan. 1801)]". Soriano, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890. 2. 322-323.

Hawkesbury, "[Dispatch to João de Almeida (June 1801)]". Soriano, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890. 3. 432.

Holland, Elizabeth Vassall, 3rd Baroness of. *The Journal of Elizabeth Lady Holland (1791-1811)* / Edited by the Earl of Ilchester. 2 vols. London: Longmans, Green and Co., 1909.

--- *The Spanish Journal of Elizabeth Lady Holland*. Edited by the Earl of Ilchester. London: Longmans, Green and Co., 1910.

Holland, Henry Richard Vassall Fox, 3rd Baron of. "[Answer to Lord Hobart's address at the House of Lords upon his Majesty's Message respecting the defence of Portugal (20 May 1801)]". *The European Magazine and London Review* 39 (June 1801). 451.

--- *Foreign Reminiscences* / Edited by his son, Henry Edward Lord Holland. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1850.

--- *Further Memoirs of the Whig Party 1807-1821: with some miscellaneous reminiscences*. Edited by Lord Stavordale. London: John Murray, 1905.

Martinez, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

Montenegro, Diego López. *Fernando el Deseado: memorias de un liberal*. 2.<sup>a</sup> ed. Barcelona: D. I. Lopez Bernagosi, 1862.

Oman, Charles Sir. *A History of the Peninsular War*. 7 vols. Oxford: At the Clarendon Press, 1902-1930.

Portugal. Legislação, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*. 8 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858.

Portugal. Tratados. "Convenção secreta entre o Principe Regente o Senhor Dom João e Jorge III Rei da Gran-Bretanha, sobre a transferencia para o Brazil da séde da Monarchia Portuguesa, e occupação temporária da Ilha da Madeira pelas tropas britannicas, assignada em Londres a 22 de Outubro de 1807, e ratificada por parte de Portugal em 8 de Novembro e pela da Gran-Bretanha em 19 de Dezembro do dito anno (22 Oct. 1807)". *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858. 4. [236]-253.

--- "Traité de paix entre la République Française et le Royaume de Portugal

- (29 Set. 1801)'. *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858. 4. [144]-151.
- "Convenção secreta entre o Principe Regente o Senhor Dom João e Jorge III Rei da Gran-Bretanha, sobre a transferencia para o Brazil da séde da Monarchia Portugueza, e occupação temporária da Ilha da Madeira pelas tropas britannicas, assignada em Londres a 22 de Outubro de 1807, e ratificada por parte de Portugal em 8 de Novembro e pela da Gran-Bretanha em 19 de Dezembro do dito anno (22 Oct. 1807)'. *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858. 4. [236]-253.
- "Projecto para o Tratado de neutralidade, de que trata a nota que se dirigiu ao General Lannes', in: *Supplemento á collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872-1880. 14. 80.
- *Supplemento á collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*. 22 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872-1880.
- Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, 2.º Visconde de. *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. 18 vols. Paris: Em Caza de J. P. Aillaud, 1842-1869.
- Smith, Saba (Lady Holland). *A Memoir of the Reverend Sydney Smith*. By His Daughter, Lady Holland. With a selection from his letters, edited by Mrs. Austin. 2nd ed. 2 vols. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1855.
- Soriano, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, comprehendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*. 19 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890.
- Temperley, Harold. *Life of Canning*. London: James Finch & Co., 1905.
- Vadillo, José Manuel de. *Apuntes sobre los principales sucesos que han influido en el actual estado actual de la America del Sul*. 3.ª ed. Cádiz: Libreria de Feros, 1836.



COMÉRCIO EM TEMPOS DE GUERRA:  
A CORRESPONDÊNCIA DE SAMUEL FARRER – PARTE 4  
(JUNHO DE 1814-JANEIRO DE 1815)<sup>1</sup>

*António Lopes*  
*Universidade do Algarve*  
*CETAPS*

No seguimento dos artigos publicados nos três números anteriores da *REAP*, o presente vem dar por concluída a tradução do espólio das cartas de Samuel Farrer Jnr., comerciante de lã oriundo de Leeds, Inglaterra, e que fixara residência em Lisboa desde 1812 até 1815, ano da sua morte. A este conjunto acrescentamos as cartas procedentes do seu irmão Thomas, a residir em Farnley, Leeds, cujas datas intercalam com as primeiras a partir de 11 de Julho de 1814. O acervo encontra-se guardado nos *National Archives* em Richmond, Londres, na pasta de arquivo com a referência E 140/24/1.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 4 de Junho de 1814

Confirmando os cumprimentos que lhe enviei em 25 último, informo que recebi o seu favor de 16 último e tomei nota do seu

---

<sup>1</sup> Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

conteúdo. Não comprarei mais lã até que tenha melhores notícias provenientes de Inglaterra. Caso [o comércio d]a lã continue aí tão estagnado, recomendo-lhe a fabricar tanto quanto já alguma vez tenha fabricado, & escrevi ao Ellwand para lhe enviar quaisquer sacas que tenham sobrado das diferentes pilhas de que ele tenha feito venda parcial. Se V— enviar, troque as restantes 8 sacas de lã portuguesa por tecido superfino de cor castanho claro e verde oliva. Faça-o, ou em alternativa troque de acordo com o que está na encomenda do Machado, digamos entre 8[xelins]/ a 10/[xelins] a jarda e não se demore em me enviar por correio a partir de Liverpool todas as encomendas e conhecimentos de carga quer de bens que estejam sob encomenda quer dos que não estejam. Se a sua próxima me trazer melhores notícias do comércio, far-lhe-ei remessa de mais lã. As minhas 18 camisas pelo *Katherine* chegaram em segurança. Nada mais a contar, excepto dizer que tivemos um pequeno tremor de terra hoje de manhã, coisa que é desconhecida em Inglaterra. Com os meus cumprimentos à sua Mulher & ao Pai, permaneço

O seu irmão que muito o estima,  
Sam.l Farrer Jnr.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 25 de Junho de 1814

Desde que tive este prazer em 4 do corrente, recebi o seu favor de 6 do corrente e de 16 último. Não percebo quando V— me diz que vendeu toda a lã com excepção das 8 sacas. Suponho que V— se refira às 8 grandes, mas V— não diz quantas sacas pequenas sobraram. Ficaria satisfeito por saber que não tinha sobrado nenhuma & que V— tinha sido obrigado a mandar vir lã de Londres para manufactura. Nada mais tenho a informar desde a minha última. O comércio aqui está muito estagnado e não espero que melhore antes de Setembro. Não tentarei vender até essa altura, pois será inútil. Se se alcançar a paz com a América<sup>2</sup>, o comércio irá equilibrar a nossa situação. V— não

---

<sup>2</sup> Referência à Guerra Anglo-Americana que se iniciou em Junho de 1812. V. António Lopes. Comércio em Tempo de Guerra: Seis meses na correspondência de Samuel Farrer (Março-Setembro de 1812). REAP. No. 20, 2011, p. 233n.

me diz se serei tio em breve. Parece que isso ainda não está para acontecer. Se eu conseguir em breve a liquidação dos meus títulos junto do comissário, de certeza que aí irei e verei como é que andam as coisas. Permaneço, com os melhores desejos para todos aí,

O seu irmão que muito o estima,  
Sam.l Farrer Jnr.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 1 de Julho de 1814

Tive este prazer em 25 últ. e desde então não tenho recebido nenhum dos seus favores. A pressa na última fez-me esquecer de o informar da chegada do *Hawk* de Liverpool e também de lhe dizer que 3 dos 4 fardos que vieram pelo *Katherine* estavam danificados, nomeadamente os 434, 5 e 6. Como os dois primeiros se encontravam segurados, vendi-os por conta dos seguradores marítimos & remeterei os documentos no próximo paquete. O 434 só tinha duas peças estragadas, mas como tinha cores não comercializáveis, não pensei senão em vendê-lo por conta deles e farei com que os documentos sejam tão convincentes quanto o permitirem as circunstâncias para recuperarmos o prejuízo, & se eles não levantarem objecções, tanto melhor, atendendo a que no fardo 435 V— tem indubitavelmente 18 peças gravemente danificadas. O 436 tinha 14 estragadas. Fui naturalmente obrigado a vendê-lo também & isso deixa cerca de 30 por cento de perdas na factura & se estivessem em condições não se teriam vendido por mais 10 por cento. O Sr. Anto. Duff da América parte no paquete de hoje & provavelmente irá fazer-vos uma visita a Farnley antes de voltar para cá novamente. É um sócio da Casa Fitzgibbon, French & Duff de Lisboa, que é muito abastada. Se tivermos paz com a América podemos fazer bons negócios com eles. Está tudo na mesma desde a última que lhe escrevi. Despeço-me com afeição de todos vós e permaneço

O seu irmão que muito o estima,  
Sam.l Farrer Jnr.

---



Estimado Irmão,

Farnley, 11 de Julho de 1814

Desde que lhe escrevi a 27 últ. e depois daquela sua datada de 4 últ., não recebi quaisquer cartas suas. Só nos chegou um correio de Lisboa desde essa altura e não havia quaisquer cartas para mim. Anexo à presente carta a factura e as amostras dos três fardos e pedi ao Ormerod & Co. para lhe enviar os conhecimentos de carga mal as mercadorias fossem embarcadas. O comércio em Leeds para todos os tipos de fazenda, exceptuando tecido grosseiro, anda muito estagnado. Espero que por esta altura o comércio já se tenha reanimando em Lisboa e a lã [esteja] mais barata. Remeter-lhe-ei factura e amostras de mais três fardos de hoje a quinze, se tudo correr bem e espero receber boas contas da sua parte por essa altura. Vi no jornal de Liverpool que chegou ao Sr. Galt um carregamento de 130 sacas de lã de Lisboa e o Hoggs teve quase 200 sacas. O irmão do Hoggs está quase todos os dias úteis no *Leeds Cloth Hall*<sup>3</sup> a comprar fazenda. Suponho que esses indivíduos estejam em breve a [ilegível] a si próprios. Penso que haverá muita variação no preço da lã desde que lhe escrevi da última vez. Não é boa altura para se andar a vender, já que se supõe que [os preços] tenham baixado, mas como lhe disse antes, não tinha nada para vender a não ser 4 sacas de 5 pedras. Penso então que devíamos convertê-la em fazenda, e aí teria de comprar um pouco de lã inglesa para mesclar com elas uma vez que se nos acabou a lã. O Ellwand vai-lhe enviar 10 sacas. Não tenho mais notícias para lhe transmitir para já. A minha mulher está comigo nas saudades que lhe mando a Si e o meu velho pai está tão bem quanto tem estado nestes últimos 10 anos. Permaneço

O seu irmão que muito o estima  
Ths. Farrer

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 14 de Julho de 1814

---

<sup>3</sup> Sobre este edificio v. S. Burt e K. Grady. *The Merchant's Golden Age: Leeds 1700-1790*. Leeds: Essay Printing Ltd, 1987.

Tive este prazer em 1 do corrente, e desde então recebi o seu favor de 27 último com os diferentes anexos. Os Srs. Forlades & Co. estão bastante satisfeitos com as vendas da lã portuguesa. Estive no mercado hoje mas nada encontrei que valesse a pena ser comprado, mas [espero] dentro de pouco tempo enviar-vos umas quantas centenas de sacas. Não fiz nenhum negócio com aquele vigarista espanhol e por isso não fui enrolado. As pessoas que mais perderam foram o Sr. Hile, do Oeste de Inglaterra, um estimado amigo meu, & de entre os nossos cavalheiros de Yorkshire estão os seguintes: Holdwhede & Ellerton de Leeds, Willowby de perto de Hud[d]ersfield & mais alguns outros que desconheço. Creio que um tal Sr. Blackburn de Holdbeck [sic]<sup>4</sup> é também um dos que perderam com o negócio. Gozo de muito boa saúde. Suponho que a irmã se esteja a referir à minha doença no Natal passado, pois não tenho estado doente desde essa altura. Não autorizarei que se comprem terras até ao próximo Verão. Se eu fosse forçar as vendas no presente momento, não chegaria a 40 por cento da factura, de tão mau que está o comércio dos lanifícios de momento. Junho, Julho e Agosto são sempre meses de estagnação em Lisboa. Assim não procurarei vender até Setembro &, como nada acontece por cá, tenciono ir passar uma quinzena às Caldas, a uma distância de cerca de 60 milhas daqui. Um médico português diz que é muito benéfico para a asma & como tenho pouco para fazer, estou decidido a experimentar. Indo já o Verão bastante adiantado, irei desistir da ideia de visitar a Inglaterra até à Primavera que vem. Estou com muito receio de um Inverno inglês & tenho alguns negócios para tratar com os nossos comissários. Mandeir vir do Porto duas pipas de vinho do Porto: uma para Si & outra para o meu amigo George Sayner. Custaram 54 £ cada, o que dá 108 £ pelas duas. Assim, o Sr. S. tem de pagar a Si 54 £ & a % das despesas. Vão consignadas a Ormerod Heyworth & Co. [de] Liverpool, a quem V— se deverá dirigir. Seguem a bordo do Nansy [sic]<sup>5</sup>. Aconselho ao seu cunhado<sup>6</sup> que entre numa boa casa de contabilidade em Londres ou Liverpool imediatamente & que lá permaneça até que eu volte a Inglaterra, e se nessa altura eu o achar irrepreensível em contabilidade, ele retornará comigo a Espanha ou Portugal. Entretanto, ele devia estudar a língua de um desses países. Eu sempre [*papel danificado*] que

---

<sup>4</sup> Holbeck, a sul de Leeds.

<sup>5</sup> Referência ao Nancy.

<sup>6</sup> Referência a James Hutchinson Jnr., que viria a substituir Samuel Farrer em Lisboa após a sua morte em Fevereiro de 1815.

compro, mas V— deve saber que eu [*papel danificado*] rejeitar qualquer, excepto o todo. Com os meus melhores cumprimentos à Sra. F. & ao meu velho paizinho, permaneço

O seu irmão que muito o estima,  
Sam.l Farrer Jnr.

PS Há muita procura de fazenda verde de momento. O conhecimento de carga do vinho pelo Nansy [*sic*] vai encaminhada para o Ormerod Heyworth. Também o conhecimento de carga de 2 sacas de lã espanhola, uma, a No. 2 é uma amostra que guardei, e a outra, a No. 1 é o resto de uma Leonesa de primeira, mas em virtude de se encontrar bastante suja, não a expedi para Londres. Quando regressar das Caldas, conto enviar-lhe uma grande consignação de lã em comparticipação com o Forlades & Co. Os documentos da mercadoria avariada serão enviados pelo Sr. Pollet, nesta ou na próxima leva de correio.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 6 de Agosto de 1814

Acabo de regressar das Caldas em perfeita saúde & só tive tempo para ler a sua carta de 11 último, com os apensos dos 3 fardos. Já chegou tudo até ao No. 445. Espero despachar 4 fardos para irem para a Amirica [*sic*] num navio dos Srs. Fitzgibon [*sic*], French & Duff, que me pagam dois terços do montante e tomam o seguro por sua conta & eu envio o outro terço por minha conta. Tenho a certeza de que V— aprovará o que tenciono fazer quando lhe disser que não os poderia vender por muito mais do que o que receberei da parte deles. Assim teremos as receitas do outro terço por nossa conta e risco, com todas as perspectivas de um bom lucro sobre o mesmo. Ainda não tive tempo de inquirir sobre como tem estado o mercado da lã desde o meu regresso, mas a minha próxima trar-lhe-á um relato pormenorizado & se eu achar que há procura, far-lhe-ei uma grande remessa. Entretanto aconselho-o vivamente a fabricar mais fazenda. O Ellwand fornecer-lhe-á a lã. Vinda toda a lã da parte dele, seja meticoloso em registar os números & todas as marcas que estão nas sacas & mande-me uma conta com aquilo que V— pensa que valem, de modo a que eu seja capaz de calcular a quanto é que o resto das pilhas foi vendido em Londres. Solicitei-lhe a ele que enviasse a Si a lã mais antiga que recebeu

de mim. Estou surpreso pelo facto de a encomenda de superfina do Ribeiro & Silva ainda não ter sido embarcada. V— receberá pelo próximo correio a nota de venda das mercadorias avariadas. Quanto aos outros dados, remeto-o para a minha de 14 último. V— não me informou se está prestes a tornar-me tio. Começo a pensar que V— está a atrasar-se bastante em relação a isso. Estou feliz por saber que o paizinho goza de tão boa saúde. Com os meus sinceros desejos de que ele assim continue por muito tempo e os melhores cumprimentos à Sra. Farrer, permaneço

O seu irmão que muito o estima,  
Sam.l Farrer Jnr.

Diga ao sr. F. Becket que ele se tem esquecido de responder à minha última carta & diga-lhe que se não o fizer, perderá um correspondente de valor.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 12 de Agosto de 1814

Desde que lhe escrevi em 6 do corrente, encontro-me privado dos seus favores. Tenho agora de lhe remeter os documentos necessários para recuperarmos [o prejuízo] resultante pela avaria verificada nos fardos Nos. 434 & 435 que V— terá de reencaminhar para o agente em Londres que efectuou o seguro sobre os ditos fardos. Presentemente, o mercado da lã cá está demasiado caro para comprar, mas assim que eu vir uma oportunidade enviar-lhe-ei alguma. Entretanto, irei escrever ao Ellwand para que o mantenha a Si bem abastecido para a manufacturação, que quero que V— acelere tanto quanto puder. Tenho a certeza de que o comércio irá ver melhores dias antes do Inverno. Continuo de óptima saúde. Com os melhores desejos para os seus & família, permaneço

O seu irmão que muito o estima,  
Sam.l Farrer Jnr.

PS Se vir o Sr. Ellwand Snr., diga-lhe que o Sr. K. entregou a sua carta demasiado tarde para ser respondida nesta leva de correio, mas que será servido no próximo correio. Também remeto em anexo o conhecimento de carga de 2 sacas de lã. 1 é

de amostras & a outra é Leonesa. O *Hawk* levantou ferros com o comboio há 4 dias.

---

Estimado Irmão,

Leeds, 15 de Agosto de 1814

Não recebi carta alguma sua desde a datada de 4 últ. Serve a presente apenas para informá-lo de que efectuei um seguro sobre o *David*, capitaneado por Corvell, com um prêmio de 3232 libras que é a quantia total dos 8 fardos embarcados a bordo do *David*. A lã vende-se muito mal por cá de momento e o comércio de tecidos está muito estagnado. Não quero que V— compre grandes quantidades de lã para já, excepto se a pudesse comprar muito barata. Estou muito ansioso para saber como é que acordou com Forlades & Co. o pagamento da lã de Portugal. Eu teria ficado a descoberto se eles tivessem sacado as letras sobre mim para pagamento. Se eu tivesse encomendado uma quantidade de lã, teria conseguido vendê-la por dinheiro numa probabilidade de dez para um, e ainda assim teria de ser muito barata. Tenho fazenda no valor de quase 4000 libras pronta para ser enfardada, pelo que V— não deverá negligenciar a venda de parte dos seus artigos alcancem os valores que alcançarem, visto que V— terá de pagar ao Forlades & Co. parte da lã e a outra parte poderá pagar-lhes quando eu receber, o que ocorrerá algum tempo antes disso. V— tem de me enviar algum dinheiro dentro de mais ou menos três meses. Vou tratar de lhe enviar toda a fazenda que temos em mão e espero que vá encontrar aí um bom mercado. Vendi as 4 sacas de superfina de Portugal a 2[xelins]/3[pence] o arrâtel a crédito, isto se a pessoa a vier buscar, mas ainda não veio. As 16 sacas recebidas do Ellwand estão facturas a um ou dois xelins a mais por arrâtel. Penso que o velho Ellwand parece estar muito descontente pelo facto de V— não lhe remeter dinheiro dele. Ele disse-me que V— lho havia enviado. Ele pensa que V— andava a fazer mal a contabilidade. Ficarei feliz se me disser que as termas tiveram um bom efeito sobre si. A minha mulher está comigo nas saudades que lhe mando

Permaneço o seu irmão que muito o estima  
Ths. Farrer

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 20 de Agosto de 1814

Desde que lhe escrevi a 20 do corrente anexando-lhe os documentos para reclamarmos os prejuízos relativos aos danos segurados, recebi a sua de 1 do corrente com os respectivos apensos. O *David* ainda não chegou. Os Srs. Forlades & Co. não irão sacar sobre Si e por isso não tem nenhum motivo para andar com receios. O motivo pelo qual eles lhe escreveram era para lhe agradecerem a Si, & como eu lhes disse que V— era o irmão mais velho, acharam apropriado dirigirem-se a Si relativamente a esse assunto, mas posso satisfazê-los sem vender as minhas jardas com um prejuízo de 40 por cento. Há muito que não tenho dúvidas de que melhores tempos virão, o que me leva a querer que V— fabrique mais fazenda. O mercado da lã continua na mesma, nada havendo a preços mais baixos. Assim que houver alteração, hei-de informá-lo. De momento não lhe sei dizer quanto dinheiro é que podemos dispensar para compra de terras. Talvez dez mil libras na Primavera que vem. Penso que o valor das propriedades estará mais baixo. Diga ao Sr. Gladdil que nunca me envie fazendas de cor de vinho clarete. Vou escrever-lhe no próximo correio. Recebi a carta dele e os apensos dos 6 [*ilegível*]. Com os melhores cumprimentos ao paizinho & à sua Senhora, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr




---

Estimado Irmão,

Farnley, 29 de Agosto de 1814

Recebi a sua datada de 6 do corrente e tomei conta do seu conteúdo. Fico feliz por saber que está de boa saúde. Anexo-lhe amostras & factura de 5 fardos de que, espero, V— consiga fazer uma boa venda assim que chegarem a Lisboa. O mercado em Leeds está muito estagnado de momento para fazendas de todos os tipos excepto as de baixa qualidade, desde três a quatro [xelins] a jarda, que os comerciantes andam a açambarcar para a Alemanha. Em breve terei prontos 5 fardos e, quando V— os receber, terá recebido de mim em fazendas o equivalente a mais

de catorze mil libras desde o início do ano, e V— deve saber que é preciso uma quantidade considerável de dinheiro para dar continuidade ao negócio. Por isso, penso que o melhor é que V— me faça remessa de parte do dinheiro, já que presentemente é muito difícil vender a lã por dinheiro. Escrevi-lhe a Si duas cartas antes do início deste mês mas já não me lembro das datas respectivas. A primeira carta levava anexas factura e amostras, e também cópia de uma carta de Forlades & Co.. As 16 sacas de lã do Ellwand estão marcadas & numeradas da seguinte forma:

	54	3.27		
	64	3.26		
	F[ina]	67	3.23	
		57	3.20	
		63	3.24	
		66	<u>1.25</u>	
			5.1.5	
	Tarifa	<u>2.20</u>		
		4.3.13		
		ou 517 arráteis	a 6 xelins o arrátel	£ 155.2.-
R[efina]	W 1	3.23		
	42	<u>3.24</u>		
		1.3.19		
	Tarifa	<u>26</u>		
		1.2.21		
		ou 189 arráteis	a 8 xelins o arrátel	£ 75.12.-
	S71	3.20		
	Tarifa	<u>13</u>		
		3.7		
		ou 91 arráteis	a 6 [xelins o arrátel]	£ 27.6.-
				
	R[efina]	1	2.1.21	
		5	<u>2.1.19</u>	
			4.3.12	
	Tarifa	1.20		
		4.2.20		
		ou 496 arráteis	a 7 [xelins o arrátel]	£ 173.12
				
	R[efina]	3	2.2.6	
		4	2.2.2	
		1	2.1.27	
		2	<u>2.2.-</u>	



		10.-.7		
	[Tarifa]	<u>3.22</u>		
		9.-.13		
		ou 1021 arráteis	a 8 [xelins o arrátel]	£ 408.8.-
FS	W5	2.1.8		
	Tarifa	<u>24</u>		
		2.12.-		
		ou 236 arráteis	a 6/6	£ 76.14
				£ 914.14

Lamento informar que o meu pai não está tão bem como quando lhe escrevi da última vez. A sua cara está muitíssimo inchada, coisa que foi ocasionada por ele ao tomar comprimidos de mercúrio, encontrando-se muito obstipado tomou quatro comprimidos, que era mais do que a sua quantidade habitual, o que originou salivação, mas espero que esteja a caminho de recuperar. O *Nancy* chegou com o vinho mas não trazia lâ a bordo para nós. Pensava que as duas sacas tinham sido embarcadas nele, visto que V— mencionou que tinha expedido conhecimentos de carga juntamente com o vinho. Ormerod & Hayworth dizem que não receberam qualquer conta de lâ alguma. A minha mulher está comigo nas saudades que lhe mando

Permaneço o seu irmão que muito o estima  
Ths. Farrer

PS Neste momento recebi a sua datada de 12 do corrente com os documentos inclusos. Julgo que os franceses estejam a açambarcar toda a lâ espanhola e fazem o preço subir. As vendas andam muito más neste país. O seguro é de 15 guinéus por [ilegível] em navios de cabotagem. Mandeï segurar o *David* antes do aumento do preço. Foi feito a 5 guinéus com estorno de 50 xelins. Tivemos cá o Ellwand em Farnley e ele disse-me que tinha vendido o resto das pilhas pelo preço que nos declarou e que é mais um xelim por arrátel do que o valor por que eu teria conseguido vendê-las.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 2 de Setembro de 1814

Tive este prazer em 20 últ. e desde então recebi o seu favor

de 15 do dito mês. Paguei ao Forlades a quota que lhe cabia de toda a lã, com excepção das 4 sacas de lã que V— diz ainda não terem sido entregues. A lã continua ao mesmo preço a que tem estado nestes últimos 6 meses. Só o câmbio é que desceu cerca de 16 por cento, o que não faz com que custe menos em Inglaterra. Já não comprarei mais aos preços correntes. Se V— me tivesse dado as marcas da lã que o Ellwand lhe enviou a Si, eu teria então avaliado quanto é que ele cobrou por ela. Sei que é lã Leonesa. V— há-de achá-la sempre cara, embora não o seja. Vai ver que ela prova ser muito diferente da lã de Segóvia, & tenho a certeza de que V— julgaria ser esta última a melhor. V— tem de dar ao Topham um apertão, pois ultimamente as nossas fazendas têm chegado muito mal acabadas, mal cardadas e mal aparadas. Foram tratadas quando o comércio andava muito movimentado em Leeds. Se V— pudesse enviar umas quantas peças de fazenda verde adequada para toalha de mesa com uma borda amarela e conseguiria vendê-las. Faça-as em peças de 20 a 30 jardas cada e então poderão cortá-las com o comprimento que entenderem, uma vez que as bordas nas pontas não são necessárias. O mercado continua no mesmo estado, mas espero que comece a compor-se dentro de cerca de um mês. Escrevi-lhe a Si em 14 de Julho dando-lhe conta de ter expedido do Porto 2 pipas de vinho a serem reencaminhadas para Si a partir de Liverpool pelo Ormerod Heyworth & Co., & dizendo que uma era para o George Sayner, com ele a pagar o frete & os encargos da mesma, com 50 £ de custo no Porto. Diga alguma coisa se as tiver recebido. Com os melhores cumprimentos ao pai & à sua Senhora, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr

---

Estimado Irmão,

Leeds, 13 de Set. de 1814

Desde que lhe escrevi a 24 recebi a sua datada de 20 e tomei conhecimento do seu conteúdo. V— quer que eu faça mais tecido e eu contratei mais gente, mas gostaria que V— me enviasse mais lã assim que baixasse o preço. Seria mais agradável do que estar a enviar para o Ellwand. O comércio da fazenda e da lã anda muito parado neste país. Apreciaria saber que anda mais animado em Lisboa. Recebemos na nossa casa o Hugh

Maltby na semana passada. Ele disse-me que lhe tinha enviado a Si um contabilista, Turner de nome, mas ele tem andado mal desde que chegou a Lisboa. O fardo para o R[ibeiro] & S[ilva] foi enviado por via do paquete de Londres. Remeter-lhe-ei os conhecimentos de carga juntamente com mais alguma factura no próximo correio. Os preços das terras caíram cerca de 30 por cento desde que a paz foi estabelecida<sup>7</sup> e continuam a cair. Conseguirei adquirir os direitos de propriedade por dez mil libras. Eu disse ao meu pai que V— tinha dito que julgava que se poderiam poupar 1000 libras se se comprassem as terras lá para a Primavera, o que muito agradou ao velho, mas eu disse-lhe para não contar a ninguém. Já ficou bom. O vinho já o recebemos cá em casa, mas ainda não o provámos. A minha mulher está comigo nas saudades que lhe mando

Permaneço o seu irmão que muito o estima  
Ths. Farrer

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 16 de Set. de 1814

Desde que tive este prazer a 2 do corrente, recebi a sua de 29 últ. com os respectivos anexos. Tenho agora o prazer de lhe apensar factura & conhecimento de cargas de 162 sacas de lã à taxa de câmbio actual a 68. Verá que se revelarão baratas, suponho que a cerca de 3/7 o arrátel em Leeds & é o mesmo tipo de lã que lhe enviei no Inverno passado, que V— vendeu a 7/- o arrátel. Aconselho-o a vendê-la toda a crédito. Num mau negócio, V— tem de vender a dinheiro a preço muito baixo. Pode mandar vir lã de Londres para manufacturar & escreverei ao Ellwand a dizer que esta é uma consignação da mesma casa cá, de modo que se V— a vender por baixo ele não poderá re-criminá-lo por andar a vender abaixo do preço de mercado. O comboio zarpará de cá dentro de 2 ou 3 dias. Assim, V— tem de escrever para a seguradora. Não há alterações do comércio cá, mas agora aproximam-se os dias em que nós esperamos que as coisas se emendem. Não se descuide em vender esta lã

---

<sup>7</sup> Referência à derrota da França pelas forças da Coligação em Março de 1814 e subsequente abdicação de Napoleão em 6 de Abril desse ano.

logo, assim que a receber & pelo preço mais alto que conseguir. Lamento ouvir dizer que o pai não se anda a sentir bem. Espero que a sua próxima traga melhores novas dele. Com os melhores cumprimentos à Sra. Farrer, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr

PS quando tiver necessitado de dinheiro, tratarei de lhe enviar algum.

---

Estimado Irmão,

Farnley, 27 de Set. de 1814

Desde que lhe escrevi a 13 do corrente, recebi a sua datada de 2 do corrente e tomei conhecimento do seu conteúdo. Estou feliz por saber que V— já pagou ao Forlades & Co. a quota-parte deles, mas ainda não recebi todo o dinheiro dessa lâ de Portugal. Tenho 1200 £ ainda a haver, mas estão em boas mãos. Não temos peças a não ser aquelas que seriam boas demais para toalhas de mesa, e eu não conseguiria comprar nenhuma que lhe agradasse a Si, já que esse tipo de tecido é muito caro. Estamos a oferecer 1[xelim]/6[pence] por arrátel de lâ para fazer listrados uma vez que a nossa lâ proveniente das partes inferiores da ovelha animal costuma ser grosseira. A lâ inglesa sobe nos preços de semana para semana e há muito pouca venda de lâ fina. Espero que os mercados em Lisboa estejam mais movimentados quando V— receber a presente. Dei ao velho Topham uma descompostura acerca do seu acabamento e ele disse que nunca mais se daria ao trabalho de fazer o acabamento das nossas fazendas como tem feito ultimamente. Ele diz que não se consegue fazer o acabamento das peças naqueles engenhos tal como deveria ser feito. Diz que têm sempre um aspecto cinzento no avesso e ele não consegue fazer o acabamento rapidamente pois estes engenhos funcionam a água. Mandámos fazer os acabamentos num engenho a carvão quando o nosso se avariou, e essas peças diz o Topham que as venderia por mais de 2/6 a jarda do que o mesmo género de fazenda acabada na nossa fábrica. Tinha-lhe eu dito antes que o vinho já tinha chegado cá a casa mas ainda não o tínhamos provado. Pelo jornal desta semana vejo que o *Katherine* já arribou com 211 sacas de lâ

para o Rawden, 22 para o A. Rodes, e 45 para o Robinson & Co. Suponho que, neste último caso, a lã seja para o Hogg & Co.. Ele teve 100 sacas trazidas pelo *Hawk*. Já só nos sobra uma pequena saca de lã, com excepção das duas sacas que recebemos por via do *Hawk* que só pesam cerca de 9 pedras ambas. Tenho facturados 3 fardos por via do paquete de Londres, Nos. 455 & 456 & 457. E o 458 é o fardo do R[ibeiro] & S[ilva], mas não tem seguro. Os outros 3 têm seguro de 1600 libras. V— tem um fardo embarcado no *Aid* que é de caxemiras. Anexo-lhe agora factura de 3 fardos e as amostras enviar-lhas-ei no próximo correio ou no outro a seguir. Tenho o equivalente a quase 4000 libras em fazenda pronta para ser expedida mas não consigo compor os fardos com um sortido como deve ser já que a maior parte das peças são azuis & mesclas & castanhos. Tenho muito poucos verdes, mas estamos agora a fabricar uma boa quantidade deles. Eu tinha-lhe dito a Si que o homem [Forlades] não tinha recebido as 4 sacas de lã s[uperfina] mas ele agora já as recebeu. Na próxima envio-lhe conta do montante das 4 sacas. Tudo farei o que estiver ao meu alcance para, ainda no decurso deste ano, lhe remeter em fazenda o equivalente a 2000 libras de modo a que possamos investir 1000 libras na Primavera que vem numa propriedade barata. Não irei sair em caçada este ano, mas ficarei por cá até ao próximo ano para poder ir à nossa propriedade, se a Deus aprouver que tenhamos a sorte de comprar uma. Penso que antes da Primavera que já terei feito de Si tio. A minha mulher está comigo nas saudades que lhe mando. O Paizinho e todos nós estamos bem de saúde, graças a Deus.

Permaneço o seu irmão que muito o estima  
Ths. Farrer

---

Estimado Irmão,

[Lisboa,] 30 de Set. de 1814

Desde que tive este prazer a 16 do corrente, recebi o seu favor de 13 do dito mês. Lamento não lhe poder dar boa conta deste mercado, que ainda continua estagnado. O *David* ainda não arribou. Na minha última apensei-lhe um conhecimento de carga de 162 sacas de lã que espero terem chegado antes da presente. Custar-lhe-á mais do que eu lhe tinha escrito, visto que eu não tive tempo para fazer contas, mas não será muito mais em Leeds, digamos a 3[xelins]/9[pence] o arrâtel. Tenho

visto alguma dessa lã vendida cá a mais 9 [pence] o arrátel & lã muito pior. Deste modo, não obstante o negócio andar mau, espero que V— faça um bom dinheiro com isso. O motivo pelo qual esperava que V— produzisse mais fazenda era para dar uso à lã que tenho em Londres, mas se a vou enviar daqui, eu preferiria que V— produzisse menos, em vez de mais. Assim, venda-me todas as sacas desta última remessa, tal como eu lhe tinha dito. Escrevo as suas cartas &c. em papel cada vez mais fino, pois os portes são pagos a peso neste país. Será que V— não pode comprar [papel] idêntico ao que lhe estou a enviar? & a factura deveria ser em papel ainda mais fino. Fico feliz por saber que o pai se encontra novamente bem & espero vê-lo na Primavera que vem, pois estou decidido a ir a Inglaterra nessa altura apesar do trabalho cá & então podemos tratar da propriedade. Envie à sua Senhora os melhores cumprimentos, e eu permaneço

O seu Irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr

---

Estimado Irmão,

Leeds, 4 de Out. de 1814

Desde que lhe escrevi a 27, recebi a sua de 16 últ. com a factura de 162 sacas de lã que tratarei de vender assim que chegarem e pelo preço mais alto que eu conseguir. Não lhe remeti as amostras pois terei mais facturas para lhe enviar a Si daqui a dois correios. Enviar-lhe-ei as amostras nessa altura. O comércio em Leeds continua estagnado. Nada mais tenho a comunicar-lhe de momento, excepto para lhe dizer que se me fizer uma boa remessa de dinheiro de modo a que eu a receba no correio de Janeiro próximo, eu tratarei de manufacturar até essa data, visto que o velho Beckett não me sabe dizer se me conseguirá adiantar algumas centenas de libras até essa altura. Topham vai querer 2000 libras pelo trabalho de acabamento, já que tem feito o acabamento de todas as nossas fazendas este ano. A minha mulher está comigo nas saudades que lhe mando. O meu pai está novamente bem de saúde.

Permaneço o seu irmão que muito o estima  
Ths. Farrer

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 16 de Outubro de 1814

Desde a minha última de 30 ult., recebi o seu favor de 27 do referido mês. Nada tenho a dizer, excepto que o *David* já cá aportou, mas ainda não descarregou nada. Espero que a mercadoria esteja danificada já que o negócio anda estagnado nesta cidade. Não me tenho deparado com mais nenhuma lã tão barata como a última que lhe enviei, mas se me cruzar hei-de comprar mais alguma. Envio-lhe a presente por intermédio de um amigo, porque se assim não fosse não lhe teria escrito nesta volta de correio. Um dos fardos do Sr. F. Gladdil veio danificado & tenho andado a protelar escrever-lhe uma carta para lhe enviar em simultâneo uma nota de venda, coisa que tenciono fazer nos próximos 8 a 10 dias. Com os melhores cumprimentos ao pai & à sua Senhora, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr

---

Estimado Irmão,

Farnley, 18 de Out. 1814

Desde que lhe escrevi a 4 do corrente, recebi a sua data de 30 ult. Tenho a comunicar-lhe que o *Success* arribou a Liverpool. Gostaria que V— embarcasse a mercadoria sempre em bons navios, já que foi com grande dificuldade que a Baddingtons me fez um seguro de 3000 libras no *Success*, pois é um navio velho já com 42 anos de idade. Efectuaram o seguro a 7 guinéus por estorno de 70 xelins. Teria poupado no seguro se V— não me tivesse dado instruções para fazer o seguro. V— diz que o arrátel fica apenas por 3/9 em Leeds. Não faço ideia de como é que faz o cálculo, pois só há apenas um peso líquido de 16885 arráteis de lã que ascendem a £ 3079.11 ao câmbio de 68. Verá que, se fizer novamente as contas, fica quase a 3/8 por arrátel, pois 16885 arráteis ascendem apenas a £ 3080.8.4 e a sua factura é no valor de £ 3079.11, de modo que lhe fica a 3/8, havendo uma diferença de £1.7.4. Lamento ouvir que



o mercado das fazendas em Lisboa esteja tão estagnado, mas espero que me possa dar melhores notícias do comércio dentro em breve. Tenho estado à do Sayner para as contas do vinho, que V— me disse importar em 54 libras na sua primeira carta e depois numa outra onde dizia que tinha a haver apenas 50. Todavia, ele não me parece disposto a pagar o que quer que seja antes de o ouvir a Si, pois disse que nunca lhe tinha encomendado a Si vinho algum, mas que ele lhe escreveria no próximo correio sobre esse assunto. Julgo que será melhor que escambe parte da sua fazenda por lã. O jovem Atkinson que aportou a Lisboa a caminho de Espanha escambou o equivalente a 6000 £ em fazenda à do Savill, que pertence aos Walkers de Wortley, e que já chegou a Londres. Will Walker vai lá para a vender. Eu gostaria que toda a nossa fazenda fosse escambada por lã, já que esta sempre se vende melhor do que a fazenda. Vou remeter-lhe factura e amostras no próximo correio ou no outro a seguir. Não se esqueça de me fazer remessa de dinheiro de modo a que eu o receba a um de Janeiro próximo. Tudo farei em meu poder para vender as 162 sacas de lã mal as receba e por tanto dinheiro quanto consiga. O meu velho pai quer comprar o sítio dos Batesons mas penso que eles pedem demasiado dinheiro por aquilo. Querem £ 1500 por 4 acres de terra juntamente com o edifício, deixando de parte a casa do George Gagger. Creio que já lhes fizeram uma oferta de preço próximo desse valor. O meu pai pensa que seremos idiotas se perdermos isto. Jonas Stead vendeu o seu acre de terra, que o seu tio William lhe tinha deixado, ao J. Musgrave, por £ 365, o que é quase tanto quanto o que os Batesons pedem por um acre deles. De futuro, escreverei em papel fino. Nada mais tenho a comunicar-lhe por agora, excepto dizer-lhe que ficaremos contentes por o ver em Farnley assim que possa dispor de tempo para cá vir. Estamos todos bem, graças a Deus, e a todos estão comigo nas saudades que lhe mando. Permaneço,

O seu irmão que muito o estima,  
Ths. Farrer

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 28 de Outubro de 1814

Tive este prazer a 16 do corrente, e desde então recebi o seu favor de 4 do referido mês. Serve a presente apenas para o

informar acerca do tipo de cores têm de momento mais procura, que são os azuis, os verdes e os pretos. Os nossos castanhos e verde-oliva são geralmente demasiado escuros. As caxemiras parecem-me boas & o sortido não está mau, mas de futuro faça remessa de menos azuis &, se V— pudesse substituir os de branco-sujo & amarelos por padrões, seria preferível, mas se achar que não consegue manter os brancos claros, talvez pudesse arranjar lã para melhor compor o sortido. É curioso que as nossas fazendas pretas nunca satisfazem. Pensava que era devido ao acabamento, mas, ao inquirir, descobri que é do tingimento. O Sr. Conte disse que o mesmo se passava com os Brooks há alguns anos até que eles mandaram tingir ao Holdsworth de Wakefield, e desde então os pretos têm agradado sempre, mais do que qualquer outra cor que enviem. Isto é, portanto, prova acabada de que as outras tinturarias usam qualquer coisa que torna a lã áspera ao toque e impede o seu acabamento. Antes de conseguir pôr o Holdsworth a fazer-nos o tingimento, fique sabendo que V— terá de arranjar alguém que dê uma palavrinha a seu favor. Os Brooks foram obrigados a serem recomendados pelos Naglers de Wakefield. É preferível que tinha as mesclas de preto de futuro, dado que ainda continuam ser invendáveis por cá. Não me posso esquecer de lhe dizer que as caxemiras de mescla muito claras têm tido muita procura, tanto as de branco-sujo & outras mesclas, mas têm de ser muito claras. Não produza fazenda de mescla escura até que haja encomendas. Uma ou duas peças de branco-sujo claro ou outras mesclas em cada fardo não seria uma ideia de todo descabida. V— tem que ter cuidado e guardar em mente o conteúdo desta carta porque não gosto de dar instruções em cada pacote que sai. Vendi um pouco de fazenda ultimamente mas o comércio anda longe de estar bom. A lã continua ainda na mesma, mas deparei-me com daquela um xelim mais barata por arrátel, como a última que lhe enviei. Espero que me diga que a conseguiu vender por um bom lucro. Nada mais tenho a acrescentar de momento, excepto enviar os melhores desejos de saúde e felicidade ao pai & à sua Senhora, & permaneço

O seu Irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr

PS: não lhe enviei a amostra de caxemiras amarelas, pois ao inquirir vim a saber que há muitas no mercado e por isso em seu lugar mande mesclas de tons claros.

Estimado Irmão,

Farnley, 1 de Nov. de 1814

Junto factura e amostras & conhecimentos de carga que espero que V— venha a receber em condições. Eu não tinha recebido o conhecimento de carga dos fardos embarcados por via do paquete do Porto quando lhe escrevi da última vez. Suponho que o navio tenha zarpado no dia a seguir a ter carregado os fardos a bordo e tenha chegado a Cork a tempo de se juntar ao comboio, de modo que estou em crer que o conhecimento de carga chegará demasiado tarde. Não fiz seguro de nada a bordo do paquete do Porto nem do *Aid*, e tampouco farei para o *Mary*, capitaneado por Wade. Irei embalar mais dois fardos nesta semana. Ainda não recebi a lã mas espero receber parte dela nesta semana, e tudo farei para a vender imediatamente. Quanto ao comércio, continua tudo na mesma para as fazendas finas, mas espero que venha a melhorar dentro de pouco tempo já que há muito pouca fazenda a ser feita nesta vizinhança nestes últimos três meses. Nada tem sido feito de importante a não ser fazendas para saíote. Foi informado de que Jos.<sup>a</sup> Wheeler está prestes a mudar-se para Lisboa. Dizem-me que está ao serviço de uma pessoa que anda por estas bandas, que ele pensa ser agente em Lisboa, mas de quem não foi dada uma descrição honesta. Penso, porém, que se ele vier para Lisboa há-de ser pela North & Stead, que está a pensar mandá-lo para cá com a fazenda para que a escambe por lã. Os Rawdons importaram por este último comboio entre 5 & 6 centos de sacas de lã. Foi informado de que o Ormerod está a arruinar o mercado em Lisboa com a venda de fazenda abaixo do custo de cá. Se V— pudesse escambar parte da sua fazenda por lã, eu aconselhá-lo-ia a fazê-lo. A minha mulher e o velho paizinho mandam-lhe saudades. Permaneço

O seu irmão que muito o estima,  
Ths. Farrer

PS Não recebi nenhuma carta sua desde que lhe escrevi em 18 últ.. Espera-se que venhamos a ter paz com a América na Primavera que vem<sup>8</sup> e se for esse o caso teremos bom comércio. Diga-me na sua próxima se tenho de fazer mais caxemiras, já

---

<sup>8</sup> Na realidade, o Tratado de Ghent, que veio a estabelecer a paz no conflito anglo-americano iniciado em 1812, seria firmado mais cedo, em 24 de Dezembro de 1814.

que só temos um tear em funcionamento a produzi-las.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 12 de Novembro de 1814

Desde que lhe escrevi em 28 últ. li os seus favores até 18 últ. Não tenho a certeza de que lhe possa fazer alguma remessa em dinheiro por essa altura que me diz, excepto se conseguir que me paguem as comissões, o que eu receio que não seja o caso tão cedo. Espero que consiga vender a dinheiro alguma da nossa lã, mas se não for esse o caso farei tudo o que puder para lhe arranjar o dinheiro. Não o aconselharia a comprar a casa e as terras dos Batesons. V— sabe que eu nunca gostei de casas e a propriedade tem demasiadas estradas a atravessá-la, e depois irá impedir-nos de comprar uma propriedade maior. Além disso, até que eu consiga que me paguem as contas não teremos dinheiro. Espero, contudo, que já não falte muito até que as paguem. Por isso, tem agora a minha opinião e faça como entender. Tenho a anexar uma encomenda do A. Oliv. Machado de 26 peças de fazenda [*ilegível*] tal como marcado nas amostras que seguem em anexo, sendo que as de baixo devem ser macias ao toque. Penso que deva ser lã de Nortúmbria. As últimas que expediui são bastante ásperas & algumas delas demasiado grossas. Quanto aos pretos a 14/ & 15/, algumas das nossas mesclas de qualidade mais baixa poderão servir se forem bem tingidas. Não há cá venda para mesclas excepto para os brancos-sujos, de modo que não envie nada até novas encomendas. As que tiver em mãos, tinja-as de preto (quanto ao tingimento, remeto-o para a minha última). Sayner encomendou de facto o vinho, mas se ele não quiser ficar com ele, atrever-me-ia a sugerir que V— encontrasse compradores. O preço de custo foi 54 £, mas eu devia-lhe um pequeno saldo de uma transacção cá. Não me escreveu na última volta de correio, ao contrário do que V— disse que ele tinha prometido. Aqui não existe essa coisa de se trocar fazenda por lã, uma vez que os negociantes de lã nada têm a ver com fazendas, mas se V— vender o que tem por um bom lucro, hei-de vender a minha fazenda a baixo preço & comprar a lã com o dinheiro. Com os melhores cumprimentos ao pai e à sua Senhora, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr.

PS Compre a fazenda de baixa qualidade [papel danificado] Pawson & diga-lhe que se lhe parecer bem consigo arranjar encomendas para este género de fazenda acima das 1000 pçs. presentemente. Abraham Rhoades detém o mercado mas eu também podia servir. Tenho a certeza de que eu seria capaz.

---

Estimado Irmão,

Leeds, 15 de Nov. de 1814

Desde que lhe escrevi em 1 do corrente recebi as suas até 28 últ. e tomei nota do seu conteúdo. Eu prestarei particular atenção em relação àquilo que V— diz acerca das cores. Lamento dizer que temos uma grande quantidade de mesclas connosco de momento. Em geral, são mesclas muito claras aquelas que temos, mas não deveríamos ter feito tantas quantas fizemos, se não tivesse sido o facto de que tínhamos connosco uma grande quantidade de lã grosseira, que são meadas que se retiraram da lã fina e que não serviriam para mais nada a não ser as mesclas. Fico satisfeito por saber que sempre há algum movimento no mercado das fazendas em Lisboa. Junto-lhe agora amostras e factura de cinco fardos que espero venham a chegar-lhe às mãos em condições de mercado favoráveis quando arribarem a Lisboa. Trouxe para casa 73 sacas de lã e penso que não é tão boa como aquela que V— me enviou no ano passado. Não está sequer apartada. O comércio das lãs ainda continua estagnado, mas espero vir a informá-lo na minha próxima de que a maior parte dela terá sido vendida. Não creio que eu consiga vender a R[efina] a um preço mais alto do que a 6 xelins o arrátel a crédito. Comprámos a toda propriedade dos Batesons, com excepção daquela porção em frente à casa deles. Vamos oferecer 600 libras por ela. O meu pai não me deixava em paz até que eu a comprasse. Uma vez que o Armitage adquiriu quase toda a terra na cidade, o meu pai pensava que nunca voltaríamos a ter novamente uma oportunidade de arranjar uma parcela de terra em Farnley. Tem uma localização muito conveniente, e agora temos terra suficiente em Farnley sem termos de andar a tirá-la ao Armitage. Ofereci aos Batesons mais 600 libras pela sua casa & fábrica & e o resto das terras, mas eles pendem £900. Nada mais tenho a comunicar de momento, a não ser dizer que estamos todos bem presentemente e que espero que esta o encontre igualmente de saúde. V— nada nos diz se se encontra bem de

saúde ou não. O jovem Winter diz que V— está muito magro, mas suponho que V— está melhor se se mantiver magro.

Permaneço o irmão que muito o estima,  
Ths. Farrer

PS Não consigo arranjar papel fino.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 28 de Nov. 1814

Desde que lhe escrevi em 12 do corrente, li as suas até 15 do corrente com as amostras em anexo & factura. Lamento dizer que o mercado para a lã fina está tão mau como nunca esteve. Tentei uma venda no outro dia & vendi muito pouca. Os preços que ofereciam não chegavam a uma média de 20% por jarda, mas aos actuais preços da lã penso que alguns poderiam pagá-la, a essa percentagem ou ainda menos. Suponho que a fazenda azul ao preço que V— cobra, a 28/, não se venderia no *Leeds Cloth Hall* acima dos 18/- & outras cores dentro dessa proporção. Apenso agora uma encomenda do Sr. Machado, o mesmo cavalheiro que efectuou a última. Por favor execute-a tão bem quanto possível, mas se este género de fazenda sair mais caro do que era quando V— enviou a última encomenda dele, não precisará de a executar de momento. Vejo que V— comprou parte da propriedade do Batesons. Receio bem que isso o deixe a Si com pouco dinheiro, & eu temo que não me irá beneficiar fazer-lhe remessa de dinheiro tão cedo quanto V— deseja pelos motivos que já lhe tinha aduzido na minha última. Estou muito bem de saúde e nunca estive mais gordo na minha vida. Estava muito magro no Verão passado, mas o tempo frio robusteceu-me. Com os melhores cumprimentos à sua Senhora & ao paizinho, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr.


---

Estimado Irmão,

Farnely, 29 de Nov. de 1814

Desde que lhe escrevi a 15 do corrente recebi a sua data-  
da de 12 com as amostras inclusas. Dei uma palavrinha ao T.  
Pawson para saber se ele poderia ter-nos apenas a nós ao ser-  
viço, de modo a que pudéssemos vender abaixo do preço que A.  
Rodes leva, e que V— poderia receber 1000 peças por ano da  
parte dele. Na sua carta não menciona as chegadas do *Aid* &  
do pacote de Londres & do pacote do Porto, mas o Topham  
disse-me que o T. Mathewman afirmara na sua carta que se su-  
punha que o pacote de Londres tivesse a sua carga avariada.  
Se for esse o caso, V— poderá vendê-la a favor do segurador já  
que [os fardos] estão todos segurados, com excepção de um far-  
do, para o R[ibeiro]&S[ilva], que não está. Não fiz seguro para o  
pacote do Porto nem para o *Aid*. Verá numa das minhas cartas  
que eu tinha comprado a propriedade dos Batesons antes de eu  
ter recebido o seu conselho a esse respeito, mas trata-se ape-  
nas de £ 600 e nós não podíamos dispensar um pouco mais de  
terra. Ofereci-lhes mais 600 libras pela casa e pela fábrica, pois  
acabariamos por não receber mais juros pelo nosso dinheiro.  
Se tivéssemos comprado [a fábrica] por 600 libras teríamos tido  
proventos de 500 libras ao ano para além do que nós próprios  
já recebemos, isto sem contar com a minha nova casa & as  
pastagens & e a casa velha & pomar & o terreno dos Batesons  
& penso que rendem bem umas £ 100 por ano, de modo que  
teria acrescentado ao nosso património mais £ 600 por ano.  
E se V— vier cá na Primavera que vem e investir dez mil em  
terras, teremos então umas £ 1000 por ano, o que seria uma  
boa fortuna para nós todos os anos. Se V— não me conseguir  
fazer remessa no correio de Janeiro, devê-lo-á fazer no correio  
de Fevereiro e assim nessa altura já terei uma boa quantia de  
dinheiro para pagar. E a lã vende-se muito mal quer a dinheiro,  
quer a crédito. Só vendi ainda cerca de 40 sacas, mas espero  
vendê-las todas em breve. A lã não é tão boa quanto aquela que  
me enviou antes a 2 xelins o arrátel, com excepção de umas  
quantas sacas. As refinas marcadas LXS não valem mais do  
que 5 xelins o arrátel, tanto uma como a outra. Estão aparta-  
das de forma muito desigual. As outras refinas marcadas como  
se segue valem cerca de 5[xelins]/9[pence] o arrátel \* ~~###~~ . A  
fina vale cerca de 4 a 4/6. Escolhi umas quantas das melhores  
refinas e vendi-as por dinheiro a 5/10 e parte a 6/1, mas as  
superfinas não valem mais do que 3 xelins o arrátel. Penso que  
vou tentar fazer o acabamento de uns quantos fardos na fábrica  
de cardação, pois parecem-me agora ficar muito bem acaba-  
dos e só cobram 7 e meio por cento e o velho Topham cobra 10  
por cento, o que dá uma diferença entre £ 4[00] e 500 por ano



em termos dos nossos acabamentos, e todas despesas de enfiamento para este ano [importam em] quase 2000 libras e eu gostaria de pagar-lhe quando, ou pouco antes que, nos mudássemos. E devemos cerca de 400 libras ao nosso despachante em Liverpool pelas despesas com a lã e o embarque das fazendas, e £ 600 pela terra e depois há ainda as facturas da tinturaria e da escovagem &c. Suponho que devemos cerca de 4500 no total e se eu pudesse vender todas as 162 sacas de lã por dinheiro, mais o pouco dinheiro que tenho, eu conseguiria saldar toda a nossa dívida. A lã segurada do Ellwand está marcada deste modo ~~###~~. Ele cobra a refina a 5 xelins o arrâtel e a fina a 4/6, a superfina a 4 xelins o arrâtel. A superfina é cobrada um xelim a mais por arrâtel. Ele deve ter escolhido o pior que tinha. O comércio das fazendas finas em Leeds está muito parado. Espero conseguir pelas 162 sacas de lã tanto quanto me permita pagar a terra dos Batesons. V— tem embarcados para Si dois fardos pelo *Agencia*, capitaneado pelo Ridley. Suponho que a Smith & Messey lhe tenha enviado um conhecimento de carga. O fardo está marcado  com os Nos. 464 e 465. Todos nós mandamos-lhe saudades nossas.

Permaneço o seu irmão que muito o estima,  
Ths. Farrer

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 9 de Dezembro de 1814

Desde que tive este prazer a 28 últ. vi-me privado dos seus favores. Há já dois correios de Inglaterra em atraso. A presente serve apenas para lhe juntar uma encomenda de Ribeiro & Silva, a qual deverá ser executada com a maior brevidade possível e sem seguro. Estes cavalheiros queixam-se do último tratamento dado aos artigos, ásperos e não suficientemente aparados. É bem verdade que eu tenho mandado fazer vários casacos com as nossas fazendas & todos eles me deixam arranhado pouco tempo depois de os vestir. Lamento informar que não estou em condições de lhe fazer remessa de dinheiro presentemente, visto ainda não ter sido capaz de conseguir o que quer que seja dos comissários. Quando ficar muito aflito de dinheiro, se até então eu não lhe tiver remetido nada, pode sacar sobre mim ou então pedir àqueles de quem V— seja devedor que saquem sobre mim, o que para eles sempre representa dinheiro vivo em Inglaterra,

& isso dar-me-á tempo para juntar as verbas aqui, pois perfará quase três meses de diferença entre a minha remessa e & o saque que V— fizer sobre mim. Serei sem dúvida capaz de acertar as contas com os comissários no decurso dos próximos dois meses & aí terei bastante dinheiro. Apensei uma pequena nota abaixo das amostras para mostrar qual a proporção de cada cor. V— deve enviar de futuro tais artigos pois eram da N. própria conta. O comércio dos tecidos ainda continua muito mal. Vendi uns quantos fardos a 20-24 por cento de desconto & se eu quisesse forçar as vendas não as conseguiria abaixo dos 30 por cento & não vejo grandes perspectivas de se despacharem tão grandes consignações vindas de Leeds de fazenda superfina. Um tal Sr. Hurt de Leeds envia o suficiente para fornecer este mercado. Creio que só a paz com a Amírca [sic] conseguirá consertar este mercado. Com os melhores cumprimentos ao Pai e sua Senhora, permaneço

O seu irmão que muito o estima  
Saml. Farrer Jnr.

---

Estimado Irmão,

Leeds, 13 de Dez. de 1814

Desde que lhe escrevi em 24 últ. recebi a sua datada de 28 com as amostras inclusas. Lamento ouvir dizer que o comércio das fazendas finas anda tão estagnado em Lisboa. Aquela fazenda que lhe facturei a 28 xelins por jarda fica-nos a 22 xelins com o acabamento. Penso que será melhor que me envie alguma lâ de Lisboa para a fábrica, já que o Ellwand ma envia a um xelim a mais por arrátel. Facturou a lâ superfina a 4 xelins o arrátel e não vale sequer 3 xelins o arrátel. Há algumas sacas que não têm marca e ele chama-lhes sacas sem qualidade e factura-as a 4 xelins o arrátel. Se V— tiver um grande estoque de lâs finas em Londres penso que seria melhor nós convertermos parte dela em fazenda se não se vender com lucro, pois estou seguro de que poderíamos fazer lucro com ela se a manufacturássemos ao preço que V— desse pela lâ quando a comprasse. Teríamos lucro com a lâ se V— vendesse a que está facturada a 28 xelins a jarda por 22 xelins a jarda, mas sem lucro na manufactura. Ainda só vendi 62 sacas da melhor lâ mas espero vender alguma mais muito em breve, embora não se consiga vender lâ por dinheiro por estas alturas, e penso que me terei saído muito

bem se a conseguir vender a crédito a uns bons fregueses a 15 por cento de lucro sobre ela. Irei enviar-lhe factura e amostras da próxima vez que lhe escrever. Despacharei a encomenda assim que possível. V— terá de vender um pouco da sua fazenda, se a vender barata, de modo a permitir-lhe que me faça remessa de dinheiro no princípio de Fevereiro próximo. Nós todos lhe mandamos saudades nossas.

Permaneço o seu irmão que muito o estima,  
Ths. Farrer

PS Estou contente por sabê-lo de saúde e espero vê-lo em Farnley na Primavera que vem.

---

Estimado Irmão, Estimado Irmão,

Farnley, 27 de Dez. de 1814

Recebi a sua datada de 9 do corrente com uma encomenda inclusa da R[ibeiro]&S[ilva], que será despachada com a maior rapidez possível mas não tenho lã suficientemente fina para manufacturar as peças até que receba alguma de Londres. Todavia, se eu conseguir arranjar boas peças de lã da Saxónia e de qualidade superior comprá-las-ei, pois tenho a certeza de que serão bastante satisfatórias, já que a [Ribeiro & Silva] quer lã que seja macia ao toque. Disse ao Topham que ele não tem aparado [as fazendas] devidamente. Inclusas seguem amostras e factura de três fardos que o Topham diz terem o melhor acabamento que pode fazer. E elas são feitas da melhor lã que jamais tivemos. São os verdes, azuis e castanhos. Acredito que o Jos. Wheeler não irá para Lisboa agora, como me dissera. O homem que o empregara para ir tinha recebido a nota de vendas da sua fazenda. [Wheeler] iria tratar do negócio do Ormerod em Lisboa. Esta pessoa que tinha contratado o Wheeler disse que ele havia consignado ao Ormerod fazendas no valor de dez mil libras, e a fazenda que ele facturara a 28 xelins a jarda tinha o Ormerod vendido a 17 a jarda. Dei ao Pawson instruções para fabricar a fazenda de baixa qualidade e ele diz que que irá deixar o Rodes de fora para lhe permitir a Si que fique com comércio dele. Diz que nos efectuará esta encomenda sem cobrar um único xelim em proveito próprio e eu irei facturá-la com lucro de 5 por cento, pois espero que merecerão grande aceitação. Tenciono ir ao Saddleworth esta semana e espero vender a maior parte da lã

que me resta. Penso que se nós não produzíssemos assim tanta fazenda e fizéssemos mais no comércio da lã, teríamos mais proventos, pois quase de certeza obteríamos bom lucro na lã, pois eu [*ilegível*] vendê-la a breve trecho mal a recebesse. No entanto, V— pode dar-me a sua opinião sobre isso. Dê-me também instruções sobre o que devo fazer com as mesclas que já estão acabadas. Prestarei atenção ao número de peças e às cores de caxemiras que V— encomendar [papel danificado] fardo. Todos nós lhe enviamos as nossas saudades.

Permaneço o seu irmão que muito o estima,  
Ths. Farrer

PS Vou tentar, dentro do possível, transaccionar a dinheiro até que V— me faça remessa. Penso que é preferível a ter de sacar sobre Si.

---

Estimado Irmão,

Leeds, 3 de Janeiro de 1815

Desde que lhe escrevi a 27 últ., não recebi mais qualquer carta sua. Anexo-lhe as amostras dos artigos da factura que seguiu no último correio. Vende-se melhor a lã cá do que há um mês atrás, mas nem por isso os preços estão mais altos. Há tal quantidade de lã da Saxónia no mercado que a lã espanhola mantém-se a preços baixos. V— tem de me enviar mais alguma lã assim que possa, tanto para a manufactura como para a venda, pois não gosto de mandá-la vir de Londres, visto que o Ellwand me envia uma porcaria qualquer que factura como lã refina ~~lã~~ a 5 xelins o arrátel; acontece que quando vamos abrir as sacas damos com muitas delas que não têm senão lã de cordeiro, mais cara em 2 xelins o arrátel. V— disse-me que a lã que me enviou era a mesma que aquela que me expediu no ano passado. Porém, não é tão boa quanto aquela a 2 xelins o arrátel, pois está sorteada de forma muito desigual. Da fina fizeram refina, e alguma da refina não é tão boa como outra a 1/6 o arrátel. Se V— pudesse comprar um bom lote daquela lã que me expediu a 3 xelins o arrátel, não me ficaria a mais de 3/6 o arrátel. Eu conseguiria vendê-la com um bom lucro. Já vendi quase todas as últimas 162 sacas, e vendi à Harrops 40 sacas de refina por dinheiro. Se gostarem delas quando as virem, vão enviar-me uma letra de câmbio a três meses por elas.

Vendi-as por amostragem a 5/3 o arrâtel e se eles ficarem com elas, dá-las-ei por bem vendidas. E depois vou transaccionar a dinheiro até que me faça remessa de algum. Informaram-me que o paquete de Londres teve a sua carga avariada mas V— nada diz acerca desse assunto. V— deve saber que tenho seguro nesse navio, mas não segurei nada em navio algum visto que o Ellwand ainda não me arranjou o seguro pelos fardos danificados a bordo do *Katherine*. Penso que não volto a fazer mais nenhum seguro dos fardos. Todos nós lhe enviamos as nossas saudades.

Permaneço o seu irmão que muito o estima,  
Ths. Farrer

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 6 de Janeiro de 1815

Desde que lhe escrevi a 9 últ., recebi entretanto as suas até 13 de Dezembro & tomei nota dos respectivos conteúdos. Se me for possível remeter-lhe dinheiro no primeiro dia de Fevereiro, fá-lo-ei. Caso contrário, não faltará muito tempo após essa data, se bem que os comissários ainda não me tenham pago nada. Eles já não podem adiar por muito mais tempo visto que se espera a chegada do Comandante General S. R. Kennedy<sup>9</sup> já no próximo paquete para liquidar todos os créditos. Tenho entre 500 a 600 sacas de lã em Londres & tenciono mandar manufacturar tudo caso o Sr. Ellwand não seja capaz de vender a preços económicos. Diga ao Sr. Topham que ainda não chegou a sua carta data de 30 de Nov. & que lhe darei a atenção devida. O comércio ainda continua muito estagnado relativamente à fazenda fina. Com os melhores desejos de um feliz ano novo para todos,

O seu irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr.

---

---

<sup>9</sup> Referência a Sir Robert Hugh Kennedy, Comandante General das de forças de Wellington entre 1809 e 1814. Armado Cavaleiro em 1812 pelos serviços prestados.

Estimado Irmão,

Farnley, 16 de Janeiro de 1815

Desde que lhe escrevi em 3 do corrente, recebemos 3 cartas de Lisboa. Esta serve apenas para o informar de que as 162 sacas de lã espanhola que V— me enviou da última vez é a lã mais cara que V— comprou. Chega a 4/2 o arrátel em Farnley e é a pior lã sortida que já alguma vez recebemos. Algumas das sacas de refina têm 40 arráteis de lã das partes inferiores do animal, bastante grosseira, e alguma da refina não é senão uma lã fina de má qualidade, e alguma dela é lã que não se presta a tratamento. Só há apenas cerca de 10 sacas de refina boa de entre o lote. Não o aconselho a voltar a comprar mais desse género, ainda que a comprasse a 3 xelins o arrátel, pois trata-se de lã que não se consegue submeter a testagem. Consegui vender a lã com tal lucro que pagarei a terra que comprei aos Batesons, mas a pessoa que a comprou acha-a muito cara. Por outro lado, enviei-lhe a Si uma cópia da carta do Ellwand a respeito dos artigos danificados a bordo do *Kathrin* [sic]. Espero que a breve trecho V— me possa fazer remessa de dinheiro. Nada mais tenho a dizer de momento, excepto que o meu Pai não está muito bem. Apanhou uma má constipação. Todos lhe mandamos muitas saudades nossas e esperamo-lo ver em Farnley na Primavera que vem se tudo correr bem. Permaneço o seu Irmão que muito o estima,

Ths. Farrer

Desculpe estes gatafunhos, pois mal tive tempo para escrever.

Lamento informá-lo de que não fui capaz de reclamar a indemnização da avaria. É de tal forma pesada que o segurador marítimo diz que os artigos nunca valeriam o preço pelo qual foram segurados & consequentemente exige, por outro lado, um certificado dos despachantes, atestando devidamente que se os artigos estivessem em boas condições teriam sido vendidos por um montante específico. Tentei por todos os meios reclamar a indemnização, mas não tenho sido bem-sucedido. Por isso, penso que será melhor que seja V— a reclamar sem mais delongas.

⌘ # 434 & 435 estão segurados em £550 cada fardo. Os seguradores exigiram uma cópia da factura & dei-lhes uma cópia, suprimindo um fardo & juntado ambos os fardos com três libras a mais em relação ao valor por que tinha feito o seguro,

nomeadamente £1100.

---

Estimado Irmão,

Lisboa, 19 de Janeiro de 1815

Tive este prazer a 6 do corrente e desde essa altura recebi a sua de 3 do corrente. Estou satisfeito por ver que V— vendeu a lã por dinheiro, visto que os comissários aqui são muito lentos nos seus pagamentos, mas apraz-me informar que eles chegaram agora a um plano de liquidação. Vão pegar nos nossos certificados & dar-nos letras a 3 & 6 & 9 meses. Assim, dentro de pouco tempo serei capaz de lhe fazer uma remessa, pois poderei descontar algumas das letras mal as receba. Consegui encontrar um lote de lã. Está aqui mais cara do que em Inglaterra. Um indivíduo, um louco certamente, no outro dia, deu 20 reais por arrátel por todo o lote, o que ficará cá a 5/6. Um negócio como este chama a atenção de toda a gente. Tenho a certeza de que não haverá compra que compense nos próximos tempos. Não sei como aconselhá-lo no fabrico de fazenda, se deva desistir ou não. Tem sido um mau negócio ao longo destes 3 anos & não melhorou nada com a paz com os americanos. Mas quanto ao que pode acontecer não sei de todo o que lhe diga. Pode, porém, abrandar por enquanto, já que V— não gosta da lã & não tenho conseguido encontrar aqui nada que valha a pena comprar. Assim que conseguir, enviarei alguma [lã] & aí V— poderá começar novamente, se assim o entender. Lamento informar que tive outro ataque da minha velha maleita, a asma, mas não é nada tão valente a ponto de me impedir de sair, excepto à noite. Temos tido um tempo muito frio por cá nestas últimas 3 semanas. O termómetro tem marcado 48 & 47<sup>10</sup>. Espero que todos Vós tenhais tido um feliz Natal em Farnley e que estejais todos de boa saúde. Com os melhores cumprimentos a toda a família, permaneço

O seu irmão que muito o estima,  
Saml. Farrer Jnr.

PS Chegaram todas as nossas mercadorias, excepto os

---

<sup>10</sup> Valores em Fahrenheit, que correspondem a 8,9 e 8,3 graus Celsius, respectivamente.



últimos três fardos, Nos. 456 a 458. Os nossos fardos que chegaram pelo paquete de Londres não estão danificados ou então tê-los-ia vendido por conta dos seguradores marítimos. Se V— não consegue vender as mesclas, então mande-as para cá.

---

Assim se silencia a correspondência entre os dois irmãos. Samuel viria a falecer de um ataque de asma pouco tempo depois desta sua última missiva, na madrugada de 8 de Fevereiro. Um amigo da família, Ambrose Pollet informou a família por carta datada de 10 de Fevereiro. O labor de Samuel viria a ser retomado, alguns meses mais tarde, no início do Verão, por James Hutchinson Jnr., cunhado de Thomas (referido na carta datada de 14 de Julho de 1814). Foi em condições adversas que James tentou recuperar o negócio da família. Da sua permanência na capital portuguesa resultou um interessantíssimo espólio epistolar, cuja tradução já demos ao prelo nos números 18 (2009) e 19 (2010) da *REAP*, sob o título “Cartas inéditas de um jovem burguês 1815-1817” (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> partes, respectivamente).

REPRESENTATIONS OF ELIZABETH I  
IN THE PERIODICAL PRESS OF PORTUGUESE  
ROMANTICISM:  
FLATTERING AND DEROGATORY PORTRAYALS<sup>1</sup>

*Maria Zulmira Castanheira*  
*Universidade Nova de Lisboa/CETAPS*

The definitive victory of Liberalism in Portugal in 1834 and the subsequent abolishing of censorship prepared the ground for the implanting of Romanticism and for the flowering of the periodical press, which then opened up to contemporaneity (cf. Tengarrinha 473-564). The privileged intermediary for cultural contacts and transfers, the periodical press became, during the Portuguese Romantic process (here situated between 1836 and 1865, two dates around which there is consensus in terms of a timeline), a basic, uncontested means of approaching the 'foreign'. Acknowledging the great potential to carry out the modernising and civilising mission they set themselves, the founders and writers involved in the many journals and magazines published at the time used the periodical press to implement a programme inspired by two main guiding principles, that is, popular education and national progress. Such a programme of necessity implied the dissemination of knowledge not only of Portuguese reality but also of that of the more developed countries and the diversity of the world, with a view to

---

<sup>1</sup> This study was carried out in the framework of project PEst-OE/ELT/UI4097/2011, hosted by CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) and funded by FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal. This paper was given at the 25<sup>th</sup> SEDERI (Spanish and Portuguese Society for English Renaissance Studies) International Conference, Oviedo, Spain on 15 May 2014.

making Portugal a more illustrated and open society.

The periodical press was the main reading matter of Portuguese Romanticism. It is, nevertheless, essential to consider the very low levels of literacy of the time: in 1864 only about 12% of the population was literate (cf. Serrão 27). We should, however, not confuse the segment of the literate public with that of the total number of consumers of journals and magazines, since the former benefitted from the group practice of listening to a single reader. This means that circulation figures, if they were available in significant number, which they are not — it is estimated that the most prominent titles published in Lisbon had a print run of 1,000 to 1,500 copies; the others, the vast majority, printed below one thousand copies (cf. Tengarrinha 621) — even if they did supply important information on the dissemination of the periodical press, they would not provide the true dimension of consumer numbers. Not only were these publications read aloud in the evenings as a form of cultural leisure in middle class homes (cf. Cascão 227-228), they were also read in a number of political and cultural socialising spaces frequented by men, such as associations, clubs, cafés, barber shops and chemists', which considerably broadened the sphere of individual buyers. *O Panorama* (1837-1868 with breaks), one of the most important journals of this period and which greatly helped disseminate Romanticism in Portugal, was especially successful on the national scale, since, as early as n°5, it had a print run of 5,000 copies. On the other hand, the fact that this magazine presented itself at its launch in 1837 as a publication 'for every class of citizen' gives us an important pointer as to its target readership: in accordance with its aim of cultural democratisation, there was the wish to reach 'every' individual (of every social class and occupation, of every type of taste), even those who did not have the competence of reading.

Informing and forming every class of citizen, with the aim of building a democratic society with broad cultural horizons, implied disseminating knowledge, both theoretical and practical, which Liberal utilitarianism viewed as indispensable for the enlightened and possible resolution of the ills of Portuguese society. Thus, in the pages of the journals and magazines of the time, there was a proliferation of texts on politics, economics, technical and scientific questions, but also literary, historical and art texts, many of which taken, translated and adapted from the foreign press, especially the French and British.

The research I have conducted over the past nearly three decades on the reception of British culture in the periodical press of Portuguese Romanticism has allowed me to note the

great frequency with which England appears as news. A maritime and colonial power on the international stage, initiator of major material gains, a permanent source of scientific and technological innovation which contributed to the advancement of human knowledge, Britain was newsworthy and of the utmost interest to journalists. In the case of Portugal, this interest was buttressed by the close political, economic and military ties between the two nations and which, during the course of the nineteenth century, underwent periods of great tension.

However, there was equal interest in the past of the old ally, to which Portugal was attached by a centuries-old alliance, an interest highlighted in the periodical press of the time, with history — among the many, diversified matters relating to Britain's hegemony which were at the time selected to feature in journals and magazines. This was, in fact, the matter which gave rise to the largest number of articles (cf. Castanheira, 2005: 481-513). Close scrutiny of the so-called 'instruction and leisure' periodicals and those in the category of 'useful knowledge' indeed makes it clear that history, both foreign and above all of Portugal, constituted one of the major concerns, with articles on English history strongly appealing to a distinctive feature of Portuguese Romanticism: its historicist tendency.<sup>2</sup>

For the Liberal-Romantic mindset, history was an abundant source of patriotic, pedagogic and moral lessons and an instrument towards a better, critical understanding of contemporaneity. Besides embodying this didactic value, it was also rich in characters and dramatic, tragic, thrilling, emotional or merely unusual episodes, which went a long way to satisfying the tastes of the time for the sentimental, sensationalist and anecdotal.<sup>3</sup> Of the

---

<sup>2</sup> *O Panorama*, with its encyclopaedic vocation and published weekly, worked tirelessly to promote a taste for history. In the Foreword to Volume III of the second series, the editors themselves declare this important role to be that of the journal: 'Depois que a imprensa definitivamente se libertou da censura, foi o Panorama a primeira publicação do seu genero, que revocou certa afeição pelas cousas que o passado tinha boas e veneráveis, sem que por isso trahisse a missão de progresso, que incumbe aos escriptores que sabem quaes são os destinos da epocha presente' ('Introdução' 1) ['After the press liberated itself definitively from censorship, *O Panorama* was the first publication of its kind which recalled a certain affection for the good and venerable things about the past, without, in so doing, betraying its mission of progress taken on by the writers who know the nature of the present time.'].

<sup>3</sup> The middle classes, usually not very educated and culturally not very demanding, represented the main consumers of journals and magazines. It should not be forgotten that the major impetus behind the periodical press in Romantic Portugal came in the form of the triumph of the political regime, Liberalism, defended precisely by the middle classes. As the latter's political and economic power enhanced their prestige, they began

many testimonies of interest in English history which abound in the periodical press of the period under discussion —accounts of past events and great achievements, biographies of prominent figures, anecdotes of famous characters, descriptions of places, monuments and customs of bygone days, transcripts of documents, curious facts, short stories, novels, dramas<sup>4</sup> —, there is a large number of texts on the Tudor monarchs – especially on Elizabeth I (1533-1603), a queen who, over the centuries, has greatly fascinated literature and the arts.<sup>5</sup> In this essay I will examine a set of articles about Elizabeth I collected from about 300 literary and cultural newspapers and magazines and will analyse the representations and image of the monarch, consisting of both flattering and derogatory portrayals.

The corpus I gathered, totaling 51 texts of very different lengths, some of which fictionalised, others more factual and objective, is quite heterogeneous in thematic terms.<sup>6</sup> Although we find a number of more detailed articles which sought to inform readers of the historical and political context of the Spanish Armada and the religious events under the Tudors, in which Elizabeth's role in the English Reformation is examined and commented upon, there is a predominance of biographical detail and above all, of historical anecdotes and 'curiosities'. These evince moralising and comical components, or were simply deemed of interest because they provided specificities on the Queen's life and habits, brief stories showing her character and the outstanding features of her reign. With a view to entertaining readers, history is thus 'dumbed down', in a search for the unusual, exotic, witty. On the other hand, there is a strong tendency to touch readers' sensibility by exploring the 'soap opera' component of the turbulent Tudor period, which is rich in episodes involving power, treason, violent passions, adventure, executioners, victims, violence, cruelty, blood, sacrifice and death. Under this category, for example, we find articles

---

to aspire to cultural capital as a means of social valorisation and dignity, this cultural capital being to a large extent garnered from the periodical press, which addressed their interests and promoted their values. The strong moralising strands found in the textual corpus under discussion in this essay both derived from and reinforced the ideology of the ascending middle classes.

<sup>4</sup> Despite their fictional content, the historical stories, novels, romances and plays evoke real events, characters and scenarios and thus create an illusion of truth, strengthened by the use of credibilisation strategies such as assertions that the texts are 'true stories'.

<sup>5</sup> See Silva 2009.

<sup>6</sup> For the complete list of the corpus, see Primary Sources at the end of this article. The vast majority of the articles is not signed.

narrating the attempt on the life of Elizabeth by a cross-dressing lady in the entourage of Mary Stuart and the last moments of the Queen's life when she learnt, to her fatal grief, that Essex (1567-1601), her favourite, had sent her a ring with his plea for pardon but which the person charged with delivering it had not done so out of enmity towards the Earl, who was then executed:<sup>7</sup>

Consternada e attonita volve a rainha á sua camara, lança-se sobre uma almofada; rejeita todo o alimento; e manda retirar para longe quantos pertendem suavizar sua dôr, ou aconselha-la a que recorresse á medicina. Quam triste era vêr a maior rainha do mundo despedaçada de pezar, sentada sobre a almofada, recostada a um dos seus braços, e com os olhos constantemente fixados no chão! Assim permaneceu, durante dez dias, prestando somente atenção ás preces, que o arcebispo de Canterbury junto della recitava. ('Scenas d'Historia' 75).

[Devastated and unbelieving, the Queen returns to her chambers, throws herself on a cushion; she rejects all nourishment; and she gives orders for the removal of all who seek to lessen her pain, or who counsel her to turn to medicine. How sad it was to see the greatest Queen on earth stricken by grief, sitting on the cushion, leaning on one arm, her gaze not lifting from the floor! Thus she remained for 10 days, listening only to the prayers which the Archbishop of Canterbury uttered at her side.]

In the illustrated press,<sup>8</sup> the melodrama of such a portrayal

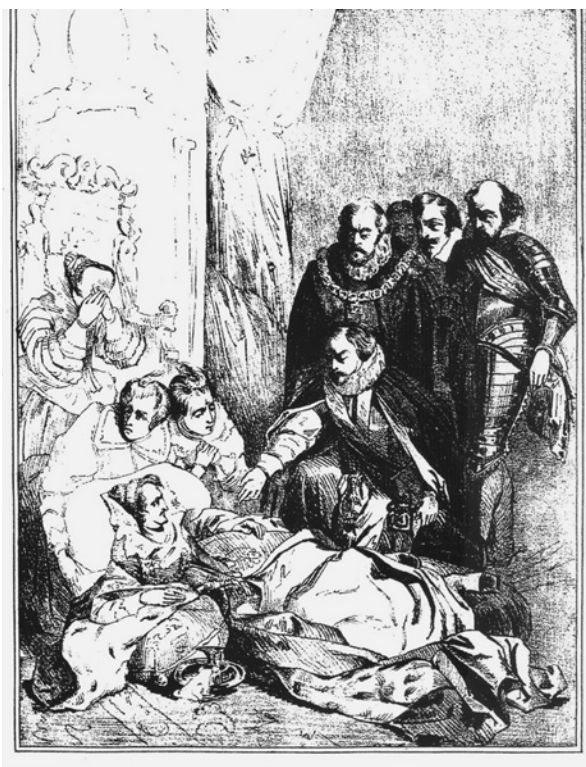
---

<sup>7</sup> This was also the episode which inspired the only original poetical composition devoted to Elizabeth, a piece in quatrains titled 'Rainha e Mulher' [Queen and Woman] and signed 'A.F.S.P.'. It was published in 1859 in the journal *Archivo Pittoresco*. The melodramatic potential of the episode is underscored by the introductory note to the poem, which stresses the following: 'Isabel, rainha de Inglaterra, filha de Henrique VIII, e de Anna Bolena, tendo assignado a sentença e feito executar como rebelde o conde de Essex, seu amante, ficou possuida de profunda tristeza, que claramente manifestou antes da sua morte, conservando-se por espaço de oito dias deitada no chão em almofadas, com os olhos fitos n'um mesmo lugar, e um dedo posto na bocca impondo silencio.' (A.F.S.P. 327) [Elizabeth, Queen of England, the daughter of Henry VIII and Anne Boleyn, having assigned the sentence and had her lover the Earl of Essex executed as a rebel, was overcome by great sadness which she clearly manifested before her death, lying on cushions on the floor for eight days, her gaze fixed on the same spot and a finger on her lips commanding silence.]

Another article signed simply 'P.' even reproduces the last words the Queen is reported as uttering: 'Todo o meu reino, Senhor, por mais um minuto.' (P. 264). [My entire Kingdom, Lord, for one more minute.]

<sup>8</sup> The illustrated Portuguese press, self-titled as 'pittoresca' [picturesque] or 'pintoresca' [painterly], emerged in the mid-1830s inspired by foreign journals which foregrounded

(which at a deeper level might be read as an example of the sacrifice of personal sentiment to the reasons and duties of State) could be emphasised by an image, and that is the case in the article quoted above, published in 1839 in *O Mosaico*; it is illustrated by a reproduction of Delaroche's 'The Death of Elizabeth I, Queen of England,' dated from 1828.<sup>9</sup> However, even though the French painter used theatricality in his representation of the grief of those who surround the dying Queen, the profusion of decorative elements in terms of costumes, furniture and other objects drains some of the dramatic impact of Elizabeth's death.



the image as the means of communication most likely to tie in with the accelerated rhythm of the times and proved pivotal to the expansion of the popular press. From then on, several journals were published linking images to texts, with a view to addressing 'the eyes and thought' at the same time, as expressed by the editors of *O Panorama* ('Aos nossos leitores' 2). Historicism being one of the most prominent features of Portuguese Romanticism, it comes as no surprise to find, as we do, engravings inspired in historical characters and episodes, including Elizabeth I, in the illustrated press.

<sup>9</sup> Paul Delaroche (1797-1856) attained great popularity in this time for the melodrama he imprinted on his historical scenes, many of which on English themes.



Another etching, published in 1851 in *O Jardim Litterario*, showing the Queen 'no leito de morte, abandonada, e em pavorosa tristeza, entregue ás mais terriveis apprehensões, representando fogos eternos para a devorar' ['on her death-bed, abandoned, and in terrifying sadness, in the clutch of the most terrible worry, representing eternal fire to devour her'] ('Isabel de Inglaterra' 109), however clumsy, may have touched readers deeply, for it suggests the image of the Queen as a great sinner and about to come face to face with divine retribution:



ISABEL DE INGLATERRA.

Interestingly, the thrust of the article does not judge Elizabeth as severely as other pieces I have gathered: there is an acknowledgement that the Queen, 'apezar de heterodoxa' ['despite being heterodox'], had her flaws but also 'muitas e sublimes virtudes' ['many sublime virtues'], and it concentrates mainly on the latter (forcefulness, wisdom, valour). Of great significance, however, is the concern of the author of the article in stressing that the figure of the Queen is very polemical and gives rise to ambivalent responses of admiration and hatred: 'A historia da rainha Isabel é seguramente uma das mais melindrosas e

dificeis a escrever por motivo da contrariedade de opiniões pró e contra ella.' [The story of Queen Elizabeth is surely one of the most delicate and difficult about which to write because of the disparity of opinions for and against her.]

Indeed, on examining the corpus of texts under discussion using the concept of representation as an analytical category, it becomes clear that the image of Elizabeth projected by it is constructed by means of discourse which at the same time flatters and denigrates, gaining meaning in the light of the Roman Catholicism at its root. In fact, if the mostly anonymous writers of these articles acknowledge Elizabeth's many qualities as a ruler – note the use of positive adjectives such as 'great', 'illustrious', 'intelligent', 'wise', 'valorous', 'firm', 'wise', 'skilful' –, they hardly ever fail to mention her as an enemy of Roman Catholicism, obscuring her image with very negative adjectives: 'ambitious', 'cunning', 'hypocritical', 'unyielding', 'cruel', 'spiteful', 'choleric', 'vain', 'envious', 'jealous', 'barbaric', 'pitiless'.<sup>10</sup> This duplicity, in line with what has been the literary and artistic rendering of Elizabeth down the centuries, was developed as follows in one of the journals I studied:

O odio que ella tinha sempre testemunhado contra a Egreja Catholica, lhe tem procurado os maiores elogios da parte dos escriptores protestantes. É preciso convir, que ella tinha um espirito fino, e penetrante, que era muito hábil na arte de reinar, e que se fazia muitas vezes admirar dos seus inimigos. Conservou sempre gosto pelas bellas-artes, que ella tinha cultivado na mocidade. Fallava cinco ou seis linguas, e tinha traduzido diversos tractados do grego, e do francez na sua lingua natural. Mas além do seu zelo pelo scisma, e heresia, ella mostrou sempre um desejo ardente, e apaixonado de dominar, uma duplicidade sem exemplo, uma politica que lhe fez violar as leis divinas e humanas, sobre tudo na sua conducta a respeito de Maria, rainha da Escossia, finalmente uma dissimulação tão profunda, que a maior parte dos passos d'esta

---

<sup>10</sup> Interestingly, very little attention was bestowed on her sister Mary Tudor in the journals under discussion, despite her being a Catholic, and she was usually depicted in equally dark colours. *Arquivo Pittoresco* devoted a biographical article to her in 1843 which presents an absolutely sinister portrait: 'Maria Tudor era huma daquelas mulheres, que por fortuna a natureza raras vezes deita ao mundo.' ('Maria Tudor, a sanguinaria' 360). [Mary Tudor was one of those women, whom nature fortunately rarely gives to the world.] She is given ugly and odious traits both physically and morally, highlight is given to the amount of blood she ordered shed, even her superstitious nature is denounced, and above all the story of Lady Jane Grey (1537-1554), her unfortunate victim, is stressed. Once again these features tie in with the taste for sentimentalism of the time.

princeza são inygmás, que não tem podido ainda ser explicados. (Villar 234)

[The hatred she always displayed towards the Catholic Church has already procured her the greatest compliments on the part of Protestant writers. It must be granted that she had a refined and penetrating spirit, that she was very gifted in the art of ruling and that she very often garnered the admiration of her enemies. She always loved the Fine Arts, which she had cultivated in her youth. She spoke five or six languages and had translated several Greek and French treatises into her native tongue. But besides her taste for schism and heresy she always showed a burning desire to dominate, an unmatched duplicity, a politics which made her violate the laws of Man and God, above all in her conduct towards Mary, Queen of Scots, finally a dissimulation so profound that most of the actions of this Princess are an enigma which remains unexplained to this day.']

This quote is very representative of the two contradictory and conflicting perceptions of Elizabeth, which have tinged the posthumous representation of this Tudor Queen and which is very clearly formulated in the periodical press of Portuguese Romanticism:<sup>11</sup> on one side the image of the great and glorious sovereign, on the other the anti-image of a Queen who is very far from perfect, despotic and enigmatic. The special attention given to Elizabeth's death sentence regarding Mary decisively conditions the image projected, stressing the dark side of the portrayal. There are constant comparisons between the two female figures: the beauty, goodness and Catholicism of the Scottish Queen appear in contrast to the envy, jealousy, cruelty and heresy of the English monarch. In the articles under analysis and in others devoted to Mary in the journals and magazines of the time, she is described as the most illustrious and ill-fated of Elizabeth's victims, a martyr of the 'true Faith', able to bear terrible suffering thanks to her Catholic faith, which teaches forgiveness.<sup>12</sup> At the opposite pole, Elizabeth is represented as

---

<sup>11</sup> 'Characteristically, the variability, the paradoxes and contradictions that have been shown to underlie the steadfastness of the queen's contemporary and posthumous celebrations has proved a source of renewed interest, critically emphasized and welcomed rather than minimized or regretted. An irresistible critical *topos* concerns the irony in which the course of history has enveloped the queen's motto, *Semper Eadem* — "always the same": a constancy of attraction is found to be possible only because of the "infinite variety" that has empowered Elizabeth's allure against the plurality of times and spaces in which she has been received and resignified.' (Homem 8-9)

<sup>12</sup> On the depiction of Mary, Queen of Scots, in the periodical press of the time,

the executioner of her royal cousin, the symbol of a religion which bestows impunity on the crime and who 'dalli em diante foi olhada com horror por todo o mundo civilizado' ['from that moment on was looked upon with horror in all the civilised world.'] ('Maria, Rainha de Escocia' 87).

In a number of the articles I have studied, the execution of Mary, an event which cannot be dissociated from Elizabeth's image in the popular imagination, is at the root of interpretations that drain Gloriana of the qualities identified as feminine:<sup>13</sup> in this regard, I quote from the definition found in an 1860 article written by R. J. F. d' Assis in *O Camões*, 'um ente indigno da qualidade de mulher e de rainha' ['a being unworthy of the quality of Woman and Queen'] (Assis 18). To the lack of compassion and sensibility other writers add flaws and vices which they designate as 'female weaknesses', notably vanity and jealousy, frequently appearing in a binary counterpoint to the virtues of the Catholic Mary. The scandalous sexual promiscuity of the Tudor monarch, another of her negative images which began to circulate even during her lifetime, is also occasionally referred to. It should be noted that exploring the Queen's amorous affairs and her private passions was a way of rendering her more 'feminine', even contributing to reducing the notion of control and authority traditionally linked to the exercise of royal power. The writer and literary critic António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865) does so humorously, no less accusingly for all that, when in 1851 he refers to 'Izabel de Inglaterra, virgem segundo diziam os lisonjeiros, epitheto que passaria á posteridade sem Leicester, e o conde de Essex' (Mendonça 1) ['Elizabeth of England, a virgin according to flatterers, an epithet which would enter posterity without Leicester and the Earl of Essex.']. Much of the discourse found in the periodicals of the time correspond to the spirit of what Julia M. Walker calls in *Dissing Elizabeth: Negative Representations of Gloriana* (1998) 'the less famous discourse of disrespect and dissent' on Elizabeth (Walker 1), much of it caused by religious prejudice or else by the 'venomous misogyny dominating pre-twentieth century studies of Elizabeth and her reign' (Walker 3).

---

predominantly describing situations of great emotional turmoil, such as her captivity and martyrdom, see Castanheira 2001.

<sup>13</sup> Only one of the articles collected takes the view that Elizabeth had to order Mary's execution to protect herself from Catholic conspiracies seeking her overthrow: 'História de Inglaterra' (1843).

*Archivo Popular* is the only periodical which quotes Elizabeth's powerful Secretary of State, Sir Robert Cecil, 1st Earl of Salisbury (1563-1612) writing about the Queen in 1603 in a letter to Sir James Harington (c. 1555-1614): 'Era mais que homem, e ás vezes menos do que huma mulher' ('Izabel, rainha de Inglaterra,' 1842: 382) '[she] was more than a man, and (in troth) sometimes less than a woman'. Flattering and derogatory at the same time, given the *gendered prejudices* of the patriarchal society of the time which relegated women to a position of inferiority, passivity and submission and allowed them the roles of wives and mothers, these words reveal a notable feature of the myth of Elizabeth. In effect, contrasting with other female Elizabethan aristocrats (such as Lady Jane Grey) who also appeared in journals and magazines and whose sex-related weakness turned them into ill-fated victims of Tudor politics, the Portuguese reading public was led to see in the story of Elizabeth the example of a woman of great political acumen, determination, bravery and leadership qualities, that is, a strong woman and sovereign because she was endowed with skills, qualities and virtues socially constructed as 'male'. Significantly, this article is illustrated with an image, possibly after a face-pattern by Isaac Oliver (c. 1560-1617), dating towards the end of the sixteenth century (Oliver portrayed the Queen at the age of 60). This portrait shows Elizabeth with a number of the traditional symbols of royalty (sceptre and orb, sumptuously dressed, bejewelled) and with an imperial bearing:<sup>14</sup>



Izabel, rainha de Inglaterra.

<sup>14</sup> On the portraits of Elizabeth, see Strong 2003.



Exceptional in her ability to behave at the same time as a man and as a woman, King and Queen, such dual gender—‘a political hermaphrodite, not only a queen, but a king as well’ (Haigh 25) —, albeit finding legitimacy in the myth of the Providential monarch who was able to lead England to maritime and commercial greatness, bestowed on the image of the Tudor monarch a transgressive and ‘monstrous’ dimension: in the 1840s, the periodical *Universo Pittoresco* wrote that ‘a rainha se elevou por seu caracter até onde poucos homens ousariam elevar-se; e tambem como mulher desceu até onde a maior parte das mulheres se envergonhariam de descer.’ (“Izabel, rainha d’Inglaterra”, 1844: 378) [‘the Queen raised herself, by her character, to heights few men would dare attempt; and, also, as a woman she sank to depths to which most women would be ashamed to fall.’] In their introduction to the volume of essays *The Myth of Elizabeth* (2003), Susan Doran e Thomas S. Freeman state that ‘Female rule was unattractive to early moderns as it represented a reversal of the natural (i.e. patriarchal) social and political order’ (Doran and Freeman 9) and that, as a result, Elizabeth, in affirming herself in a man’s world and playing traditionally male roles, found herself interpreted ‘as unnaturally ‘masculine’ and insufficiently ‘feminine’ (Doran and Freeman 13), a view which was conveyed centuries later, already during the Romantic period, as proved by the corpus of texts gathered.<sup>15</sup>

Interestingly, visual and verbal representations of the Queen can provide a sharp contrast, as shown in one of the articles I studied: ‘Biografia d’ Elisabeth, Rainha d’ Inglaterra’, published in *Museu Pittoresco*. In this 1840 article, prominence is given to the supposition that dissimulation, inflexibility and cruelty were the strong character traits of the triumphant Protestant Queen and highlight is given to her equally ‘male’ martial qualities, quoting what she is reported as saying in her address to the troops at Tilbury (1588), before the imminent Spanish invasion: ‘Conheço que apenas tenho o fraco braço d’uma mulher, mas anima-me a alma d’um Rei, e o que ainda mais é, d’um Rei de Inglaterra.’ (13) [‘I know I have only the frail arm of a woman, but I am imbued with the soul of a King, and, what is more, that of a King of England.’] I would draw attention to the difference

---

<sup>15</sup> Susan Doran relates this androgyny with the speech at Tilbury as follows: ‘With the body of a weak and feeble woman but the heart and stomach of a king, as she put it, Elizabeth could embody both the nation (traditionally gendered female) and the crown (whose authority was conventionally likened to that of a husband over a wife)’ (Doran 257).

between the Portuguese version of these words (which may be explained by the source used by *Museu Pittoresco* and not by any deliberate manipulation by the anonymous collaborator of the Portuguese periodical) and the English original — ‘I know I have the body but of a weak and feeble woman, but I have the heart and stomach of a king and of a king of England too’ (Elizabeth I 326) —, which implies a diminishing of the affirmation of the ‘male essence’ contained in this speech in which Elizabeth identifies herself with her realm. In the same way, the illustration used in the article erases any suggestion of ‘manly skills.’ In it we see a Romantically idealised portrait in which the Queen’s beautiful and kind countenance and her sumptuous costume convey a femininity in keeping with the ideal of women prevailing in the nineteenth century:



ELIZABETH,  
*Rainha d'Inglaterra.*



Another article, published slightly later in 1844, in *Universo Pittoresco* ('Izabel, rainha d' Inglaterra'), bears another engraving (French in origin, signed C. Legrand) which also constitutes a reconfiguration of Elizabeth shaped through a nineteenth century lens:



The representation of Elizabeth in the periodical press under consideration thus mirrored the different mythical images, controversial and conflicting, which gradually came into being, crystallising and perpetuating over time and which the Queen herself helped construct.<sup>16</sup> Following tradition, she is presented as a wise, astute, warrior queen, an architect of England's

<sup>16</sup> On the role of the visual arts in the construction of Elizabeth's mythical image during her reign see Strong 1999.

greatness who possessed 'manly' skills as a ruler, but she is also described as a jealous, ruthless, cold and calculating woman, thus 'unfeminine', a despotic sovereign whose reputation was forever tarnished by the execution of Mary, Queen of Scots. History and legend mesh, the sectarian views of admirers and enemies polarise opinions, admiration and revulsion come into tension, ideas on the fragility of women are unchanged; they are expected to remain chaste, modest and obedient.

It is precisely the singularity of the life and personality of Elizabeth I, a Queen regarded as the champion of Protestantism and associated with the origins of the British empire, which explains Romantic Portugal's fascination with the daughter of Henry VIII, another English monarch who also caught the special interest of writers in Portuguese journals and magazines. In about the 1840s, a second Romantic, or ultra-Romantic, generation, no longer revolutionary but conservative and adept at formal, worldly literature in line with the dominant values, gave itself over to excessive sentimentality, to the facile solutions of melodrama, to lachrymose scenes, to an insistence on nocturnal settings and funereal themes, to unrequited love and intense emotions, treated conventionally and expressed in affected, declamatory style, full of common-places. Thus the violent passions, political and religious intrigue, bloody episodes and the tragic fate of illustrious figures made of the Tudor period a fertile ground for exploration at a time characterised by such a taste for the melodramatic and sensationalist.<sup>17</sup> On the other hand, that same time witnessed great curiosity in factual and fictional representations from history. As Rosemary Mitchell writes in *Picturing the Past: English History in Text and Image 1830-1870*:

The nineteenth century has commonly been perceived as the period in which a truly historical consciousness first developed. A sense of loss and discontinuity with the past fed a historical

---

<sup>17</sup> It should be noted that the first Romantic generation (whose mentors were Almeida Garrett and Alexandre Herculano) believed that interest in historical themes could contribute decisively toward the preservation of the national heritage, its values and traditions, thus endowing Portuguese literature with the authenticity and originality it had lost when it slavishly imitated foreign models, above all the French. I here refer to the cult of the historical novel and drama, so prevalent in Portuguese Romanticism, and the fashion for things medieval, which also affected poetry. However, the values associated with such a vision of literature as a pedagogic tool and a pathway leading to renewal and cultural reform would, in time, deteriorate, as the ideals leading up to the Liberal revolution were undermined.

curiosity unprecedented in the history of the Western world. (...) Most historiographers and cultural historians believe this new historical culture to be rooted in the contemporary cultural movement known as Romanticism. (Mitchell 2)

From a Portuguese, moreover Roman Catholic perspective, the profusion of textual representations of Elizabeth, by the contours it acquired, must also be read in the context of the anti-British discourse which permeated the nineteenth-century Portuguese periodical press. By telling of events from her reign which were viewed as brutal and cruel and episodes deemed unedifying, a door was opened, more or less directly, into Victorian Britain. Although looked to as a civilisation which was in many respects admirable for the great material progress it had achieved, the Queen of the Seas was also often accused of being over-bearing and arrogant because of its rampant capitalism, its colonialism and expansionism which clashed with the interests of weaker nations, notably the oppressed ally, Portugal. Thus, a parallel discourse was at work, denouncing the contradictions of Victorian society, bringing to the fore not just its great accomplishments but also its ills (hunger, alcoholism, prostitution, crime) and attacking traits of its identity, notably its religion and history, both viewed as teeming with aggressors and executioners, acts of perfidy and lack of moral scruple. Divulging certain dark aspects of the Elizabethan era and of Elizabeth's personality, such as her vanity (a feature of her portrayal which was much explored in the nineteenth century, as attested by a number of 'historical anecdotes' to be found in the Portuguese periodical press of the time and which drains royal majesty from the Queen<sup>18</sup>), thus also served the purpose of stressing the negative image of contemporary Britain as a nation of oppressors and arrogants.

The writing of history is a literary construction, and representing through words, with their power of defining and classifying, perpetuated in the periodical press of Portuguese Romanticism the traditional, ambivalent image of Elizabeth I, made up of light and shadow.

---

<sup>18</sup> See, for example, the following articles 'A lizonja bem paga' (1840), 'Decreto d'huma rainha presumida' (1842) and 'Ordenança de huma rainha vaidosa' (1842), listed in Primary Sources.

## PRIMARY SOURCES

Corpus gathered, by chronological order:

- “Anecdota de Isabel Rainha de Inglaterra”. *Correio das Modas* (1807): 32.
- “Continuação do Tractado sobre a Igualdade dos Sexos. Parafo [sic] IV”. *Periodico das Damas*, nº 5 (5 Setembro 1823): 165-169.
- “O pobre que falla latim”. *O Recreio*, Tomo I, nº 3 (Março de 1835): 63.
- “Ultimos momentos de Lord Graham”. *O Correio das Damas*, Tomo II, nº 19 (1 Outubro 1837): 147-150.
- “Maria Stuard”. *Archivo Popular*, Vol. I, nº 31 (28 Outubro 1837): 241-242 [illustrated].
- “Carta de Maria Stuart rainha de Escocia, a Elizabeth rainha de Inglaterra”. *O Passatempo*, Vol. I, nº 12 (31 Dezembro 1837): 143.
- “Trabalho e paciencia mal applicados”. *O Panorama*, Vol. II, nº 37 (13 Janeiro 1838): 15.
- “Condições com que a Rainha Izabel de Inglaterra, socorrêo a D. Antonio Prior do Crato para subir ao throno Portuguez”. *O Recreativo*, nº 21 (21 Junho 1838): 162-163.
- “Uma Heroica Mulher”. *O Beija-Flor*, 1º Vol., nº 2 (22 Agosto 1838): 12-13.
- “[Cor do cabelo de Isabel I]”. *Archivo Portuguez*, nº 6 (15 Setembro 1838): 48.
- “Anecdota”. *O Beija-Flor*, 1º Vol., nº 7 (26 Setembro 1838): 56.
- “O projecto de regicidio malogrado”. *O Mosaico*, Vol. I, nº 22 (1839): 175.
- “Vestidos da rainha Isabel”. *O Recreio*, Vol. V, nº 7 (Julho 1839): 140.
- “Origem e data do uso de alguns objectos”. *Universo Pittoresco*, Vol. I (1839-1840): 203.
- “Anna Boleyn, ou Bolena”. *O Panorama*, Vol. III, nº 89 (12 Janeiro 1839): 14.
- “Morte da Rainha D. Izabel”. *O Mosaico*, Vol. I, nº 10 (8 Abril 1839): n. pag. [illustrated].
- “Scenas d’Historia. Historia d’ Inglaterra. Ultimos momentos de Lord Graham”. *O Mosaico*, Vol. I, nº 10 (8 Abril 1839): 73-75 [illustrated].
- “Biografia d’ Elisabeth, Rainha d’ Inglaterra”. *Museu Pittoresco*, Vol. I, nº 2 (1840): 12-13 [illustrated].
- “A lizonja bem paga”. *O Historiador*, nº 6 (11 Abril 1840): 47-48.
- “A Vingança. Origem do scisma anglicano”. *O Historiador*, nº 15 (13 Junho 1840): 116-118.
- “Grande armada hespanhola chamada INVENCIVEL”. *Archivo Popular*, Vol. IV, nº 36 (5 Setembro 1840): 284; nº 37 (12 Setembro 1840): 294-295.
- “Pequenas maravilhas da arte”. *O Ramalhete*, 2ª série, Vol. IV, nº 162 (18 Março 1841): 82.
- “O Annel do Conde d’Essex”. *O Recreio*, nº 5 (Maio de 1841): 93.
- “A Visão”. *O Correio das Damas*, Tomo IV, nº 18 (25 Junho 1841): 138-142.
- Cambiasso, Francisco Antonio de Sousa. “Biografia de Maria, Rainha d’ Escocia”. *Museu Pittoresco*, Vol. I, nº 15 (1842): 120.
- “Decreto d’huma rainha presumida”. *Bibliotheca Familiar, e Recreativa*, Segunda Série, Vol. I, nº 5 (1842): 62.

- "A Rainha Isabel d'Inglaterra e o seu bobo". *O Recreio* (Março de 1842): 23.
- Marreca, A. de O.. "A batalha d'Alcacer-Quivir, e a Invencível Armada". *O Panorama*, 2ª série, Vol. I, nº 39 (24 Setembro 1842): 306-308.
- "O Castello de Kenilworth". *Archivo Popular*, Vol. VI, nº 39 (24 Setembro 1842): 308-310 [illustrated].
- "Izabel, rainha de Inglaterra". *Archivo Popular*, Vol. VI, nº 48 (26 Novembro 1842): 381-382 [illustrated].
- "Ordenança de huma rainha vaidosa". *Archivo Popular*, Vol. VI, nº 53 (31 Dezembro 1842): 423-424.
- "Izabel, rainha d' Inglaterra". *Universo Pittoresco*, Vol. III (1844): 378-381 [illustrated].
- "Bofetões históricos". *Archivo Popular*, Vol. VII, nº 13 (1 Abril 1843): 101.
- "História de Inglaterra". *O Ramalhete*, 3ª série, Vol. VI, nº 295 (26 Outubro 1843): 333-334; nº 296 (2 Novembro 1843): 341-343; nº 297 (9 Novembro 1843): 348-351.
- I have only noted the pages regarding Elizabeth, as this is a long article, published between January 1843 and June 1844.
- "Ultimos momentos de Izabel de Inglaterra". *Archivo Popular*, Vol. VII, nº 32 (12 Agosto 1843): 254-255; nº 33 (19 Agosto 1843): 262.
- "Anecdota". *Archivo Popular*, Vol. VII, nº 47 (25 Novembro 1843): 376.
- "Anecdota". *O Jardim das Damas*, Vol. II, nº 6 (1 Novembro 1845): 96.
- "Isabel e o Bobo". *O Jardim Litterario*, Vol. I, nº 16 (1847): 127.
- "Maria, Rainha de Escocia". *O Jardim Litterario*, Vol. II, nº 11 (1848): 87.
- "Cartas da Rainha Isabel de Inglaterra". *Revista Universal Lisbonense*, Tomo VII, nº 6 (13 Janeiro 1848): 69-70.
- "Isabel de Inglaterra". *O Jardim Litterario*, Vol. VII, nº 14 (4 Abril 1851): 109 [illustrated].
- "[Ana Bolena]". *O Interesse Publico*, nº 3016 (19 Maio 1851): 1.
- Mendonça, Lopes de. "Physiologia do spleen". *A Revolução de Setembro*, nº 2750 (24 Maio 1851): 1-3.
- Dumas, A.. "Historia de Maria Stuart". Trad. do francês por Maria Luiza. *O Correio das Damas*, Tomo IX, nº 12 (31 Dezembro 1851): 90-95; nº 13 (31 Janeiro 1852): 98-102; nº 14 (29 Fevereiro 1852): 105-110; nº 15 (31 Março 1852): 113-119; nº 16 (30 Abril 1852): 121-126; nº 17 (31 Maio 1852): 129-134; nº 18 (30 Junho 1852): 137-143; nº 19 (31 Julho 1852): 145-151; nº 20 (31 Agosto 1852): 153-159.
- "Isabel, Rainha de Inglaterra". *O Jardim Litterario*, Vol. X, nº 5 (1854): 36-37 [illustrated].
- P.. "Derradeiras palavras de varios personagens notáveis". *Archivo Pittoresco*, Tomo I, nº 33 (Fevereiro de 1858): 264.
- P., A. F. S.. "Rainha e Mulher". *Archivo Pittoresco*, Tomo II, nº 41 (1859): 327-328.
- "Elizabeth d'Inglaterra". *O Nacional*, nº 29 (7 Fevereiro 1860): 1.
- F., B.. "Uma mulher heróica". *A Primavera*, nº 24 (23 Abril 1860): 1-2.
- Assis, R. J. F. d'. "Maria Stuart. Biographia". *O Camões*, nº 3 (8 Novembro

- 1860): 18-19; n° 4 (15 Novembro 1860): 26.
- Braga, F.. “O Espelho Magico do Doutor Dee”. *Arquivo Familiar*, n° 27 (27 Abril 1861): 212.
- [António G. P. Villar]. “A Igreja de Inglaterra. Seu schisma no tempo de Henrique Oitavo. Por Um Academico”. *Luiz de Camões*, Vol. II, n° 25 (1864): 194-195; n° 26, (1864): 202-203; n° 27 (1864): 209-210; n° 30 (1864): 233-234.
- I have only noted the pages regarding Mary I and Elizabeth I as this is a long article with publication beginning in n° 2 of this second volume. The author’s identity was garnered from the Porto journal *A Primavera* which in n° 45 (17 September 1860) began to publish this same article with the author’s name. As it was not possible to consult other issues of this periodical, I was unable to establish whether the article was published in its entirety, as was the case of *Luiz de Camões*.
- Queiroz, Lorena. “Boudoir”. *Boudoir*, n° 6 (18 Janeiro 1864): n. pag.
- Jordão, A. Salazar d’ Eça. “Captiveiro e morte de Maria Stuart”. *Miscellanea Recreativa*, n° 55 (Dezembro 1865): 18-20.

## WORKS CITED

- “Aos nossos leitores.” *O Panorama*, Vol. IV, n° 140 (4 Janeiro 1840): 2.
- Assis, R. J. F. d’. “Maria Stuart. Biographia”. *O Camões*, n° 3 (8 Novembro 1860): 18-19; n° 4 (15 Novembro 1860): 26.
- “Biografia d’ Elisabeth, Rainha d’ Inglaterra”. *Museu Pittoresco*, Vol. I, n° 2 (1840): 12-13.
- Cascão, Rui. “Em casa: o quotidiano familiar”. *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Coordenação de Irene Vaquinhas. Direcção de José Mattoso. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011. 222-252.
- Castanheira, Maria Zulmira. “A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica do Romantismo Português: Imagens Polimórficas”. Volume II. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- . ‘Do Trono ao Cadafalso — Anne Boleyn, Lady Jane Grey e Mary Stuart na imprensa periódica portuguesa do Romantismo.’ *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*. (Lisboa, 6-8 de Maio de 2001). Lisboa: Centro de Estudos Anglo-Portugueses / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2001. 629-643.
- Doran, Susan, ed. *Elizabeth: The Exhibition at the National Maritime Museum*. Guest Curator David Starkey. London: Chatto and Windus in association with The National Maritime Museum, 2003.
- Doran, Susan and Thomas S. Freeman, eds. *The Myth of Elizabeth*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- Elizabeth I. *Collected Works*. Edited by Leah S. Marcus, Janel Mueller,



- and Mary Beth Rose. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2000.
- Haigh, Christopher. *Elizabeth I*. Second edition. London and New York: Longman, 1998.
- “História de Inglaterra”. *O Ramalhete*, 3ª série, Vol. VI, nº 295 (26 Outubro 1843): 333-334; nº 296 (2 Novembro 1843): 341-343; nº 297 (9 Novembro 1843): 348-351.
- Homem, Rui Carvalho. “Introduction”. *Gloriana’s Rule: Literature, Religion and Power in the Age of Elizabeth*. Ed. Rui Carvalho Homem and Fátima Vieira. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006.7-24.
- “Introdução”. *O Panorama*, 2ª série, volume III, nº 106 (6 Janeiro 1844): 1.
- “Isabel de Inglaterra”. *O Jardim Litterario*, Vol. VII, nº 14 (4 Abril 1851): 109.
- “Izabel, rainha de Inglaterra”. *Archivo Popular*, Vol. VI, nº 48 (26 Novembro 1842): 381-382.
- “Izabel, rainha d’ Inglaterra”. *Universo Pittoresco*, Vol. III (1843-1844): 378-381.
- “Maria Tudor, a sanguinária”. *Archivo Popular*, Vol. VII, nº 44 (4 Novembro 1843): 350-351; nº 45 (11 Novembro 1843): 359-360.
- “Maria, Rainha de Escocia”. *O Jardim Litterario*, Vol. II, nº 11 (1848): 87.
- Mendonça, Lopes de. “Physiologia do spleen”. *A Revolução de Setembro*, nº 2750 (24 Maio 1851): 1-3.
- Mitchell, Rosemary. *Picturing the Past: English History in Text and Image 1830-1870*. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- P.. “Derradeiras palavras de varios personagens notáveis”. *Archivo Pittoresco*, Tomo I, nº 33 (Fevereiro 1858): 264.
- P., A. F. S.. “Rainha e Mulher”. *Archivo Pittoresco*, Tomo II, nº 41 (1859): 327-328.
- “Scenas d’Historia. Historia d’ Inglaterra. Ultimos momentos de Lord Graham”. *O Mosaico*, Vol. I, nº 10 (8 Abril 1839): 75.
- Serrão, Joel. *Temas de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- Silva, Jorge Bastos da. “Das representações de Isabel I de Inglaterra na Ópera e no Cinema.” *Via Panorâmica* 2, II Série (2009): 23-58.
- Strong, Roy. *The Cult of Elizabeth. Elizabethan Portraiture and Pageantry*. London: Pimlico, 1999 [1977].
- . *Gloriana: The Portraits of Queen Elizabeth*. London: Pimlico, 2003.
- Tengarrinha, José. *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates /Círculo de Leitores, 2013.
- Villar, António G. P.. “A Igreja de Inglaterra. Seu schisma no tempo de Henrique Oitavo. Por Um Academico”. *Luiz de Camões*, Vol. II, nº 25 (1864): 194-195; nº 26 (1864): 202-203; nº 27 (1864): 209-210; nº 30 (1864): 233-234.
- Walker, Julia M. ed. *Dissing Elizabeth: Negative Representations of Gloriana*. Durham: Duke University Press, 1998.



## LINGUAGENS EM MOVIMENTO: DO VIAJANTE COMO TRADUTOR E DO TRADUTOR COMO VIAJANTE

*Leonor Sampaio da Silva*  
*Universidade dos Açores/CHAM*

A obra de Michael Cronin, *Across the Lines*, tem conhecido uma projeção assinalável em diversos autores de referência no âmbito dos Estudos de Tradução. Susan Bassnett refere-se frequentemente a este autor quando indica novos rumos na abordagem cultural à tradução. O paralelismo estabelecido por Cronin entre o viajante-escritor e o tradutor baseia-se, antes de mais, no facto de se entrever no primeiro uma dificuldade semelhante à que caracteriza a actividade do segundo. Quando o viajante se lança na aventura da escrita, espera-o o desafio de traduzir em termos verbais a heterogeneidade dos estímulos sensoriais colhidos durante a deslocação a um lugar estranho. A procura de “equivalentes verbais para experiências não-verbais” (Cronin 87)<sup>1</sup> ou para termos e expressões sem equivalência na língua materna dificulta a tarefa do viajante, decidido a transmitir aos seus conterrâneos as impressões, as emoções e o conhecimento resultantes das visitas a lugares desconhecidos. Mal-entendidos, equívocos e ilusões contaminam a mente do escritor com dúvidas e inseguranças que raramente se dissipam – antes, se agravam – com uma permanência demorada no estrangeiro.<sup>2</sup>

Aceitar a diferença linguística e cultural traz consequências

---

<sup>1</sup> A versão portuguesa de todas as citações de Cronin é de minha autoria.

<sup>2</sup> Citando Robert Guillain, um correspondente do *Le Monde* no Extremo Oriente, Cronin reproduz a seguinte afirmação: “Quand on passe huit jours en Chine on écrit un libre, quando on y reste trois semaines un article, et après un an, rien” (87).

para o viajante e para o tradutor: quanto mais o primeiro reconhece o lugar que visita como diferente da geografia de onde provém, mais consciente se torna das suas lacunas, mais dúvidas alimenta, menos capaz se sente de o descrever com exactidão; de modo semelhante, quanto mais um tradutor reconhece como diferente um texto relativamente à sua grelha de referências, mais dificuldades enfrenta ao traduzi-lo. Enquanto a crença no universalismo fomentava a expectativa de sucesso comunicativo imediato, o reconhecimento das diferenças transporta consigo a ameaça do silêncio.

Um segundo ponto em comum reforça o paralelismo entre as duas figuras: ambos representam um imperativo ético ao procurarem combater a intolerância e o etnocentrismo a partir da experiência com a alteridade. As culturas resistem a dar-se a conhecer. Tanto o tradutor como o viajante aprendem a lidar com esta resistência. O viajante experiente percebe os mecanismos que a denunciam a partir de diversos sinais, entre os quais predominam as proibições de vários tipos (a interdição de certos itinerários e de captação de imagens, por exemplo), as encenações de autenticidade *para turista ver* e a recusa por parte da população visitada em falar línguas estrangeiras. Na tradução, a mesma resistência é perceptível através de técnicas de opacidade da mensagem, sejam elas de índole formal ou de conteúdo. Nalgumas épocas e culturas, a opacidade pode tomar expressões ainda mais extremas, como a recusa em traduzir e em ser traduzido (Cronin 94).<sup>3</sup>

Finalmente, tanto o tradutor como o viajante constituem factores de renovação linguística e de mediação cultural. Percorrendo lugares textuais e físicos diferentes daqueles em que cresceram, eles nem abandonam as suas origens nem as desenvolvem em ambiente protegido. O movimento entre línguas, textos e culturas acarreta o perigo do exílio. Sem casa própria, tanto o viajante como o tradutor poderão recusar mapas e fechar os olhos a faróis. Como afirma Cronin, “a tradução só faz sentido se Ítaca estiver à vista, se houver regresso a casa na língua alvo” (Cronin 99). Para ambos a interacção cultural deverá prolongar-se além das ‘viagens’ que realizam. A chegada à língua e cultura maternas introduz novos estímulos para a mudança e renovação dos pontos de onde partiram. O seu movimento constante entre acções de partida e de chegada, as

---

<sup>3</sup> Esta recusa evidencia com frequência a consciência de a língua e a cultura se encontrarem sob ameaça de adulteração por via de elementos externos, constituindo, por conseguinte, um mecanismo de defesa.

decisões que se vêem obrigados a tomar entre sair e permanecer, observar o outro e lembrar o próprio, procurar autenticidade e resistir ao poder do estrangeiro transforma-os em figuras errantes e fronteiriças, que enfrentam permanentemente o desafio difícil de criar e manter o equilíbrio entre forças contraditórias – em suma, de alcançar a “proximidade sem fusão”, a “distância sem isolamento” (Cronin 100).

Estas dualidades, bem como o esforço em harmonizá-las, manifestam-se tanto nos textos dos viajantes aqui estudados como nas traduções a que deram origem. O relato dos irmãos Bullar não só nos fornece informação respeitante aos Açores numa época que nos é estranha como avança dados acerca da Inglaterra da primeira metade do século XIX. O conhecimento que retiramos deste livro resulta muito especialmente daquilo que não é dito de forma ostensiva, dos silêncios e dos acrescentos, das diferenças encontradas a partir da comparação entre as duas versões. A tradução portuguesa, de meados do século XX, tem excelentes soluções para casos linguísticos desafiantes e, no geral, procura ser fiel ao documento inglês escrito cerca de 100 anos antes, mas os dois livros proporcionam duas visões diferentes quer dos locais visitados quer dos autores responsáveis pelo relato.

Logo uma primeira diferença pode ser encontrada na ausência do Preâmbulo inglês, substituído pelo Prólogo do escritor açoriano Armando Côrtes-Rodrigues. Comparada com a breve nota inglesa, esta introdução, além de ser significativamente mais extensa e de cuidar de guiar os leitores para uma recepção favorável do livro, fornece informação histórica que se encontra ausente da edição inglesa. O português escolheu incluir no seu prólogo dados relativos ao ciclo económico da laranja, um período não só próspero na história económica de São Miguel, mas também propiciador de contactos comerciais próximos entre a Inglaterra e os Açores. Com isso, ele acrescenta dados sobre o contexto da viagem para benefício de uma leitura mais informada por parte dos leitores portugueses do século XX.

A principal alteração provocada pela versão portuguesa deste relato é, no entanto, a da identidade dos autores. Estes são apresentados na edição de 1841 como: “an Invalid and his companion”. O I maiúsculo de *Invalid* e a alusão vaga a um companheiro de viagem (sempre em minúsculas) encaminha os leitores para duas conclusões: que o relato foi escrito por duas pessoas e que, a haver uma hierarquia autoral entre os dois irmãos, ela aponta para «o Inválido» como autor central do relato.

Tais conclusões são contrariadas pelo prólogo da edição portuguesa. Côrtes-Rodrigues indica Henry como sendo o ‘Inválido’

e Joseph como única voz responsável pela escrita. Sugere até que a única razão para Henry figurar como co-autor do livro se deve ao facto de a viagem ter acontecido por causa dos problemas de saúde que o afligiam – “a amenidade destes ares [das ilhas]” levaram Joseph Bullar a “procurar aqui melhoras para seu irmão Henrique” (Bullar, *Um Inverno*, viii), ideia que é retomada mais tarde: “Pode ser mesmo que Joseph Bullar lhe conservasse o nome no rosto da obra em memória da viagem por ele empreendida e como preito de uma afeição fraterna” (Bullar, *Um Inverno*, ix), surgindo, de novo, assim formulada: “Se o autor nalgumas passagens usa nas narrações o plural, o que também se poderia explicar por forma literária, de muitas outras se depreende claramente que foi só Joseph Bullar quem redigiu todo este precioso diário” (Bullar, *Um Inverno*, ix).

Apesar desta convicção repetidas vezes expressa, há várias passagens em que o recurso à 3ª pessoa para se referir o médico comprova o estatuto de Henry como co-autor do livro. Comparemos duas passagens, ambas relativas a episódios ocorridos em Vila Franca. A 8 de março, escreve o médico (pág. 111 da versão portuguesa):

Esta gente já descobriu a minha profissão e como os médicos são muito considerados pelos açorianos, não havendo nenhum nesta vila, parece-me que tenho de dar consultas a todas as pessoas portadoras de doenças, nesta parte da ilha.

Dias depois, a 13 de abril, a voz que descreve a partida de Vila Franca, refere-se ao médico de forma diferente (pág. 129 da versão portuguesa):

Muita gente compareceu à despedida. Na escada havia uns vinte doentes, atropelando-se à espera da consulta do «senhor médico» e misturando ruidosos agradecimentos com rogos, à medida que se acotovelvavam para dele se aproximarem quando este chegou à rua.

Não há dúvida de que esta entrada foi escrita pelo irmão que não era médico, notando-se através destes exemplos um sinal claro de uma escrita em que participam duas vozes. Apesar destes indícios, Joseph Bullar é de tal forma elogiado nas suas qualidades pessoais e profissionais, na sua erudição e no seu “natural pendor artístico” (Bullar, *Um Inverno*, ix) que não só se recusa a Henry a co-autoria do livro como se atribui a Joseph a responsabilidade pelos desenhos que o ilustram. O retrato dos autores presta-se, assim, à troca de identidade que faz que,

na versão portuguesa, se atribua a invalidez a Henry e o talento artístico a Joseph. Como demonstrou Kathleen Mundell de Calado em “Prescription, description: a doctor-invalid and his brother explore the Azores”, era Henry o artista a quem se terão devido muitas das ilustrações do livro, e Joseph, o médico, era quem tinha as pernas paralisadas. Henry Dayman, um colega de Joseph Bullar, membro da Associação Médica de Southampton, escreveu um texto no ano da morte deste (1869) em que o mostra como um profissional dedicado e um homem de muitos talentos, entre os quais se conta a crítica de arte, mas não a prática artística. No entanto, o Prólogo de Côrtes-Rodrigues leva-nos a fazer dele uma imagem diferente. No final deste paratexto, somos levados a pensar que o médico não só fora o autor exclusivo do relato e o único ilustrador dos esboços, como viajava sozinho: “Quando Joseph Bullar parte de São Miguel a caminho de Lisboa leva os olhos deslumbrados pela beleza desta terra...” (Bullar, *Um Inverno*, xx).

Outras diferenças entre as duas versões prendem-se com a supressão de ilustrações que constam do original – num total de 11; noutros casos, mantém-se a ilustração, mas modifica-se a legenda. Uma observação atenta à selecção que aparece na versão portuguesa mostra-nos que há 12 gravuras relativas à ilha de São Miguel e apenas duas respeitantes às restantes ilhas do arquipélago – destas duas escolheu-se uma referente ao Pico, outra ao Corvo; em ambos os casos o motivo visual representando as ilhas é o elemento feminino e jovem da população: as raparigas indo buscar água à fonte e ao poço. São excluídas ilustrações de paisagens (a vista de Santa Cruz das Flores e do Faial visto do Pico), bem como o lado mais negro da sociedade açoriana: a prisão, os mendigos.

Além disso, faz-se questão de se fornecer informações precisas sobre as ilustrações micalenses: elimina-se a dúvida ou a ambiguidade, para se deixar claro que se trata de uma ilustração referente à ilha de São Miguel. Nalguns casos, o desejo de deixar informação detalhada sobre uma ilustração relativa ao contexto micalense vai ao ponto de se inserir informação que só poderá interessar a um natural desta ilha, por só ele a compreender, e chega-se até a criar uma legenda para uma ilustração que, na versão original, surge sem qualquer mensagem verbal.

Os responsáveis pela edição portuguesa puseram texto onde ele não existia e eliminaram-no de onde ele estava. Há dois tipos de exclusões que são notados com muita clareza. Um deles é a exclusão de diversas notas de rodapé, como, por exemplo, uma relativa ao estado de degradação em que se encontra um jardim no Faial, outra apresentando diversas opiniões sobre a altura

do Pico e comparação com uma montanha em Tenerife, outra ainda sobre as leis penais contra a vagabundagem nos Açores ou a comparação das águas gasosas do arquipélago com outras na América e na Ásia. O elemento comum às notas eliminadas é o facto de elas dividirem a atenção entre o arquipélago e outras regiões do planeta ou de chamarem a atenção para o lado menos luminoso da sociedade açoriana. Há ainda exclusões de passagens citadas de autores estrangeiros em nota de rodapé.

Outro caso de exclusão muito significativo é o das epígrafes que abundam na versão inglesa e que não foram reproduzidas na edição portuguesa. A versão inglesa inclui sempre uma ou mais citações no início de cada capítulo. Os autores citados são quase todos poetas ou teólogos britânicos e, de entre os britânicos, há um grande número de ingleses, nomeadamente, os principais nomes da literatura: William Shakespeare, William Wordsworth, Robert Southey, John Milton, *Sir* Walter Scott e alguns clássicos europeus, como Cervantes, Homero, Horácio e Virgílio. Apesar de reconhecermos estes nomes, muitos outros, embora constituindo uma referência literária para qualquer inglês culto da época, ainda são completamente desconhecidos do público português. Incluem-se neste grupo os casos de James Boswell, Thomas Browne ou Cayley Shadwell. A obra deles seria, porém, familiar a qualquer membro das elites letradas britânicas. Cientes disso, os irmãos Bullar frequentemente omitem a autoria dos excertos reproduzidos nas epígrafes. Na versão portuguesa, tais exclusões mostram a distância a que o leitor-alvo de meados do século XX (para não falar dos seus avós oitocentistas) estava dos leitores anglófonos. Além da distância cultural entre as duas comunidades de leitores, a exclusão das epígrafes revela pouco interesse em preservar informação desconstruída da tradição cultural do arquipélago.

A versão portuguesa do livro dos Bullar mostra, assim, o poder de recriação das traduções. Nota-se nela um cuidado particular em tornar o texto especialmente perceptível à audiência micaelense e em higienizá-lo de tudo quanto possa pesar no esforço de leitura da comunidade de destino. Mais do que imputar faltas ou sublinhar desvios, importa compreender a razão de ser destas decisões e tentar extrair conclusões, a partir delas, acerca da natureza das interações possíveis entre os dois povos que se encontraram no meio do Atlântico. A exclusão das epígrafes no início de cada capítulo comprova o que os estudos das bibliotecas dos açorianos cultos dessa época demonstram: que a principal influência cultural no arquipélago era francófona e não anglófona, o que poderá explicar a decisão de omitir um conjunto de passagens religiosas ou literárias que pouco

diriam à comunidade de leitores portugueses. Esta conclusão é secundada por uma passagem do relato dos Bullar na qual se identificam os livros encontrados numa casa micaelense: uma edição francesa de Virgílio, uma versão em francês das odes de Horácio em prosa, uma tradução francesa de Ésquilo, uma gramática da língua francesa, a par de outras duas de português e de latim, além das inevitáveis obras teológicas e demais leituras de um provável estudante de Teologia (Bullar, *Um Inverno*, 146).

Se a versão portuguesa exclui o legado cultural dos autores ingleses é porque ofereceu resistência à estratégia autoral dos ingleses de completar o retrato das ilhas e da população açorianas com marcas da sua própria identidade cultural. Ao excluir as intromissões estrangeiras no relato que se debruça sobre a sua própria cultura, o texto de chegada reforça a impermeabilidade desta a contaminações externas. Os ingleses trazem a sua identidade cultural para o interior da escrita de viagens; o português (tradutor e/ou editor) expulsa os intrusos estrangeiros na reescrita que faz da realidade insular.

Cada uma das estratégias discursivas adoptadas (admitir no relato vozes diferentes ou excluir do relato vozes diferentes) tem sempre o efeito de chamar a atenção para a cultura de origem de quem escreve e de atenuar a visibilidade da cultura diferente. Acresce a isto o mérito de representar o abismo cultural que separa os escritores ingleses do século XIX dos leitores portugueses do século XX.

A plêiade de vozes literárias convocadas pelo texto de partida está patente, não só nas epígrafes, como também nas inúmeras citações ao longo dos capítulos, as quais reforçam a conversa que os autores mantêm com as suas origens culturais. A propósito do modo de vida açoriano, de uma paisagem, de um traço específico da população, das características do clima, das práticas religiosas, das condições de pobreza, dos hábitos alimentares, dos comportamentos sociais, etc., chega-nos invariavelmente a lembrança dos sons, das vistas, das cores, das temperaturas, dos costumes e dos rituais britânicos. Nota-se nestes clarões da cultura de origem o orgulho das raízes nacionais. A publicação dos diários do 'Inválido' é, neste contexto, uma extensão do duplo movimento de sair e de permanecer em casa, constituindo simultaneamente, uma forma de homenagear a tradição literária nacional e de partilhar com os conterrâneos as experiências e o saber colhidos numa terra estrangeira. De igual modo, a publicação da tradução portuguesa assume a forma de homenagem à ilha e de partilha com os conterrâneos das impressões dos visitantes vindos de outras paragens.

A importância cultural destes livros, sobretudo quando lidos



em paralelo, permite ainda contrariar suspeitas sobre a hipotética desnecessidade de leituras nas versões originais sempre que esteja disponível uma versão traduzida. A existência de uma versão em português não dispensa a leitura do original, pois a versão portuguesa não é nem uma repetição completamente fiel à inglesa nem uma invenção completamente diferente dela; é uma reescrita de um texto destinado, agora, a uma audiência diferente, açoriana, pelo que, nalguns casos, configura vivências e anseios regionais se não explicitamente micaelenses.

Um segundo relato de uma viagem ao arquipélago dos Açores, desta feita escrito por um americano, reforça a relevância destas narrativas como documentos em que a viagem e a tradução se aliam na observação e tentativa de compreensão da alteridade cultural. Enquanto tradutora da versão portuguesa de *Visit to a Volcano*, de Silas Weston, revejo-me nas palavras de Michael Cronin. Desempenho uma função semelhante à do autor: transiro para uma comunidade com quem partilho a mesma língua materna os resultados de uma observação atenta às diferenças entre o que me é familiar e o que me é estranho, analiso o local e o distante, busco a autenticidade no objecto observado e nas ferramentas de que disponho para dele dar notícia. Apercebo-me de quanto este olhar que veio de fora não só me ajuda a compreender como eram os Açores do passado, mas também como eram aqueles que nos observaram naquele tempo. Por outras palavras, realizo a acção descrita no título da versão portuguesa do relato de Silas Weston: observar quem nos observou. Observo Silas Weston, viajante-escritor e a comunidade americana de onde ele provém.

Uma das primeiras ilações que tiro a respeito daquele que observo permite-me situá-lo culturalmente numa relação de dependência de modelos britânicos. Chego a esta conclusão a partir de várias referências. Em primeiro lugar, evidencia-se o modo como ele se refere aos Açores – as Ilhas Ocidentais –, uma designação incompatível com a localização do arquipélago quando observado a partir da América. Falar dos Açores como sendo as ilhas ocidentais diz muito acerca da posição da cultura americana em meados do século XIX. Situado a ocidente da Grã-Bretanha, o arquipélago era perspectivado como sendo um conjunto de Ilhas Ocidentais do ponto de vista da observação – e do discurso – britânicos. Que os americanos adotem esta expressão estando eles localizados a ocidente dos Açores revela o quanto a América ainda se regia por modelos britânicos em meados do século XIX.

A supremacia do elemento inglês manifesta-se noutros momentos. Tal como os irmãos Bullar, a viagem de Silas Weston

convoca uma série de memórias relacionadas com a sua cultura de origem. Também ele faz citações de textos que conhece. Tendo escrito um relato mais curto, são também menos numerosas estas citações; no entanto, elas incluem autoridades científicas e religiosas. Há, por exemplo, a inclusão de dois versos de um hino religioso, de autoria de um teólogo inglês que constitui uma referência na música religiosa em língua inglesa, Isaac Watts, intitulado *A Prospect of Heaven Makes Death Easy*.

Apesar de pouco conhecido em Portugal, Isaac Watts é uma figura central da cultura anglo-americana. A sua influência foi enorme e estendeu-se muito além do tempo e do lugar em que ele viveu. Na América, onde os seus hinos constituíam um factor de coesão religiosa por entre os protestantes, vários dos seus versos encontraram acolhimento não apenas nos espaços religiosos de culto mas também nas obras mais marcantes da literatura americana. É o caso dos versos que Silas Weston inclui no seu relato:

Sweet fields beyond the swelling flood  
Stand dressed in living green.

Estes versos evocam Canaã, a Terra Prometida por Deus a Abraão, no contexto de uma mensagem de esperança após o dilúvio. Podemos lê-los no capítulo XXII daquela que é considerada por muitos a obra-prima da literatura norte-americana, *Moby Dick*, de Herman Melville. No relato da viagem de Silas Weston aos Açores, eles são proferidos no contexto de uma recompensa divina – é o avistar do Faial que traz à memória de um companheiro de viagem (curiosamente, um céptico em matéria de religião) estes versos. O facto de ser um céptico a citá-los vem provar a extensão do conhecimento que havia dos hinos de Watts, mesmo por entre agnósticos e ateus. Um paraíso na Terra – eis a primeira impressão que os passageiros do *Perseverance* têm destas ilhas. E o modelo a que se recorre para expressar a beleza da terra observada do mar é inglês, não americano.

Há um outro exemplo de escrita poética no relato de Silas Weston, desta feita, provavelmente da autoria do próprio Silas (não se sabe se com a ajuda da mulher, Mary Weston, que tinha ambições literárias). A observação do cenário arrebatador da vista do cume do Pico dá azo a este exercício poético, da mesma forma que o desejo de fornecer informação rigorosa sobre as ilhas visitadas conduz à consulta de referências científicas incontestadas em matéria de geologia e vulcanismo. Silas Weston esforça-se por dar informações completas e exactas acerca da morfologia e características geológicas de todos os lugares que

visita. Os elementos demográficos não lhe prendem a atenção. Do mesmo modo, as referências históricas são escassas. Já as distâncias entre os lugares, as dimensões das crateras, a extensão dos trilhos, a altura das montanhas ocupam-no e interessam-no sobremaneira. Mas, mais uma vez, as fontes científicas que Weston cita são europeias: um alemão e vários ingleses. Nenhum americano. Aliás, enquanto editor de um jornal escolar, ele indicara, num artigo sobre o lugar que as várias nações ocupavam do ponto de vista do conhecimento científico, a Grã-Bretanha como ocupando o lugar cimeiro, seguida da França e da Alemanha (Riley 120). Portugal ocuparia, segundo Weston, os últimos lugares deste escalonamento, ao lado da Turquia, da Polónia e da Noruega. Evitando a humilhação de não estar entre os três primeiros, a América cola-se ao pódio, colhendo todo o seu conhecimento dos primeiros três posicionados.

O lugar de Portugal no respeitante ao domínio da ciência acompanha a impressão geral que o visitante tem de estar a visitar uma região 100 anos atrasada em relação à América. Tudo apresenta uma qualidade inferior: os alimentos, as habitações, as alfaias agrícolas, os transportes. Vários episódios convergem no retrato de uma população que é, sobretudo nas faixas mais pobres, ignorante, maltrapilha e pouco honesta. Os americanos divertem-se com práticas que hoje nos chocariam, como atirar fruta no mercado do Faial para se rirem do espectáculo proporcionado pelos mendigos a lutar por ela caindo em caoticamente uns sobre os outros. Os pedintes e os guias são os principais visados do humor zombeteiro do autor que, à semelhança dos irmãos Bullar e de Mark Twain, detecta nos açorianos uma propensão para a manha e a mentira.

Não só neste campo, Silas Weston e Mark Twain apresentam traços comuns. Os dois americanos encontram especial interesse em reproduzir a agramaticalidade dos estrangeiros que se aventuram a falar inglês. Weston repete os erros dos guias e dos pedintes açorianos, da mesma forma que Twain ironiza com os embaraços linguísticos dos faialenses. É de salientar, apesar disso, o esforço que ambos manifestam em atenuar o abismo linguístico e cultural que separava americanos e portugueses. Romper a opacidade obriga a procurar soluções criativas para a incompreensão linguística.

Encontramos ainda menos páginas dedicadas ao arquipélago por parte de Twain do que as que constituem o relato de Weston. Twain saiu da América em 1867 com a intenção de visitar a Europa e a Terra Santa. Dos apontamentos da viagem resultou *The Innocents Abroad* (1869), de que foi publicada uma versão portuguesa em 2010, com o título *A viagem dos*

*inocentes* (tradução de Margarida Vale de Gato). Recorde-se que a paragem no Faial não estava prevista e que foi forçada pelo estado do tempo, que não permitiu a visita a São Miguel. A permanência no arquipélago dos Açores foi ainda mais curta do que a de Silas Weston, mas durou o suficiente para merecer algumas páginas críticas e humorísticas no longo relato escrito pelas suas mãos “inocentes”.

Enquanto Weston e os Bullar moderam a sensação de superioridade com uma exaltação sincera da beleza das paisagens açorianas (chega-se a afirmar no relato de Silas Weston que o espectáculo proporcionado pela paisagem açoriana é mais imponente do que o oferecido pelas cataratas do Niágara), Mark Twain consegue apresentar a uma luz suja até aspectos que, interpretados sob outra perspectiva, poderiam ser favoráveis à população visitada.

Partilhando com os demais viajantes-escritores a tendência para falar de si e das suas origens a propósito da observação da diferença cultural, o que ressalta como mais original nas páginas que Twain escreveu sobre os Açores é o modo como o contacto com outras línguas oferece ao autor a oportunidade de recriação linguística no interior do seu próprio sistema materno. Geralmente os exercícios verbais realizados por Mark Twain resultam do mau inglês dos povos visitados. Se bem que esta seja uma circunstância aproveitada por um grande número de viajantes estrangeiros quando confrontados com o desconhecimento da sua própria língua, é em Mark Twain que esta circunstância assume contornos mais criativos, especialmente presentes nas páginas em que se descrevem os encontros com os exasperantes guias franceses e italianos.

No caso dos Açores, um caso de incompreensão linguística retratado no episódio do passeio de burro pelo Faial demonstra como a tradutora, apesar de ser uma falante nativa do português, se embaraçou com as dificuldades sentidas pelo americano em compreender o muleteiro faialense. A incompreensão persiste tanto no inglês, como na tradução portuguesa; apesar disso, uma leitura comparada das duas versões oferece a informação que faltou ao viajante e à tradutora. Leia-se a passagem em causa (Twain, *A viagem*, 68):

Não era um trote, nem um galope, mas antes uma debandada feita de todos os passos possíveis e imaginários (...) Cada burro tinha um muleteiro e ainda uma dúzia de voluntários que batiam no burro com as suas canas e os espicaçavam (...) e berravam uma coisa que soava a «Sekki-i-ah» (...) E aqueles maltrapilhos estavam todos apeados, sem que isso fizesse diferença, porque iam

sempre a tempo, capazes de ultrapassar um burro e de o matar de cansaço (...)

Blucher disse ao muleteiro:

– Pronto, já chega. A partir daqui a ver se vai mais devagar.

Mas o tipo não sabia inglês e não percebeu, pelo que se limitou a dizer:

– Sekki-i-ah!

E o burro saiu outra vez disparado que nem um tiro.

O elemento desconcertante nesta passagem é o termo *Sekki-i-ah*. Nenhum falante açoriano consegue identificá-lo como pertencente ao léxico português, muito menos chegar ao sentido por trás deste arranjo de letras invulgar se não se tentar colocar no lugar do americano, ou seja, se não pronunciar estas sílabas segundo as regras da pronúncia inglesa. Twain procurou transcrever o mais fielmente possível o som que ouviu, recorrendo, para tal, às regras de pronúncia que conhecia. Quem está familiarizado com a língua inglesa, sabe que o [e] se pronuncia como se fosse [i]. A leitura em voz alta permite compreender que aquilo que Twain ouviu e procurou reproduzir foi *Siga!* dito com o sotaque próprio das ilhas do Grupo Central – algo que, numa transcrição fiel ao sistema português, poderia aparecer como *Si-guia!* Seria mais fácil ao leitor português alcançar o sentido pretendido de *si-guia*; *sekki-i-ah* é-lhe totalmente incompreensível, excepto quando lido através das lentes da língua inglesa.

Este episódio corrobora o paralelismo traçado por Michael Cronin entre os autores de textos de viagens e os tradutores. O viajante procurou reproduzir com autenticidade o som da palavra estrangeira, mas o desconhecimento linguístico originou dificuldades igualmente sentidas pela tradutora. Ambos recorreram a estratégias possíveis na busca da autenticidade pretendida: transcrever o som (indecifrável, para um falante americano) de acordo com as regras de pronúncia conhecidas (Twain); importar para a versão portuguesa o resultado (indecifrável, para uma portuguesa) daquela transcrição. Nenhum dos dois foi bem sucedido isoladamente, mas a leitura comparada das duas versões poderá levar os leitores portugueses a compreender o sentido do termo e, por conseguinte, a construir uma ponte mais segura entre as duas línguas e culturas a partir das diferenças que as tornaram estranhas e, mesmo, incompreensíveis.

Estas três narrativas são, assim, ilustrativas do pensamento de Michael Cronin no respeitante às figuras do viajante-escriptor e do tradutor. As três obras analisadas neste estudo partilham um ponto de partida comum: o da viagem. Sem ela, os

relatos dos viajantes não teriam sido possíveis. Por seu turno, a intenção subjacente a qualquer tradução é fazer o 'original' viajar para outras terras. Quanto mais um texto viajar, mais ele adquire direitos de cidadania por todo o mundo e mais fertiliza a criação de novos 'originais'. A viagem é, assim, um motor fundamental de exercícios linguísticos e literários, assumindo uma importância acrescida no trabalho do viajante escritor e do tradutor. Se a contemplação de parcelas não familiares do mundo ofereceu matéria para os autores destes escritos, inspirados pelas imagens de alteridade, convocarem a memória literária dos seus países (como acontece no caso dos Bullar), testemunharem o peso de influências culturais externas, como encontramos no relato de Silas Weston, ou adestrarem a sua veia humorística, como se verifica no livro de Mark Twain, a tradução dos relatos destes viajantes levou mais longe a movimentação das linguagens, transportando informações científicas, imagens poéticas, ironias e humor.

Redigidos a partir de uma geografia e língua estranhas com destino a uma geografia e língua familiares, os relatos de viagens mostram os diversos matizes dos encontros pluriculturais e revelam as semelhanças entre as figuras do autor e do tradutor enquanto mediadores culturais. Ambos se movem entre línguas e culturas, põem-nos em contacto com o desconhecido, procuram traduzi-lo em termos que permitam à comunidade de chegada compreendê-lo e contribuem para o conhecimento recíproco dos povos. Lidos a esta distância temporal, os relatos aqui recordados mantêm um interesse que não envelhece nem sob o efeito do tempo, nem por acção da tradução. Pelo contrário, comprovam como a pluralidade de vozes enriquece a nossa experiência de literacia e nos ajuda a actualizar o conhecimento de épocas passadas. Por último, sai também consolidada uma visão do tradutor como figura próxima do autor.

## **Bibliografia**

- Bullar, Henry and Joseph. *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*. Tradução de João Hickling Anglin, introdução de Armando Côrtes-Rodrigues. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001 [1949].
- *A Winter in the Azores, and a Summer at the Baths of the Furnas*. London: John Van Voorst, 1841.
- Calado, Kathleen Mundell de. "Prescription, description: a doctor-invalid and his brother explore the Azores." *Actas IX Encontro AEAA*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988. 69-78.

- Cronin, Michael. *Across the Lines: Travel, Language, Translation*. Cork: Cork University Press, 2000.
- Riley, Carlos Guilherme, Leonor Sampaio da Silva e Ricardo Manuel Madruga da Costa. *Um observador observado. Edição comentada e traduzida da obra de Silas Weston, Visit to a Volcano or What I Saw at the Western Islands*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2013.
- Twain, Mark. *The Innocents Abroad or the New Pilgrims Progress*. New York: Signet Classics / Penguin Putnam, 1980 [1869].
- *A Viagem dos Inocentes ou a Nova Rota dos Peregrinos*. Tradução de Margarida Vale do Gato. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.



## “METHODS OF BARBARISM”: A GUERRA ANGLO-BÓERE NA IMPRENSA PERIÓDICA PORTUGUESA<sup>1</sup>

Teresa Pereira  
CETAPS

Na passagem do primeiro centenário do início da Grande Guerra (1914-1918), não podemos deixar de referir o conflito armado (1899-1902), travado entre Inglaterra e as Repúblicas sul-africanas, que anunciou, em certa medida, o inevitável declínio económico, político e militar (que se faria sentir, mais acentuadamente, ao longo das primeiras décadas do século XX) da “pérfida Albion”. A segunda guerra anglo-bóere, responsável pela humilhação, no plano internacional, da Inglaterra, é de especial interesse pelo papel fundamental que Portugal teve no seu desenrolar.

De entre o extenso conjunto de obras publicadas a respeito da participação portuguesa no conflito nascido das dissidências entre ingleses e bóeres, destacamos as seguintes: *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)* (1998), de Fernando Costa; *A África do Sul: da Guerra Anglo-Bóer aos Nossos Dias* (1996), de Hermínio da Conceição Esteves; e, ainda, “Portugal e a Guerra Anglo-Boer” (2002), de Pedro Lains e Fernando Carlos das Dores. Neste agregado multiforme de textos, de que apenas mencionámos escassos exemplos, verificámos a inexistência de estudos dedicados à análise dos artigos da imprensa periódica portuguesa (publicados no espaço de tempo compreendido entre 1901 e Maio de 1902) referentes à política de terra queimada e aos campos de concentração, técnicas utilizadas pelos militares britânicos, na África

---

<sup>1</sup> Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

austral, para conter a guerra de guerrilha dos bóeres. A presente comunicação visa, assim, colmatar essa lacuna (mediante a breve análise de textos jornalísticos) existente na área do saber dedicada a examinar as relações político-diplomáticas luso-britânicas.

Através do recurso aos pressupostos metodológicos adoptados pelos Estudos Anglo-Portugueses, área de investigação que tem em vista analisar as tensões resultantes do encontro entre o “Eu” e o “Outro”, pretendemos debruçar-nos sobre um grupo de artigos publicados em dois dos jornais de maior circulação na época: *O Popular* e *Vanguarda*.

Convém, desde o início, mencionar que, em consequência da grave crise económica que havia desabado sobre o país após o *Ultimatum* de 1890, conjuntamente com a possibilidade da repartição do império colonial português entre Inglaterra e Alemanha (Costa, 1995: 71-90), Portugal procurou, por meio de Luís Maria Pinto de Soveral (1855-1922), Marquês de Soveral, e do Rei D. Carlos I (1863-1908), à custa das Repúblicas bóeres, reavivar as relações entre as casas reais portuguesa e britânica. Às vicissitudes da velha aliança sobrepôs-se a necessidade de “manter a ligação política com Londres como meio de dispor de um aliado no tabuleiro europeu e internacional (...), por não haver para Portugal outra alternativa no xadrez diplomático do tempo” (Serrão, 1995:282).

A estratégia de reaproximação à Inglaterra, combinada com o ódio nacional aos bretões, debilitou, em larga medida, a Monarquia portuguesa. No decorrer do último decénio de Oitocentos, e nos anos que antecederam a implantação da Primeira República (1910), o Rei viu-se promovido “a símbolo da falta de vigor patriótico, a uma espécie de anti-Camões” (Ramos, 2001: 89). Capitalizando o fervoroso patriotismo que inundou o país na Primavera de 1890, os partidos monárquicos Regenerador e Progressista, por um lado, e a emergente cultura republicana, por outro, iriam atacar indiscriminadamente o Monarca.

A intrincada situação que caracterizou, no leito da sua morte, a Monarquia Constitucional, aliada ao descontentamento generalizado, foi responsável por uma crescente politização da imprensa. Desta forma, muito à semelhança de grande parte dos jornais publicados em Portugal no pós *Ultimatum*, ambos os diários aqui em estudo estavam “alinhados partidariamente” (Ramos, 2001:54). De facto, *O Popular* (cujo director era Mariano

Cirilo de Carvalho<sup>2</sup>) e o *Vanguarda* (dirigido por Sebastião de Magalhães Lima<sup>3</sup>) manifestam, respectivamente, tendências progressistas e republicanas.

Por outro lado, às manifestações marcadamente anti-britânicas e às críticas à família real portuguesa, avidamente alimentadas pelos jornais lusos, seguiu-se um progressivo aumento da repressão sobre a imprensa. O Decreto de 29 de Março de 1890, ao qual se viria a juntar a Lei de 13 de Fevereiro de 1896, não só restringiu violentamente a liberdade desfrutada pela imprensa ao longo do constitucionalismo, como levou ainda à apreensão, em diversas ocasiões, dos diários sob análise (Tengarrinha, 1985:247-255). Consequentemente, importa reconhecer que os textos jornalísticos dedicados ao tema em questão se encontram condicionados pela censura, mecanismo utilizado ao largo dos últimos anos da Monarquia.

O discurso adoptado pela imprensa periódica portuguesa, ao longo da última fase da guerra anglo-bôere, relativo à actuação britânica na África do Sul, reflecte, então, o imaginário colectivo de um povo humilhado pela sua pequenez política, económica e militar, face à prepotência vitoriana e, posteriormente, eduardiana. No entanto, como pretendemos provar, as imagens do “Outro” bretão em *O Popular* (afecto ao regime monárquico) são invariavelmente distintas das representações veiculadas no diário *Vanguarda*, de orientação republicana. Com efeito, o presente estudo visa expor por que meios os periódicos sob exame, ao relatarem o mesmo acontecimento, no mesmo contexto histórico-social, produziram narrativas substancialmente diferentes, o que se justifica, como teremos ocasião de demonstrar, pelo panorama político no qual se inserem e pelo(s) horizonte(s) de expectativa(s) do(s) leitor(es) a que se dirigem.

---

<sup>2</sup> Professor de matemática, deputado, ministro e jornalista, Mariano Cirilo de Carvalho nasceu em 25 de Junho de 1836. Militante progressista, Mariano de Carvalho deu início, em 1864, à sua carreira jornalística, tendo, mais tarde, fundado, entre outros jornais, *O Popular* (sucessor do *Diário Popular*). Ocupou o cargo de ministro pela primeira vez em 1886, encarregando-se da pasta da Fazenda, no gabinete presidido por José Luciano de Castro (1834-1914). Mariano de Carvalho acabaria por falecer em 19 de Outubro de 1905.

<sup>3</sup> Sebastião de Magalhães Lima (1851-1928), jornalista e escritor, nasceu no Rio de Janeiro. Ao vir para Portugal, com apenas 6 anos de idade, ingressou no colégio alemão, acabando, em 1870, por se matricular na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Ao mesmo tempo que frequentava o curso jurídico, publicou diversas obras e colaborou em vários jornais políticos e literários. Em 1875 concluiu a sua formatura e deu início, ainda em Coimbra, à sua carreira de advogado. Já em Lisboa, Magalhães Lima, de clara orientação republicana, fundou, conjuntamente com outros republicanos, o *Século*. Acabaria por dirigir o diário *Vanguarda*.

Neste contexto, recordemos os Estudos de Imagem. A imagologia, linha de investigação que conheceu grande difusão a partir da década de 70, tendo chegado, nessa altura, a Portugal, propõe ao investigador o exercício hermenêutico de pensar a estranheza decorrente do encontro com o “Outro” (Simões, 2011:10-18). Divulgados, no quadro luso, por Daniel-Henri Pageaux e Álvaro Manuel Machado, nas obras *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura* (1981) e *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura* (2001), e por Eduardo Lourenço, com a publicação de *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português* (1978), os Estudos de Imagem postulam a necessidade de questionar os auto e hetero-imagotipos resultantes da tumultuosa relação entre o “Eu” e o “Outro”.

Domínio da Literatura Comparada, a *imagologie*, ao (re)interpretar estereótipos, mitos, emblemas, símbolos e alegorias, denuncia ansiedades de ordem político-cultural. Não será então de espantar que a representação da alteridade, produzida em determinado enquadramento histórico e social, espelhe, por um lado, a opinião pública e o horizonte de expectativas do público-alvo, e, por outro, construa uma imagem do próprio “Eu”:

é impossível evitar que a imagem do Outro ... não surja ... também como negação do Outro, o complemento, o prolongamento do meu próprio corpo ou do meu próprio espaço. Queremos dizer “o Outro” ... e, ao dizer “o Outro”, negámo-lo e dizemo-nos a nós próprios. De certo modo, dizemos também o mundo que nos rodeia, dizemos o lugar de onde partiu o “olhar”, o juízo sobre o Outro: a imagem do Outro revela as relações que estabelecemos entre o mundo ... e eu próprio (Machado e Pageaux, 2001:53).

O discurso a respeito do estrangeiro é, deste modo, uma complexa relação de forças entre um sistema de partida e um sistema de chegada, devendo, como tal, ser sujeito a um processo de desconstrução:

one of the things we can do ... is to analyze the properties, rules, and modes of functioning of systems of representation, with a view to uncovering their assumptions, describing their origins, and above all unmasking the processes whereby those origins are concealed in the interests of parading the human choices and conventions on which they are based as not human choices and conventions at all but as if they were natural, permanent, and unalterable made to the specifications of eternity (Prendergast, 2000:9).

Os artigos seleccionados, publicados nos diários *O Popular* e *Vanguarda*, aquando da fase final da guerra anglo-bóere, representam um exemplo paradigmático das tensões nascidas do profundo golpe infligido, em 1890, no imaginário colectivo português, pela Inglaterra. A natureza ideológica dos textos em apreço subentende, como tal, a sua (re)leitura à luz dos pressupostos dos Estudos de Imagem.

Por todos estes motivos, não nos poderíamos, de modo algum, alhear da recepção lusa de tão marcante episódio da história colonial da Inglaterra. A divulgação, no quadro internacional, do conteúdo de *Report of a Visit to the Camps of Women and Children in the Cape and Orange River Colonies* (1901), escrito por Emily Hobhouse<sup>4</sup>, provocaria, junto da comunidade pró-bóere (na qual se incluem grande parte dos intelectuais portugueses das últimas décadas de Oitocentos e inícios de Novecentos), ondas de descontentamento generalizado. Desta forma, o acolhimento, na imprensa periódica portuguesa, das práticas de Kitchener<sup>5</sup> no sul de África – descritas pelo liberal

---

<sup>4</sup> Emily Hobhouse nasceu em 9 de Abril de 1860, tendo-se dedicado, numa fase inicial da sua vida, a cuidar da frágil saúde do seu pai. Em 1895, Emily viajou até Minnesota, nos Estados Unidos da América, local onde se viria a demonstrar uma notável filantropia. De regresso a Inglaterra, Miss Hobhouse foi convidada, após o início da guerra sul-africana, para presidir ao *South African Conciliation Committee*. Posteriormente, ao aperceber-se das dificuldades das mulheres e crianças bóeres (desalojadas pela indiscriminada destruição de quintas na África austral), Emily não só criou o *South African Women and Children's Distress Fund*, como viajou até aos campos de concentração britânicos do antigo Estado Livre de Orange e do Transval. Confrontada com a incapacidade dos campos em satisfazer as mais básicas necessidades de cerca de 30 000 refugiados, Emily fez questão de divulgar o relatório resultante das suas viagens junto dos líderes do Partido Liberal. A celeuma provocada, a nível internacional, pelo relato de Emily, levaria a comissão de Mrs Millicent Fawcett (1847-1929) a visitar os campos de concentração ao longo da segunda metade do ano de 1901. Antes da sua morte, no dia 8 de Junho de 1926, Emily redigiu ainda o livro *The Brunt of War and Where it Fell* (1902).

<sup>5</sup> Horatio Herbert Kitchener, nascido em 24 de Junho de 1850, desempenhou um papel preponderante no desenrolar da guerra anglo-bóere. Em consequência das sucessivas derrotas dos militares britânicos face aos combatentes sul-africanos, Kitchener foi enviado, em 18 de Dezembro de 1899, para Gibraltar, onde lhe foi atribuído o posto de chefe de pessoal. Tendo, em Novembro de 1900, sido nomeado comandante supremo, Kitchener, confrontado com a cada vez mais intensa guerra de guerrilha dos bóeres, deparou-se com a necessidade de recorrer à política de terra queimada. Efectivamente, as quintas bóeres, locais de abastecimento para os guerrilheiros, foram dizimadas pelas tropas inglesas. A escassez de alimentos, resultante das tácticas aplicadas por Kitchener (profundamente criticadas pela opinião pública inglesa pró bóere e, de um modo geral, por toda a Europa), levou à criação de campos de concentração, inicialmente descritos como campos de refugiados. Tendo em vista albergar as mulheres e crianças desamparadas pela guerra, os campos rapidamente se tornaram um meio propício

Sir Henry Campbell-Bannerman (1836-1908), no seu ressonante discurso em Holborn Restaurant, como “methods of barbarism” (Wilson, 1901:349) –, revela-se do maior interesse.

Para uma melhor esquematização dos artigos tratados, optámos por dividi-los em duas áreas temáticas consideradas fundamentais. A primeira centrar-se-á no contraste, verificável nas narrativas produzidas pelos diários sob exame, entre a hospitalidade portuguesa para com os refugiados bóeres que haviam, ao longo da primeira metade do ano de 1901, chegado a Portugal, e as cruéis práticas dos bretões nas Repúblicas sul-africanas. Já a segunda diz respeito à dicotómica relação estabelecida, tanto em *O Popular* como na *Vanguarda*, entre Kitchener e as principais figuras da resistência bóere: Paul Kruger<sup>6</sup> e Christiaan De Wet<sup>7</sup>.

Iniciemos o nosso estudo com a observação da dualidade bipolarizada entre o caloroso acolhimento português das populações bóeres e a barbárie inglesa na África do Sul. Ora, verifica-se, em ambos os jornais, a existência de longas descrições destinadas a relatar a chegada dos refugiados bóeres, vindos de Lourenço Marques, a bordo dos navios *Benguela*, *Zaire* e *Afonso de Albuquerque* (Ferreira, 2000: 52-62). De facto, *O Popular* dedica-se (ao longo de um período de tempo superior a dois meses) a narrar aos seus leitores os pormenores da recepção lusa dos bóeres, salientando a generosidade portuguesa. A este propósito, leia-se o seguinte passo: “os principaes refugiados

---

à propagação de doenças. Herbert Kitchener acabaria por perecer, em 5 de Junho de 1916, no misterioso naufrágio do navio *Hampshire*.

<sup>6</sup> Paul Kruger (1825-1904), presidente da *Zuid-Afrikaanse Republiek*, nasceu em Bulhoek. Kruger deu início, ainda em adolescente, à sua carreira militar, tendo, mais tarde, demonstrado grande interesse pela política. O futuro presidente seria responsável, em 1855, por redigir, conjuntamente com outros transvalianos, a constituição do Transval. Na sequência da anexação, em 1877, da República sul-africana pela Grã-Bretanha, Kruger liderou, em 1880, a rebelião contra a presença inglesa na África austral. No entanto, as tensões entre bóeres e ingleses acabaram por dar origem, a 11 de Outubro de 1899, à segunda guerra anglo-bóere. Com a assistência da Holanda, Kruger, na esperança de mobilizar as potências europeias para a causa sul-africana, viajou até à Europa, onde passaria os últimos dias da sua vida.

<sup>7</sup> Nascido em Leeuwkop, no Estado Livre de Orange, Christiaan Rudolf De Wet (1854-1922) combateu, aos vinte e sete anos de idade, na primeira guerra anglo-bóere (1880). Dezanove anos volvidos, em 2 de Outubro de 1899, De Wet, conjuntamente com três dos seus dezasseis filhos, alistou-se como voluntário no segundo conflito armado entre as Repúblicas sul-africanas e a Inglaterra. Seria apenas entre Março e Abril de 1900 que o nome do comandante bóere se tornaria conhecido pelo recurso à guerra de guerrilha. Em Julho de 1902, De Wet, tendo partido para a Europa para angariar fundos para as viúvas e órfãos empobrecidos pela guerra da África austral, empreendeu a tarefa de redigir as suas memórias. O resultado, *Three Years' War* (1902), conheceria uma profunda difusão.

boers apresentaram uma mensagem ao sr. governador geral de Moçambique, agradecendo a hospitalidade que tinham recebido, e a benevolencia com que foram tratados pelas autoridades portuguesas” (Anónimo, 1901, n.º 1705:1).

De modo semelhante, também *Vanguarda* se debruça sobre a entrada dos “valentes heroes das republicas sul-africanas” (Anónimo, 1901, n.º 1587:2) em Portugal. Recorde-se que, aquando da sua chegada, grande parte dos bóeres, fragilizados pelas mazelas resultantes da guerra e da árdua viagem marítima até Portugal, foram enviados para diversas instalações hospitalares. Neste contexto, a edição de 30 de Março de 1901 não se abstém de exaltar as excepcionais condições do Hospital da Estrela:

Representando a *Vanguarda* e o *Portuguez* de Lorenzo Marques, o nosso collega Andrade Neves dirigiu-se ao hospital militar da Estrella, onde, tendo amavel auctorisação do digno director, sr. dr. Carlos Moniz Tavares, poude visitar os boers recolhidos n’aquelle estabelecimento. ... Nas barracas hospitaes da rua de Santo Antonio á Estrella está a maioria dos doentes, alguns d’elles bastante abatidos, com dysenteria e febres. De todos os que ali se encontram, só um, Meindert Pos, vimos de pé. ... Este boer acompanhou-nos á visita ás camaratas, onde estão excellentemente alojados os seus companheiros doentes, aos quaes, na ocasião se distribuia o jantar, que era abundante e bom (Anónimo, 1901, n.º 1579:1).

Como contraponto, as imagens edificadas a respeito da nação britânica chocam com as representações, previamente estudadas, de Portugal. O exame de *O Popular*, diário de orientação monárquica, revela-se, porém, de especial interesse pela sua posição algo contraditória. As discrepâncias do jornal progressista denunciam, entre outros aspectos, as quezílias políticas de finais do século XIX e inícios do XX. Com efeito, a política, encetada pelo Monarca D. Carlos I, de aproximação à casa real inglesa, aliada à crescente censura da imprensa, forçou os jornais afectos ao regime monárquico (e, até, em determinadas ocasiões, os periódicos e diários nascidos das camadas republicanas) a negar o sentimento de filia, dominante na opinião pública portuguesa, nutrido para com os bóeres. Assim sendo, se *O Popular* começa por acusar “o barbaro proceder dos inglezes” (Anónimo, 1901, n.º 1699:1), depressa acaba por justificar os campos de refugiados e, até, a própria guerra. O excerto abaixo transcrito evidencia a posição do diário:



Manifestamente a Inglaterra tem razões de ordem superior para não conceder às duas repúblicas sul-africanas do Transwaal e do Orange a autonomia política que desejam os derradeiros defensores das duas republicas. Razões de prestígio e mais que isso razões de segurança do seu imperio na Africa, por quanto a dura lição da historia lhe demonstra que não poderá nunca contar com futuro tranquillo em quanto existir a independencia dos boers, aos quaes ella pelo menos duas vezes a concedeu (Anónimo, 1901, n.º 1828:1).

Em sintonia com a sua defesa dos interesses ingleses, o jornal em apreço enfatiza, em detrimento dos prisioneiros bóeres, o aprisionamento de militares britânicos. A este propósito, atente-se no relato das reacções, na Câmara dos Comuns e na Câmara dos Lordes, em Londres, à notícia da captura de *Lord Methuen*:

O sr. Broderick, secretario de Estado da guerra, fez grandes elogios ao general lord Methuen, elogios que a camara cobriu de applausos.... Lord Raglan, secretario parlamentar do ministerio da guerra, leu os telegrammas do generalissimo lord Kitchener. Lord Roberts disse que espera que a camara participara do seu desgosto pela desgraça acontecida ao lord Methuen, e se absterá de qualquer critica hostil até saber se quem é responsavel da derrota soffrida. O marquez de Salysbury declarou estar seguro de que o general lord Methuen procedeu o melhor que pôde (Anónimo, 1901, n.º 2078:1).

O diário *Vanguarda*, por seu turno, afasta-se do discurso adoptado por *O Popular*. Se é certo que a imprensa periódica republicana era o principal mecanismo, por um lado, para a difusão, no rescaldo do *Ultimatum*, do espírito anti-britânico, e, por outro, para o escoamento das notícias de carácter sensacionalista, o jornal em questão empreendeu uma cruzada contra a “barbarie das tropas inglezas” (Anónimo, 1901, n.º 1672:2). Acompanhamos, desta forma, ao longo das narrativas publicadas no *Vanguarda*, a denúncia da devastação provocada pelas tácticas militares de Kitchener:

Uma affirmativa interessante é ... a do soldado Tom Milloy, da 47.º companhia de Jeomanry (Ayshire), que, a 5 de maio escreve de Senekal: ‘Fizemos uma bem boa partida em Reitz: Queimámos a aldeia, de maneira que ninguem a poderá reconhecer. Fizemos em pedaços os fogões, as caçarolas e todas as mobílias. Parece-me que os pianos é que ficaram de peor partido, voltavamol-os

de baixo para cima, partiamos os teclados e atiravamol-os pelas janellas fóra'. Estupido e barbaro vandalismo!" (Anónimo, 1901, n.º 1662:1).

Já após a divulgação do conteúdo do relatório de Emily Hobhouse, sucedem-se descrições detalhadas das atrocidades cometidas nos campos de concentração da África austral. O diário, tendo em vista sensibilizar o público, explora a dimensão humana ao estampar nas suas páginas não só chocantes imagens de crianças subnutridas (Anónimo, 1901, n.º 1775:1), mas também a correspondência dos prisioneiros bóeres:

Um pobre prisioneiro boer, que se encontra no *campo de concentração* do Showyard, escreve ao jornal *The New Age*, de Londres, uma carta, que vemos transcripta no *Temps* e de que extractamos as seguintes notas: 'Esse campo de concentração não tem mais do que 300 passos de comprimento por 200 de largo, e em tão restricta area estão accumuladas 400 pessoas: homens, mulheres e creanças, que vivem em barracas, sem nenhum conforto. As reclamações do medico não são attendidas. Se alguém se queixa é posto a meia ração e ás mães dá-se-lhes o castigo de lhes tirarem os filhos, que são levados para outros *campos de concentração*, onde perecem á mingua de amparo'. Como isto é vergonhoso e repellente! (Anónimo, 1901, n.º 1752:2).

Podemos, portanto, afirmar que a dicotómica relação estabelecida, por *O Popular* e *Vanguarda*, entre a hospitalidade portuguesa e a barbárie inglesa revela uma valorização, em certa medida implícita, do carácter português face aos reprováveis actos britânicos. No entanto, o jornal progressista, claramente ambíguo nas suas referências a Inglaterra, abstém-se de criticar, de modo mais árduo, a política bretã, espelhando, antes, a posição oficial da Coroa lusa.

Passemos, agora, ao segundo conjunto de artigos seleccionados. As imagens produzidas pelos diários portugueses de Kitchener (e dos restantes oficiais ingleses), Kruger e De Wet, são representativas, em larga medida, da profunda clivagem, postulada por *O Popular* e o *Vanguarda*, entre ingleses e bóeres.

Neste quadro, saliente-se, uma vez mais, a ambivalência do diário progressista. Leiam-se, como tal, as estrofes publicadas, em Janeiro de 1901, em *O Popular*:

Honra, porém, a ti, egrégia Hollanda! / de genio vasto e sério, /  
que deste a mão á gente miseranda / d'esse Transwaal no horrendo

cemitério.../ e unica só – com um desdem profundo –/ defendes o oprimido contra o mundo,/ Christo contra Tibério./ Kruger, és da legião dos D. Quixótes./ O’ triste Ancião!... a marca dos galeótes/ gráva na Europa indigna, com labéo!.../ A Europa é vil ribalta â luz rampa. Bates, ó Velho! ás portas de uma campa./ A Consciencia morreu (Pimentel, 1901, n.º 1667:1).

A apologia do povo de Kruger entra em conflito com as posteriores referências a De Wet e aos guerrilheiros bóeres:

O coronel Garret atacou em 25 do mez passado uns 50 boers na confluencia dos rios Wilge e Liewespruits, quando [os] 100 homens do «commando» de Wessels, atacando de improviso a cavallaria ingleza, a forçou a retirar-se; 70 guardas do «commandante» Dewel carregaram sobre a cavallaria ingleza para se apoderar do canhão que esta levava, mas foram repellidos, e o «commandante» Dewet fugiu com 6 homens para as bandas de Lichenbergoler (Anónimo, 1901, n.º 2043:2).

Convém, a este propósito, recordar a anexação britânica, em 28 de Maio de 1900, do Estado Livre de Orange, e, em 25 de Outubro do mesmo ano, do Transval, responsável por reduzir os soldados e oficiais bóeres a meros rebeldes. Assim sendo, a utilização, por parte dos articulistas, de aspas para mencionar os postos militares ocupados pelos combatentes bóeres desmascara uma óbvia desvalorização do prestígio dos guerreiros sul-africanos, e, subsequentemente, a aceitação, por parte de *O Popular*, dos ditames da “pérfida Albion”.

O diário dirigido por Sebastião de Magalhães Lima, por sua vez, manifesta o seu desdém pelos ingleses ao ridicularizar os insucessos militares das tropas bretãs e, consequentemente, de Kitchener:

As ultimas medidas tomadas pela Inglaterra, para terminar uma campanha que ameaça prolongar-se indefinidamente, sobre-saltaram toda a Europa. Não porque a Europa sinta commover-se perante o espectáculo de chacaes que vão oferecer, não tardará muito, os campos da Africa do sul. Não. E’ que a Europa esperava da Inglaterra um triumpho formal pelas armas, depois que esta mandou ali um tão poderoso exercito armado ate aos dentes com os elementos mais aperfeiçoados da arte guerreira, e os generaes de mais brilhantes e heroicos feitos de armas. Nada faltou ao exercito inglez: homens, dinheiro, machinas de guerra, bons vestidos e rancho inimitavel. Tudo fracassou perante um punhado de heroes, que não fizeram mais que jurar viver livres ou succumbir

até ao ultimo! ... Encararam impassíveis o morticínio nos campos de reconcentração!... Não pestanejaram ao verem arder as suas casas, as suas quintas e os vastos campos cultivados á custa de immenso e duro trabalho! E agora, para suprema admiração do mundo, riem ao ver o bando de lord Kitchener, imagem viva do desespero de uma nação perdida!... (Tarik., 1901, n.º 1719:1).

Já as descrições, produzidas pelos colaboradores de *Vanguarda*, a respeito de De Wet são profundamente distintas das menções ao general Kitchener. O comandante bóere, mitificado nos longos artigos que lhe são dedicados, é transformado, pelos escritores republicanos, num símbolo da luta entre a República e a Monarquia:

Tem-se falado muito do homem «phantasma» sem que até hoje se soubesse com toda a exactidão o que é e o que tem feito o valente caudilho orangista. De Wet é o capitão de guerra do século presente.... O seu nome será immortal!.... As gerações futuras tecer-lhe-hão hymnos de gloria e qualquer povo da terra apontará o benemerito republicano como symbolo de perseverança e de redempção dos opprimidos!.... De Wet offusca n'estes momentos os triumphos d'um Cid e as glorias dos Cesares! Sim, porque De Wet não é o capitão das legiões immensas, d'essas legiões numerosas que cobriam o solo das nações e deixavam os campinas taladas, negras, sómente ao contacto da sua passagem. O nome de De Wet é já hoje symbolo de respeito, veneração, exemplo e terror dos seus inimigos. Inimigos?.... «Cá!» De Wet não tem inimigos na mesma Albion.... Admiradores, digamos assim, em toda a plenitude da palavra! De Wet, hoje em dia para os inglezes significa o «velho de ouro» dos tempos homericos.... Conquistar e possuir o «homem-sombra» seria a maior gloria dos fleugmaticos filhos do norte.... Seria, emfim, a entrada triumphal na sua verdadeira Pretoria! (Tarik., 1902, n.º 1860:1)

O discurso adoptado por *Vanguarda* revela a intenção do diário de mobilizar a opinião pública portuguesa para a causa republicana. Procurando capitalizar o descontentamento da população lusa, agravado pelo *Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890, *Vanguarda* critica arduamente a política externa dos governos portugueses. A atitude do diário face a Kitchener e a De Wet justifica-se, assim, pela tentativa republicana de atacar vigorosamente a cooperação da casa real portuguesa com a Inglaterra, equiparando, simultaneamente, os valores republicanos à imagem (correspondente ao arquétipo do herói grego) que constrói do comandante orangino.

Tendo como objectivo primordial escrutinar, através do estudo dos diários *O Popular* e *Vanguarda*, entre 1901 e 1902, os textos nascidos do encontro entre o “Eu” português e o “Outro” britânico, podemos depreender que um evento histórico, noticiado, no mesmo espaço de tempo, em dois jornais distintos, é alvo de um processo de mediação. Deste modo, o discurso adoptado por *O Popular* e por *Vanguarda* é moldado pelas circunstâncias históricas das quais é fruto. A utilização de adjetivos, advérbios e, ainda, sinais de pontuação nas descrições do “Outro”, abarca uma série de implicações político-sociais que não podem, de modo algum, ser ignoradas. Efectivamente, como já tivemos ocasião de referir, as descrições, elaboradas por *O Popular*, das tácticas militares bretãs adoptadas na guerra sul-africana são substancialmente diferentes dos relatos sensacionalistas de *Vanguarda*. Assim, se o jornal progressista espelha, em certa medida, o desejo da casa real de Bragança de reatar a aliança anglo-portuguesa – postulando, como tal, uma representação positiva dos ingleses –, o diário de Magalhães Lima procura manter vivo, no imaginário luso, o espírito anti-britânico. Neste âmbito, deverão ainda ser tomados em consideração os diferentes horizontes de expectativa do(s) leitor(es) dos jornais analisados:

O estudo da expansão de uma obra, de um escritor para lá dos limites da sua área cultural de origem, passa obrigatoriamente por uma avaliação ... do país de origem ou país emissor e do país receptor, bem como do público leitor.... A obra estrangeira torna-se em certas fases da história literária, social, cultural de um país um elemento de informação sobre o estrangeiro ..., informação que está, no entanto, condicionada pelos centros de interesse do público letrado, pelas modas intelectuais, pelas correntes ideológicas de momento, pela própria situação política e também, frequentemente, pelas relações entre país emissor e país receptor. Mais ainda: condicionada pela ideia que o público letrado tem da cultura estrangeira visada (Machado e Pageaux, 2001:73-74).

Também as concepções foucaultianas de discurso e poder, abordadas em diversos momentos das obras do historiador francês, afiguram-se, a par das directrizes metodológicas propostas pela imagética literária, fundamentais. Para Michel Foucault somente através da análise discursiva pode a verdade ser entendida tanto como o produto de um determinado contexto histórico, como dos modos de controlo social. O discurso, indissociável do conceito de poder – ferramenta dispersa e institucionalizada

na sociedade, não estando, como tal, subjugada a uma única entidade ou a uma minoria privilegiada –, transmuta-se, assim, num eficiente mecanismo através do qual a verdade é produzida e o poder difundido:

in any society, there are manifold relations of power which permeate, characterise and constitute the social body, and these relations of power cannot themselves be established, consolidated nor implemented without the production, accumulation, circulation and functioning of a discourse. There can be no possible exercise of power without a certain economy of discourses of truth which operates through and on the basis of this association. We are subjected to the production of truth through power and we cannot exercise power except through the production of truth (Foucault, 1977:93).

Perante este cenário, a observação do imaginário português, entre 1901 e 1902, subentende a compreensão da conjuntura histórica em que se insere o acolhimento, na imprensa periódica portuguesa, das notícias relativas à dizimação de quintas e aos campos de concentração da África do Sul. Assim, o tipo de discurso adoptado pelos diários estudados, ao invés de transmitir uma imagem fidedigna dos ingleses, prima, antes, por edificar representações (sem total ou, até, qualquer correspondência à realidade) da Grã-Bretanha. Desta forma, os textos em apreço são um artefacto cultural indissociável da época histórica em que foram produzidos e publicados. As profundas discrepâncias entre as descrições das políticas de Kitchener justificam-se, então, pela tentativa dos jornais acima analisados de veicular imagens – de filia (no plano monárquico) e de fobia (no contexto republicano) – da Inglaterra que persuadam os leitores a aderirem às suas agendas domésticas.

## OBRAS CITADAS

### I) Fontes Primárias

- “A Guerra”. *O Popular*. Nº 1828. 1901: 1.  
“Ingleses e Boers: o Aprisionamento de Lord Methuen”. *O Popular*. Nº 2078. 1901: 1.  
“Ingleses e Boers”. *O Popular*. Nº 1699. 1901: 1.  
“Ingleses e Boers”. *O Popular*. Nº 2043. 1901: 2.  
“Os Boers: Visita ao Hospital da Estrella – o Estado dos Doentes”. *Vanguarda*. Nº 1579. 1901: 1.

“Os Refugiados Boers”. *O Popular*. Nº 1705. 1901: 1.  
 Pimentel, Alberto. “Fazer Colhéres”. *O Popular*. Nº 1667. 1901: 1.  
 Tarik. “De Wett Atinge a Epopeia!”. *Vanguarda*. Nº 1860. 1902: 1.  
 --- “O Fracasso Inglês”. *Vanguarda*. Nº 1719. 1901: 1.  
 “Transvaal: as Granjas Incendiadas”. *Vanguarda*. Nº 1662. 1901: 1.  
 “Transvaal: uma Conferencia de Adriano Dewet”. *Vanguarda*. Nº 1672. 1901: 1.  
 “Transvaal: Vergonhas”. *Vanguarda*. Nº 1752. 1901: 2.  
 “Uma Victima da Guerra do Transvaal”. *Vanguarda*. Nº 1755. 1901: 1

## II) Fontes Secundárias

Costa, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.  
 De Kock, W. J. *Dictionary of South African Biography*. Vl. I. Cape Town: Nasionale Boekhandel Beperk, 1968. 444-455.  
 De Wet, Christiaan Rudolf. *Three Years' War*. New York: Charles Scribner's Sons, 1902.  
 “Emily Hobhouse”. *Anglo Boer War Museum*. N.p.: Anglo Boer War Museum, 2010. N. pag. Web. 11 Junho 2014. <<http://www.anglo-boer.co.za/>>  
 Esteves, Herminio da Conceição. *A África do Sul: da Guerra Anglo-Bóer aos Nossos Dias*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996.  
 Ferreira, Ockert Jacobus Olivier. *Viva os Boers!: Boeregeïnterneerdes in Portugal Tydens die Anglo-Boeroorlog, 1899-1902*. Pretoria: Protea Boekhuis, 2000.  
 Foucault, Michel. *Histoire de la Sexualité: la Volonté de Savoir*. N. p.: Éditions Gallimard, 1976.  
 --- “Two Lectures”. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*. Ed. Colin Gordon. New York: Pantheon Books, 1980.  
 “General Christiaan Rudolph de Wet”. *Anglo Boer War Museum*. N.p.: Anglo Boer War Museum, 2010. N. pag. Web. 11 Junho 2014. <<http://www.anglo-boer.co.za/>>.  
 Hobhouse, Emily. *Report of a Visit to the Camps of Women and Children in the Cape and Orange River Colonies*. London: Friars Printing Association, 1901.  
 --- *The Brunt of War and Where it Fell*. London: Methuen & Co., 1902.  
 Lains, Pedro e Fernando Carlos das Dores. “Portugal e a Guerra Anglo-Boer”. *Ler História*. Vl. 42. Lisboa: n. p., 2002. 153-174.  
 Lourenço, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.  
 Machado, Álvaro Manuel e Daniel Henri-Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.



- *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- McHoul, Alec e Wendy Grace. *A Foucault Primer: Discourse, Power and the Subject*. N. p.: Melbourne University Press, 1993.
- Prendergast, Christopher. *The Triangle of Representation*. New York: Columbia University Press, 2000.
- Ramos, Rui. *História de Portugal*. Coord. José Mattoso. Vl. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: A Queda da Monarquia (1890-1910)*. Vl. X. Lisboa: Editorial Verbo, 1995.
- Simões, Maria João, coord. *Imagotipos Literários: Processos de (Des) Configuração na Imagologia Literária*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2011.
- Smith, George. *The Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press, 1917-1995.
- Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- Thomas Pakenham. *The Boer War*. London: Abacus, 1979.
- Torres, João Romano, ed. *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: n.p., 1904-1915.
- Wilson, John. C.B.: *A Life of Sir Henry Campbell-Bannerman*. Constable: Book Club Edition, 1973.



## FERNANDO PESSOA E A POLÊMICA CADBURY

Ana Maria Freitas

*IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional)/FCSH/  
UNL*

A faceta interventiva e polémica de Fernando Pessoa é transversal a toda a obra. A necessidade sentida de intervir publicamente, de marcar a sua opinião em questões que considerava importantes assumiu várias formas: a forma de panfleto, por exemplo, como em “Aviso por causa da Moral”, “Sobre um manifesto de estudantes”, “O interregno e as suas consequências” e o texto em que repudia este último opúsculo e critica Salazar, em “A psicose adiantativa”, “A nossa administração colonial” e “Da impossibilidade de ler um livro”, os três últimos títulos destinados aos panfletos “Ibis”, a 50 reis cada um, e ainda a forma ficcional como em “Cartas e Visões” do sr. Pantaleão,<sup>1</sup> ou “Na Farmácia do Evaristo”.<sup>2</sup> Encontramos também a forma de

---

<sup>1</sup> Pantaleão é o nome de uma personalidade literária criada por Fernando Pessoa na altura da “Empresa Íbis, Typographica e Editora”, criada em 1909. Um crítico acérrimo da Monarquia e das Cortes, Pantaleão seria colaborador do jornal “O Phosphoro” e dividiria os seus textos em “Cartas”, dirigidas a um Sr. Smith, e “Visões Políticas”. Seria ainda autor de um texto mais longo, a que era dado o título de “Psicose Adiantativa”, a ser publicado, a 50 reis, como “Panfleto Íbis”, e de um conjunto de versos. São ainda de Pantaleão alguns aforismos, como “Quem não quiser sofrer que se isole. Feche as portas da sua alma quanto possível à luz do convívio”. A Pantaleão era ainda atribuído o papel de editor e prefaciador da obra do monárquico Torcato Mendes da Cunha Rey, autor de outro panfleto com o título “A Nossa Administração Colonial”.

<sup>2</sup> “Na Farmácia do Evaristo” é o título de um texto de Pessoa onde é feita uma análise da política portuguesa na sequência da revolta militar de 18 de Abril de 1925, movimento precursor do 28 de Maio de 1926. Numa tarde de domingo depois do golpe, Evaristo, o dono da farmácia, Mendes, um republicano democrático, o Justino dos coiros, o Canha das Barbas, também republicano, o coronel Bastos e José Gomes, mais

artigos de jornal, como aquele em que defende as sociedades secretas (*Diário de Lisboa*, 4 de Fevereiro de 1935). As cartas abertas foram outro formato frequentemente utilizado, como por exemplo em “Carta a um Monárquico”, em várias cartas aos directores de jornais (*O Imparcial*, *A Capital* e outros) e noutras sobre assuntos tão diversos como o movimento eugénico e o erro dos seus princípios, sobre arte e a compreensão que o povo dela tem, ou sobre a Europa moderna. Muitas destas cartas abertas são em inglês e destinadas, certamente, a um público britânico, leitor desejado destes e doutros textos de que Pessoa é autor. De todos estes textos, só alguns foram efectivamente publicados, outros ficaram em esboço.

O desejo de intervenção pública, que transparece, de igual modo, de vários apontamentos e iniciativas (veja-se a abrangência e os campos de intervenção do projecto *Olisipo*), associado ao desejo de promover Portugal e de o dar a conhecer culturalmente, está ligado ao mandato subjectivo que reivindica como seu, de criador de civilização.

Um texto fragmentado e incompleto do espólio de Fernando Pessoa fornece um curioso exemplo destes dois aspectos: a pulsão interventiva e a atitude de divulgação e defesa da imagem de Portugal na sociedade britânica. A primeira notícia da existência deste texto inédito surgiu da análise de um esquema onde vem mencionado do seguinte modo: “Portugal and Slavery – partly a reply, partly not a reply to Mr.Cadbury and Burt”.<sup>3</sup>

Os nomes citados enviam-nos para uma polémica que explodiu no início do século XX e que pôs em causa a grande empresa inglesa de chocolates Cadbury’s & Company, pela aquisição de cacau à colónia portuguesa de S.Tomé e Príncipe, de onde chegavam notícias da exploração dos trabalhadores das roças.

A questão começou com uma investigação jornalística. Henry Wood Nevinson, repórter da *Harper’s Monthly Magazine* partiu, em 1904, para a África Ocidental, com a missão de recolher informação para uma série de artigos sobre as condições de vida das populações. Viajou por Angola, pelas chamadas “terras da fome”, a área geográfica entre o rio Quanza e o forte de Machico, cerca de 200 milhas para o interior. Partiu depois para S. Tomé e Príncipe, onde observou o funcionamento das roças do cacau.

Em 1905, Nevinson regressou a Inglaterra. O seu primeiro artigo saiu em Agosto, no *Harper’s Monthly Magazine*, e a série continuou mensalmente. No ano seguinte, em 1905, publicou,

---

conhecido por Gomes Pipa, reúnem-se na farmácia para analisarem a situação do país.

<sup>3</sup> BNP, E3, 48D-1.

em livro, uma colectânea desses artigos com o título *A Modern Slavery*.

O que Nevinson descrevia e denunciava com veemência era uma forma de escravatura que continuava, apesar de ter sido oficialmente abolida por Portugal em 1870. No interior angolano, a mão-de-obra necessária ao trabalho nas grandes propriedades e, mais ainda, nas roças de S. Tomé e Príncipe, era recrutada à força, por agentes que tinham por função procurar escravos junto dos chefes das tribos e que arranjavam homens, mulheres e crianças a troco de mercadorias. Transportados em condições desumanas para a costa, muitos morriam pelo caminho.

Chegados à costa, eram levados a assinar um contrato de trabalho por cinco anos em S. Tomé e Príncipe. Este processo de assinatura forçada era realizado com a conivência de um funcionário governamental. O contrato fornecia garantias, como a do regresso ao país de origem passados os cinco anos e a liberdade dos filhos entretanto nascidos. Eram de seguida levados para S. Tomé, de barco e em más condições, e integrados em roças de cacau, de onde nem os trabalhadores, nem a descendência alguma vez saíam. Nevinson descreve pormenorizadamente as caravanas de escravos agrilhoados que se dirigiam para a costa, os castigos de chicote infligidos e fotografa os corpos deixados pelo caminho e as algemas utilizadas. No seu relatório, as conclusões eram as seguintes:

Angola itself was a functioning slave state, with at least half the population in slavery. The price of a male slave in Benguela was about £20, the value of a male or female in S. Tomé about £30. The list of those benefiting was long – the government that charged various duties for each slave, the agents who delivered laborers to the islands, the steamship company Empresa Nacional that shipped them, the doctor who kept them alive, the captain who got them to their destination, and the port that received them. (Satre 8)

As denúncias de Nevinson tiveram grande eco na sociedade britânica da época. Várias associações filantrópicas e anti-esclavagistas, assim como a comunidade Quaker, pressionaram o Parlamento e o governo para que realizasse um inquérito e tomasse uma posição face ao governo português. Após algumas reticências, isso aconteceu. O inquérito às condições de vida dos trabalhadores das roças concluiu que eram bem tratados, mas que o contrato de cinco anos era, na realidade, por toda a vida sem o prometido repatriamento. Pressionado, o governo inglês chamou a atenção de Portugal para estas questões, através

do seu ministro plenipotenciário em Londres, o Marquês de Soveral, amigo de D. Carlos e de Eduardo VII, e houve uma discussão nas Cortes sobre esta questão. A resposta oficial portuguesa negava as acusações, esclarecia que a escravatura não existia nas colónias e que todos os direitos dos trabalhadores estavam protegidos. Note-se que esta posição data de 1906 e que o caso do mapa cor-de-rosa e do ultimato fora em 1890.

Entretanto, as ligações dos fabricantes de chocolates ingleses ao cacau de S. Tomé tornaram-se o centro das atenções. As três grandes marcas de chocolate em Inglaterra eram, à época, a Rowntree, a Fry's e a Cadbury's. Os proprietários de todas estas empresas pertenciam ao movimento protestante Quaker, ou *Society of Friends*, caracterizado por uma filantropia militante e pela defesa de ideais humanistas, tais como o anti-esclavagismo, o pacifismo e a reivindicação de condições justas de trabalho. Tanto a Fry's com a Cadbury's tinham criado pequenas cidades modelo em redor das suas fábricas, onde os trabalhadores ocupavam habitações condignas, havia bibliotecas e salas de reunião e o álcool era proibido.

O filantrópico e bem pensante George Cadbury promovera, tempos antes, uma campanha num dos jornais de que era igualmente proprietário, o *Daily News*, denunciando o governo inglês pelo recrutamento de *coolies* chineses para o trabalho na África do Sul, nomeadamente nas minas, em condições desumanas.

Sob ataque pela hipocrisia das suas posições, a Cadbury's envia o seu próprio investigador, de nome Joseph Burt, a S. Tomé e Príncipe para investigar as condições laborais existentes no cultivo do cacau.

Burt levava cartas de apresentação para os proprietários das roças, que lhe abriram as portas, e esteve nas ilhas seis meses, tendo também visitado a região de Angola percorrida por Nevinson. O seu relatório (1907) confirmava, em parte, as conclusões anteriores, embora suavizasse alguns aspectos, como a convicção expressa por Nevinson de que tinha sido envenenado. Afirmava que a situação em Angola, onde as populações estavam acomodadas à escravatura há gerações, era realmente má, pois os trabalhadores para S. Tomé eram recrutados à força por escravagistas, com o apoio de funcionários governamentais. Concluía ainda que os trabalhadores das roças de S. Tomé eram bem tratados, embora as suas vidas fossem monótonas e sem sentido, a educação religiosa fosse nula e a mortalidade infantil alta.

Cadbury evitou enquanto pôde a divulgação do relatório de Burt, mas as acusações de hipocrisia surgiram nalguns jornais, nomeadamente no *Standard* (26 de Setembro de 1908)

que lembrava a campanha a propósito dos *coolies*. Ao governo inglês não convinham os ataques ao governo português, pois estavam a decorrer negociações com vista ao recrutamento, em Moçambique, dos trabalhadores necessários às minas da África do Sul. Só em 1909 foi formalizado com o governo colonial o tratado que estabeleceu a garantia de mão-de-obra vinda de Moçambique.

Foi também em 1909 que a campanha produziu efeito: a compra de cacau a S. Tomé e Príncipe foi boicotada, e a Cadbury's passou a fornecer-se na Gold Coast, colónia britânica do Golfo da Guiné que em 1957 ganhou a independência e o nome de Ghana. Deste modo, S.Tomé perdeu a primazia do comércio de cacau.

A polémica em torno da África Ocidental portuguesa e do comércio de cacau deu brado na época, dando origem a acusações mútuas entre os dois países, a livros e artigos de jornal, a troca de comunicados entre governos, a relatórios, a movimentações mais ou menos públicas em Portugal e na Grã-Bretanha.

Atento à sociedade britânica e aos seus meios de comunicação, Fernando Pessoa deve ter seguido atentamente todo o processo e reagiu ao que lia sobre Portugal com um texto em inglês, destinado a ser talvez um panfleto ou, mais provavelmente ainda, uma carta aberta a publicar nos jornais ingleses, praça pública onde tudo se disputava.

O texto, fragmentado e incompleto, faz uma defesa das posições portuguesas e aponta os fracos da posição britânica, na sua opinião a hipocrisia e os interesses comerciais. Segundo um apontamento, com o título "The Pretended Slavery in S. Thomé"<sup>4</sup> (A Pretensa Escravatura em S. Tomé), os pontos a focar organizar-se-iam da seguinte forma:

1. "The Pretended Slavery in S. Thomé"
2. Psychology of the Business man Mercantilism.
3. Psychology of Benevolent societies.  
– Why S. Thomé was not defended better. (Societal, etc.)

(BNP, E3, 55D-101)

Uma primeira parte seria dedicada à psicologia do mercantilismo e uma segunda à análise das *Benevolent Societies*

---

<sup>4</sup> BNP, E3, 55D-101.



(Quakers) e seria ainda analisada a razão pela qual S.Tomé não tinha tido a melhor defesa.

Noutro apontamento anota os seguintes aspectos a serem tratados: a psicologia dos ingleses e da sua filantropia, as sociedades filantrópicas e os reformadores (*Reformers*), como por exemplo o *Salvation Army*, assim como a noção conservadora de liberdade dos ingleses, que era facilmente dominável. Acrescenta a anotação que os ingleses são homens práticos, comparáveis administrativamente a Pombal. Este seria decerto um aspecto a desenvolver no texto.

As ideias desenvolvidas por Pessoa são as seguintes: Cadbury and Burt estão parcialmente certos e parcialmente errados. Há casos de escravatura que são representativos, não do carácter português, mas daquilo que está decadente em Portugal. Pessoa associa essa decadência à Monarquia, pelo que imaginar que a escravatura será erradicada durante a sua vigência, pensar que a escravatura nas colónias portuguesas poderá terminar durante o regime é ignorar por completo a situação portuguesa e atrair sobre o povo mais brando, mais doce (a palavra é *mildest*) da Europa o ódio de instituições dedicadas a combater a crueldade e a injustiça. Num sistema não representativo, os crimes da governação não caem sobre o povo, que só pode ser acusado de ignorância e da indulgência própria dos ignorantes. A ignorância do povo, assim como os desastres administrativos, onde a escravatura se pode incluir, têm os mesmos causadores: a Monarquia e a sua *sister-evil*, a irmã no mal, que é a Igreja Católica. Pede por isso ao sr. Cadbury que não se refira à escravatura como uma instituição dos portugueses, mas sim como uma instituição dos homens da Monarquia portuguesa. Segue a transcrição do documento que foca estes aspectos:

S. Thomé

Messrs' C & B [are] partly right and partly wrong. There are cases of slavery now – representation [not] of Portuguese character, but of what is decadent in Portugal. To expect this to end within the monarchy is to ignore entirely the situation of Portugal. To present this as happening in a Portuguese colony without investigating how far the nation is responsible for this – and thus tacitly casting on the mildest people of Europe the odium of an institution indivisibly committed in all upright minds to insure that [they] are not upright with cruelty and injustice.

The crimes of non-representation political systems do not fall upon the people. All that the Portuguese can be accused of is of ignorance and of the indulgence of the ignorant, and the cause of

this maintained ignorance is the same as that of the administration disasters of which that of slavery is a part – the monarchy and its sister-evil the Catholic Church. These are no casual iconoclastic expressions, but the truth, the dark truth, the evil truth and no more.

We do therefore require in justice of Sr Cadbury that he speak no more of slavery as an institution sustained by Portuguese, but by the men of the Portuguese monarchy. (BNP, E3, 55D-98 e 98v.)

A posição de Pessoa em relação à Monarquia e às suas principais figuras é muito crítica, tanto quanto mais tarde será em relação aos governantes e figuras públicas da República. O Marquês de Soveral, diplomata que contribuiu para normalização das relações entre os dois países após o ultimato e membro, como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins, do grupo “Vencidos da Vida”, é descrito como uma “impregnável cidadela de estupidez” e, noutro trecho, é explicado que a palavra “couce”, em inglês simplesmente *kick*, se aplicava, em português, somente aos burros, ao Marquês de Soveral e à Igreja Católica.

O texto ataca o mercantilismo e os interesses comerciais que hipocritamente se escondem sob o aparente humanismo de alguns dos críticos. A campanha é realizada por casas comerciais, facto que a marca de forma decisiva, pois existem interesses escondidos. É necessário analisar três aspectos, continua o texto, para compreender os motivos e o funcionamento das associações filantrópicas implicadas: a psicologia dos ingleses e, em especial, o modo como se relacionam com as outras nações; a psicologia do mercantilismo e, especificamente, do mercantilismo inglês; e, por fim, a especial psicologia do sentimento filantrópico relacionado com estes aspectos. Pessoa coloca a guerra do ópio, entre a Inglaterra e a China, na génese de um determinado tipo de filantropia inglesa, imbuída de um sentimento de superioridade moral em relação aos outros povos, mas que oculta fortes interesses mercantis. Uma campanha tão dirigida e pessoal encobre certamente, continua o autor, sob a capa da filantropia, uma motivação comercial, um mercantilismo sórdido (*a sordid mercantilism*) e um carácter competitivo, sem regras.

Pessoa não nega a existência de maus tratos e abusos, mas coloca a seguinte questão: quanta escravatura, quanta crueldade há no *Dark Continent*, em locais onde os jornalistas e a opinião pública não chegam? E acrescenta que é apesar de tudo preferível ter alimentação e bom tratamento (e isto é uma referência ao que é dito acerca do trabalho nas roças de S. Tomé) do

que ter um ordenado, mas ser morto com trabalho. Penso que esta será uma referência ao tratamento dos *coolies* nas minas da África do Sul. Uma sociedade hipócrita, acrescenta Pessoa, considera que a escravidão desaparece no momento em que lhe é retirada a camada exterior, mas a exploração impiedosa dos seres humanos, a crueldade, a indiferença pelo seu bem-estar continua a existir. Mais uma vez, parece haver aqui uma referência àquilo que presenciou na sua juventude sul-africana.

“All is formulae”, conclui Pessoa, tudo se reduz a fórmulas.

... a hypocritical society that when it removes the exterior thing of slavery itself thinks itself into thinking that slavery is gone, when its merciless exploitation of beings, the cruelty, the carelessness of human good remains. All is formulae; the human heart is the same. (BNP, E3, 55D-91v.)

Este texto de Fernando Pessoa tem, para o leitor, um interesse acrescido. Como texto de opinião, como exemplo do desejo de intervir não só em Portugal, mas também em Inglaterra, mas sobretudo por aquilo que revela do seu pensamento e das suas convicções numa data em que toda a influência da cultura britânica, na sua versão sul-africana, estaria ainda muito presente. A isto se acrescenta que este é um dos raros textos em que se trata das questões africanas.

A localização temporal do escândalo Cadbury é a seguinte: o artigo de Nevinson para a *Harper's* data de 1905; a polémica atingiu o seu ponto máximo em 1905/1906, com o relatório Burt, encomendado pela Cadbury's, a ter uma primeira divulgação em Portugal em 1907 e em Inglaterra em 1908. Em 1906, o governo português respondeu com um memorando em que negava a existência da escravidão nas colónias. Em 1909 dá-se o boicote ao cacau de S. Tomé. Isto significa que a reacção de Pessoa a tudo isto aconteceu na sequência da sua chegada definitiva a Portugal, em 1905.

A defesa acalorada das posições portuguesas que aqui vemos pertence aos primeiros anos da vinda definitiva de Pessoa para Portugal. Conclui-se, portanto, que Pessoa revela uma distância crítica em relação à cultura de onde vinha e uma identificação com a sua cultura de origem e com o povo (o “*mildest*” da Europa) já nesta data.

Um exemplo retirado do texto compara as sociedades filantrópicas e os seus beneméritos a um discípulo seu no colégio onde andara que, ao atacar os *bullies*, se tornou ele próprio também um *bully*. É possível questionar se o “estrangeiro aqui como em toda a parte” não se sentiu um estrangeiro, diferente

portanto e sujeito aos preconceitos existentes na mente britânica da época em relação aos povos meridionais, no meio escolar que frequentou. É possível ainda questionar se a nossa leitura das cartas de Faustino Antunesa Clifford Geerds, seu antigo condiscípulo, e ao Dr. Haggar, director da *Commercial School*,<sup>5</sup> não poderá assumir diferentes tonalidades, para além da busca de si em memórias alheias e do questionamento da sua sanidade mental. Em *Os Dois Exílios – Fernando Pessoa na África do Sul*, o autor, H. D. Jennings, que investigou, na África do Sul, o modo como os condiscípulos encaravam Pessoa, coloca a seguinte questão, indicadora do modo como o jovem seria olhado.

É fácil de ver que onde Geerds e outros condiscípulos falaram de “doido” se aplica com mais propriedade a expressão “excepcional originalidade” de Belcher e outros professores, mas também não devemos rejeitar totalmente a possibilidade dos jovens alunos extrovertidos intuírem no estranho Fernando Pessoa algo de psicopata, e estarem eles dentro da razão, a acreditar a tentativa de diagnose do próprio poeta. (Jennings 65, 66)

Pessoa viveu na África do Sul dos 7 aos 17 anos, foi educado em escolas sul-africanas e conviveu de perto com uma forma de *apartheid*. O texto revela o que pensava sobre as condições de vida dos “*poor negroes*” que classifica como uma exploração impiedosa, uma crueldade, uma indiferença pelo ser humano. Linguagem forte para quem defende, com frequência, ideias paradoxais e extremadas com uma distância racional. Em 1909, o assunto das colónias interessava-lhe, como se comprova pelo irónico texto “A Nossa Administração Colonial”, onde se critica o modo como as colónias eram exploradas por interesses particulares, com a conviência do estado monárquico.

A resposta à polémica Cadbury aqui analisada e a sua datação revelam um alinhar claro, definitivo e empático de Fernando

---

<sup>5</sup> Faustino Antunes é a personalidade que Pessoa assume para descobrir o que antigos mestres e condiscípulos pensavam a seu respeito. São “cartas para informação sobre o meu carácter”, descrevendo um Pessoa doente mental e já falecido a Clifford Geerds, seu antigo condiscípulo, e ao Dr. Haggar, director da *Commercial School*. Faustino Antunes apresenta-se como médico encarregado de investigar o estado mental de Fernando Nogueira Pessoa, que fizera explodir uma casa de campo, num acto suicida, causando a morte a várias pessoas. Noutra possível carta de Faustino Antunes, desta vez em francês, faz o diagnóstico do suicida: “C’est (sans aucune doute) un neurasthénique vésanique”. É sua intenção, declara na carta, fazer a história de uma vida ou de uma alma, mas faltam-lhe dados para isso. Richard Zenith levanta a hipótese de esta carta em francês se destinar a um Mr. O’Grady, que foi professor de francês de Fernando Pessoa, em Durban.

Pessoa com a sua identidade de origem numa época supostamente de transição para a cultura portuguesa e revelam ainda uma visão muito crítica sobre aspectos da sociedade britânica e sobre as condições de vida em África.

## **OBRAS CITADAS**

BNP, E3 – Espólio de Fernando Pessoa na Biblioteca Nacional de Portugal  
Jennings, H.D.. *Os Dois Exílios – Fernando Pessoa na África do Sul*. Vila Nova de Gaia: Fundação Eng. António de Almeida, Centro de Estudos Pessoaanos, 1984.

Satre, Lowell J.. *Chocolate on Trial – Slavery, Politics & the Ethics of Business*. Athens: Ohio University Press, 2005.

# A INFLUÊNCIA DA TRADUÇÃO NA RECEPÇÃO E IMAGEM DAS OBRAS INFANTIS DE ROALD DAHL EM PORTUGAL<sup>1</sup>

*Ana Brígida Paiva*

## **1. A Imagologia e os Estudos de Tradução: Perspectivas Interdisciplinares**

Tanto a escrita como a tradução de literatura infantil são processos de grande complexidade, sobretudo devido a dois factores: primeiro, por se tratar de um tipo de literatura dirigido a um público-alvo duplo (as crianças, no papel de leitores implícitos, e os adultos, no papel de mediadores, compradores, editores e educadores); segundo, por se situar entre dois sistemas semióticos (o educativo, que avalia a obra segundo o seu valor pedagógico, e o literário, que avalia o seu carácter estético) (Anderson 276). É importante constatar que tanto a figura do adulto mediador como os sistemas educativo e literário possuem um papel crucial na forma como se representa e constrói a imagem da criança num dado sistema literário nacional (Hunt 5), e, por conseguinte, a forma como a literatura a esta destinada é escrita e traduzida. Assim, com o presente artigo pretende-se aferir de que modo as visões de infância presentes na obra do autor britânico Roald Dahl afectaram a sua recepção em Portugal. Sendo que a imagem do autor e das suas obras é apresentada ao público infantil português via tradução, importa

---

<sup>1</sup> O presente artigo resulta, em parte, da Dissertação de Mestrado em Tradução (Especialização em Inglês) intitulada "O Estatuto do Tradutor de Literatura Infantil: o Caso das Traduções Portuguesas de Roald Dahl", realizada sob a orientação de Prof.<sup>a</sup> Doutora Gabriela Gândara Terenas e Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Zulmira Castanheira, defendida em provas públicas em 27 de Junho de 2014.

começar por interligar a perspectiva do estudo da imagologia com os estudos de tradução de literatura infantil.

Tendo-se como definição de imagem aquilo que Manfred Beller apelida de “the mental silhouette of the other” (Beller 4), é fundamental compreender que as perspectivas educativas de uma dada cultura e a forma como as crianças são percebidas resultam de juízos de valor com base numa observação selectiva, por sua vez mediada por noções pré-concebidas e mesmo estereótipos do observador. Estes preconceitos guiaram o encontro entre culturas ao longo da História, algo que por vezes conduz a um desfasamento entre a experiência empírica e a imagem mental que se possui de uma dada cultura ou grupo inserido na mesma (Beller 4-7). Neste sentido, é evidente que, ao diferirem as visões de infância de uma dada cultura, necessariamente diferem as formas como certas obras e autores são recebidos pelo público-alvo – sobretudo quando este público possui uma relação interna assimétrica, como é o caso das crianças leitoras e dos adultos e instituições mediadores.

A comparação entre a quantidade de traduções produzidas num dado sistema cultural e o número de traduções feitas dos textos dele originários num outro sistema revela a relação intrínseca entre a actividade tradutória e as questões político-ideológicas, históricas, culturais (Even-Zohar 116), sendo possível através da mesma retirar conclusões que contribuam para o estudo da imagologia e da representação cultural. Por outras palavras, o acto de tradução de literatura infantil, na medida em que lida com a transposição de textos entre culturas possuidoras das suas próprias representações e visões de infância, bem como dos textos a ela dirigidos (Lathey 1-2) pode ajudar a esclarecer a razão pela qual um autor como Roald Dahl, popular no mundo anglófono, não possui o mesmo grau de popularidade em Portugal.

## **2. A Imagem de Dahl no Reino Unido e a Recepção das suas Obras em Portugal**

Roald Dahl foi o único a conseguir destronar Enid Blyton da sua posição enquanto mais popular e reconhecida autora de livros infanto-juvenis no Reino Unido a nível de vendas. Tal sucesso não diminui após a morte do escritor em 1990, pois o êxito alcançado pelo autor estende-se “way beyond the literary texts themselves” (Rudd, “Dahl’s Marvellous Medicine” 5), nomeadamente através das adaptações ao cinema e televisão, bem como ao sucesso a nível de *merchandising* (Rudd, “Medicine” 5).



Filho de pais noruegueses, Roald Dahl nasceu em Llandaf, no País de Gales. Na data do seu nascimento (13 de Setembro de 1916) celebra-se o *Roald Dahl Day* por todo o Reino Unido, com actividades realizadas em escolas e bibliotecas em torno da sua figura e obra. A vida do escritor foi já objecto de várias biografias, sendo a mais recente e mais completa a de David Sturrock, intitulada *Storyteller: the Life of Roald Dahl* (2011). Vários episódios da vida do autor (incluindo a estada no colégio interno de Repton, as viagens por África enquanto empregado da Shell Oil, ou a carreira de piloto da RAF na Segunda Guerra Mundial) inspiraram algumas das suas narrativas destinadas tanto a adultos como a crianças, encontrando-se também retratadas na sua autobiografia intitulada *Boy: Tales of Childhood* (1984), que tem como segundo volume *Going Solo* (1986).

Roald Dahl começa o seu percurso enquanto autor de literatura infantil do mesmo modo que muitos outros escritores conhecidos do género, ou seja, ao inventar histórias de embalar para os filhos (Carpenter and Prichard 139). Embora a sua carreira literária também tivesse passado pelos contos para adultos, reunidos em colectâneas como *Kiss Kiss* (1960), por exemplo, o autor ganhou uma maior notoriedade em termos internacionais através das suas obras destinadas à infância. O primeiro livro infantil de Roald Dahl, *James and the Giant Peach* (1961), foi inicialmente publicado nos Estados Unidos, à semelhança, aliás, de grande parte dos livros infantis do autor. A obra seguinte, intitulada *Charlie and the Chocolate Factory* (1964), tornou-se um *bestseller* mundial, levando Roald Dahl, anos mais tarde, a escrever a sequência, *Charlie and the Great Glass Elevator* (1972) (Carpenter and Prichard 139).

Diversos inquéritos e estatísticas atestam que Roald Dahl continua a ser indiscutivelmente o mais conhecido e bem-amado escritor britânico de literatura infantil do seu tempo. Por exemplo, um inquérito acerca dos hábitos de leitura das crianças do Reino Unido, levado a cabo em 1993 pelo jornal *Telegraph*, revelou que oito dos dez títulos mais mencionados (incluindo todo o *Top 5*) eram da autoria de Roald Dahl. Três anos mais tarde, o National Centre for Research in Children's Literature (NCRCL), em Roehampton, realizou um novo inquérito a nove mil alunos, onde o autor contava também com os seis títulos mais populares na faixa etária dos 7 aos 11, e seis dos dez títulos mais populares dos 11 aos 16. Já em 2005, um segundo estudo do NCRCL voltou a provar que Roald Dahl permanecia um dos autores de literatura infantil mais lidos nos chamados *Key Stage 2* (dos 7-11) e *Key Stage 3/4* (dos 11-16), lado a lado com J.K. Rowling e Jacqueline Wilson (Butler 1). Segundo uma estatística

feita no Reino Unido aquando das celebrações do *International Children's Book Day* em 2013, Roald Dahl mantinha-se no primeiro lugar do *ranking* dos melhores autores infantis aos olhos do público, tanto na opinião das crianças como dos pais (Taylor 1).

Perante estes resultados, importa tentar compreender, antes de mais, o que torna Roald Dahl um autor de livros infantis popular no mundo anglófono e, em contraste, porque razão não desfruta de uma semelhante popularidade em território luso. David Rudd, Professor de Literatura Infantil da Universidade de Bolton e estudioso da obra de Dahl, aborda esta questão partindo de três ângulos de análise (parâmetros esses que podem ser transpostos para o caso português para analisar, em contrapartida, as razões para a sua inferior popularidade): por um lado, há a considerar razões que se prendem com o contexto histórico-cultural em que as obras surgiram; por outro, causas de foro temático e de conteúdo; e, por fim, motivos de cariz linguístico e expressivo.

Roald Dahl começa a tornar-se popular numa época descrita por David Rudd como “the safer, more refined world of children's literature at the beginning of the 1960s”, encontrando-se então o género fantástico no seu apogeu com autores de renome como Philippa Pearce, Alan Garner, William Mayne e Lucy M. Boston (Rudd, “Medicine” 6). A leitura das suas obras destinadas a um público infantil revelam a influência da passagem do autor pelos Estados Unidos, numa época na qual escritores como Dr. Seuss e Maurice Sendak se popularizaram. A nível temático, David Rudd identifica nas obras de Roald Dahl uma tentativa de reavivar o interesse das crianças pelas *nursery rhymes*, pelos contos de fadas e pelos *comics* e *chapbooks*, que, segundo David Rudd, são narrativas “both practical and scatological” (Rudd, “Medicine” 6). Esta tendência para o escatológico e o grotesco torna Roald Dahl um autor controverso, dividindo por muito tempo as opiniões de críticos e educadores a respeito das suas obras.

Numa edição de 1988 de *Children's Literature in Education*, o crítico David Rees condenou grande parte das obras infantis de Roald Dahl, considerando negativa a forma como retratava as figuras dos adultos, bem como certas situações concretas apresentadas de modo humorístico, pois poderiam constituir maus exemplos para as crianças (Rees 149). De facto, foi por muito tempo frequente os críticos defenderem que as crianças não devem ser expostas nem à questionabilidade moral de personagens adultas, nem a temas tabu como a violência, a morte e certas funções corporais. Além de David Rees, temos críticos

como Eleanor Cameron, que, em *The Horn Book Magazine* no ano de 1972, também critica o humor de Roald Dahl, apelidando-o de “phony” e afirmando que se baseia “on punishment with overtones of sadism” (Cameron 1).

Curiosamente, de acordo com a entrada dedicada a Roald Dahl no *Oxford Companion to Children's Literature* (1984), “Dahl's stories seem objectionable to many adult readers, who find them a mixture of the glutinous and the cruel, but they have an enormous and enthusiastic following among children themselves” (Carpenter and Prichard 139). Esta aparente contradição é analisada por David Rudd, a quem causa estranheza o facto de se considerar certos temas inadequados à sensibilidade das crianças, quando na tradição literária infantil se encontram frequentemente alusões ao grotesco, à violência e até à morte (Rudd, “Medicine” 7-8).

A circunstância de os adultos poderem achar de mau tom certas situações que divertem as crianças deve-se não tanto a uma questão de gosto, mas sobretudo a uma diferença a nível psicológico existente entre adultos e crianças. Para autores como Mark I. West, Professor de Inglês na Universidade da Carolina do Norte, essa diferença ajuda a explicar a razão pela qual os livros de Roald Dahl são tão populares entre as crianças e tão criticados por muitos adultos (West 115). De facto, os heróis e as heroínas de Roald Dahl são crianças onnipotentes e, em vasta medida, superiores aos adultos com quem partilham o espaço da narrativa (Nikolajeva 1). Em Dahl, este efeito humorístico é apenas potenciado pelo facto de as personagens adultas serem frequentemente o alvo deste humor escatológico, o que comprova a premissa defendida por muitos psicólogos de que as crianças apreciam narrativas que põem em causa a autoridade adulta, o que, por sua vez, se parece dever à já mencionada “unequal power relationship between children and adults” (West 115).

A forma como Roald Dahl aborda a linguagem constitui outra das principais razões que o distinguem, tornando-o popular entre o público leitor. Segundo David Rudd, o estilo dahliano reproduz uma linguagem mais coloquial do que a encontrada com frequência nos livros, mesmo os infantis, que é mais convencionalmente “literária” (Rudd, “Medicine” 9). A obra de Roald Dahl encontra-se visivelmente repleta de estratégias e de sinais gráficos que aproximam a escrita da fala, como as onomatopéias, as palavras em maiúsculas ou em itálico e os pontos de exclamação, levando David Rudd a caracterizá-la como um tipo de escrita “that begs to be read aloud” (Rudd, “Don't Gobblefunk Around With Words” 65). Apesar de os seus livros se destinarem

muitas vezes a leitores autônomos a partir dos nove anos, a componente oral não só ajuda à compreensão e à entoação da leitura silenciosa, mas também providencia, às crianças mais novas, bons indicadores para a leitura em voz alta.

Além de um estilo marcado pela sua forte componente coloquial, é também muito característico da prosa de Roald Dahl o nível de criatividade linguística, sobretudo no respeitante a jogos, trocadilhos e invenção de palavras. O autor inova mais e causa maior impacto junto dos leitores no plano lexical (Rudd, “Gobblefunk” 56), sendo esta tendência claramente visível em obras como *The BFG* (1982), onde o Big Friendly Giant afirma, à semelhança de Roald Dahl, que gosta de “gobblefunk around with words”, e utiliza neologismos como “snozzcumbers”, “frobscottle” e “whizzpoppers”, entre inúmeros outros (Rudd, “Medicine”9). Apesar de Roald Dahl criar termos completamente novos a partir de palavras compostas ou da fusão de umas com outras, algumas delas não passam de malapropismos (palavras reconhecíveis, mas pronunciadas de outra forma, sem que tal afecte a sua compreensão). Outras técnicas de formação de novas palavras incluem a adição de afixos e sufixos a vocábulos já conhecidos, ou a substituição de uma palavra por outra com semelhanças a nível fonológico ou semântico (Rudd, “Gobblefunk” 56, 60).

Em Roald Dahl encontramos desvios propositados, “transgressões” à norma linguística, os quais, em última instância, ensinam as crianças a empregar a língua de uma forma humorística e criativa, o que por sua vez revela o quanto o autor “had a particular animosity towards what he saw as the Great Grammatizator, which can be seen to represent the language of the establishment. . .” (Rudd, “Gobblefunk”65) e o quanto confiava nas capacidades desconstrutivas do seu público infantil. Nas palavras de Suzanne Eggins, autora de *Introduction to Systemic Functional Linguistics* (2004),

. . . sound symbolism and sound analogy make it possible for us to ‘feel’ what the words mean, even if we’re not sure exactly what a slime-wangler is, or what it’s like to be squiff-squiddled; . . . they are incorporated into the grammar of English through the attachment of conventional English morphemes of tense and word-class. Thus the endings – some and ish – allow us to interpret rotsome and wigglish as adjectives; the – ing ending turns squiffing into a present participle; and – ers must make slime-wanglers a plural noun indicating actors/agents . . . (Eggins 28)

Em suma, Roald Dahl parece dever o estatuto de autor *best-seller* no mundo anglófono à sua irreverência, ao sentido de humor e à empatia estabelecida com o público leitor infantil. A forma como abordou as questões linguística e estilística, possibilitou-lhe criar um universo facilmente reconhecido e apreciado pelas crianças britânicas. A capacidade para inventar palavras e para explorar a sua musicalidade e o sentido tornou-o um autor muito estimulante também do ponto de vista do ensino da língua e dos elementos que a compõem. Fora do espaço cultural anglófono, contudo, a imagem de Roald Dahl apresenta contornos bastante diferentes, sobretudo no caso de Portugal, a comparação entre os quais evidencia um contraste entre a popularidade do autor no sistema de partida e o estatuto de que desfruta no sistema de chegada.

De acordo com Filipa Mendes, directora dos Livros da loja Fnac Portugal, Roald Dahl tem, curiosamente, vendas muito pouco expressivas a nível nacional, não se tratando de um autor que apareça nos tops mas integrando o que designa de “catálogo permanente” da loja. O livro mais conhecido e mais vendido, *Charlie e a Fábrica de Chocolate*, ocupou o 407º lugar no top 1000 em 2011, com quatrocentos e oitenta e quatro exemplares vendidos, descendo em 2012 para o 434º lugar, e ocupando o 1076º em 2013, com duzentos e vinte e sete unidades vendidas.<sup>2</sup>

Analisando o caso particular das traduções de Roald Dahl da perspectiva da transferência inter-sistémica, verifica-se que o autor desfruta de algum reconhecimento no panorama editorial português, visto alguns dos seus livros estarem incluídos no Plano Nacional de Leitura (2013). Entre eles destacam-se *O Fantástico Sr. Raposo* (recomendado como leitura autónoma para o 4º ano de escolaridade), *Histórias em Verso para Meninos Perversos* (recomendado como leitura orientada para o 5º ano de escolaridade) e *Charlie e a Fábrica de Chocolate* (aconselhado como leitura orientada para o 5º ano de escolaridade). Curiosamente, o texto de partida *Charlie and the Chocolate Factory* está também recomendado como leitura autónoma, em língua inglesa, para o 2º ciclo. A lista do Plano Nacional de Leitura inclui, ainda, uma das suas obras dedicadas ao público não infantil, *Contos do Imprevisto*, recomendada como leitura orientada para o 8º ano de escolaridade.

---

<sup>2</sup> Estes dados foram-nos fornecidos via *e-mail* por Rita Mendes, directora dos Livros da loja Fnac Portugal, a quem agradecemos a disponibilidade para responder às nossas questões.

Ao contrário do que acontece no sistema cultural de partida, Roald Dahl não é um autor infantil imediatamente reconhecível por parte do público português, sendo antes mais provável que as crianças (ou mesmo os adultos) conheçam apenas o título da sua célebre obra *Charlie and the Chocolate Factory*. Existem relativamente poucas críticas à obra infantil do autor em Portugal, uma delas surgindo em *Literatura para Crianças e Jovens* (1991), de José António Gomes, onde Roald Dahl é caracterizado como um autor de histórias insólitas, de estilo impiedoso, corrosivo, irreverente e original (Gomes 78). As traduções portuguesas foram realizadas com algumas décadas de intervalo em relação à data de publicação das obras em Inglaterra: *Charlie and the Chocolate Factory* (1964) foi traduzida para português apenas em 1985 por Ana Paula Mota, para o Círculo de Leitores, sob o título *Charlie e a Fábrica de Chocolate*, ou seja, com quase duas décadas de intervalo e cerca de quinze anos depois da estreia da sua primeira adaptação ao cinema. De modo semelhante, a obra *James and the Giant Peach* (1961) foi traduzida pela primeira vez em 2004, *Fantastic Mr. Fox* (1970) em 2003 e *Matilda* (1988) em 2005, todas elas traduções de Catarina Ferrer para a editora Terramar. Dos cerca de vinte e cinco livros para crianças que Roald Dahl escreveu, dezasseis foram traduzidos para português.

A observação de uma tabela que inclui todas as traduções portuguesas de Roald Dahl e as respectivas datas de publicação<sup>3</sup> permite-nos chegar a algumas conclusões sobre os motivos da edição, bem como as causas do seu sucesso. Numa primeira instância, e à semelhança do que foi afirmado por David Rudd ("Medicine" 6) no respeitante ao conservadorismo britânico no ramo da literatura infantil que Roald Dahl veio destabilizar, torna-se claro que durante o período do Estado Novo não se viveu um ambiente propício a uma recepção bem sucedida deste autor para crianças em Portugal. Só mais de dez anos passados sobre a Revolução do 25 de Abril de 1974, que pôs termo a quase meio século de ditadura, é que uma obra sua foi publicada em território luso.

A ausência de traduções explica-se pelo facto de, em 1950, a Direcção dos Serviços de Censura (DSC) ter emitido instruções relativas à literatura infantil publicada em Portugal, explicitando o que considerava adequado, quer em originais escritos em língua portuguesa, quer em traduções de obras estrangeiras.

---

<sup>3</sup> Vide Anexo I.



Estas instruções surgiram por a DSC considerar que as obras destinadas aos leitores mais jovens possuíam, com frequência, “vícios que as tornavam inadequadas à missão que se propõem desempenhar”, sendo criticada a tendência para recorrer ao terror, à violência e ao sadismo, bem como ao uso de “calão”, sobretudo em “literaturas estrangeiras”. Como tal, proibiam-se as narrativas infantis que não apresentassem “os requisitos morais e psicológicos mínimos”, e que “ [abastardassem] o idioma nacional, que é um dos esteios da existencia [sic] de Portugal, como nação soberana, e se reflecte na maneira de pensar dos jovens”. Este tipo de obras chega a ser acusado de privar os jovens portugueses da “delicadeza de ideias” e de “porem em perigo a higiene dos [seus] olhos” (*Instruções* 3). Em suma, exprime-se o desejo de que “as crianças portuguesas [sejam] cultivadas, não como cidadãos do Mundo, em preparação, mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças, mas continuarão a ser portuguesas” (*Instruções* 5).

No respeitante a publicações infantis (segundo as *Instruções*, as destinadas a crianças de idade inferior a doze anos), o Artigo 4º proibía qualquer “descrição de cenas ou de actos de terror ou violencia, homicídios, suicídios [sic], torturas ou execuções de penas de morte, salvo ... em narrativas historicas... [sic]”, aconselhando a “[s]upressão de toda a materia em que figurem engenhos mortíferos [sic], ... [a abstenção] de descrições de assaltos, roubos, burlas ou fraudes susceptíveis [sic] de demoralizar o leitor ou de lhe provocar, pela forma como são consumados, qualquer sentimento de admiração por inteligencias votadas á [sic] pratica do mal”, bem como a exclusão de referências a “monstros, deformidades fisicas ou morais susceptíveis [sic] de aterrorizar os leitores” e de “materia licenciosa ou pornografica [sic]” (*Instruções* 6). Perante este tipo de indicações, torna-se compreensível que obras com certas situações humorísticas, como *James and the Giant Peach* (na qual um pêssago gigante esmaga as duas tias malvadas do protagonista), de 1961, *Charlie and the Chocolate Factory* (onde crianças caem em lagos de chocolate, ficam disformes ou sofrem outro tipo de consequências de natureza física pelos seus actos), de 1964, ou *Fantastic Mr. Fox* (em que uma família de raposas rouba galinhas a três fazendeiros), de 1970, apenas tivessem sido traduzidas e publicadas em Portugal após Abril de 1974.

Apesar de não serem claras as motivações para editar Roald Dahl em Portugal pela primeira vez precisamente no ano de 1985, torna-se porventura importante considerar a popularidade da adaptação cinematográfica da obra *Charlie and the Chocolate Factory*, de 1971 (realizada por Mel Stuart), bem



como o próprio cariz irreverente e transgressor do autor, que poderia oferecer um contraste nítido com o conservadorismo até então vigente no mundo da edição de literatura infantil em Portugal. Assim, talvez resida aqui uma explicação lógica para o facto de *Charlie and the Chocolate Factory*, a obra de Roald Dahl com mais traduções portuguesas (incluindo o primeiro livro de literatura infantil do autor traduzido em Portugal) e a que tem vindo a alcançar um maior sucesso de vendas, ser também aquela que foi objecto de duas adaptações audiovisuais – sendo a mais recente e mais popular *Charlie and the Chocolate Factory* (2005), realizada por Tim Burton.

O período de maior produção de traduções portuguesas de Roald Dahl verificou-se entre 2003 e 2007, época em que catorze das quinze obras dedicadas ao público infantil foram traduzidas, algumas pela primeira vez. O interesse evidente da editora Terramar pode ser justificado pelo aparecimento da adaptação cinematográfica realizada por Tim Burton. Embora o filme tivesse estreado em 2005, as traduções levadas a cabo por esta editora concentram-se num período anterior, talvez devido ao facto de as notícias sobre o *remake* circularem desde 2003 e de as rodagens decorrerem em 2004. Já o interesse da editora Caminho pela tradução de algumas obras de Roald Dahl iniciou-se no ano seguinte à morte do autor em 1990, parecendo, portanto, ter decorrido de um previsível sucesso de vendas. A popularidade de *Charlie and the Chocolate Factory*, tanto no cinema como nas livrarias, pode ter dado azo à procura das restantes obras de Roald Dahl por parte do público, justificando-se assim a concentração de primeiras traduções e de reedições no período pós-1990.

### 3. Conclusões

Roald Dahl é um autor popular no Reino Unido desde a época em que começa a publicar as suas obras para crianças até aos dias de hoje. A sua figura representou uma irreverência que contrastava com a imagem veiculada pelos autores para crianças do seu tempo, sendo Dahl um autor que, por oposição a escrever narrativas que pretendiam ser acima de tudo moralizadoras ou educativas, optou por focar a sua atenção sobretudo na sensibilidade do seu público infantil e atentar naquilo que divertia e agradava às crianças do seu tempo. Este autor encontrou no público adulto tanto admiradores como críticos, sendo que os últimos não apreciavam a forma como Roald Dahl questionava a “culture of delicacy” (Maguire 2) que rodeia a criança

e os produtos a ela destinados.

É possível afirmar que a excentricidade, o sadismo e a ambiguidade moral presentes na obra de Roald Dahl assentam numa atitude de não condescendência, por parte do autor, em relação às capacidades e ao intelecto do público-alvo, manifestando a crença de que as crianças conseguem interpretar e compreender o que lhes é dado a ler. Além disso, tal posicionamento e imagem do seu público infantil demonstra que Roald Dahl não é alheio à circunstância de as crianças apreciarem o *nonsense*, o humor escatológico e, até, algum sadismo. Nesse sentido, a forma como Roald Dahl organiza o mundo, dividindo-o entre figuras benevolentes e malvadas, ajuda a criança a compreender a sua própria ambivalência moral, encontrando nas narrativas dahlianas os lados positivo e negativo da sua própria personalidade (Bettelheim 98).

Estes princípios explicam, em larga medida, por que razão Roald Dahl não foi traduzido em Portugal nas décadas de sessenta e setenta do século XX, dado tratar-se de um escritor cuja obra apresenta características que não iam de encontro às normas impostas pela DSC, as quais impunham a proibição de narrativas onde figurassem actos condenáveis do ponto de vista moral. O interesse pelo autor em Portugal aumentou no início do século XXI, parecendo este fenómeno dever-se, em grande parte, à adaptação cinematográfica de Tim Burton de *Charlie and the Chocolate Factory*, em 2005. Ainda assim, Roald Dahl não é um autor com um nível de vendas muito expressivo em território nacional nos dias de hoje, o que vai de encontro à ideia expressa por Stuart Hall de que um dado objecto cultural não possui necessariamente o mesmo significado ou valor de cultura para cultura, dado que os códigos variam, bem como o sistema de significados culturais (Hall 61).

Nesse sentido, a irreverência de Roald Dahl produziu efeitos positivos a nível de vendas e popularidade do autor no Reino Unido, sobretudo ao ter-se em consideração que as obras do autor surgem numa época em que as visões de infância sofrem uma alteração de paradigma, tendendo para uma emancipação cada vez maior do leitor, e reconhecendo-se nele as capacidades de desconstruir o texto tanto a nível temático como linguístico. Em contrapartida, no sistema cultural português esses mesmos motivos estiveram na origem da ausência de traduções da obra de Dahl até ao fim do período do Estado Novo, sendo que, mesmo tendo as condições para ser editado em Portugal, só o começou a ser feito com maior intensidade a partir do século XXI. Deste modo, é possível constatar que a razão que faz com que Roald Dahl seja menos célebre em Portugal do que no Reino

Unido possa estar relacionada com o facto de a imagem que o autor possuía do seu público de partida não coincidir com a imagem que em território luso se tem dos leitores infantis, dos seus desejos de leitura e das suas capacidades de compreensão. Apesar de o autor desfrutar de algum reconhecimento por parte da instituição educativa em Portugal, a irreverência que o tornou popular no Reino Unido não foi de encontro às expectativas do público de chegada (tanto as crianças como os adultos) daquilo que constitui um *bestseller* no ramo da literatura infantil.

## OBRAS CITADAS

- Anderson, Kristine J. "Children's Literature." *Encyclopaedia of Literary Translation into English*. Ed. Olive Classe. New York: Fitzroy Dearborn Publishers, 2000. 276-277.
- Beller, Manfred. "Perception, image, imagology". *Imagology: The cultural construction and literary representation of national characters – A critical survey*. Eds. Manfred Beller and Joep Leerssen. Amsterdam/New York: Rodopi, 2007. 3-16.
- Bettelheim, Bruno. *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.
- Butler, Catherine. "Introduction." *Roald Dahl*. Ed. Ann Alston and Catherine Butler. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- Cameron, Eleanor. "MacLuhan, Youth, and Literature: Part I." *The Horn Book Magazine* (1972). Web. 2 Jan. 2014.
- Carpenter, Humphrey and Mari Prichard. *The Oxford Companion to Children's Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- Even-Zohar, Itamar. "The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem." *Translation Across Cultures*. Ed. Gideon Toury. New Delhi: Bahri Publications, 1998.
- Gomes, José António. *Literatura Para Crianças e Jovens: Alguns Percursos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
- Hall, Stuart. "The Work of Representation." *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Ed. Stuart Hall. London: Sage Publications, 1997.
- Hunt, Peter. *Criticism, Theory, and Children's Literature*. Oxford: Blackwell, 1991.
- Instruções Sobre Literatura Infantil*. Direcção dos Serviços de Censura. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1950.
- Lathey, Gillian (ed.) *The Translation of Children's Literature: a Reader*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.
- Maguire, Gregory. "Speaking Gobblefunk." *The New York Times*, 22 Nov. 2013: 1-2. Web. 7 Feb. 2014.
- Nikolajeva, Maria. "Fantastic Mr. Dahl." *University of Cambridge Research*,

- 7 Sep. 2011.Web. 18 Dec. 2012. (<http://www.cam.ac.uk/research/discussion/fantastic-mr-dahl>).
- Paiva, Ana Brigida Matias. *O Estatuto do Tradutor de Literatura Infantil: o Caso das Traduções Portuguesas de Roald Dahl*. Dissertação de Mestrado em Tradução, Especialização em Inglês. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2014.
- Rees, David. "Dahl's Chickens: Roald Dahl." *Children's Literature in Education* 19.3 (1988): 143-155.
- Rudd, David. "Dahl's Marvellous Medicine." *Inis: the Children's Books Ireland Magazine* 17(2006): 5-9.
- . "'Don't Gobblefunk Around with Words': Roald Dahl and Language". *Roald Dahl*. Eds. Ann Alston and Catherine Butler. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- Taylor, Rosie. "Roald Dahl is Named as the Best Children's Author of All Time by Parents and Youngsters." *The Daily Mail*, 2 Apr. 2013.Web. 1 May 2013. (<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2302667/Roald-Dahl-named-best-childrens-author-time-parents-youngsters.html>).
- West, Mark I. "The Grotesque and the Taboo in Roald Dahl's Humorous Writings for Children." *Children's Literature Association Quarterly* 15.3 (1990): 115-116.

## ANEXO I: Obras Infantis de Roald Dahl Traduzidas em Portugal

	<i>James and the Giant Peach</i> (1961)	<i>Charlie and the Chocolate Factory</i> (1964)	<i>The Magic Finger</i> (1966)	<i>Fantastic Mr Fox</i> (1970)	<i>Charlie (...) Glass Elevator</i> (1972)	<i>Danny, the Champion of the World</i> (1975)	<i>The Enormous Crocodile</i> (1978)	<i>The Twits</i> (1980)
1971		<b>Filme</b>						
72-84								
1985		CdL						
1986								
1987								
1988								
1989						<b>Filme</b>		
1990								
1991		Cm						
1992								
1993					Cm			
1994								
1995								
1996	<b>Filme</b>							
1997								
1998								
1999								
2000								
2001								
2002								
2003				Tm				
2004	Tm	Tm	Tm				Tm	
2005		<b>Filme</b>						
2006					A	A		Tm
2007								
2008	Tm(2ª)							
2009				<b>Filme</b>				
2010								
2011	Cv	Cv		Cv				
2012					Cv			

### Legenda (Editoras)

A: Asa / Cm: Caminho / CdL: Circulo de Leitores / Cv: Civilização / T: Teorema / Tm: Terramar

<i>George's Marvellous Medicine (1981)</i>	<i>Revolting Rhymes (1982)</i>	<i>The BFG (1982)</i>	<i>The Witches (1983)</i>	<i>The Giraffe and the Pelly and Me (1985)</i>	<i>Matilda (1988)</i>	<i>Esio Trot (1990)</i>	<i>Charlie (...) Factory Pop-Up (2011)</i>
	T	<b>Filme</b>					
			<b>Filme</b>				
Cm							
					<b>Filme</b>		
	T(2ª)						
			Tm				
		Tm	Tm(2ª)		Tm		
A				A		A	
	T(3ª)						
							Cv
					Cv		





## RECENSÕES CRÍTICAS

ISABEL MACHADO, *VITÓRIA DE INGLATERRA*,  
*A RAINHA QUE AMOU E AMEAÇOU PORTUGAL*. LISBOA:  
A ESFERA DOS LIVROS, 2014.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva  
FCSH – Universidade Nova de Lisboa  
CETAPS

Na sequência da publicação de *Isabel I de Inglaterra e o seu Médico Português*<sup>1</sup>, em 2012, Isabel Machado lançou no corrente ano um novo romance intitulado *Vitória de Inglaterra, A Rainha que Amou e Ameaçou Portugal*. Trata-se, de acordo com a escassa informação que possuímos<sup>2</sup>, do segundo trabalho da autora no domínio da ficção histórica, sendo todavia definido pela autora, algo modestamente, como simples biografia romanceada<sup>3</sup>. Curiosamente ambos os romances têm como personagens centrais rainhas inglesas, atribuindo em simultâneo particular destaque às relações luso-britânicas, em especial aquele que é objecto desta recensão. Deste modo e tendo em consideração a temática abordada na narrativa, julgamos ser imprescindível efectuar a sua apreciação e análise nas páginas de *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*.

Antes mesmo de procedermos a uma abordagem crítica da obra compete-nos proceder à apresentação da autora.

---

<sup>1</sup> Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

<sup>2</sup> Aquela que se encontra publicada nas badanas do volume em epígrafe e no *site* da editora A Esfera dos Livros, para a qual remetemos o leitor.

<sup>3</sup> Veja-se a este propósito a “Nota da Autora” (400-401), publicada em forma de posfácio ao romance, bem como o texto da contracapa onde se afirma: “Feita de contradições, a cada página desta biografia romanceada descobrimos uma mulher sensual, de paixões violentas e humores oscilantes, marcada pela alegria, pelo amor do seu povo e pela tragédia.”

Jornalista de profissão, Isabel Machado é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade de Lisboa, tendo sido galardoada com prémios jornalísticos e literários. Fez trabalhos de tradução e interpretação simultânea, leccionou Português e Francês no Ensino Básico e Português como língua estrangeira. No âmbito da carreira jornalística, Isabel Machado desempenhou durante onze anos as funções de *pivot* e jornalista da Televisão de Macau, colaborando em simultâneo com publicações locais. De regresso a Portugal, entre 2003 e 2011, foi *pivot* do Canal Parlamento.

Partiremos para esta breve leitura de *Vitória de Inglaterra, A Rainha que Amou e Ameaçou Portugal*, começando por analisar a sua estrutura interna. Deste modo, a narrativa encontra-se organizada em quatro partes, correspondentes a quatro fases diferentes do percurso biográfico da soberana e igualmente das relações luso-britânicas:

- A primeira (que engloba os capítulos 1 a 7 e abarca o período compreendido entre 1838 e 1840) narra os sucessos ocorridos entre a coroação de Vitória e o seu casamento com Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha, sintetizando, sobretudo através do registo diarístico, os episódios fundamentais da infância e adolescência da rainha.

- A segunda (capítulos 8 a 30) descreve o percurso da soberana entre a data do seu casamento com Alberto e a morte do príncipe-consorte, cobrindo temporalmente todo o período compreendido entre 1840 e 1861.

- Segue-se a terceira secção do romance (capítulos 31 a 38), que abre com as exéquias fúnebres do Príncipe Alberto (Dezembro de 1861), que marcaram em definitivo o fim de uma época de harmonia e prosperidade na vida da família real, a fase mais brilhante do seu reinado e uma era de grande proximidade e intimidade entre as cortes portuguesa e britânica, que obviamente se reflectiu no curso das relações anglo-lusas. A autora faz coincidir a conclusão deste trecho da narrativa com a Primavera de 1875, isto é, com o início do *Late Victorian Period*, o auge da expansão imperial britânica, mas igualmente os primeiros sinais de dificuldades económicas e de declínio, com a crescente notoriedade no contexto mundial de novas potências como a Alemanha e os Estados Unidos, que colocavam em risco a hegemonia até então detida pelo Império Britânico. É igualmente neste período que se acentua “a corrida a África” e em que Portugal, o velho aliado da Grã-Bretanha, se irá definitivamente transformar num obstáculo à expansão da Velha Albion na África Central e Austral.

- O enfoque da quarta e derradeira parte da narrativa (capítu-

los 39 a 51) incide precisamente no período do *Scramble for Africa*, passando em revista episódios históricos como a Conferência de Berlim, o Ultimatum britânico a Portugal, as guerras com os *bo-ers* e sucessos posteriores até à morte de Vitória, em 1901. Nela se descreve em pormenor a crescente agudização do conflito de interesses coloniais entre as duas nações aliadas e os consequentes dilemas enfrentados pela soberana, dividida entre a profunda amizade que nutria por Portugal e os interesses de Estado, que acabariam por se sobrepor aos motivos de natureza afectiva. Ao consequente declínio das relações anglo-portuguesas e ameaça de um efectivo eclipse da multissecular Aliança, segue-se um período de distensão e de reconciliação (eventualmente mais formal do que efectiva), que culminaria, após a morte de Vitória, com a visita oficial de Eduardo VII a Portugal.

Do ponto de vista diegético importa sublinhar a natureza polifónica do romance, alcançada através de uma consecutiva interpolação de vozes narrativas. Assim, a voz do narrador heterodiegético alterna sucessivamente com o discurso na primeira pessoa da rainha Vitória, num registo autobiográfico e diarístico (que nos atreveríamos a apelidar de monólogo interior) ou por vezes epistolar. A estas duas vozes narrativas que dominam a diegese há a acrescentar a das cartas trocadas entre elementos da família real portuguesa e a soberana britânica. Neste caso específico passamos, como adiante apontaremos, de um registo diarístico de natureza puramente ficcional (da pena de Isabel Machado), para a utilização de documentos históricos, muitos deles traduzidos livremente pela autora para português.

Somos, deste modo, colocados perante um texto de natureza compósita e fragmentária, complexo na sua estrutura, em que sucessivamente ecoam as vozes do narrador heterodiegético e onnisciente, que conduz e contextualiza a acção; a voz do diário ficcional de Vitória de Inglaterra (que em momento algum deverá ser confundido com os diários da soberana propriamente ditos, dos quais sobreviveram os volumes referentes ao período compreendido entre 1832 e os últimos meses da sua existência<sup>4</sup>) e, finalmente, as diferentes vozes das personagens

---

<sup>4</sup> De acordo com alguns dos seus biógrafos, entre os quais citaremos Giles St. Aubyn e Christopher Hibbert, a Rainha Vitória manteve praticamente ao longo de toda a sua adolescência e vida adulta diários, totalizando cerca de 122 volumes. Após a morte da soberana, a sua filha mais nova, Beatriz, foi nomeada sua executora literária (por vontade expressa da própria rainha). É sabido que a princesa procedeu à transcrição dos textos redigidos pela sua progenitora desde a sua ascensão ao trono até ao final da sua longa vida. Porém, por motivos que certamente se terão prendido com questões

históricas centrais, através, sobretudo da transcrição de documentos históricos (cartas e telegramas trocados pela rainha com os seus familiares e sobretudo com a corte portuguesa). Estes últimos vêm em larga medida complementar informação, corroborar e sublinhar pormenores ou factos já anteriormente mencionados ou sugeridos, conferindo a necessária verosimilhança ao romance histórico, dando-lhe consistência, credibilidade e sustentação documental.

Importa a este propósito acrescentar que, de acordo com alegações da própria autora, efectuadas em jeito de posfácio ao próprio romance (400-401), mas igualmente em diversas entrevistas por esta concedidas por ocasião do lançamento deste livro, alguns dos documentos que incluiu na sua narrativa são inéditos, recolhidos durante o trabalho de pesquisa laboriosamente empreendido em arquivos nacionais e britânicos. Entre os acervos documentais que Isabel Machado alega ter consultado durante a sua estada na Grã-Bretanha, contam-se os de “...arquivos, bibliotecas, museus, igrejas e residências reais de Kensington, Windsor e Osborne....” (405) Em Portugal a autora recorreu sobretudo às colecções da Biblioteca Nacional de Portugal (405).

Trata-se efectivamente de uma obra de ficção bem estruturada e fundamentada na consulta de fontes primárias e secundárias, em parte elencadas na bibliografia selectiva apensa ao texto (402-404). Entre as obras do âmbito da historiografia portuguesa contemporânea a que a autora se sente particularmente devedora merecem referência os volumes *D. Pedro V* (2005) e *Correspondência entre D. Pedro V e o seu Tio o Príncipe Alberto* (1999), de Maria Filomena Mónica; *D. Luís* (2006), de Luís Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes e *D. Maria II* (2005), de Maria de Fátima Bonifácio. No âmbito das fontes

---

de ordem moral, queimou em seguida os originais, à excepção de 13 volumes que cobrem o período de 1832 a 1836 e de alguns volumes de rascunhos. Todavia, muitos dos seus diários acabaram por subsistir, pois para além da versão autorizada (e certamente truncada) elaborada por Beatriz, *Lord Esher* (Reginald Baliol Brett, 2º Visconde Esher) conseguiu transcrever os volumes correspondentes ao período compreendido entre 1832 e 1840, antes mesmo de estes terem sido destruídos (V. Viscount Esher, ed., *The Girlhood of Queen Victoria: A Selection from Her Majesty's Diaries, between the years 1832 and 1840*. London: John Murray, 1912). Veja-se a este propósito o que nos dizem Giles St. Aubyn em *Queen Victoria, a Portrait*. London: Sinclair-Stevenson, 1991, e Christopher Hibbert na biografia intitulada *Queen Victoria, A Personal History*. London: HarperCollins, 2000. A versão oficial dos diários (revista e editada pela Princesa Beatriz) bem como os originais que sobreviveram às chamas encontram-se disponíveis, num total de 144 volumes, nos Royal Archives, no Castelo de Windsor, podendo ser igualmente consultados *on-line*, após obtenção de uma autorização prévia.

primárias Isabel Machado alude às compilações e levantamentos documentais e epistolares da autoria de Ruben Andresen Leitão, nomeadamente *Documentos dos Arquivos de Windsor* (1955), *Novos Documentos dos Arquivos de Windsor* (1958) e *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto* (1954). Entre os autores britânicos consultados avultam entre outros Richard Aldous, Walter Arnstein, Gillian Gill, Christopher Hibbert, Richard Holmes, Elizabeth Longford, Malyn Newitt, R. E. Pritchard e A. N. Wilson.

Após percorrermos atentamente toda a obra e procedido a repetidas leituras da mesma, apenas uma questão subsiste sem resposta – terá a autora consultado os diários de Vitória de Inglaterra e buscado na leitura dos mesmos inspiração para a elaboração do diário ficcional da soberana? Terá Isabel Machado pretendido evitar uma eventual colagem excessiva a textos de natureza autobiográfica, que certamente retirariam à narrativa parte da sua componente ficcional e limitariam a sua capacidade criativa? A ausência de qualquer referência a esta questão na componente paratextual do volume despertará eventualmente a curiosidade do leitor mais atento e experiente, nele originando dúvidas e interrogações; sobretudo ao sabermos que a autora consultou os Royal Archives de Windsor (405) e se preocupou em percorrer exaustivamente a correspondência pessoal, oficial e diplomática trocada entre as duas cortes durante todo o reinado de Vitória (400-401).

A escrita de Isabel Machado é fluente, cativante e transparente, tornando a leitura do seu romance bastante acessível ao público português, esmagadoramente pouco familiarizado com as temáticas nele abordadas – o percurso biográfico da soberana e as relações luso-britânicas ao longo do seu reinado. Nessa medida julgamos tratar-se de um veículo ideal para a divulgação cultural e histórica, um dos objectivos que pensamos ter estado na mente da autora ao lançar-se nesta sua segunda incursão no domínio da ficção histórica. Independentemente do subgénero da narrativa em que o pretendamos inserir (romance histórico ou biografia romaneada, como a autora prefere designá-lo), Isabel Machado revela-se uma investigadora persistente e rigorosa, conseguindo utilizar habilmente as fontes consultadas em função de uma reconstituição realista e pormenorizada dos contextos histórico, cultural, social e político britânico, português e europeu.

Ao longo do romance a autora desconstrói hábil e laboriosamente a imagem mítica da rainha britânica, associada no imaginário colectivo ao perfil austero e puritano da estadista. Ao invés, Isabel Machado apresenta-nos uma mulher sensual

e apaixonada (41-42, 70-72, 86-88), em larga medida liberta dos constrangimentos morais e da austeridade habitualmente associados à sua época, a quem o processo da maternidade repugnava e fazia sofrer (41, 81, 86, 91), não obstante ter sido uma mãe extremosa, e a quem a condição de esposa submissa e dócil, obrigada pelo seu estatuto a oferecer um herdeiro à Coroa Britânica, profundamente desagradava (105).

Vitória surge aqui representada em toda a sua complexidade como ser humano, sendo olhada em dois planos distintos – por um lado a monarca e a chefe de estado do império mais poderoso da época, por outro a mulher simples e informal, que detestava o cerimonial da corte e os preconceitos da sua própria classe, contra os quais frequentemente se rebelava (18-19, 50, 266-267), chegando por vezes a transgredir deliberadamente regras protocolares (43-44, 254, 261-262, 278-280, 287-289, 294). A autora familiariza o leitor com as facetas menos conhecidas de uma rainha que se insurgia contra a xenofobia e o racismo dos seus compatriotas (62) e manifestava a sua solidariedade para com os mais desfavorecidos (39-40, 98, 101-102, 112). Recorrendo repetidamente ao registo diarístico, Isabel Machado desvela ante os olhos dos seus leitores aspectos da intimidade de Vitória, apresentando-a como uma mulher profundamente apaixonada pelo seu marido, o Príncipe Alberto, com quem casara por amor (prerrogativa que viria, aliás, a conceder aos seus nove filhos), mas simultaneamente como uma figura feminina de uma sensualidade transbordante (quase impúdica, tendo em conta os rígidos parâmetros morais da sua época), que se deixava seduzir pela beleza masculina (25, 49-50, 52, 56, 71-72, 266-267). Essa sua fraqueza pelos sortilégios do sexo masculino levá-la-ia, após a morte do marido, a aproximar-se de outra misteriosa personagem, o seu fiel *ghillie*, John Brown (criado e guarda-costas de origem escocesa), com quem, de acordo com diversas fontes biográficas, poderá ter mantido uma relação íntima ou, pelo menos, uma *amitié amoureuse* (261-262, 278-280, 287-289, 297-299, 309, 326-330). Para escândalo da sua família e de toda a corte, a rainha viria ainda, já no final da sua vida, a estabelecer laços de estreita amizade com o seu criado indiano, posterior secretário particular e professor de língua hindi, Abdul Karim (347-349, 351-352), considerado por muitos um oportunista e um mero extorsionista, a quem Vitória concederia todo o tipo de favores e cobriria de prebendas.

No início da narrativa, a rainha é sobretudo apresentada como uma adolescente inexperiente, acabada de subir ao trono e recentemente enredada nas labirínticas teias do poder, na dependência de figuras tutelares, como a do primeiro-ministro



*whig*, Lord Melbourne (25, 29, 30-31, 43-44) de quem mantinha uma grande proximidade, mas igualmente do seu tio Leopoldo I da Bélgica (21-22, 33-36, 63-64, 70-71), que, sem dúvida, viria a utilizar o seu forte ascendente sobre a jovem soberana, no intuito de concretizar o seu ambicioso projecto de transformar a família Saxe-Coburgo-Gotha na mais influente do Velho Continente, através de uma hábil política de casamentos e uniões dinásticas, de que foram precursores os matrimónios de Vitória de Inglaterra e de D. Maria II, respectivamente com os seus sobrinhos Alberto e Fernando.

Numa fase posterior da narrativa, que nos descreve a soberana na fase da maturidade, Vitória surge-nos então representada como uma mulher já independente, insubmissa, que muito embora assumindo integralmente o seu estatuto de monarca constitucional, jamais deixaria de desempenhar um papel muito activo e determinante nos assuntos de estado e, naturalmente, também no âmbito das relações luso-britânicas, sobretudo em defesa da Velha Aliança. Não obstante as sucessivas *Reform Bills*, que diminuíram drasticamente o poder da Câmara dos Lordes e do próprio monarca, alargando proporcionalmente a esfera de acção, a representatividade e influência da Câmara dos Comuns, a soberana nunca deixaria de ser uma voz respeitada e decisiva nos momentos cruciais da vida política do seu tempo. É fundamental sublinhar que a Rainha Vitória foi a monarca inglesa que assistiu ao longo da sua vida e do seu reinado à transição do Reino Unido da monarquia constitucional para a democracia, à transformação da sua pátria numa potência imperial e hegemónica, à consolidação do seu país como nação industrializada e à sua afirmação como vanguarda do desenvolvimento científico e tecnológico, a nível mundial.

A par de Vitória a personagem a que a autora dedica maior empenho na sua caracterização e descrição é sem dúvida a figura de Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha (50-57, 63-65). Se inicialmente o jovem príncipe e futuro rei-consorte é representado como um jovem casto, puritano, detentor de uma vasta cultura humanista e que por isso mesmo entrevia nas elites endinheiradas britânicas apenas filistinismo e devassidão (50-51), não deixa algumas páginas adiante de ser qualificado como um homem bastante ambicioso e conivente com o tio (63-65), Leopoldo I da Bélgica. Tal como o rei dos belgas também Alberto alimentava a secreta esperança de estender a influência da sua família por toda a Europa e de levar os alemães a (re)ocuparem o espaço e a posição que acreditavam merecer no Velho Continente e a serem aceites como parceiros de pleno direito num mundo em rápida transformação. Embora encarado numa primeira instância



pelos ingleses e pela corte com altivez, desprezo e o habitual preconceito (tratava-se de um príncipe estrangeiro, originário de um pequeno estado nos confins da Alemanha, cuja dimensão mal excedia a de um condado britânico) (61-62, 63-65, 76-79, 83, 144-145), Alberto viria gradual e inteligentemente a vencer a barreira da desconfiança e da xenofobia e a conquistar o coração dos britânicos (102-107, 130-132), alcançando um ascendente e um prestígio social e político que excediam, em boa medida os de um mero consorte. A sua influência irá crescer sobretudo, após salvar a rainha de uma tentativa de atentado em 1840 (82) e ser poucos meses depois designado regente, caso algum infortúnio privasse os súbditos da sua soberana (83). Contudo, só em Outubro de 1857 viria a ser-lhe atribuído o almejado título de príncipe-consorte pelo Parlamento, que havia anteriormente rejeitado sucessivas propostas de Vitória nesse preciso sentido. A este propósito a autora não deixa de sublinhar que o permanente empenho de Alberto em causas sociais (98, 102, 170), como a abolição do tráfico de escravos (97); em questões educativas, como as suas propostas de reforma do ensino na Grã-Bretanha, ou o seu grandioso projecto da Exposição Universal de Londres (136-138, 148-152), concretizada em 1851, ou ainda da sua continuada acção como mecenas das artes, das letras e das ciências (102-107, 113-117, 144-145), foram sem dúvida decisivos para a obtenção do prestígio e ascendente de que viria a gozar na corte e na sociedade britânica em geral.

Porém, a elaboração de uma biografia romanceada da Rainha Vitória não foi o único objectivo traçado por Isabel Machado para o seu romance, já que um dos vectores temáticos enunciados desde logo no subtítulo é a importância assumida pelas relações luso-britânicas ao longo do seu reinado e o carácter paradoxal e mesmo conflituoso assumido pelas mesmas em determinados momentos históricos por demais conhecidos.

Ao longo da sua existência e do seu reinado Vitória acompanha *pari passu* todas as profundas transformações políticas e convulsões sociais operadas em Portugal, desde o período das guerras liberais até ao início do século XX, tendo o seu país, com o seu beneplácito, intervindo nos assuntos internos da nação aliada apenas e sempre que os interesses do Reino Unido nela se jogavam. A rainha Vitória foi pela sua longevidade a única soberana britânica que conheceu em vida cinco monarcas portugueses – D. Maria II, D. Fernando, D. Pedro V, D. Luís e D. Carlos; assistindo a alguns dos momentos mais atribulados e complexos da história de Portugal, feitos de sucessivas crises políticas, instabilidade, conflitos civis e golpes militares. Atónita e por vezes assustada pela volatilidade da situação interna do

reino aliado, Vitória temeu com frequência pela sobrevivência da monarquia em Portugal bem como pelo destino da sua amiga e confidente D. Maria II, de D. Fernando e dos seus sobrinhos, revelando a sua dificuldade em entender o carácter português e a incapacidade demonstrada pelo povo aliado em superar e ultrapassar crises políticas, sociais e económicas, parecendo condenado a repetir ciclicamente os mesmos erros (24, 32, 113, 117-119, 128-130, 139-140).

De acordo com Isabel Machado, a Velha Aliança seria encarada por Vitória como um dos pilares ou eixos centrais da política externa britânica. Haveria, contudo, um profundo fosso entre a amizade sincera nutrida pela soberana inglesa por Portugal e o extremo pragmatismo com que a classe política britânica do seu tempo encarava a Aliança (61-62). A esta última interessava somente manter a pequena nação ibérica na esfera estratégica da Grã-Bretanha, enquanto isso servisse os objectivos expansionistas e hegemónicos da mesma. Nessa medida, na óptica de sucessivos executivos britânicos a Aliança passara a assumir um papel meramente instrumental, servindo essencialmente os desígnios da nação dominante, neste caso o Reino Unido. Assim, a Inglaterra interveio ao longo do século XIX em Portugal, quer militarmente quer por via da pressão diplomática, tendo em vista exclusivamente salvaguardar os seus interesses estratégicos e assumindo-se sobranceiramente como parceiro mais forte e poderoso, sempre numa postura tutelar e paternalista.

A Grã-Bretanha rompe apenas momentaneamente a sua linha política de “esplêndido isolamento” para “acudir” ao seu mais antigo aliado em momentos-chave e sempre muito específicos, alegadamente procurando salvaguardar a independência ou a estabilidade interna de Portugal, mas nunca perdendo de vista os seus interesses e as portas que o seu ascendente sobre a turbulenta Lusitânia lhe abria, sobretudo tendo em conta as suas aspirações expansionistas e ambições imperiais em regiões do Globo como a África Austral (193-194), em que o nosso país mantinha presença ou alguma influência.

Embora a rainha Vitória partilhasse em certa medida esta visão, por servir os interesses do seu reino, na verdade, os laços que a ligavam pessoalmente a Portugal transcendiam os interesses de estado, tese amplamente defendida por Isabel Machado ao longo de todo o romance. De acordo com a autora, essa ligação teria uma forte componente afectiva, tendo em conta não só os laços de amizade seculares que uniam os dois reinos, mas igualmente os elos familiares e de parentesco que passarão a existir a partir do momento em que D. Maria casa

com D. Fernando e Vitória com o Príncipe Alberto. Se, por um lado, a soberana inglesa se sentira desde muito cedo próxima da rainha portuguesa pelo simples facto de serem herdeiras dos respectivos tronos e pelo facto de ambas serem mulheres muito jovens (unidas num pacto de cumplicidade por via de um destino em tudo semelhante) (35-38), depois de celebrados os enlaços matrimoniais respectivos estabelecem-se laços ainda mais estreitos entre as duas famílias reais, que levariam a própria rainha Vitória a apelar episodicamente ao seu governo para que interviesse militarmente, no intuito de assegurar a estabilidade interna do reino aliado ou a própria sobrevivência da Coroa Portuguesa (119, 127-130). Igualadas por um destino em tudo semelhante – ambas mulheres, rainhas e mães – e unidas desde a adolescência por elos de estreita cumplicidade, Vitória e Maria mantiveram um contacto muito estreito, atestado pela correspondência trocada entre ambas, em parte traduzida por Isabel Machado e inserida habilmente no curso da narrativa.

Esta mesma afectividade manifestada para com D. Maria II estendia-se aos jovens infantes portugueses, cuja educação Vitória e Alberto acompanharam, se bem que à distância, com a maior curiosidade. Após a morte da soberana portuguesa, ocorrida em Novembro de 1853, os monarcas britânicos passariam a desempenhar um papel activo e algo tutelar na formação do futuro D. Pedro V e em parte de D. Luís, que se deslocariam por diversas ocasiões à Grã-Bretanha (164-174, 175-182, 271-276). É igualmente sabido que o seu tio, exerceria uma influência decisiva em D. Pedro, que via no príncipe-consorte inglês uma figura paternal e um mentor. Tal como a autora dá a entender, a influência de Alberto sobre o jovem infante D. Pedro (164-174, 175-182) 203-204, 213-214) terá sido por vezes superior àquela que D. Fernando, exercia sobre o próprio filho, com quem alegadamente manteve nalguns momentos uma relação algo tensa (169).

D. Pedro era o jovem príncipe em quem os portugueses e a família real britânica depositavam as maiores esperanças de regeneração do seu reino e que a morte ceifaria prematuramente, deixando o trono nas mãos do seu irmão, D. Luís, personalidade pouco apreciada por Vitória e vista, de um modo geral (e não apenas em Londres) como um estadista de envergadura menor e encarnando traços comportamentais e de carácter que, de algum modo, entravam em choque com a moral aparentemente puritana da soberana inglesa (164-174, 175-182, 249, 255-256, 261, 271-276, 290).

É sobretudo a partir da subida ao trono do infante D. Luís e da intensificação do interesse das potências europeias pelos

territórios africanos e dos primórdios do *scramble for Africa*, com as célebres viagens de reconhecimento do interior das zonas central e austral do Continente Negro, que se assiste a um crescente afrouxamento dos vínculos entre as duas nações aliadas (306-308, 313-326, 335). O sensível declínio das relações luso-britânicas agravar-se-ia notoriamente no reinado de D. Carlos e abriria caminho à crise iniciada pelo conflito de interesses gerado por dois projectos africanos de natureza antagónica – o britânico do Cabo ao Cairo, idealizado por Cecil Rhodes (316-317, 342), e o Mapa Cor-de-Rosa português (315-317, 323-325, 341-343). Estes ambiciosos planos de domínio colonial nutridos pelas duas nações aliadas viriam a gerar uma espiral de tensão política e diplomática entre Portugal e o Reino Unido (352-56, 361-367), que desembocaria no Ultimatum britânico de 1890 (363-368).

É particularmente interessante e cativante a forma como Isabel Machado reconstitui e descreve os acontecimentos históricos que marcaram este período, não apenas através de uma rigorosa síntese dos sucessos políticos, de natureza contextual, mas sobretudo através do olhar e da perspectiva de Vitória, cujo posicionamento em relação ao conflito luso-britânico terá sido complexo e assaz paradoxal (363-364). Assim, se por um lado a soberana temia pelo futuro da nação aliada, onde nunca estivera mas sempre estimara e com a qual mantinha uma estreita ligação afectiva (e que na óptica da autora não deverá ser subestimada), por outro seria pressionada por sucessivos governos, pelo Parlamento, pela opinião pública e pelos *media* a intimidar e ameaçar Portugal, nação que povoara desde a infância o seu imaginário.

Apesar de tentativas posteriores de apaziguamento, de cessação das “hostilidades” e de reconciliação, efectivadas por via diplomática (380) (*e.g.* o Novo Tratado de Windsor, acordo secreto firmado, entre Londres e Lisboa no final de 1899) (390), mas igualmente da visita de estado de D. Carlos à Grã-Bretanha e da atribuição da Ordem da Jarreteira ao monarca português (384), gesto sem dúvida pleno de simbolismo, sublinhado pela autora, a verdade é que a Aliança se tornara meramente formal e política, como qualquer outra (391). Os laços afectivos que haviam unido durante séculos as duas famílias reais haviam-se de algum modo dissipado e desvanecido e nada voltaria a ser como outrora. Com a morte de Vitória terminaria definitivamente uma era nas relações políticas, diplomáticas e culturais entre as duas nações.

No derradeiro episódio do romance (de cariz puramente ficcional), a soberana, já no seu leito de morte, reconhece, com

alguma amargura e lucidez, ter falhado na sua missão de preservar a Aliança, mantendo-a viva, autêntica e funcional, rogando ao filho, futuro Eduardo VII, que durante o seu reinado transformasse as relações com Portugal numa prioridade da sua acção política (394-397), promessa que Bertie viria a cumprir, ao eleger a visita à formosa mas turbulenta Lusitânia como sua primeira viagem de estado (394, 398-99). Eduardo procuraria materializar o sonho que Vitória acalentara desde a adolescência e do seu primeiro encontro com D. Maria II e que a sua progenitora, a rainha que amou e, ainda que relutantemente, ameaçou Portugal nunca chegaria a concretizar.

TERESA PINTO COELHO, *EÇA DE QUEIRÓS AND THE VICTORIAN PRESS*. WOODBRIDGE: TAMESIS, 2014

Gabriela Gândara Terenas  
Universidade Nova de Lisboa/CETAPS

*Eça de Queirós and the Victorian Press*, tradução inglesa de *Londres em Paris. Eça de Queirós e a Imprensa Inglesa* (Lisboa, Edições Colibri, 2010) institui-se como uma obra de referência no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, área em que a autora, Professora Catedrática do Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, se tem revelado eminente especialista. Refiram-se de sua autoria, nomeadamente *O Portugal de 1834 e a Guerra Civil Vistos por um Inglês* (2003), *A Agulha de Cleópatra. Jaime Batalha Reis e as Relações Diplomáticas e Culturais Luso-Britânicas* (2000) e *Apocalipse e Regeneração: o Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular* (1996).

O estudo recentemente dado à estampa desvenda ao leitor um novo Eça de Queirós que, embora residente em Paris, se mostra cada vez mais afastado do paradigma galo que delineara a sua educação, em grande parte por via da mediação taineana, apresentando-se claramente fascinado e influenciado pela cultura anglófona, em geral, e pela imprensa inglesa (e norte-americana), em particular.

A partir da descoberta de uma factura da livraria francesa Galignani, ao estilo do que se convencionou denominar “o manuscrito encontrado”, Teresa Pinto Coelho conduz o leitor por uma aventura quase detectivesca, com a diferença substancial de que não se trata aqui de um mero artifício literário, mas de um documento real, reproduzido na página 5 da obra. O objetivo último, e plenamente conseguido, é procurar demonstrar

que Eça se encontrava muito mais ligado ao modelo cultural anglófono do que provavelmente ele próprio conseguiria admitir. Na verdade, os trabalhos já existentes sobre a imagem da Grã-Bretanha na imprensa periódica portuguesa da segunda metade do século XIX haviam revelado o que Teresa Pinto Coelho vem agora confirmar com o caso particular de Eça de Queirós: a influência dos modelos britânicos em Portugal era muito maior do que à primeira vista se poderia supor, sobretudo tendo em conta a alegada preponderância da cultura francesa.

De facto, a factura referida apresenta um elenco de vários periódicos ingleses (e alguns norte-americanos) encomendados por Eça. O cotejo dessa factura com o acervo existente na biblioteca de Tormes, com a correspondência e o espólio do autor e, sobretudo (e de forma exaustiva), com a leitura e a análise minuciosa de todos os periódicos anglófonos aí listados (hoje existentes na Bodleian Library), leva a autora a concluir que Eça se inspirou no periodismo inglês (e norte-americano) para a concepção de *A Revista de Portugal* (1889-1892), para a colaboração no *Suplemento Literário da Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (1892) e, ainda, para projectar, entre 1894 e 1896, uma nova publicação, que, todavia, não chegaria a sair a lume, sob o título de “O Serão”. Trata-se, portanto, de um trabalho pioneiro, na medida em que, pela primeira vez, se estuda a influência do jornalismo vitoriano na concepção dos três periódicos queiro-sianos.

O trabalho agora em apreço encontra-se organizado em quatro capítulos, todos eles subdivididos em vários subcapítulos com sugestivos títulos: 1) “An invoice from Galignani’s”, 2) “The *Revista de Portugal*: an English-style review?”, 3) “The *Suplemento Literário da Gazeta de Notícias*” e 4) “‘O Serão’: finally, an English-style magazine?”.

Tendo como ponto de partida a factura da Galignani, o primeiro capítulo, revela-nos não só uma meticulosa e aturada investigação levada a cabo pela da autora, mas também a imagem de um Eça que, vivendo na capital francesa, era um leitor assíduo de periódicos ingleses e alguns norte-americanos, a saber: jornais de informação diários (*Times*, *Standard*, *Daily News* e *New York Herald*) e semanários (*Spectator*, *Graphic*, *St. James Budget*, *Pall Mall Budget* e *Public Opinion*); jornais artísticos, literários, musicais e científicos (*Literary World*, *Art Journal*, *Musical Times* e *Nature*); reviews (*Saturday Review*, *Contemporary Review* e *New Review*); e magazines (*Longman’s Magazine*, *Cassell’s Illustrated Family Paper*, *Chambers’s Journal of Popular Literature, Science and Arts*, *Rare Bits from All the Most Interesting and Amusing Sources Extant*, *Atlantic*



*Monthly: a Magazine of Literature, Science, Art and Politics*, *Scribner's Magazine* e *St. Nicholas: an Illustrated Magazine for Young Folks*). Tal circunstância leva Teresa Pinto Coelho a concluir que, para o célebre romancista português, nos anos oitenta, “the leading thinking nation” (40) era já Inglaterra e não França, contrariamente ao que muitos queirosianos continuam a defender. O primeiro capítulo oferece-nos ainda informação preciosa sobre estes variadíssimos jornais e revistas ingleses e norte-americanos que serviram de modelo a Eça, encontrando aqui o leitor interessado na imprensa anglófona uma aturada caracterização do periodismo vitoriano.

O capítulo 2, dedicado à *Revista de Portugal*, mostra-nos como Eça, ao elaborar este periódico, tentou preencher o que considerava ser uma lacuna no panorama jornalístico português, seguindo, para isso, o modelo das *reviews* inglesas, nomeadamente a *Contemporary* e a *Fortnightly*. Teresa Pinto Coelho transporta o leitor para dentro do universo queirosiano, fazendo-o partilhar as dúvidas, as hesitações e, por fim, as opções de Eça nas várias fases de planificação e execução da revista, estabelecendo sempre o contraponto com a correspondência e o espólio do escritor, assim como, paralelamente, com a biblioteca de Tormes. Nesta envolvente demanda, destacam-se dois momentos: em primeiro lugar, a surpreendente e sustentada informação de que a *Revista de Portugal* era recenseada no célebre periódico *Review of Reviews* (1890-1953), editado pelo polémico jornalista W.T. Stead, significando que aquela era enviada, muito provavelmente pelo próprio Eça, a Stead, de acordo com um sistema de permutas. Tal explica o facto, durante muito tempo intrigante para a autora, de a popular revista inglesa não constar na lista da factura da Galignani. Neste contexto, podemos encontrar no subcapítulo intitulado “Exchanging viewpoints. The *Revista de Portugal* as seen by the *Review of the Reviews*” uma análise crítica de todas as referências ao periódico queirosiano existentes na revista inglesa.

Em segundo lugar, deve destacar-se a inclusão na *Revista de Portugal* de duas novas secções intituladas “Factos e Ideias” e “Boletim Bibliográfico”, ambas inspiradas no periódico *Review of Reviews*. Tal como Teresa Pinto Coelho explica tratava-se de uma publicação de cariz popular, dirigida à classe média-baixa, a qual tinha justamente como principal objectivo “to present a summary of the best that was published in the reviews and magazines of the time” ao estilo do *New Journalism* (71). Assim, tanto Jaime Magalhães Lima, a quem fora confiada a responsabilidade da secção “Factos e Ideias”, como o próprio Eça, encarregado do “Boletim Bibliográfico”, apresentam um

apreciável número de recensões a revistas e a livros ingleses, o que obrigou a autora a percorrer exaustivamente periódicos como *Contemporary Review*, *Review of Reviews*, *Leisure Hour*, *Black and White*, *Forum*, *North American Review* e *Arena* (entre outros), no sentido de encontrar a fonte dessa informação. Em ambos os casos, a pesquisa revelou-se muito proveitosa, pois a autora conseguiu efectivamente encontrar as fontes de Magalhães Lima e de Eça, apresentando ao leitor esclarecedores quadros comparativos dos textos tal como surgiram nas revistas originais, quer naquela que, não raro, serviu de mediadora (a *Review of Reviews*), quer, finalmente, nas referidas secções da *Revista de Portugal*. Os excertos apresentados em Anexo ajudam ainda a compreender a estratégia dos jornalistas portugueses na produção dos textos de chegada, frequentemente mediante a tradução, a adaptação e a compilação de artigos publicados nas revistas estrangeiras. Deve, contudo, sublinhar-se que, contrariamente a Magalhães Lima, Eça, no seu “Boletim Bibliográfico”, não se limitou a traduzir as recensões encontradas nos periódicos estrangeiros, antes criando textos originais em torno de duas grandes temáticas, o império e as viagens, assuntos de óbvio interesse comum aos públicos leitores britânico e português.

No capítulo 3 da obra – “*The Suplemento Literário da Gazeta de Notícias and the Victorian New Journalism*” –, a autora testemunha a adopção de uma estratégia idêntica na concepção da folha do Rio de Janeiro, tendo Eça bebido simultaneamente das mesmas fontes para as secções da *Revista de Portugal* e para o *Suplemento* carioca, sobretudo durante o período de sobreposição dos dois periódicos. Todavia, desta feita, o escritor optaria preferencialmente pelos *magazines* ingleses para sua informação e inspiração, em detrimento das *reviews*, modelo seguido pela *Revista de Portugal*. A índole efêmera desta parecia, portanto, demonstrar que falhara enquanto projecto reformador do gosto e da mentalidade da sociedade portuguesa, quicá por ter em mente o exemplo da burguesia europeia culta. Ao analisar as características da folha carioca, a autora transporta o leitor para o apelativo mundo do *New Journalism* vitoriano, voltado para as campanhas sociais dos anos oitenta, mas também atraente para o leitor comum mediante o apelo às emoções, ao humor e ao uso de ilustrações. Mais uma vez, Teresa Pinto Coelho percorre, um a um, os vários títulos elencados na factura da Galignani, no sentido de identificar os textos de partida utilizados por Eça e pelos seus colaboradores, nomeadamente por Jaime Batalha Reis, então residente em Inglaterra, a quem Eça curiosamente enviava os periódicos artísticos e científicos

encomendados em Paris. A autora chega, assim, à conclusão de que, entre os principais modelos para a elaboração do *Suplemento*, constavam exemplares como o *Chambers's Journal of Popular Literature, Science and the Arts* e o *Pall Mall Budget* (também de Stead). Neste capítulo, a informação encontra-se fundamentada também na correspondência de Batalha Reis, personalidade bem conhecida da autora e já objecto de estudo de um dos trabalhos anteriores.

Ainda neste terceiro capítulo, mais precisamente no ponto 3.4. (“‘Hábitos de Gladstone’ and Eça’s editorials”) deve destacar-se a forma como Eça seguiu de perto as novidades introduzidas pelo *New Journalism* vitoriano no respeitante, desta feita, à prática de apresentar ao público-alvo o quotidiano de figuras proeminentes, nomeadamente estadistas. Na sua incansável pesquisa, a autora descobre, assim, a fonte de um artigo de fundo sobre o célebre primeiro-ministro vitoriano, William Gladstone, publicado anonimamente por Eça no *Suplemento*. Trata-se da tradução de um texto vindo a lume dois meses antes em *Review of Reviews*, sob o título “The Home Life of Mr. Gladstone”. Todavia, Eça não se limitou a traduzir, pois, recorrendo sempre à imprensa inglesa, interpretou e (re)construiu o retrato pessoal de outras personalidades da época, como o Imperador Wilhelm II, que a autora descobre ter sido, por seu turno, traduzido posteriormente no jornal *Times*, em 1914, e na *Fortnightly Review*, em 1916, decerto devido à visão premonitória e lúcida de Eça face à figura do *Kaiser* e ao papel que este viria a desempenhar no primeiro grande conflito mundial. Eça inspirou-se na originalidade e na pujança do jornalismo britânico, vindo este, mais tarde, a reconhecer o mérito do romancista, assim como a subtileza e a perspicácia da sua produção escrita.

A interacção de Eça com a cultura e o jornalismo ingleses não termina aqui. “O Serão” surge no quarto e último capítulo da obra – “‘O Serão’: finally, an English-style magazine?” – como um projecto na linha dos *magazines*, demonstrando de forma cabal a opção de Eça pelo paradigma britânico. Ao cruzar os dados já obtidos com o material existente no espólio do romancista português, a autora descobre o programa e as propostas de capa (da autoria de Columbano) de uma nova revista, um *family magazine*. O principal modelo deste parece ter sido *The Idler Magazine: an Illustrated Monthly Magazine* (1892-1911), tal como a correspondência trocada com Alberto de Oliveira, seu parceiro nesta empreitada, indicia. No entanto, a influência anglófona no projecto não se circunscreve a este exemplar, pois há ainda a considerar o nova-iorquino *The Century Illustrated Monthly Magazine* (1881-1929) e o londrino *Pall Mall Magazine*

(1893-1914), dois mensários profusamente ilustrados e sobretudo dedicados à divulgação da literatura em língua inglesa. O quarto capítulo é, todo ele, uma novidade, o culminar de um árduo e frutífero percurso, uma investigação de recorte quase detectivesco, desencadeada com um mero “manuscrito encontrado”.

Depois da publicação deste último estudo de Teresa Pinto Coelho, a visão tradicional de um Eça marcado sobretudo ou definitivamente pela cultura francesa merecerá decerto uma revisão pelos próprios queirosianos, pois a autora, com fortíssimos argumentos, mostra-nos Eça como um “unequivocal Anglophile” (4). Simultaneamente, a investigadora abre novas perspectivas sobre as relações entre o célebre escritor português e o mundo anglófono, inserindo, de modo indiscutível, o pensamento e a produção literária e jornalística de Eça de Queirós no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses.

## ABSTRACTS

1. Rogério Miguel Puga, **“In Duty to a Father”: as Dimensões Anglo-Portuguesa e Carnavalesca da Tragédia *The Maid’s Revenge* (c.1626) de James Shirley**

*The Maid’s Revenge*, James Shirley’s (1596-1666) first tragedy, was written between 1625 and 1626, staged in that same year, and published in 1639-1640. The author freely adapts the seven ‘story’ (“A Portugal History: Antonio and Berinthia”) of John Reynolds’ second book of *The Triumphs of God’s Revenge against the Crying and Execrable Sin of Murder* (1621-1635). This paper deals with the plays Catholic subtext, its Portuguese characters, stereotypical attitudes, and spaces, as well as its carnivalesque subplots used to criticize the patriarchal and ‘noble’ world of appearances that demands both revenge and spiritual retreat.

2. Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco, **“The Stormy Passage to England of ‘a Queen coming from far!’ ”**

The presence of Queen Catherine of Braganza in England has often been minimized and underestimated by historians and writers. Her life in England was described by Lancelot Reynolds, a contemporary poet, as a “Royal adventure”. She was, in fact, a stranger in a strange land. This paper looks at the first of her many “adventures”: her departure from Portugal, her embarkment and, especially, her voyage to England presented in some literary and historical records of her time, written by eyewitnesses in English as well as in Portuguese. Caught between two cultures, Catherine of Braganza, the Catholic Portuguese wife of King Charles II, had to adjust to her new circumstances and to

undertake many difficult situations during her thirty years in England. Her life as Queen of England was not exempt from adversities and difficulties, and the peaceful course of the life she had led unto then became inverted not long after her arrival. At first, there was a combination of joy, veneration and curiosity on the part of the English at her arrival. These ways of looking at the new queen along with others, clearly antithetical which were quickly developed, revealed and expressed, were to accompany her throughout her stay in England. As another poet pointed out, a lot was expected from this Queen coming from far.

3. Joshua Large e Juan Camilo Miranda **“British Slaves in Early Modern Portugal”**

This article examines the practice of black household slaveholding among British merchants in early modern Portugal. Making use of parish registers of the English churches at Lisbon and Oporto as well as British state papers, it charts the practice from its likely emergence in the late seventeenth century until its disappearance around the turn of the nineteenth century. Situating British slaveholding within the broader contexts of Anglo-Portuguese relations, trans-Atlantic trade, and the prior histories of slavery in Portugal and in Britain, the article seeks to shine a light on this heretofore all-but-unexamined phenomenon, as well as to draw forth some of the underlying tensions and complexities of Anglo-Portuguese relations. Black slaves of British merchants became, for instance, pawns in the contest between the Portuguese Inquisition and the British merchants over the fraught question of Anglican religious practice in Portugal. The very fact that slaves were not economically necessary in Portugal also suggests that the practice of keeping them—both among the British and the Portuguese—was connected to prestige and social display. Given the highly-privileged-but-not-colonial prerogative of the British merchants in Portugal, such conspicuous consumption in turn poses interesting questions about identity and class in the Anglo-Portuguese relationship.

4. Matilde Sousa Franco, **“William Elsdén – Importância dos seus “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra”. Elementos Inéditos sobre a sua Vida e Actividade”**

The remarkable English architect William Elsdén, who was active in Portugal in the second half of the eighteenth century, has remained practically unknown to the public, despite the great quality and variety of his works which are scattered over the length and breadth of the country. After drawing attention on several occasions to Elsdén's work at the beginning of the eighties and publishing a survey including important drawings by the artist, in the volume “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra – o Valioso Álbum da Reforma Pombalina”, in 1983, Matilde Sousa Franco now presents a more exhaustive study which includes much unpublished material.

5. J. Pedro Duarte Tavares, **“William Elsdén, o Mosteiro e Alcobaça”**

Alcobaça was the Head of the Cistercian Order in Portugal for nearly seven centuries, an impressive Monastic Complex built on the flood plain where the Alcoa and Baça rivers meet. It was the subject of a permanent struggle between the determined power of the human mind to develop and create and the hazards of Nature responding when challenged. Its location, at the only exit gorge of a basin whose water collection is enhanced by a Carsic Mountain Range (Maciço da Serra d'Aire e Candeeiros), makes it rather vulnerable to flooding. Alcobaça Town itself has a peculiar history. Having grown around the Monastery at the end of medieval times and being given Royal recognition in the early 16<sup>th</sup> century, it creates an urban tension around the Abbey Complex. One of the most disastrous events took place in 1774. After a devastating earthquake in 1755, a flood of catastrophic magnitude also caused vast amounts of sediment to be deposited and settlements in constructions. It was at this time that the Marquis of Pombal, the autocratic Head of the Government of King José I, sent William Elsdén to Alcobaça, with a brief to investigate and evaluate the Library and the College. The Majestic new Cistercien Library right in the middle of the floodplain had sunk. The Conceição College, vastly ruined



by the earthquake, needed development. W. Elsdon, a Military Engineer of British descent who had already visible work done in Portugal, produced a remarkable 7 sheet document, the “Plan of Alcobaça Villa”, dated 29th of December 1775. This Plan reveals much more to the observant and thoughtful eye than is visible at first glance. It shows mainly an attempt to bring order to the external urban chaos, while dignifying and enhancing the Monastery’s Main West façade it also suggests an extension to the College Buildings. It includes several obvious and some less obvious recommendations. Some were carried out while others not and one happened to arise in a modern plan nearly two hundred years later when a British Monarch visited Alcobaça (HRH Elizabeth II, Feb. 1957). Elsdon’s Plan reveals a concern, always present in Cistercian History, particularly in Alcobaça, of not revealing internal affairs to the outside world, much less internal catastrophes! But a surprising lack of survey data right in the central part of his drawing and precisely where he puts his signature, shows to the observant eye that together with his notes he registered there the magnitude of the flood catastrophe in Alcobaça. Already the best Alcobaça survey produced up to the end of the 19<sup>th</sup> century, this drawing becomes one of the most impressive testimonies of Alcobaça’s permanently hazardous life, as seen to the present day.

6. John Clarke e José Baptista de Sousa, **“Extract of a Journal of a Journey to Portugal in 1804-1805 by Lord Holland”**

When Lord Holland arrived in Lisbon in December 1804 on his way back from Spain, Portugal was in crisis, threatened by a formidable France, while her old Ally, Britain, seemed unable or unwilling to assist her, if not actually looking for an opportunity to seize her colonies. The French Envoy, Lannes, had left Portugal in July 1804 to attend Napoleon’s coronation as Emperor, while Junot did not arrive in Lisbon until April 1805 – shortly after the Hollands’ departure – carrying with him a proposal for a Franco-Portuguese alliance against Britain. Confined to his lodgings at the parish of Santa Isabel until mid-January 1805, owing to his wife’s illness and to a particularly wet winter that made

travel of any sort unappealing, Holland passed most of his time reading, thinking and writing about Portugal. The result was a remarkable peace of political inquiry identifying the dilemma facing Portugal: whether to stay true to her alliance with Britain, thus risking war and French invasion or to seek some accommodation with France, thus exposing her colonies to seizure by the British. Although incomplete, the text, which is now published for the first time, is closely argued and reveals Holland's capacity for a high level of political analysis, combining remarkable intuition and impressive clarity of reasoning.

7. António Lopes, **“Comércio em Tempos de Guerra: a Correspondência de Samuel Farrer – Parte 4 (Junho de 1814-Janeiro de 1815)”**

The article consists of the fourth and final part of the translated correspondence between Samuel Farrer, residing in Lisbon, and his brother Thomas, of Farnley, Leeds. This set of letters, housed at the National Archives in London, covers the period from June 1814 to January 1815, shortly before Samuel's untimely death on February 8. Samuel and Thomas discuss the problems of the wool trade between England and Portugal, the state of the Portuguese economy, commercial transactions, shipping conditions, insurance arrangements, the quality of wool cloths and their manufacturing process, business opportunities, the prices of real estate in England, among several other topics. There are also interspersed references to the Anglo-American War of 1812 and Napoleon's abdication in April 1814.

8. Maria Zulmira Castanheira, **“Representations of Elizabeth in the Periodical Press of Portuguese Romanticism: Flattering and Derogatory Portrayals”**

The periodical press, regarded as a relevant mediator in intercultural dialogue and a privileged means of making foreign cultures known to the reading public, is a vast and rich documentary repository of enormous interest to the field of Anglo-Portuguese Studies. Throughout Portuguese Romanticism, the founders of

and contributors to newspapers and magazines took up the civic mission of forming and informing the people, conveying new ideas and knowledge of a political, historical, literary, technical and scientific nature. Newspapers and magazines devoted to “instruction and leisure” and those of “useful knowledge”, although mainly concerned with national issues and themes, dedicated a very large number of pages to foreign matters and, not surprisingly, they paid special attention to hegemonic Great Britain and to British culture. Given the historicist tendency of Portuguese Romanticism, the periodical press of the time abounds in articles on British History, including a significant number of texts on Tudor England and especially on Elizabeth I. This essay examines a set of articles about Elizabeth I collected in about 300 literary and cultural newspapers and magazines published in Portugal between 1836 and 1865 and analyses the representations and image of the monarch, consisting of both flattering and derogatory words. Presented as an intelligent, educated, wise, astute, warrior queen, an architect of England’s greatness who possessed “manly” skills as a ruler, Elizabeth I is also described as a jealous, ruthless, cold and calculating woman (thus “unfeminine”), a despotic sovereign whose reputation was forever tarnished by the execution of Mary, Queen of Scots.

9. Leonor Sampaio da Silva, **“Linguagens em Movimento: do Viajante como Tradutor e do Tradutor como Viajante”**

A vast bibliography is available on the subject of travel literature. The current paper doesn’t have the purpose of repeating or contradicting the main conclusions it has made known. Instead, this study seeks to highlight a recent development of the reflections concerning the cultural scope of Translation Studies – the similarities between the traveler-writer and the translator. Michael Cronin’s *Across the Lines* (2000) provides the theoretical framework from which three travel books written by English and American writers who visited the Azores in the 19<sup>th</sup> century and their respective Portuguese versions will be examined. The elements in common between the two previously mentioned figures as well the way

they and their work interact for bridging peoples and cultures will be the main concern of the following pages.

10. Teresa Pereira, **“‘Methods of Barbarism’: a Guerra Anglo-Bóere na Imprensa Periódica Portuguesa”**

Following the outbreak of the South African War in 1899, the methods employed by the British authorities to meet the Boers’ guerrilla warfare, such as a scorched-earth policy and concentration camps for women and children, quickly aroused opposition in England and Europe. Adopting an Anglo-Portuguese perspective, the present paper attempts to examine a group of articles, on the South African burnt farms and concentration camps, from the twentieth century (1901-1902) Portuguese printed press, published in two of the most widely-read periodicals of the time: *O Popular* and *Vanguarda*. A complex system with the ability to build images of the cultural “Other”, the Portuguese press played a crucial role in manipulating the general public. Due to the political nature of the periodicals where they were published and to the historical context in which they were written, the texts that have been selected paint a contradictory portrait of Britain, revealing that they are cultural artefacts. Within this framework, the following paper aims at shedding further light on the Anglo-Portuguese relations.

11. Ana Maria Freitas, **“Fernando Pessoa e a Polémica Cadbury”**

A British journalistic investigation denounced the use of slave labour in the cacao plantations of the Portuguese colony of S. Tomé at the start of the 20th century. The accusations implicated Cadbury Bros., the important chocolate company that was the main cacao buyer, unveiling a scandalous fact in a company that had business ethics as its banner. The atrocities were denounced in newspaper articles and a book, causing the general public and several institutions to demand action from Parliament. There was an exchange of accusations between both governments and further investigations ending in a boycott of trade with S. Tomé. Fernando

Pessoa, who at one point labelled himself as a “português à inglesa” (an English styled Portuguese man), and who had recently left South Africa and returned to Portugal, felt the need to take part in the public discussion. In a text, that he left unfinished and unpublished, he answers the accusations against Portugal and analyses some psychological aspects of British character, its philanthropy and mercantilism. Besides displaying a tendency towards public controversy that is also present in other areas of Pessoa’s work (for instance, in the case of the pamphlets “Aviso por causa da moral” and “Sobre um manifesto de estudantes”), the text has the added quality of enlightening us about Fernando Pessoa’s feelings towards his country of origin, towards Great Britain and towards that *Dark Continent* – Africa – where he lived during his formative years, and that is so greatly absent from his work.

12. Ana Brígida Paiva, **“A Influência da Tradução na Recepção e Imagem das Obras Infantis de Roald Dahl em Portugal”**

As was stated by Stuart Hall, “there is no guarantee that every object in one culture will have an equivalent meaning in another, precisely because cultures differ ... in their codes” (61). Applying Hall’s statement to the topic of translation, children’s literature and the relationship between Portugal and the United Kingdom, this essay aims to understand the ways in which world-renowned children’s author Roald Dahl’s child images (as portrayed in his children’s books) have affected his reception in Portugal. Seen as the author’s work is mostly presented to the Portuguese child reader by means of translation, this study will undertake an interdisciplinary approach, connecting Imagology Studies with Translation of Children’s Literature Studies.